

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

NAIDA LENA GONÇALVES MENEZES

**REMOÇÃO DE MORADIAS E COMPOSIÇÃO DAS
PRÁTICAS COTIDIANAS EM COMUNIDADES DE BAIXA
RENDA:**

NARRATIVAS BIOGRÁFICAS DE MORADORES DE
FAVELAS DE PORTO ALEGRE (RS)

Porto Alegre
2019

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

NAIDA LENA GONÇALVES MENEZES

**REMOÇÃO DE MORADIAS E COMPOSIÇÃO DAS PRÁTICAS
COTIDIANAS EM COMUNIDADES DE BAIXA RENDA:**

Narrativas Biográficas de moradores de favelas de Porto Alegre (RS)

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Hermílio Pereira dos Santos Filho

Porto Alegre
2019

Ficha Catalográfica

M543r Menezes, Naida Lena Gonçalves

Remoção de moradias e composição das práticas cotidianas em comunidades de baixa renda : narrativas biográficas de moradores de favelas de Porto Alegre (RS) / Naida Lena Gonçalves Menezes . – 2019. 321p.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Hermílio Pereira dos Santos Filho.

1. Habitação Urbana. 2. Remoção. 3. Biografia. 4. Entrevista Narrativa Biográfica. 5. Interpretação. I. Santos Filho, Hermílio Pereira dos. II. Título.

NAIDA LENA GONÇALVES MENEZES

**REMOÇÃO DE MORADIAS E COMPOSIÇÃO DAS PRÁTICAS
COTIDIANAS EM COMUNIDADES DE BAIXA RENDA:**

Narrativas Biográficas de moradores de favelas de Porto Alegre (RS)

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Hermílio Pereira dos Santos Filho

Prof. Dr. André Salata

Prof. Dr. Charles Monteiro

Profa. Dra. Sarah Silva Telles

Porto Alegre
2019

Esta tese é dedicada à Maria Lila
Gonçalves Menezes, minha mãe
(*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

Para pensar nas pessoas e instituições que apoiaram essa tese precisei voltar na história desses quatro anos de doutoramento. Houve o tempo de cogitar, houve o tempo de ser acolhida por uma instituição e a partir daí veio a escolha pela imersão nos conhecimentos e experiências relacionados ao campo das Ciências Sociais.

O tempo de cogitar foi estimulado por Daiane Boelhouver Menezes, foi ela quem me desafiou e me orientou ao pensar em um projeto para a tese. Quanto ao tempo de ser acolhida, a mim foi confiada uma oportunidade ímpar: estudar na Escola de Humanidades da PUCRS com uma bolsa integral PUCRS/CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Nos primeiros anos de doutorado frequentei a sala de aula, e é importante salientar que absolutamente todos os professores tiveram participação importantíssima no meu processo de imersão no campo das Ciências Sociais. Nesse processo, participei também de um grupo de estudos sobre Pesquisa Biográfica Interpretativa que muito colaborou com suporte emocional e intelectual para esta tese. Portanto agradeço ao coordenador do grupo Hermílio Santos, e também à Kamila Almeida, Priscila Susin, Débora Rinaldi, Federico Rangel, Karina Schuh Reif, Maria do Carmo Gonçalves, Eliane Lavall e Lucas Sangalli, entre outros.

O tempo de pegar a cadernetinha, o gravador e ir a campo foram apoiados por Elisa Froes e Luciano Cardoso. Foi um período carregado pela generosidade dos moradores das comunidades por onde andei, em especial daquelas pessoas que me oportunizaram conhecer suas biografias e suas casas, gerando condições para que eu compartilhasse dos seus cotidianos.

Quando, na fase de pesquisa e construção da tese, precisei fazer as conexões colaterais, todas as vivências e aprendizagens junto aos professores, funcionários, e colegas da PUCRS foram importantes. Mas também foram importantes pessoas que estiveram presentes na assimilação de todas as emoções que vem junto com as análises. Nesse sentido a contribuição intelectual e a amizade de Karina Reif e Priscila Susin extrapolaram ares e mares, assim como a cumplicidade de Isabella Carnevalle e das colegas doutorandas Maria da Glória Kopp e Roberta Simon.

Ao falar de tese e cotidiano ressalto que da casa de onde venho brotam seres que foram puro apoio e amor nesses anos de construção da tese, como o pai Edson, a mãe Laci os manos Alice, Guilherme, Daiane, também a Cáren Cecília e as sobrinhas Luisa e Mariana. Do meu lar, que compartilho com Carlos, Thales e Marina veio a sensação de pertencimento a um núcleo gerador de incríveis desafios, múltiplas alegrias e ideias sobre o lar e o habitar. O apoio e carinho de Carlos Stein foram basilares para a imersão dos últimos meses.

Finalizando, destaco como fundamental a orientação do Professor Hermílio Santos, as sugestões de análise de Gabriele Rosenthal, e as contribuições dos professores da banca examinadora: Sarah Silva Telles, André Salata e Charles Monteiro. Considero que o processo de concepção desta tese, tal como o livro de Gilles Deleuze e Félix Guattari (2000), é “inatribuível”, engendrado por mil “linhas de articulações” em que pensamentos e emoções de tantas gentes se associaram. A todos agradeço.

As biografias dos grandes homens são feitas de absurdos,
estão cheias de acontecimentos incômodos, que atravancam tudo.
A vida deles lhes acontece de fora para dentro.
Muito mais interior, mais natural, mais humana é a tua vida, anônimo leitor,
que és o herói sem história do cotidiano.
Se pudesses, se soubesses contar-me a tua vida,
eu tiraria dela muito mais proveito do que da vida de Napoleão. (Mario Quintana)

RESUMO

Esta tese analisa a experiência de moradores de quatro favelas de Porto Alegre/RS que vivenciaram o fenômeno da remoção compulsória de moradia. Seguindo pelo princípio de abertura, que fundamenta a Pesquisa Biográfica Interpretativa, buscou-se compreender as vivências dos sujeitos a partir de sua inserção na sociedade e do sentido que dão a suas ações. Ao analisar os espaços das classes populares, levam-se em consideração as possibilidades que advêm da práxis intersubjetiva e demais interfaces da sociologia de orientação fenomenológica proposta por Alfred Schütz (1973). Do estudo fundamentado em biografias foi possível criar uma análise comparativa a partir do contraste máximo, resultando em uma generalização teórica que apresenta dois tipos de interpretação em relação ao fenômeno da remoção compulsória: Tipo Exedra - Interpretação da remoção como *complementariedade* da dinâmica social criada ao longo da vida e Tipo Locus - Interpretação da remoção como *transformação* da dinâmica social criada ao longo da vida. A partir da tipologia criada foi possível aprofundar a análise da trama entre morar e se mudar, considerando a complexidade das dimensões que transversalizam a temática da moradia.

Palavras-chave: Habitação Urbana. Remoção. Interpretação. Biografia. Entrevista Narrativa Biográfica.

ABSTRACT

This thesis analyzes the experience of residents of four slums of Porto Alegre/RS who experienced the phenomenon of compulsory removal of housing. Following the principle of openness, which underlies the Interpretative Biographical Research, we sought to understand the subjects' experiences based on their insertion in society and the meaning they give to their actions. In analyzing the spaces of the popular classes, we consider the possibilities that come from the intersubjective praxis and other interfaces of phenomenologically oriented sociology proposed by Alfred Schütz (1973). From the study based on biographies it was possible to create a comparative analysis from the maximum contrast, resulting in a theoretical generalization that presents two types of interpretation in relation to the phenomenon of compulsory removal: Type Exedra - Interpretation of removal as a complement of social dynamics created throughout life and Type Locus - Interpretation of removal as a transformation of social dynamics created throughout life. From the typology created it was possible to deepen the analysis of the plot between living and moving, considering the complexity of the dimensions that mainstream the housing theme.

Keywords: Urban Housing. Removal. Interpretation. Biography. Narrative Biographical Interviews.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2. AS METRÓPOLES EM SEU LONGO PROCESSO URBANO.....	23
2.1 A cidade racional ocidental, nervosa e desigual.....	23
2.1.1 Cidade enquanto complexos de mundos.....	28
2.1.2 O homem marginal: interpretação e aplicação.....	31
3 - PERCORRENDO A BIBLIOGRAFIA: CORRELAÇÕES PARA A DIMENSÃO DO CONHECIMENTO.....	35
3.1. Políticas habitacionais e remoções de favela ao largo do processo histórico brasileiro e suas inflexões socioeconômicas.....	35
3.2 Processos de remoções compulsórias.....	52
3.2.1 Megaeventos e processos de remoções compulsórias.....	53
3.2.2. Construções de barragens e processos de remoções compulsórias.....	55
3.2.3 Remoções compulsórias, percepções a partir da literatura delineada.....	58
3.3 As metrópoles contemporâneas e os espaços das classes populares.....	59
3.3.1 Dinâmica socioespacial das metrópoles latino-americanas (entre as décadas de 1990 e 2010).....	59
3.3.2 Porto Alegre: o movimento da malha urbana e os espaços de segregação social.....	66
3.4 Cidades e remoções compulsórias de moradia: entre a literatura e a proposta de uma nova abordagem.....	71
4 PRÁTICAS INTERPRETATIVAS E SOCIEDADE.....	73
4.1 Pesquisa Biográfica Interpretativa - fundamentos da abordagem.....	74
4.2 Lian no mundo da vida – a contribuição de Alfred Schütz e Edmund Husserl.....	76
4.2.1 Alguns aspectos da fenomenologia para Husserl.....	79
4.2.2 A sociologia de Alfred Schütz e o momento biográfico da remoção compulsória de moradia.....	81
4.3 Pesquisa Biográfica Interpretativa: a entrevista.....	83
4.3.1 Entrevista Narrativa Biográfica - o que temos na mão.....	85
4.3.2. A entrevista. Momento face a face – o exemplo de Lian.....	86
4.4 Processo de análise através da Pesquisa Biográfica Interpretativa.....	88
4.4.1 Primeiro Passo: hipóteses - fundamentação teórica.....	88

4.4.1.1 Análise de uma hipótese – narrativa de Lian.....	90
4.4.2 Segundo Passo: análise do campo temático.....	93
4.4.2.1 O Campo temático de Lian.....	96
4.4.3 Terceiro Passo: reconstrução da história do caso (vida vivenciada) e análise detalhada de passagens textuais.....	98
4.4.4 Quarto Passo: contraste da história de vida narrada com a história de vida vivenciada e construção de tipos.....	101
4.5 Pesquisa Biográfica Interpretativa: os fenômenos, o tempo e as interpretações.....	104

5. ANÁLISE TIPOLOGICA: A INTERPRETAÇÃO DOS SUJEITOS FRENTE AO FENÔMENO DA REMOÇÃO COMPULSÓRIA DE FAVELAS.....106

5.1 Trabalho de campo: a busca pela perspectiva dos atores.....	108
---	-----

5.2 Tipo Exedra - Interpretação da remoção como complementariedade da dinâmica social criada ao longo da vida.....111

5.2.1 Memo de Apresentação de Adão.....	111
5.2.2 Biografia de Adão – Contraste entre Vida Narrada e Vida Vivenciada.....	114
5.2.2.1 Situação de Nascimento: a família estendida de Adão e as perdas da primeira infância.....	114
5.2.2.2 Lidando com o luto, com o novo território e a reelaboração sobre família.....	119
5.2.2.3 Metrópole, a casas dos tios e “a tia que eu voltei de volta”.....	123
5.2.2.4 Sobre o primeiro casamento: fetiches e feitiços.....	128
5.2.2.5 Trabalho, vila de malocas e compromisso: os quatro pequenos cunhados.....	131
5.2.2.6 Nova vida, com passado, o segundo casamento de Adão: “ela me fazia desaforo”...139	
5.2.2.7 Pelas ruas de São Paulo: “eu não vivo de casa”.....	148
5.2.2.8 Tempos de <i>solteirices</i> e trabalhos escusos: “aí sobrô dinheiro a revelia”.....	156
5.2.2.9 Marisa na vida de Adão e os dois na Vila Mafalda.....	160
5.2.2.10 A remoção da Vila Mafalda: boa casa, já os vizinhos.....	165
5.2.2.11 Concluindo o contraste: a interpretação; a ação e as raízes da casa.....	170

5.2.3 Remoção compulsória: análise do Tipo Exedra - Interpretação da remoção como complementariedade da dinâmica social criada ao longo da vida.....170

5.2.3.1 Remoção do lar na infância e processos de vulnerabilidade social.....	170
5.2.3.2 Família, casa, sossegos e descontroles.....	182
5.2.3.3 Haverá remoção, o processo começou.....	202

5.2.3.4 Casas não são para sempre: concluindo o Tipo Exedra - Interpretação da remoção como *complementariedade* da dinâmica social criada ao longo da vida.....211

5.3 Tipo Locus - Interpretação da remoção como transformação da dinâmica social criada ao longo da vida.....213

5.3.1 Memo de Apresentação de Antônio.....214

5.3.2 Biografia de Antônio – Contraste entre Vida Narrada e Vida Vivenciada.....217

5.3.2.1 Antônio e a família portuguesa: “ele trabalhava como um galego”.....217

5.3.2.2 Infância e Juventude em Portugal: “rezava o terço, agradecia a Deus, que ritmo”!.....221

5.3.2.3. Vinda para o Brasil: “fui ficando por aqui. Sempre no mau tempo”.....227

5.3.2.4 A trajetória de Antônio no Brasil: “foi indo, foi indo... Fui morar sozinho”.....232

5.3.2.5 Constituindo a primeira e a segunda família e o encontro com o emprego perfeito: “aí tá, até que se juntemos, até que se unimos um ao outro”.....238

5.3.2.6 Tempos de perdas e desestruturação socioespacial: “foi pensando, foi pensando”....244

5.3.2.7 Remoção e profundas mudanças: “não é mão de vaca, é pé de vaca”!.....247

5.3.3 Remoção compulsória: análise do Tipo Locus - Interpretação da remoção como transformação da dinâmica social criada ao longo da vida.....249

5.3.3.1 Infância: a casa pensada e ambientada.....250

5.3.3.2 Adultos: o que quero chamar de casa.....260

5.3.3.3 REMOÇÃO: transformação do que está posto.....271

5.3.3.3.1 Subtipo Locus de Interpretação da Remoção Como Desejada..... 271

5.3.3.3.2 Subtipo Locus de Interpretação da Remoção Como Indesejada.....277

5.3.3.4 Entre sonhos e margens: concluindo o Tipo Locus - Interpretação da remoção como transformação da dinâmica social criada ao longo da vida.....288

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....291

REFERÊNCIAS.....296

1 INTRODUÇÃO

Observamos no Brasil, já nas primeiras décadas do século XX, um significativo crescimento no número de assentamentos informais, principalmente nos grandes centros urbanos. Esses centros, a partir do incremento industrial e comercial, atraíram moradores de pequenas cidades ou do campo devido a fatores como o desemprego, o cercamento dos campos e a divisão por herança dos pequenos lotes rurais de terra. Quando o êxodo para as cidades atinge seu ápice, em meados do século XX, as políticas públicas voltadas para a habitação não deram conta de um planejamento urbano que abarcasse moradias para um grande número de migrantes. Além disso, os terrenos em áreas urbanizadas com infraestrutura adequada apresentavam um preço inacessível para muitas famílias de baixa renda. Segundo Holz (2008):

O principal agente da exclusão territorial e da degradação ambiental é a segregação espacial, que traz consigo uma lista interminável de problemas sociais e econômicos, tendo como consequência a exclusão e a desigualdade social que propicia a discriminação, o que gera menores oportunidades de emprego, dentre outros problemas, ocasionando assim uma perpetuação da pobreza e a ausência do exercício da cidadania.

Em 1966, a ONU estabeleceu o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Os países que o promulgam “reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida” (NAÇÕES, 1966). Também afirma que os países deverão tomar medidas apropriadas para a execução desses direitos. Em 1992, este pacto é ratificado pelo Brasil, o que reforçou o direito constitucional (BRASIL, 1988), uma vez que a moradia já se apresentava “positivada no ordenamento jurídico brasileiro como um direito humano fundamental” (SERRANO, 2011, p. 240). Com os avanços democráticos e o fortalecimento da cidadania nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, percebemos avanços como a criação do Estatuto das Cidades, em 2001, e adoção de ações voltadas para a regularização fundiária, que favorece a não desintegração das comunidades de baixa renda (D'ÁVILA, 2000). Mas, apesar disso, segundo pesquisas IBGE/PNAD, o déficit habitacional por situação do domicílio em 2014 no Brasil era de 6.068.061 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016, p. 32). Dados de 2016 do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) apontam para um mínimo global de 881.080.000 favelas em 2016 (UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME, 2016).¹

¹ “881,080,000 slum dwellers are estimated to be living in developing countries, only, and this figure has been calculated considering just four out of the five slum household’s deprivations considered in UN-Habitat’s

Dentro desse contexto, essa tese trata da experiência dos sujeitos acerca do fenômeno urbano de deslocamento compulsório de comunidades de baixa renda. Nosso recorte empírico abrange a cidade de Porto Alegre/RS², local em que realizamos doze entrevistas narrativas biográficas em quatro favelas que passaram pelo fenômeno de remoção³. Consideradas como processos radicais de retirada das pessoas do seu meio de sociabilidade, as ações de remoção involuntária, muito utilizadas em meados do século XX, ainda ocorrem no século XXI motivadas, em certos casos, pela construção de obras públicas ou em função da preparação de certas cidades para receberem megaeventos (UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME, 2016; BARTOLOME; WET, 2000).

Analisar sociologicamente o fenômeno da remoção, focando na forma como os envolvidos a interpretam, significa não se ater ao fenômeno em si. Explicando melhor: interessa-nos entender a forma como os sujeitos vivenciaram a remoção a partir do viés de sua inserção na sociedade e o sentido que dão a suas ações, levando em consideração a dimensão temporal. Em nossas análises desfocamos, inclusive do viés de moradia, porque nossos entrevistados são agentes no mundo do trabalho, do lazer, da política, da família, etc. Por lançarmos o olhar de forma integral sobre os sujeitos, é possível aprofundar a compreensão de sua interpretação/ação durante uma mudança forçada de moradia.

Consideramos que é necessário levar em conta na pesquisa sociológica a complexidade da agência, o que contribui para não tornar as análises dos fenômenos unilaterais, pobres de significado. Assim, por exemplo, não partimos da premissa de que os agentes governamentais são inteligentes em suas práticas e os cidadãos, moradores de favela, são vítimas passivas. A percepção dicotômica das análises pobre/rico, repassada para outros

definition, as security of tenure can't be accurately calculated yet. In some countries with limited information, only one of the five components has been measured. Thus, the 881 million can indeed be considered a global minimum" (UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME, 2016).

² Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, apresenta uma população estimada de 1.479.101 pessoas em 2018, sendo a densidade demográfica de 2.837,53 hab/km² de acordo com o último censo (BRASIL. IBGE, 2018).

³ As favelas recebem muitas outras nomenclaturas. No Rio Grande do Sul/RS também são conhecidas como comunidades, como vilas ou, ainda, vilas de malocas. Oficialmente no Brasil as favelas integram o grupo dos chamados aglomerados subnormais, nas pesquisas do IBGE (BRASIL. IBGE, 2018). Na América Latina são conhecidas como barriadas (Peru), cantegriles (Uruguai), vilas de emergência (Argentina) entre outros termos (BARTOLOME; WET, 2000). Não há definição específica para favela devido à complexidade de cada comunidade (VALLADARES, 2005). Embora não homogêneas, algumas características frequentes das favelas quanto à configuração de sua forma em relação ao território que ocupa são: ausência ou baixo índice de saneamento básico, autoconstrução, população massivamente de baixa renda das classes D e E, localização em loteamentos irregulares, vulnerabilidade ambiental, segregação e vulnerabilidade social.

tantos parâmetros, como a forma de viver, de vestir e de morar, não permite aprofundar temáticas, muito menos pensar em novas possibilidades teóricas.

Löïc Wacquant (2001) e Licia Valadares (2005) criticam pesquisas que tratam de forma homogênea a vida nas comunidades de baixa renda. Valladares afirma que “a palavra favela unifica situações com características muito diferentes nos planos geográfico, demográfico, urbanístico e social” (Ibidem, p. 3769).

Embora o fenômeno de remoções compulsórias esteja interligado à questão da segregação espacial presente nas favelas – como veremos no primeiro capítulo da tese – nossa análise não se restringe a essas comunidades. Observamos locais variados, porque os moradores de favela têm sua história vinculada a outros espaços de moradia e os seus trajetos e interação ocorrem por toda a cidade. A segregação socioespacial existe, mas as pessoas de baixa renda, que moram em assentamentos, ocupações, favelas urbanizadas, e outros tipos de comunidades, não estão vinculadas apenas ao lugar em que moram, porque são sujeitos de sua época: trabalhando, estudando, caminhando, se divertindo, protestando. Em suas trajetórias, no mundo da vida, estiveram por muitos lugares, e jamais de forma transparente, porque a tudo que vivenciavam davam sentido, e dando sentido àquele momento, a sua interpretação passa a fazer parte do conhecimento que tem à mão que poderá influenciar nos processos de subjetividade e de intersubjetividade, envolvendo o outro e as ações em conjunto (SCHÜTZ, 1979).

A partir das leituras referenciadas no primeiro capítulo dessa tese e de observações durante as visitas para entrevista (envolvendo conversas com pessoas removidas além das doze entrevistadas), percebemos que em um processo de remoção as pessoas criam suas estratégias para enfrentar o fenômeno, o que envolve a procura pelo bem viver após a remoção. Elas precisam enfrentar o fenômeno que vai chegando aos poucos, e que, muitas vezes, esteve sempre para acontecer, uma vez que não tinham a posse da terra. Boa parte das vezes, a remoção começa como um disquete-disquete, alguém ouviu falar no rádio. Mais tarde, pessoas da comunidade avisam que andou por ali um funcionário da prefeitura fazendo perguntas, nem sempre dizendo o verdadeiro motivo, que é saber a quantidade e o perfil dos moradores. Depois vem o documento oficial, as reuniões, muitas vezes os embates. Enquanto isso, o sujeito envolvido naquele processo participa de algumas ações que são tomadas em conjunto com os vizinhos, mas ele também tem suas próprias estratégias que dizem respeito às motivações em relação à realocação.

Também os representantes da prefeitura criam estratégias que consideram eficazes para o momento de realocação. Nas entrevistas feitas para essa tese, e em trabalhos etnográficos como o de Anelise Gutterres (2014), confirmamos que a forma como são feitas as remoções é perpassada pelo “pegar de surpresa”. Normalmente envolvem a ação da polícia no dia da remoção, que está ali para manter a ordem, mas que também transmite medo. A polícia ajuda a conter certas reações, como a de um morador de Porto Alegre que se

acorrentou à casa para não a perder. Por isso, no dia da remoção não chegam apenas caminhões de mudança, chega maquinário pesado para rapidamente destruir tudo, até porque tem gente que se arrepende e quer voltar. Se voltar verá apenas destroços do que foi um dia uma casa.

Acabamos de fazer um relato, entre tantos possíveis, acerca das remoções compulsórias. Seguindo a abordagem fenomenológica, contudo, a análise envolve mais do que o retrato da mudança forçada e a posterior relação com a estrutura socioeconômica. Através da Pesquisa Biográfica Interpretativa se busca, considerando a dimensão temporal, a reconstituição do sentido subjetivamente visado dos sujeitos e também do sentido latente. É por isso que realizamos entrevistas narrativas biográficas, que, aliás, é analisada no segundo capítulo da tese.

Embora haja uma tendência em todas as épocas de partir de pressupostos vinculados à dimensão macroeconômica, não destacando a agência dos sujeitos que vivenciam o fenômeno, o foco dessa tese apresenta-se na contramão dessa dimensão. Mas não estamos sozinhos. Desde os estudos de Janice Perlman, passando por Leopoldo Bartolome, Maria Helena Sant’Ana, enfim, temos as experiências dos sujeitos como guia. Sem falar em Alexandre Magalhães, Gabriele Araujo, Anelise Gutterres que desconectam da perspectiva do *coitadismo* – através do suporte teórico de Hannah Arendt, Michel Foucault, Georg Simmel, além dos pragmatistas norte americanos (William James, George Mead) e francês (Luc Boltanski e Daniel Cefai) – e lançam percepções e argumentos que delineiam a complexidade e importância do fenômeno por nós estudado, de forma que também instigam o *ir além* na busca de novas contribuições e novas abordagens.

Processos de subjetividade e intersubjetividade envolvendo a pesquisadora e a categoria social moradia/casa

Acreditando que a minha trajetória enquanto pesquisadora influenciou certas escolhas em relação ao corpo dessa tese, me proponho a destacar alguns pontos de conexão. Talvez seja interessante salientar que, durante o mestrado em História, escolhi trabalhar com história recente. Era a década de 1990, raros historiadores se debruçavam em estudos referentes há menos de 60 anos. Por trabalhar com história recente, uma das fontes de pesquisa principal que utilizei também era pouco conhecida, a chamada “fonte oral”. Através de entrevistas abertas sobre a temática do lazer, do trabalho e da família, na década de 1950, fui construindo a dissertação. Meu apoio teórico metodológico foi a obra *Vozes do Passado*, de Paul Thompson (1992) em que afirmava terem as fontes orais o papel de dar voz a sujeitos até

então anônimos. Achei esse caráter da fonte oral instigante. A partir daí, na minha vida profissional, entrevistar era uma questão de dar voz, de ser justa com os sujeitos da história.

Havia, entretanto, outras fontes igualmente importantes em que era possível observar evidências em relação à cidade e seu cotidiano na década de 1950. Guardei, daquela época do mestrado, vários cadernos em espiral em que havia copiado documentos e matérias de jornal, pesquisadas em arquivos e museus de Porto Alegre. Algumas matérias apresentavam como tema o crescimento do número das “vilas de maloqueiros”. Não era à toa que esse tema era abordado: em 1950 havia 41 vilas “congregando 4.303 habitações e aproximadamente 17.000 habitantes”, o que, para a época, era considerado um número exorbitante (PREFEITURA, 1973, p. 44). Pois bem, agora durante o doutorado, retomo meus cadernos e de lá trago evidências que fazem muito sentido em relação ao meu objeto de estudo, como o exemplo a seguir:

Visita Pitoresca a Mato Sampaio⁴, reduto fabuloso de malocas nas proximidades da capital – História de gente humilde e vencida, à margem do imenso drama do marginalismo nacional – Cachaça: fator de alegria num meio de miséria total.

Mato Sampaio: é um verdadeiro paraíso de malandros. Representa em termos de conglomerado humano a transição entre a toca primitiva do troglodita e a maloca de nossos dias. Se estranha a paisagem física, mais estranho e impressionante é porém, o panorama humano. Todas as raças do mundo estão ali representadas e fundidas (...). O preconceito racial, entretanto não os separa. É que os une a solidariedade nascida na miséria comum. Em Mato Sampaio há lugar para todos. Desde as famílias que para lá foram arrastadas por falta inesperada de qualquer recurso e que ainda mantêm uma unidade precária, até os criminosos e amorais de toda espécie. Bando de decaídas fazem seu torpe comércio num dos mais sórdidos lugares do mundo. Enfim, Mato Sampaio é nosso, está localizado um pouco além de Petrópolis, um dos bairros mais elegantes da capital.

De início o repórter e o fotógrafo não foram bem recebidos. Também pudera, chegaram em Mato Sampaio acompanhados de uma viatura de polícia. (...)

- Esses estranha, donde saíram?

É que todo indivíduo estranho em Mato Sampaio é considerado nada menos do que estrangeiro. O velho bem falante (Cantídio) tranquilizou:

- Deixa Ofrosina. Os moços vieram com os ‘tiras’ mas são ‘boas praças’.

A certa altura foi citado o polaco, o mais calado de todos. Estava fechado num mutismo feroz. Desejávamos saber seu nome. A resposta foi um desabafo:

- Tu para, oh meu. Maloqueiro não tem nome. Pode chamar de maloqueiro mesmo.

Que importa? (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1958, p, 14)

⁴ Mato Sampaio foi uma das primeiras favelas de Porto Alegre. Surge no contexto de crescimento populacional e crise de moradia da década de 1950, contexto este que abordamos no Capítulo 1.

Matérias como essa contribuem para entendermos o contexto histórico em que ocorre o fenômeno das remoções compulsórias de moradia. E nesse sentido, também, dispomos de cópias de códice da polícia do período em que surgem as primeiras “vilas de maloca” em Porto Alegre, como esse processo crime de 1951:

Denúncia contra os jornaleiros: João Vieira de Carvalho, vulgo ‘Bombeiro’, Jovelino Lopes, Antônio Ferrão Filho e Conceição Melo, vulgo Fú-Manchú. Todos residentes na Vila Seca, Voluntários da Pátria, com exceção do Fú Manchú que era residente em outra vila a da Doca das Frutas na Avenida Mauá (...) Encontravam-se os denunciante em luta (...) à rua Voluntários da Pátria (...) os acusados, devido ao ambiente em que vivem, são acostumados a se envolverem em fatos delituosos, dando sempre versão diferente, quando prestam declarações à polícia (...). (Processo n. 271/51, Arquivo do Estado do RS)

Documentos, como os referidos acima, serão importantes para entender a gênese de certas interpretações. Eles estarão à disposição para serem cotejados com as temáticas que virão das análises das narrativas biográficas.

Depois do mestrado, foram vinte anos de trabalho em projetos em que sempre estava presente meu gravador. Com ele ouvi as vozes de moradores de todas as regiões do Brasil. Normalmente, as entrevistas eram nas residências dos entrevistados e a diversidade dos modos de vida me chamava à atenção. Contudo, possivelmente me ative mais às diversas percepções dos sujeitos em relação à moradia depois de participar, em 1999, de um projeto que envolvia entrevistas realizadas em várias favelas de Porto Alegre. Na época, cheguei à conclusão que as dimensões segurança e dignidade eram fundamentais àquelas pessoas (D’ÁVILA, 2000).

Todavia, vieram outros trabalhos e novas categorias relacionadas à moradia fizeram sentido. Em um deles, entrevistei moradores de rua como uma senhora que morava na escadaria de um teatro. Ela estava sempre com tudo muito organizado em sua volta e era “cuidada” pelos taxistas e por alguns funcionários do teatro. Quando perguntei do que gostava no lugar em que vivia, me disse: “dessas árvores que ficam floridas, eu moro num lugar lindo que tem árvores floridas”. A segurança, que eu havia traçado, lá em 1999, como fundamental para os moradores das casas por onde andei, era justamente o motivo pelo qual a moradora da escadaria saiu de casa, lugar em que imperava a violência doméstica.

A época do doutorado foi um período de novas descobertas. Através de meu orientador Hermílio Santos conheci a Pesquisa Biográfica Interpretativa. Essa abordagem teórico-metodológica fez todo o sentido em relação ao tipo de pesquisa com que eu vinha trabalhando e também com meu projeto voltado ao fenômeno das remoções compulsórias de moradias. Além disso, através das cadeiras disponibilizadas, me aproximei da sociologia e da

antropologia. É a partir dos pressupostos e categorias dessas duas áreas do conhecimento que embasei as análises das narrativas biográficas, bem como meus pressupostos finais relacionados à moradia e a remoção forçada.

Foi em uma cadeira de antropologia que me foi sugerido um artigo de Cecilia McCallum e Vania Bustamante (2012) que trata sobre etnografia realizada em uma comunidade de baixa renda de Salvador. As autoras trabalharam a relação da casa com a rede de unidades domésticas da qual uma moradia faz parte, levando em consideração as dimensões gênero, individualização e parentesco. A partir dessa leitura entendi que o convívio cotidiano entre várias famílias, em um pequeno espaço, possibilita que se formem “laços de consideração”. Estes, junto com os laços sanguíneos, formam um sistema de parentesco fundamental para a vida na casa. Nesse sentido a leitura do artigo “Família e relações de parentesco no universo popular” de Sarah Silva Telles (2016) contribui para aprofundar mais o tema uma vez que relaciona laços de família e crise das políticas de bem-estar social.

Faz parte dos procedimentos da Pesquisa Biográfica Interpretativa buscar na literatura embasamento às análises das entrevistas a partir de categorias analíticas vindas das ciências humanas. Essas categorias variam conforme a trajetória de vida de nossos entrevistados, e conforme as análises que realizamos de sua vida narrada e vivenciada. Vejamos alguns exemplos: a análise da entrevista que realizei com Antônio me aproximou da ideia de casa enquanto unidade social elementar, criada pelo antropólogo João Pina Cabral (2017). Já a análise da entrevista de Fátima me aproximou dos estudos de Christian Kasper (2006) e suas ideias sobre constituição de territórios domésticos no contexto da rua em que diferencia morar de habitar, não reduzindo a *prática habitante* ao espaço da casa.

Por fim, destaco meu trabalho de observação nas comunidades em que fiz entrevistas narrativas biográficas entre os anos de 2016 e 2018. Ao iniciar as pesquisas eu pretendia analisar o processo de remoção compulsória a partir de uma ou, no máximo, duas comunidades. No entanto, o orientador da tese, Hermílio Santos, sugeriu narrativas biográficas com pessoas de diferentes comunidades. Ele considerava que para aprofundar o meu tema pela perspectiva sociológica, um caminho interessante seria ficar aberta às experiências em espaços variados da cidade. Resolvi seguir por essa perspectiva, de forma que a pesquisa abrangeu quatro comunidades diferentes.

No contexto da pesquisa, busquei interagir nas comunidades conhecendo suas instituições, realizando silenciosas caminhadas e conversas com seus moradores. Além disso, busquei criar uma relação com os entrevistados e seus espaços de moradia a partir de algumas visitas depois da entrevista.

Em duas comunidades pesquisadas, primeiro marquei a entrevista por um aplicativo de comunicação, sendo os entrevistados indicados por pessoas que trabalhavam em instituições próximas às favelas removidas. Um dos entrevistados passou pelo processo de remoção vendo e ouvindo a demolição das casas em seu entorno, sem sair de sua moradia. Por realizar a

entrevista nessa casa em meio a escombros, o meu primeiro gesto foi de solidariedade a sua luta. Mais tarde, ao escrever no caderno de campo, pensei no quanto esse processo que envolve remoções compulsórias poderia ser devastador e, mais do que isso, poderia envolver tantos e tantos tipos de reações e ações. Essa percepção, a partir das análises das narrativas biográficas foi se aprofundando.

Também fez parte de minhas pesquisas a entrevista com pessoas de uma vila que havia sido removida para a periferia da cidade. Fui até o loteamento sem conhecer ninguém. Depois de fazer a primeira entrevista, me foram dadas outras indicações pelos próprios entrevistados. Mas nesse processo, entre uma entrevista e outra, costumava ir apenas caminhar pelas ruas do residencial e conversar com os moradores. Por vezes via alguém começando a subir a ladeira e aí eu me aproximava e puxava assunto. Seguia até a casa da pessoa conversando. Cada conversa era um passo que eu dava para perceber as dinâmicas de trabalho, família e lazer da comunidade. Naqueles momentos de prosa não estava interessada em entender a realidade, mas vivenciá-la, então a vida era criada na dinâmica do momento e não apreendida. Todavia, cada dia em que voltava do campo e começava a escrever, era possível aprofundar minhas percepções que, mais tarde foram fundamentais para a análise das narrativas biográficas. A última comunidade que visitei havia sido removida, mas não reassentada. Parte dos moradores estava acampada na frente da Prefeitura. Eu não tinha nenhum contato com eles ou com alguém que poderia me apresentar a eles, mas, a partir de informações advindas dos meios de comunicação, descobri quem era a líder do movimento. Decidi me aproximar dela e conversar. Ao explicar que estava fazendo um estudo sociológico cujo tema era moradia, ela me indicou pessoas de sua família para entrevistar. Além das entrevistas, busquei acompanhar a luta daquelas famílias e o dia a dia de viver na rua enquanto não tivessem suas casas.

As visitas às comunidades trouxeram questionamentos cujas respostas busquei em leituras, como o estudo fenomenológico de Gaston Bachelard (1989) a respeito dos significados afetivos e imaginativos em relação à casa, reduto de memórias. Também destaco, nesse processo, os estudos etnográficos de Céline Rosselin (2002). Analisando moradias de um só cômodo, ela relativiza conceitos que, embora não sendo nem de perto preponderantes nas sociedades contemporâneas, mantêm-se de forma normativa. Rosselin chama a atenção para o fato de que uma moradia é marcada por práticas diárias e percursos internos que, por vezes, não são perceptíveis ao primeiro olhar.

Assim, as narrativas biográficas e os estudos que dão suporte a suas análises, como os citados acima, nos indicam um mundo diverso, multicultural, em que as casas também o são. A Pesquisa Biográfica Interpretativa encoraja o pesquisador a entrar em contato com esse mundo através do mundo da vida, mais especificamente, através das trajetórias e das representações de indivíduos em seu cotidiano (Rosenthal, 2014).

A estrutura da tese e seus desdobramentos

Dos seis capítulos que compõem a tese, os dois primeiros tratam da fundamentação em relação ao tema e a metodologia de pesquisa; sendo os demais voltados à análise de narrativas biográficas, expondo uma nova percepção em relação ao fenômeno por nós estudado, a partir da formação de tipos de motivação em relação às remoções.

Assim, o primeiro capítulo apresenta um estudo conceitual a respeito da gênese da metrópole contemporânea dentro do contexto de modernidade do século XX. Para aprofundarmos essa questão escolhemos os estudos de Max Weber, Georg Simmel e Robert Erza Park. Suas ideias são pertinentes à medida que nos aproximam da representação em relação às primeiras metrópoles ocidentais, palco de processos de racionalização no mundo da vida. É o que observamos, por exemplo, na diferenciação entre cidade tradicional e racional feita por Weber (1982), ou no conceito de *sociedades* de Simmel (2013). Também percebemos a representação em relação às primeiras metrópoles no traçado das áreas funcionais ou naturais (zonas urbanas) de Park (1999). Estudando essa gênese da cidade contemporânea, é possível compreender certas regularidades que se formam a partir da agência do indivíduo, tanto nas dimensões macro, como micro da sociedade, influenciando na permanência de processos de desigualdade social. Por exemplo, a leitura de Weber (Ibidem) sobre formalismo e sistematização foi interessante pra entendermos melhor o contexto em que nossos entrevistados vivenciaram a remoção forçada, considerando certos padrões racionais: pessoas não têm moradia e o Estado, através da força das normas e da burocracia, tenta impedir ações populares, como assentamentos em terrenos desocupados das cidades.

O segundo capítulo trata da revisão bibliográfica em relação ao fenômeno de remoções compulsórias de habitação. Também foca em estudos das ciências sociais e do urbanismo, procurando entender como o processo de urbanização vem ocorrendo no contexto brasileiro contemporâneo, e quais os seus reflexos em relação à desigualdade social. Introduziu-se, junto a esse tópico, uma perspectiva temporal, cotejando documentos históricos e dados estatísticos com a análise da literatura pertinente.

Após a revisão bibliográfica, no capítulo seguinte analisa-se a Pesquisa Biográfica Interpretativa estruturada pela socióloga Gabriele Rosenthal que busca a reconstrução das complexidades das estruturas de ação dos sujeitos. Essa abordagem parte de análises que seguem o princípio de abertura levando em consideração a subjetividade dos sujeitos, em entrevistas sem roteiros, conduzida pelo entrevistado. Busca-se, neste capítulo, detalhar os passos da metodologia, incluindo a relação de cada parte do método com a principal base teórica relacionada a ele. Conforme se analisa os passos, exemplifica-se com uma narrativa biográfica fictícia. Criamos a persona Lian, que busca representar as doze entrevistas realizadas.

Por falar em entrevista, a primeira conexão mais direta dos leitores com os entrevistados dá-se no capítulo cinco em que descrevemos algumas idas a campo e a trajetória de contatos com as comunidades.

Os últimos dois capítulos tem como foco a tipologia criada em relação ao objeto de pesquisa. A partir do estudo de dois tipos destacamos uma parte da pesquisa e posterior análise. Explicando melhor: para expor sobre a análise, primeiro trazemos o *memo* e a reconstrução de caso de um dos entrevistados de cada tipo, com o intuito de trazer subsídios ao leitor e também deixar transparecer a metodologia.

As duas reconstruções de caso, cada uma disposta em um capítulo, representam motivações diferentes em relação ao fenômeno da remoção forçada. Em cada uma das entrevistas trabalhamos com hipóteses referentes às vivências passadas e também voltadas a aspectos específicos do momento em que o sujeito concebeu o seu relato. Essa dinâmica inclui a forma como fez o relato (nesse momento nos perguntamos, por exemplo, por que ao abordar determinado assunto o entrevistado parou de narrar e começou a argumentar). Esses passos de análises possibilitam apresentar ao leitor a reconstrução de caso com o contraste entre vida narrada e vivenciada.

Depois de trazer um exemplo de reconstrução para cada tipo, apresentamos um estudo ampliado, relacionando todas as onze reconstruções de caso especificamente com nosso objeto de estudo. Busca-se, assim, uma análise detalhada, fundamentada em hipóteses e teorias desenvolvidas a respeito do nosso objeto de estudo (ROSENTHAL, 2014). A partir das estruturas biográficas, consideramos as condições interpretativas que ambos os tipos apresentam ao lidar com a remoção compulsória. Buscando por padrões de correlação, focamos na motivação com que se enfrenta o fenômeno, incorporando, nesse processo, as categorias sociais que fazem sentido às trajetórias de vida analisadas.

Assim, buscamos nesta tese reconstituir os processos de formação do fenômeno da remoção, contribuindo com novas interpretações e elementos empíricos a partir de uma abordagem ainda não explorada pelos pesquisadores dessa temática. A partir da Pesquisa Biográfica Interpretativa, consideramos importante entender a orientação individual de moradores que vivenciaram processos de realocação. Observaremos suas demandas em busca de moradia digna e, a partir de suas trajetórias, analisaremos o consequente redimensionamento de suas práticas diárias e das relações sociais durante e após o processo de relocação.

2. AS METRÓPOLES EM SEUS LONGOS PROCESSOS URBANOS

Para entender o fenômeno da urbanização, em particular a presença da desigualdade social nas metrópoles, optamos por desfocar dos espaços habitados majoritariamente pelas classes de baixa renda e analisar as metrópoles em suas estruturas e longos movimentos urbanos em geral. Nesse sentido, nos propomos, em um primeiro momento, a analisar alguns tópicos referentes aos estudos sociológicos de Georg Simmel (1858-1918) e Max Weber (1864-1920) e de forma transversal, trabalharmos com a ideia de “espaço racional” do geógrafo Milton Santos (1926-2001).

Tanto Simmel como Weber não apresentam como núcleo central de estudo o fenômeno urbano, todavia, ambos discutem o sentido de uma das bases da relação indivíduo/sociedade nas cidades modernas: a racionalidade das ações no contexto capitalista. Eles estão interessados nas ações dos indivíduos nesse contexto reconhecendo, sem dúvida, as limitações dadas pelas instituições, porém, sem reduzir o sujeito a “mero produto de um poder transcendente, nem a um mero receptáculo de influências coletivas ou cósmicas” (GARCÍA, 2000, p. 74). Levando em consideração nossa abordagem, a Pesquisa Biográfica Interpretativa – que se propõe a trazer em profundidade as experiências dos sujeitos –, acreditamos que tanto as ideias de Simmel quanto às de Weber contribuirão para pensarmos o espaço da cidade com bases na modernidade.

Também nesse capítulo abordaremos alguns estudos de Robert Erza Park. A sua percepção das metrópoles recebeu forte influência do interacionismo de Georg Simmel (MARTÍNEZ, 1999). Contudo, a partir da ideia de cidade enquanto organismo, Park desenvolve análises detalhadas sobre temas que serão caros à cidade moderna como o gueto e o homem marginal. Diferentemente de Weber e Simmel, um dos principais focos de pesquisa de Park foi o espaço urbano. Para ele, a cidade é vista como laboratório e suas análises decorrem de intensa pesquisa empírica sobre a interação envolvendo as dimensões moral e espacial. Park e demais professores da chamada “Escola de Chicago” influenciaram muito na elaboração de metodologias para a pesquisa qualitativa (Rosenthal, 2014).

2.1 A cidade racional ocidental, nervosa e desigual

A complexidade urbana contemporânea, que abarca “comportamentos econômicos e sociais diversos” (Santos, 2006, p. 209), tem sua origem no período pós-mercantilista. Foi

quando o capitalismo se consolidou no ocidente, enquanto um sistema econômico, e a industrialização começou a se efetivar, tendo as cidades como espaço principal (OLIVEN, 1988).

Abordando sobre o processo histórico da origem do capitalismo na Europa, Weber analisa o surgimento das cidades modernas com a transformação das comunidades independentes medievais. Elas apresentavam estruturas baseadas, de fato, em associações caracterizadas pela fraternidade das corporações e por atitudes comunais (WEBER, 1982, p. 426). Já as cidades modernas têm as suas bases fora delas, pois são partes de um determinado Estado Nacional e dele são depositárias da “cultura política social e estética” (Ibidem, p. 420).

Embora Weber trabalhe com essa cisão entre cidade medieval e moderna, reconhece dentro da histórica dinâmica dos assentamentos humanos certas permanências. Enfatiza as “relações por débito” que, desde a antiguidade envolve o ambiente citadino e dentro dele as situações que denotam desigualdade social.

A relação credor-devedor só se torna a base das “situações de classe” nas cidades onde a plutocracia criou um “mercado de crédito”, por mais primitivo que seja, com taxas de juro aumentando segundo as proporções da escassez e uma monopolização concreta dos créditos. Com isso, iniciam-se as “lutas de classe”. (WEBER, 1982, p. 214)

A dimensão material das sociedades capitalistas se sustenta pelo complexo processo de racionalização⁵ cuja consequência para a sociedade pode ser a “despersonalização e rotina opressiva” (GERTH, H.H.; e MILLS, 1982, p. 66). Os processos racionais de um Estado, segundo Weber, são respaldados pelo monopólio da violência e pela manutenção da burocracia como meio de ação.⁶ A burocracia é amparada pelo método e pela sistematização de condutas, sendo a disciplina uma das condutas que, pressuposta neutra, é empregada para manter a ordem. “O conteúdo da disciplina é apenas a execução da ordem recebida, coerentemente racionalizada, metodicamente treinada (...) o agente se torna um mecanismo preparado exclusivamente para a realização da ordem” (WEBER, 1982, p. 292).

⁵ O conceito de racionalização em Weber apresenta diversas perspectivas, de forma que variadas sistematizações são possíveis. Segundo Sell, Weber se utilizou dos pares típico-ideais de racionalidade – material/formal e teórico-prática – em momentos distintos de sua obra: “o primeiro em Economia e sociedade e o segundo em seus Ensaio reunidos de sociologia da religião (...). O conceito Weberiano de racionalidade é um recurso heurístico formulado de modo múltiplo, e sua sistematização típico-ideal obedece a imperativos que resultam de finalidades teóricas que Weber se colocou em função de contextos de análise diferenciados” (SELL, 2012, p. 168).

⁶ Já conectando esse estudo ao tema da Tese, essa questão, em específico, parece importante para o nosso tema: entender como se portam os burocratas ao imporem suas regras às pessoas que não tem moradia – a “frieza” enquanto viés na racionalidade.

A manutenção da ordem, através da disciplina e do cumprimento de “regras calculáveis”, contribui para diminuir a importância das ações individuais em um processo de socialização racional (WEBER, 1982, p. 292). Todavia, esse processo da sociedade capitalista não é contínuo e nem homogêneo. Gerth e Mills ressaltam que, para Weber, existem processos menos racionais. Eles estão presentes no cotidiano, na busca pela liberdade, na ação afetiva. “E finalmente, aproximando-se do nível ‘instintivo’, há a conduta ‘tradicional’: irrefletido e habitual, esse tipo é sancionado porque ‘sempre foi feito assim’, sendo, portanto, considerado como a conduta adequada” (GERTH, H.H.; MILLS, 1982, p. 75).

As ideias de Weber sobre a sociedade capitalista, Milton Santos investiga em relação ao espaço contemporâneo. As cidades compõem o que ele chama de “espaço racional” que, portanto, produzem racionalidade, sendo essa produção parte do processo de globalização. De uma maneira geral, o processo de globalização objetiva “fundar o domínio do mundo na associação entre grandes organizações e uma tecnologia cegamente utilizada” (SANTOS, 2006, p. 27). Contudo, embora tenha se universalizado o uso da tecnologia, e haja eventos históricos globais permeados pelos princípios da racionalidade, a sociedade é racional de uma forma limitada, uma vez que não abarca a todos os grupos, gerando, então, diversos níveis de racionalidade.

Pode-se dizer que, consideradas em sua realidade técnica e em seus regulamentos de uso, as infraestruturas “regulam” comportamentos e desse modo “escolhem”, “selecionam” os atores possíveis. Certos espaços da produção, da circulação e do consumo são a área de exercício dos atores “racionais”, enquanto os demais atores se contentam com as frações urbanas menos equipadas. (SANTOS, 2006, p. 2008)

Como resultado às demandas da sociedade regulada pela racionalidade, temos a impossibilidade de abarcar a maioria da população nas partes “luminosas” da cidade. A maioria não apresenta um padrão econômico e social que sustente a vida racional “segundo os mais diversos níveis técnicos, de capital e de organização” (Ibidem, p. 209). Com isso, segundo Santos, os atores não beneficiados produzem o que ele chama de contra racionalidades.

Essas contra racionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais “opacas”, tornadas irracionais para usos hegemônicos. Todas essas situações se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes, já que não dispõem dos meios para ter acesso à modernidade material

contemporânea. Essa experiência da escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente (SANTOS, 2006, p. 309).

Formas alternativas de racionalidade – portanto formas alternativas de viver na cidade – são constantemente elaboradas devido aos próprios limites da racionalidade dominante. Os limites da racionalidade também são constantemente referidos por Max Weber. As ações vinculadas à justiça popular, por exemplo, assumem um caráter informal ou racional no momento em que se refere às leis que não favorecem as massas que, “sem propriedades, especialmente, não são servidas por uma igualdade perante a lei formal” (WEBER, 1982, p. 256).

As metrópoles são locais privilegiados, tanto para o racionalismo, como para os sentimentos irracionais, resultantes da organização burocratizada da justiça traçada pelo caminho racional. Nesse sentido, Simmel nos traz subsídios para pensar no que ele chama de “impulsos irracionais instintivos e soberanos” que são abafados nas cidades modernas cujo eixo é formado pelo intelectualismo econômico-monetário.

Os problemas mais profundos da vida moderna brotam da pretensão do indivíduo de preservar a autonomia e a peculiaridade de sua existência frente às superioridades da sociedade, da herança histórica, da cultura exterior e da técnica da vida. (SIMMEL, 1993, p. 577)

O indivíduo, segundo Simmel (1858-1918), vê-se entre dois extremos em uma metrópole. O primeiro é a necessidade de manter os traços únicos que carrega (costumes, técnicas, vocabulário que trouxe de sua pequena comunidade rural, por exemplo); o segundo é absorver as potências exteriores nivelando-se dentro da sociedade. Esse nivelamento é ajustado através da “intelectualidade predominante que diminui as reações impulsivas aos – por assim dizer – estímulos de contato” (SIMMEL, 2013, p. 93). Mas, ao mesmo tempo, há o efeito que Simmel chama de embotamento. Além da presença da intelectualidade, o fato dos indivíduos estarem constantemente em meio às massas humanas resulta na “indiferença em relação ao espacialmente próximo”, ou seja, cria-se “um dispositivo de proteção sem o qual seria inevitável desgastar-se e rebentar animicamente, na cidade grande” (SIMMEL, 2013, p. 92).

Para Simmel o indivíduo e a sociedade são abstrações que, em meio a processos de sociações (resumidamente, por *sociações* subentende-se o relacionar-se em sociedade a partir de convergências e divergências), geram o foco de estudo da sociologia. Como parte de um determinado espaço, a cidade pode ser decomposta em unidades ou esferas e entre elas estão as “molduras” ou limites. Simmel salienta que na sociedade moderna o principal limite não é

físico, não é um traçado. A “moldura” vem da consciência do indivíduo em não atravessar para outra esfera, assim o limite simbólico é:

A complementação da medida positiva do poder e do direito da própria esfera, através da consciência de que o poder e o direito justamente não se expandem para dentro da outra esfera. O limite não é um fato espacial com efeitos sociológicos, mas um fato sociológico que assume sua forma espacialmente. (SIMMEL, 2013, p. 81)

Essa percepção de Simmel contribui para pensarmos nos espaços das classes populares e seus contornos a partir do fato sociológico, o que permite reiterar a não naturalização das segmentações no espaço urbano e nos processos de socialização. A partir dessa *não naturalização* é interessante pensarmos nos espaços da globalização referidos por Milton Santos. Ele pensa esses espaços delimitados pelas diferenças quanto ao grau de densidade técnica, informacional e comunicacional.

Por densidade técnica entende-se o grau de artificios que variam desde a não presença da tecnologia até espaços “como centros de negócios renovados de uma grande cidade, onde espaços inteligentes são dispostos para atender prontamente às intenções dos que o conceberam” (SANTOS, 2006, p. 173). A densidade informacional relaciona-se à técnica e a ação de expandi-la. Se a densidade informacional é alta, é possível adentrar em um espaço de forma vertical, podendo não levar em conta o entorno. Já a densidade comunicacional, para Santos, não gera uma ação unívoca que adentra o espaço verticalmente, ela é resultado de uma práxis intersubjetiva.

A densidade comunicacional resulta daquilo a que G. Berger (1964, p. 173) chamou de "caráter humano do tempo da ação", já que o evento pode ser visto como práxis intersubjetiva (J. L. Petit, 1991) ou práxis transindividual (Simondon, 1950 p. 248). Esse tempo plural do cotidiano partilhado é o tempo conflitual da co-presença. Como lugar do acontecer solidário, esse espaço banal da Geografia (e não o espaço especial, particular, adjetivado, do economista, ou do antropólogo, ou do psicólogo, ou, ainda, do arquiteto ou do filósofo) é criador da interdependência obrigatória e da solidariedade, geradas pelas situações de cara a cara de que fala Schütz. (SANTOS, 2006, p. 60)

Também falando de Schütz (1979), finalizamos essa seção entendendo que, para Milton Santos, comportamentos coletivos podem dar vez a processos de desigualdade social, processos estes, interligados a conflitos e também ao “acontecer solidário”, ambos construídos e interpretados, no mundo da vida a partir do sistema de relevância dos sujeitos.

Nesse capítulo de análise da bibliografia referente ao nosso tema de pesquisa, procuramos, nesta seção, subsídios para entendermos as cidades contemporâneas. Na próxima seção o estilo de vida das grandes metrópoles é o foco, a partir dos estudos de Robert Park.

2.1.1 Cidade enquanto complexos de mundos

A obra de Robert Erza Park (1864-1944), além de fazer sentido como referência para o objeto dessa pesquisa, também traz subsídios em relação à teoria da marginalidade, aqui já observada quando trouxemos alguns desdobramentos dessa teoria para os grandes projetos urbanos do século XX (seção 1.1). A partir das ideias de Park e seus orientandos, políticas públicas segregacionistas, voltadas ao meio social, foram criadas.

Robert Park foi um dos principais líderes do Departamento de Sociologia da Escola de Chicago, onde trabalhou de 1914 a 1933 (GOLDBERG, 2012). Junto aos colegas, estruturou uma área de estudos que hoje conhecemos por sociologia urbana. Um dos objetivos do grupo era dar às pesquisas sociológicas um caráter científico, contrapondo-se aos estudos que consideravam de ordem moral, advindos do reformismo protestante, preponderante até então (MARTÍNEZ, 1999, p. 08).

Robert Park considerava as metrópoles como laboratórios de investigação do comportamento coletivo, um comportamento calcado em relações “impessoais e racionais, regidas por interesse e dinheiro” (PARK, 1999, p. 64). Sob essa perspectiva, não se distancia do pensamento de Weber e muito menos de Simmel, cujo aporte teórico foi um dos fundamentos para seu trabalho (VALLADARES, 2010). Todavia, Park aprofunda algumas análises voltadas especificamente ao espaço urbano, o que é de nosso interesse ao pensar sobre a desigualdade social e os espaços das classes populares.

É nas cidades que os antigos grupos de clãs e parentescos são desfeitos e substituídos por organização social baseada em interesses racionais e predileções temperamentais. É nas cidades, mais particularmente, que a grande divisão do trabalho é efetuada, o que permite e mais ou menos obriga o homem individual a concentrar suas energias e seus talentos na tarefa particular que ele está mais apto a executar, e assim o emancipa e a seus companheiros do controle da natureza e da circunstância que tão completamente domina o homem primitivo. (PARK, 1928, p. 890)

Park, atribuindo grande importância ao espaço, diferenciando-os de forma dicotômica entre espaços da cultura (como os grupos de clãs referidos acima) e da sociedade (as cidades modernas). Ele ficou conhecido por desenvolver o conceito de ecologia humana dentro do modelo pragmático naturalista, considerando a cidade como “o habitat natural do homem civilizado” (PARK, 1999, p. 115). Em seus estudos, busca uma compreensão científica em relação ao isolamento e a desigualdade social observada, por exemplo, na mobilidade social (VALLADARES, 2010; GOLDBERG, 2012).

No prefácio do livro “A cidade e outros ensaios de ecologia urbana”, Martínez (1999) refere-se à inconsistência teórica do sistema biologizante de Park em relação à cidade. Ao ler a obra entendemos o porquê de sua constatação, uma vez que o próprio Park relativiza essa teoria.

Agora, no caso das relações humanas e sociais, as unidades elementares – isto é, os indivíduos, homens e mulheres, que entram nessas várias combinações – estão notoriamente sujeitas a mudanças. Eles estão tão longe de representar unidades homogêneas que parece impossível aplicar um tratamento matemático sério. (PARK, 1999, p.96)

Park observa, também, que não existe na sociedade, como entre árvores e plantas, uma simples transferência de informação. A comunicação entre os seres humanos resulta em transformação que “continua sem cessar, através da acumulação de experiências individuais, na mente dos indivíduos” (Ibidem, p.96). Como se vê, não se fixar na analogia reducionista evocada por Park é seguir seu próprio caminho já que ele mesmo não se fixou no caráter biologizante da sociedade.

A interpretação de Robert Park é construída a partir de um amplo trabalho de campo, principalmente na cidade de Chicago (EUA) que crescia de forma caótica no início do século XX⁷. É nesse contexto que ele resgata a ideia de Simmel de que o indivíduo, em meio às massas, subjuga-se à intelectualidade dominante, sendo seu estilo de vida decorrente do fenômeno urbano (BARRETO, 1987). Park acrescenta que, dentro do fenômeno urbano, se encontra uma organização social e como toda a organização social ela controla, restringe as competências. Especificamente sobre a intelectualidade afirma que ela está limitada por convenções, acordos e leis: “o indivíduo é mais livre no nível econômico do que no político, e mais livre neste último do que no nível moral” (PARK, 1999, p. 138).

7 Licia Valladares observa que “a imagem da cidade como laboratório foi, segundo Leclerc (1979), uma forma publicitária que Park encontrara para explorar o material rico que as cidades americanas ofereciam para que se analisassem os problemas de pobreza, da integração e das formas de organização social da sociedade” (VALLADARES, 2010, p. 42).

Contudo, apesar das restrições, a partir de estrutura e regras formalizadas em códigos e leis, é mais na interação direta e indireta entre os indivíduos que as regras sociais, incluindo, é claro, o nível moral, são mais controladas. Partindo desse pressuposto, relativiza o resultado de certos tipos de projetos urbanos:

As cidades, mesmo aquelas como Washington D.C. que foram planejadas de uma maneira mais elaborada, sempre acabam escapando de alguma forma de nossas mãos. O plano real de uma cidade não é apenas um mero artefato; na mesma medida é um produto da natureza e da vontade. (PARK, 1999, p. 103)

Park não compartilhava com projetos urbanos homogêneos, não partia do pressuposto de que pessoas que vivem em um mesmo local necessariamente têm interesses em comum. Em uma cidade temos comunidades que vivenciam diferentes tipos de relação de vizinhança. Assim, um gueto, formado por imigrantes que vivem sob as mesmas leis e costumes, é diferente de comunidades em que a diversidade de culturas, de etnias é grande, de modo que “não coincide a distância física e a social”, havendo divergência de seus interesses e do sentimento de pertencimento (Ibidem, p. 114).

Quanto ao papel do indivíduo no processo de consolidação da distância física, como a formação dos guetos, é preciso levar em consideração a consciência de si. A ideia que o ser humano tem sobre si forma-se ao mesmo tempo em que ele cria uma concepção sobre o outro, e junto dessa dinâmica, vem a necessidade de ser aceito pelo seu meio.

O indivíduo, que é concebido à parte do que os outros pensam dele, é provavelmente um louco. Em suma, a sociedade em que vivemos é invariavelmente uma ordem moral em que a posição de um indivíduo, bem como a ideia que ele constrói de si mesmo - o que constitui o núcleo de sua personalidade - são determinadas pelas atitudes dos outros e pelos modelos nos quais o grupo se apoia (...). A geografia, a ocupação e todos os outros fatores que determinam a distribuição da população também condicionam inevitavelmente o lugar, o grupo e os companheiros com os quais cada um de nós deve viver. (PARK, 1999, p. 103)

PARK mantém, em certas dimensões de sua análise, posições deterministas. A partir da ideia de ecologia humana sustentou que “as relações humanas podem ser sempre analisadas, com maior ou menor precisão, em termo de distância” (Ibidem, p. 90). Essa distância advém dos diferentes aglomerados urbanos e do isolamento entre grupos nesses aglomerados. Ele afirma que as distâncias físicas são indicadores das distâncias sociais, com a formação do que chama de mosaico de povos segregados. Um grupo passa a ser segregado quando moralmente se isola a fim de “manter a integridade vital do grupo. Na medida em que

a segregação se converte para eles em um meio para um fim, pode afirmar-se que cada povo e cada grupo cultural criam e mantêm seu próprio gueto”⁸ (Ibidem, p. 111). Para ele, o espaço físico condiciona a ordem moral e o status do indivíduo, podendo impedir uma transformação do sujeito.

As grandes cidades para Park são divididas em Áreas Naturais, determinadas pelo “tamanho da população, sua concentração e distribuição dentro da área da cidade” (PARK; BURGESS, 1967, p. 06). A formação das zonas é espontânea e vai criando um modo de vida próprio. Todavia, esse modo de vida é dinâmico, ele exemplifica com uma colônia de imigrantes, como os chineses em Chicago. O imigrante, que devido à cultura e ao idioma vive com outros de uma mesma nacionalidade de forma segregada, pode, com o tempo, pelo dinamismo de sua interação com toda a sociedade, transpor aquela zona. Depois de dominar a língua e ambientar-se com a cultura local é possível habitar em uma zona que não seja exclusivamente de imigrantes.

O contexto migratório, muito efervescente no início do século XX nos Estados Unidos, foi um dos focos de pesquisa empírica de Park. Na década de 1920, ele elaborou um tipo ideal de imigrante chamado “homem marginal”. Devido à ambiguidade do conceito e mudanças no contexto histórico mundial a partir da década de 1930, ele foi utilizado de formas diversas sendo, por exemplo, enfatizado o potencial inovador e criativo do homem marginal. Contudo, alguns pesquisadores, por outro lado, utilizaram o conceito a partir do “potencial de desajustamento e desorganização” do homem marginal (GOLDBERG, 2012). Esta última tendência foi relevante para projetos de intervenção urbana no Brasil que afetaram diretamente o fenômeno das remoções compulsórias de moradia, por isso na próxima seção nos dedicamos a analisar esse conceito.

2.1.2 O homem marginal: interpretação e aplicação

Especificamente sobre os imigrantes, Park publicou em 1928 o artigo *Homem Marginal*, tendo como parâmetro as análises de Simmel sobre o tema (SIMMEL, 2005). Nesse artigo, analisa o indivíduo que vive entre duas culturas, dando ênfase aos judeus que deixam seus guetos na Europa, migrando para cidades da América do Norte em busca de trabalho e liberdade. Esse imigrante, ao passo que assimila a nova cultura, vive em constante conflito e

⁸ Park chama de gueto as colônias raciais de imigrantes que vivem muito isoladas (PARK, 1999, p. 55).

“intensa autoconsciência” enquanto “velhos hábitos estão sendo descartados e novos hábitos ainda não estão formados” (PARK, 1928, p. 893).

Alfred Schütz escreveu em 1944 um artigo chamado “O Estranho” em que faz referência a Robert Park. Afirma que o estudo de Park sobre o homem marginal faz parte de uma excelente literatura sobre “processos de assimilação e ajustamento social” (SCHÜTZ, 2003).

Simmel, a partir de um tipo ideal, já havia analisado os sujeitos que, saindo de sua comunidade, vivenciaram os estranhamentos de uma nova cultura e de um novo espaço (MARIZ, 1988). O conceito de homem marginal não deixa de reforçar o tipo de Simmel, mas se percebe no estudo de Park ênfase no conflito, e não apenas na descrição do contato cultural.

A partir das ideias de Park outras pesquisas sociológicas basearam-se no conceito de homem marginal, ora utilizando-o como base para pesquisas empíricas; ora modificando o conceito (GOLDBERG, 2012). Ou, ainda, focando em apenas um de seus aspectos, como é o caso de Stonequist, orientando de Robert Park, interessado nas consequências para a personalidade.

A partir da tese de seu aluno Stonequist (1937), Park dará mais tarde outro sentido à expressão homem marginal, que passará a ter uma conotação mais negativa, incluindo a situação dos negros do Sul dos Estados Unidos, que vivem à margem da cultura branca. O homem marginal será tipicamente um imigrante da segunda geração, que sofre os efeitos da desorganização do grupo familiar, como a delinquência juvenil, a criminalidade, o divórcio. (VALLADARES, 2010, p. 40)

A relação do conceito de homem marginal com os negros moradores de zonas segregadas dos EUA gerou estudos focados em ideias preconcebidas sobre as comunidades, relacionando-as a desajustamento e instabilidade emocional. Inclusive no Brasil, como já vimos (seção 1.1), cria-se o paradigma da marginalidade interligada ao espaço das favelas, negativizando a ideia de “marginal”, o que também passou para as políticas públicas.

Nesta seção, no entanto, não pretendemos nos delongar com as críticas ao homem Marginal, como as de Perlman (1977) e WACQUANT (2001). Gostaríamos de salientar alguns artigos escritos no Brasil que não relacionaram esse tipo ideal à ordem da reprovação moral, mas analisam os indivíduos que, ao chegarem a uma nova comunidade, refazem seus processos de referência, muitas vezes em situações muito conflitantes. Estamos falando de estudos como os de Octavio Ianni (2004), Florestan Fernandes (2007), Cesar Teixeira (2015)

e Roberta Mélega (2001). Vamos analisar brevemente um estudo de Fernandes que utiliza o conceito de homem marginal.

O artigo intitulado “Tiago Marques Aipobureu: um bororo marginal”, escrito em 1945 por Florestan Fernandes, trata sobre as vivências de Tiago. Ele deixou sua comunidade Bororo a convite de missionários salesianos para estudar e ser professor, passando, inclusive, alguns anos na Europa. Ao iniciar sua carreira de professor não se adaptou ao papel passivo que os missionários lhe impunham. Observou que os missionários o viam como um bororo e, sendo assim, sua ascensão profissional chegaria, no máximo, a professor e catequizador. Esperavam certa passividade dele, como os demais de sua tribo demonstravam ter, mas ao sair de sua comunidade despreendeu-se dos dogmas solidificados até então, de forma que não era mais um bororo como os demais (FERNANDES, 2007).

A reação de Tiago nos faz pensar sobre pessoas de outros povos como ciganos e judeus estudados por Park cujas biografias levaram Park a compreender o homem marginal como alguém que se liberou, emancipou-se de determinada tradição (PARK, 1928). Mas não há uma história igual à outra e o homem marginal é um conceito, não é uma descrição de determinado indivíduo. Tiago tem, então, suas peculiaridades e uma delas foi tentar abandonar o mundo dos não índios. Não atendendo às expectativas dos missionários, e ainda tendo uma postura crítica a eles, passa a ser rejeitado, e por isso decide retornar a sua comunidade. Todavia, por ter ficado muitos anos longe, perdeu as habilidades físicas que precisava para ser um bom caçador e ter reconhecimento entre seus pares (FERNANDES, 2007). Além disso, o afastamento e o convívio com outras comunidades possibilitaram que ele visse de uma forma mais crítica a sua comunidade. Uma das coisas que o contraria é a transformação dos costumes, percebendo que vários deles haviam sido deixados de lado sem a comunidade ter consciência disso.

Ele observa e analisa sofregamente os padrões tradicionais de comportamento, porque procura uma solução, uma forma de ajustamento – ao contrário de seus companheiros da tribo, que perdem em perspectiva o que ganham em integração. Por isso, no fundo, além de encontrar uma explicação para a sua conduta de desajustado, descobre falhas nos outros que, sem perceberem as mudanças, não sabem que seu comportamento está bastante distanciado dos padrões tradicionais da tribo. As condições modificam-se, os homens não podem ser sempre os mesmos – uns em maior, outros em menor grau. É outra forma de compensação desenvolvida pelo marginal, que Tiago revela de modo acentuado. (FERNANDES, 2007, p. 314)

Através de Tiago, o sociólogo Florestan Fernandes descreve duas culturas diferentes, a partir da biografia de um indivíduo, as suas escolhas, possibilidades e trajetórias. Para tanto,

utiliza como conceito central a ideia de marginalidade, mas uma marginalidade não determinista, apresentando, inclusive, como hipótese mais viável ao futuro de Tiago a diminuição dos conflitos internos e uma vida mais integrada em sua tribo.

A biografia de Tiago poderia ser analisada através de outros conceitos como pelo viés do hibridismo, desfocando da ideia de margens e limites. O hibridismo é um conceito que nos remete a desestabilização, mistura e renovação cultural (HANNERZ, 1997). Contudo, o conceito de homem marginal continua relevante diante do processo histórico que envolve tanto os primeiros encontros com o “novo” como as futuras vivências marcadas pela trajetória passada. Nesse sentido, destacamos o artigo “Uma longa viagem” de Octavio Ianni em que trabalhou com esse conceito. Ele aborda as vivências de uma família do sul rural da Itália que migra para uma cidade industrial, e com uma parte desse texto terminamos essa seção,

Pode ser apenas um solitário, retirante, perseguido, ambicioso, viandante; mas podem ser muitos, milhares, milhões, afetados por desastres ecológicos e epidemias, guerras e revoluções, xenofobias e etnicismos, racismos e fundamentalismos, em busca de trabalho, refúgio, raízes, paz. Continuam a percorrer territórios e fronteiras, continentes, ilhas e arquipélagos, levando pelos caminhos as marcas dos próprios passos, desenhando no mapa do mundo os sinais de suas errâncias (...) continua a lembrar a partida e o caminho percorrido, recriando situações, pessoas, vivências, imagens, diálogos, sentimentos, memórias, fragmentos, esquecimentos (...). A condição de migrante é, simultaneamente, a de quem está aqui e lá, em duas ou mais situações, perspectivas, modos de ser. Pode desenvolver certa equidistância, visualizar criticamente a sociedade adotiva e a originária, colocar-se em condição de “marginal”. (IANNI, 2004, p.165)

3 - PERCORRENDO A BIBLIOGRAFIA: CORRELAÇÕES PARA A DIMENSÃO DO CONHECIMENTO

Conforme veremos nos textos aqui referenciados, em variados espaços, grupos humanos precisaram mover-se e trocar o local em que viviam – o bairro, a cidade –, sair de um espaço rural para um urbano, entre outras trajetórias. As mudanças podem acontecer espontaneamente, por estratégias de pequenos grupos que necessitam de espaços – para produzir melhor seus alimentos, por exemplo. No entanto, as remoções também ocorrem devido às catástrofes ambientais e projetos de governo relacionados a intervenções urbanas.

Remoções de moradia relacionadas a intervenções urbanísticas e estratégias políticas ocorrem frequentemente de forma compulsória. Na seção que segue, procuramos trazer à luz estudos relacionados a esse tema específico. Em especial, analisamos a literatura referente ao deslocamento compulsório de moradores de favelas no Brasil, um fenômeno organizado com o intuito de solucionar o que é considerado pelos governantes como um problema para o desenvolvimento das metrópoles brasileiras.

3.1. Políticas habitacionais e remoções de favela ao largo do processo histórico brasileiro e suas inflexões socioeconômicas

A ordem que é possível destacar dessa auto estruturação não é nem histórica, nem a-histórica, mas trans-histórica, no sentido de que atravessa a história de um modo cumulativo mais do que simplesmente aditivo. Mesmo se comporta rupturas, mudanças súbitas de paradigmas, esses próprios cortes não são simplesmente esquecidos: tampouco fazem esquecer o que os precede e aquilo de que eles nos separam: também fazem parte do fenômeno de tradição e de seu estilo cumulativo. (Paul Ricoeur, 1995, p. 26.)

Ao analisar as políticas públicas voltadas às favelas, pesquisadores das ciências humanas apontam para a década de 1940 como a época em que ocorrem os primeiros projetos oficiais voltados à questão da moradia para pessoas de baixa renda (BAIERLE, 1992, BURGOS, 2006). No entanto, Valladares (2000), Baierle (1992), Maricato (2000) e Pesavento (1999) ressaltam que ações públicas de remoção de moradias consideradas precárias já

ocorriam em décadas anteriores, como as intervenções voltadas aos cortiços⁹. Valladares, em relação à gerência da pobreza pelos órgãos públicos, observa que no século XIX o cortiço era

(...) caracterizado como verdadeiro "inferno social", o cortiço era tido como antro não apenas da vagabundagem e do crime, mas também das epidemias, constituindo uma ameaça às ordens moral e social. Percebido como o espaço, por excelência, do contágio das doenças e do vício, sua denúncia e condenação pelo discurso médico-higienista foram seguidas por medidas administrativas: primeiro, uma legislação proibindo a construção de novos cortiços no Rio; em seguida, uma verdadeira "guerra" que resultou na destruição do maior de todos, o "Cabeça de Porco"; e finalmente, a grande reforma urbana do prefeito Pereira Passos, entre 1902 e 1906, que se propunha a sanear e civilizar a cidade acabando com as habitações anti-sanitárias. (VALLADARES, 2000, p. 07)

Betânia Alfonsin (2000) ressalta que a separação dos pobres na cidade é característica da sociedade ocidental pós-revolução industrial. Sua análise aponta para a necessidade de observar tanto o discurso oficial como as práticas dos governantes, uma vez que temáticas *invisibilizadas* nos discursos mantêm-se enquanto ações estratégicas. Os cortiços do século XIX, assim como as primeiras “vilas de malocas” de Porto Alegre, são um exemplo, apresentam-se como invisíveis dentro do contexto público. Os cortiços foram proliferando pelo centro da cidade e nenhum serviço de apoio a seus moradores foi pensado e, quando inoportunos para determinado projeto urbano e para interesses imobiliários, foram removidos (Ibidem).

Essa perspectiva histórica é importante para observamos a longa duração de alguns processos socioeconômicos, incluindo a representação em relação às favelas e seus moradores, representações estas que justificavam as remoções compulsórias organizadas pelo poder público. Então, era comum, também na primeira metade do século XX, ouvir nos discursos dos governantes, ou ler nos jornais associações entre a moradia dos pobres e desordem ou sujeira. Podemos aqui exemplificar com a publicação no jornal Correio do Povo do relatório do então prefeito de Porto Alegre, Ildo Meneghetti, referente ao ano de 1949.

A complexidade do controle das malocas exige um trabalho rude e afanoso, se considerarmos o meio ambiente em que se deve processar a ação do poder público, face aos elementos heterogêneos e inadaptáveis, incapazes, em sua maioria, de compreender a situação de geral precariedade de que se reveste tal espécie de habitação. Ao invés, atêm-se seus moradores simplesmente à forma econômica de viver que as malocas lhes proporcionam, por não

⁹ Quanto à caracterização dos cortiços, entre final do Século XIX e início do XX, Maria da Penha Siqueira considera que “representavam variações de um mesmo padrão: o da habitação coletiva. Caracterizados normalmente por um grande portal de entrada que assumiam formas de ferradura, da letra U, alguns apresentavam filas de cômodos alinhando quartos geminados, alguns assobradados” (SIQUEIRA, 2008, p. 225).

sujeitarem-se ao pagamento de aluguel. Essas construções, como é sabido, foram levantadas clandestinamente em algumas ruas, em 32 locais diversos (...). Ressentindo-se dos mais rudimentares preceitos de higiene, constituem elas, é certo, grave perigo e constante ameaça não só à saúde de seus moradores, como mesmo da população em geral, e mais, séria advertência aos bons costumes, em virtude da semi-promiscuidade em que se encontram os ocupantes dos improvisados domicílios (...) temos procedido à remoção de centenas dessas moradias por seus pontos mais vantajosos para todos, inclusive mesmo para seus ocupantes, por disporem de área mais espaçosa onde mais comodamente se instalam. (CORREIO DO POVO, 1950, p. 09)

Como se vê, em meados do século XX mantém-se o discurso higienista tão presente na expulsão dos pobres dos cortiços. Nas antigas intervenções do poder público, voltadas à “limpeza” da cidade, os engenheiros e médicos sanitaristas lideravam “ações de controle da pobreza como sintoma de doença” (OLIVEIRA SOBRINHO, 2013, p. 215). Sendo Ildo Meneghetti engenheiro, é possível afirmar que, para além de prefeito, ele era parte de uma elite formada para liderar ações de progresso a partir de uma ordem higienista.

Pelo que observamos o discurso só apresentou algum sentido para as elites, uma vez que aos olhos dos moradores de malocas, sua agência em relação à moradia estava diretamente relacionada à sua sobrevivência na cidade. Não era objetivo não pagar aluguel, apenas os valores deste não condiziam com os seus ganhos. Nesse sentido, é interessante a análise de Agatha Carvalho quando ressalta que a origem das favelas está na precariedade urbana, na “junção da pobreza dos habitantes com o descaso do Estado, mas também a partir de uma criatividade política e cultural e capacidade de articulação e organização demonstrada pelos seus moradores” (CARVALHO, 2016, p. 31).

Ainda sobre o discurso do Prefeito Ildo Meneghetti, convém esmiuçar um pouco a questão dos aluguéis. Ao abordar a política de Getúlio Vargas voltada aos trabalhadores, Adalberto Cardoso nos dá uma dimensão do que era o salário mínimo (criado em 1938) e do quanto o trabalhador gastava em aluguel:

O salário mínimo de 240 mil réis dava para alimentar 2,6 membros da mesma família por mês e nada mais. O simples aluguel de uma casa para essa família, por sua vez, requeria 2,6 salários mínimos. É claro que a renda mínima não se destinava a famílias de classe média, que gastavam apenas com criados, em 1939, 200 mil réis em média. (CARDOSO, 2010, p. 801)

No ano em que foi publicado o discurso de Ildo Meneghetti, o salário mínimo havia sido reajustado para Cr\$380,00 e o preço dos aluguéis estava congelado, mas, mesmo assim o valor continuava alto e, além disso, havia carência de casas para alugar. Em 1942, foi criada

no Brasil a Lei do Inquilinato que estipulou o congelamento dos aluguéis com o intuito de proteger os trabalhadores e estimular a construção civil com casas para venda. No entanto, a principal consequência foi um recuo no mercado de aluguéis, com alto número de despejos em um contexto de crescimento das cidades e impossibilidade das pessoas de renda baixa efetuar a compra da casa própria (SIQUEIRA, 2008).

Para entendermos o contexto social em que as políticas de remoções compulsórias são engendradas, é interessante a leitura de Maricato (2003). A autora aponta que as grandes cidades eram representadas pelos cidadãos brasileiros como algo positivo até meados do século XX, quando fatores como violência e extrema miséria não eram disseminados pelos espaços das cidades. Inclusive, o imaginário da metrópole como lugar para viver bem e trabalhar, contribuiu para que os trabalhadores do campo migrassem em massa para centros urbanos que não estavam preparados para recebê-los.

Contudo é claro que outros fatores influenciaram o êxodo rural. Um exemplo foi o fato de a legislação trabalhista, criada em 1943, não abarcar os trabalhadores do campo. Eles também não foram beneficiados com o cercamento dos campos e as novas tecnologias agrárias como a mecanização das lavouras (normalmente apenas os latifundiários tinham condições de adquirir novos maquinários, por exemplo) (MONTEIRO, 2004, QUINTANA, 2011).

Em pesquisa editada em 1951, o sociólogo Laudelino Medeiros conclui que, em Porto Alegre, já no final da década de 1940, as pessoas de origem rural perfaziam um total de 49,45% dos moradores das malocas. Em uma das vilas analisadas, ele realizou um levantamento em relação à profissão que exerciam seus moradores. Concluiu que 54,25% “trabalhavam de biscates e changas” – pequenos serviços ou *bicos*. Uma atividade considerada rentável e o “centro de interesse coletivo” da comunidade era a coleta de papel velho em um lixão que havia do lado da vila. Quanto ao lazer, havia duas canchas de jogo de osso, muito frequentadas pelos homens (MEDEIROS, 1951).

A migração em massa foi trazendo novos contornos aos bairros e favelas ocupados pelas famílias de baixa renda. A complexidade do processo de urbanização passa a ser interesse de estudos nas Ciências Sociais e Econômicas em meados do século XX, com foco nos processos de “superurbanização”. Pesquisadores de orientação marxista, na década de 1960, estudaram sobre a “massa marginal” e a incapacidade do sistema de absorver esses trabalhadores (VALLADARES, 2005).

Também, naquela década, entre as linhas de pesquisa se sobressaem as que partem da Teoria da Marginalidade para pensar os processos urbanos. Essa teoria absorve duas

dimensões novas em relação aos estudos de até então: a dimensão espacial – tendo os bairros marginais como foco de observação – e a dimensão sociocultural a partir da cultura da pobreza (VALLADARES, 2005). Essa teoria tem origem nos estudos de Robert Park que se dedicou a entender o homem marginal, como veremos nesse capítulo.

A Teoria da Marginalidade, segundo Perlman (1977), tornou-se a base do discurso para justificar a remoção. Podemos exemplificar isso através de um documento produzido pela prefeitura de Porto Alegre em 1966. Nesse ano, foi realizado um levantamento sócio habitacional constando uma seção especial chamada “Marginalismo Habitacional” que, ao definir maloca, afirma: “Nesses aglomerados predominam a promiscuidade, a completa falta de higiene, a mortalidade infantil, a delinquência juvenil, os desajustes familiares, o ‘meretrício’ desde as mais tenras idades e enfermidades diversas” (PREFEITURA, 1966).

O discurso do marginalismo habitacional, utilizado pelo poder público de Porto Alegre em 1966, foi acompanhado de contundentes ações institucionais de expulsão dos moradores de favela para as franjas da cidade. Nesse ano, foi criada a Vila Restinga, 27 quilômetros de distância do Bairro Centro, localizada em um espaço rural em que não havia nenhuma instituição, nenhum tipo de infraestrutura ou estabelecimento comercial. A única linha de ônibus perfazia apenas dois trajetos por dia até a região central da cidade, onde as pessoas ainda trabalhavam (ZAMBONI, 2009).

A criação da Vila Restinga, hoje Restinga Velha, nos faz pensar sobre a forma em geral como, desde o século XIX, as pessoas eram praticamente expulsas de sua moradia. A mudança não se limitava à troca de cortiços e favelas por outro tipo de habitação. Na prática, as pessoas eram incentivadas a sair de regiões mais valorizadas para morarem em zonas periféricas, com pouco ou nenhum recurso. Eles ficavam “geograficamente isolados das inúmeras oportunidades que a vida urbana tem para oferecer, e que os havia atraído inicialmente” (PERLMAN, 1977, p. 236).

Esse tipo de intervenção urbana, que parte da necessidade de “lugares para os pobres”, encontrou uma de suas bases teórico-explicativa na ideia de “ecologia urbana” (ver seção 1.3.3) seguida, inicialmente, pelos sociólogos da Escola de Chicago, criada em 1892 (FRÚGOLI Jr., 2005) e depois disseminada pelo mundo em meados do século XX (MONTE-MÓR, 2006). A partir dessa concepção o “organismo urbano” é entendido como um múltiplo de zonas com espaços e funções determinados, havendo uma “segregação natural por valores e interesses comuns” (Ibidem, p. 65). A ideia de Zonas Naturais de Robert Park, e a importância que atribuía à intervenção urbana para a transformação moral, estruturaram algumas políticas públicas de remoção, mas modificando a ideia inicial de Park sobre o

homem marginal. No Brasil o marginalismo era “algo a ser erradicado materialmente, um sintoma que teria uma cura simples: remoção das favelas e construção financiada pelo governo de moradias *adequadas* de baixo custo” (PERLMAN, 1977, p. 137).

Boaventura Santos, na década de 1970, publicou um estudo das dinâmicas sociais de uma favela do Rio de Janeiro a qual chamou de Pasárgada. Ele observou que o medo da remoção orientava o repertório de estratégias de sobrevivência na favela:

Antes de os terrenos de Pasárgada passarem para o domínio público, várias foram as tentativas empreendidas pela polícia para expulsar em massa os moradores. E mesmo depois disso a sobrevivência da comunidade nunca esteve garantida, uma vez que se conheciam casos de remoção de favelas construídas em terrenos do Estado. Chamar a polícia aumentaria a visibilidade de Pasárgada como comunidade ilegal e poderia eventualmente criar pretextos para remoção. (SANTOS, 1993, p. 06)

Vanessa Zamboni analisa a história de antigos moradores das vilas Ilhota e Santa Luzia localizadas em Porto Alegre e removidas para a Vila Restinga em 1966. A autora acompanha, através de entrevistas e fontes documentais, a formação de um novo território que reuniu pessoas de comunidades diferentes, expulsas de suas moradias localizadas próximas ao bairro central da cidade.

Percebeu-se que os territórios de origem permanecem vivos em suas lembranças, dando-lhes nome e identidade (...) as remoções ao serem impostas de forma arbitrária, desconsiderando aspectos fundantes desses grupos sociais, tais como os laços de pertença aos territórios e ao próprio grupo, tornam-se eventos traumáticos, com sequelas irrecuperáveis. (ZAMBONI, 2009, p. 09)

Na década de 1970, vários pesquisadores passaram a defender a ideia de que não fazia sentido considerar uma favela como um espaço marginal uma vez que são lugares também afetados pelos contextos socioeconômicos. “Além de crescerem junto com a cidade e apresentarem um grande dinamismo econômico, reuniram uma população que integrava o sistema político, econômico e social dominante” (VALLADARES, 2005, p. 254).

Perlman (1977), analisando as favelas cariocas, registrou na década de 1970 que, embora houvesse uma separação entre os moradores da cidade formal e os moradores de favela, eles mantêm interação principalmente através do trabalho, com os moradores da cidade urbanizada. Ela critica a Teoria da Marginalidade descrevendo o ambiente das favelas e seus moradores, ressaltando a diversidade econômica e cultural desses espaços onde, por exemplo, se encontram associações de moradores e famílias que prosperaram com o comércio local. Sobre Nova Brasília/RJ, Perlman salienta a presença de sapatarias, lojas de artigos de

umbanda, loja de roupas etc. Ela sustenta que a favela é parte vital da cidade e nela está integrada.

Estudos mais recentes (BAIERLE, 1992; MAGALHÃES 2013, MENEZES, 2016) também enfatizam o processo de organização dos moradores de bairros de baixa renda e das favelas brasileiras durante o século XX. No Rio de Janeiro foi criada, na década de 1950, a União dos Trabalhadores Favelados e a Federação das Associações de Moradores da Guanabara (FAFEG) que apresentavam como pauta de luta a criação de projetos de urbanização e não remoção. Sérgio Baierle destaca que em Porto Alegre, na década de 1970, já havia 23 associações, apenas na grande Vila Cruzeiro. Em 1979, a Associação dos Moradores da Vila Tronco, parte da Grande Cruzeiro, organizou um abaixo-assinado com a participação de 23 mil pessoas cujo objetivo era sensibilizar as autoridades para a não remoção de moradias e:

Não aceitação de planos feitos em gabinetes fechados por tecnocratas e exigência de consulta popular no caso de planos que envolvam os moradores (...) já que o objetivo era embelezar a área, não era necessário remover os barracos, bastava fornecer o material que os moradores construiriam belas casas em regime de mutirão (...) novas remoções não serão aceitas. (BAIERLE, 1992, p. 290)

Maricato também apresenta importante contribuição ao tratar do processo de segregação espacial que acompanha a formação das favelas e o fenômeno das remoções compulsórias no Brasil. Ela sustenta que esse processo começou com as inúmeras famílias que não tinham condições de comprar ou alugar um imóvel, passando a morar em áreas irregulares (dois milhões de pessoas apenas no município de São Paulo). Normalmente esses territórios apresentam problemas de infraestrutura: “transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches” (MARICATO, 2203, p. 152). Acresça-se que, moradores de favelas costumam ter menos oportunidades de emprego formal e profissionalização com “maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer” (Ibidem). A forma como os órgãos do Estado, responsáveis pelas políticas de habitação, lidam com esse fenômeno está vinculada, segundo ela, aos interesses imobiliários que marcam o contexto de privatização da esfera pública.

Quando a localização de uma terra ocupada por favelas é valorizada pelo mercado imobiliário, a lei se impõe. Lei de mercado, e não norma jurídica, determina o cumprimento da lei. Não é por outra razão que as áreas ambientalmente frágeis, objeto de legislação preservacionista,

“sobram” para o assentamento residencial da população pobre. Nessas localizações, a lei impede a ocupação imobiliária: margens dos córregos, áreas de mangues, áreas de proteção ambiental, reservas. (MARICATTO, 2003, p. 159)

A partir da leitura de Maricato, é interessante focar a análise na estrutura e no traçado do espaço urbano brasileiro que se configurou no século XX, relacionando-o à segmentação de classe. Nesse sentido, os estudos de Caldeira e Frúgoli Júnior são importantes contribuições. Frúgoli destaca as configurações espaciais produzidas salientando que a concentração e heterogeneidade das cidades dão lugar à cidade moderna, segmentada com locais especializados que preveem modernos meios de locomoção para vincular os espaços, sendo as ruas não mais lugar de sociabilidade, de compras, mas de tráfego (FRÚGOLI JÚNIOR, 1995).

Caldeira (2000) ressalta a presença no Brasil, desde a década de 1980, dos condomínios (enclaves fortificados), caracterizados pela presença de um segmento social em um mesmo espaço de lazer, trabalho e consumo. A opção pelos condomínios, segundo ela, resulta no abandono da esfera pública, considerada violenta e perigosa.

Cabe aqui um aparte em nossa análise dos estudos sobre o Brasil para registrar que Jane Jacobs (2011) já apresentava estudos nesse sentido, apontando para dinâmicas sociais nos Estados Unidos que, de fato, resultaram em ambientes públicos estéreis ou mais violentos, justamente pelo completo abandono. Ao analisar as metrópoles norte-americanas de meados do século XX, Jacobs aponta para os problemas que podem advir de uma cidade que mantém rígidos princípios funcionalistas caracterizados pela monotonia e esterilidade. Ela sustenta a necessidade de distritos como o de North End, em Boston/US, em que pessoas de variadas classes e etnias interagem nas ruas e no comércio local. O distrito era formado por profissionais como carpinteiros, serralheiros, padeiros. As ruas “tinham vida com crianças brincando, gente fazendo compras, gente passeando, falando” (JACOBS, 2011, p. 145). Bairros estéreis, para ela, são aqueles que não geram encontros, trocas comerciais, enfim, que não sejam bons para o povo e seus negócios.

No Brasil da década de 1970, embora haja a presença de favelas e cortiços na região central das metrópoles, a maior parte das populações de baixa renda encontra-se na periferia. Consolidam-se, nessa época de Ditadura Militar, programas como o Remover para Promover, em Porto Alegre. Esse programa possibilitou a construção de diversos conjuntos habitacionais financiados pelo SFH (Sistema Financeiro de Habitação). O SFH foi criado em 1964, tendo como órgão gestor o Banco Nacional de Habitação (BNH). As remoções das favelas faziam

parte de projetos de intervenção urbana centrados na dualidade centro/periferia. O sistema, também subsidiava financiamento para pessoas de baixa renda comprar um imóvel. Surgem, então, as Companhias Habitacionais (COHAB). Para a compreensão desse contexto referente à segunda metade do século XX, os estudos de Otilia Carrion são interessantes por apontar o processo das políticas voltadas à moradia com foco em uma análise socioeconômica.

Carrion (1991) informa sobre as possibilidades que pessoas de baixa renda encontravam para adquirir uma casa antes e durante a criação do SFH. Anteriormente, ou seja, até a década de 1960, os poucos financiamentos que existiam eram feitos através de Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões. Com o financiamento em mãos, comprava-se um terreno e aos poucos a casa era construída. Já a partir de 1964 ocorrem mudanças:

(...) desestimulou-se esse tipo de procedimento. A alternativa, o produto que passou a ser oferecido para a população de menor poder aquisitivo, foi a casa própria já pronta, nos moldes construtivos do BNH. Então, o adquirente devia comprar o terreno com a casa já construída. É claro que isso restringiu muito as possibilidades de acesso à moradia no mercado formal: o interessado ou tinha a renda exigida e a disponibilidade financeira para comprar o imóvel pronto, ou não comprava nada. (CARRION, 1991, p. 293)

O BNH, por ser um banco e não um órgão de fomento, cobrava juros pelos financiamentos, inclusive para as pessoas de renda entre um e cinco salários mínimos que deveriam, por décadas, permanecer como mutuários. Ocorre que, na década de 1980, o Brasil passava por uma grave crise financeira com forte estagnação da economia, resultando na redução dos salários e aumento na taxa de desemprego. Em meio a esse processo, elevou-se muito o número de inadimplentes, e por isso o BNH deixou de atender às pessoas de renda entre um e cinco salários mínimos (CARRION). Ora, em um contexto de crise financeira, desemprego e poucas alternativas para alugar ou adquirir uma casa, o resultado foi o crescimento do número de moradores de favelas.

Na década de 1970, aproximadamente 15% da população de Porto Alegre moravam em favela, já na década de 1980 cresce para 30% conforme estimativa da Prefeitura Municipal (CARRION, 1991, p. 295). Baierle também salienta o crescimento das favelas chamando a atenção para o contexto socioeconômico: “Se até 1980 a migração campo/cidade podia ser considerada a principal responsável pelo crescimento destes núcleos, atualmente já é o descenso social que coloca milhares de trabalhadores nesta situação” (BAIERLE, 1992, p. 94).

Lago e Cardoso, ao avaliarem as políticas públicas nacionais voltadas à moradia na década de 1980 e o crescimento das favelas nesse período, apontam como marco a extinção

do SFH. Acresça-se a isso, segundo os pesquisadores, a ausência de qualquer programa institucional que buscasse solução para os problemas na área da habitação. Com o fim do SFH ocorreu “a forte queda das construções habitacionais, passando o financiamento imobiliário a depender principalmente dos recursos próprios dos compradores o que levou o mercado a se concentrar mais ainda nas camadas de maior renda” (LAGO; CARDOSO, 2015, p. 356).

Rolnik (2015), Zarias e Brito (2014) analisam o contexto de redemocratização, quando a política de remoção compulsória perdeu força para projetos de urbanização das favelas vinculados às municipalidades. Ou seja, mecanismos de erradicação de favelas não se apresentam como elementos fundantes dos projetos urbanos. Estes buscam qualificar os assentamentos urbanos com equipamentos e infraestrutura. Magalhães (2013) chama a atenção, inclusive, para o fato da terminologia “remoção” perder força na década de 1980, estando totalmente atrelada às políticas públicas do período de ditadura militar. Analisando a perspectiva de consolidação das favelas cariocas na década de 1980 ele afirma:

Se anteriormente se percebiam as favelas como “provisórias” e, portanto, quase todas as ações direcionadas a estas previam sua eliminação do espaço da cidade, o longo caminho percorrido por elas e seus moradores, por conjunturas que por vezes lhes eram mais favoráveis, por vezes não, acabaria por transformá-las em uma forma urbana entre outras, seja através da luta dos próprios moradores pelo reconhecimento de seus direitos, seja pela pura pressão de seu crescimento vegetativo, a qual as políticas de habitação e a própria especificidade da urbanização brasileira a partir dos anos 1980, não conseguiriam interromper (MAGALHÃES, 2013, p. 14).

Sobre a luta pelos direitos, referidos acima, Betânia Alfonsin (2010) ressalta a organização, na década de 1980, do Movimento Nacional de Reforma Urbana. Ele teve um papel fundamental para a aprovação do Artigo 183 da constituição de 1988, que estabelece o princípio da função social da propriedade. Esse artigo prevê a democratização do acesso à terra urbana. Ele parte do direito à cidade e do reconhecimento do “problema da concentração e acumulação de terra em mãos privadas como causa da exclusão de famílias do acesso à terra e à moradia” (ALFONSIN, 2000, p. 157). A legislação e o reconhecimento institucional do direito à cidade, experienciado por vários municípios brasileiros, serão a base para a criação do Estatuto da Cidade em 2001 “que incorpora a democratização da gestão municipal como diretriz da política urbana e introduz o direito difuso à cidade sustentável no ordenamento jurídico” (ALFONSIN, 2010, p. 96).

Freitas estuda a criação em Belo Horizonte do Profavela (Lei Municipal nº 3.532/83) salientando nesse contexto a agência dos movimentos em prol da moradia, já ativos naquela

capital nessa primeira etapa democrática. Então, com a articulação entre prefeitura e movimentos sociais, segundo Freitas, começou a se efetivar o Profavela, a partir do “reconhecimento da favela como integrante da cidade” (FREITAS, 2018, p. 999).

A literatura aponta que as ações dos órgãos do Estado responsáveis pelas políticas de habitação não apresentaram nenhum projeto de transformação consistente entre as décadas de 1980 e 1990 e muito menos com caráter preventivo em relação a moradias, havendo apenas ações corretivas (CARDOSO; ARAGÃO, 2011; MIAGUSKO, 2008). Mas, vários estudos nas Ciências Sociais e Urbanismo destacam ações efetivas de regularização fundiária e urbanização do poder público em Porto Alegre entre as décadas de 1980 e 1990 (MITTELMAN 2000, ALFONSIN, 2010, SILVA 2005). Contextualizando um pouco, sabe-se que nessa metrópole, no ano de 1996, havia 284.922 mil pessoas morando em núcleos e vilas irregulares (SILVA, 2005).

Baierle (1992), Gutierrez (2014) e Alfonsin (2000) analisam a história de um processo de ocupação e *quase* remoção que afetou centenas de famílias moradoras em conjuntos habitacionais do loteamento Jardim Leopoldina. Em 1987 essas famílias ocuparam o Jardim Leopoldina II. Eram formadas majoritariamente por trabalhadores que não tinham condições de pagar aluguel, prestações de financiamentos ou não se encaixavam no perfil exigido para os financiamentos, como por exemplo, ter estabilidade no emprego. Essa área era a parte do loteamento que não fora repassada para mutuários porque a empresa construtora faliu no final das obras, e por isso foi foco de ocupação. Ameaçados de remoção os moradores organizados conseguiram que a Prefeitura Municipal tomasse a frente do problema. O Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) “contraiu empréstimo com a linha da Caixa Econômica Federal para a aquisição do Conjunto Habitacional (...) os ocupantes passaram a ser mutuários do DEMHAB” (ALFONSIN, 2000, p. 169).

Embora a tônica municipal em Porto Alegre fosse a regularização fundiária, houve remoções de assentamentos irregulares chamados pelo DEMHAB de reassentamento. Esse tipo de remoção diferencia-se por ter um processo mais dialogado com as comunidades que costumavam obter algumas alterações a seu favor nos projetos dos novos residenciais – a comunidade do Bairro Belém Novo que foi removida para o loteamento Chapéu do Sol, por pressão junto à Prefeitura, conseguiram que as casas tivessem um total de 32 m² e não 20 m² como constava no projeto original.

No entanto, estudos (por exemplo, SANTANA, 1997; VIANA, 2006; SOARES 2014) apontam para os conflitos, na década de 1990, entre a Prefeitura de Porto Alegre e diversas

comunidades cujos membros lutam contra o impacto de morar em um novo bairro, junto a comunidades desconhecidas e em casas padronizadas.

A dificuldade em aceitar as casas construídas pelo DEMHAB foi estudada por Santana (1997) a partir de etnografia na Vila Cai Cai, localizada à beira do Lago Guaíba, entre a Avenida Padre Cacique e Av. Guaíba. A antropóloga percebeu que uma das maiores dificuldades não era aceitar as novas casas que existiam no local em que seriam reassentados, mas sim conceber a falta de pátio. Este, além de local para descanso, sociabilidade e trabalho, também representava para as famílias um espaço de reorganização a partir da construção de mais uma peça, desmanche, construção de outra, abertura de uma porta aqui, fechamento de uma porta acolá. Enfim, o pátio representava possibilidades de organização familiar, rearranjos, sem perder os vínculos. Mas essa construção real e simbólica foi uma das perdas com a mudança. Essa comunidade foi removida para outro bairro da cidade, para um loteamento com casas monótonas de pouco espaço interno e sem pátio.

Villaça (2011), focado no estudo urbano das capitais brasileiras, principalmente São Paulo, aborda complexos arranjos sociais da década de 1990 e que vão além das ruas ou bairros, formando regiões qualificadas pela segregação de classe. Ele compara a presença das camadas mais ricas da sociedade com as mais pobres em determinados espaços a partir de dimensões como o lazer e o trabalho. Suas pesquisas demonstram que os mais pobres concentram suas áreas de trabalho em variados espaços misturando-se aos territórios de moradia, trabalho e lazer dos ricos. Contudo, apenas na função de trabalhadores encontramos os mais pobres em áreas diversas (diríamos aqui enquanto seres invisíveis). Eles não interagem com os mais ricos no que concerne à moradia e lazer e, normalmente, moram em locais distantes, já os mais ricos, a chamada classe dominante, tem uma tendência a concentrarem o trabalho, o lazer e a moradia em um só espaço. Este espaço recebe mais investimento público porque, segundo Villaça, as classes altas possuem maior poder para influenciar a legislação urbana e o mercado imobiliário.

Ao comandar a produção do espaço urbano, a classe dominante comanda não só a sua produção material e direta, seu valor e seu preço (comandando o mercado imobiliário). Comanda também as ações do Estado sobre esse espaço (legislação urbanística, localização dos aparelhos de Estado, produção do sistema de transportes etc.) e ainda a produção das ideias dominantes a respeito dele. Tudo isso na verdade é o que especifica o espaço urbano. (VILLAÇA, 2011, p, 53)

COELHO (2017) aborda os efeitos das políticas de regularização fundiária em relação aos moradores de favelas do século XXI, pós-marco regulatório do direito à moradia. Seu

estudo nos põe a pensar que: não remover não se constitui em si, como política de apoio às favelas. Coelho afirma que, embora as iniciativas de urbanização e regularização fundiária promovidas nas favelas tenham melhorado as condições de vida e possibilitado, de certa forma, o direito à moradia, não conseguiram garantir a moradia “adequada”. Também ressalta, a partir de dados da Fundação João Pinheiro, que a inadequação domiciliar superou, em 2012, a falta de moradia no Brasil,

mostrando que a necessidade de urbanizar e qualificar moradias é maior que a necessidade de construir novas unidades (...).A visão da favela como local rico e dinâmico, onde as soluções parecem emergir espontaneamente e os moradores são felizes, pode colocar em dúvida a necessidade de se intervir nestes espaços. No entanto, a favela ainda requer investimentos e melhorias consistentes (COELHO, 2017, p. 26).

Sobre remoções compulsórias no século XXI, a tese de Magalhães (2013) apresenta, a partir de pesquisa realizada na cidade do Rio de Janeiro, o argumento de que esse tipo de deslocamento é retomado não como ação de erradicação das favelas, como nas décadas de 1960/1970, mas como parte de um repertório de práticas que veem na favela um problema a ser controlado dentro da percepção dual de cidade (incluído/excluído, pertence/não pertence). Apoiando-se nas ideias de Foucault, ele considera que as remoções demandam “esforços para regularizar (no sentido de regular, controlar, delimitar) as circulações e os fluxos (de pessoas, mas também de coisas)” (MAGALHÃES, 2013).

Na década de 1970, as remoções nas metrópoles estavam atreladas a territórios – ocorrendo o “despejo” de comunidades inteiras em regiões periféricas da cidade, com ou sem loteamentos. Ocorre que, no século XXI, com um Estado focado em garantir fluxos e circulações (MAGALHÃES, 2013), novas estratégias entram em cena. De uma maneira geral, os representantes municipais entram em contato com as famílias a serem removidas oferecendo diversas possibilidades, menos a de manterem-se em seu território, uma vez que este é considerado irregular, de risco ou fundamental para receber alguma grande obra urbana. As famílias podem optar em ir para um loteamento na periferia da cidade ou ganhar um bônus de auxílio moradia. Com o valor do bônus, normalmente não é possível manter residência próximo ao trabalho, de forma que essa possibilidade também “empurra” os removidos para a periferia (MOROSO; MÜLLER, 2015). Portanto, as novas circulações e fluxos relacionam-se com o processo de metropolização.

Pesquisadores das ciências humanas e urbanismo (FARIA; FRANCISCO, 2017, PEQUENO E ROSA, SOARES, 2014) vêm realizando, nos últimos anos, pesquisa de campo que, mesmo de forma indireta, também apontam para esse “controle de circulação” a partir de

intervenções estatais. Farkat e Bentes, ao estudar um processo de remoção compulsória de sete favelas no ano de 2008 em Natal (RN), contestam a justificativa apresentada pela Prefeitura de que a remoção se daria devido à localização das comunidades em área de risco. Farkat e Bentes (2014) apresentam outro cenário socioeconômico para esse deslocamento forçado em que sobressai a pressão de ações judiciais de particulares para reintegração de posse, ou seja, um conflito fundiário urbano era o motivo principal. Com investimentos advindos do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), as famílias foram reassentadas em uma região distante de onde moravam:

A condição de mobilidade das famílias reassentadas e a inexistência de equipamentos básicos como escola e posto de saúde próximo ao Conjunto habitacional foram pontos críticos identificados tanto pelo levantamento técnico quanto pelos moradores, principalmente porque esses equipamentos estavam disponíveis nos assentamentos de origem. (FARKAT & BENTES, 2014, p. 09)

Conforme os estudos aqui referenciados, é possível afirmar que houve uma tendência nas últimas décadas de legitimar ações de urbanização e regularização. Uma consequência dessa legitimação é o “apagar” a palavra remoção dos discursos relacionados a intervenções estatais. A terminologia, tão divulgada na década de 1970 através de programas como o “Remover para Promover,” se apresenta como um tabu até os dias de hoje. No entanto, segundo Magalhães, no Rio de Janeiro ocorre a partir da década de 2010, “uma tentativa de legitimar a remoção como prática política” e como discurso (MAGALHÃES, 2013, 244). No artigo “Entre o legal e o extralegal. A reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro” Magalhães relaciona essa legitimação com a forma como o Estado, que sempre se reinventa, lida com as suas margens

Neste sentido, a remoção de favelas (bem como outras práticas estatais nas margens) se situa para além da lei, no sentido muito estrito de que os agentes públicos, em suas formas de agir, operam em um limite muito tênue entre o que diz a lei e o extralegal, entre a apelação às formas legais e às ações claramente extralegais. Embora pareça paradoxal e mesmo aparentemente não representar momentos mais comuns, esta relação entre Estado e margens, especialmente em formações sociais como a brasileira fortemente marcada pela desigualdade e por hierarquias, aponta para um tipo de relação muito mais rotineira do que se costuma pensar. (MAGALHÃES, 2012, p.132)

As formas de agir dos órgãos do Estado responsáveis pelas políticas de habitação ou, melhor dizendo, a *governamentalidade* foucaultiana a base do que Anelise Gutterres (2014) convencionou chamar de *desabituação*. Tendo como espaço de estudo as cidades de Porto

Alegre e Rio de Janeiro, Gutterres analisa projetos engendrados a partir de uma ideia disruptiva de urbanização que geram *desabilitação*.

A desabilitação é um neologismo que usamos como referência a uma modalidade de deslocamento forçado seguido de remoção, imposta (na maior parte das vezes através de ameaças) como tecnologia governamental a certos grupos de pessoas (...). A desabilitação é um processo que promove o esvaziamento seletivo das relações sociais, tornando o lugar inerte àquilo que ali existiu. Inerte às relações que ali foram criadas e que ali criaram registros físicos – em percursos e marcações. (GUTTERRES, 2014, p. 133)

Gutterres acompanhou a trajetória de mulheres que vivenciaram a *desabilitação*. Mulheres como Carolina, cuja casa – que representa suas memórias, sacrifícios e lutas –, estava para ser demolida. A partir dessas trajetórias, estuda o processo de remoção compulsória no qual se envolvem as entrevistadas através da perspectiva da resiliência às situações adversas. Analisa as práticas políticas de luta pela moradia como parte da resiliência entendida pela antropóloga como *produção de comunidade* a partir de escolhas, experiências pessoais, sentimentos e traumas de suas entrevistadas, “vivenciados pelo corpo na casa, em seu tempo, em sua circulação na cidade” (GUTTERRES, 2014, p. 44).

Para pensarmos sobre o fenômeno das remoções compulsórias nos últimos anos, é importante buscar referências sobre um projeto viabilizador desse fenômeno, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMVMV). Ele apresentou objetivos macroeconômicos interligados ao contexto de crise econômica do final da década de 2000. Objetivava, além de combater o déficit habitacional, movimentar a economia através da construção civil. “Em 2013, por exemplo, os investimentos do PMCMV (Programa Minha Casa Minha Vida) sustentaram cerca de 1,3 milhão de postos de trabalho diretos e indiretos na cadeia da construção” (MENEZES, 2016, p. 104). A partir desse investimento, o PMCMV foi responsável pela construção de 2,6 milhões de unidades habitacionais até 2016, reduzindo, assim, uma parte do déficit habitacional no Brasil (LIMA, 2016). No Rio Grande do Sul, “de 2009 a 2014, o PMCMV contribui para diminuir em 35% do déficit de moradia constatado em 2010 pelo Censo Demográfico do IBGE” (MENEZES, 2016, p. 109).

Uma característica do PMCMV é a parceria estreita entre governo federal e prefeituras para obras de interesse social no setor imobiliário. A prefeitura tem o papel executivo, inclusive de decisão dos espaços das cidades em que serão construídos os loteamentos (LIMA, 2016). As construtoras e incorporadoras são as promotoras dos empreendimentos, responsáveis por elaborar e executar o projeto dos loteamentos. Lago (2011) observa que havia dificuldade das prefeituras em fechar contratos com as incorporadoras uma vez que,

estas, consideravam inviável o valor da unidade de moradia estipulado para a faixa de zero a três salários mínimos.

Segundo Luciana C. do Lago (2011 p. 07), as empresas que participam do PMCM fazem parte de novos arranjos empresariais formados a partir de 2006 “através da abertura de capital nas bolsas de valores com atração de vultosos investimentos internacionais. Consequentemente, grandes estoques de terrenos e alta produtividade empresarial são viabilizados”. A partir desse novo arranjo, é embasado o papel determinante das construtoras e incorporadoras alavancadas pela financeirização imobiliária. Quando as negociações entre as partes interessadas iniciam, Lago chama a atenção para o fato de que as prefeituras “não têm condições técnicas e/ ou vontade política para imporem ações regulatórias” diante de grupos empresariais que só realizam as obras depois de garantir melhor preço. Essa garantia se faz, por fim, a partir de maior financiamento da Caixa, construções mais precárias das moradias que são realizadas, normalmente, em terrenos da periferia:

Para os empresários, o grande vilão do Programa é o proprietário de terras, principalmente nas capitais, responsável pelo alto preço dos terrenos ainda disponíveis. Esse discurso tem um duplo efeito: legitima a demanda à Caixa por um aumento no valor do financiamento para os mais pobres e oculta as práticas especulativas das próprias construtoras, geradoras da valorização fundiária que se dá através da combinação da estocagem de terras na periferia com a produção em grande escala de empreendimentos para os segmentos acima de três salários. Os efeitos sócio-territoriais desse boom imobiliário nas metrópoles brasileiras³ são os mesmos de décadas passadas: “fechamento” das áreas periféricas urbanizadas para os inquilinos de baixa renda e para os moradores em áreas de risco e produção de conjuntos habitacionais precários nas fronteiras urbanas, sem a infraestrutura mínima exigida pela própria Caixa, porém com o aval das Prefeituras. (Ibidem, p. 07)

Rolnik (*et al.*, 2015) destaca como uma das limitações do PMCMV a dimensão territorial relacionada à segregação social, afastando o programa das diretrizes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

(...) verificou-se que a sistemática do programa, atribuindo um protagonismo na concepção das operações às construtoras privadas, que geralmente se incumbem da elaboração de projetos e da escolha de terrenos, incentivou a proliferação de grandes conjuntos em lugares onde o custo da terra é o mais baixo possível – uma condição fundamental para a rentabilidade das operações –, reiterando um padrão histórico de ocupação do território onde o assentamento da população pobre é feito prioritariamente em periferias precárias e mal equipadas. (ROLNIK *et al.*, 2015, p. 128)

O assentamento da população pobre referido acima, em muitos casos, faz parte de um processo de intervenção urbana maior que passa pela remoção compulsória. Caio Santos Amore (*et al.*, 2015), estudando o desenvolvimento e os efeitos do Minha Casa Minha Vida no Brasil, dão conta de que esse programa torna mais eficaz as intervenções urbanas relacionadas ao processo de metropolização caracterizado pela segregação social. Em Porto Alegre, dois exemplos de remoção compulsória e reassentamento em loteamentos do PMCMV que confirmam essa tese foram: a Vila Dique (remoção parcial para o loteamento PMCMV) e a Vila Chocolateão.

A Vila Chocolateão começou a formar-se na década de 1980 no espaço central de Porto Alegre. Quando de sua remoção para um loteamento PMCMV, em 2011 contava com 200 famílias, sendo que a maioria era formada por catadores de resíduos sólidos. Dias (*et al.*, 2014) a partir de pesquisa etnográfica, observam que a remoção para as franjas da cidade, em um ambiente com pouco comércio e a presença de áreas rurais, praticamente inviabilizou “a manutenção dos precários vínculos de trabalho e fonte de renda” (Ibidem, p. 199).

A Vila Dique teve aproximadamente 1476 famílias transferidas do Bairro São João, em Porto Alegre. Essa comunidade localiza-se em uma área pertencente ao Aeroporto Salgado Filho e começou a ser removida a partir de 2009 para a ampliação de uma pista, tendo como ênfase final da intervenção a Copa do Mundo FFIFA 2014 (JESUS, 2014; MOROSO; MÜLLER, 2015).

Embora pouco estudado, um viés relacionado às remoções compulsórias que merece atenção é, dentro do processo de remoção, a análise de famílias que resistiram judicialmente e mantiveram-se em suas moradias, geralmente em meio aos escombros das casas já demolidas através de processos que Gutterres (2014) chama de disruptivos, ou seja, que provocam rompimento¹⁰. Esse processo vem ocorrendo em Porto Alegre, a partir das obras da Avenida Tronco, uma das “obras da COPA” e também na Vila Dique.

Lucimar Siqueira, analisando o processo de remoção das famílias envolvidas com as obras no Aeroporto de Porto Alegre, por ocasião da Copa do Mundo de Futebol FIFA de 2014, descreve:

Toda vez que um grupo de famílias entra em processo de remoção, os serviços básicos são retirados ainda que permaneçam moradores no local. Mesmo considerando uma vitória do movimento dos inquilinos, as famílias ainda aguardam a conclusão do processo em meio aos escombros das casas já demolidas e às obras do aeroporto o que provocam impactos na saúde

¹⁰ Disruptivo é sinônimo de disruptivo, significa, de acordo com o dicionário Michaelis, “o que arruína, causa destruição”. Disponível em: < michaelis.uol.com.br >. Acesso em: 14.mar.2018.

dos moradores principalmente pelo barulho do trabalho noturno das máquinas que só podem funcionar no intervalo entre 1h e 6h da manhã quando não há voos no aeroporto. (SIQUEIRA, 2015, p. 87)

Como se vê, em um processo disruptivo de remoção de favelas tudo é demolido sem a retirada dos escombros, como forma de impedir que novas famílias venham a ocupar o espaço (GUTTERRES, 2014). As famílias que resistem, em meio a esse cenário, perdem suas referências espaciais, simbólicas e afetivas.

A partir dos últimos parágrafos, percebe-se que seria conveniente nos ater ao tema megaeventos ou “mega construções” (como as *obras da copa*) e os processos de deslocamento disruptivo de comunidades. Acreditamos que estudos que transitam por esta perspectiva trarão subsídios importantes para nossa tese, uma vez que fazem parte de uma agenda de transformação urbana global. E mais: podem trazer percepções significativas para, posteriormente, compormos hipóteses em relação aos nossos entrevistados.

3.2 Processos de remoções compulsórias

Asrat Tadesse (2009) realizou pesquisa de campo em 2006 sobre reassentamentos de diversas comunidades ocorridos no Sul da Etiópia, organizado pelo governo daquele país. Ele sugere que reassentamentos tendem a tornar as comunidades mais empobrecidas. Contudo, devido a fatores como a insegurança alimentar, a remoção de uma comunidade pode ser necessária. Seguindo “evidências empíricas fornecidas em grande parte pelas próprias pessoas afetadas”, Tadesse pôde perceber reassentamentos como o de Gumgumta que, devido à terra fértil e a possibilidade de pastoreio foi considerado positivo pelos reassentados. Já os moradores de Dugana-Gamero foram para um espaço rural muito diferente do que viviam.

As práticas agrícolas a que estavam acostumadas eram muito diferentes das da nova área. Considerando que antigamente cultivavam usando ferramentas manuais, eles agora tinham que aprender a usar arados de bois. Para alguns, até mesmo a agricultura era uma experiência nova, já que dependiam de atividades não agrícolas, como a tecelagem, para sua subsistência. (TADESSE, 2009, p. 18)

Ele também se refere às remoções de comunidades no Sul da Etiópia que são povos nômades. O assentamento desses povos resultou na desterritorialização que incluiu não

apenas o abandono de seu território, mas “de todo o seu modo de vida tradicional” (Ibidem, p. 09).

O estudo de Tadesse é importante para entendermos as tantas e tantas dimensões do tema remoção compulsória, e é por isso que o trouxemos. Mas, agora, vamos nos ater à análise de estudos acadêmicos sobre remoções compulsórias em massa que vêm ocorrendo no mundo devido à organização de megaeventos.

3.2.1 Megaeventos e processos de remoções compulsórias

A origem da organização de megaeventos pelas cidades remonta ao século XIX quando era comum ocorrerem as grandes exposições mundiais, palcos para referenciar a modernidade e também divulgar a economia e a cultura locais. Essas exposições foram responsáveis por várias transformações urbanas. Em Porto Alegre (RS), por exemplo, para montar a estrutura da Exposição de 1935, o governo do estado do Rio Grande do Sul contratou Alfred Agache, um urbanista francês que transformou uma área de várzea da cidade em parque, o Parque Farroupilha (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 1999). Até então a várzea era utilizada, por exemplo, para práticas religiosas, “batuques de negros forros” (DIAS, 2008). O projeto da Várzea cedendo lugar a um parque, para além de compor um grande evento, fazia parte do processo de “remodelação da cidade”. Durante a exposição, o parque abrigou vários pavilhões em madeira e estuque que foram retirados nos anos seguintes. Mas, uma das principais obras para a exposição, que se estendeu por uma grande área da várzea, foi o espaço para as exposições culturais do evento, hoje utilizado por uma escola, o Instituto de Educação, que para os padrões da época era uma obra gigantesca (ABREU FILHO, 2006).

Os megaeventos ocorrem em um contexto de empreendedorismo urbano, a partir da adoção de técnicas empresariais como principal recurso administrativo, buscando maior competitividade no mercado global a partir da atração de investimentos e consumidores (GAFFNEY, 2013; MELO, 2012). A partir do final do século XX, dois eventos vinculados ao esporte tomaram proporções gigantescas: Olimpíadas e Copa do Mundo de Futebol. O país anfitrião desses espetáculos recebe os turistas e a imprensa de todo o mundo. Em âmbito local, os municípios criam a expectativa de ser “o foco das atenções” e ter parte dos custos operacionais patrocinados pelo governo federal e grandes empresas.

Sobre os desdobramentos e impactos sociais relacionados a megaeventos destacamos as análises de Smith e Gaffney (2013). Em um de seus artigos, Gaffney compara a proposta de

sustentabilidade da FIFA em relação aos eventos que organiza com a Copa do Mundo de Futebol. Desde 2002 a FIFA apresenta uma proposta bem abrangente, de cuidados em relação às comunidades e ao meio ambiente. Contudo, diz ele, o resultado é discutível:

No torneio de 2002, realizado em conjunto na Coreia e no Japão, foram construídos ou remodelados vinte estádios. A maioria tendo caído em desuso. A realização da Copa do Mundo de 2010 na África do Sul trouxe à tona questões de direitos humanos e práticas trabalhistas (...) nos anos que antecederam a Copa do Mundo de 2014 no Brasil, há uma ampla documentação para sugerir que (...) houve violações notórias. (GAFFNEY, 2013)

Analisando os jogos olímpicos de Atlanta (USA) de 1996, Mary Smith aponta para a remoção dos moradores de rua e pessoas de baixa renda para que a cidade parecesse mais “amigável” aos turistas. O resultado foi a queda na qualidade de vida dos grupos, principalmente da comunidade de afro-americanos “aumentando as tensões sociais” (SMITH, 2008, p. 74).

No Brasil, vários estudos abordam o tema da violação dos direitos humanos na execução de megaeventos, como os jogos Pan-americanos, a Copa do Mundo de Futebol (FIFA) e os Jogos olímpicos (entre eles: TRINDADE, 2014; MELO, 2012, DUARTE, 2012, GUTTERRES, 2014). Para a Copa do Mundo de 2014, realizada no Brasil, a Matriz de Responsabilidade do Mundial foi assinada em 2010. A partir daí deu-se andamento às obras de mobilidade urbana nas doze cidades-sedes.¹¹ Uma das metas presentes em projetos elaborados pelas cidades era a remoção de assentamentos precários para “requalificar espaços degradados”, abrir ou duplicar estradas e executar obras em portos e aeroportos (GUTTERRES, 2014). Dados oficiais (Secretaria de Governo) apontam que a cidade com maior número de remoções compulsórias foi o Rio de Janeiro, em segundo lugar a cidade de Porto Alegre e terceiro Recife.¹² Em Recife, segundo Suelen Chaussard:

Uma intervenção com mínima relação com o evento causou a remoção de 900 famílias que viviam próximo ao mangue e dinamizou o setor imobiliário nos bairros do Pina e de Boa Viagem (...). No entorno da Cidade da Copa, que é bastante isolado, foram realizadas diversas obras de mobilidade para garantir a sua acessibilidade. Decorrente dessas obras, foi realizada uma série de desapropriações, tanto de cerca de 300 posseiros que moravam na área onde seria construída a Cidade da Copa como também de 900 famílias do Loteamento São Francisco, em

¹¹ Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobreacopa/matriz-responsabilidades>>. Acesso em: 02.jan.2018.

¹² Disponível em: <www.secretariadegoverno.gov.br/.../2014/.../copa_2014_desapropriacoes-final-1.pdf>. Acesso em: 23.mar. 2017.

Camaragibe, onde seria feita uma ampliação do terminal integrado de passageiros. (CHAUSSARD, 2015, p. 11)

Gabrielle Araujo, através de etnografia, se aproximou de sujeitos que vivenciavam um processo de resistência “às reconfigurações políticas, jurídicas e sociais” impostas para a organização da Copa do Mundo 2014, em Porto Alegre. A partir de uma abordagem pragmática ela busca compreender os “diferentes sentidos em torno da moradia” que fundamentam as interpretações de pessoas que passavam pelo processo de remoção compulsória (ARAUJO, 2015).

Gustavo Margarites (2014) aborda sobre as obras para a Copa do Mundo de 2014 envolvendo os atingidos pelo projeto de duplicação da Avenida Tronco em Porto Alegre. Sua análise recorre ao conceito de “evento focal” de Thomas Birkland (1998) considerando que eles são acontecimentos repentinos que alteram o panorama dos setores de políticas públicas a ele relacionados. Assim, uma catástrofe natural, por exemplo, ou uma intervenção urbana radical chama a atenção dos cidadãos para as políticas públicas vinculadas àquele evento. Dessa forma, um megaevento gera questionamentos que colocam em xeque “o domínio dos grupos hegemônicos em um setor de políticas públicas, possibilitando o questionamento das políticas atuais e o fortalecimento de grupos desafiadores” (MARGARITES, 2014, p. 14).

3.2.2. Construções de barragens e processos de remoções compulsórias

Bartolome (*et al.*, 2000) observaram comunidades que foram removidas devido à construção de barragens, e analisam a salvaguarda dos direitos humanos a partir dessas grandes obras. Exemplificam a partir de remoções ocorridas devido à construção de barragens na Índia em que mais de 30 milhões de pessoas foram deslocadas. Grandes obras como essas, normalmente envolvem processo de remoção forçada em que as comunidades nada ou pouco participam do planejamento e implementação do projeto, e geralmente são comunicados com pouco tempo de antecedência (BARTOLOME *et al.*, 2000). Os autores ressaltam que a forma como são conduzidas as remoções influencia para que haja “sérios estresses sociais, econômicos e ambientais que se traduzem em danos fisiológicos, psicológicos, socioculturais, econômicos e ecológicos” (Ibidem, p. 07). Esses danos resultam no retrocesso socioeconômico com a queda do padrão de vida.

É comum nos discursos dos governantes salientar a premência das obras e remoções para a construção de barragens como necessárias para o desenvolvimento da nação. Partem do pressuposto de que as consequências que advirão da obra fazem parte dos sacrifícios do povo envolvido para um bem maior. Esse pressuposto contribui para que as remoções não sejam avaliadas a partir dos direitos de quem morava e trabalhava nas terras que serão inundadas (BARTOLOME, 1985).

Para entender os efeitos da construção de uma barragem é importante a leitura de Bartolome em que analisa os efeitos do projeto de construção da Hidrelétrica de Yacyretá. Vinte mil pessoas da cidade de Posadas, na Argentina, precisavam ser removidas com essa obra. Os principais atingidos pela construção da barragem eram famílias de baixa renda que moravam próximas ao rio, uma área que constantemente inundava e que, pelo pouco valor imobiliário, ficara abandonada. Com a crise agrária na região, na década de 1960, muitos trabalhadores rurais migraram para Posadas ocupando essas terras para moradia. Através de pesquisa etnográfica, Bartolome percebeu que, assim que o projeto da barragem chegou a Posadas, já se delineavam seus efeitos negativos. Contatos para informações e pesquisa censitária trouxeram transtornos devido à ansiedade gerada. Durante os nove anos de preparação para a construção, os moradores da periferia da cidade, que seriam removidos, vivenciaram transformações negativas a partir de distorções em relação à eficiência do seu sistema de sobrevivência e sistema de organização social.

Muitos donos de armazéns deixaram de operar a crédito com clientes nas áreas afetadas. Em outros casos, grupos domésticos tiveram que se reorganizar para fortalecer suas chances de receber moradia. Casamentos ou uniões fracassadas foram reconsolidados, os filhos adiaram seus casamentos ou levaram suas mulheres para as casas de suas famílias. (BARTOLOME, 1984)

Uma série de estratégias adaptativas foi se consolidando antes mesmo da remoção, o que contribuiu para a distorção da organização social e econômica dessa comunidade. Esse processo é comum a outros fenômenos de remoção compulsória e se caracteriza por influenciar várias dimensões da vida humana como a familiar e a comunitária, envolvendo a retirada de vários direitos humanos (UNITED NATIONS , 2001).

Thayer Scudder (2005), a partir de inúmeros estudos de caso, mas tendo a África do Sul como foco, criou o conceito de “stress multidimensional de realocização” para se referir à reação das pessoas removidas involuntariamente do local em que moram. Ele salienta os efeitos negativos das mudanças ressaltando efeitos fisiológicos, psicológicos e socioculturais

no padrão de vida. Assim como Bartolome, Scudder observa que esses efeitos negativos se apresentam muito antes da remoção em si (SCUDDER, 2005).

No Brasil, vários estudos apresentam resultados similares aos de Bartolome e Scudder. Bornholdt analisou as transformações na vida de comunidades removidas devido à implantação da Usina Quebra Queixo em Santa Catarina. Ele observou que os agricultores e demais moradores da região foram impactados negativamente de forma multidimensional. Muitos agricultores que receberam uma carta de crédito possuíam uma margem de manobra restrita para compra de uma nova terra. Uma das exigências da contratante, por exemplo, era a necessidade da presença de casa e benfeitoria no terreno a ser comprado. Essa exigência é exemplificada por Bornholdt como parte do drama social das famílias uma vez que aquelas famílias que possuíam casas em um terreno apenas com suas terras lado a lado (uma família de pais e filhos e ao lado a propriedade dos avós, por exemplo) tiveram muita dificuldade de adaptação à separação:

Antes do deslocamento, os avós cuidavam das duas crianças em casa, enquanto seus pais trabalhavam na lavoura ou em outros serviços na propriedade ou fora dela. Agora, muitas vezes as meninas – com aproximadamente cinco e sete anos – precisam ser levadas ao local de trabalho, sob sol forte e sem locais de descanso, pela dificuldade de deslocamento da avó até sua casa. O homem mais idoso depende das visitas para ver o filho, a nora e as netas. Acometido por alguma doença crônica que não me foi identificada, dependia da força de trabalho do filho e da nora para manterem-se. Com a cisão do grupo doméstico e a residência em propriedades separadas, o cultivo de sua propriedade se tornou um novo problema, tendo que se valer do trabalho de vizinhos, filhos e do futuro genro. (BORNHOLDT, 2003, p. 69)

Lorena Fleury e Jalcione Candido (2013) analisaram a concepção de desenvolvimento nos conflitos gerados pelo projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Pará. Perceberam que os grupos afetados pela obra se colocaram “em choque face ao projeto moderno de desenvolvimento”. Para além de uma disputa por recursos, “estão em jogo experiências da relação sociedade-natureza, atravessadas pela noção de desenvolvimento” (FLEURY, 2013, p. 142). Em 2011, um agricultor que seria atingido pela barragem afirmou em entrevista: “o que a gente queria é que viesse esse desenvolvimento aqui para a gente de outra forma, para a gente poder ver o nosso povo em paz, plantando arroz, colhendo milho, colhendo cacau (...)” (FLEURY, 2013, p.153).

A noção modernizante de desenvolvimento para a Amazônia brasileira não é acatada pela população local de agricultores, indígenas, seringueiros, pescadores. Mas, as remoções compulsórias passaram a ocorrer, e são acompanhadas da ideia de que os reassentados melhorarão sua qualidade de vida. Souza e Guerra observaram a forma como o

desenvolvimento modernizante, presente no projeto da barragem Belo Monte, é apresentado em outdoors e revistas. No ano de 2016 foi divulgada a construção de 3.700 casas em Altamira para abrigar os removidos. Esse dado é destacado junto à imagem das antigas casas de palafitas como degradantes, trazendo a barragem como propulsora de qualidade de vida para a população ribeirinha. Souza e Guerra (2017) salientam, no entanto, que boa parte dos removidos recebeu uma pequena indenização que não permitiu a compra de uma casa, sendo obrigados a irem morar na casa de parentes. A remoção quebrou vínculos sociais e projetos de vida, ressaltam eles. Podemos observar através dos estudos aqui mencionados que os grandes projetos de intervenção dos governantes municipais, estaduais ou federais envolvem descompassadamente projetos de vida do povo que vive da terra ou de trabalhos de baixa remuneração – as “changas” como dito anteriormente. Esse descompasso também é visível na montagem e desmontagem de megaeventos, como veremos.

3.2.3 Remoções compulsórias, percepções a partir da literatura delineada

A análise da literatura nos possibilitou conhecer micro contextos, entendendo a agência de sujeitos envolvidos em processos de deslocamento involuntário. Mas, também contribui para delimitarmos algumas fases, para fins de análise, envolvendo nosso objeto de estudo. Essas fases se apresentam a partir do contexto político e socioeconômico brasileiro relacionados às estratégias de políticas públicas que envolvem remoções compulsórias.

A primeira delas refere-se temporalmente ao século XIX e início do século XX. Apresenta políticas públicas em nível municipal, sem parâmetros nacionais, mas tendo em comum os princípios higienistas e projetos urbanos atrelados a interesses imobiliários.

A segunda, referente às décadas de 1960 e 1970, aponta para o fato das remoções se consolidarem como principal estratégia para eliminação dos assentamentos formados pela população de baixa renda a partir de uma política nacional em um período ditatorial.

Concentrada nas décadas de 1980 e 1990, a terceira fase tem a marca da redemocratização, em que remoções compulsórias de moradia são evitadas, pelo menos nos discursos. Apesar do estatuto da cidade e de projetos e ações compartilhados com as comunidades, vinculados à regularização fundiária, ocorreram muitos projetos voltados para privatização de áreas públicas e remoção de favelas.

Na quinta fase, destacam-se as transformações advindas dos avanços tecnológicos e da globalização econômica perpassando projetos de grandes obras que redefinem cidades e metrópoles através de intervenções urbanas voltadas à mobilidade ou geração de energia, no

caso das hidrelétricas. Via de regra, as remoções compulsórias são tidas pelo poder público, nesse processo, como consequência necessária para a modernização da cidade, e ascensão dentro do circuito econômico global.

As obras escolhidas e aqui referendadas contribuem acima de tudo para embasar o contexto externo dessa tese. Através delas é possível não apenas compreender o âmago da relação entre comunidades removidas e megaeventos, mas o quanto faz sentido pensar nesses grandes eventos como descortinadores de processos urbanos relacionados a parâmetros difíceis de conceber, de tão globais e intensos.

Nossa análise da literatura foi um tanto linear, seguindo o processo histórico, porque nosso objetivo era fundir contexto com observações de como os pesquisadores do campo social lidaram com a temática remoção compulsória de favelas no calor das emoções do seu tempo.

No balanço da literatura identificamos vários estudos que tratam do tema dessa tese. Contudo, não encontramos pesquisas que partam de uma abordagem fenomenológica que leve em consideração, de forma sistemática, a dimensão temporal, tendo como foco central a experiência e as interpretações dos sujeitos. Abordando dessa forma o objeto de estudo, será viável aprofundar a compreensão em relação ao fenômeno das remoções compulsórias de moradia.

3.3 As metrópoles contemporâneas e os espaços das classes populares

Esta seção é formada por um estudo referente à temática da segregação espacial com ênfase nas transformações urbanas. Em um primeiro momento utilizamos de um foco ampliado para a compreensão socioespacial das metrópoles latino-americanas, em especial as brasileiras, entre as décadas de 1990 e 2010. Em um segundo momento, nos atemos ao recorte empírico da tese, ou seja, ao município de Porto Alegre, trazendo subsídios, a partir da literatura referenciada, em relação à construção histórica desse espaço.

3.3.1 Dinâmica socioespacial das metrópoles latino-americanas (entre as décadas de 1990 e 2010)

As dinâmicas urbanas, ocorridas durante o século XX, embasam novos e complexos processos urbanos ocorridos nos últimos anos. Estudos referentes às metrópoles europeias (BYRNE, 2005; CIURANETA 2016; ESCAMILLA; 2018) e metrópoles do continente

americano (KAZTMAN, 2007; WACQUANT, 2001; FEDOZZI; SOARES 2016; RIBEIRO; SILVEIRA, 2009) abordam transformações no território interno e externo às cidades com a urbanização de zonas rurais adjacentes e formação de centralidades.

Escamilla (2018) estuda o fenômeno da metropolização e para explicá-lo divide-o em duas instâncias. A primeira instância coincide com o crescimento industrial metropolitano quando houve uma extensão do mercado de trabalho e crescimento descontrolado do território para além da grande cidade. Em Porto Alegre, por exemplo, a taxa de industrialização até 1960 foi de 60% do valor da transformação industrial na Região Metropolitana de Porto Alegre (BAIERELE, 1992, p. 92).

A partir das últimas décadas, ocorre uma segunda instância com um processo de massiva dispersão das dinâmicas metropolitanas sobre os territórios para além das cidades, resultando no que chama de “não cidade” formado por um conjunto de casas unifamiliares isoladas ou em condomínios fechados em que a rua é apenas via de locomoção para novas centralidades em que novas formas de viver e se comunicar se apresentam. Nesse contexto, segundo ele, a dependência com o espaço central da urbe começa a dissipar-se emergindo “novos laços entre novas centralidades” incluindo deslocamentos entre subúrbios, sem passar pela zona central da metrópole (ESCAMILLA, 2012).

Como já vimos, até a década de 1960 a capital “respondia por 60% do valor da transformação industrial na Região Metropolitana de Porto Alegre” (BAIERELE, 1992, p. 92). Esse valor cai para 37% na década de 1980 (Ibidem). Sanchez chama a atenção para o fato de o Programa Minha Casa Minha Vida ser um importante vetor dessa transformação.

Tais espaços, localizados nas periferias urbanas, são áreas de baixo valor agregado que alcançam elevado valor de troca com a mudança jurídica que transforma um espaço rural em urbano. De fato, os condomínios, prédios e casas construídos a partir destes programas criaram verdadeiros cordões de expansão urbana, uma vez que grande parte dos projetos ocorreu nas periferias metropolitanas. (SANCHEZ, 2017, p. 05)

Kaztman salienta que, na América Latina, cresce o número de aglomerações baseadas em “características socioeconômicas, étnicas, raciais, ou nacionais similares” (KAZTMAN, 2007, p, 191). Seus estudos consideram que a classe alta busca moradia em zonas exclusivas, normalmente na busca por conforto, segurança e status. Ele aponta os seguintes fatores como propulsores da segregação: “A estrutura produtiva urbana, as políticas de estruturação territorial e habitacional e as matrizes socioculturais nacionais afetam a intensidade com que essa tendência se manifesta” (Ibidem, p, 191). Essa tendência por segregação atinge variadas

classes. Salata (2007) sustenta que os bolsões de pobreza são comuns em cidades ricas e pobres, mas os bolsões físicos de riqueza são característicos de cidades pobres.

Villaça (2011) e Caldeira (2000) já apontavam, no final do século XX, para o que vem sendo chamado de *urban widespread* ou *urban sprawl* (espraiamento anormal urbano, ou urbanismo refratário). *Urban Spral* é uma forma de visualizar certas nuances do fenômeno da metropolização, refere-se ao crescimento fragmentado da cidade sobre o território

a partir de eixos principais de acesso e de práticas como a produção de subúrbios, condomínios horizontais fechados e conjuntos habitacionais populares, localizados nas franjas ou bordas urbanas, distantes do centro principal e da mancha consolidada da cidade. (RIBEIRO; SILVEIRA, 2009).

A mudança das classes populares para regiões afastadas de eixos comerciais ou de residencial das camadas médias e altas continua sendo organizada pelos projetos de governos. Os conjuntos habitacionais do PPMCMV, construídos para a faixa de zero a três salários, é um exemplo e “o principal reflexo desta redistribuição de pessoas no espaço é o aumento dos deslocamentos e dos custos com transporte” (CARDOSO; ARAGÃO, 2011, p. 17). Ainda em relação a esse contexto, Zampieri (2012) aponta para outro problema das zonas de segregação: a alta especificidade de fluxo, com pouco movimento de pedestres em comparação, por exemplo, a uma região central da cidade.

Marques e Scalon (2008) identificam agrupamentos espaciais (distribuição da estrutura social) nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, a partir da análise Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.¹³ O estudo demonstra uma distribuição bastante segregada e similar entre as duas metrópoles, mas apontam que não há dualidade separando homogeneamente pobres nos subúrbios e os ricos nas zonas mais centrais. Nessa direção, Salata aborda os espaços de ricos e de pobres que são distintos, porém próximos, como uma favela em região central do Rio de Janeiro. Nesse contexto espacial emerge “um processo que torna esses espaços exclusivos a seus moradores, seja por meio dos muros (no caso dos condomínios fechados e shoppings), seja por meio da violência e do medo (no caso das favelas)” (SALATA, 2007, p. 237).

Os estudos de Thiago Trindade contribuem para analisarmos também outras formas de segregação para além de favelas e conjuntos habitacionais. A segregação socioespacial faz

¹³ Em relação à metodologia, os autores utilizam as classes EGP, desenvolvidas por Erikson, Goldthorpe e Portocarrero, e o Índice Internacional de Status Socioeconômico Ocupacional (ISEI), calculados por Scalon (...), para caracterizar a estrutura sócio-ocupacional nas duas cidades em 2000”. (MARQUES; SCALON, OLIVEIRA, 2008, p. 215)

parte de um processo complexo não cristalizado. Assim, moradores de cortiços, presentes nas grandes capitais brasileiras, volta e meia são expulsos, porém, por precisar ficar próximo ao Centro da cidade, por questões de sobrevivência, voltam a encontrar um local nessa região para morar (TRINDADE, 2014).

O aspecto hierárquico das metrópoles brasileiras pode trazer consequências negativas à comunidade, em especial para moradores de favelas e cortiços. O espaço de moradia de uma comunidade pode influenciar na reprodução das desigualdades sociais (SALATA, 2007, GUIA; CIDADE, 2010). Kaztman chama a atenção para a relação entre desigualdade social e isolamento das classes sociais nas cidades. Isolamento espacial pode resultar no fenômeno do *familismo moral* “onde os preceitos da igualdade e do bem comum se aplicam apenas a um núcleo imediato de parentes, atomizando toda a categoria moral universal”, atomizando projetos de vida (KAZTMAN, 2007, p. 16).

As pesquisas de Salata que levam em conta categorias sócio ocupacional dão a ver que, mesmo em um período em que houve um pequeno aumento de emprego no Brasil, na década de 2000, não ocorreu mudança significativa na estrutura sócio-ocupacional e nem socioespacial. Salata considera as favelas brasileiras como um espaço que pode ser propício para a manutenção da pobreza nas famílias devido à falta de ativos.

Um indivíduo nascido dentro de uma família de desempregados, morando em uma localidade como a descrita no segundo caso, vai ter uma série de deficiências de recursos desde a sua primeira infância, o que vai impossibilitá-lo de conseguir outros ativos quando for mais velho e assim por diante, formando um processo cumulativo que culminará na reprodução das desigualdades sociais. Por exemplo, ao não contar com um clima cultural adequado em seu local de moradia, a criança poderá ter sérias dificuldades em aproveitar os ativos fornecidos pelas escolas, o que por sua vez irá dificultar a sua entrada no mercado de trabalho formal. (SALATA, 2007, p. 240)

As dimensões espaciais como favelas, bairro, comunidade e lugar de origem, associadas a outras, como mercado de trabalho, e se ainda estiverem associadas a situações de pobreza podem gerar um processo que retroalimenta desvantagens sociais. Todavia, como Saraví salienta, também vantagens podem ser criadas pelas próprias comunidades. Pesquisando os jovens que moram em bairros pobres da Argentina, ele ressalta a dimensão subjetiva em relação à segregação:

Es en el espacio público del barrio donde, a partir de la dimensión subjetiva, la segregación urbana comienza a adquirir una dimensión cultural. La cultura de la calle surge como una resultante de la experiencia y la percepción de la exclusión. Los jóvenes construyen en este espacio público privatizado o apropiado un entorno con normas, valores, prácticas y

comportamientos que les permite enfrentar o evadir la frustración y exclusión que les ofrece el mundo exterior (SARAVÍ, 2004, p. 47).

Lúcio Kowarick (2002) dedica-se a estudar a vulnerabilidade socioeconômica do Brasil urbano caracterizada pela não efetivação de direitos básicos, o que contribui para o que nomeou como processo de “descidanização”. Esse processo ocorre a partir de mecanismos como a naturalização de circunstâncias em que os pobres são considerados como “não-sujeitos” passando também a ser considerada natural a sua concentração em favelas. Ele aborda a relação da economia com a favelização nas grandes cidades brasileiras. Em São Paulo o número de favelas passou de 1,6% da população da cidade, em 1975, para 19,8% em 1993, o que, segundo ele, “denota a aceleração de uma dinâmica associada à grave crise econômica do início dos anos 1990” (2002, p.19). Embora aponte a diversidade econômica e social das favelas, ele ressalta as más condições físico-ambientais da maioria, o que contribui para o descenso social “pois prevalece ainda a forte percepção de que a favela é local de vagabundagem e desordem, antro de vícios e criminalidade” (Ibidem, p. 20).

A prevalência dessa percepção também é ressaltada por Loïc Wacquant que trabalha com a ideia de que em todos os lugares do mundo os locais em que vivem pessoas de baixa renda e desempregados têm sido vistos em tons monocromáticos, e sua vida social parece a mesma em todos os lugares: “exótica, improdutiva e brutal”. Essa forma de conceber os espaços dos pobres deixa de levar em conta a função em relação à estrutura socioeconômica da metrópole. Nesse sentido, cita as favelas brasileiras que abrigam boa parte dos trabalhadores formais e informais do país. Eles vivem “da economia informal das ruas, cada vez mais dominada por atividades criminosas, e enclaves de marginais marcados pela experiência do estigma do grupo e da mácula coletiva” (WACQUANT, 2001, p. 11).

Wacquant, ao estudar os hiperguetos, nos Estados Unidos, ressalta, assim como Kowarick, a relação da miséria social – que inclui a deterioração da classe trabalhadora - com o encolhimento da cidadania. Esse encolhimento é próprio da cidade dual e afeta pessoas de territórios pobres, normalmente caracterizados por abrigar pessoas de determinada etnia que passam por um processo de segregação social.

No Brasil, é importante ressaltar, a segregação dos negros em favelas tem suas origens na passagem do regime escravista para o trabalho livre. Os libertos precisaram sair do local em que até então moravam, a propriedade de outrem, para ocupar irregularmente algum espaço da terra urbana já dividida em propriedades, que foi criando uma carência artificial de

moradias (DUMONT, 2014). Mas essa mesma cidade representava a oportunidade de trabalho e a possibilidade de trabalho informal nas ruas.

Analisando o porquê de a pobreza urbana crescer globalmente nas últimas décadas, apesar de todo o incremento científico, Wacquant aponta para as transformações no processo capitalista e a nova divisão de trabalho que afeta ao mundo todo:

Com a aceleração da modernização econômica causada pela reestruturação global do capitalismo, a cristalização de uma nova divisão internacional do trabalho (promovida pela velocidade frenética dos fluxos financeiros e pelo aumento da mobilidade de trabalhadores através das porosas fronteiras nacionais) e o crescimento de singulares indústrias de conhecimento intensivo baseadas em revolucionárias tecnologias de informação e geradoras de uma estrutura ocupacional dual, chegamos ao que se pode chamar de modernização da miséria – o surgimento de um novo regime de desigualdade e marginalidade urbana que contrasta com o regime predominante durante as três décadas do pós-guerra. (WACQUANT, 2001, p. 184)

A partir desse contexto, ele considera que a sociedade globalizada, e dentro dela a “metrópole dual” apresenta um “estado de marginalidade avançada” caracterizada pelo grande abismo a separar os pobres das favelas e guetos, da cidade formal. Para os estudiosos brasileiros que pesquisam sobre as favelas, pode ser temerário falar em marginalidade nas cidades, como o faz Wacquant. Essa categoria, como vimos na seção anterior, foi muito utilizada até a década de 1960, aproximadamente, em análises que consideravam a favela como um habitat natural dos marginalizados. Então a expressão ficou marcada pelos pressupostos que naturalizavam a pobreza relacionada à anomia e desajuste das famílias.

Para Licia Valladares, a crítica à marginalidade, presente entre os pesquisadores da década de 1970, como Perlman (1977), vem acompanhada da descrição da favela como o lugar dos pobres, o que acarreta a ideia, entre os pesquisadores, de favela não como um “problema, porém uma solução para a moradia das camadas populares” (VALLADARES, 2005, p. 3737). A autora parte da negação da favela enquanto algo singular, tanto em seus aspectos culturais como econômicos, o que impede, segundo ela, “qualquer amálgama que permita considerar a população das favelas uma categoria social única” (Ibidem, p. 4001). A dualidade favela-cidade não dá conta da complexa realidade urbana do século XXI uma vez que as grandes favelas participam mais diretamente da economia de mercado. Um exemplo é a relação com a casa. Boa parte das moradias está se verticalizando, sendo alugada parte da casa. Assim, “o solo e as moradias estão entre os primeiros bens que dão lugar ao forte desenvolvimento de uma atividade de produção e comércio” (Ibidem, p. 4019). Trazendo o

exemplo da Favela da Rocinha (RJ), cita a presença de consultórios médicos, escritórios de advocacia e imobiliárias.

As oito agências imobiliárias da favela (a maior delas gerenciando 1.500 contratos) negociam a locação de locais de uso residencial ou comercial. O problema crucial dos transportes é resolvido através de uma linha de ônibus privada (120 ônibus), assim como de moto-táxis²⁵² (cerca de 200) que servem à Rocinha a partir de sete pontos diferentes. (VALLADARES, 2005, p. 4001)

Essa diversidade em relação aos equipamentos, somando-se à diversidade social e da regularização da terra, não possibilita a qualificação das favelas de forma singular. Valladares não despreza o fato de haver pobreza nas favelas, mas salienta que as precariedades em relação à moradia e a infraestrutura urbana estão em vários outros espaços das metrópoles, como loteamentos periféricos e também entre os moradores de rua.

Consideramos que Valladares traz importantes subsídios para um estudo não dualista entre favela e cidade formal, ou classes de renda baixa e classes de renda alta. Essa percepção nos convida a resgatar os estudos de William Wilson que adverte em relação aos estudos com foco nos espaços de moradia dos pobres. É preciso considerar questões de âmbito global incluindo, os “salários reais em declínio, aumento dos custos médicos e de habitação, a escassez de problemas de cuidados infantis de qualidade, o declínio acentuado nas qualificações da educação pública” (WILSON, 1997, 592).

Se para Valladares a favela como categoria não tem sentido, para Eber Marzulo (2005) ela continua tendo se levarmos em consideração o contexto da modernidade tardia e novos arranjos sociais nada homogêneos. Para ele a precarização do trabalho, os menores rendimentos das classes populares e o alto nível de desemprego geram uma dinâmica socioespacial equivalente entre favelas e demais espaços ocupados por pessoas de baixa renda, como as periferias das cidades. Favelas que foram urbanizadas, e cujas redes familiares investiram em obras em suas casas, se equivalem, agora, aos loteamentos, regulares ou não, de classes populares que nos últimos anos tiveram sua condição urbana degradada.

A categoria favela para Marzulo continua importante. Não por representar um enclave das pessoas de baixa renda, mas por ter constituído historicamente uma “dinâmica de enraizamento” que se estendeu para outros espaços das cidades que mantêm similitudes de “condições sociais e econômicas e urbano arquitetônicas” (MARZULO, 2005, p. 282).

O estudo de Cardoso e Aragão contribui para a análise dessa dinâmica de enraizamento. Ao pesquisar o Programa Minha Casa Minha Vida, os autores salientam o perfil familiar jovem dos mutuários “(média etária do proprietário: 25-30 anos). Esse dado remete à

possibilidade de os consumidores corresponderem à demanda reprimida por habitação e não necessariamente o déficit habitacional que compõe os assentamentos precários” (CARDOSO; ARAGÃO, 2011, p.16).

A partir da análise da literatura, buscou-se entender a transformação dos espaços das classes populares nas metrópoles latino-americanas. Observa-se, através dessa análise, o modo como o planejamento urbano, que vem como projeto de um estado moderno no Brasil, se implanta durante o século XX com todo o seu pesado fardo para as camadas populares. Na próxima seção a prioridade é entender a gênese desse processo em relação à cidade de Porto Alegre.

3.3.2 Porto Alegre: o movimento da malha urbana e os espaços de segregação social

No século XVIII as terras próximas ao Lago Guaíba, pertencentes à freguesia de Viamão, eram locais de pouso e passagem. Mas o espaço que hoje compreende o centro de Porto Alegre passou a ser mais “movimentado” devido à construção de um ancoradouro, conhecido como Porto de Viamão (trapiche construído onde hoje se localiza a Praça da Alfândega). Então, com o ancoradouro, por ali circulavam e pousavam pescadores, marinheiros, militares, comerciantes, entre outros viajantes. Essa circulação foi aumentando, embora aquelas terras tivessem dono. Elas pertenciam ao sesmeiro Jerônimo de Ornelas, mas ele era obrigado a assegurar passagem para “fontes, portos e pontes,” devido às “clausulas da servidão pública impostas nas concessões” de terra (FRANCO, 2000, p. 10).

A comunicação interna entre Viamão e Rio Grande, através da Lagoa dos Patos, movimentou o pequeno porto. Aliás, é nele que, em 1752, desembarcaram as famílias açorianas que ali acamparam para aguardar o momento em que ocupariam as terras prometidas pela coroa portuguesa. Esses açorianos, contudo, foram abandonados no porto e tiveram que cuidar da própria sobrevivência construindo, aos poucos, suas casas, a maioria onde hoje se localiza a Rua dos Andradas. Não recebendo as terras prometidas, mais de cem casais, optaram por ficar naquele espaço, trabalhando, por exemplo, com comércio, concerto de embarcações ou, a maior parte, exercendo a agricultura. Essa pequena comunidade recebeu o nome de Porto dos Casais, e, mais tarde Porto Alegre.

No ano de 1773 a capital do Rio Grande do Sul é transferida de Viamão para Porto Alegre. Dois fatores importantes para essa escolha foram a topografia e a presença do porto: “a qualidade do local de implantação do núcleo, confluência do território ocupado e possuidor

de um sítio elevado junto a um excelente ancoradouro: águas profundas protegidas dos fortes ventos de sudoeste” (SOUZA & MÜLLER, 1997, p. 43).

Luciano Costa Gomes apresenta em sua tese a estimativa de 1769 habitantes em Porto Alegre no ano de 1769, divididos entre 1224 (69,2) brancos e 1769 (30,8) escravos, não havendo o registro de índios e libertos para este período (GOMES, 2012, p. 37). Segundo ele, a porcentagem de escravos é equiparada às maiores cidades portuárias do Brasil, voltadas ao mercado externo. Esse número de negros cresce com o passar dos anos, assim como o registro de pardos, índios e forros. “Rio Grande e Porto Alegre eram as maiores concentrações de forros, resultado da provável extensão das atividades urbanas (...) o meio urbano era um espaço privilegiado para a atuação dos negros e pardos libertos na freguesia” (Ibidem, 2012, p. 67).

No final do século XVIII, a freguesia de Porto Alegre já era importante elo para o mercado interno colonial, seja através das atividades relacionadas ao comércio, prestações de serviço e artesanato, entre outras praticadas na zona urbana; seja através das atividades rurais, como agricultura e criação de gado. A função militar é visível pela fortificação construída em 1778, em volta da zona urbana, e pela presença do Arsenal de Guerra, criado em 1774. (SOUZA & MÜLLER, 1999). Já na década de 1780,

a estrutura econômico-social da freguesia estava plenamente definida. A escravidão era, nesses anos, decisiva para o funcionamento de diferentes atividades produtivas, tanto que os cativos representavam a variável de maior relevo no intenso crescimento populacional da freguesia (GOMES, 2012, p. 269).

Em termos espaciais a cidade é dividida entre urbana e rural, havendo igualmente negros escravos em ambas (GOMES, 2012). Na zona urbana, no final do século XVIII, já existe a Praça da Harmonia e a atual Praça da Alfândega, além de outros equipamentos como escolas e uma casa de espetáculo. Fora dos muros da cidade localizavam-se, por exemplo, as pequenas propriedades agrícolas e a enfermaria que deu origem à Santa Casa de Misericórdia (SOUZA & MÜLLER, 1999). Os pobres da cidade, incluindo os negros escravos e libertos, trabalhavam e exerciam seus momentos de sociabilidade enquanto circulavam pelas ruas, praças, fontes de água e pela beira do Guaíba. Nessa época, exerciam funções tais como: vendedores de quitutes, aguadeiros, lavadeiras, carregadores e marinheiros (VIEIRA, 2014).

Em meados do século XIX, quando termina a Revolução Farroupilha (1835-1845), a fortificação é demolida e a parte urbana da cidade cresce para além dos antigos muros. Atividades comerciais e portuárias ganham incremento, tendo como base o crescimento da

pecuária e da agricultura produzida na zona de imigração alemã e italiana do Rio Grande do Sul. A população de Porto Alegre passou de 12.000 habitantes em 1820 para 52.000 em 1890 (SOUZA & MÜLLER, p. 75). Pessoas de diversas etnias, migrantes e imigrantes exerciam as mais variadas demandas nas indústrias artesanais, nos clubes, no porto, nos restaurantes, etc. Os imigrantes alemães, por exemplo, predominavam no comércio de alimentos e no setor de vestuário. Eles predominavam, enquanto empresários, mas também exerciam outras funções subalternas no setor de comércio e prestação de serviço (GANS, 2000).

No final do século XIX havia a presença segmentada de uma classe média e alta composta, por exemplo, por donos de estabelecimentos comerciais, bancos, e variados estabelecimentos de prestação de serviço. Nesse grupo, além dos portugueses e brasileiros, observa-se a forte presença de imigrantes alemães e italianos. Essa faixa de trabalhadores de renda alta construíram suas moradias de uma forma já segmentada. Suas casas compunham a região alta da cidade como Rua Duque de Caxias, e Avenida Independência. Já os trabalhadores de renda baixa, entre eles os escravos libertos, ocupavam os muitos becos da região central e espaços da Cidade Baixa.

Até iniciar o século XX, ainda havia a possibilidade de alugar quartos baratos na região central, geralmente em cortiços. Nos relatos de Coaracy Vivaldo, que viveu em Porto Alegre entre 1905 e 1919, é mencionado o valor dos aluguéis:

Aluguei um quarto na Rua General Auto, donde, pouco depois, me transferi para outro na Rua da Ponte. Pagava de aluguel de quarto quinze mil-réis por mês. Menciono a importância para mostrar como era então barata a vida em Porto Alegre. É verdade que os quartos, como as casas, eram alugados nus, só as paredes. (COARACY, 1962, p. 31)

Os escravos libertos continuam exercendo suas antigas funções. Sanda Pesavento destaca que havia predominância dos libertos em atividades de artesanato, mas as principais ocupações eram voltadas a serviços gerais,

tais como capinas de ruas, limpezas de calhas, auxiliares de igreja, venda ambulante de água e mercadorias (...) quanto às mulheres, eram parteiras, domésticas e quitadeiras (...) eram todas elas tarefas inerentes à vida urbana mas marginais ao mercado de trabalho regular. Exército de reserva, a força-trabalho dos libertos se inseria nas atividades pior remuneradas e que demandavam esforço físico, não exigiam habilitação técnica e não se constituíam em empregos estáveis. (PESAVENTO, 1989, p. 77)

Como consequência dos processos de abolição da escravidão, industrialização e urbanização acelerada a cidade muda de fisionomia na primeira metade do século XX

(MONTEIRO, 2004; SOUZA & MÜLLER, 1999; VIEIRA, 2014). A mudança de fisionomia é parte de um contexto nacional em que as cidades se adaptam à “ordem republicana” com a presença de “paradigmas de higienização e embelezamentos” (MONTEIRO, 2004, p. 52). Assim, a estrutura urbana é remodelada com as obras do novo porto, das avenidas João Pessoa e Borges de Medeiros. Para a época, guardando as devidas proporções, é possível considerar a transformação urbana como parte de um *mega* projeto que, em relação às características habitacionais, resultou em remoções dos pobres moradores dos becos. Nessa dinâmica, quem é removido vai ocupando, normalmente, outros espaços da cidade.

A nova ordem política republicana trouxe a necessidade de reorganizar a divisão social em outras bases, entre outras formas através de um processo de segregação dos espaços sociais urbanos de habitação e trabalho. Nesse sentido, os investimentos da Intendência e as melhorias urbanas ficaram concentrados na área central da cidade limitada aos 1º, 2º e 3º distritos, enquanto as novas áreas de crescimento como São João, Navegantes ao Norte, bairros operários demorariam muito mais a receber tais melhorias como água encanada, iluminação pública e energia elétrica domiciliar. (MONTEIRO, 2004, p. 53)

Na primeira metade do século XX, ocorre um processo de expansão das zonas de moradia de Porto Alegre. Arrabaldes transformam-se em bairros da cidade, a partir de eixos de expansão como a Estrada da Cavalhada, Bento Gonçalves, Protásio Alves e Voluntários da Pátria (1997). Com isso, também se processa a gênese da descentralização da cidade. Junto com as moradias, nos novos bairros, crescem os estabelecimentos comerciais, de lazer e prestação de serviço (SOUZA & MÜLLER, 1997). Nesse processo de descentralização, ocorreram, na década de 1950, remoções de “vilas de malocas” da região central da cidade. Em junho de 1952, foi registrada nos Anais da Câmara de Vereadores a presença na plenária de moradores da Vila Seca, Doca das Frutas e Novo Caes, que protestavam contra a remoção a partir de “atos arbitrários e desumanos” (PREFEITURA, 1952, p. 178).

Enquanto as regiões centrais de Porto Alegre são priorizadas para comércio e também para moradia de trabalhadores de renda média baixa, média e alta, as periferias e as cidades do entorno começam a abrigar boa parte dos trabalhadores de renda baixa. “Os municípios que tiveram maior incidência de loteamentos entre 1940 e 1954 foram Porto Alegre, Canoas e os atuais Municípios de Gravataí, Cachoeirinha, Alvorada, Sapucaia do Sul e Guaíba” (BARCELLOS, 2004, p. 71).

A capital, na década de 1960, já contava com mais de 600.00 habitantes em um contexto de crescimento industrial atrelado às cidades próximas. Assim Porto Alegre apresenta uma estrutura sócio-ocupacional em que grande parcela dos trabalhadores

qualificados reside na capital; enquanto a maior parte da mão de obra, pouco ou não qualificada, reside nas chamadas “cidades dormitório” (MAMMARELLA *et al.*, 2015).

É visível, nesse contexto, o processo de metropolização, sendo uma das características a conurbação – dinâmica relacionada à união da malha urbana com a malha das cidades vizinhas (ALONSO, 2008). A Região Metropolitana de Porto Alegre, entre esse período até a década de 1990, apresenta

um arranjo espacial específico complexo e criativo, com a existência de dois centros de atração socioeconômica e cultural – um é Porto Alegre e o outro é composto por Novo Hamburgo e São Leopoldo – cuja identificação remonta à gênese da história metropolitana. Portanto, a RMPA foge ao padrão comum de macrocefalia. (FEDOZZI; SOARES & MAMMARELLA, 2015, p. 34)

Já nas últimas décadas, o espaço metropolitano polarizado por Porto Alegre passa por um processo de desconcentração com a formação de uma policentralidade com centros econômicos e tecnológicos. Porto Alegre – que na década de 1960 já se diferenciava por abrigar trabalhadores de mais alto nível, em comparação às demais cidades de seu entrono – se apresenta como o espaço mais elitizado da região metropolitana tendo o maior número de profissionais de nível superior e dirigentes. A análise da tipologia socioespacial mostra também a polarização interna a partir da densidade de pessoas de classe de renda alta em bairros como Moinhos de Vento e Bela Vista que “receberam grandes investimentos imobiliários e de infraestrutura a partir das décadas de 70 e 80” (MAMMARELLA *et al.*, 2015, p. 168). Especificamente em relação às dinâmicas do mercado imobiliário durante a década de 1990, Tanya M. de Barcellos considera que:

Porto Alegre mostra uma dinâmica que se volta fundamentalmente para as camadas de renda mais alta da população. Junto com essa concentração de empreendimentos voltados para as elites em alguns bairros como Moinhos de Vento, Bela Vista, Petrópolis, Mont’Serrat e Três Figueiras, observam-se um avanço do mercado em bairros antes predominantemente operários e populares, que rapidamente estão se diversificando socialmente, como Sarandi e Passo da Areia, e a expansão de projetos na zona sul da Cidade, dirigidos para as camadas médias e de renda mais elevada. (BARCELLOS, 2004, p. 88)

Essa dinâmica socioespacial envolvendo o mercado imobiliário influencia na fragmentação da cidade. Através do censo de 2010 do IBGE foram identificadas no município de Porto Alegre 108 favelas. A renda per capita em 62,07% dos domicílios dessas comunidades é inferior a um salário mínimo. Outro dado importante é que:

A taxa de desemprego nas favelas de Porto Alegre é de **7,38%**, enquanto no restante da cidade é de 5,30%. Quanto às horas trabalhadas no emprego principal, 70,31% dos

trabalhadores das favelas trabalham até 44h semanais, contra 76,35% do restante da cidade. Referente à categoria do emprego principal, o predominante em ambas as regiões é o emprego formal com carteira assinada (58,83% nas favelas e 51,91% fora delas). O trabalho informal é maior nas favelas, representado **18,03%** dos empregos, enquanto nas demais regiões representa 13,12% . (OBSERVA POA, 2013)

Observa-se pelas pesquisas aqui referenciadas que, embora Porto Alegre e a Região Metropolitana apresentem suas dinâmicas socioespaciais inseridas em um macro contexto de policentralidade e tendência de elitização da metrópole, a presença do “espaço dos pobres” nessa *metrópole* é constante e muito significativa na década de 2010. No entanto há que ressaltar as dificuldades que, em específico, moradores de favela têm em permanecer em regiões centrais da metrópole, dificuldade esta marcada pela forte representação de seus espaços enquanto “manchas destoantes” na malha da urbe, o que parece refletir o processo cultural e espacial de segregação.

3.4 Cidades e remoções compulsórias de moradia: entre a literatura e a proposta de uma nova abordagem

Até agora, buscamos referências direta ou indiretamente relacionadas ao objeto da tese, o que possibilitou compreender melhor os vínculos entre cidade, desigualdade social, formação de favelas e remoção compulsória. Os estudos analisados suscitaram questionamentos e percepções espaciais e temporais sobre remoção forçada e a forma como os removidos vivenciam o fenômeno. Também suscitaram questionamentos que resultaram em mais uma seção neste capítulo, refiro-me aos estudos de Max Weber, Georg Simmel e Robert Park que embasaram a tradição da sociologia compreensiva. Através desses estudos analisamos a formação das grandes cidades e as interações sociais que nelas se desenvolvem.

Os estudos de Park, além de trazerem subsídios para o entendimento das grandes cidades modernas, evidenciaram a base conceitual para a criação de políticas urbanas presentes, até hoje, no contexto de nosso trabalho de campo, influenciando as vidas de nossos entrevistados e suas comunidades. Por isso, nos debruçamos sobre suas ideias, em especial sobre o conceito de “homem marginal”. Contudo, ao estudar este conceito, além de perceber sua vinculação com tais políticas públicas – que partem da ideia de delinquência dos favelados e desorganização do ambiente “marginal” da favela –, descobrimos análises sociológicas que consideram o conceito de homem marginal como uma ferramenta interessante em estudos sociais interpretativos.

Voltando à temática das remoções forçadas, observamos pelas leituras aqui referenciadas os problemas que essas ações acarretam para os moradores de favela: podem romper com vínculos historicamente construídos, como costumes, como formas de trabalho e de sociabilidade. Além disso, prejudicam a solidificação do processo de interação dos moradores, a partir da realidade socioeconômica em que vivem. Também foi possível perceber, através da literatura, a agência desses moradores, não só na formação de sua comunidade, mas na luta para sua permanência.

Nosso estudo pretende contribuir com a temática das remoções compulsórias a partir de alguns propósitos que se diferenciam dos estudos feitos até então. Essa diferenciação é fruto de uma metodologia ainda não aplicada pelos especialistas do tema. Uma das características da análise feita das narrativas biográficas é o interesse em toda a trajetória de vida dos entrevistados. Interessa-nos entender a partir dessa trajetória, a motivação dos entrevistados ao passarem pelo fenômeno de uma remoção compulsória.

Entendemos que a maioria dos projetos de remoção compulsória está vinculada a um circuito econômico global, a um mercado imobiliário que não contribui para uma cidade com menos espaços segregados. Contudo, as pessoas que são envolvidas nesse projeto, e precisam ser removidas, não são passivas, elas são sujeitos desse processo. Nesta tese, para além da análise do momento da remoção nos propomos a entender a forma como organizaram suas vidas antes e depois. Por isso, analisamos suas estratégias a partir das perspectivas que os entrevistados apresentam na ora da entrevista, seja através de sua fala ou do que observamos ter ficado de forma latente. Essas perspectivas poderão englobar a dimensão do trabalho, da sociabilidade, entre outras, na reorganização de seu cotidiano. Estratégias, envolvendo o outro, são formadas, transformadas ou abandonadas. Elas abarcam experiências passadas e presentes de uma forma gestáltica, como veremos no próximo capítulo (Rosenthal, 2014).

Analisar os espaços das classes populares e o fenômeno da remoção compulsória de moradia, levando em consideração as possibilidades que advêm da práxis intersubjetiva e demais interfaces da sociologia de orientação fenomenológica, é um caminho complexo e longo. Todavia, pode ser muito profícuo para contribuir com os estudos relacionados ao objeto dessa tese. Por esse caminho, como afirma Priscila Susin, é possível compor “ressignificações das experiências nos tempos históricos, sociais, culturais e biográficos, a partir de conceitos amplos que se pretendem dinâmicos” (SUSIN, 2014, p. 214).

4 PRÁTICAS INTERPRETATIVAS E SOCIEDADE

Em outras ocasiões, uma peça de equipamento, projetada e construída para fins de pesquisa normal, não funciona segundo a maneira antecipada, revelando uma anomalia que não pode ser ajustada às expectativas profissionais, não obstante esforços repetidos. Desta e de outras maneiras, a ciência normal desorienta-se seguidamente. E quando isto ocorre — isto é, quando os membros da profissão não podem mais esquivar-se das anomalias que subvertem a tradição existente da prática científica — então começam as investigações extraordinárias que finalmente conduzem a profissão a um novo conjunto de compromissos, a uma nova base para a prática da ciência. (Thomas Kuhn)

O autor de *A Estrutura das Revoluções Científicas* (KUHN, 1962), que introduz esta seção, analisa o lado social da produção científica, a formação de consensos através de paradigmas e a constante transformação desses consensos. Para Kuhn, a ciência se transforma a partir da relação dialética entre o normal e o revolucionário.

Ao longo do processo histórico, pesquisadores das ciências humanas buscaram novos caminhos para questões de sua época. Dessa forma, contribuíram com elementos analíticos que, compartilhados na comunidade científica – com base em consensos, complementos e críticas –, consolidaram novas perspectivas. Um exemplo em relação a uma nova abordagem metodológica é o trabalho de Henry Mayhew (THOMPSON, 1992).

O repórter e pesquisador Mayhew (1812-1887), utilizando como fonte de pesquisa entrevistas com pessoas pobres da cidade de Londres, criticou o paradigma estabelecido de que a pobreza tinha como causa a falta de qualidades dos pobres. Ele levanta a premissa de que “a pobreza urbana era devida às baixas remunerações, derivadas de crises cíclicas que a produção vinculada a muitos ofícios manuais apresentava” (MARQUES, 2006, p. 26).

O método de pesquisa de Henry Mayhew, empregado ainda na primeira metade do século XIX, era visto como inusitado. Dirigia-se à casa dos entrevistados porque considerava que eles sentiam-se mais à vontade em sua residência. Chegando lá, os ouvia atentamente, interessado por suas vivências e opiniões. Junto com Henry, sempre havia um profissional que taquigrafava as falas. Depois, em seus textos, muitos publicados em jornais, fazia referência às entrevistas citando vários trechos (THOMPSON, 1992).

Apesar de exemplos pontuais como o de Mayhew, manteve-se nas ciências humanas, até meados do século XX, uma tendência em considerar o documento escrito e a pesquisa quantitativa como únicas fontes confiáveis. Daniel Bertaux chama a atenção para a difusão, nessa época, da técnica denominada *survey* na linha teórica pragmatista da sociologia norte-americana (BERTAUX, 2014). Havia, em boa parte das pesquisas, um distanciamento das “realidades vividas”, e por consequência, a agência e interpretação dos sujeitos não eram prioridade nessa linha (CHAMBERLAYN *et al.*, 2000).

As abordagens biográficas não eram atraentes para os pesquisadores sociais enquanto eram preponderantes as análises estruturais, macrossociais e descritivas (como Positivismo e Determinismo Social). Elas começam a ser mais utilizadas à medida que os pesquisadores sociais passam a explorar mais a conexão entre o pessoal e o social, como é o caso de Robert Park (1999), Paul Thompson (1992), Daniel Bertaux (2014) e Florestan Fernandes (2007).

Ainda em relação às metodologias que buscam essa conexão entre indivíduo e sociedade é importante registrar que, na década de 1960, é criada por Barney Glaser e Anselm Strauss a *Grounded Theory* ou Teoria Fundamentada nos Dados. Essa abordagem propunha que, ao invés de manter a “normal” busca de verificações e fatos para compor uma teoria já edificada, a pesquisa social procurasse investigar elementos interpretativos dos processos sociais, incluindo a interação e os significados atribuídos pelos atores em relação à realidade social (GLASER; STRAUSS, 2006). Abordagens similares começaram a se estruturar na segunda metade do século XX, como a Hermenêutica Objetiva e a Pesquisa Biográfica Interpretativa. Essas correntes são hoje conhecidas como Pesquisa Social Interpretativa (ROSENTHAL, 2014).

As práticas interpretativas contaram com uma herança histórica que remonta aos estudos de Edmund Husserl, Georg Simmel, Max Weber, George Mead, Alfred Schütz, Aron Gurwitsch, entre outros (ROSENTHAL, 2014). Todos, no seu tempo, trouxeram novas perspectivas de análise, que contribuíram para o desenvolvimento de abordagens metodológicas focadas na trajetória e na interpretação dos sujeitos.

Nesse capítulo, vamos analisar uma dessas abordagens, a Pesquisa Biográfica Interpretativa, desenvolvida por Fritz Schütze e Gabriele Rosenthal. Buscamos, ao longo do texto, fazer uma conexão entre essa abordagem, o seu fundamento teórico e o tema dessa tese.

4.1 Pesquisa biográfica interpretativa - fundamentos da abordagem

Para expor de onde partimos nesta tese, em relação à abordagem metodológica, buscamos aqui o auxílio de uma biografia imaginária que conduzirá nossa linha de raciocínio através de alguns conceitos-chave. Dessa forma organizamos o estudo da abordagem em dois momentos. Um primeiro, em que apresentamos Lian, a pessoa por nós biografada, situando-a no mundo da vida a partir de alguns conceitos de Alfred Schütz e Edmund Husserl. Lian é uma representação que engloba as 12 narrativas que documentamos a partir de entrevistas realizadas entre os anos 2016 e 2018. Em um segundo momento, passamos para os passos de análise da entrevista narrativa biográfica, cuja origem encontramos nos trabalhos de Fritz Schütze.

O sociólogo alemão Fritz Schütze desenvolveu, a partir da década de 1970, uma forma de analisar relatos biográficos considerando sua importância como meio para se aproximar de “aspectos variados da realidade social” (SANTOS, 2014, p. 13). Schütze, sobre o diferencial específico de narrativas biográficas, considera que:

No ato de narrar histórias – e este é o cálculo feito pela técnica de levantamento de dados –, o informante perde, ao menos parcialmente, as inibições típicas de situações de levantamento formal de dados, pois o aprofundamento na forma delineada e na sequência dos acontecimentos da história faz com que ele se esqueça da situação comunicacional formalizada contanto que de fato chegue a existir uma narração. (SCHÜTZE, 2014, p.31)

À luz da sociologia fenomenológica de Alfred Schütz, a pesquisa sociológica de narrativas biográficas de Fritz Schütze baseia-se na experiência do entrevistado e suas interpretações do mundo da vida. Levando em consideração o modo como “os indivíduos manuseiam seu ‘estoque de conhecimento’ e, sobretudo, como manuseiam o sistema de relevância e tipificação, elementos-chave no processo interpretativo cotidiano do indivíduo” (SANTOS, 2011, p. 14).

A socióloga Alemã Gabriele Rosenthal, partindo da metodologia desenvolvida por Fritz Schütze, apresenta uma sistematização para entrevistas e análises de narrativas e outras formas de relato em que incorpora subsídios de áreas do conhecimento, como a psicologia, a filosofia e antropologia. A Pesquisa Biográfica Interpretativa, segundo Rosenthal, busca nos relatos de vida dos sujeitos a reconstituição do sentido subjetivamente visado e a reconstrução do sentido latente, ou, de uma forma mais abrangente, a “reconstrução da complexidade das estruturas de ação” (ROSENTHAL, 2014, p. 30).

O pesquisador social, ao analisar uma narrativa biográfica, provavelmente terá a seu dispor relatos relacionados a determinados fenômenos em que o entrevistado participou de forma direta ou indireta. Mas esses relatos são fundamentados, também, a partir da vivência presente, de forma que o contexto atual precisa ser levado em consideração pelo pesquisador.

Além disso, enquanto cientistas sociais, nosso interesse consiste sobretudo em reconstruir estruturas de sentido latentes, isto é, conteúdos de significados inacessíveis ao falante. E justamente para essa reconstrução será de grande vantagem não considerar (de início) a perspectiva dos entrevistados, tampouco aceitar a plausibilidade dos significados do próprio entrevistado, mas, antes, refletir sobre outros significados possíveis. Se, mais tarde, no terceiro passo da análise de dados – na reconstrução da história de vida vivenciada –, nos voltarmos ao texto já com esse horizonte de significados possíveis, sem dúvida teremos acesso mais amplo às possibilidades de sentido que em geral está disponível nas entrelinhas. (ROSENTHAL, 2014, p. 229)

Na obra *Pesquisa Social Interpretativa*, Rosenthal (2014) apresenta sua proposta metodológica através de uma sequência de passos que são detalhadamente explicados à luz dos teóricos que lhe dão suporte. Dessa obra vem certa *provocação* que a autora indiretamente dirige ao pesquisador: buscar subsídios nas leituras que indica, como Schütz, Husserl, Peirce e Gurwitsch. De alguma forma, a seguir, eles estarão todos contemplados.

4.2 Lian no mundo da vida – a contribuição de Alfred Schütz e Edmund Husserl

Supondo que um sujeito visto de forma neutra, podendo ser homem ou mulher, chama-se Lian. Essa pessoa é adulta e acabou de deixar a casa em que viveu por dez anos. Pois bem, para nós interessa – à luz da sociologia de orientação fenomenológica de Schütz – compreender como Lian interpreta esse fenômeno em que se viu envolvida e foi parte da construção, participando no fluxo da experiência. Este fluxo, segundo Schütz, envolve três dimensões: primeiro, o tempo interior (o subjetivo), segundo, o tempo social (dimensão em que ocorre a intersubjetividade) e terceiro, o biológico (onde podemos nos referir ao corpo de Lian) (SCHÜTZ, 1973).

Houve um momento, há vários anos, em que essa pessoa, Lian, estava prestes a ser removida. Naquelas alturas, viu-se diante de muitas coisas para entender, aprender, questionar, negar e projetar a partir da necessidade de domínio da experiência. No confronto com a realidade, ela cria a sua teoria sobre aquela remoção a partir do momento presente, das perspectivas em relação ao futuro e de seu estoque do conhecimento (SCHÜTZ, 1979).

Desde criança, ao interagir no mundo da vida, Lian observa e apreende certo “código de referência” que foi, ao longo do tempo, sendo construído. Através das relações que se estabelecem em sua casa, na escola, e através daquilo que vê e ouve na rua, no rádio, na TV, ela vai delimitando objetos, entendendo suas funções; vai assimilando o modo de proceder que lhe é apresentado a partir do que já foi “vivenciado e assimilado” pelas gerações anteriores (Ibidem, p.73). Normalmente, de forma pragmática, para poder agir na vida diária, Lian aceita aquela “pauta cultural” e não discute todas as vezes que alguém que lhe é próximo diz “faça desse jeito”. Ela confia e, assim, consegue compreender e interagir com determinada organização cotidiana. Por confiar e apreender, sente-se como membro de determinado grupo e, dessa forma vai construindo o seu “estoque de conhecimento”. Normalmente, Lian não questiona o que é tido como certo, ela está temporalmente limitada, precisa dominar o

significado, as possibilidades e os riscos, precisa confiar no conhecimento oferecido para, assim, interagir (SCHÜTZ, 2003).

Na vida diária é só parcialmente – e, ousamos dizer, excepcionalmente – que o homem se interessa pela clareza de seu conhecimento, isto é, por uma visão mais aprofundada das relações entre os elementos desse mundo e os princípios gerais que as regulam. Ele se satisfaz com o fato de haver um bom serviço de telefone ao seu dispor e, normalmente, não pergunta os detalhes do funcionamento do aparelho ou que leis da Física possibilitam seu funcionamento. Ele compra uma mercadoria na loja sem saber como é produzida e paga com dinheiro, embora tenha uma vaga ideia do que o dinheiro realmente seja. Para ele é ponto pacífico que seu semelhante vai compreender o seu pensamento, se expresso em linguagem simples, e vai responder de acordo, sem imaginar como pode se explicar esse desempenho milagroso. (SCHÜTZ, 1979, p. 81).

Lian, então, constrói o seu “estoque de conhecimento” tendo como base determinado “sistema comum de tipificações e relevâncias”. O que é tido como pressuposto (dentro de dimensões como família, trabalho, religião, meio de transporte, moradia, meio ambiente) fará parte desse “estoque” que, segundo Schütz, pode ser entendido como “conhecimento de receitas certas para interpretar o mundo social e para lidar com pessoas e coisas de forma a obter, em cada situação, os melhores resultados possíveis com o mínimo esforço, evitando consequências indesejáveis” (SCHÜTZ, 1979, p. 81). Então, o que lhe foi repassado no cotidiano é importante e passa a fazer parte da província da realidade. “Eu tenho como certo que o significado do mundo natural (que já foi experienciado e nomeado pelos meus predecessores) é o mesmo para meu grupo e para mim, desde que trazido em uma estrutura comum de interpretação” (SCHÜTZ, 1973, p. 04).

Com uma infinidade de conhecimento a dominar, o estoque de conhecimento ajuda Lian a ter “conhecimento a mão”. Isso significa que não irá questionar, por exemplo, por que precisa três chaves para entrar em casa, ela aprende a abrir a porta com elas e volta a utilizar aquele conhecimento diariamente. Ele faz parte do seu “pensar como sempre” que se mantém “enquanto a vida, e especialmente a vida social, continuar a ser a mesma que foi até então, o que vale dizer que os mesmos problemas, requerendo soluções, ressurgirão e que, portanto, nossas experiências anteriores serão suficientes para dominar situações futuras” (Ibidem, 1979, p. 83).

O “estoque de conhecimento” refere-se ao presente e ao passado, uma vez que está constantemente se refazendo a partir da articulação biográfica. Como explica Schütz (1973, p. 100), “o limite natural das situações e arranjos sociais, temporais e espaciais da experiência subjetiva do mundo da vida são elementos fundamentais do estoque de conhecimento”. Para ele, o *mundo da vida* é a esfera das experiências em que o sujeito interage com objetos, pessoas e eventos. Então, o conjunto de regras e relevâncias é importante durante o fluxo de experiências vividas.

Schütz se refere às zonas de relevância, ou seja, “as zonas das coisas tidas como pressupostos” para o indivíduo (Ibidem, p. 110). Elas podem dividir-se em quatro regiões de relevância decrescente que se apresentam diante de algum objetivo, de algum projeto. A primeira é a região onde se desenvolve o interesse principal, de inteiro domínio do indivíduo. A segunda abarca as esferas que não estão sob domínio, mas “imediatamente ligados à zona de relevância primária fornecendo instrumentos dos quais o indivíduo não precisa ter domínio, apenas conhecer “os riscos que podem interferir em seu interesse principal”. Em terceiro se apresentam os campos “relativamente irrelevantes” que assim se mantêm apenas enquanto não influenciam as duas primeiras. E por último, a zona “absolutamente irrelevante” porque, se distancia totalmente do objetivo ao qual o indivíduo se debruça” (Ibidem, p. 111). Segundo Santos, quando Schütz aborda a análise da relevância

está lidando com o principal problema da investigação fenomenológica do mundo da vida (Nasu, 2008, p. 92), pois trata-se de investigar como os indivíduos experienciam objetos e eventos ao seu redor, ou seja, de que maneira percebem, reconhecem, interpretam, conhecem e agem na vida cotidiana a partir da seleção de fatos na totalidade de elementos envolvidos em cada situação. Com isso, a própria experiência se dá como processo de escolha e não como fatalidade ou recepção passiva de dados e informações, uma vez que o indivíduo escolhe quais elementos de sentido recebem sua atenção, ou seja, quais dentre os inúmeros elementos envolvidos são tornados relevantes (SANTOS, 2011).

Lian, nossa “persona”, criou estratégias para lidar com a remoção. Estas estratégias se relacionam ao que considera relevante em relação à moradia e às demais dimensões que para ela estão relacionadas ao tema remoção. A “relevância” a orienta, sendo que seus critérios têm como base o estoque de conhecimento, que está ali, à disposição para contribuir no enfrentamento da realidade.

Schütz chama a realidade de “mundo pressuposto”, é o mundo físico e social tido como certo. Um mundo que, de certa forma, é considerado óbvio e indiscutível, que todos entendem e aceitam. Assim, por exemplo, um conjunto de crenças é tido como certo, mas até

“novo aviso”, ou seja, será posto em cheque se “surge uma experiência nova que não pode ser incorporada ao marco de referências até então inquestionado” (SCHÜTZ, 2008, p. 91). Porém, ele salienta que: “o mundo pressuposto é o único domínio dentro do qual é possível duvidar e questionar, e neste sentido, constitui o fundamento de toda a dúvida possível” (Ibidem, p. 91).

Schütz parte da ideia de Max Weber de ação do indivíduo vinculado à sociedade, mas terá como foco o processo das ações e o seu sentido para o indivíduo e não a análise da ação e seu resultado (ROSENTHAL, 2016). Por essa perspectiva, considera-se que os estudos de Edmund Husserl fizeram muito sentido a Schütz. Propomo-nos então, a *congelar* nossa proposta de acompanhar Lian à luz de Schütz e, brevemente, focar na leitura da fenomenologia de Husserl. Assim, é provável que o leitor se aproxime mais das ideias de Schütz sem depender do que expomos. Contudo, mais do que isso, focar no pensamento de Husserl quanto à fenomenologia é já apresentarmos a referência de tópicos importantes que desenvolveremos mais tarde.

4.2.1 Alguns aspectos da fenomenologia para Husserl

Edmund Husserl (1859-1938) interessava-se pela forma como as pessoas pensavam, como percebiam os fenômenos, considerando como *fenômeno* aquilo sobre o que é possível ter consciência. No início do século XX, ele contribuiu para consolidar uma nova abordagem do pensamento filosófico a qual denominou fenomenologia (ZILLES, 2007).

Husserl propõe que, para entender os fenômenos, se ponha a consciência dada, já objetivizada, em suspenso, questionando, assim, as certezas a priori, os dogmas, observando a questão da intencionalidade, observando a experiência. Pondo à parte ideias naturalizadas, pressupostos já estabelecidos socialmente, Husserl propõe-se a fundamentar o sentido que se dá ao mundo, “o sentido do dado absoluto, da absoluta claridade do estar dado” (HUSSERL, 1989, p. 29).

Quando você vê alguma coisa, um objeto tridimensional, por exemplo, você utiliza o que Husserl chama de “senso de percepção”. Este senso engloba não apenas o que os olhos veem, “mas também um vasto pano de fundo, suposições, memórias, associações e antecipações” (MERLEAU-PONTY, 2012, p. IX). Em um processo de intencionalidade – entendida não como o que se almeja, mas como o fim a que se visa – se vivencia

o ser de uma coisa real não como mero cogito da percepção isolada, que agora tenho. Mas ela própria e o seu objeto no como do dar-se intencional remetem-me, em virtude do horizonte presuntivo, para um sistema infinitamente aberto de percepções possíveis enquanto tais, que não são inventadas, mas motivadas na minha vida intencional, e só podem perder a sua vigência presuntiva quando uma experiência antagonica as abroga. (HUSSERL, 2018, p.23)

Nesse sentido, Husserl aborda a teoria da escolha que envolve a capacidade volitiva, que envolve a percepção, o romper com algo percebido durante uma análise intencional. “No conteúdo “real” (reelle), incluem-se toda a variedade de sensações e sentimentos e, junto com elas, as funções animadoras que, agindo sobre as sensações e sentimentos, dotam-nos de intencionalidade e, por isto, transformam-nos em vivências intencionais propriamente ditas (SANTOS, 2015, p. 89).

Para Husserl, “todo projeto de fazer algo leva consigo a contra possibilidade problemática de não fazê-lo” (SCHÜTZ, 2008, p. 97). É o que Husserl chama de possibilidades problemáticas ou questionáveis. Sobre isso Schütz (Ibidem, p. 97) exemplifica:

Uma intenção geral indeterminada que se manifesta em si mesma na modalidade de certeza, ainda que uma certeza empírica ou presuntiva – até novo aviso – leva consigo uma modalização implícita da certeza peculiar a suas especificações implícitas (...). Sem dúvida, é bem possível que só uma destas possibilidades em luta se destaque conscientemente, enquanto que as outras permaneçam inadvertidas como pano de fundo, como representações vazias e temáticas não realizadas.

Mantêm-se não realizadas até que se rompa a partir de algo percebido. Esse processo é possível em função da temporalidade que engloba o fenômeno e pela presença de infinitudes de “fatos sempre novos jamais pressentidos e que, assim, resultam em sínteses singulares” (HUSSERL, 2018, p.16). Essas sínteses formam-se a partir de percepções que delineiam um “horizonte de expectativa”, ou seja, “futuras séries perceptíveis”. Husserl entende análise intencional

não como simples conexão de dados, nem um amontado de átomos psíquicos, nem ainda uma totalidade de elementos que estão unidos por qualidades morfológicas. A análise intencional é o desvelamento das atualidades e potencialidades, nas quais se constituem objetos como unidades de sentido, e toda a análise de sentido se leva a efeito na transição das vivências ingredientes para os horizontes intencionais nelas delineados (...). Toda a análise intencional vai além da vivência momentânea (...) e a guisa de horizonte, realça multiplicidades de novas vivências, nas quais se torna claro o que só implicitamente se visa e já deste modo era intencional. (HUSSERL, 2018, p. p. 18, 19)

Husserl referencia a Franz Brentano (1838-1917) o preceito central das suas ideias, ou seja, a intencionalidade. Mas esse conceito em Brentano apresentava uma incongruência para Husserl: se o sujeito através da intencionalidade, ao pensar, dirige-se a um conteúdo, a um objeto, como se processa o conhecimento a partir de algo que não é considerado conteúdo ou objeto, como um centauro, por exemplo?

Pensando sobre essa questão Husserl considera que todo pensamento dirige-se a um objeto, esse “dirigir-se” é chamado por ele de noema. Assim, um pensamento, mesmo não tendo objeto, tem um noema. Ele distingue, enfim, o objeto tal como é intencionado (noese) do objeto que é intencionado (noema) (ONATE, 2016).

Um ato de percepção não é direcionado sempre pelo objeto como ele se apresenta diante do sujeito. Podemos enxergar metade de um objeto e daí termos inúmeras inferências tornando o invisível como visível. Além disso, mesmo quando um objeto deixar de existir, o noema não irá se extinguir, porque existe a singularidade de cada objeto relacionado a determinado momento – temporalidade (FØLLESDAL, 1969).

Mais adiante retomaremos os conceitos de noema e noesis, por ora, é preciso ainda ressaltar que a fenomenologia tal como estudada por Husserl, trouxe, na passagem do século XIX para o XX, novas possibilidades de "superação da dicotomia: razão versus experiência" (TROTTA, 2014, p. 49) em que a realidade pode ser descoberta, desvelada pelo caminho da objetividade (SOUZA, 2012). Para a fenomenologia, o sujeito, através da intencionalidade, a partir da relação entre consciência e mundo, chega a percepções, e não à realidade objetiva. Essa perspectiva influenciou os estudos de Martin Heidegger, Merleau-Ponty, Max Scheler (SOUZA, 2012; MERLEAU-PONTY, 2012). Também será a base da teoria sociológica do mundo social de Alfred Schütz, com o qual voltamos a nos ocupar na próxima seção.

4.2.2 A sociologia de Alfred Schütz e o momento biográfico da remoção compulsória de moradia

As ideias do austríaco Alfred Schütz, filósofo e sociólogo, representam um importante fundamento da Pesquisa Biográfica Interpretativa. Preceitos da fenomenologia de Husserl que aqui analisamos contribuíram para que Schütz teorizasse sobre sociologia à luz da intersubjetividade, a partir da ideia de zonas de relevância e processos de tipificação do cotidiano (SOUZA, 2012).

Para Schütz, a caracterização reflexiva dos atos precisa da identificação dos propósitos ou do projeto que orientava o ator. Assim, um projeto, se realizado, leva da experiência a um episódio, a algo completo. Schütz critica Weber exatamente por este não distinguir a ação de um projeto, isto é, a orientação para a realização futura do motivo causa. (SOUZA, 2012, p. 10)

Voltemos a atenção à nossa persona, Lian. Ao pensar sobre o processo de remoção que se aproxima, ele projeta o ato, imagina onde estará depois de abandonar a sua casa. Com o conhecimento que tem à mão projeta o ato, mas não a ação. Explicando: o ato é a ação já materializada (SCHÜTZ, 2008). Esta última, embora também projetada, nunca ocorre conforme o projetado.

Quando projeto meu ato futuro no tempo futuro perfeito me baseio no meu conhecimento de atos efetuados anteriormente e que são tipicamente similares ao projetado, no meu conhecimento de traços tipicamente significativos da situação em que terá lugar esta ação projetada, incluindo minha situação pessoal biograficamente determinada. Mas esse conhecimento é o conhecimento que tenho à mão no momento de elaborar o projeto, e que difere inevitavelmente do que possuirei quando se materializar o ato que agora não está mais do que projetado. (SCHÜTZ, 2008, p. 87)

O vivenciar um projeto vai depender da interação com o grupo e também do tempo e de fatores biológicos. No caso de Lian, um momento biográfico importante foi quando lhe foi dito que deveria sair daquela casa, porque, segundo Schütz, começou aí um processo de fantasia projetante. Ela projetou a remoção a partir do que Schütz chama de “motivo para” e “motivo porquê”, este último sendo *o motivo do motivo*. Ela poderia, por exemplo, projetar a remoção a partir do seguinte “motivo para”: “vou aceitar essa mudança porque receberei uma casa boa”. Mas qual seria o “motivo porquê”? Schütz vai dizer que o que está motivado em uma ação é o projeto da ação mesma, então, aceitar a remoção para ganhar a casa boa é o que dá sentido à ação de Lian. Mas ele sugere que se deve penetrar “por debaixo do manto da linguagem” para investigar o motivo porque (SCHÜTZ, 2008, p. 88).

Quando algo é projetado, o motivo porque não é evidente para o indivíduo, uma vez que ele está relacionado ao passado e ao presente. Depois da ação cumprida, “quando se converteu em ato, segundo a terminologia sugerida, pode voltar a sua ação passada como observador de si mesmo e investigar (...) o que me levou a adotar essa decisão e não outra” (Ibidem, p. 87).

Para buscarmos a compreensão da forma como Lian enfrenta a remoção, é preciso ter claro que seu pensar e o seu agir ocorrem na interação com a sociedade. Conforme Schütz, o

fundamental é a ação do indivíduo, mas uma ação junto ao grupo ao qual ele está vinculado. A sedimentação de experiências no presente e as perspectivas daí advindas é a base para o sujeito analisar o mundo, tipificá-lo e nele interagir. Logo, Lian está criando sua teoria sobre o que é aquela remoção e como pode afetar o seu futuro. E assim criará estratégias que vivenciará e, um dia, também narrará.

4.3 Pesquisa Biográfica Interpretativa: a entrevista

A Pesquisa Biográfica Interpretativa começa pelo interesse do pesquisador por determinado tema e esse interesse, num primeiro momento, é acompanhado de alguma forma pela observação. Antes de entrevistar, o pesquisador já sabe algo relacionado ao seu tema em relação ao entrevistado. Contudo, para que ele perceba que o interesse está focado em toda a sua vida – e não sobre o que pensa em relação a um tema específico –, quando é marcada a entrevista não será dito qual o seu tema, exatamente. No caso da pesquisa dessa tese, o que foi dito nas comunidades é que a pesquisadora estava interessada em entrevistar pessoas que moravam anteriormente na “Vila do Cotovelo”. Dito apenas isso, mostra-se interesse em todas as etapas da vida dos sujeitos.

Depois de um contato preliminar, vem o momento da entrevista. A pessoa que realizará a entrevista sente ansiedade em relação ao desconhecido, em relação ao que o entrevistado pensará dela. Preocupa-se com o gravador, com o excesso de ruído, com o menino que quer a atenção da entrevistada. Observemos algumas notas de campo descrevendo a chegada da pesquisadora para uma das entrevistas dessa tese:

Quando saí do carro, enxerguei um menininho varrendo o pequeno pátio da casa. Era o filho do meio de Lian. Assim que me viu, foi avisar a mãe. Provavelmente já sabia que eu viria. Chamou-me a atenção o número de pessoas na rua e de crianças brincando. Me senti vigiada, tanto ao chegar, quanto ao sair. Entrando na casa, Lian me convidou para sentar à mesa. Não havia sofás na pequena sala, era apenas uma mesa para seis lugares. Havia um vendedor passando com alto-falante, sem eu pedir ela foi lá, fechou a porta e explicou para o filho que era por causa do barulho.¹⁴

¹⁴ Embora Lian seja uma criação nossa baseada nas entrevistas realizadas, esse texto é parte de um Memo: Memo Para Entrevistas Biográficas, entrevistadora: Naida Menezes. Porto Alegre, 2018.

Se a entrevista é na moradia – no nosso caso, a maioria foi -, existe um percurso até chegar a ela, existe um antes e um depois em que se observa aquele cotidiano, aquele espaço físico com objetos que contam a história do entrevistado e de seus familiares. Ao terminar a visita, por vezes o entrevistado se delonga e, ao ficar conversando, chegam alguns vizinhos. Quando vê, você já não conhece apenas um morador daquela comunidade.

Enquanto observa, você é observado. Mais de uma vez, ao ir falar com alguma pessoa em uma favela, foi dito à pesquisadora que já a *conheciam de vista* e tinham curiosidade em saber quem ela era.

Por vivências como essa, relacionadas à trajetória da pesquisadora e dos entrevistados, é que a abordagem da Pesquisa Biográfica Interpretativa sugere a confecção de um *memo* para cada entrevistado, ou seja, as notas de campo (ROSENTHAL, 2016). O memo contribui para que se organizem as informações sobre o entrevistado, mas também os sentimentos do pesquisador no contexto da entrevista. Entre as questões a serem preenchidas, além dos dados que coletamos sobre o entrevistado (data de nascimento, número de irmãos, etc.), também consta, por exemplo:

- Local da entrevista e descrição do ambiente;
- Interação antes e depois da gravação;
- Maneira como ocorreu o contato inicial;
- Descrição das Circunstâncias Externas;
- Sentimento do entrevistador sobre o entrevistado e a situação da entrevista.

Em uma das entrevistas realizadas para essa tese, consta no memo o seguinte relato:

Meu primeiro contato com Lian foi via *WhatsApp*. Ela foi muito receptiva. Marcamos para dois dias depois, em um horário em que ela já estivesse em casa, às 18.00. Utilizando um aplicativo de transporte, fui até sua casa, mas o motorista se perdeu dentro da favela em que atualmente Lian mora. O motorista abordou alguns transeuntes para pedir informação, mas eles apenas olhavam detidamente para dentro do carro e diziam não saber onde era a rua que procurávamos. Depois de um tempo, comecei a achar que seria em vão procurar a casa, mas não tirava os olhos das fachadas, pois havia visto no *Google Earth* a casa de Lian. Isso ajudou, pois consegui avistar sua moradia e chegar até lá. Detalhe: estávamos na rua certa, indo para o lado certo, e os moradores não nos indicaram isso. Na hora, não me dei conta de que estava em um carro preto, sentada no banco de trás, com uma postura muito similar a de algum tipo de agente do governo.¹⁵

¹⁵ Memo Para Entrevistas Biográficas. Entrevistadora: Naida Menezes. Porto Alegre, 2018.

Observações como esta (relacionadas ao curso da interação entre a pesquisadora, a entrevistada e sua comunidade), contribuirão para a posterior análise. As anotações também ajudam a explicar as dificuldades que podem ter influenciado na condução da entrevista.

4.3.1 Entrevista Narrativa Biográfica - o que temos na mão

Depois de poucas explicações dadas ao entrevistado sobre o método – mas nem por isso menos importantes, pois é o momento em que salientamos, por exemplo, a preservação do anonimato – começamos a entrevista e o que temos a mão? Um gravador, uma folha em branco e uma sugestão de narrativa a fazer ao entrevistado.

A pergunta inicial realizada pelo pesquisador deve ser extremamente ampla e não envolver quaisquer conceitos ou expressões linguísticas alheias ao indivíduo entrevistado. É ele quem define como começa e como termina a história de sua vida, que pontos vai narrar com mais detalhes, quais temas virão acompanhados de argumentos, justificativas, explicações. (ROSENTHAL, 2014)

Salvo algumas variações, a pergunta inicial resume-se a: gostaria de saber sobre a sua vida, desde o seu nascimento até os dias de hoje, você vai contando e eu vou fazendo algumas anotações, depois eu vou lhe perguntar algumas coisas a partir do que você me colocou, pode ser?

Enquanto o narrador fala, anotamos os fatos e as percepções que ele teve sobre estes a partir de palavras-chave ditas por ele. Ao terminar sua apresentação, que pode demorar minutos ou mais de uma hora, vamos pedir para que narre um momento relacionado ao primeiro fato que nos relatou: você disse que nasceu em casa, o que você lembra sobre esse momento, sobre o que lhe foi contado por seus pais, seus avós?

Quando ela terminar de relatar o que lembra, passamos para o segundo fato ou sentimento que relatou, ou seja, vamos sugerir que nos conte algo na ordem e com os termos que ele utilizou. Assim, voltamos, sequência por sequência, seguindo o sistema de relevância do entrevistado.

Em uma das entrevistas realizadas para essa tese, ficou muito nítida a importância desse procedimento. A entrevistada veio adulta de uma região cujo vocabulário é muito diferente daquele utilizado na cidade em que agora reside. Durante seu relato, utilizou inúmeras palavras típicas da região em que viveu até completar trinta anos. A pesquisadora, ao retomar ponto por ponto dito por ela, com os termos que ela utilizou, facilitou sua disposição em, mais do que relatar, narrar certos episódios de sua vida. Segundo Rosenthal

(2014, p. 186) “narrativas fazem referência à sequência ou ao curso de acontecimentos concretos, inclusive passados, ou então eventos ficcionais, relacionados entre si temporalmente ou dentro de contextos causais”. A narrativa permite o relato considerando o movimento do tempo a partir de determinada ação real ou fictícia, nos possibilitando melhor compreensão em relação à história de vida vivenciada, bem como a relação da sequência abordada com o campo temático a que faz parte. Ainda sobre o sistema de relevância, ele está presente na escolha dos temas e também no momento de “pressão por condensação” (Ibidem, p. 189). Quando o biografado começa a narrar algo, para ser entendido, precisa acrescentar detalhes, mencionar sobre personagens que o circundavam, descrições de certos espaços em que se encontrava no momento de ação. Contudo, normalmente ele tem a percepção de que não poderá se delongar devido ao tempo possível compreendido para uma entrevista. Aí entra a pressão por condensação, operada a partir de seu sistema de relevância.

Um relato não é totalmente planejado pelo falante. Quando ocorre a narração de algo, ou seja, o detalhamento de uma sequência de ação, também “faz com que os falantes, por um lado, façam referência a mais acontecimentos do que pretendiam no começo da entrevista” (Ibidem, p. 188).

F. Schütze, a partir da sociologia de Schütz, afirma que o narrador é convidado a “contar sua história de vida de maneira livre e irrestrita” (SCHÜTZE, 2008, p. 02). Assim, todas as entrevistas seguirão o mesmo método de abertura em que o narrador é autor de sua biografia.

4.3.2. A entrevista. Momento face a face – o exemplo de Lian

Nossa *persona*, nesse momento, está sendo entrevistada. Lian ouviu a proposta para que ela mesmo conduza sua narrativa. Ela precisa pensar por onde começar e o que deve contar. As suas escolhas sobre o que falar e como (por vezes narra, em outro momento descreve e em outros argumenta) está relacionada ao sentido que dá agora, no presente, aos acontecimentos do passado. Começará a falar também, partindo do que considera que o pesquisador deva ouvir, ora pensando em ajudá-lo, ora pensando em resguardar a si mesmo, omitindo, assim, certas lembranças que lhe vem à mente (ROSENTHAL, 2014).

E o pesquisador diante de tudo isso? Ele está ali para demonstrar interesse através de seu olhar e gestos. Está ali para fazer as anotações, e principalmente para não interromper com perguntas a narrativa, pois ela não é conduzida por ele, pesquisador.

Assim se dará a apresentação, sendo a fala curta ou não, sempre trará subsídios para a segunda etapa. Sabemos que entrevistas narrativas são mais demoradas, afinal, pedimos para que conte toda a sua história. No entanto, algumas pessoas se apresentam em minutos ou até segundos. Imaginemos que Lian apenas nos disse: *Nasci em Jeremoabo, morei com painho, mainha e meus quatro irmãos até os 16 anos, quando vim pra cidade grande. Aqui casei, tive dois filhos e tô aqui até hoje.*

Lian poderia ter rememorado por horas, já nessa primeira fase da entrevista, falando de sua vida no interior, sua família, descrevendo-a, narrando o momento em que resolve sair de casa. Mas não. E como interage o pesquisador com o entrevistado a partir de tão poucas palavras? Ele segue o método normalmente, pois dos segundos falados ela nos contou muito de sua vida e muitas perguntas podem ser feitas, por exemplo: *Você disse que vivia com mainha, painho, com seus quatro irmãos, me conte sobre um momento em que você estava com sua família, durante a infância lá em Jeremoabo.*

Observe que o pesquisador ouvinte se utilizou da terminologia que faz parte do universo cultural de Lian e fez um tipo de pergunta que não remete a um sim ou não, nem tampouco a uma argumentação. Remete a uma narrativa. Poderia ter perguntado: quando você nasceu? Você é filho mais velho? Porque não ficou morando com seus pais? Mas essas perguntas não conduzem à narrativa, além de impor o interesse do pesquisador (Rosenthal, 2017).

Seguindo a abordagem da Pesquisa Biográfica Interpretativa, o ouvinte em questão está respeitando a ordem temporal que Lian estabeleceu. Por mais que ele quisesse muito saber como foi a vida da entrevistada na cidade grande ele não perguntou porque reconhece a importância da trajetória passada do sujeito para o sentido que dará a certas vivências de interesse do pesquisador. Percebe-se que, respeitando a autoria do narrador, torna-se, por fim, mais viável ao pesquisador “aproximar-se da gênese das experiências dos entrevistados com os fenômenos pesquisados” (SANTOS, 2016, p. 51).

Longe de esgotar o leque de possibilidades e conexões teóricas que envolvem o momento da entrevista – mas dando a ver alguns de seus aspectos principais - finalizamos aqui esta seção. Abordaremos, em seguida, sobre a análise das narrativas, iniciando pela criação de hipóteses a partir dos eventos empíricos.

4.4 Processo de análise através da Pesquisa Biográfica Interpretativa

Para pesquisar sobre o sentido que alguém atribui a certo fenômeno e a forma como irá lidar com ele, o pesquisador busca deixar de lado os seus pressupostos sobre aquele

fenômeno (no caso dessa tese, o fenômeno é remoção compulsória de moradia). Lembrando que o interesse da metodologia é buscar a compreensão de um fenômeno a partir da diversidade das perspectivas dos agentes. Essa diversidade é respeitada e valorizada já na transcrição das entrevistas. Gabriele Rosenthal (2014, p. 112), considerada a transcrição como:

A transformação do registro falado em um texto escrito no qual se encontram reproduzidas todas as declarações e alusões que compõem o material – ao menos as que podemos reconhecer na gravação –, inclusive pausas, interrupções e ênfases, é produzida em correspondência direta ao material, sem ignorar passagens, mas desconsiderando as regras da linguagem escrita, ou seja, reproduzindo as expressões tal como foram utilizadas.

A partir da fenomenologia de Husserl, Rosenthal assevera que é preciso “colocar entre parênteses, isto é, tratar nossas suposições científicas e também nossos prejulgamentos do cotidiano a princípio com reservas” (ROSENTHAL, 2014, p. 59). O princípio da abertura que se busca em um processo de pesquisa também se encontra em outras abordagens qualitativas, como a Grounded Theory. Glaser e Strauss consideram o primeiro encontro com o entrevistado um momento de ouvir e observar antes que perguntar (GLASER; STRAUSS, 2006).

A Pesquisa Biográfica Interpretativa sugere que o pesquisador siga determinados procedimentos que contribuem para – respeitando a relevância dos temas conduzidos pelo entrevistado – a compreensão das “interpretações subjetivas do mundo da vida” (SANTOS, 2012). Nas próximas seções, seguiremos os passos principais para a análise de entrevistas biográficas, tendo como principal referência a proposta de Gabriele Rosenthal.

4.4.1. Primeiro Passo: hipóteses - fundamentação teórica

A formação de hipóteses através do método sequencial abdução, proposto por Gabriele Rosenthal, tem forte influência das teorias do conhecimento de Charles Peirce. Seus esforços, de uma vida toda, para entender o modo como os seres humanos desenvolvem o conhecimento e criam novas teorias levou-o a uma densa produção na área da epistemologia.

Peirce enfatizava que as grandes descobertas científicas tiveram como origem a abdução e não a dedução (PAVLOVA, 2014). Uma pesquisa que parte do método dedutivo apresenta antecipadamente uma regra para analisar um evento, e esse evento comprovará a

regra. Já o abduativo parte da realidade empírica para criar uma regra possível, que se mantém até que seja “desbancada” por outra. Para Peirce, o mundo encontra-se em um processo de transformação contínua, de forma que o pensamento, as teorias e representações também assim se encontram (PEIRCE, 2018). A utilização da indução após a abdução é proposta por Peirce que esclarece:

abdução fornece todas as nossas ideias sobre coisas reais, além do que é dado na percepção, mas é mera conjectura, sem força probatória. A dedução é certa, mas se refere apenas a objetos ideais. A indução nos dá a única abordagem à certeza sobre o real que podemos ter. (PEIRCE, CP 8.209, 2018)

Uma hipótese pensada através da abdução é um passo inferencial que permite pensar novas possibilidades de explicação para os fenômenos. A abdução está conectada à criação de novas ideias (PAVLOVA, 2014). Sendo assim, podemos dizer que através dela teremos de ter sorte de que venha à mente uma teoria plausível? Para Peirce, a abdução não se encaminhava para um jogo de sorte ou azar, mas para um momento de deixar vir ao consciente o que ele chamava de instintos, o que hoje, pela psicologia cognitiva pode ser chamado de intuição (HAKKARAINEN; PAVLOVA, 2004).

De acordo com Hoffmann (1998), os instintos a que Peirce se refere “deve ser visto dentro do mundo em que tem lugar”. A ação instintiva está relacionada ao contexto específico da descoberta (HAKKARAINEN; PAVLOVA, 2004). Não sendo uma capacidade inata, relaciona-se com a adequação de certos hábitos de ação dentro de certas situações. Pavlova salienta que o conceito de instinto não está dissociado da estrutura cognitiva anterior do pesquisador ao criar algo novo ou mais complexo. Ou seja, é possível ao pesquisador desenvolver o método abduativo. Esta capacidade é algo que se desenvolve com experiência e especialização, principalmente, em relação à lógica da descoberta (PAVLOVA, 2014).

A lógica da descoberta pode partir de uma teoria já reconhecida, mas dessa vez será aplicada a um evento para a qual não fora pensada, o que configura, de certa forma, uma captura ou sequestro de uma ideia. Assim, deixamos o pensamento livre de amarras para buscar plausibilidade onde até então não se cogitou. Nos diários de Darwin, percebe-se que ele se aproximava de uma mesma ideia, por diversas vezes durante os meses que antecederam a sua principal concepção sobre a origem das espécies (HAKKARAINEN; PAVLOVA, 2004).

Peirce acreditava na capacidade abduativa para pensar em hipóteses certas. Utilizou como exemplo a certeza de Kepler de que Copérnico tinha razão em relação ao movimento da Terra. As inferências abduativas de Kepler em relação à suposição de que Marte

se movia em uma elipse, com o sol no foco, levaram-no a acreditar que tanto as longitudes quanto as latitudes resultantes dessa teoria eram concordantes com a observação de Copérnico (PEIRCE, CP 2.707, 2018).

Os exemplos aqui citados referem-se às ciências naturais cujo método, é claro, diferencia-se das ciências sociais, mas em ambas é possível seguir o método dedutivo ou abduutivo. Se não partimos de uma regra, de uma linha de pensamento já consolidada, mas sim de hipótese baseada no nosso conhecimento – como participante de um determinado contexto social, em uma determinada época e como pesquisador, englobando conhecimentos e experiências diversas – podemos trazer novas possibilidades de análise, novas teorias acerca da forma como se vivencia, por exemplo, o fenômeno da remoção compulsória. Ao contrário, se partirmos de uma regra geral da sociedade para apenas confirmá-la a partir de trajetórias como a de Lian, mantemos para ela conclusões que poderão não se adaptar ao “tipo de interpretação” que a entrevistada representa em relação a este fenômeno.

4.4.1.1 Análise de uma hipótese – narrativa de Lian

Adaptando as ideias de Peirce para o método de narrativa biográfica, Rosenthal salienta que uma hipótese que não foi refutada, entre várias que criamos, termina com um ato realmente vivenciado pelo entrevistado, o que a torna plausível. Ou seja, toda hipótese abduitiva pode ser seguida de deduções e inferências indutivas, de busca de evidências voltadas a ela, até chegar a um resultado que não é a hipótese levantada, essa apenas impulsionou uma nova teoria, uma nova análise (ROSENTHAL, 2014).

Para exemplificar, podemos acompanhar a última linha do Quadro A, a seguir, em que apresentamos um fato que fez parte da vida vivenciada de Lian. Poderíamos comprovar que ela saiu do interior e ficou até o dia da entrevista morando em Salvador/BA. Vários elementos relacionados ao seu passado e ao contexto social em que vive podem ter influenciado nesse fato que realmente ocorreu: ficar morando em Salvador. A partir do método abduutivo, passando pelo indutivo, é possível chegar até esse fato, levantando possibilidades de trajetória. Assim, geramos hipóteses sobre as possibilidades que Lian teria à época em relação ao evento “migrar”. Quando começamos a hipótese, não sabemos a que acontecimento de sua vida essa hipótese poderá, de forma sequencial, ser interligada no final da sequência abduitiva. Trata-se, de acordo com Rosenthal (2014),

da busca por uma hipótese que seja verificável e que esclareça fatos observáveis. Esse passo caracteriza a conclusão abdutiva propriamente dita. O mais importante, porém, é que não se trata, ali, de se chegar a apenas uma única regra, mas, antes, a todas as leituras possíveis no presente da interpretação que contribuam para a compreensão do fenômeno. Tanto o saber cotidiano quanto teorias científicas assumem caráter heurístico no desenvolvimento de hipóteses. Isto é, ao contrário do que ocorre na dedução, não se trata de pôr à prova determinada teoria. Antes, diversos conceitos são utilizados como explicações possíveis de um fenômeno empírico – ou seja, para a construção de hipóteses.

Retomando o passo, então, seguindo a lógica sequencial abdutiva, pinçaremos do texto transcrito (também de documentos que dispomos) os dados biográficos em ordem temporal, elencando desde o primeiro (normalmente o nascimento do entrevistado) até dados mais recentes. Cada dado receberá um conjunto de hipóteses que, além de deixar em suspenso o relato da entrevistada, procura não levar em conta o objeto de estudo do pesquisador. Talvez aqui esteja um dos procedimentos mais *sui generis* para quem trabalha com hipóteses dedutivas. Vejamos um exemplo, muito resumido, mas que pode contribuir para esclarecer sobre o método de abdução:

Quadro A

Dado biográfico	1970 - Lian migra de Jeremoabo para Salvador (esse é um dado, um evento que realmente ocorreu na vida de Lian)
Hipótese Primária	1. Ao chegar a Salvador, embora sem formação profissional, consegue imediatamente emprego como auxiliar de serviços gerais em uma empresa.
Hipótese secundária (consequência da hipótese primária)	1.1. Aluga um apartamento próximo ao emprego
Follow up	1.1.1. Não consegue pagar o aluguel com seu salário
Follow up	1.1.1.1. Uma de suas colegas lhe oferece um quarto para alugar em sua casa.
Follow up	1.1.1.1.1. Morando com a colega, tornam-se muito amigas
Follow up	1.1.1.1.1.1. Os pais de sua amiga passam a considerar Lian como da família e ela continua a viver com eles por muito tempo.
Fato observável na vida do entrevistado	1.1.1.1.1.1.1. Lian, não entra mais em contato com seus pais e irmãos em Jeremoabo.

Como se vê, é importante que pensemos em outras estratégias e outras formas de sentido que Lian poderia dar a sua vida a partir daquele evento, daquele dado biográfico. Na entrevista, tivemos acesso a sua interpretação presente para o evento, através das hipóteses é possível entender motivações e ações passadas e presentes. Agora, nesse passo da análise, criamos hipóteses plausíveis levando em consideração o contexto econômico, social e cultural em que ela vivia. Portanto nessa etapa, além do conhecimento que o pesquisador já tem sobre o tema, por exemplo, a história das migrações, do êxodo rural na década de 1970, ele pode buscar informações na literatura – em pesquisas da geografia, da sociologia, história, psicologia, etc. – para a criação de determinadas hipóteses. Estas serão retomadas em uma etapa posterior da análise.

Como vimos, então, a partir da entrevista é pontuado o que chamamos de dado biográfico: evento que potencialmente marcou uma trajetória, como casamento, nascimento de um filho, falecimento de alguém próximo. Analisando os dados biográficos de uma forma não determinista, colocamos em suspensão a narrativa. Na sequência, é possível pensar em outras estratégias, problemas, oportunidades, enfim, hipóteses sobre o que o narrador poderia ter vivenciado a partir de outras percepções em relação a determinado evento. Assim, criamos uma determinada hipótese primária, da qual se desencadeia uma hipótese secundária e destas resultam as possíveis *follow-ups* que “representam as consequências mais específicas que podem ter sido desencadeadas” (SUSIN, 2014, p. 103.)

A história a que temos acesso através da entrevista (que costumamos registrar através de um gravador) chamamos de *vivenciada* para diferenciá-la da história *vivida*. Esta é a que ocorreu no passado, já a *vivenciada* apresenta-se no campo da significação, é a recordada, é a maneira como se apresenta no contexto da entrevista (ROSENTHAL, 2017).

As hipóteses criadas a partir de dados biográficos contribuem para que o pesquisador possa reconstruir perspectivas passadas, não o passado, mas percepções que levaram a ações que resultaram em fatos – tendo aqui o fato como um evento que fez parte da vida do entrevistado.

Ao abordar sobre determinados eventos de sua vida, o entrevistado apresenta determinada fala utilizando-se de um ou mais tipos de discursos. Por isso, o segundo passo dessa metodologia é buscar entender a estrutura da narrativa a partir do campo temático do entrevistado.

4.4.2 Segundo Passo: análise do campo temático

Nessa etapa, expomos alguns tópicos referentes à forma como procedemos em relação ao sentido que o entrevistado dá à sua trajetória no momento em que nos concedeu a entrevista, analisando seu interesse de apresentação e seu campo temático a partir da análise do texto construído pelo entrevistado.

Rosenthal salienta a importância dos estudos do psicólogo Aron Gurwitsch para a análise do campo temático (ROSENTHAL, 2014). Ele estudou profundamente o campo da consciência a partir da influência de Schütz e Husserl. Na obra *The Collected Works of Aron Gurwitsch*, editada em 1962, Gurwitsch escreveu uma dedicatória: “In memory of Alfred Schütz the nobleman, scholar, and friend” (GURWITSCH, 2009). Na apresentação do livro, os editores registraram que Edmund Husserl foi quem apresentou Schütz a Gurwitsch. É interessante termos consciência desse contexto, porque essa interação nos abre caminhos para, nesta seção, referenciar de forma interligada as ideias de todos eles.

Um dos conceitos de Schütz, importante para a teoria do campo da consciência de Gurwitsch, é o de “província de significados” ou províncias da realidade (SCHÜTZ, 2003). Como já vimos, em um processo intersubjetivo, a pessoa no cotidiano interage a partir de seu estoque de conhecimento presente em *províncias de significados* que balizam o agir e o significar em sociedade. Pois Gurwitsch interessou-se em estudar o momento em que, na interação com o horizonte externo, perceptivo, o sujeito significa. Quando foca em um tema, esse tema (que pode ser uma lembrança) irradia um campo que Gurwitsch chama de campo temático. Assim como Husserl, Gurwitsch está interessado em “como o mundo real em sua temporalidade, em sua consistência intersubjetiva, em sua objetividade se constitui em nossa consciência” (ZILLES, 2007, p, 217).

Pensando em nossa abordagem metodológica, durante o fluxo de uma narrativa ocorre um processo de “voltar-se a”, de “olhar para” determinados temas já vivenciados. Esse fluxo faz parte do que Husserl chama de intencionalidade, sendo esta dependente da atenção. É a atenção que destaca o objeto de seu fundo, que transforma em temático um conteúdo qualquer da consciência. Ela possibilita que “o caráter de ser intencional” envolva toda a consciência tendo um papel objetivador (SANTOS, 2015, p. 91).

Gurwitsch trabalha com a ideia de consciência enquanto um fenômeno temporal em que simultaneidade e sucessão estão presentes. O campo da consciência apresenta uma “totalidade dos dados copresentes”, dados que, de forma gestáltica, se articulam, ou seja, não são somatórios. Ele dá o exemplo do momento em que estamos escutando uma música: uma

nota ouvida não desaparece, ela é retida, ressoa junto com a chegada de uma nova nota musical (GURWITSCH, 2009). Assim, há um entrelaçamento de passado e de presente através da Gestalt em que vários itens se sustentam e se influenciam, sendo que cada item tem um papel, mas sem deixar de fazer parte do todo, sem o qual ele muda o seu papel. A “sua qualidade, a sua existência, a sua *raison d’être*, depende de e é derivada de sua contribuição com o todo no interior do qual ele está integrado, a partir daquilo que a Gestalt em sua articulação interna atribui a ele” (Ibidem, p. 26).

Levando em consideração esse processo gestáltico, podemos dizer que para buscar a gênese de determinada experiência, a partir de uma entrevista narrativa biográfica, é preciso levar em conta que o tema exposto pelo entrevistado precisa ser visto em articulação com todo o campo de consciência relacionado àquele tema. Importa, nesse sentido, a organização dos dados copresentes, uns em relação aos outros (GURWITSCH, 2009, p. 02). Essa organização, que se dá no campo da consciência, tem para Gurwitsch um padrão que se estende a partir da existência de três dimensões, a saber:

- tema: Está presente quando focamos a atenção, é o momento em que sua mente é absorvida por algo, a partir do sistema de relevância do sujeito (Ibidem, p. 53, 333);
- campo temático: conjuntos de experiências que se dá a ver, que irradia a partir do momento em que o sujeito foca no tema. É o contexto em que o tema se apresenta através de uma dada experiência. Assim, em um campo temático encontram-se dados pertencentes e relacionados apenas a um determinado tema (Ibidem, p. 53, 332);
- margens: percepções que não são nítidas em determinado campo temático, mas que ficam mais nítidas em outro. São “pensamentos em transição” (Ibidem, p. 303).

O Ato da experiência, na concepção de Gurwitsch, pode ser visualizado a partir dessas três dimensões em formas circulares. O círculo menor é o tema, em sua volta está o campo temático, ou seja, vemos o tema contido no campo temático e, em volta do campo temático, estão as margens, ou as “franjas”. A percepção em relação a essas dimensões compõe a teoria da Gestalt que leva em consideração, por exemplo, a possibilidade de que um determinado tema tenha alterado o seu campo temático. Gurwitsch apresenta o seguinte exemplo: se pensarmos em Goethe, podemos ter como campo temático os dados referentes à sua poesia, mas também podemos pensar em Goethe enquanto um político que esteve a serviço do estado (Ibidem, p. 314).

Quanto à margem (*fringes*), refere-se a dados desarticulados, vagos, mas que apresentam, durante o fluxo subjetivo, alguma afinidade com o tema. São “palavras, frases, imagens e representações que passam diante de nossa mente” quando focamos em algo

(Ibidem, p. 302), Gurwitsch chama de *halo* as possibilidades de reflexão que se apresentam nas *fringes* e que podem ser “experimentadas como relevantes para o tema” (Ibidem, p. 302).

Compreender as dimensões do campo da consciência contribui para a análise de determinado tema narrado pelo entrevistado “dentro de um contexto mais amplo” em que unidade e continuidade se apresentam “em virtude de um princípio específico de relevância constitutiva” (GURWITSCH, 2009, p.393).

Para finalizar, salientamos que Gurwitsch relacionou os estudos sobre a intencionalidade da fenomenologia de Husserl com a ideia de Gestalt. Ele considera que o campo da consciência precisa ser analisado a partir da “ordem da existência”, da articulação de todo o campo formado por: tema, campo temático e margens.

Embora exista a intencionalidade, o processo de articulação entre essas três dimensões do campo da consciência não permite que o narrador desenvolva um pensamento totalmente dentro do que considera desejável comunicar (ROSENTHAL, 2017). Em relação a esses aspectos é importante considerar as diferenças entre vivenciar, recordar e narrar.

A história de vida narrada constitui-se na inter-relação entre aquilo que se manifesta à consciência na situação de vivência (noema de percepção) e o ato de percepção (noesis), entre as vivências formalmente sedimentadas e tornadas imagens pela memória (noema de recordação) e o ato de voltar-se a ela no tempo presente do relato (ROSENTHAL, 2017, p. 38).

O momento da entrevista propriamente dito, a partir da metodologia que expomos anteriormente, permite que o entrevistado desenvolva a Gestalt com sequências de exposição biográficas que, mesmo parecendo desarticuladas, estão conectadas com um ou mais campos temáticos (ROSENTHAL, 2017).

Em relação aos temas abordados dentro de uma exposição autobiográfica, Rosenthal salienta que um determinado relato não é o tema, mas a forma como o tema se manifesta. Este, então, refere-se ao que trata o relato, fazendo parte de um campo temático que precisamos identificar. Assim, buscamos compreender a entrevista através da teoria da Gestalt, levando em consideração que cada tema que observamos em um relato foi “destacado de um fundo”, fazendo parte de um campo temático (Ibidem).

4.4.2.1 O Campo temático de Lian

Ao pedir, na segunda etapa da entrevista, que Lian¹⁶ contasse sobre algum momento de sua infância, ele passou a narrar sobre os afazeres que tinha quando criança, descrevendo o penoso trabalho na lavoura junto aos pais e irmãos, e também abordou a tarefa de cuidar dos irmãos mais novos. Seus relatos podem ser englobados no tema “muito trabalho e fadiga na infância”.

Levando em consideração que um tema é parte de uma totalidade e se destaca do campo temático (ROSENTHAL, 2017), devemos analisar bem todas as partes do texto transcrito para, assim, criar hipóteses quanto ao campo temático. No caso de Lian é possível que percebêssemos que o tema “muito trabalho e fadiga na infância” está dentro do campo temático “sinto culpa por ter abandonado meus pais e ido para a cidade grande”. Em vários trechos da entrevista, ela salienta o quanto era sofrida sua vida, justificando, assim, a migração. Quando o campo temático era a relação afetuosa e divertida com os irmãos, a temática do trabalho na infância muda para “me divertia trabalhando, junto com meus irmãos”. Assim, apenas através de outro campo temático, foi possível entender outros aspectos de sua trajetória que não o trabalho cansativo, importante para justificar uma possível culpa que ela tenha por ter saído de casa. Percebe-se que em “cada mudança – realizada em correspondência com o foco de atenção – na ordenação de aspectos específicos do relato, modifica-se a construção em sua totalidade” (Ibidem, p. 18).

Através da lógica do procedimento sequencial e abduutivo, buscamos entender o porquê de o entrevistado abordar um tema de determinada forma e qual a consequência para o seu relato da postura que assumiu, seja latente ou consciente (ROSENTHAL, 2016, p. 236). Assim, não nos debruçamos sobre eventos que fizeram parte de sua vida, mas sobre o interesse que Lian demonstra no presente ao narrar, ou argumentar, ou só mencionar ou nem sequer mencionar determinada vivência. Algo embaraçoso ou confuso para o entrevistado pode ser esclarecido se o pesquisador for além da análise de conteúdo. É possível perceber, aliás, quais temas são evitados: “Na maioria das vezes essas omissões são notadas pelo

¹⁶ Lian, como já mencionamos anteriormente, é a representação das 12 narrativas que documentamos a partir de entrevistas realizadas entre os anos 2016 e 2018.

ouvinte quando o narrador pula detalhes, quando o esquema de relato é substituído por um esquema de argumentação ou descrição” (ROSENTHAL, 2017, p. 114).

Também nesse passo da análise partimos da “suspensão” do que é tido para nós como certo até então para, assim, organizarmos hipóteses primárias e secundárias que possibilitem melhor compreensão das escolhas do entrevistado em relação ao que relatar. A suspensão é importante antes de

nos perdermos no interior do sistema de interpretação dos produtores do texto e na lógica da situação concreta de ação. Livres das exigências da situação cotidiana impostas pelo agir e de quaisquer limitações que possam ter origem em outras ações subsequentes mais prováveis, podemos projetar as mais diversas sequências e, assim, reconstruir, no posterior desenvolvimento da análise, as escolhas e as rejeições “sistemáticas” de alternativas. (ROSENTHAL, 2016, p. 89)

Ao elaborar hipóteses relacionadas ao momento presente do entrevistado, estamos lidando com a forma como hoje ele vivencia suas memórias, a partir de uma linha de raciocínio que ele foi construindo através de novas experiências ao longo dos anos. Estamos focando na vida narrada pela análise do material textual transcrito. Vejamos um exemplo estruturado conforme a metodologia proposta por Gabriele Rosenthal:

Quadro B

Sequência no texto	Pg./Linha	Tipo de texto	Conteúdo/Hipóteses
3	2/3-4	Descrição	<p>3. Depois de vir para a cidade grande manteve-se morando nela até o momento da entrevista.</p> <p>3.1. tenderá a trazer para a narrativa apenas temas que ocorreram depois de sair de casa.</p> <p>3.1.1. Relatando sobre a vida na cidade ela se exime de falar sobre a vida no campo.</p> <p>3.1.1.1. Lian não fala sobre os motivos de ter saído de casa.</p>

Observe no Quadro B que, pela criação de hipóteses, se busca compreender o sentido que Lian quer dar a suas vivências no momento em que compartilha com os pesquisadores o seu relato. Nesse processo, entram as escolhas daquilo que não pretende detalhar ou até não mencionar. Segundo Reif, “o exercício de trazer hipóteses de forma abduativa para cada tema

da entrevista é para procurar elucidar o interesse de apresentação do entrevistado. Como ele quer ser compreendido? E de que forma faz isso?” (REIF, 2016, p. 39).

Como Lian quer ser compreendida? Pensar em hipóteses voltadas a cada sequência do relato contribui para que, de forma aprofundada, busquemos suas estratégias em lidar com o passado. Estratégias estas que servem de referência para suas ações presentes, inclusive o ato de conversar sobre a sua vida com uma pesquisadora que nunca vira antes.

4.4.3 Terceiro Passo: reconstrução da história do caso (vida vivenciada) e análise detalhada de passagens textuais

Buscamos nesse passo a perspectiva em relação ao passado, reunindo todas as sequências de um mesmo dado biográfico, seja por narrativa, argumentação ou outra forma de relato. Dessa forma, é possível “voltar ao passado” através das percepções de Lian, através da forma e do conteúdo de sua narrativa (SUSIN, 2014, p. 110). Contudo, não é uma percepção lógica e concatenada com os temas que ela escolheu. Ocorre que o relato de determinado evento pode aparecer em outro tema, por exemplo. Ao considerar essa possibilidade se amplia o acesso do pesquisador a informações sobre a história vivenciada.

Podemos observar no Quadro C o registro, na sequência da entrevista, de todas as vezes em que Lian relata sobre o dado biográfico “começa a trabalhar na lavoura, em uma pequena propriedade dos pais”. Assim, podemos ter uma visão mais ampla de sua percepção do acontecimento à época (Rosenthal, 2017). Organizando os dados biográficos conforme o exemplo abaixo, é possível perceber relatos que, por estarem junto a outros temas, poderiam passar despercebidos para o pesquisador.

Quadro C

Reconstrução da Vida Vivenciada
<p>1978 - Lian começa a trabalhar na lavoura, em uma pequena propriedade dos pais, com seis anos de idade.</p> <p>1/18¹⁷ Eu e meus irmãos não fomos à pré-escola, porque era, era, era longe.</p> <p>3/ 29 A gente trabalhava, é, de sol a sol</p> <p>4/44-45 Inventamos muitas músicas e até tínhamos um jogo de palavras que costumávamos fazer durante o trabalho na lavoura.</p> <p>3/23-24 Quando eu tinha seis anos, um dia me perdi da família. Eu e meu irmão mais velho largamos o trabalho escondido pra procurar fruta no mato perto do local que a gente tava colhendo milho.</p> <p>7/38-39 Eu te eu tenho um problema grave na pele, é os médicos dizem que é por causa do sol, também, com seis anos eu já trabalhava ajudando meus pais na lavoura.</p>

Como se vê, ao selecionarmos os relatos sobre determinado evento, retiramos informações que, na entrevista como um todo, pertenciam a diversificados temas e campos temáticos. No Quadro C, observamos que diversos relatos se referem ao tema “muito trabalho e fadiga na infância”, mas Lian não fala durante o desenvolvimento desse tema do quão cedo começou a ajudar seus pais, talvez porque lhe trouxesse um sentimento difícil de lidar naquele momento. Contudo, mais tarde, abordando sobre sua saúde no presente, argumenta que o médico disse que a doença grave que tem na pele é resultado da exposição demasiada ao sol desde os seis anos de idade, quando começou a trabalhar na roça com seus pais. Daí se observa a amplitude do campo temático “sinto culpa por ter abandonado meus pais e ido para a cidade grande”, uma vez que, em sentido latente, ela tenta desculpar-se pelo sofrimento que lhe causava trabalhar no campo.

Nesse passo, também é possível cotejar esses relatos com as hipóteses sobre a vida vivenciada (passo um) relacionada àquele dado. A partir daí, selecionar as hipóteses que irão compor nossa análise.

¹⁷ Essa numeração refere-se à página, seguida do número da linha no documento transcrito.

Segundo Rosenthal, é produtivo, junto à reconstrução da história vivenciada, analisar detalhadamente algumas passagens textuais, com o objetivo de “decifrar em especial as estruturas latentes de sentido do material textual”. Para esse processo de socio-análise em que buscamos ir além de uma primeira percepção, ir além do que é aparente, Rosenthal faz referência a Schütz quando aborda os motivos para e porquê (veja na seção 2.2.2). Ela também chama a atenção para a importância da hermenêutica objetiva elaborada por Ulrich Oevermann. Um exemplo está na análise da escolha das passagens, ou seja, do que será relato e quando será alterado. A partir das teorias de Oevermann, Rosenthal afirma que para o pesquisador a análise dessas escolhas das passagens deve ter como

critério fundamental a comunicação paralingüística – como longas pausas, equívocos, interrupções – e também a simples impressão de que o trecho contém mais significados do que a primeira leitura permite supor. Esse passo da análise serve também para a verificação e para a ampliação do escopo das hipóteses desenvolvidas a partir dos resultados de fases anteriores da investigação. Isso não significa, porém, que a análise detalhada de uma passagem tem como princípio uma hipótese já formulada. Nela, também temos que suspender o resultado de interpretações e avaliações feitas anteriormente e, como em um procedimento sequencial e abdução, partir de um fenômeno empírico – nesse caso, a unidade textual simples – para desenvolver possíveis hipóteses e projetar suas conclusões. (ROSENTHAL, 2014, p. 247)

Ao partir de um fenômeno empírico, é importante contar com a possibilidade de consultar fontes como fotografias, diários, romances, crônicas, certidões de nascimento, de forma que o cotejamento destas contribua para a criação de hipóteses bem fundamentadas. Na literatura, crônicas e romances auxiliam a percepção da dimensão cotidiana de determinada comunidade, bem como as transformações culturais que lhe são peculiares (MONTEIRO, 2015).

Em relação à Lian, é interessante buscar documentação sobre o local em que ela morava, dados sobre a agricultura no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980 e sobre a história da instituição familiar.

Essas análises, sobre um contexto distante do presente, não significam que vamos trazer uma “radiografia do passado”, ou que vamos ao encontro de um passado que está ali no documento, pronto, à nossa espera (RAGO; GIMENES, 2014). Voltar o olhar para documentos, romances, jornais, indumentárias e outras “evidências” possibilita uma análise mais aprofundada em relação ao contexto em que determinado entrevistado vivenciou determinados eventos.

4.4.4 Quarto Passo: contraste da história de vida narrada com a história de vida vivenciada e construção de tipos.

La causa original del movimiento, por ejemplo, la campana, el incienso o el fuego, que todos percibimos, es la misma y es numéricamente una, mientras que las percepciones subjetivas, aunque específicamente idénticas, son numéricamente distintas, ya que muchas personas ven, huelen u oyen esos objetos al mismo tiempo. Esas percepciones no son cuerpos, sino una afección o movimiento de una segunda especie — otra manera no ocurriría esto —, y no existe en el cuerpo. (ARISTOTELES, s/d, p. 37)

A forma como Aristóteles compreende a percepção humana influenciará a Pesquisa Social Interpretativa através, por exemplo, dos estudos de Bretano e Husserl (FABER, 2012). A recordação para o filósofo grego significa busca. A memória, enquanto “presença de uma ausência”, tem um princípio originário diferente da primeira vivência, que depois é buscada através da recordação (QUADROS, 2016). A recordação não é uma memória passiva, como a de outros seres, a recordação remete à inferência, à capacidade de deliberação. Aristóteles também afirmava que existe a possibilidade de um homem ter mais de uma vez uma impressão sensível de algo, descobrir duas vezes a mesma coisa a partir de “algum princípio originário fora daquele a partir do qual aprendemos pela primeira vez” (ARISTOTELES, s/d, p. 48).

Na Pesquisa Biográfica Interpretativa, a questão temporal é fundamental, nesse último passo em especial, uma vez que, através de nossas hipóteses, comparamos as interpretações do entrevistado, no tempo em que foi feita a entrevista, com a suas possíveis interpretações à época em que vivenciou determinado evento por ele relatado. Sempre tomando como referência o mundo como aparece para o entrevistado, tendo por perspectiva que o noema de recordação se dá de forma gestáltica: interligado a determinado tema, logo, relacionado ao interesse de apresentação e a determinado campo temático (ROSENTHAL, 1917). Também nesse passo é importante considerarmos os “pontos de transição” em determinada trajetória biográfica. Esses pontos são aqueles momentos em que houve uma transição, por exemplo, quando Lian deixa a casa dos pais. Segundo Rosenthal, os pontos de transição, ou inflexão, levam a reinterpretar não apenas do passado e do presente, mas também do futuro (Ibidem).

Realizamos esse passo quando, de todas as nossas hipóteses que criamos nos passos anteriores, selecionamos aquelas que contribuem para aprofundar nossa interpretação em relação ao relato que nos foi concedido.

Então, podemos seguir linearmente pelos dados biográficos, que geralmente também são pontos de inflexão (nascimento, casamento, mudança entre outros dados mais específicos, de relevância para determinada biografia) e, em cada um, observar tudo o que na entrevista foi dito sobre ele (temos a esquematização dos dados já organizada a partir do passo anterior, o três). Mas dessa vez faremos isso contrastando com nossas hipóteses referentes ao modo como esse dado biográfico foi abordado, buscando a interpretação no presente, que repercute na vida do entrevistado. Nessa tarefa, então, faz-se as correlações dos dados biográficos com o campo temático, buscando vivências do passado que afetam as tomadas de decisão no presente.

Seguindo a biografia de Lian, vamos utilizar como exemplo em relação a esse passo o dado biográfico já citado: “começa a trabalhar aos seis anos”. Que subsídios temos, em relação à história narrada e vivenciada? A essas alturas, estando no passo quatro, as contribuições para uma análise sociológica interpretativa são consideráveis:

— estudamos sobre o contexto cultural, econômico, social em que está inserido esse dado biográfico (informações da região em que morava, o contexto à época em relação ao trabalho no campo, tecnologias disponíveis, mão de obra, estudos sobre o arranjo familiar em zonas rurais, etc.), possibilitando, assim, visualizar, através da criação de hipóteses, outras perspectivas de ação e interpretação possíveis à época. Criando hipóteses sobre esses eventos, é possível entender certos aspectos que ocorrem ao longo da vida de Lian e compreender melhor a gênese, a origem de determinadas experiências. Isso contribuirá para que entendamos suas primeiras experiências em relação à moradia, que provavelmente marcaram suas próximas experiências;

— percebemos as ações de Lian a partir da forma como ele interpreta e interpretou determinado evento, considerando os motivos, o sistema de relevância e o conhecimento a mão. Além das informações textuais, buscamos os sentidos latentes perceptíveis durante a entrevista.

Agora, no quarto passo, buscamos entender como determinada interpretação em relação ao passado interfere na forma como Lian lida com determinados temas no presente. O contraste nos dá subsídios para a construção sociológica tendo como princípio a flexibilidade da ação dos sujeitos, analisada através da comparação entre vida narrada e vivenciada.

Trabalhamos as percepções/hipóteses que consideramos relevantes a partir do momento em que realizamos esse contraste. Por exemplo: observamos que a culpa que Lian carrega por ter “abandonado a família” (o que percebemos de forma latente em seus relatos), pode tê-la motivado a dedicar-se a ajudar as pessoas da favela em que passou a viver quando

chegou à Salvador. Moradora de uma vila irregular por décadas, Lian tem a tendência para colocar os interesses da comunidade em primeiro plano e essa tendência, entre outras motivações, poderá ser relevante para nossa análise.

Nessa etapa, nosso tema de pesquisa começa a ser “alinhavado” à entrevista (ROSENTHAL, 2017). Portanto, também é aqui que buscamos na literatura sociológica, histórica, antropológica, entre outras, análises que possam contribuir para a compreensão de questões macro e micro sociológicas, envolvendo a temática que estudamos.

Feito esse estudo, já é possível sugerir que Lian faz parte de um determinado *tipo* em relação ao fenômeno da remoção compulsória de moradia. Mas o que entendemos por *tipo*?

Alfred Schütz refere-se a tipos relacionados a atribuições diferentes de sentido em relação a determinado fenômeno. O tipo é exclusivamente relacionado àquele fenômeno, ou seja, se nossa análise em relação à biografia de Lian fosse sobre trabalho infantil, sugeriríamos outro tipo que não aquele relacionado à remoção compulsória. A tipologia é voltada à pergunta de pesquisa. Assim, a forma como Lian confronta a realidade terá similitudes com outros entrevistados, porque parte de uma categoria universal – se não é universalizado não é um tipo. O tipo pode ser pensado a partir da trajetória ou do padrão de significados dos entrevistados.¹⁸ Poderíamos, por exemplo, quanto ao padrão de significado sugerir que Lian faz parte de um tipo em que a remoção compulsória representa perda de vínculos com sua comunidade.¹⁹ Para pensar em sugestões como essa, é necessário realizar combinações de categorias que contribuam com as relações de sentido, tendo como base de análise o “material empírico qualitativo”, de forma a possibilitar novas abordagens em relação aos fenômenos sociais e às estruturas sociais (KELLE; KLUGE, 2010).

A formação tipológica parte de uma relação dialética entre um caso e a generalização representada pelo tipo. Este, reúne pessoas que interpretam e lidam de uma forma semelhante em relação a determinado fenômeno. Pensar na formação de tipos é uma forma de tornar, ao mesmo tempo, aprofundada e abrangente a pesquisa. Sugere que a constituição de sentido em relação a determinado fenômeno estudado pelo pesquisador social pode abranger várias pessoas.

¹⁸ Fazemos referência aqui, ao que aprendemos com Gabriele Rosenthal durante o *workshop* realizado na PUCRS, em setembro de 1917.

¹⁹ Para aprofundar a questão tipológica sugerimos a leitura do artigo de Rosa María Brandhorst (2014). A partir de entrevistas narrativas biográficas com cubanos que migraram para a Alemanha, ela sugere uma correlação entre status social na Alemanha e a manutenção de laços transnacionais familiares.

A Pesquisa Biográfica Interpretativa, então, pressupõe dois momentos amplos. Primeiro a análise aprofundada do indivíduo e como ele interpreta e vivencia determinada experiência, sem pensarmos no tema de nossa pesquisa (Passo I, II, III e IV). No segundo momento (Continuamos no passo IV), passamos a analisar a relação do entrevistado com o nosso tema de pesquisa, tendo como respaldo a profunda análise feita anteriormente. Então, temos dois momentos complementares e a partir deles será possível chegar ao terceiro, que é a construção de tipos. Essa construção pressupõe a análise do entrevistado a partir das interpretações ou das estratégias que compartilha com os demais biografados daquele tipo. É preciso salientar que, também nesse momento, ao construir um pensamento dos tipos, cotejaremos nossas ideias e percepções com a literatura sobre o tema, podendo compartilhar certas análises, aprofundá-las ou rebatê-las.

4.5 Pesquisa Biográfica Interpretativa: os fenômenos, o tempo e as interpretações

A partir dessa breve exposição sobre a Pesquisa Biográfica Interpretativa, acreditamos justificar o quanto ela pode contribuir para os estudos relacionados às remoções compulsórias. Através da construção tipológica, é possível abordar de forma aprofundada questões macrossociais associadas à ação dos indivíduos em suas comunidades.

Ao acompanhar a trajetória de um indivíduo que passou por uma remoção compulsória de moradia, é possível abordar a complexidade do sentido que ele deu àquele fenômeno. A contribuição dessa tese, a partir da abordagem analisada, é focar nas estratégias de quem vivenciou. Por esse caminho, não busca confirmar nenhuma premissa, ao contrário, lança novas abordagens e possibilidades de interpretações. Santos, assim, argumenta em relação às perspectivas analíticas interpretativas:

Se propõem analisar as interpretações subjetivas dos atores. Neste tipo de análise, concede-se ao indivíduo um status de ator que interpreta as coisas com as quais está confrontado (pessoas, ideias, acontecimentos etc.), a fim de se posicionar no mundo e, com isso, estabelecer seu roteiro de ação. Diversas correntes da sociologia compreensiva compartilham desse pressuposto, como o interacionismo simbólico, a etnometodologia, além da sociologia influenciada pela fenomenologia. Comum a todas essas abordagens é o pressuposto de que o ator social não é um mero internalizador de normas, valores e significados. (SANTOS, 2012, p. 02)

A Pesquisa Biográfica Interpretativa é um método que em todas as suas etapas se propõe dialético (ROSENTHAL, 2017), considerando várias dimensões da realidade, o movimento da sociedade, o tempo e junto a isso, as transformações em relação às interpretações humanas relacionadas ao mundo da vida. Essa forma de abordar a sociedade, pouco utilizada, ainda, pelos sociólogos brasileiros, se faz importante por abranger de forma mais aprofundada o ator social. Até podemos dizer, voltando a referenciar Thomas Kuhn, que a Pesquisa Biográfica Interpretativa faz parte de “uma nova base para a prática da ciência” (KUHN, 1962, p. 25).

5. ANÁLISE TIPOLÓGICA: A INTERPRETAÇÃO DOS SUJEITOS FRENTE AO FENÔMENO DA REMOÇÃO COMPULSÓRIA DE FAVELAS

Neste capítulo, utilizamos do recurso analítico de criação de Tipos – a partir da abordagem Pesquisa Biográfica Interpretativa – para a análise do objeto de pesquisa. Nosso principal foco é entender o fenômeno da remoção compulsória na perspectiva de quem o vivenciou. Para tanto, a dimensão temporal é importante, uma vez que a forma como as pessoas irão interpretar e agir é influenciada pelo sistema de relevância, formado por diversos fatores e contextos. Por isso, nas primeiras seções, o principal tema que é a casa significada, representada e vivida pelos dois tipos analisados. Partindo do indivíduo observamos as semelhanças e agrupamos a fim de análise. Outros tipos poderiam ser pensados, mas este estudo pretende aprofundar o Tipo Exedra (a remoção como um projeto de conformação do mundo da vida) e o Tipo Locus (a remoção como um projeto de transformação do mundo da vida).

Salientamos que uma abordagem tipológica é uma construção feita a partir do real, não sendo, é claro, o real. No momento em que sugerimos a possibilidade de uma pessoa compor determinado tipo, essa informação terá apenas o papel de contribuir com a análise do paradigma interpretativo em relação ao objeto investigado, abarcando aspectos em comum, mas atentos às especificidades do indivíduo, sem pretensões de homogeneização.

Neste capítulo, buscamos trazer à tona temáticas relacionadas ao sistema de relevância dessas pessoas a partir das vivências e apreensões de conhecimento em determinada província da realidade. Assim, é possível certa aproximação do que, para elas, é relevante quando o assunto é moradia, o que apresenta subsídios para compreender melhor a sua interpretação e posterior ação, em relação à remoção compulsória.

Nosso foco não é a interpretação dos agentes do estado – tema, este, transversalizado em nossas análises. O que nos propomos é pensar sobre projeto e planejamento de pessoas que foram atingidas por uma ordem de remoção compulsória durante a década de 2010. Cada pessoa, quando toma consciência de que precisa sair de sua casa, projetará o ato de remoção e a ele “dará um propósito” (SCHÜTZ, 2008)

Os sujeitos que compõem os possíveis tipos aqui apresentados fazem parte de um universo de trabalhadores de baixa renda. Eles eram moradores de favelas, removidas a partir de determinadas políticas nacionais e locais de urbanização e habitação que vêm privilegiando remoções compulsórias (MOROSO; MÜLLER, 2015; FARIA; FRANCISCO, 2017; GUTTERRES, 2014).

As pessoas do Tipo Exedra - Interpretação da remoção como *complementariedade* da dinâmica social criada ao longo da vida, passaram por experiências de "remoção" desde a infância (precisaram sair de suas casas ou porque pegou fogo, ou porque foi "dado" pra outra

pessoa, ou porque engravidou com doze anos, ou porque foi levado para um abrigo do Estado). Quando recebem a notícia da remoção, os cinco entrevistados que compõem esse tipo já estão em um período de certa estabilidade socioeconômica. A partir dos significados que elaboraram sobre moradia, não encaram a remoção como algo que vá influenciar negativamente em seu processo de estabilidade, pelo contrário, a casa lhes trará vantagens. Em latim *exedra* significa “pórtico circular com acentos”, considerado lugar de convivência de um determinado grupo (HOLANDA, 1986, p. 763). Consideramos essa palavra bastante simbólica no sentido de tratar da relação “sossegada” (GUEDES, 2017) desses entrevistados com a sua dinâmica social considerada estabilizada.

Já *locus* é sinônimo de espaço, de território (HOLANDA, 1986, p. 1044), é uma expressão que sintetiza a relação da remoção com mudança estrutural, voltada para a perda ou para a conquista de importantes projetos relacionados à dinâmica social em que vivem. Os sujeitos que compõem o Tipo Locus - Interpretação da remoção como *transformação* da dinâmica social criada ao longo da vida, interpretam a remoção como fator desestabilizador de seu contexto espacial e socioeconômico. Para esse tipo apresentamos a análise seguindo uma subdivisão que se mostrou necessária ao focarmos no estudo da remoção compulsória. Assim temos dois subtipos: os que interpretam a remoção como **desejada** e os que interpretam como **indesejada**.

O Subtipo Locus de Interpretação da Remoção Como Desejada engloba pessoas que veem a remoção como forma de *alavancar* transformações no que está posto em seu mundo da vida. Já para o Subtipo Locus de Interpretação da Remoção Como Indesejada consideram desfavorável, porque causará perdas irreparáveis.

Salientemos que nas análises que seguem o conceito de moradia ou casa foi tomando vários contornos. Embora seja mantida a diferença entre casa (a estrutura material) e lar (uma representação que une moradia e casa a partir do sentimento de pertença e arranjos familiares), durante as análises foi possível entrar em contato com estudos de cultura material e daí a casa se tornou plena de modo que bastava citá-la para entender que inúmeras dimensões poderiam estar atreladas a ela, dependendo do contexto e das pessoas envolvidas.

As análises que se desdobram nesse capítulo foram precedidas pelo trabalho de campo. Através dele, foi possível interagir com moradores de quatro favelas de Porto Alegre. As observações quanto às casas, às famílias, à relação dos entrevistados com vizinhos e com a cidade foram fundamentais. Por isso, iniciamos este capítulo com alguns apontamentos sobre a aproximação entre pesquisadora e entrevistados considerando o posterior convívio, porque é desse processo que vertem as questões abordadas no percurso da tese.

5.2 TRABALHO DE CAMPO: A BUSCA PELA PERSPECTIVA DOS ATORES

Meu trabalho de campo começou no ano de 2016 visitando um loteamento do Demhab (Departamento Municipal de Habitação), na periferia de Porto Alegre. Nele, foram reassentados moradores de uma vila da região central da cidade. Eu não tinha nenhum contato na comunidade, mas sabia que havia uma pequena biblioteca no residencial. Chegando lá, abordei um dos moradores e perguntei onde ficava a biblioteca. Fui seguindo a indicação e depois de meio quilômetro a encontrei. Lá, conversei com Mara²⁰, que é contadora de histórias e atende aos leitores. Quando expus que gostaria de conversar com algum morador da antiga vila ela disse que Fátima era a moradora mais antiga, então decidi seguir a indicação.

Depois de Mara explicar onde era a casa de Fátima, fui caminhando e não encontrei. Na varanda de um bar havia algumas pessoas conversando. Indaguei a elas onde morava Fátima. Uma moça prontamente saiu da varanda para me ajudar. Foi aí que percebi que estava bêbada – a moça. Na frente da casa ela gritou por Fátima que foi chegando ao portão de forma muito receosa e muito séria, ao que a moça disse:

- Desculpa aí, só vim mostrar onde é que a senhora mora para ela.

Ao se aproximar de mim, e ao partir a moça, que certamente não era bem vinda, eu pude me identificar e falar da pesquisa. Disse que estava entrevistando pessoas que moraram na antiga vila que havia sido removida. Ela prontamente abriu o falso cadeado e me convidou para entrar. Apresentou-me um senhor que ela chama de “namorido”. Depois, fomos conhecer a casa: sala, área de serviço, que ela construiu, e pátio. Uma horta bem variada me foi apresentada e ficamos vários minutos falando de chás e temperos.

A partir da entrevista com Fátima, ela me apresentou para outros moradores. Então, comecei a frequentar o residencial semanalmente, entrevistando, conversando, visitando quem eu já havia entrevistado. Todos faziam questão de dizer como era a casa inicialmente e mostrar as melhorias que haviam construído. Quanto ao pátio interno, por exemplo, ele é transformado de acordo com as prioridades de cada família, boa parte deles fizeram hortas, outros transformaram em mais uma peça. Uma entrevistada construiu um viveiro com uns dez pássaros no pequeno quintal, também com plantas e espaço para o filho brincar. Um senhor tem uma *mini propriedade* com galinhas, pássaros cachorro e árvores frutíferas.

No ano de 2017, eu pretendia entrevistar moradores de uma das maiores favelas de Porto Alegre, onde muitas pessoas haviam sido removidas devido à obra de uma avenida. O meu contato foi uma funcionária do posto de saúde dessa comunidade. Ela me aconselhou não transitar pela vila devido às brigas entre traficantes. Por isso, as pessoas que me indicou foram

²⁰ Os nomes de todos os contatos, entrevistados, parentes e demais pessoas foram alterados, para preservar a identidade dos entrevistados.

entrevistadas dentro do posto de saúde. Apenas uma delas eu entrevistei em sua residência. Trata-se de Mário.

Mário e a família entraram na justiça contra o processo de remoção e permaneciam em sua casa, morando em meio aos escombros das casas da vizinhança. Foi através de Mário que conheci Vera. Ela gentilmente me concedeu uma entrevista, poucos dias depois, ao chegar do trabalho. Vera foi removida de uma pequena vila da Zona Sul de Porto Alegre e vivia de “aluguel social” quando nos conhecemos.

Ao passo que as entrevistas aconteciam, as análises começaram. Em algumas, eu tive a oportunidade de contar com a participação do grupo de pesquisa coordenado pelo professor Hermílio Santos. Esse grupo é formado pelo professor e por pós-graduandos em Ciências Sociais (são pesquisadores com graduação em variadas áreas como filosofia, comércio exterior, sociologia, psicologia e jornalismo). As sugestões para análise, especialmente para a parte de hipóteses referentes à vida vivenciada, foram muito importantes e ricas.

No verão de 2018, ao saber pelos meios de comunicação que moradores de uma vila localizada em uma das ilhas de Porto Alegre estavam “acampados” na frente da Prefeitura, em protesto à remoção compulsória, eu resolvi conversar com eles. Era um domingo à tarde, o entorno da Prefeitura, no centro da cidade, estava vazio e havia muito calor. Quando me aproximei dos moradores da ilha observei que havia muita roupa de cama, colchão e um caixa grande, atrás dos colchões que depois descobri que era uma televisão.

Como eu sabia quem era a líder, chamada Ana, me aproximei dela. Disposta a conversar, Ana contou-me que havia perdido o seu bar na vila. Tinha geladeira, frigobar e prensa pra fazer os prensados. Perdeu tudo porque a empresa dona do terreno demoliu a vila inteira enquanto ela, sua família e demais moradores, haviam fugido, por uns dias, devido à briga entre traficantes. Quando voltaram, não tinha mais nada.

Estive em outros dias na frente da Prefeitura, junto com a família de Ana. Ela me contou ter doze anos quando foi morar na ilha junto com os irmãos e sua mãe, na época moravam no meio do mato. Ana não quis me conceder entrevista, disse que se sentia exausta, mas me aconselhou entrevistar seus filhos, então, me apresentou para Loiva e Nelson, com quem passei a conversar. Os dois estavam chateados com a forma como algumas pessoas agiam ao passar por eles: rapidamente seguravam firme a bolsa, com medo de assalto, virando o rosto. Mas Loiva também salientou que várias pessoas vinham conversar e lhes dar apoio, inclusive uma vereadora da cidade, que ficou de acompanhá-los nas reuniões. Loiva demonstrava entusiasmo em pensar na próxima reunião, já que seriam acompanhados de uma autoridade. Depois de um tempo conversando, perguntei ao casal se estavam dispostos a ir comigo para uma lancheria e lá concederem uma entrevista. Frisei que seriam meus convidados. Eles aceitaram. Então, escolhi uma lancheria dentro de uma galeria, dobrando a quadra em que estávamos. Era barulhenta, mas pelo menos não estávamos expostos ao local

do acampamento, eles poderiam relaxar um pouco. Sentados longe de outros clientes, fomos lanchando e pedi para que cada um, individualmente, me contasse sua história de vida.

A maioria das entrevistas eu fiz em visita à moradia das pessoas ou no local em que, no momento, estavam vivendo, no caso do acampamento. Pude assim, conhecer suas casas, conversar com seus familiares, acompanhar, por alguns momentos, o seu cotidiano, a relação com a vizinhança, observar o entorno da comunidade em que estão morando. Esse processo foi muito importante para compor as análises que ao longo da tese irão sendo expostas.

Também busquei conhecer pessoas removidas de favelas e que agora moravam pelas ruas de Porto Alegre, para tanto, realizei trabalho de campo no Bairro Centro Histórico. Em baixo de um viaduto conheci Guto. Ele é morador de rua, usuário de drogas e costumava morar alguns períodos do ano na antiga Vila Mafalda. Nesse viaduto – onde encontrei fogareiros, camas arrumadas, sofás, varais – conversei também com Cláudia. Ela havia morado duas vezes, com o marido, na Vila Mafalda. A partir daí, fiquei pensando que favelas localizadas na região central da cidade têm uma característica única, que é abrigar muitos moradores passageiros e podemos incluir aqui os migrantes. Essas comunidades servem como local de “descanso” para moradores de rua que, por um tempo, pagam por um barraco ou moram por uma temporada em casa de parente, como Guto.

Descobri moradores de antigas vilas removidas morando em ocupações, como a Lanceiros Negros. Em visita a esta ocupação, um prédio abandonado de três andares, um de seus integrantes mostrou-me as instalações internas. Na ocupação tem a grande moradia, com cozinha, salas e outros ambientes em comum, mas cada família tem sua “casa interna” feita com divisórias de madeira. Na época, eles esperavam legalizar sua situação com o Estado para organizarem melhor sua moradia.

O trabalho de campo, as análises das entrevistas, as leituras que vieram nesse processo, as pesquisas históricas, tudo isso revolucionou de uma forma incômoda o meu pensar sobre o habitar. É desse incômodo, desapego a conceitos e respeito às interpretações dos que estavam abaixo dos tetos, dos viadutos ou dos céus por onde andei que foi escrita essa tese.

5.2 Tipo Exedra - Interpretação da remoção como complementariedade da dinâmica social criada ao longo da vida

Faz parte deste subcapítulo a concepção de um texto sobre esse tipo cujo “extrato” está nas análises de cinco entrevistados que, na década de 2010, passaram pelo fenômeno da remoção compulsória. São eles:

Adão²¹: nascido em 1940, primeiro grau incompleto, aposentado, removido da região central para a periferia de Porto Alegre;

Loiva: nascida em 1985, primeiro grau completo, caixa de supermercado, sendo, juntamente com marido e família, removida de uma das ilhas de Porto Alegre para um prédio em péssimas condições, que abrigara uma antiga escola;

Bete: nascida em 1989, catadora, primeiro grau incompleto, removida da região central de Porto Alegre para a periferia;

Fátima: nascida em 1940, primeiro grau incompleto, aposentada, removida da região central para a periferia de Porto Alegre;

Dalva: nascida em 1944, primeiro grau incompleto, aposentada, removida da região central para a periferia de Porto Alegre.

Optamos por apresentar a análise contrastiva e o memo apenas de Adão. Os demais serão apresentados de forma mais resumida conforme avance a análise tipológica. Assim, esse subcapítulo está dividido em três grandes seções. A primeira trata-se de um resumo do memo de Adão (ver seção 3.3), com informações relacionadas ao entrevistado, e também relacionadas à interação entre pesquisador, entrevistado e comunidade. A segunda seção é a parte final da análise da entrevista de Adão, ou seja, o contraste (ver seção 3.4.4). Já a terceira e última seção, apresenta a análise deste tipo a partir das cinco entrevistas realizadas.

5.2.1 Memo de Apresentação de Adão

Reflexão da situação da entrevista: no dia 05 de outubro de 2016, após fazer uma entrevista na praça do residencial, eu e a entrevistada fomos descendo o morro do loteamento pela rua que,

²¹ Como já foi destacado, os nomes de todos os entrevistados, parentes e demais pessoas por eles referidas, foram alterados, para preservar sua identidade.

aliás, é asfaltada. A certa altura do caminho, a entrevistada ficou na casa de uma vizinha e eu me despedi e segui caminhando. Pensei: é cedo, poderia entrevistar mais alguém. Fui caminhando devagar. Havia um casal sentado em uma varanda. Expliquei sobre a minha pesquisa e disseram que não haviam morado na antiga vila, mas que o seu Adão era de lá. Apontaram para um senhor que estava na frente da sua casa. Fui até ele e expliquei apenas que estava interessada em conhecer a história de antigos moradores da vila Mafalda. Adão prontamente disse que conversaríamos naquele momento. Pedi se podia ser dentro da casa devido ao barulho. Entramos e sentamos à mesa. Nesse residencial, há uma tendência de utilizarem a primeira peça da casa como refeitório, uma vez que a cozinha é apenas um corredor um pouco mais alargado com saída para a área interna. Mas isso não quer dizer que não tenha sala. Eles recebem as pessoas na varanda ou na calçada, dependendo de como está o tempo. Depois que me dei conta disso, não pedi mais para entrar nas casas, fiz várias entrevistas na varanda ou na calçada. Antes de começar a entrevista, fui apresentada para Marisa esposa de Adão. Ela me trouxe um cafezinho e aproveitou para me contar algumas lembranças da antiga vila, como as festas que faziam no dia das crianças. Também falou da truculência da polícia quando estavam sendo removidos. Passada uma hora de entrevista, começaram a chegar os convidados. Era dia do aniversário de Adão. A maioria era filhos e netos de Marisa, que conforme iam chegando, foram a mim apresentados. Adão, apenas os cumprimentava, não queria parar a entrevista. Após minha pergunta inicial, ele narrou a sua história durante uma hora e meia. Passado esse tempo, pedi para voltar outro dia. Apenas no segundo encontro, três dias depois, aconteceu a fase de aprofundamento de sua apresentação, com mais duas horas e meia de entrevista.

Interesse de apresentação de Adão: Apesar de ter sofrido muito, eu soube tocar o barco, eu soube ajudar a família e os amigos, por isso me sinto injustiçado com o descaso das pessoas.

Campo Temático: Uma vida de abandonos afetivos.

DADOS BIOGRÁFICOS

Contexto: Adão é aposentado, mora com a esposa e dois filhos adotivos em uma casa localizada em um residencial de moradores de baixa renda. Ele passou a ser beneficiário do Demhab em 2011 quando sua comunidade foi removida da região central de Porto Alegre para um bairro de periferia.

Principais Dados:

- 1940 – Nasce Adão, em Geneina;²²
- 1945 – Falecimento da mãe;
- 1955 – Mudança para Porto Alegre, casa do tio Omar²³;
- 1956 – Vai morar com o tio por parte de pai, Alencar;
- 1958 – Muda-se novamente para a casa do tio Omar;
- 1959 – Primeiro casamento;
- 1963 – Nasce sua primeira filha;
- 1981 – Segundo casamento (casa-se com Tarsila, que está grávida);
- 1989 – Vai morar em São Paulo;
- 1990 – Vai morar no terreno de sua primeira esposa, Tainara;
- 1999 – Casa-se com a atual esposa, Marisa e vai morar na Vila Mafalda;
- 2011 – Ele e sua família são removidos e assentados em um condomínio residencial na periferia de Porto Alegre.

Locais de moradia em ordem cronológica

(Mantendo o nome dos bairros informados, e anonimizando os nomes das vilas)

Infância

- Pensão da Avó (cidade do interior do Rio Grande do Sul)
- Casa em uma fazenda em que a avó trabalhava (cidade do interior do Rio Grande do Sul)

Adolescência e Juventude

- Casa no bairro Teresópolis
- Casa o Bairro Vila Nova
- Casa o Bairro Teresópolis

Vida Adulta

- Vila Dona Titida (Região Central, Porto Alegre)
- Vila Marilda (Partenon, Porto Alegre)
- Vila Antoninha (Lomba do Pinheiro, Porto Alegre)
- Peça na casa de casal evangélico (Região Metropolitana de Porto Alegre)

²² Os nomes das cidades, com exceção de Porto Alegre, foram alterados para manter o sigilo em relação à identidade dos entrevistados. Porém a região em que se localiza, a distância em relação à capital e as características das cidades foram mantidas.

²³ Os nomes foram todos alterados para manter o sigilo sobre os dados do entrevistado.

- Casa do Caseiro (bairro de classe média e alta de Porto Alegre)
- Quartinho no hotel em que trabalhava (Porto Alegre)
- Peça no bar de sua propriedade (Porto Alegre)
- Ruas da cidade de São Paulo
- Peça na obra em que trabalhava (Petrópolis, Porto Alegre)
- Casa em terreno de Tainara, primeira esposa – Região Metropolitana
- Peça na casa de uma senhora (Porto Alegre)
- Vila Arminda (Zona Leste de Porto Alegre)
- Vila Mafalda (Região Central de Porto Alegre)
- Loteamento do Demhab (Periferia de Porto Alegre)

5.2.2 Biografia de Adão – Contraste entre Vida Narrada e Vida Vivenciada

Após o estudo de caso de Adão, seguindo os passos da abordagem Narrativa Biográfica, buscamos pela “reconstrução da complexidade da estrutura de ação” (ROSENTHAL, p. 30). Assim, é possível aprofundar o entendimento sobre como esse evento social, que é a remoção compulsória das favelas, foi vivenciado.

Nessa seção seguimos o tempo de Adão desde seu nascimento. Cada seção vem a complementar a outra de forma linear em relação ao tempo. Mas, conforme vai se desenvolvendo o contraste entre vida narrada e vivenciada, os tempos se cruzam de acordo com as interpretações e vivências do entrevistado.

5.2.2.1 Situação de Nascimento: a família estendida de Adão e as perdas da primeira infância

Adão viveu sua primeira infância em Geneina²⁴, uma cidade do eixo sul/oeste da região metropolitana de Porto Alegre. Morava em uma casa em que circulavam diariamente muitas pessoas: tratava-se de uma pensão cuja proprietária era sua avó. Em 1940, quando Adão nasceu, a sua avó Ernestina era chefe de família. Separada do marido, ela administrava seu próprio negócio com a ajuda da filha. A pensão, segundo o relato do entrevistado, também oferecia almoço para trabalhadores da construção da BR116. De fato, em meados da década de 1940 ocorre a construção do último trecho da BR116, entre Porto Alegre e Jaguarão (SILVEIRA, Ari, 2010).

A Região Metropolitana de Porto Alegre, até a década de 1940, era formada por seis municípios (atualmente são 34) cujas comunidades pouco interagiam com a capital devido às extensas zonas rurais (MELCHORS; WAGNER, 2014). Em meados do século XX, segundo

²⁴ Lembrando que os nomes das cidades de onde os entrevistados migraram foi alterado nesta análise.

Otilia Carrion (1989), fatores como a construção da rodovia BR116, o aceleramento da industrialização e do movimento migratório das zonas rurais para as cidades, contribuíram para a aceleração do crescimento das zonas urbanas da região.

Durante a década de 1940, em algumas cidades pela qual a rodovia avançava, a infraestrutura para os trabalhadores era mínima. É nesse contexto que Ernestina mantinha sua pensão e restaurante. Tratava-se de uma pequena comunidade basicamente rural em que a estratificação social estava alicerçada em: proprietários de terra, trabalhadores rurais (com a presença de muitos sazonais que trabalhavam nas plantações de arroz) e pequenos comerciantes. Embora Ernestina não fosse natural de Geneina, ela nasceu em uma família que morava em uma cidade próxima, com o mesmo perfil socioeconômico que ela, quando adulta, mantém.

Ao pensar em hipóteses relacionadas ao primeiro dado biográfico de Adão, consideramos viável supor que, até os quatro anos, ele viveu em um ambiente que favoreceu o seu desenvolvimento. Além da estrutura física da casa e da boa alimentação, a dinâmica familiar englobava os tios, primos e os moradores da pensão. É nessa rede de relações que conviverá com figuras masculinas, uma vez que não conheceu seu pai e seu avô.

Uma pensão, ao contrário de um hotel, mantém moradores por períodos maiores, sendo possível que alguns deles tivessem uma relação mais estreita com Adão e sua família. Se a falta de privacidade (sala, pátio e banheiro em comum) costuma ser um empecilho para os moradores de pensão (KOHARA, 2009), para uma criança pode ser gerador de uma importante dinâmica de sociabilidade. Através das narrativas de Adão percebe-se o quanto ele é comunicativo e o quanto essa facilidade de se comunicar e interagir socialmente contribui em seus projetos de vida. É provável que tenha desenvolvido essa habilidade na primeira infância ao conviver com um grupo variado de pessoas. Entre essas pessoas, foi possível ter algumas referências masculinas que, somadas aos tios, constituíam o universo masculino com quem interagia. Essas referências, representadas por homens que vão e vem da pensão, também podem ter influenciado na forma como “deixa a casa” quando se separa das esposas que teve, sem voltar a ter contato com os filhos ou tendo esporadicamente.

É relevante considerar que Adão foi criado tendo uma ideia de organização doméstica a partir de uma família ampliada. Isso pode estar relacionado ao fato de morar em uma pensão, que provavelmente tivesse hóspedes antigos, mas também porque sua família se estenderá quando a avó passa a criar um de seus primos, o qual ele considera como irmão.

Na apresentação, não menciona que é filho de mãe solteira. Sobre o pai, apenas afirma que este faleceu quando Adão estava com cerca de dois meses. Adão sente necessidade de abordar esse tema no primeiro minuto da entrevista, de forma a já retirar o tema do abandono paterno de sua biografia:

Entrevistadora: A ideia é que o senhor me fale da sua vida, então, eu queria saber bem lá do começo. Em relação, por exemplo a seus avós. O que o senhor lembra?

Adão: Meus pais eram daqui mesmo, mas minha avó era de Tapes. Minha mãe era daqui, meu pai eu não conheci, quando ele morreu eu tinha um mês, dois mês de nascido, então eu fiquei só com o nome da minha mãe. A minha vó era de Tapes, mas morava em Geneina. Naquela época, eu me criei lá.

Após esse relato, ele segue falando da sua vida, tendo a sua apresentação durado cerca de uma hora e meia. Nesse tempo, Adão trouxe pouquíssimas informações sobre sua infância, optando por narrar diversos momentos da vida adulta. Embora pouco falando da primeira fase da vida ele afirma: “se eu te contá, mesmo, minha história, mesmo, verdadeira de nascimento até os 76 anos tu vai tê que ficá uma semana. Eu sofri muito, sou um cara que não tive infância. Hoje tu vai com um filho teu, num supermercado, eu quero isso, eu quero aquilo”. Contudo na segunda parte da entrevista, quando a pesquisadora retoma os temas do primeiro relato, ele aborda de forma aprofundada a infância e escolhe como temática a doença da mãe, Lívia, que morre muito jovem:

Entrevistadora: o senhor falou que morava na casa de sua vó, em Geneina. O que o senhor lembra da primeira infância?

Adão: minha primeira infância, quando eu morava lá? Ah! Eu acho que quando eu tinha cinco anos que a minha mãe faleceu. Eu lembro até que ela morreu em casa, e não deixavam eu chegar perto dela porque ela tinha tuberculose. Naquela época, não tinha cura né. Então, os médicos mandaram lá do Hospital Belém, lá, mandaram pra cá desenganada, ficou umas, que eu lembro, é, ficou um mês ou dois, e depois faleceu.

Conforme Adão narra a infância, é possível compreender o porquê de não ter falado de sua interação com a mãe na primeira parte da entrevista, na apresentação. A vida da mãe, Lívia, estava cercada de estigmas pelo fato de não ter contraído matrimônio e pela tuberculose, uma doença cujos enfermos até hoje são estigmatizados.

A doença está associada à fome, à incapacidade de prover recursos mínimos para sua própria sobrevivência ou da família, mas também aos excessos. O consumo de bebida e as farras são os mais mencionados e deixam transparecer que o comportamento desregrado e amoral são ainda causas consideráveis de uma doença que envergonha. (PÔRTO, 2007, p. 48)

Se recordar a doença da mãe é difícil, com o estigma que se mantém na sociedade torna mais difícil a narrativa, ainda mais se tratando de Adão que, como veremos adiante, sentia a necessidade de brigar pela honra de sua mãe, quando menino.

É interessante considerar a definição de Erving Goffman sobre estigma como uma “identidade social virtual” uma caracterização imputada a um indivíduo que é diferente de sua “identidade social real”. Surge o estigma quando se deixa de considerar a pessoa como uma criatura comum a partir de sua identidade social real e cria-se, por exemplo, o efeito de

descrédito, o estereótipo, constituindo “uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real” (GOFFMAN, 1988, p. 06)

João Gabriel Medeiros (2015) analisa as representações com o passar do tempo em relação à tuberculose. Até meados do século XIX a doença não havia se alastrado pela população brasileira, sendo considerada a doença dos intelectuais. No século XX e XXI, ela se alastra entre as camadas pobres, sendo as fábricas insalubres e as moradias deletérias (como os cortiços) consideradas como ambientes propícios para a disseminação do bacilo.

Sabendo que a pensão de Ernestina era frequentada por pessoas de baixa renda, talvez ela não tivesse condições econômicas para manter empregados e, assim, zelar pela higiene. É possível, inclusive, que Lívia, mãe de Adão, tenha contraído a doença em seu trabalho, auxiliando a mãe nos cuidados com os recintos.

Na primeira metade do século XX, as drogas anti-tuberculares ainda não eram utilizadas, não havendo, ainda, “estratégias relativamente eficientes para o ‘controle’ da tísica” (BERTOLLI FILHO, 2001, p. 14). Entre as décadas de 1930 e 1940, havia no Brasil um curso de formação para as chamadas “visitadoras”. Eram mulheres cujo trabalho era visitar adoentados em sua residência e repassar-lhes conselhos higiênicos e encaminhamento para internação. Lorena Gil (2007, p. 68) entrevistou uma visitadora que, relatando suas memórias da profissão, especificamente em relação aos cuidados com tuberculosos, afirmou:

Dávamos conselhos sobre a higiene que deveriam ter, encaminhávamos a exames, os comunicantes, como se chamavam as pessoas da casa. Eram todos encaminhados para bater raio X. E falávamos sobre a separação. Não dormir na mesma cama, separar os objetos e o tuberculoso nunca escarrar dentro de casa ou fora de casa, mas sim no banheiro e não falar muito perto das outras pessoas. Os objetos também, tudo era separado.

As pessoas que habitam uma moradia em que um dos moradores é suspeito de ter contraído tuberculose, ou que realmente apresenta a doença, precisam mudar seus hábitos, sua rotina em casa. Em locais como cortiços e pensões precárias, em que várias pessoas moravam em apenas uma peça, a mudança de rotina era muito difícil. Em uma pensão, mesmo que não seja em um ambiente insalubre, para quem nela trabalha, é preciso parar com as atividades, nas quais provavelmente tenham sido o momento de infecção de Lívia. Ela não estava longe do que os higienistas consideram “hábitos impróprios,” vivendo, possivelmente, em um ambiente de aglomeração e intimidade forçada, devido ao seu trabalho (GIL, 2007).

Quanto ao comportamento em relação à doença, ao saber que uma pessoa contraía a infecção, estava decretada a sua “morte social” (BERTOLLI FILHO, 2001). Nesse período, ter na família alguém que morreu de tuberculose não era visto com *bons olhos*. As pessoas tinham medo de se contagiar, por isso criava-se um tabu na família envolvendo aquele familiar. Este, enquanto estava em tratamento, era apartado do convívio em comunidade,

recolhendo-se aos seus aposentos ou dirigindo-se para um sanatório, como ocorreu com Livia. Para as pessoas de baixa renda as alternativas em Porto Alegre eram poucas, havia a Santa Casa de Misericórdia, o Hospital São José (Sanatório Partenon) ou o Hospital Belém, para onde, a mãe de Adão foi encaminhada.

Inaugurado no ano de 1940, o Sanatório Belém era o local de referência no Rio grande do Sul, para encaminhar os doentes de tuberculose, construído em um local com maior altitude em Porto Alegre (MEDEIROS, 2015, p. 504). Ele foi criado com o objetivo de tratar vítimas da tuberculose “o prédio possuía uma arquitetura singular. Seu projeto, criado pela Secretaria de Saúde de Nova Iorque, objetivava captar o máximo de ar puro e sol para os pacientes” (PREFEITURA, p. 28, 1994). Poucos anos depois de criado o Sanatório Belém, havia o estigma de que as pessoas iam para lá morrer, uma vez que, de fato, 90% das pessoas hospitalizadas morriam.

Livia permaneceu no hospital até poucos meses antes de sua morte. Adão relata que, com medo que ele entrasse em contato com o bacilo, não lhe era permitido se aproximar da mãe no período em que ela esteve em casa.

A visão da mãe enferma acompanhou Adão em sua trajetória. Talvez a interação dele em ambientes que recordam o quarto de Livia tenham sido evitados ao longo da vida, porque estavam relacionados ao sentimento de insegurança e desamparo.

O sentimento de desamparo parece ser aquele que predomina na mobilização das fantasias da criança, o que aponta para o fato de que a situação de morte de um ou ambos os pais gera, na criança, um sentimento de profunda ameaça em sua sobrevivência física e emocional. Isso se agrava pelo fato de que a criança, além de perder um dos genitores, perde também a situação familiar anterior, pois a família necessita reorganizar-se após a perda de um de seus membros. Além disso, o genitor sobrevivente ou responsável, em razão do vínculo com o falecido, está também muito mobilizado com a morte, o que acarreta uma dupla perda para a criança e uma sensação de maior desamparo. (FRANCO, 2007, p. 508)

O fato de, em alguns momentos difíceis de sua vida, ter preferido morar na rua ao invés de morar em uma casa, pode estar relacionado às suas vivências da primeira infância. Como veremos em sua trajetória, em momentos de brigas acirradas em família a sua reação recorrente é abandonar o lar. A casa para ele não é percebida através da sensação de estabilidade, ela não é sinônimo de vida e família apenas, é também lugar de tristeza e perda, por isso em vários momentos sente a necessidade de abandoná-las.

5.2.2.2 Lidando com o luto, com o novo território e a reelaboração sobre família

Nessa seção, analisamos a trajetória de Adão, considerando sua vida narrada e vivenciada compreendendo o período dos cinco aos quinze anos, em que é possível perceber suas reações frente à necessária elaboração da perda tanto do pai como da mãe. É importante salientar que esse processo está vinculado à sociedade em que está inserido e seus padrões culturais que no caso de Adão, envolve alguns tabus referentes à morte pela tuberculose, como vimos na seção anterior.

Kamila Ludwig (2015), estudando orfandade em contexto de violência doméstica, chama a atenção para o trauma que representa para uma criança “destoar do restante, dos amigos, dos primos dos vizinhos.” Além de sentir-se diferente, a criança pode vir a conviver com estigmas, no caso de Adão, estigmas relacionados ao fato de ser criado pela avó, de ser filho ilegítimo, ou da mãe ter morrido de tuberculose.

Nesse período da infância, após a morte da mãe, a avó Ernestina terá um papel primordial, e por isso trazemos aqui algumas observações que envolvem sua trajetória. Adão relatou-nos que pouco mais de um mês após a morte de Lívia, Ernestina abandonou seu trabalho e foi morar em uma fazenda na zona rural de Geneina. Junto com ela, morava Adão e mais um neto, que fica sob sua responsabilidade e que nosso entrevistado passa a considerar como irmão.

Não sabemos o motivo que a levou a abandonar o antigo trabalho. Podemos supor que o movimento de trabalhadores havia diminuído com a finalização da construção da BR116, ou melhor, do trecho construído próximo a Geneina. Mas também, pela sequência em que Adão conta da mudança, pode estar relacionado à morte da filha, uma vez que ele conta que a mudança ocorreu um mês depois da morte de Lívia. Além de não ter condições de dar conta do trabalho sem a filha, é possível que Ernestina sintasse mal em uma casa em que a filha faleceu, levando em consideração a possibilidade de ter pegado a doença no trabalho, o que talvez lhe causasse sentimento de culpa.

A tristeza de perder uma filha pode ter sido amenizada pela criação dos netos que moram na fazenda e se desenvolvem bem apesar das precárias condições materiais. Percebemos a formação, nesse momento, de um arranjo positivo para a família enlutada, porque se sentindo confortada com os netos, estimula-se a interagir e educá-los. De fato, sendo responsável por Adão desde a sua primeira infância, Ernestina terá um papel fundamental em sua trajetória porque se torna uma cuidadora constante, um referencial “em que o mundo subjetivo possa se apoiar para que seu desenvolvimento ocorra” (BORGES; MARTINS, 2005, p, 132). A relação duradoura entre eles é reconhecida na família:

Os meus primos tinham duas mãe: a mãe deles e a minha vó. Então chamavam de mãe do Dãozinho, o meu apelido quando era pequeno, me chamavam de Dãozinho. Aí, quando diziam assim: “Qual é a mãe?” “É a mãe do Dãozinho”, que era a minha avó,

e a minha vó eu sempre chamei ela de mãe, como as neta dela aqui chamam ela de mãe, né. Eu fui criado, mesmo, é com a minha avó. Quando a minha mãe morreu, eu fiquei com a minha avó, a minha avó era viúva, viúva não, era separada do meu avô, era ((Adão mantém-se um tempo pensando))²⁵. Quando falavam, às vezes, falavam pra ela dum vizinho, pra ver se ela não casava de novo, ela xingava: “tá pensando que eu sou o que?” Naquele tempo, morria, a mulher usava luto, vestido preto, por um ano, minha avó era assim, quando morria um filho ela botava luto, pano, aquela coisa de renda na cabeça, e ainda fazia nós botá aquela coisa preta no braço, então se respeitava, hoje não, o marido nem morreu e as mulheres já estão casando de novo.

Ao falar da avó ele primeiramente diz que ela era viúva. De certa forma, é viável pensar que ele assim a considerava, uma vez que Ernestina parece ter agido como viúva e, para Adão, de forma mais respeitosa do que muitas mulheres que realmente perderam o marido. Natural de outra cidade do interior do Rio Grande do Sul, onde vivia com seu marido, é possível que Ernestina já tenha chegado a Geneina como “parecendo” viúva e daí o costume da família de assim considerá-la.

Podemos pensar na hipótese de que, nessa segunda etapa da infância, ele tenha tido consciência de que era filho de uma união ilegal e que a sua certidão de nascimento registrava ser o pai “ignorado”. O código civil de 1916, que perdura até a década de 1970 (Lei 6.515 de 1977) diferencia entre

filhos naturais, adulterinos e incestuosos, adotados, legítimos ou ilegítimos, numa clara preocupação em se definir precisamente a origem da criança no meio familiar. Neste momento a monogamia aparece como um elemento essencial na preservação da família, daí a necessidade de se determinar a origem das crianças. (CARDOSO, 2006, p. 76)

O fato de Lívia ser “mãe solteira” só é mencionado por Adão quando relata sobre o primeiro contato com o tio, por parte de pai, depois de completar quinze anos. Nessa fase da vida, após a morte da mãe, a única vez em que ela é mencionada refere-se à narrativa de um momento em que Adão se posiciona a favor de sua honra:

Aí, fui estudar catecismo pra primeira comunhão. Tinha um guri que não gostava da minha cara, um maior que eu. Eu sei que eu saí lá do catecismo e ele ofendendo minha mãe né. Ah! Eu não gostei, peguei-le um tijolo e mandei bem no meio da cabeça e o sangue véio escorreu, já. Fui expulso do catecismo, aí o pai dele queria me pegá. Báh! Eu via o pai dele, de longe, e cortava pelo campo a fora de medo. Ele ofendeu minha mãe não sei por que. Ele não ia muito

²⁵ (()): símbolo para separar observações da entrevistadora (ROSENTHAL, 2014).

com a minha cara porque eu tinha muita amizade com as gurias, né. Não sei se era ciúme dele, não tenho nem ideia.

Podemos supor que o menino realmente tivesse ciúme de Adão e que se dirigiu a ele com um xingamento envolvendo a mãe porque, era um xingamento já com nessa época. O que o menino talvez não esperasse é a repercussão para Adão de ouvir alguém falando mal de sua mãe mesmo que fosse apenas uma expressão não literal.

As últimas imagens da mãe podem ter deixado para Adão uma ligação entre mãe e mártir, mãe e santa, se levarmos em consideração a cultura católica em que foi criado. Assim, seu noema de recordação, ao falar da mãe, não contempla o fato de ela ser mãe solteira, essa informação só entrará em seu relato quando aborda outro tema, como veremos mais tarde.

A “idealização das qualidades do ente perdido” é uma das características do processo de luto infantil que podem trazer complicações para a vida da criança (LIMA; KOVÁCS, 2011, p. 393). Dessa forma, a violência contra o colega pode ter sido um ato de defesa à sua mãe.

No caso de Adão, há que ressaltar, no entanto, que os acessos de raiva não eram incomuns e podem ter outros fatores que contribuam para a explicação. Nesse período, em que morava na fazenda e frequentava a escola durante o dia, Adão conta que: “uma vez, não sei o que eu fiz na aula, a professora me deu uma reguada, me avancei, rasguei tudo lá, aí mandaram chamar minha vó lá e me expulsou do colégio, saí expulso por seis meses”. Depois do período de expulsão, ele relata que não voltou mais para a escola alegando à avó que se a professora novamente batesse nele, “matava ela”.

Os acessos de raiva talvez estejam relacionados à sua revolta pela falta do pai e da mãe. Em uma pequena comunidade católica, participando das aulas de catecismo, em que o valor *família nuclear*, fruto de um casamento na igreja, é muito apregoado, Adão além de sentir falta da presença dos pais, sente-se socialmente diferente das demais crianças, e talvez fosse estigmatizado pelos colegas. Um dos motivos de chacota poderia ser o fato de não ter o sobrenome do pai. Esse tipo de brincadeira pode ter prejudicado o desempenho na escola e aumentado a agressividade, resultando na expulsão. Há que considerar também o fato de que por não ter a figura masculina na família, tendia, desde pequeno, a desenvolver, de forma exacerbada, estereótipos da masculinidade que o compelia a agir de forma agressiva. Sente a necessidade de mostrar-se desde pequeno um homem forte para poder se defender, uma vez que não tem o pai, como seus colegas. Nesse sentido, lembrar-se da figura do pai de um colega defendendo o filho – como ocorreu na ocasião em que machucou o colega de catecismo – para ele trazia mais do que medo, perpassava o sentimento de desamparo: “eu via o pai dele de longe e cortava pelo campo a for de medo”.

Adão, ao falar desse período da infância, recorda das boas brincadeiras com o primo e com os colegas, salientando o esporte como algo que se orgulhava de fazer bem. Quanto à relação com pessoas adultas, os dois momentos positivos que relata envolvem a relação com

figuras masculinas que, de certa forma, o protegeram. Um deles, na infância, foi um professor.

O professor levava nós pra pescá, o professor era tri bom, ele era meu professor e a mulher dele era professora de outras turma, mas foi bom o colégio lá, a gente saía a caçá, saía a pescar com ele no fim de semana, se divertia, fazia piquenique (...) sanduiche e Coca-Cola, ou laranjinha e um suco de uva, e lá se divertia.

Tudo indica que a fase de ira em que, segundo ele, “virava uma fera”, começou a se exacerbar depois dos primeiros anos de escola. Os professores dos primeiros anos conseguiram trazer afeto e estabilidade para o seu processo de desenvolvimento. Sobre o primeiro ano Adão relata: “fiquei um mês pra aprender o ‘a e i o u’. Báh, eu era meio complicado, era meio burro, e ainda a professora fechava o livro e dizia: ‘tá fala agora sem olhar’. E eu me esquecia das letra, até que eu aprendi com ela: ‘ah parabéns aprendeu’”. Tanto o período em que interagiu com seu “professor pescador”, quanto o período com a professora do primário, são descritos como elos para bons momentos da vida, mesmo reconhecendo sua dificuldade com a aprendizagem. Como ele mesmo afirma, era uma criança “meio complicada”, o que podemos inferir por sua trajetória de desestabilidade afetiva.

Além do “professor pescador” Adão aborda a sua interação com um vizinho e sua família que ocorre pouco antes de ir morar com o tio. O vizinho o acolheu em sua casa como amigo de sua filha, da mesma idade. Segundo Adão ele seguidamente ia visitá-los e ainda afirma:

Já tavam me adotando quase como filho, bah se eu não ia lá ficavam: “cadê o Adão, cadê o Adão!”. Ele até mexia, ele vai casá com a minha filha e eu ficava loco de vergonha! Pra mim, aquele tempo foi bom, só que ((pausa antes de recomeçar a falar)) foi muito melhor. Porque eu não tive infância, infância mesmo eu não tive, assim de dizer que eu tinha um brinquedo novo, uma bola nova, nunca ganhei isso aí. De natal que eu ganhei do meu tio, filho da minha avó, só ganhei caramelo.

Após o relato da boa relação com uma família vizinha, Adão não explica o porquê de perder o contato, mas, provavelmente foi devido à mudança para Porto Alegre.

Segundo Adão, esse tio que lhe deu presentes também morou por um período na casa da avó, na fazenda. Mesmo morando por pouco tempo, ele será muito importante para Adão, principalmente quando jovem e adulto. É ele que Adão escolhe, mais tarde, para chamar de pai.

Adão afirma que não teve infância, que nunca ganhou presentes no Natal ou na páscoa. Ao mencionar a páscoa, começa a narrar um momento em sala de aula: ele e os coleguinhas preparam um ninho com cartolina e, ao terminar, colocam o nome e deixaram em uma sala. Passado o feriado de páscoa, todos receberiam seu ninho com ovinhos de chocolate.

Saiu todo mundo pro recreio, pulei a janela e comi todos os ovinhos dos ninhos e o meu eu não comi. Aí, quando a professora foi lá e as crianças foram junto ela disse: “ah, não tem”! E eu falei: “mas o meu tem”. Aí pegaram que fui eu. Aí a professora me boto por uma semana a preencher uma folha, num caderno grande assim, todos os dias, não saía pro recreio escrevendo assim: não devo ser egoísta, não devo ser egoísta.

Claudia Rosa (2017), ao estudar, a partir da psicanálise de Donald Winnicott, as tendências antissociais em crianças que perderam os pais, aponta que a vontade de roubar objetos não é rara. Ela se manifesta pela busca das crianças por algo que não encontram em si e que sentem que deveriam ter. É uma forma, segundo a autora, de procurar pela mãe. No caso de Adão também tem a falta da estabilidade que o pai representa. Isso pode estar relacionado à compulsão, aqui narrada, pelos chocolates. Levando em consideração a perspectiva da psicanálise trabalhada por Rosa, a reação da professora, no caso, pode ter contribuído para que Adão encontrasse maior estabilidade. A disciplina imposta por ela, juntamente com a educação e afeto da avó, do professor pescador e do vizinho (pai de sua amiga e “quase” seu pai) deu sustentação para a formação de um espaço mais estável e seguro.

Em sua trajetória Adão terá várias esposas, apenas a última e a primeira foram relacionamentos duradouros. Ele e sua esposa atual, Marisa, criam um filho adotivo e uma neta de Marisa. Talvez essa configuração contribua, no presente, para lhe trazer a sensação de estabilidade, que para ele não está representada na família nuclear tradicional.

5.2.2.3 Metrópole, a casas dos tios e “a tia que eu voltei de volta”

A mudana de Adão para Porto Alegre d -se em um momento de estabilidade emocional em que possuía uma turma de amigos, frequentava a escola e já se destacava nos esportes. Como todos os temas que o perturbaram em sua trajetória, este não é relatado de pronto na entrevista, apenas menciona durante a apresentao que foi morar com o tio em Porto Alegre e que l  estudava e trabalhava. Quando essa temática é resgatada na segunda etapa da entrevista, Adão não aborda com detalhes sobre o período:

Entrevistadora: O que o senhor lembra sobre essa época em que veio pra Porto Alegre com seu tio?

Adão: A minha avó andava doente e me entregou pro meu tio, fiquei um tempo com meu tio.

Como vimos na seo anterior, sua narrativa em relao ao período final em que morou com a av  nos conduz a pensar que não haveria motivos para ela sentir-se insegura em

criá-lo devido à indisciplina. Sendo assim, porque Adão, já com 15 anos, não permanece com a avó para apoiá-la na doença?

Faz sentido pensar que para Ernestina ter “entregado” o neto, sua doença era muito grave. Tendo cuidado de sua filha com Tuberculose, talvez ela tivesse a doença incubada e nessa fase de sua vida se manifestou. Com poucos recursos, não era possível tratar a doença e dar atenção ao neto, o que novamente corresponderia a um período de vulnerabilidade familiar, como ocorreu quando sua filha contraiu a infecção. Essa hipótese explicaria o silêncio de Adão em relação à doença da avó.

Entretanto, Ernestina ainda viveu por muitas décadas. Segundo relatos de Adão, ela faleceu com mais de 100 anos, de modo que, também trabalhamos com a hipótese de que a justificativa de Adão para sua mudança, ou seja, a doença da avó, é mais uma fantasia, como o foi o fato da avó ser viúva. É sabido que ele, ao chegar à adolescência estudava na cidade, tinha amigos no pequeno vilarejo próximo à fazenda em que morava, ficando, então, pouco tempo em casa. Talvez não aceitasse mais a autoridade de Ernestina, ocorrendo brigas frequentes entre eles. Pela preocupação em relação ao futuro do neto ela considerou melhor abdicar de sua guarda. O fato de não andar bem de saúde provavelmente contribuiu para a decisão e serviu como motivo explicativo dado ao neto.

Em relação ao jeito como Adão se apropria dos ambientes da nova cidade e como vivencia a nova casa e o cotidiano, tendo como base suas narrativas, o que temos é o *não falar*. Aliás, haveremos de convir que, a maioria dos pontos de inflexão presentes em sua trajetória, é apenas mencionada na apresentação. Sua narrativa tende a detalhar apenas vivências relacionadas a momentos de estabilização.

O sentimento de abandono pode ter colaborado para a solidificação de algumas fantasias que, perante o novo grupo com que Adão convive, passa a ser a verdade: meu pai morreu quando eu era pequeno, depois minha mãe faleceu e fui criado pela minha avó viúva.

Morando faz pouco tempo em Porto Alegre, em um contexto emocional de fragmentação, é que o irmão de seu pai entra em sua vida. Pelo menos por um tempo, esse tio lhe conecta com a presença do pai o que expõe, como veremos, a fundamental capacidade interpretativa dos indivíduos em suas trajetórias.

Depois de menos de um ano de migrar para Porto Alegre, Adão se muda para a casa de outro tio que até então ele desconhecia, chamado Alencar. Adão salienta no relato que o tio “apareceu” e o tio Omar, com quem até então morava, “passou” ele para o irmão de seu pai. Ao pensarmos em hipóteses envolvendo o período de adolescência de Adão uma delas partiu do princípio de que ele buscou ajuda, talvez através do exército, para descobrir o paradeiro da família de seu pai, que era militar. Pois bem, ao contrastar a vida vivenciada com a narrada essa hipótese toma força pelo detalhe de uma palavra:

Fiquei um tempo com meu tio Omar, aí eu consegui ((pausa antes de recomençar))
apareceu um irmão do falecido meu pai, que eu não conheço, conheci meu pai por

fotografia, que eu sô filho de mãe solteira né, aí eu conheci um irmão dele de Santa Catarina e ele era terceiro sargento do exército, e o meu pai também era, terceiro sargento do exército quando ele morreu, a minha vó falava.

A palavra “consegui” talvez seja muito significativa porque expressa um processo que, no mínimo, envolveu muito desejo de Adão de ter laços com a família do pai. Não sabemos se ele, ao projetar encontrar esse lado da família, agiu pra que acontecesse, mas, pelo relato acima, é bem provável que ele acalentava essa ideia. Também não sabemos em que circunstância o Tio Alencar soube da existência desse sobrinho, mas Adão o descreveu como recém-vindo de Santa Catarina, casado, sem filhos, sendo tenente do exército.

O fato de seu tio Alencar não ter filhos pode ter motivado a encontrar Adão e convidá-lo para morar em sua casa. Adotar o filho do irmão poderia ser considerado por Alencar como uma obrigação moral, mas é provável que também fosse uma estratégia para ter um filho com seus traços sanguíneos. Adão sente-se eufórico ao falar da forma com seu tio o trava.

Ele ia me botar no colégio e eu disse:

– Ah, eu não quero, quero trabalhar,

– Não, trabalhar tu não vai. O tio ganha tudo aqui, tu fica aqui, te dou uma mesada só pra tu pega comida pra nós no restaurante.

A princípio, a mudança para a casa de Alencar foi um momento positivo na vida de Adão. A presença do sobrinho em casa deve ter estimulado o tio a comprar uma casa maior em um bairro rural de Porto Alegre chamado Vila Nova. Adão narra de forma detalhada as suas vivências nesse período:

Aí, o meu tio me deu uma bicicleta, aí eu ia de bicicleta e comecei a arrumá amizade com o dono, lá, que vendia leite pra nós. Peguei amizade com uns guri da minha idade, mais ou menos, aí, de bicicleta, nós ia andar lá no bairro pra cima e pra baixo de bicicleta. Aí, comecei a namorar a irmã do vendedor de leite, que morava junto, uma gringa. Aí, eu ia buská leite às seis horas e chegava em casa nove horas da noite, porque tava conversando com ela. Aí meu tio, “ah, tu fica lá namorando e não trás o leite”. Aí, eu ia lá levava o leite e voltava de novo, ficava até nove horas, dez horas, só conversando e dando risada, porque aí peguei amizade com um irmão dela. Aí, saiu um negócio pra fazer teatro, tavam convidando quem queria entrar na peça de teatro, aí os guris:

– Ah, vamo entrar na peça de teatro!

– Mas eu nem sei o que é isso, teatro.

– Eles dão um papel, tu lê e tu faz tudo o que diz no papel

– Ah, vou experimentar.

Aí, fui lá, falemos com diretor e ele: “ó sábado tem ensaio”. Aí, eu fui, fiz e me saí bem. Tivemos duas vezes, num sábado de noite e num domingo de tarde. Quando eu arrumei a primeira mulher que eu fui morar com ela lá com meu tio, aí ele já tinha arrumado uma casa grande, deu um quarto pra nós morá.

Para Adão, viver em uma pequena comunidade rural pode ter estimulado o seu convívio social a partir das experiências passadas. Afinal, ele estava morando em um espaço em que poderia interagir a partir de suas próprias peculiaridades, cuja gênese não está na metrópole (SIMMEL, 2005). A Vila Nova D’ Itália foi criada em 1897 por imigrantes italianos que adquiriram lotes de terra para a agricultura. Na década de 1950, quando Adão foi morar nessa comunidade, as atividades agrícolas predominavam nas chácaras da região (MALLMANN, 1991).

É interessante, na narrativa anterior de Adão, acompanhar o tema *os meus tios, Omar e Alencar, me deram muito afeto e apoio*, que envolve mostrar o quanto ele era bem tratado na casa de ambos. Este tema fica claro quando Adão não registra, de forma linear, sua estada na casa dos tios. Ele não deixa claro que houve um vai e vem entre as casa. Isso talvez implicasse em falar sobre o quanto aquele momento era difícil, apesar do carinho ofertado, o que permeia seu campo temático *uma vida de abandonos afetivos*.

Em relação ao momento em que Adão desiste de morar na zona rural e volta pra casa de Omar, trabalhamos com a hipótese de que, embora bem tratado, ele não se sentia feliz com aquele tio estranho, militar, que tentava, até de forma rígida, lhe impor disciplina e horários rigorosos. Ao aceitar a autoridade do tio, estaria criando uma relação mais profunda com ele. É possível que Adão não conseguisse avançar para um estágio de maior intimidade com um tio que não tinha filhos e que provavelmente gostaria que Adão o fosse. Considerando essas hipóteses, e a de que ele sentia-se, desde pequeno, inseguro em relação à moradia, ele vê na sazonalidade, no ir e vir entre as casas dos tios, um processo adequado à forma como sente os ambientes familiares. Talvez não fosse possível, naquele estágio de sua vida, aprofundar relações, ainda mais se tratando de figuras masculinas.

O ambiente familiar envolve a casa que, para se transformar em um lar, também precisa de tempo de interação, tempo este, que Adão não tem para dar. As idas e vindas, entre as casas dos tios, tornam, portanto, lenta a relação de afeto com as famílias e suas residências. Contudo, se percebe através da análise de sua entrevista, que a relação com sua tia Marta, casada com o tio por parte de mãe, Omar, é um laço importante.

Esse afeto, entre ele e a tia, pode relacionar-se a um aspecto específico de seu sistema de relevância que foi a presença feminina na primeira infância, uma vez que sua família restringia-se a mãe e a avó. Talvez a aproximação com a tia lhe causasse certa segurança afetiva. Mas percebemos a fragilidade dessa relação em uma briga que tiveram.

Não me dava bem com, com a filha da minha tia, e a minha tia ficava mais a favor dela do que a favor meu. Aí, naquele tempo, existia. Não sei se tu vai lembrá, o Correio era desse tamanho, o Correio do Povo //²⁶ ah, claro que lembro// comprava um correio daqueles e dormia no mato, botava de cama, aí quando eu tinha um troquinho eu ia no cinema pra, pra noite sê pequena. Eu acabava dormindo no cinema, aí me chamavam, que o cinema tinha terminado, aí ia lá eu com o jornalzinho pro mato dormi. Aí, até que eu conheci uma guria no Centro. Que era, uma guria que era prostituta, né. E minha tia me pegô lá e me, chingô a guria, me chingô e me levo pra casa de volta, aí nunca mais eu vi, aí eu voltei com ela de novo.

Como vemos, Adão se sentiu preterido em relação à prima em um momento em que fortificava os laços com a tia. Abalado, resolve sair de casa. Ele não precisaria morar na rua, havia outros parentes com quem poderia contar. Nesse sentido, nossa hipótese mais plausível é a de que Adão tenha, de certa forma, “se abandonado”.

O abandono está diretamente relacionado com situações de rejeições registradas na infância e que pode se intensificar durante toda a vida, principalmente quando se vivencia outras situações de rejeição e/ou abandono. Cada vez que vivenciamos situações de perda é como se estivéssemos revivendo a situação original de abandono, do qual dificilmente se esquece (...). Toda criança fica aterrorizada diante da perspectiva do abandono. Para a criança, o abandono por parte dos pais é equivalente à morte, pois além de se sentir abandonada, ela mesma aprende a se abandonar. (ZAGO, 2018)

Essa impossibilidade de aprofundar as relações com os tios Omar e Alencar pode explicar a aproximação de Adão com Marta. Ele sentiu-se bem em demonstrar mais afeto pela tia Marta, esposa de Omar, “a tia que eu voltei de volta” como diz Adão – o que resume bem as suas relações naquele momento. Nos dois últimos anos antes de casar e formar uma família, Adão vivencia um momento de estabilidade vinculado à família do tio Omar.

Na próxima seção, analisamos o período de seu primeiro matrimônio. De antemão registramos que foram praticamente duas décadas de vivências junto à mesma família. Vinte anos de afetos, conflitos, luta pela sobrevivência e criação de um vínculo afetivo positivo com sua filha mais velha que dura até hoje. Quanto à relação com os demais filhos e esposa, ela se torna conturbada com o passar dos anos. No contraste entre vida narrada e vivenciada, costumamos algumas hipóteses para esse fato, elas não se restringem à próxima seção, sendo delineadas ao longo do capítulo.

²⁶ //: símbolo utilizado quando a entrevistadora fala.

(()): símbolo para separar observações da entrevistadora (ROSENTHAL, 2014).

5.2.2.4 Sobre o primeiro casamento: fetiches e feitiços

Na época final de sua juventude, Adão morava com os tios Omar e Marta. Esse é um período em que, pelas suas narrativas e resultados do posterior contraste que realizamos, é possível que estivesse estável emocionalmente, além de ter uma boa infraestrutura a seu dispor. Assim, estabilizado, sentindo-se realmente acolhido, Adão volta a sua energia para o sexo oposto. O relato sobre essa fase é praticamente todo dedicado a narrar sobre como conheceu sua noiva, como foi o dia em que pediu ela em noivado, contando que ficou noivo por “um ano e pouco”. Logo em seguida, narra sobre o momento em que conheceu outra moça, com quem, por fim casará. Adão praticamente não namorou a moça que conheceu quando era noivo. A nova namorada morava no que, na época, era considerado uma “vila de malocas” que aqui chamaremos de Vila Dona Tida²⁷.

Aí, eu contei uma história pra minha noiva que minha avó, lá fora, tava doente, que eu ia pra lá. Mentira, fui sábado lá pra casa da guria e dormi lá, fui no cinema, e depois fui dormir lá, aí eu tirei ela de casa (...). Falei com a mãe dela, e a mãe dela: “é pra levar minha filha tem que sustentá”. É lógico que não vô levá ela pra passar fome. Falei com a minha tia e levei.

É interessante que Adão afirma que a moça não passaria fome, mas de fato, não poderia prometer muita coisa para a sogra, uma vez que não trabalhava, não tendo condições de ter uma casa e sustentar uma família. Nesse momento em que leva Tainara, para morar com ele, resolve viver novamente com o tio Alencar, irmão de seu pai, na zona rural de Porto Alegre.

Quando eu arrumei a primeira mulher, que eu fui morar com ela lá com meu tio. Aí, ele já tinha arrumado uma casa grande, deu um quarto pra nós morá, e minha ex-mulher trabalhava pra ele. Pagava ela, ainda, por mês e pra mim ele me dava uma pensão, aí quando eu ia receber eu ia com ele. Ia com ele recebe e depois entrava no mercadão, comer nata batida, bem geladinha, eu e ele, comia nata batida e ia ao matiné só eu e ele. Depois saía do cinema, depois comprava gibi, tinha uma pilha de gibi, aí eu passava o dia deitado em casa lendo gibi, gibi antigo que agora não tem mais era Roli Roice, Super Homem. Aí, eu saía muito de noite e deixava ela lá: “Bah cara! Tu arruou uma mulher pra deixar aí, sai pra rua e volta de madrugada”. Eu saía pra

²⁷ Os nomes das vilas foram alterados para manter o sigilo em relação à identidade dos entrevistados. Mantemos apenas a região e o bairro informado pelo entrevistado.

farrear com os guris, só pra andar de bicicleta, aí foi indo, foi indo, eu saí de lá fui mora com meu tio de novo.

Como se depreende de seu relato, Adão se casa, mas volta a ser o “menino da bicicleta”, passeando com o tio, “só eu e ele”. Embora casado com Tainara, ele ainda está resgatando essa relação de afeto com o tio, mas não consegue fazer isso a partir de uma perspectiva de uma pessoa casada que está constituindo uma família. Além de ter casado muito jovem, pela trajetória de família que teve na infância, sente necessidade de vincular-se mais ao tio do que à esposa, que ele mal menciona.

Se para Adão essa fase estava sendo muito importante, para as expectativas do tio, militar aposentado, ele deveria amadurecer, cuidar da família. Portanto, o tio cobra dele o fato de continuar “farreando”.

Dizer que o seu tio Alencar o repreendeu foi a última menção de Adão a ele durante a entrevista. O tio poderia ter sido um importante apoio em sua fase adulta, mas, pelas narrativas, eles não terão mais contato e o sobrinho não mais receberá auxílio financeiro. É plausível acreditar que os dois tenham rompido a relação e talvez o tio tenha falecido pouco tempo depois.

As pessoas da família com as quais Adão rompeu, mesmo que temporariamente, como por exemplo, com a tia Marta, ele justifica tentando provar que não tinha culpa. Apenas o rompimento com sua primeira esposa e com tio Alencar ele não menciona o porquê. Não se coloca enquanto vítima, mas também não relata. Como se viu na citação anterior, o período em que novamente se muda da casa do tio fica registrado apenas com a frase “foi indo, foi indo”. É provável que seja ainda difícil para ele falar desses dois momentos, o rompimento com Tainara e com o tio Alencar. Talvez esses acontecimentos estejam interligados, o que analisaremos adiante.

É a rua, é a casa de um tio, de outro, é a bicicleta, é o casamento. Adão, por assim dizer, transita entre “todas as possibilidades de ele ser” e o caminho para encontrar o seu lugar na família e na cidade apresenta algumas vias que, naquele momento, não tem saída – como a relação com o irmão de seu pai (CERVINI, 1998). Saindo da casa do tio Alencar, não ganhará mais mesada, e ao invés de ler gibi começa a trabalhar. Conta que, na frente da casa de Omar, com quem novamente foi morar, um senhor tinha uma oficina de concerto de fogão à lenha:

Aí eu fui pra trabalhá com ele, ele me ensinou, aí ele adoeceu e eu fiquei de dono da oficina. Aí passei tudo lá pra casa da minha tia. Eu concertava fogão, aí eu arrumei uma carroça lá, emprestada, cavalo. Eu ia buscá os fogão pra concertá e depois eu levava e ganhava dinheiro e conseguia trabalhá e fui tocá. Tinha um salão de baile lá, me chamaram, se eu não queria tocar na banda, eu sabia tocar um pouco.

Ao chegar à casa do tio e tia por parte de mãe, inicia uma nova fase na vida de Adão em que nenhum dos tios lhe sustentará financeiramente. Omar e sua esposa oferecem para Adão e Tainara o porão da casa e nesse espaço precisam se organizar o que, de fato, acontece.

Contudo, a profissão escolhida por Adão parecia que estava indo embora junto com o antigo dono de sua oficina. Na década de 1960, começam a proliferar pelas casas de Porto Alegre os eletrodomésticos, principalmente geladeira e fogão a gás. O *novo fogão*, há décadas já era propalado nas propagandas dos jornais brasileiros que identificavam esse eletrodoméstico com novos padrões de limpeza e eficiência. Mas até meados do século XX, causavam mais espanto do que desejo, de forma que, por uns anos, Adão trabalhou em uma profissão muito específica relacionada a um objeto que começa a ser considerado ultrapassado (SILVA, 2007).

Entre desejos e necessidades, as novas mercadorias entram nas casas dos brasileiros e vêm acompanhadas de uma transformação no mercado de trabalho. Oficinas de concerto tornam-se escassas e obsoletas uma vez que a construção em grande escala mantém barata e descartável uma boa parte dos produtos. Adão está na linha de frente dessa transformação, fogão à lenha não condiz com uma residência moderna, ainda mais se levarmos em consideração que essa residência pode ser um apartamento.

A segunda profissão, então, exercida por Adão foi de vigilante noturno em um estabelecimento comercial no centro de Porto Alegre. O seu salário era suficiente para mantê-los, contudo, a vida do casal muda quando a mãe de Tainara adoece:

Quando a minha sogra ficou doente, a filha dela, que era minha mulher, foi pra cuidá dela e eu ficava lá. A minha sogra, falando bem a verdade, ela queria tirá eu da filha dela, como ela fez com o marido da outra, mas não deu certo, só que comigo ela quebrou a cara. Então ela começou a inventar coisa, disse que eu era feiticeiro, ela adoeceu e disse que era eu que tava fazendo feitiço, não queria eu dentro da casa dela. Eu nem sei lidar com isso, ouvia falá, mas sei lá o que é isso! Eu digo: não, tu é filha dela, fica lá né, fica lá, cuida dela. Aí, ela ficou mal, ia pro médico ia pro hospital, voltava pra casa. Aí, eu tava trabalhando nessas feiras, essas feiras que tem no Centro, de verdura, essas fruteira, eu trabalhava de noite prum cara lá. Eu tava trabalhando, quase cochilando, e levei um tapa na cara assim, olhei não tinha ninguém. Eu digo, ó levei um tapa na cara do nada né, aí levantei olhei, perguntei prum cara que tava parado do outro lado, que tinha um ponche: teve alguém aqui na fruteira?. Ele disse:

– Não, não teve por quê?

– Pô! Levei um tapa na cara.

– Tá sonhando acordado.

– Não, me deram um tapa na cara!

Aí, de manhã, eu fui lá, e era a véia, tinha morrido. Pô, a véia, mesmo assim, ela vem me da um tapa na cara, me incomodá.

Entre várias dimensões sociais a serem analisada nessa narrativa de Adão, destacaríamos a ideia de feitiço. O feitiço nesse caso, como em várias outras comunidades, mantém-se enquanto “cultura do ontem” (SANSI, 2008). Também se mantém a característica de algo excepcional que ocorre no mundo natural, sempre relacionando um evento ordinário a algo extraordinário. Assim, se Adão, em uma briga com a sogra, lhe roga algo de ruim, e logo após ela adoece, Adão é feiticeiro. Por outro lado, se Adão, cochilando no trabalho, tem um pesadelo com alguém lhe *dando um tapa* na noite em que a sogra morre, a feiticeira é ela. Segundo Roger Sansi, a feitiçaria “não é idolatria, uma religião pagã, mas um fato comum da vida: ou melhor, um fato extraordinário da vida, que pode vir de qualquer direção, em qualquer momento. Assim, a feitiçaria seria um fato universal, não culturalmente específico” (Ibidem, p. 130).

A partir da leitura do artigo Feitiço e Fetiche no Atlântico moderno, de Roger Sansi (Ibidem), observamos que, embora vivendo no século XX, no cotidiano de Adão o fetichismo e o feitiço se fazem presente, o fetichismo talvez seja o que mais o amedrontou, com o poder de atração das novas tecnologias, entre elas o mágico fogão que não fazia fumaça.²⁸

5.2.2.5 Trabalho, vila de malocas e compromisso: os quatro pequenos cunhados

Um importante ponto de inflexão na vida de nosso entrevistado foi assumir a guarda dos quatro cunhados pequenos que ficaram órfãos. Nesse momento, é provável que ele altere a percepção de si mesmo e deixe no passado os namoros, bailes, a bicicleta e a dependência dos tios (Rosenthal, 2017). Ele opta por mudar-se para a casa da falecida sogra, na Vila Titida, em um momento em que não conta com a ajuda financeira dos tios e recebe um salário muito baixo como vigilante noturno.

Aí eu terminei indo morá na casa da véia. Aí ela tinha quatro filho pequeno e eu assumi tudo os filho, que eram meus cunhado (...). Aí, eu fui pra lá cuidá a casa e aí não tinha serviço e eu comecei a trabalhá de carrinho de mão juntando osso, caco de vidro e ferro pra vendê, pra sustentá os cunhado que eram tudo pequeno. Eu criei todos eles, aí eles foram casando, uns me deram valor, outros não deram valor, outro só queria me robá, tentando me matá e não conseguiu. Era bandido mesmo, ele morreu bandido, até na irmã dele deu uma facada, e foi assim que criei eles.

²⁸ Sansi ressalta que “a magia da modernidade seria de um tipo específico: a magia do capitalismo, a ilusão de que o valor econômico é capaz de produzir mais valor econômico, escondendo o trabalho humano que seria o fundamento de qualquer forma de valor. Marx definiu essa magia do capitalismo como fetichismo das mercadorias, e nas últimas décadas, muitos antropólogos, de Michael Taussig (1983) e os Comaroff (1993) até David Graeber (2005), se interessaram por entender como a magia ocidental, o fetichismo das mercadorias, se transforma em magia local em todo o mundo” (SANSI, 2008, p. 124).

A Vila Titida era uma das comunidades das chamadas “vilas de malocas” atendidas pelo Serviço Social do Departamento Municipal da Casa Popular (DMCP). Esse departamento, uma espécie de subprefeitura voltada apenas às comunidades “carentes”, além de ser responsável em providenciar moradia, também prestava outros serviços de infraestrutura, educação e saúde (D’ AVILA, 2000). Para exemplificar, na Vila Titida, no ano de 1961, havia uma creche, um ambulatório dentário, um ambulatório médico e uma maternidade (PREFEITURA, 1962). Pelos documentos, é possível perceber a presença, nesse período, de uma política voltada à urbanização de “vilas irregulares”, diferente da época pós 1964 quando várias vilas são removidas para a zona rural da cidade, como Restinga e Lomba do Pinheiro.

Trabalhamos aqui com a hipótese relacionada ao sentido subjetivamente visado que Adão dá ao fato de assumir os cunhados: a identificação de trágicas vivências. Quando ele narra a doença da sogra assemelha-se à narrativa da morte de sua mãe: “ela ficou mal, ia pro médico, ia pro hospital, voltava pra casa”. Novamente, temos em uma casa crianças acompanhando o ciclo de doença da mãe. Na sua experiência, alguém da família o assumiu quando a mãe morreu, de forma que Adão poderia ter como certo que um parente próximo dos cunhados deveria adotá-los.

Adão, em seu ir e vir, romper noivados, ir morar na rua, trocar da casa de um tio para outro, poderia ter procurado outro tipo de vida quando a esposa Tainara voltou-se para os cuidados com a mãe e irmãos. Essa escolha se justificaria pela dificuldade dele lidar com essa situação, por ter vivenciado algo similar. Mas ele não relatou nenhuma dúvida em optar por ficar e assumir os pequenos cunhados.

Quando aborda sua vida no presente, o entrevistado não se refere a nenhum dos cunhados como participantes de sua vida. Em algum momento os laços foram rompidos ou, como diz Adão, eles não valorizaram a sua dedicação. É possível que a própria identificação dele enquanto criança órfã tenha resultado em afastamento, caso ele tenha feito projeções a partir de suas expectativas de uma família que não teve.

O respeito, a admiração ou o amor ideal se sustentam na medida em que o outro aparece como suporte da projeção ideal e responde do lugar no qual foi colocado. Quando o outro aparece, com seus traços, suas faltas e seus desejos, a projeção falha, e o ideal acaba. O afeto desaparece ou se converte no contrário: surge a decepção. Sentimo-nos decepcionados porque o outro não agiu conforme o ideal que projetamos. (PEREZ, 2017)

É plausível que, a partir dessa decepção, Adão comece a tratar os cunhados como adultos. Ele narra momentos de trabalho em que os cunhados precisam realizar muito serviço, coordenados pelo padrasto, como veremos adiante.

Também o contexto socioeconômico pode ter influenciado na relação de Adão com as crianças. Quando ele diz que um dos cunhados era “bandido”, é possível que tenhamos aqui uma criança que, pelo bem estar limitado em seu cotidiano e o convívio na comunidade com pessoas que se dedicam a roubos e assaltos, tenha seguido uma trajetória diferente dos outros irmãos. Determinados contextos sociais podem ser uma ameaça à saúde psicológica, “ao enfrentar situações de stress e risco no seu cotidiano, podem apresentar distúrbios emocionais e problemas de conduta, sendo vulneráveis” (CECONELO & KOLLER, 2000, p. 73).

A partir do momento em que assume a guarda dos cunhados, sua esposa, que não tinha filhos, passa a ter compromissos e talvez a moça bonita, mais bonita que a antiga noiva, como diz Adão, dilua sua atenção, antes voltada a ele, com irmãos e filhos. Adão, por sua vez, também vivencia uma mudança drástica em sua vida, que lhe trás segurança porque, enfim, tem uma família, mas tudo em sua volta é precário e precisa estar sempre atento para garantir o sustento de todos.

O noema de recordação sobre o primeiro casamento resulta, na sua fala, em poucos relatos sobre Tainara. Os relatos se restringem ao período de namoro e primeiros anos de casado. Na sua apresentação, primeira parte da entrevista, ele apenas menciona a esposa uma vez, quando passa do relato de sua juventude para a vida adulta: “e aí eu depois eu fui crescendo arrumei uma namorada, casei, primeira mulher né. Aí não deu certo, a gente se separou, depois de vinte anos”. Observa-se que ele considera que o casamento não deu certo, no entanto faz questão de dizer que durou vinte anos. Talvez o “não deu certo” esteja relacionado à lembranças dos últimos anos em que o foco não era no casal, mas nos filhos, pois tiveram mais três filhos, incluindo gêmeos, além dos pequenos cunhados. Então, a época de casado foi o período de, antes de tudo, sustentar sete filhos.

Uma de suas estratégias em relação ao fator financeiro foi vender a casa na Vila Titida, terreno mais valorizado, e mudar-se para uma pequena vila mais afastada do centro da cidade. Então, Adão passou a morar na Vila Marilda no começo da década de 1970.

Depois de dizer que começou a trabalhar na Vila Titida, juntando e vendendo vidro, ossos e outros resíduos, Adão não menciona mais nenhum tipo de trabalho que tenha exercido nessa época. É provável, que, morando na Vila Marilda ele continuasse trabalhando na coleta e venda de materiais recicláveis ou reaproveitáveis. Tanto que, poucos anos mais tarde, como veremos, ele comprará carroças para facilitar o trabalho dele e dos cunhados.

A Vila Marilda era uma pequena comunidade localizada na zona leste de Porto Alegre. Sua origem está na compra de um terreno pelo governo, em 1855, “destinado à criação de carneiros merinos” (MEDEIROS, 2015, p. 46). Boa parte desse terreno foi doado para o exército e nesse espaço uma vila popular se constituiu, que aqui convencionamos chamamos de Marilda.

Eu vendi a casa da velha e comprei lá, aí fui mora lá. Aí um cara que morava na vila criava cabrita, aí eu sei que lá no quartel os milico, não sei o que, roubaram uma

cabrita dele e carnearam de noite no quartel. Isso ele dizendo, eu não vi, ouvi ele comentá, aí ele foi lá no quartel fazer queixa, aí o quartel mandou tirá a vila. Deu caminhão, deu tudo, aí fui morá na Vila Antoninha.

A forma como a instituição militar resolveu o problema foi dentro dos moldes das políticas habitacionais desse período, removendo a comunidade para as franjas da cidade. O contexto que trabalhamos anteriormente na seção 2.1, em que abordamos a criação, em Porto Alegre, do slogan “Remover para Promover,” justifica e respalda a ação dos militares em seu “quintal”. Mas, cabe salientar aqui, a análise de Betânia Alfonsin (2000, p.110) quando aborda a provisão pública de lotes e moradias, entre 1950 e 1988, esclarecendo que os projetos dessa época não consideram “os territórios em que a população de baixa renda edificava suas moradias. A política habitacional passa ao largo do ‘existente’, mesmo que consolidado. O que é autoconstruído pelos pobres é visto, mesmo que inconscientemente, como anomalia”.

Adão e a família foram removidos para a Região Leste de Porto Alegre, para um local que aqui, convencionalmente, chamaremos de Vila Antoninha, mas que de fato, fazia parte do que hoje compreende o bairro Lomba do Pinheiro, um espaço que até então pertencia à área rural de Porto Alegre, na divisa com a cidade de Viamão. Além de produtores rurais e donos de tambo de leite, já havia por ali uma vila formada por uma comunidade de baixa renda chamada São Francisco (PREFEITURA, 2000). Antes mesmo da Vila Restinga, criada em 1966 (ZAMBONI, 2009), a Lomba foi uma região escolhida para reassentar as pessoas removidas das “malocas”. Em 1965, são transferidas as primeiras 100 pessoas removidas de outras vilas para o local. Uma das antigas moradoras afirma: “aqui era só casinhas de duas peças de madeira, não tinha colégio, não tinha creche, não tinha posto médico, nem calçamento, nem luz, nem água, nada, nada. Eu botava vasilha pra pegar água nos carros pipa” (PREFEITURA, 2000, p. 82).

O DMHAB registra que, em 1967, continuando o “trabalho de eliminação dos aglomerados de malocas” foi possível “eliminar” 10% do total de casas localizadas em vilas e aglomerados irregulares da capital (PREFEITURA, 1967)²⁹. Em 1968, por exemplo, em apenas uma das vilas da Lomba do Pinheiro foram construídas 146 casas de emergência (CORREIO DO POVO, 1968, p. 09). Nos primeiros anos da década de 1970, quando Adão foi morar na Vila Antoninha, as casas construídas pelo Demhab continuavam as mesmas, mas as vilas já apresentam melhor infraestrutura com rede de água e esgoto, escola e creche (PREFEITURA, 2000).

Através da análise da vida narrada, observamos que Adão não reclama da remoção, ainda vê o lado positivo de que o exército forneceu o meio de transporte para a mudança. Deprendemos dessa fala, somada a outras partes do relato, que, embora tenha sido

²⁹ Documento pesquisado em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, Caixa do Demhab, 1967.

removido para uma casa muito pequena – “era uma casinha, afirma Adão, com duas peças, como da cozinha aqui, era quarto e sala e cozinha junto, tudo de madeira” – pela primeira vez ele tinha uma casa em seu nome. Quando convidado para morar em Igrejinha, Adão explica o motivo pelo qual não foi: “não quis porque tinha casa na Vila Antoninha, a gente não podia deixar lá, se não o governo tirava de volta”.

Sabendo que Adão na década de 1970 já interagira com maior experiência com os espaços de Porto Alegre, supõe-se que conhecia as dificuldades de transporte e de trabalho para aqueles que moravam longe. Então, por que ele aceita a casa de madeira, muito pequena, na Vila Antoninha?³⁰ Podemos pensar em algumas hipóteses que responderiam à pergunta, mas antes é necessário focar no contexto em que a Vila Antoninha é criada.

Na lomba do pinheiro, o Departamento Municipal da Casa Popular (DMCP) havia construído, no início da década de 1960, algumas pequenas casas, tentando suprimir o déficit de moradia. Essa realidade muda no ano de 1965 quando o DMCP se transforma em Departamento Municipal de Habitação (Demhab), órgão responsável pelos projetos nacionais com fundos vindos do BNH (CARRION, 1991). É nesse período que se acelera a remoção de moradores de vilas localizadas na região central de Porto Alegre, sendo a maioria das remoções realizada de forma compulsória para espaços como Restinga e vilas da Lomba do Pinheiro.

As casas construídas pelo Demhab na Lomba do Pinheiro também serviam para atender pedidos avulsos. Pessoas de baixa renda inscreviam o seu pedido, que era analisado por uma equipe de assistentes sociais. Se estas considerassem necessária a atuação do Demhab, então encaminhavam para uma instância decisória do departamento (decisória, mas que perpassava, em certos casos, uma escolha aleatória). Vejamos dois exemplos de pedidos³¹ para a Lomba do Pinheiro, referentes ao mês de abril de 1968, período próximo em que Adão mudou-se para lá, o que nos dá uma dimensão dos trâmites e da necessidade de moradia nesse contexto.

Gerivaldo Pereira solicita moradia

Profissão: Funcionário do supermercado real.

Histórico: Trata-se de casal legalmente constituído, esperando o primeiro filho. Moram em terreno cedido pelo cunhado desde que casaram. As duas peças que residem é de sua propriedade.

Parecer da Assistente Social: Sugerimos o atendimento dentro das possibilidades do Demhab.

³⁰ Frisamos novamente que mantivemos o nome original dos bairros em que morou, mas criamos nomes fictícios para as vilas.

³¹ Documento pesquisado em: Demhab, Núcleo de Arquivo, Caixa Caso Social, 1967.

Memorando: conceder ao requerente a casa n. 45 da rua A.

Renilda Miranda

Profissão: doméstica.

Histórico: Tem quatro filhos, não tem marido. Atualmente reside de favor em uma casa no Navegantes. Sua situação habitacional é péssima, pois reside em um porão.

Parecer: somos favoráveis ao atendimento.

Memorando: conceder a requerente a casa n.4 da rua A.

O pedido de casas para Adão e seus filhos da Vila Marilda provavelmente seguiram por esses trâmites ou, o que talvez seja mais plausível, já foi direto para a instância decisória já que a concessão foi encaminhada pelo Exército.

Isso posto, voltemos à pergunta sobre o motivo de Adão ir para a Lomba do Pinheiro. Considerando o sistema de relevância de Adão e as dinâmicas das políticas públicas desse período, podemos inferir que:

- a) morando em terreno do próprio exército, em se tratando de época de ditadura militar, não seria uma boa estratégia contestar a decisão;
- b) no início da década de 1970 ocorre um desmonte das “vilas de malocas” do Centro e bairros próximos, portanto voltar para a Vila Titida ou comunidades próximas estava descartado (WEIMER, 2017).
- c) na vila onde iria morar havia infraestrutura, água e luz – equipamentos urbanos que Adão sentia falta desde que saiu da casa dos tios e foi morar na Vila Titida.
- d) embora o loteamento fosse da prefeitura (era dado aos moradores apenas a real concessão de uso), ele tinha o direito ao uso da casa por tempo indeterminado, podendo também ser utilizada pelas próximas gerações, o que lhe dava maior segurança em relação aos cuidados com a família (PREFEITURA, 2000).

Os cuidados com a família, principalmente através da temática “trabalho” é a tônica das narrativas de Adão ao se referir ao período do primeiro casamento. Em relação a outros períodos, inclusive mais recentes, há relatos que, em sentido latente, parecem querer salientar seu lado corajoso, aventureiro, conquistador em relação às mulheres. Mas há uma exceção em relação ao período desse casamento: o futebol. Uma atividade que lhe trazia muito prazer e orgulho na adolescência, quando ganhou medalhas e premiações em campeonatos na escola.

Fiquei goleiro. Até meus quarenta anos eu jogava no gol, joguei no time de Viamão, joguei no time da Vila Antoninha, no time de Igrejinha. Lá em Igrejinha, me convidaram pra mim jogar e morar lá. Ganhava um dinheiro por mês, mas eu não quis porque tinha casa na Vila Antoninha, a gente não podia deixar lá, se não o governo tirava de volta.

Durante o período que morou na Vila Antoninha, Adão passou a ter certa estabilidade em relação à moradia – que não quer abandonar. Interessante frisar que foi exatamente quando estava morando nessa casa que se separa da esposa e abandona o lar. O fato de que os filhos já não eram pequenos, somado à possibilidade de deixá-los em uma “casa segura,” pode ter certo peso para a decisão de ir embora.

Mas, ainda em relação aos primeiros anos em que morou na Vila Antoninha, há que ressaltar o período em que trabalhou com a reciclagem exclusiva de metais. Adão prospectou um trabalho que movimentou a família e rendeu um bom dinheiro.

Eu saía a comprá bonde. Os bonde eram doado, a prefeitura doou pros colégio fazê coisas pras crianças no colégio. Então, eu ia lá e comprava. Comprava o material do bonde, de dentro, que era metal, chumbo, cobre, as peça que não iam utilizá. Ali, eu comprava e desmanchava e pagava pro colégio. Comprava a oitenta e vendia por quase duzentos pila, tudo a base de peso. Então, eu botava os meus cunhado a desmanchá e botava mais cara particular a desmanchá, e eu só ia lá e dava almoço pra eles ao meio dia, pagava um pão com mortadela e refri ao meio dia. De manhã, eles tomavam café lá em casa, e de barriga cheia pegavam as carroças, aí carregavam as carroças, saíam de lá às quatro horas e eu ia vendê, aí eu pagava todos eles, pagava cinco pila por dia e mais a comida que era comigo.

Quanto ao contexto relacionado ao transporte coletivo de Porto Alegre, sabemos que os bondes elétricos pertenciam à empresa de transporte municipal Carris. No final da década de 1960, a rede de bondes apresentava baixo rendimento em comparação com as linhas de ônibus pertencentes às empresas particulares. A frota de bondes não arrecadava o suficiente para investimentos em reparos e aquisições de novas unidades. Não havia interesse de agentes da Prefeitura em investir em um transporte considerado ultrapassado (VILARINO & NUNES, 1992). Os ônibus, que até então pertenciam apenas às empresas privadas, eram mais ágeis; enquanto os bondes seguidamente “travavam” devido à falta de energia. O resultado foi o sucateamento da frota de 134 bondes e 5 *troleibus* que, em 1970 ficam “emperrados nas oficinas” (Ibidem, p.76).

Então, do sucateamento da frota, veio uma parte do sustento da família de Adão. Ocorre que esses bondes, que precisavam de um destino, foram doados para as escolas, como informou Adão. Os bondes possuíam barras de metal na entrada para a segurança do motorista e dos passageiros, havia ainda pegadores de metal em todos os bancos de madeira e no teto dos corredores (Ibidem).

Pelo número de bondes, era sabido que esse trabalho não duraria muito tempo, mas desse trabalho restaram as carroças investidas no negócio. Adão passa a trabalhar com uma delas e a outra doou para seus cunhados.

Aí, terminô tudo. Aí, eu fiquei só com duas carroças, dei uma pros meus dois cunhado e fiquei com uma, aí eles trabalhavam, eles moravam comigo. Eles vinham, conforme eles ganhavam eles vinham me dá o dinheiro. Eu digo: não, me ajudem a comprá as coisa aí e o que sobrá é teu, vô compra comida pro animal, me dá um tanto pra ajudá e deu. Na época que eu tava lá eu arrumei serviço numa obra lá em Alto Teresópolis. Aí me botaram de guarda, aí eu trabalhava de dia, e aí eu não tinha folga.

Os três filhos, que tivera com a primeira esposa, nasceram entre o tempo em que morou nas vilas Titida e Marilda. Adão não faz nenhum relato em específico da infância ou juventude dos três filhos. Provavelmente porque estava focado na temática *sobrevivência da família*, priorizando, então, assuntos como trabalho e moradia. Os filhos são mencionados quando relata sobre sua vida presente. Adão compartilha com a entrevistadora o sentimento de desvalorização dos filhos para com ele, sentimento este que, no momento da entrevista, estava mais a florado, porque era exatamente o dia de seu aniversário:

Hoje eu tô de aniversário, tô fazendo 76 anos de idade. Aí, achei que ela ia me ligá (uma das filhas) porque todas as vez que eu fazia aniversário, dia dos pais, ela sempre me ligava. Nunca mais, vai fazê um ano que não me ligô mais. E tenho uma filha que eu tenho com a primeira mulher, que seguido tá aqui, ela vem três, quatro vezes na semana. Eu sô dessa opinião, se gostá de mim é um favor, se não gostá é dois, eu não tô pedindo nada para eles, também não peço e também não me pedem, mas só não me. Tenho sete filhos da primeira mulher e é só essa guria que me procura. Tenho duas neta que moram aqui, elas passam lá do outro lado, agora quando é pra pedi “eu vô lá no vô pedi” aí vem aqui, aí eu já digo de cara, não levem a mal, mas não tenho, não tenho. Uma outra filha minha que mora lá no IAPI, agora tá morando na praia, não sei, ela passô e passô lá do outro lado. Daí, de tarde eu me sentei lá no sol e ela veio vindo e passou por aqui e nem olhou! Eu não vô lá dizê pra ela: “ó minha filha”. Eu não tô pedindo nada pra ela.

Esse relato em relação aos filhos vem à tona na primeira parte da entrevista quando Adão desenvolve a temática “eu te ajudo que tu me ajuda”, falando dos vizinhos e dos filhos, considerados por ele como ingratos. A ingratidão dos filhos pode estar relacionada ao sacrifício que fez para sustentá-los, para não abandonar a família por vinte anos, apesar das dificuldades. Eles devem saber da dedicação do pai, então por que não interagem com ele no presente? Essas questões parecem fazer parte do campo temático *uma vida de abandonos afetivos*.

Ao criarmos hipóteses referentes à relação com os filhos, algumas delas só apresentaram consistência depois de analisar as estratégias futuras de vida de Adão. Portanto, voltaremos a esse tema na próxima seção relacionada à separação e segundo casamento.

Sobre a separação da primeira esposa, Adão não menciona os motivos e não narra sobre o dia em que saiu de casa. Durante toda a entrevista, em nenhum momento ele se queixa de Tainara ou comenta alguma briga que eventualmente possam ter tido, apenas diz que não deu certo. De todas as demais companheiras, com exceção da atual, Adão narra momentos de briga, de ciúme e até de omissão em relação à educação da filha. No entanto, aquela com quem morou por vinte anos não relata nenhum desentendimento. Apenas sabemos que logo após a separação ele vai trabalhar e morar nos estúdios de uma emissora de rádio da cidade.

5.2.2.6 Nova vida, com passado, o segundo casamento de Adão: “ela me fazia desaforo”

Em meados da década de 1970, Adão exercia o trabalho de ajudante de obras e pequenos concertos nos estúdios de uma famosa emissora de rádio da cidade. O novo local de trabalho tinha a vantagem de ter um cômodo em que ele podia dormir. Depois da separação a casa ficou para a esposa e filhos.

Sobre o dia a dia na rádio, Adão relata que conversava e fazia amizade com todos, inclusive os radialistas. Um deles, que também era gerente, depois de certificar-se de que Adão sabia escrever, o convidou para assumir outro cargo:

“A parti de amanhã tu vem mais arrumado que tu não vai mais trabalhar aí, eu vou te dá o serviço de porteiro, pra atende telefone e, tu vai fazer dois serviços: aqui e na TV”. Eu ganhava a mesma coisa, era salário mínimo, mas pelo menos era mais tranquilo, me davam um guarda-pó pra botá, aí me levô lá, me explicô como é que era. Pra mandá uma música, tu ligava, eu que te atendia. Aí eu tirava teu nome e pra quem ia oferecê e passava pro estúdio, deixava acumular umas e passava pro estúdio.

Sabemos que Adão, durante a primeira infância, morava em uma pensão. Esse dado biográfico nos fez desenvolver uma hipótese que, para esta fase, torna-se bem procedente: nos primeiros anos de sua vida, convivendo com pessoas diversas, desenvolveu habilidade social, como por exemplo, uma boa capacidade de comunicação. Agora, depois de adulto, ele consegue um emprego que considera bom através da indicação de um amigo, e nesse emprego, ele mudou de cargo pelo seu bom relacionamento. Uma pessoa que trabalha com concertos, poderia passar despercebida em um ambiente de trabalho, mas Adão além de fazer suas obrigações, interage com as pessoas, tornando-se conhecido.

Ao atender a ligação de dezenas de pessoas por dia, a voz de Adão fica conhecida por toda a cidade. Nessa época, começo da década de 1980, os rádios portáteis se espalhavam pelas casas sendo, inclusive, muito comum cada pessoa ter o seu pequeno “rádio à pilha”. Ele conta que, entre os ouvintes, chamava sua atenção uma moça que ligava todos os dias para

oferecer uma música: “tinha muita gente que não conseguia contato, ela conseguia sempre ligar, eu perguntei como conseguia, ela disse, é que eu me apaixonei por ti, pela tua voz, eu queria te conhecer”.

Segundo José Guilherme Magnani (1984), os programas com o quadro “ofereça uma música” tem sua gênese nas quermesses. Normalmente organizadas pela comunidade católica, as quermesses eram momentos importantes de lazer. Nelas, o participante poderia oferecer uma música a alguém, sendo então divulgado pelos autofalantes. Quando o rádio se populariza, o costume de oferecer uma música sofre algumas adequações. Passa a ser apresentado em programas diversos com o objetivo de criar interação com o público, havendo um “contato direto e personalizado” (p. 162).

Uma jovem como Tarsila (segunda esposa de Adão) vinda de outro estado do Brasil, ocupando-se em seu dia apenas com os estudos e, o que era raro, possuía telefone em casa, tinha tudo para ser uma assídua ouvinte de rádio. Em linguagem midiática podemos dizer que, aos dezesseis anos ela *seguia* o programa em que Adão trabalhava e sentiu-se motivada no momento em que um dos integrantes, no caso Adão, lhe dedicou uma atenção especial. Esse cenário, levando em consideração a idade de Tarsila, nos faz pensar na hipótese de que Adão, a princípio, era percebido como ídolo. Por isso ele mantém a autoridade depois que eles casam, decidindo sobre seu próprio trabalho e sobre seu lazer. Quando a esposa deixa de ser menina, começa a se contrapor, “bater de frente” em relação a algumas posturas do marido, o casamento acaba.

Ainda sobre o primeiro encontro, Adão conta que marcou de ver a menina, mas como, naquela época, “tomava umas cachacinha,” atrasou-se. Esse relato nos faz lembrar de que, ao descrever o dia em que conheceu sua primeira esposa Tainara, salientou que era uma época em que bebia muito vinho.

Essas pequenas entradas de Adão, durante a entrevista, no tema latente *consumo exagerado de bebida*, ficam mais frequentes na segunda parte da entrevista. Aí, ele mencionará algo sobre consumo de bebida alcoólica em todas as fases de sua vida, até voltar de São Paulo em 1990. Mas chama a atenção o significativo número de vezes em que aborda sobre o consumo enquanto estava casado com Tarsila. Aprofundaremos essa constatação ainda nesta seção.

O fato de namorar, engravidar e rapidamente casar com uma moça de dezesseis anos, pode estar relacionado à condição solitária em que vivia na Radio, em um “quartinho”. Para quem viveu em uma grande família por vinte anos, Adão deveria sentir falta de pessoas em volta e deveria, inclusive, querer novos filhos.

Ao casar, Adão vai trabalhar em uma cidade da Região Metropolitana de Porto Alegre, em uma fábrica de calçados. É provável que ele tenha tido problemas com a família de Tarsila, de modo que morar em outra cidade talvez fosse uma necessidade, caso tenha fugido

com a moça, que era menor de idade. O entrevistado não trata desse momento em que soube que ela estava grávida e tampouco se refere à família de Tarsila.

A opção de morar na região do Vale dos Sinos foi uma estratégia interessante, levando em consideração que precisava de trabalho urgente, tendo a esposa grávida. As fábricas de calçado dessa região, em meados do século XX, dobraram a produção, a partir da venda para todo o mercado nacional. Na década de 1970, quando Adão vai trabalhar numa “fábrica de sapato”, como ele diz, a necessidade de mão de obra era ainda maior. Justamente nesse período, as fábricas entraram no mercado internacional observando-se a cada ano dessa década o crescimento nas exportações (LAGEMANN, 1986).

Ao afirmar que foi difícil conseguir demissão quando resolveu ir embora da fábrica, a reação de seus chefes é resultado dessa demanda de mão de obra. Sobre esse fato, Adão narra: “aí, o chefe disse que eu tinha que pedir pro coronel, que o dono eles chamavam de coronel, aí o Coronel disse: ‘quem pode te botá pra rua é teu chefe, não sou eu’”. Adão segue narrando e conta que só conseguiu ser demitido quando não cumpriu com uma regra importante da empresa que era cortar os cabelos. Quanto ao motivo de não querer trabalhar na fábrica argumenta que não se sentia bem na casa em que morava:

Aí, lá quando eu fui trabalhá, ela tava grávida e não conseguiu pegá serviço. Aí, lá, não conseguia peça pra morá, morava com um casal de evangélicos que não sabia lê, e eu que tinha que lê a bíblia pra eles, todos os dias, de noite. Aí eu cansava, não deu certo, fui na fábrica de calçado pedir as contas.

Adão coloca como condicionante para sair da fábrica e voltar para Porto Alegre a questão da moradia. Ele não tinha condições de pagar o valor de “uma peça” com uma infraestrutura boa. Sua esposa entra nesse relato provavelmente porque ele queria, talvez em sentido latente, deixar claro que se Tarsila trabalhasse teriam mais qualidade de vida. Ela “tinha estudo”, conseguiria um bom trabalho, como de fato, no futuro terá.

É provável que, para além da leitura da bíblia, Adão não estivesse satisfeito com o trabalho em fábrica. Deveria ser um fator estressor, uma vez que não tinha experiência e costumava ter trabalhos mais tranquilos e menos repetitivos.

Voltando para Porto Alegre, Adão alugou uma peça, e mais uma vez é através de sua rede social que consegue um novo emprego: “aí, dali eu fui receber o fundo de garantia que eu tinha na rádio, ainda, pra receber, e encontrei um amigo meu, ele disse: ‘tu não sabe de um casal que queira cuidar de uma casa’”? Adão responde que estava casado e gostaria de assumir o emprego. Assim, ele começa a trabalhar como zelador (caseiro) de uma obra, ganhando uma boa casa para morar em um bairro nobre da cidade.

Tinha gás, tinha tudo de graça lá, não gastava nada, tinha até comida que o outro caseiro que tava lá deixou. Aí fiquemo lá e eu gostava de uma caipira, aí fiquei faceiro, tinha um bar, uma lancheira na frente, na beira da praia lá: “me dá uma

caipira”. Aí, eu parecia um burguês, de perna cruzada, aí voltemo, fomo dormi, e fizemo a janta. No outro dia de manhã, chegaram os cara pra trabalhar: “aí como é que tá te dando aí cara”, tudo bem, “caseiro novo, tá bom aí?” Aí fiquei lá. Tinha uma geriatria de idosos no fundo. Volta e meia eles iam lá, pedir alguém pra mudar as camas, aí eu ia lá de noite, mudar guarda-roupa, mudar coisa e ganhava dinheiro, ganhava banana, fruta que tinha plantado lá. Peguei amizade, fiquei até perto dela ganhá, depois que ela ganhô fiquei mais uns oito mês, fiquei quase dois anos.

À beira do Rio Guaíba, ele sente-se bem e logo “pega” amizade. Adão colhe amizades como quem colhe frutas, o que lhe trás muitas vantagens ao seguir suas estratégias de vida. Na narrativa anterior, e nas demais que abrangem o período de casamento com Tarsila, sempre está presente a temática *consumo de bebida alcoólica*. Todas as vezes que fala que estava trabalhando como zelador e bebendo caipirinha é contado como algo divertido, inclusive quando narra uma das visitas do chefe da obra:

A mulher não bebia, ela ficava lá, e eu de calção e camiseta, bem burguês, deitado na grama. Aí, ele chegou, quando eu vi aquele barulho no portão, fui lá abrir o portão e ele: “E daí? Quando é que eu vou te pegar sóbrio?” Eu disse, quando o senhor chegar de madrugada.

Adão relata que tinha o propósito de parar de beber quando sua filha nascesse, o que de fato o fez, mas por algum tempo. Nesse período, foi concluída a obra em que trabalhava e ele precisou mudar de emprego e moradia. Logo passa a trabalhar em uma empresa de segurança e vai morar em uma favela, próxima ao bairro Centro. Nessa moradia, o casal teve a segunda filha e, logo em seguida, por estarem com bons empregos, conseguiram “sair do morro” como diz Adão, e construir uma nova casa, próxima ao “morro”:

Eu comprei só uma peça com um terreno por quinhentos pila, à prestação. Aí eu fiz uma casa de quatro peça, de compensado. Aí a mulher pegou de chefe lá, pegou de passadeira, mas como ela tinha estudo, pegou de chefe, e eu peguei no transporte de valores, aí eu ganhava bem e fiz uma casa de material. Ela disse: “não, então, eu faço contigo, eu trabalho pra comida e tu trabalha pra fazer a casa”. Tudo bem, aí todo mês eu recebia, ia na madeireira e comprava à vista, não pagava à prestação. Encostava lá e eu mesmo ia fazendo. Numa época, eu ainda pegava outro pra me ajudá.

Nesse período, começa a haver muita desavença entre o casal. Adão, tanto na primeira parte da entrevista como na segunda, faz questão de falar das brigas. É provável que já quisesse, assim, criar um discurso para justificar a posterior separação, sem precisar entrar no tema *consumo exagerado de álcool*, tema, este, provavelmente interligado ao campo temático *uma vida de abandonos afetivos*.

Nossa hipótese, que pelo decorrer dessa seção se fará consistente, é de que para o interesse de apresentação de Adão – *Apesar de ter sofrido muito eu soube tocar o barco, eu soube ajudar a família e os amigos, por isso me sinto injustiçado com o descaso das pessoas* – ao falar do consumo de bebidas alcoólicas, é preciso relacioná-lo a momentos de lazer. Talvez, de forma latente, ele tenha consciência, como demonstra nos últimos minutos da entrevista, de que o consumo de álcool potencializava ações violentas de sua parte.

Mas, em relação ao lazer, é importante focar em um dos ambientes frequentados por ele durante o segundo casamento: o bar “pertinho de casa”. É nesse ambiente que ocorre um dos relatos que o entrevistado utiliza para descrever o quanto Tarsila era ciumenta e racista, motivo pelo qual, segundo o entrevistado, eles brigavam:

Eu tava conversando com um negrão, ela chegou e:

– O que tu qué conversando com esse negro aí?

– Então, minha filha, nós somos todos iguais – eu tava num bar ali pertinho de casa, como daqui até o outro lado da rua, conversando com o negrão, às vezes jogando *snoker* né.

– O que tu qué com o negrão, maloqueiro?

Que ela era bem clara né, ela era paranaense, aí ficava berrando, lá do outro lado!

Bah! E lá eu saía quietinho, e os caras diziam:

– Pô, mas essa mulher dá em ti!

– Não! Não é dá em ti. Se eu der nela vou matar essa praga!

Aí eu disse pra ela: o dia que eu te der um tapa eu vou sair de casa, que eu não quero que as minhas filhas vejam isso. Eu chegava em casa e ela fazia isso, a mulher me fazia desaforo.

O desgosto com a esposa nesse relato parece motivado bem mais pelo “desaforo” de lhe ter dado um *pito* na frente dos amigos do que pelo ciúme que ela apresenta ou o racismo. A *honra* de Adão ficou prejudicada perante os amigos que chegaram à conclusão de que, naquela casa, quem apanhava era ele. Observe que esse fato ocorreu na década de 1980, quando até as mulheres de classe média e alta já estava no mercado de trabalho, dividindo com os maridos as despesas da casa. No entanto, a narrativa de Adão, e estudos como o de Maria Minayo, nos dão a ver a manutenção de traços da sociedade patriarcal de longa duração:

No caso das relações conjugais, a prática cultural do "normal masculino" como a posição do "macho social" apresenta suas atitudes e relações violentas como "atos corretivos". Por isso, em geral, quando acusados, os agressores reconhecem apenas "seus excessos" e não sua função disciplinar da qual se investem em nome de um poder e de uma lei que julgam encarnar. Geralmente quando narram seus comportamentos violentos, os maridos (ou parceiros) costumam dizer que primeiro

buscam "avisar", "conversar" e depois, se não são obedecidos, "batem". Consideram, portanto, que as atitudes e ações de suas mulheres (e por extensão, de suas filhas) estão sempre distantes do comportamento ideal do qual se julgam guardiões e precisam garantir e controlar. (MINAYO, 2005, p. 24)

Traços culturais de longa duração são aqui, nessa narrativa de Adão sobre o bar, contrapostos por novas dinâmicas sociais. Sua esposa ocupa um cargo de chefia no trabalho, enquanto o marido não. Quando ela, que participa parêlho com as despesas da casa, lhe manda sair do bar ele “sai quietinho”, apesar do desaforo. É interessante, a partir dessas constatações, ler a análise de Magnani (1984, p. 29) sobre o universo simbólico de comunidades de periferia de São Paulo:

São em sua maioria constituídas por trabalhadores de baixa renda, de origem rural recente ou remota, inseridos de diferentes maneiras no aparelho produtivo capitalista (...) nessas condições não se pode esperar que seu universo simbólico seja um todo coerente e unitário. Pelo contrário, apresenta-se como um conjunto fragmentado de normas e valores onde coexistem tradições de origem rural, crenças religiosas, conhecimento empíricos, valores próprios da sociedade industrial.

A frequência no bar era uma das escolhas de Adão para o pouco tempo livre que tinha. Magnani, citando o “bar da esquina”, assevera que estudar as poucas horas de lazer que o trabalhador da periferia brasileira tem em seu cotidiano faz-se importante para entender suas percepções e escala de valores. Essa escala já assimila as características complexas das metrópoles, como certa desconfiança diante de algo desconhecido que é a multidão. Todavia, no grupo que cotidianamente se reúne para conversar e beber estão presentes os migrantes, os *interioranos*, que no Brasil da década de 80 ainda são a maioria.

Aqueles que vêm do interior, como Adão, adquirem, em parte, o ar *blasé* da cidade grande, caracterizado pelo que Simmel (2013) chama de “embotamento”, ou seja, a anulação da profusão de coisas percebidas. Por outro lado, com o tempo, também se apreende nas metrópoles as mazelas sociais e os macetes para sobrevivência. Incorpora-se o modo de agir perante pessoas desconhecidas e se assimila novas tecnologias, impensáveis no pequeno mundo rural lá da infância e juventude.

Pois bem, voltemos ao bar. O “bar da esquina” agrega elementos propícios à divagação: ócio, amigos, bebida. Nesse ambiente de sociabilidade boêmia, afloram valores que não combinam com as “configurações sociais complexas do mundo urbano” (CARVALHO, 2014, p. 11). Combinam isto sim, com aquelas quatro paredes e seus frequentadores. O caráter intelectualista que paira na metrópole, no bar costuma ceder àquele pautado pelo sentimento e pelos impulsos (SIMMEL, 2013). Um desses sentimentos, que atravessa os territórios e o tempo, é a necessidade de manter a honra. Uma honra que envolve

elementos das comunidades agrárias, presente no estoque de conhecimento dos frequentadores. Claudia Fonseca assevera que a honra “define a identidade do grupo” (FONSECA, 2004, p. 09). Ao analisar as narrativas de Adão diríamos que a honra se materializa em atos baseados em um “código de honra” criado nessa diversidade de elementos. Thaís Carvalho, pesquisando em processos criminais da Comarca de Pelotas (RS), em relação à década de 1930, chama a atenção para um aspecto do código de honra relacionado à boemia que faz sentido para a análise da biografia de Adão. Ela aborda o direito que o homem tem de passar no bar para descansar. Nesse universo, a embriaguez

traz para o cotidiano dos pobres frequentadores dos bares, o caráter de suspensão das pressões cotidianas e renovação da esperança no futuro. Entre homens, é recriada a utopia de comunhão e abundância, horizonte livre de privações e dificuldades, como se o tempo do trago, do mé ou da cerveja com os amigos significasse uma trégua na luta diária pela sobrevivência. (CARVALHO, 2014, p. 11)

Parece-nos que Adão não consegue essa trégua dentro de casa. Pelo menos até essa fase do segundo casamento, a casa se apresenta nas narrativas como associada a trabalho, construções e melhorias da sua estrutura. A casa para ele também é lugar de cuidados com os filhos e de *passar trabalho* com a esposa ciumenta. Mas, ressaltamos, a maioria das vezes em que Adão fala das casas em que morou, o tema que transversaliza o relato sobre moradia é *trabalho*. Apenas quando morou com o irmão de seu pai se refere a um momento de lazer: ler gibis (o que se relaciona ao resgate da figura do pai como protetor). Nesse sentido, há que considerar a relevância desse tema para um chefe de família de baixa renda, com muitos filhos, em que a preocupação com o bem-estar de todos se faz presente. Além disso, podemos levantar a hipótese de que a relação com o trabalho o gratifica, porque lhe remete à época em que a mãe ainda trabalhava na pensão. A casa da infância era lugar de labuta da mãe e da avó, e pouco descanso. Por isso, ele narra com detalhes as obras que faz nas suas casas, essa é a ligação emocional que apresenta mais forte com elas. Todavia, chega uma hora que as obras acabam:

Quando foi de fazer a laje de concreto encima, foi eu e Tarsila, eu tava de folga, virava concreto embaixo, subia pra cima, descia com um balde e ela puxava com corda pra cima. Fiz a corda, fui na loja, comprei tudo novo, tudo zero. Eu já tinha duas gurias, fiquei um mês só, fiquei só um mês na casa, com tudo novo e me mandei, me separei, não deu pé, era só se desacertar e briga e briga.

Durante o segundo casamento havia estabilidade financeira, Adão aborda esse período com muito orgulho de ter feito uma casa de dois andares, no entanto não permaneceu nela. O que pode ser hipoteticamente pensado é que a construção era a base forte do casamento. As

brigas segundo Adão eram constantes e ele repete várias vezes na entrevista que evitava confronto corporal com a parceira durante os desentendimentos:

Eu sempre dizia: “o dia que eu te der um tapa na cara eu vô embora – e ela não acreditô – porque eu vô acostumá e tu vai gosta”. Não sei se ela gostou, eu sei que eu dei e fui embora. De certo ela gostou porque queria que eu voltasse: “Ó, minha filha, firma que eu trabalhei eu jamais voltarei a trabalhar de novo, segue a tua vida que eu sigo a minha”.

Tudo leva a crer que a reação de Adão de utilizar de violência física pode ter motivado também o fim do primeiro casamento e a distância que os filhos mantêm dele. Chama a atenção que, mais de uma vez na entrevista, o entrevistado reitera que se desse o primeiro tapa sairia de casa. Em sentido latente, possivelmente estão as experiências passadas.

O mito “homem bate e mulher gosta” parece, aqui, naturalizado (SENA, 2011). Pela interação com as esposas e pelas suas relações de amizade com os homens que frequentam o bar “pertinho de casa”. Esses homens deixam bem evidente a Adão que a sua relação com Tarsila está invertida pelo código de honra cristalizado no grupo: “pô, mas essa mulher dá em ti”.

Apesar dos “desaforos” de Tarsila, como por exemplo não respeitar o seu espaço de sociabilidade com os amigos, ele vinha evitando o “primeiro tapa”. Um dos motivos é o cuidado com as filhas. Diz ele à esposa: “o dia que eu te der um tapa eu vou sair de casa, que eu não quero que as minhas filhas vejam isso”. Mais tarde ao narrar o ato de violência contra a mulher ele relata a presença das crianças chorando.

Enquanto pai, uma de suas obrigações é a proteção dos filhos, e de certa forma ele sabe (supomos que até por experiência própria do primeiro casamento) que “a violência entre a mulher e o seu parceiro tem implicações sobre os filhos, seja fisicamente ou emocionalmente” (LUDWIG, 2015). Adão deixa nas entrelinhas sua percepção de que considera o afastamento da família como um extremo cuidado com as filhas. Esse afastamento ocorreu quando sentiu que, de fato, muita violência viria adiante, depois do “primeiro tapa”.

Aí eu dei um tapa nela, as gurias gritaram, choraram, eu me revoltei com aquilo e nunca mais. No outro dia peguei, deixei um bilhete em cima pra ela da cama. Eu tava de folga, ela saiu pra trabalhar, eu botei as gurias na creche. Nós pagava creche né. Botei as gurias na creche, aí tava fazendo a mochila e quando fui leva a mais velha:
 – Ô pai, aonde tu vai com essa mochila?
 – O pai vai levar pra lavar.
 É não deu certo, não deu. Depois a gente se dava com ela, ela morreu. Porque eu bebia né e ela não.

Chama a atenção o fato de que ele muda a temática “ela era brigona” direto para a temática “depois, me dava bem com ela.” Só ao estar nessa segunda temática, quando salienta a posterior relação amigável, é que ele se sente confortável para dizer que o casamento não

deu certo porque, nas palavras dele: “eu bebia e ela não”. Para exemplificar, relata sobre o dia em que Tarsila jogou um litro de vodka dele no lixo, o que gerou uma forte briga.

Logo depois desse relato, Adão, já finalizando a entrevista, afirma que sofreu bastante na vida e emenda com um relato sobre o destino do primo que a avó também criou. Conta que o primo, na juventude, começou a usar drogas ejetáveis, oferecendo, inclusive, para ele. Adão sente orgulho em dizer que não foi por aquele caminho. E é com esse argumento que finaliza a entrevista. Talvez, depois de relatar em relação à bebida enquanto um problema, ele precisasse salientar para a pesquisadora que poderia ser pior. Salientar que ele soube, também, tomar decisões mais acertadas. Por isso, termina a entrevista tranquilo, mantendo seu interesse de apresentação. Afinal, ele trabalhou muito para promover o bem-estar para os filhos, inclusive mantendo-se distante; e agora não valorizam o que fez por eles.

Depois da separação, fazendo o que ele considerava melhor para as crianças, Adão permanece aproximadamente quatro anos sozinho, morando em um hotel, trabalhando como porteiro. Vivencia uma espécie de retiro, sem casa, sem família. No entanto, logo começa a interagir com os moradores e frequentadores do centro da cidade onde se localizava o hotel. Um relato a esse respeito é feito pelo entrevistado ao narrar um episódio ocorrido muitos anos depois. Ele narra o momento em que o irmão da sua filha (por parte de mãe) chegou à sua casa para dar-lhe uma surra e para isto levou outra pessoa junto.

“Ô Vareta, é tu?” Eu conhecia ele da Praça da Alfândega, do tempo que eu trabalhava no hotel, né. Eu ia jogá pife ali na praça, ia jogá dama, e eu conheci ele ali. “Ô Vareta, é tu, pá, não sabia que era tu, desculpa”. E disse pro negrão: “Não vai dá nada, esse é meu amigo há anos, conheço ele, é o Vareta”.

Trocamos o apelido para manter o anonimato, mas é interessante ver como Adão, ao sair de casa começa uma nova vida e é conhecido por outra nomenclatura. E o *Vareta* era muito estimado pelos amigos. Devido ao seu interesse de apresentação, pode ter exagerado em seu relato, mas como se trata de uma narrativa, temos mais evidências de que, mesmo que ele tenha *carregado em alguma cor*, fez boas amizades nesse período. Até porque faz parte de sua forma de se relacionar a boa comunicação no trabalho, no futebol como goleiro, na turma da bicicleta da Vila Nova, no bar “pertinho de casa” ou na Praça da Alfândega.

A praça e mais especificamente o território da praça ocupado pelos jogadores, convidava à sociabilidade. Luciano Pedroso (2007) ao estudar os “agregados sociais” da Praça da Alfândega – incluindo os aposentados, jogadores, engraxates – ressalta os laços de solidariedade que começam pela emoção do jogo partilhado em uma pequena mesa de cimento.

Durante esse período, não sabemos do contato de Adão com os filhos. Ao que tudo indica esses quatro anos representaram um período de certa negação das responsabilidades

que vinha acumulando nos últimos 25 anos. Agora, nem casa ele tinha, embora tenha construído uma de dois andares com suas mãos.

5.2.2.7 Pelas ruas de São Paulo: “eu não vivo de casa”

Adão muda radicalmente de estilo de vida depois de trabalhar aproximadamente quatro anos como porteiro em um hotel renomado de Porto Alegre. Como ele mesmo faz questão de dizer, um hotel que até presidente da república se hospedou. Mas, depois desse período, ele começa um novo negócio e um novo relacionamento com “a mulher que morava comigo lá”. O “lá” a que se refere é o bar que ele e um sócio mantinham:

Eu tinha um bar lá, 24 horas, de *snoker*. Ali a gente ficava dia e noite, eu trabalhava de noite e meu sócio durante o dia né. E aí, eu tinha uma mulher que morava comigo lá, uma doida! Como era um lugar que dá muito travesti, então de noite enche, e tão drogado e bêbado. Ela começou de ciúme com os travesti só porque chegô um travesti loiro lá e passou a mão no meu rosto. Bah! Não prestô! Quebro tudo que era garrafa que tinha lá dentro, dimuliu com tudo:

– Éh! Não sei o que, o que tu qué com esses veado?

– Mas, para guria! Tu tem que tratá o fregueis bem né?

Eu expliquei para ela, mas não adiantô, então aí, sabe de um negócio? Eu desmanchei a sociedade com meu sócio: “Tô indo embora, ela que vá pra onde quisé, eu não quero nada, tô indo embora”. Saí com cem reais no bolso.

Assim, mais uma vez Adão sai, abandona tudo o que já tinha conquistado – materialmente a afetivamente – e vai embora. O motivo, novamente, são as intempestividades de uma companheira. A penúltima, Tarsila, era brigona e racista; a segunda era louca.

Nossa hipótese é de que brigas violentas estimuladas pelo alto consumo de bebidas alcoólicas tenham levado sua primeira esposa a romper o relacionamento. Nos próximos dois casamentos, quando ocorre uma primeira briga que envolva violência física ele prevê o sentimento de abandono e foge, e *se abandona* (ZAGO, 2018).

É importante salientar a importância que Adão atribuiu, durante o primeiro encontro de nossa entrevista, para o ano em que morou em São Paulo. Praticamente metade do tempo (quarenta minutos de uma entrevista de uma hora e vinte e três minutos), desse primeiro dia, ele narrou sobre essa experiência. A viagem encontrava-se nas franjas do campo temático *uma vida de abandonos afetivos* (GURWITSCH, 2009). O tema anterior à viagem a São

Paulo era a presença da filha mais velha na sua vida, a única filha que o visita. Como foi ela quem o acolheu quando voltou de São Paulo, Adão pula do assunto minha filha que me visita para “passei um ano em São Paulo”. É possível que aquelas lembranças, naquele momento, fossem mais fáceis de lidar do que com outras que se apresentavam em sua mente, a partir da abordagem da entrevistadora sugerindo que contasse sobre sua vida. Então, é possível que falar da viagem tenha sido uma porta de entrada para o seu passado. Para organizar suas memórias, foi importante se ater à viagem e sobre ela passamos a analisar.

Dessa vez o destino é fora do Rio Grande do Sul, Adão foi para São Paulo a convite de um amigo que conheceu na época em que trabalhava no hotel. Em São Paulo, Adão passou um ano, trabalhando eventualmente como guardador de carro, e procurando, sempre, emprego como operário da construção civil:

Ia na firma que pediam empregado, eu ia lá:

– Da onde que tu é?

– Ah, eu sô gaúcho.

– Ah, não tem vaga.

Vi um anúncio no jornal e fui até numa obra que precisava de servente, aí o mestre chegô e disse:

– Tu tem os documento aí?

– Tenho – aí, pediu a identidade e a carteira profissional, aí eu dei pra ele.

– Então tá, aguarda que o engenheiro vem aí e já resolve seu caso.

Aí, o engenheiro chegô, eu tava sentado ali e ele não falô nada, foi lá dentro, aí olho minha carteira né, aí veio e:

– O senhor é do Rio Grande do Sul né?

– Sim, de Porto Alegre.

– É, infelizmente as vaga tão preenchida.

Eles não gostavam de gaúcho, o cara, o mestre, que me disse: “esse cara não gosta de gaúcho”.

Adão, na busca de uma nova vida e novo emprego, foi estratégico em escolher São Paulo, uma cidade que vinha acolhendo centenas de migrantes. Durante a expansão econômica da década de 1970, São Paulo apresentou índice elevado de crescimento industrial e de forma interligada, também, houve crescimento na área da construção civil. No final da década de 1980, ainda é forte a representação de São Paulo como um centro econômico dinâmico e expansivo, aberto a quem quer trabalhar (HERRLEIN Jr, 2002). Contudo, a crise econômica nessa década resultou em estagnação da economia brasileira, em especial em São Paulo. A partir da análise de dados IBGE³², se observa que as taxas médias de crescimento da

³² Os dados do IBGE referem-se à Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física, Taxas médias de crescimento, por estados e períodos selecionados, da indústria de transformação no Brasil. (PASSOS; LIMA, 2000).

indústria de transformação entre 1986-89 é de 1,95% no estado de São Paulo, enquanto o Rio Grande do Sul apresentava a taxa média de 2,53% (PASSOS; LIMA, 2000).

A partir desse contexto, poderíamos salientar que Adão, ao chegar a uma cidade tão grande, com tantas obras, mantém a representação daquela urbe como lugar para conseguir emprego. Não percebendo a retração no mercado, e tendo certas experiências com alguns sujeitos que não empregavam gaúchos, ele deduziu que este último era o único motivo pelo qual não conseguia trabalho. Mas sabemos que, na década de 1980, “a evolução do emprego formal global acompanhou estreitamente o desempenho da produção industrial” (BALTAR, 1996, p. 87). Assim, o entrevistado teve como opção apenas serviços informais. Trabalhou como guardador de carro, o que lhe rendeu pouco dinheiro. Contudo, ele contou com apoio de uma instituição, apoio, este, fundamental para o período em que lá permanece.

Aí, fui na Polícia Feminina lá. Ficava durante o dia, só não dormia lá, jantava, fazia a barba, ganhava roupa, ganhava gilete pra fazê a barba, ganhava tudo. Tinha jogo pra gente jogá, tinha horta, quem quisesse trabalhá. Eu ia lá, ajudava na horta, às vezes ajudava na cozinha, fazê comida. Era só homem, e tinha umas mulheres lá, também. Aí seis horas tinha que saí. Aí, um dia que eu tava de aniversário, eu nem lembrava que era meu aniversário, tava atucanado, aí eles botaram lá, no alto-falante lá, me homenageando.

De fato, policiais femininas em São Paulo exerciam basicamente um papel assistencialista. Até a década de 1980, enquanto mantêm-se em pelotões separadas, elas representavam “uma extensão familiar da mãe protetora” (DENARI, 2018). As policiais costumavam trabalhar em abrigos que apoiavam moradores de rua e migrantes como Adão, que estava em busca de trabalho – convivendo com toda a sorte de problemas resultantes de sua vulnerabilidade social e do consumo exagerado de bebidas alcoólicas.

Aí fui assaltado duas vezes, me tiraram um dinheiro que eu tinha ganhado num estacionamento. Depois, outra vez eu tive que entregá o dinheiro lá prum malandro de lá. Eu tava sozinho lá, eu me descontrolei com o cara que foi comigo pra São Paulo, agente discutiu, ele queria arrumá uma prostituta pra sê gigolô e ele começô a fuma droga. Eu: “Ó isso não me serve, fica na tua e eu fico na minha”. Aí me dispersei dele. Aí eu tinha tomado umas cachaça, fui atravessá, ali, a Via Dutra e um carro me pegô. Caí dentro do fusquinha assim, de cabeça, caí no colo do motorista aí me levaram pro hospital (...). Eu sei que fui me informando, eu tava com a cabeça enfaixada fazia mais de dez dias (...) quando eu cheguei lá que eu disse que queria tirá os ponto a guria pergunto:

– O senhor tem a carteirinha da Caixa?

- Que Caixa? Eu não tenho nada, eu não sô daqui, sô lá do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- É tem que tê a carteirinha da Caixa.
- Pois é, mas eu sô morador de rua! Eu só tenho meus documentos – ela pediu meus documentos.
- Tá eu vô abri uma exceção pra ti.

Durante a narrativa sobre esse período em São Paulo, o entrevistado argumenta mais de uma vez que tinha seus documentos. Talvez estes fossem importantes para manter sua identidade. É provável que, ver registrado nos documentos que carregam a sua origem e as profissões que já havia exercido, o mantinha consciente de que não era um “indigente”.

Em nenhum outro momento da entrevista Adão afirma que foi morador de Rua em São Paulo. É possível que durante essa *noesis de recordação* ele ponderasse menos sobre o que deveria contar, afinal, mantém-se absorto com a sequência de fatos lembrados durante a narrativa. Mas ao dizer que é de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul, provavelmente não quer ser confundido com morador de rua permanente, mas como um migrante, um morador circunstancial de rua:

É preciso incluir como população circunstancialmente de rua (“ficar” na rua) os desempregados, trabalhadores informais e migrantes recém-chegados que emergencialmente recorrem aos albergues e instituições e, vez por outra, podem até pernoitar na rua. Segundo uma instituição do Estado, o Cetren, cerca de 80% das pessoas que o procuram são trabalhadores de baixa renda às voltas com problemas de pagamento de aluguel e/ou alimentação e recém-desempregados em busca de trabalho. Todos, portanto, conservando os vínculos familiares e os valores gerais da sociedade. (ASSOCIAÇÃO, 1995)

Cogita-se a hipótese de que Adão considerava, nesse período, o abrigo da Polícia Feminina como sua moradia, seu *habitar*. Mas é possível haver habitação sem repouso diário? Ora, não há dúvidas de que no abrigo ele sentia “bem-estar doméstico”. Esse bem-estar significa “uma necessidade humana fundamental, que está profundamente enraizada em nós e que precisa ser satisfeita, o que permite uma sensação caseira, de intimidade, de privacidade, de domesticidade e de um ambiente aconchegante” (MUSSI; CÔRTE, 2010, p. 235). Habitando durante o dia, Adão sentia-se mais seguro.

Voltar para Porto Alegre depois de tentar, por um ano, conseguir trabalho, poderia vir acompanhado de certo sentimento de fracasso. Mas Adão não menciona esse tipo de emoção, parece convicto de que os paulistas não gostam de gaúchos trabalhando nas obras da construção civil. Esse argumento é suficiente para voltar de cabeça erguida. Ele tem uma

explicação que, baseado na tradicional rivalidade entre gaúchos e paulista, provavelmente foi acolhida entre amigos e parentes.

O vínculo familiar foi fundamental para a volta de Adão. Ao chegar a Porto Alegre, vindo de carona, sem ter economizado absolutamente nada, ele foi acolhido pela sua filha mais velha, a Lisa.

Aqui vale um parêntese para analisarmos a relação de Adão com Lisa. Ela sempre esteve presente na sua vida de uma forma harmoniosa. Atualmente, convive com a nova família de Adão, visitando-os todas as semanas e contribuindo materialmente. Adão não fala do nascimento desta filha. Desse período em que ela nasce o que é narrado é o trabalho e a relação com os pequenos cunhados. Contudo, o nascimento de Lisa dá-se em um período de maior harmonia na família: já se organizou a casa em função dos quatro filhos adotivos. Além disso, Adão ainda não vivia em um processo de desgaste do casamento e de possíveis efeitos do abuso do consumo de bebidas alcoólicas, como a violência doméstica. Assim, a relação de Lisa com o pai não é turbulenta e por ser sua primeira filha deve ter recebido atenção especial. Além da presença do pai e da mãe amparando Lisa em seu crescimento e sociabilidade, ela ainda tinha os irmãos de criação. Eles podem ter sido importantes para essa relação de proteção e afeto que tem para com a família, e por extensão ao pai.

Feito esse parêntese, e retomando a análise da chegada de Adão a Porto Alegre, pergunta-se: por que procurou a filha e não um amigo? Pensando nessa questão é interessante a leitura de Georg Simmel quando ele analisa o conceito de sociabilidade salientando que

amabilidad, cultura, cordialidad y capacidades de atracción de todo tipo deciden sobre el carácter del estar juntos puramente sociable. Pero precisamente porque aquí todo se apoya en las personalidades, éstas no deben acentuar demasiado su individualidad. Donde los intereses, en colaboración o colisión, determinan la forma social, ya se cuidan de que el individuo no presente sus peculiaridades y rasgos únicos de una manera demasiado desenfadada (SIMMEL, 2002).

Adão, embora aceito em vários grupos que se reuniam para beber, jogar pife ou jogar futebol, é à filha que ele procura nesse momento de extrema vulnerabilidade. Talvez se explique justamente por ter compartilhado com Lisa, no passado, sua individualidade através da convivência em uma mesma casa, em família. Segue um trecho de sua narrativa sobre a volta a Porto Alegre:

Na entrada de Porto Alegre, bom, ali tem lotação à noite toda, ali eu pego lotação. Ai eu vim. Bah! Eu tava num fedorão! Já tinha tomado, decerto, três ou quatro banho só, o último caminhão que peguei, o penúltimo e o último não deu pra tomá banho, porque eles não paravam, aí eu digo, bah, vô de lotação, aí peguei a lotação, cheguei no Centro era, era vinte pras seis, aí peguei o ônibus que vai pra MAPA onde mora a minha guria essa mais velha e fui pra lá. Cheguei lá e disse: “Bah! Tô mal. Cheguei de

São Paulo agora”. Ela tinha só duas peças: sala, cozinha, quarto e ela tinha minha neta que era pequena né, aí eu fiquei lá. Eu me sentia mal né. Era só o casal e a gurria da minha filha:

- Tá filha, tenho que saí arrumá serviço.
- Não te preocupa velho, não te preocupa, não, tu não te preocupa.
- Mas eu me preocupo, eu tô mal aqui com vocês.
- O que? Tão te tratando mal, tu tá passando fome?
- Não tô passando fome – aí, eu disse – não, me chama às cinco horas que eu vô saí procurá serviço.
- Tem dinheiro?
- Ah! Tenho uma micharia, mas dá – aí, levantei, ela me chamô cinco horas, que o marido dela saiu, ele levantava às cinco.
- Ô pai vem tomá café – tomei café, aí, ela pegô dez pila e botô no meu bolso.

A acolhida da filha Lisa possibilitou que Adão se recuperasse da experiência de ter de viver na rua, em São Paulo, e não conseguir emprego. Em Porto Alegre, ele já possuía uma rede de amigos e várias experiências profissionais que contribuíram para que não ficasse desempregado.

Depreende-se a partir da análise da biografia de Adão que ele imaginava que seria mais fácil conseguir emprego em São Paulo, então, vivenciou momentos bastante estressantes. Esse contexto deve ter contribuído para o consumo exagerado de bebidas alcólicas que, aliás, seguirá ocorrendo em Porto Alegre por alguns anos. Na narrativa abaixo duas vezes é mencionado o consumo de bebidas, que aumenta a partir de um problema de saúde de Adão. Quando criança ele deslocou o fêmur – não sabemos em que contexto – o que ocasionou um problema crônico na perna.

Eu comecei a sentir dor, segunda-feira era o dia que mais me doía né, então eu ia lá no posto e eles me davam atestado de oito dia. Aí o mestre de obras foi se encarnando: “É! Bebe. Esse bebe a semana toda e segunda-feira tá com ressaca e bota atestado”. Eu digo: Seu Fernando, não é esse o problema, o problema é que eu sinto dor na perna (...). Aí, eu fui fazê a cirurgia. Aí, a mulher que morava comigo lá achô que eu ia ficá deficiente e robô tudo que eu tinha. Fui no médico e quando eu cheguei não tinha nada, ela se mandô, levô tudo , até o rancho que eu tinha feito. Tá, mas aí, lá foi a minha filha, de novo, me apoiá (...). Aí conheci uma gurria lá e eu já caminhava mais ou menos e tomava caipira pra caramba. Eu enchi a cara e fui lá pro Centro, aí arrumei uma dona lá. Já levei pra lá, e ela: “Ah, eu vô te ensiná a caminhá”. Tá, tudo bem, aí ficô lá me tratando. Ela trabalhava num bar, era sergipana, não tinha parente aqui.

Adão recuperou-se com a ajuda da filha Lisa e Carlinda, a nova companheira sergipana com quem foi casado por alguns anos. Nesse ínterim, ele aposentou-se e foi convidado por uma das filhas mais novas a morar na sua casa, em uma cidade da região metropolitana, porque ela morava na residência do marido. Então, Adão e Carlinda aceitaram a oferta. Nesse período, Adão voltou a conviver com a sua primeira família, pois a casa se localizava no terreno da sua ex-mulher. Havia três casas naquele espaço: a primeira, a casa da frente, que pertencia à ex-mulher, no pátio, havia a casa em que Adão foi morar e mais uma ocupada por uma das “pequenas cunhadas” (lembrando que eram três filhos legítimos, duas meninas e um menino, e quatro adotados, os cunhados).

Quando Adão já estava lá estabelecido, seu filho Cidinho, um dos três filhos legítimos, pediu para morar com o pai e Carlinda. A relação entre as casas apresentava uma dinâmica que incomodava Adão, em que a figura da mãe continua sendo central:

Foi meu filho pra lá: “Ô pai eu tô montando uma firma de vigilante, não dá pra mim parar aí? Falei com a mãe, ela disse que podia”. Tá pega uma peça pra ti. Aí, tudo que ele comprava ele não deixava lá, né, ele levava pra mãe dele. A casa dela era do lado da minha, mas leite, e tudo, ele pegava e levava pra mãe, e eu falei pra ele: “Ô Cidinho pra que tu leva o leite pra lá pra tua mãe? Deixa aí, eu não tomo leite, eu tomo café preto, eu não tenho criança, é só eu e a mulher”.

Percebe-se que o entrevistado sente-se incomodado com o vínculo estabelecido entre sua casa e a da ex-mulher. Também se percebe que, de fato, ele volta a interagir com a família com quem viveu aproximadamente vinte anos, mas agora englobando outro sistema de parentesco. Esse sistema, e o convívio estabelecido entre as três casas, poderia restabelecer relações fragilizadas. Era possível fortalecer vínculos afetivos. Mas, de fato, isso não ocorreu, pelo contrário. Com a filha que morava ao lado, por exemplo, Adão se desentende por ele escutar rádio muito alto:

“Éh! Esse som alto aí, pensa que aqui é cabaré?” Bom o guri tava durmindo, eu não sabia. Ela foi lá num ermão por parte da mãe dela, um negrão alto, e mandou ele lá pra dá em mim, pra me matá, de noite, chegou lá e meteu o pé na porta, “por que tu xingô minha irmã?”. Tu tá loco meu?

Pela reação extrema da filha é bem provável que essa não tenha sido a única discussão, o que nos faz pensar que Adão continuava consumindo bebidas alcoólicas e tendo reações pouco sociáveis. Mas a conclusão de Adão de que ela queria lhe matar parece inviável e muito interligada ao seu interesse de apresentação que procura justificar o fato de não ser, hoje em dia, valorizado pelos filhos. É mais provável que ela reclamou para o irmão e este *tomou as dores*, querendo protegê-la.

Apesar da truculência envolvida nesse momento em que o sujeito chega a sua casa para lhe dar uma surra, Adão não se machucou. Ocorre que o irmão da filha foi acompanhado de outro sujeito que se negou a bater em Adão, pois eram amigos do tempo em que jogavam dama na Praça da Alfândega. Então Adão não apanhou, mas passou a ficar com a relação estremecida com a filha. Talvez esse fator tenha contribuído para ele repensar a questão da bebida alcoólica, porque, de fato, irá parar de beber.

Quando a filha diz ao entrevistado que a casa dele parecia um cabaré, talvez essa fala tenha algum significado relacionado à dificuldade de ver o pai morando com outra mulher, bebendo e fazendo festa. A expectativa em relação ao pai, que a criou, era outra. Mas antes de analisar essa hipótese em relação às expectativas de ambos os lados, é preciso salientar que Adão também se indispôs com outros dois filhos:

Aí eu falei pra ele:

– Ó Cidinho, amanhã é o dia que eu tenho que pagá água e luz né, tu me ajuda.

Ele foi lá falá pra mãe dele que eu queria que ele pagasse água e luz sem gastar.

– Como que tu não gasta? Tu toma banho, né, tu liga o som quando chega do serviço, fica o dia todo ligado e eu não falo nada pô! Eu não tô te pedindo pra pagá tudo, então me ajuda né – era duzentos e pouco – então me ajuda com cinquenta pila, daí o resto eu pago.

A mulher, a outra mulher que tava comigo, a sergipana, diz: “Pô isso aí é errado”. Aí ele pegô e saiu de lá, não quis mais, aí foi a minha filha, que tinha me dado a casa, foi lá:

– Ô pai, o senhor sabe que se o senhor tem casa é porque eu lhe dei a casa!

– O que que é?

– Eu que lhe dei a casa, se não é eu o senhor não tinha casa.

– Filha, a partir de hoje a casa é tua, não quero mais. Eu não te pedi casa, eu não vivo de casa.

A reação do filho Cidinho, ao saber que teria de pagar a conta, pode ser analisada em relação a suas expectativas com o pai. Ao pedir para Adão para morar lá começaria ali, talvez, uma tentativa de resgate de afeto, uma vez que Cidinho estava longe do pai faz mais de uma década. Ele provavelmente vai para essa casa para ser acolhido e protegido, mas Adão o trata enquanto um adulto que precisa zelar pelos seus compromissos.

Quando Adão relata a interação com o filho sempre realça a figura da *mãe matriarca*: “Falei com a mãe, ela disse que podia”, “ele foi lá fala pra mãe dele”. O arranjo familiar criado entre as três casas, por muito tempo sem a presença de Adão, torna mais frágil, no presente, a sua figura (HITA, 2014). É possível que a percepção, mesmo que inconsciente, de Adão em relação a essa configuração o deixe frustrado. Mas, se por um lado, ele quer ter autoridade de pai, por outro, não quer ter muitos compromissos. Afinal, ele se encontra

aposentado e junto com sua companheira Carlinda, que segundo ele bebia muito, estava em um momento de aproveitar a vida, depois de muito sofrimento físico.

Observa-se, então, uma configuração de parentesco em um terreno com três moradias, envolvendo diferentes famílias, diferentes representações e construções cotidianas. Os filhos vivenciam o cotidiano partindo do pressuposto de que a mãe é a figura central e que agora contariam com o apoio do pai – aquele da infância, e que, por tanto, agiria como protetor. Pois bem, para as expectativas deles isso não ocorreu. Um pai, na interação com um filho adulto, pode educá-lo mostrando que precisa aprender arcar com suas despesas, mas esse não é o pai da infância, único que conheceram. O resultado desse arranjo doméstico foi a mudança de Adão e a perda de vínculo até o presente com os três filhos.

É interessante a fala do entrevistado ao argumentar com a filha dizendo: “eu não te pedi casa, eu não vivo de casa”. Houve um tempo em que Adão não “vivia de casa”, ele vivia “de casa em casa”. Também houve tempo em que ele viveu sem casa. O fato de que em mais de um momento tenha morado na rua ou na casa dos outros, talvez lhe de suporte pra dizer que não precisa de casa para viver.

O que seria para Adão “viver de casa”? Não sabemos se, no passado, foi exatamente essa expressão que utilizou, mas nos parece que a expressão utilizada por ele retrata bem a sua relação com o ambiente “casa”. Desde a infância ele aprendeu que casa, enquanto espaço de relações domésticas, é lugar de vida e de morte. Suas vivências podem ter influenciado o seu “não apego”. Tanto que a “melhor casa”, a casa sonhada, feita pelas suas mãos, “com tudo novo”, foi abandonada assim que ficou pronta.

Em seu percurso, portanto, Adão vai de *casa em casa*, sem conseguir, muitas vezes, levar junto (seja por antigos traumas ou por condições financeiras) pessoas importantes em sua vida. Mas o viver de casa em casa não significa que não participasse de relações de parentesco. Depois de sair do terreno da ex-mulher, irá morar próximo ao tio Alencar, irmão de sua mãe, e com ele irá interagir novamente. Nessa época, aliás, ele já o chamava de pai.

5.2.2.8 Tempos de *solteirices* e trabalhos escusos: “ai sobró dinheiro a revelia”

No ciclo de vida de Adão, o final da década de 1990 é um período caracterizado pela introspecção e pela busca de maior estabilidade. Adão beira os 60 anos, e essa fase de sua vida não engloba nenhuma companheira. É nesse contexto, que começa a construir só para si uma casa. Se para alguns o sossego vêm com a casa (GUEDES, 2017); para Adão ele já se manifesta durante a construção da moradia.

É provável que o período analisado anteriormente, em que foi morar com os filhos, tendo já a aposentadoria, trouxesse, inicialmente, a sensação de estabilidade. Mas a forma como Adão lidava com o cotidiano (muitas festas, muita bebida, descontroles e desavenças)

não permitiu. A relação conflitiva com a primeira família contribuiu para a instabilidade e, por outro lado, também contribuiu para a decisão de buscar novas alternativas de vida. Entre estas alternativas Adão incluiu não mais consumir bebidas alcoólicas, decisão esta, que se mantém até o momento da entrevista.

Ao voltar para Porto Alegre, depois de se desentender com os filhos, Adão e Carlinda alugaram uma peça na casa de uma senhora. Segundo relato do entrevistado, a locatária estava muito satisfeita com os novos inquilinos. Adão passou a fazer os serviços de concertos de toda a casa. Para ele, era bastante cômodo, porque a senhora abatia o valor de seus trabalhos do aluguel. Contudo, a estada nesse local foi breve: “Fiquei, um ano e pouco lá, aí me separei da Carlinda, que começou a trabalhá e começô a bebê, e eu não tava bebendo mais. Aí, ela foi embora, daí eu fiquei lá e a véia achô ruim. Ela era sozinha e eu sozinho também. Ela: ‘Bah seu Adão, eu gosto muito do senhor, mas, o senhor sozinho não dá’”.

É importante ressaltar que pelo relato, pela primeira vez, não é Adão quem abandona a casa. Supõe-se que aqui sua reação foi conversar com a companheira e os dois decidiram a dinâmica da separação. O casal apresentava cotidianos muito diferentes: ele aposentado e sem beber; ela trabalhando e mantendo-se com o mesmo tipo de sociabilidade de quando se conheceram. Quanto ao fato de Adão parar de beber, não foi narrado sobre o momento em que tomou essa decisão. Mas nenhum relato, referente ao final da década de 1990 em diante, inclui o consumo de bebida alcoólica. Embora tenha vivenciado, posteriormente, momentos difíceis em relação à moradia e renda, ele terá um período de grande estabilidade afetiva que permanece até o presente.

A forma que Adão adotou para buscar a estabilidade não foi trazendo, de pronto, uma nova companheira para casa, como lhe era peculiar. Manteve-se por alguns anos apenas namorando, como ele relata. Nessa época, em que precisa mudar-se da casa da senhora, constrangida com a *solteirice* de Adão, seu tio lhe orientará:

Eu ganhava noventa do INPS,³³ eu já tava aposentado, e eu pagava setenta de aluguel. Aí, fui morará sozinho né. Aí morei um tempo lá, aí fui na casa de um tio meu que morava aqui na Vila Arminda. Aí o meu pai me disse assim, eu chamava ele de pai, né, era meu tio. Ele disse: “ó tem uma mulher ali que morreu e a filha dela qué vendê aquela casinha ali”. Era uma pecinha só (...). Eu disse: “Tá eu vô lá vê”. Aí, a mulher veio, passô lá e disse: “Quero setenta reais”. Eu disse: “É minha, mas tem essa coisa, a senhora faz à prestação”.

³³ Desde 1993, o sistema que engloba saúde e previdência no Brasil é o SUS (Sistema único de Saúde) e não INPS. O SUS foi criado pela Constituição de 1988. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-nacional-de-assistencia-medica-da-previdencia-social-inamps>>. Acesso em: 08.dez.2018.

Adão conta que terminada as poucas prestações, “aí, sobrô dinheiro à revelia”. Não tendo que pagar aluguel, deduzimos que ele considerava que, com a aposentadoria, era possível viver bem.³⁴ Provavelmente não contribuía financeiramente com os filhos, pois não mencionou esse fato e por sobrar dinheiro, subentende-se.

Entre os relacionamentos com mulheres desse período, a uma delas Adão se refere como “amante”. Ao que tudo indica uma amante seria algo mais sério do que as moças com quem ele ficava nos bailes e nas festas. Mas uma amante não era uma namorada, não frequentava a sua casa, ele é quem ia até ela. A casa de Adão passou a ser só dele: “tinha umas quantas mulher que queria morar comigo e eu não, tá bom, sou sozinho, eu saio, eu não tenho hora pra chegá”. Nesse compromisso com ele mesmo, era desnecessária a figura da esposa, que poderia atrapalhar sua solteirice e boa relação com o tio e vizinhos.

Adão frequenta a casa da “amante” que, segundo ele “era muito sem vergonha, ela saia sexta pros bailão e voltava segunda”. Ela deixava a filha deles, de seis anos, sozinha com outra menina de treze anos, filha de outro pai. Esta menina o informou, em um dia em que foi lá pra cuidar da filha: “a mãe disse que vai no juiz pra ti dá a pensão”. Adão na entrevista argumenta: “eu comprava caixa de leite e deixava lá, o governo vai mandar pagar menos, eu tô pagando mais, aí não fui mais, nem sei se ainda moram lá”.

Adão parece ter naturalizado a ideia de que filho, quem cuida e sustenta é a mulher. Cecília McCallum e Vania Bustamante (2012) asseveram que essa naturalização resulta em novas conectividades para além das relações conjugais, com redes de apoio às chamadas “mulheres sozinhas,” até que casem novamente. As dinâmicas que as autoras percebem em um bairro popular de Salvador (BA), também se apresentam entre a rede social de Adão. Um exemplo é a primeira esposa, que teve, inclusive, outro filho, com um novo companheiro.

Ainda em relação à casa de uma só peça, nessa época ele começa a reformá-la: “eu cheguei lá e botei água encanada, aumentei a peça, fiz banheiro dentro de casa, fiz uma cozinha separada que não tinha”. Os anos em que permanece solteiro, reformando a casa, com o tio por perto, talvez tenham sido importantes enquanto momento de estabilidade. Ademais, parecem importantes para que ele iniciasse, posteriormente, um relacionamento estável. É ali, na vila Arminda, na periferia de Porto Alegre, que ele conheceu Marisa, sua esposa há dezoito anos. Sua casa já estava pronta, mas lá Marisa não foi morar:

Eu falei pro cara que passô por lá, eu digo assim:

– Pô! E aquela senhora que tá puxando água ali?

– Aquela ali é minha mulhé, por quê?

– Não, desculpa, é porque ela tá carregando água lá e eu tenho torneira aqui na frente, né.

³⁴ Se corrigirmos os valores pelos índices IPCA de 90,00 (outubro de 1995) teremos o valor de 384,08 (outubro de 2018). Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/servicos/atualizacao-valores/>>. Acesso em 10.dez.2018.

– Não! Ela é minha ex-mulher, não tenho mais nada com ela, mas ela limpa uma louça que é uma beleza, a panela chega a sê um espelho.

Eu digo: “não, mas eu não quero um espelho, eu quero é a mulher”! Aí tá, foi, foi, aí, essa aí começô a ir lá buscá água, ia conversá lá, aí disse que ia jantá lá. Eu disse: “Tá bom, mas tem que fazê a comida”. Porque eu não parava em casa, naquela época eu fazia serviço, como é assim que eu vô dizê, sem ganhá nada. Então sempre tinha reunião, né, aí eu disse pra ela: “olha, eu tenho ora pra saí, mas pra chegá eu não tenho, e é assim, tu mora ali e eu aqui”.

Quando Adão afirma que não tem hora para sair sabemos, pela análise da vida vivenciada, que, nesse período, ele trabalhava em uma Organização da Sociedade Civil. Aliás, só a partir da análise da vida vivenciada (Rosenthal, 2016) foi possível perceber que ele não vivia só da aposentadoria nessa época, o que explica os investimentos na “pecinha”. Quando afirma que sobrava dinheiro “à revelia”, não mencionou o seguinte fato: durante suas atividades na ONG, praticava uma espécie de suborno: “eu arrumava um troco por fora, como é que se diz, é corrupto”. Adão não nos deu essa informação na primeira parte da entrevista, no primeiro dia, apenas disse que trabalhava como voluntário em uma organização.

Note-se que essa unicidade inclusiva da linha de vida está em flagrante contraste com a multiplicidade de "eus" que se descobrem no indivíduo ao encará-lo sob a perspectiva do papel social onde, no caso de a segregação entre papel e audiência estar bem manipulada, ele poderá sustentar com bastante facilidade egos bem diversos e, até certo ponto, pretender que não é mais algo que já foi. (GOFFMAN, p. 58, 1988)

Não parece que Adão intencionasse verbalizar o seu “eu” corrupto. Ele só relatou sobre o suborno para explicar a compra do terreno lá na vila Mafalda, ou seja, foi uma fala sobre um tema em que outro assunto que deveria ser guardado, inadvertidamente é mencionado. Em sua narrativa, esse assunto, esse dado, se fez necessário porque, de forma gestáltica, ele estava imbricado naquela temática em que os filtros, sobre o que ocultar ou não, eram outros (GURWITSCH, 2009).

Somando-se a esse fato, existe um segundo que nos ajuda a entender o porquê de Adão ter dito algo que não fazia parte de seu interesse de apresentação: ele confia no anonimato salientado pela entrevistadora, e ela não faz parte de suas “relações sociais estabelecidas”. Do contrário, “corrupto” poderia tornar-se “má reputação” (GOFFMAN, p. 58, 1988). Então, podemos trabalhar com a perspectiva de que, durante a entrevista, Adão via a sua autobiografia sendo registrada por um gravador e que, mais tarde, haveria uma transcrição em que a “máscara” lhe seria posta, apagar-se-iam os vestígios e viria o anonimato. Ora, a possibilidade de ver sua história contada, sem o perigo de que seja atribuída a ele, pode gerar certa liberdade nas narrativas.

Daí o crescente desejo de um comportamento inadequado quando se usa uma máscara, ou quando se está longe de casa; daí a vontade que algumas pessoas têm de publicar um material revelador de maneira anônima ou de aparecer publicamente diante de uma audiência privada, já que a suposição subjacente é de que o público em geral não estabelecerá uma relação entre eles e o que se tenha feito. (GOFFMAN, p. 58, 1988)

A participação nessa organização, como *voluntário*, dura pouco tempo, mas Adão não relata por quê. É possível que realmente estivesse em busca de uma nova vida, cujo processo iniciou ao ficar um tempo sozinho, próximo ao tio. Quando resolve casar-se com Marisa, abandona a ONG e muda-se da periferia para a região central de Porto Alegre.

5.2.2.9 Marisa na vida de Adão e os dois na Vila Mafalda

- Onde é que mora fulana?
- Ah, te levo lá!
- Não é perigoso?
- Não. Perigoso é em todo o lugar.

No ano 1999, Adão e Marisa decidiram morar juntos em uma nova comunidade, a Vila Mafalda. Considerada como “vila irregular” pelos agentes da Prefeitura de Porto Alegre, essa comunidade localizada em um dos bairros centrais da cidade, não dispunha de infraestrutura urbana. A maioria dos moradores realizava trabalhos informais, tendo escassos recursos financeiros.

Adão conheceu a vila através de um dos filhos de Marisa que lá morava. Foi “por intermédio” desse filho que ele comprou um terreno com apenas duas peças. Nela, inicialmente viviam com poucos recursos financeiros: “quando tava faltando dinheiro eu ia juntar latinha, eu e ela, pegava um carrinho e ia juntar latinha lá, uma região boa, lá”. Pelos relatos posteriores de Adão, o *faltar dinheiro* refere-se às necessidades básicas da família como o gás para cozinhar, por exemplo, e compras necessárias para os cuidados com as duas filhas adotivas, netas de Marisa.

Adão estava há três décadas sem trabalhar na reciclagem. Ao voltar, provavelmente observava a diferença daqueles resíduos descartados. Onde estavam os ossos e a grande quantidade de vidros? Agora, a partir do final do século XX, o que tem valor e merece sua atenção são os metais, papelões e pet. É isso que encontra na sacolinha da vizinha: “às vezes nós passava ali nos chamavam, davam uma sacolinha”. Alimentos e bebidas que até a década de 1970 eram envasados em recipientes retornáveis, como o leite, por exemplo, agora estão ali, na sacola da vizinha, a caminho da reciclagem. São recipientes de plástico, *tetra pak* e

lata. A partir do século XXI, muitos consumidores da região central da cidade realizam cotidianamente a primeira parte do trabalho que, lá na década de 1960, competiria a Adão: separar entre os resíduos sólidos os que são recicláveis.

Os catadores do século XXI sabem o seu papel naquele circuito econômico, social, ambiental, a partir do destino que dão à “sacolinha” que lhe entregam. No caso de Adão, ele não verbaliza durante a entrevista nenhum tipo de humilhação relacionada ao trabalho de catador. Relata esse processo de trabalho da mesma forma que as outras profissões exercidas. É possível que o meio em que foi morar (onde a maioria exercia trabalhos relacionados à coleta de resíduos sólidos) tenha influenciado na sua percepção sobre carrinheiros ou catadores de uma forma não estigmatizada (RINALDI, 2018).

Podemos, então, pensar na transformação do estigma do “papeleiro” ou do “catador” conforme vai se criando uma identidade desse profissional, mas apesar dessa identidade, ainda há certo estereótipo que envolve o *mexer no lixo*. Pela cultura brasileira, o catador não teria escrúpulos de pegar para ele, por exemplo, um banco, praticamente novo, colocado no lixo; já uma pessoa que não tenha o estigma de catador se envergonharia de pegar, mesmo tendo vontade. Erving Goffman aborda as características sociológicas do estigma:

Um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode-se impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus (...). Tendemos a inferir uma série de imperfeições a partir da imperfeição original. (GOFFMAN, p. 08, 1988)

Quem estigmatiza vê imperfeição naquele que revira o lixo e mantém essa perspectiva em relação a outras dimensões do cotidiano: o catador tem casa suja, roupas sujas, seus filhos são sempre sujos. Mas, havemos de convir, Adão não se considera um *chiffonier* e nem um simples papeleiro (SILVA, 2015). A partir de suas experiências passadas, e interação no presente com novos padrões culturais e econômicos do século XXI, envolvendo a indústria da reciclagem, a forma como ele interpreta o trabalho passa longe disso. Tanto ao se referir ao trabalho de catação, realizado por ele em meados do século XX, como ao do início do século XXI, a tônica do relato é a labuta, o empreendedorismo e a freguesia. Um exemplo já referido é o contato com as escolas para a compra do material em ferro dos bondes.

Adão, de fato, não verbaliza percepções negativas quanto ao trabalho que envolve resíduos descartados. É possível que, na década de 1960 (na época utilizando-se de um carrinho de mão para coletar), sentisse o preconceito vindo dos profissionais formais. Uma das formas que criou para lidar com o seu trabalho e o que “transmite de si”, é não tratar o lixo como lixo, e sim como material. É assim que se refere, em sua narrativa, aos resíduos: não utiliza o termo lixo; é vidro, é osso (GOFFMAN, 1988).

Os catadores andam pela rua, tem contato com o que vem das casas, conhecem os vizinhos de classe média por algumas conversas informais e pelos resíduos que descartam. Em seu itinerário a cordialidade e a “inteligência criativa” contribuem para que o catador interpele o vizinho, lhe proponha algo que seja bom para ambos. Ao acompanhar, em sua pesquisa etnográfica, o trabalho de carrinheiros (catadores) de Porto Alegre no ano de 1999, Marco Antônio Natalino observa que:

Em seus itinerários urbanos, é sempre necessário utilizar a astúcia, a inteligência criativa. Inúmeros casos me foram relatados, onde a atitude correta no momento certo, fizeram a diferença entre um dia de trabalho onde se ganha quase nada, e um dia onde se consegue algo de valor. Por ex., Luís me relatou que em uma tarde ele passava com o carrinho na frente de uma casa onde um senhor tentava podar uma árvore. Com educação, Luís lhe perguntou se ele não gostaria que Luís fizesse o serviço, visto que ele poderia levar os galhos aparados no carrinho. Tudo acertado, Luís ganhou em duas horas de trabalho o que ele levaria dois dias para retirar em vendas para ferros-velhos. (NATALINO, 2014, p. 14)

Da relação entre catador e vizinhos surgem os laços de freguesia. Diariamente, às dezoito horas, Adão e sua esposa dirigiam-se para os mesmos edifícios: “nós ia com dois carrinho puxava dois carrinho dos edifícios que a gente era freguês, aí deixava lá e de manhã eu começava a escolher”. A ideia aqui do vocábulo *freguesia* provavelmente refere-se à assiduidade, ao vínculo – hábito que surge da relação entre aquele que precisa descartar e aquele que dará um rumo ao “lixo”. Mas também sugere uma rejeição da ideia de esmola no ato de buscar os resíduos no edifício, uma vez que os catadores sabem que fazem parte de uma rede de reciclagem.

Essa rede de reciclagem é pautada pelo mercado global. As indústrias recicladoras e transformadoras ditam tanto sobre os preços como sobre o que tem valor como produto, de acordo com as regras do mercado global. Essas referências chegam através do atravessador para os catadores, que são a ponta da cadeia. A partir delas, elenca-se a hierarquia de materiais a serem coletados. Bosi chama atenção para o fato de que o valor das mercadorias influenciará o tempo diário de trabalho³⁵. Caso diminua o valor de um ou mais materiais é preciso trabalhar mais (BOSI, 2008). Mas há outras possibilidades. Por vezes, é necessário cogitar a trocar de atravessador ou depósitos compradores (CABALLERO, 2003).

O trabalho de coleta, somado à aposentadoria, permitiu a Adão e Marisa consolidarem uma nova família. Quanto à casa em que moravam, por ser muito pequena foi vendida. Adão

³⁵ Na cidade de São Paulo, a média de tempo observada nas pesquisas de Bosi (2008) foi de oito horas.

comprou outra maior na mesma vila, a partir de uma estratégia baseada no seu *crédito no mercado* por ser aposentado:

O meu enteado foi morar em outra cidade e eu comprei a casa dele. A minha era duas peças, só. Comprei a dele. Ele queria um telefone celular e não tinha condições de comprá, aí eu fui lá, tirei à prestação e troquei com ele pela casa: “vem cá, te dou o celular e tu me dá a casa”. Era bem grande, era duas casa dessa aqui, aí cerquei tudo em roda, foi quando eu comecei a fazer o depósito, aí fui levantando.

De estratégia em estratégia – distinguindo-se aqui o que Natalino (2014) chama de inteligência criativa –, Adão foi “levantando”, de forma a se sobressair na vila Mafalda, uma comunidade, como já informamos, formada majoritariamente por catadores de papel. Quando ele chega nessa vila, já tem uma renda e uma casa e ainda tem alguma experiência como catador (operando veículo de tração humana e animal). Partindo desse conhecimento à mão, Adão empreenderá novamente no circuito da reciclagem. Na década de 1960, quando morava na Vila Titida, ele comprava o material de ferro dos bondes; agora, na Vila Mafalda, tendo um terreno grande, em comparação aos demais, tendo experiência e uma renda mínima como aposentadoria, resolve que, além de ser catador, também seria atravessador.

Quando cheguei lá comecei a juntar papel pra vender, latinha, arrumemo um carrinho, ensinei ela a puxar carrinho, até tarde da noite. Aí fui botando um depósito lá, botei um depósito, aí arrumemo um cara que tinha depósito, um velho lá: “Não eu te do dinheiro pra ti comprá, paga um preço e eu te pago outro”. Trabalhei uns quatro, cinco anos pra ele, comprava e vendia.

O fato de ter sido por alguns anos atravessador, provavelmente modifica a relação de Adão com outros catadores da vila. De forma latente é possível perceber essa diferença quando ele relata sobre o trabalho em seu depósito, necessitando deixar claro à entrevistadora que era muito bom e justo com os catadores:

Eu sei que as pessoas que moravam lá, que eu ajudei muitos lá, muitos eu dei moradia, fiz peça, que não tinham onde morá, e trabalhá comigo lá (...) apareceu um cara lá:

– O senhor é o seu Adão? Disseram que o senhor tá precisando de gente pra puxá carrinho.

– Precisando, precisando eu não tô. Eu tenho carrinho pra trabalhar, só que tem que vender pra mim, não pode vender pros outros – eu tinha uma peça sobrando – ó, te dou essa peça, tu fica aí com tua mulher, tem chuveiro aí, tu toma banho, tem luz, arrumei fogareiro.

– Bah! O senhor é legal.

Adão, apesar de salientar a sua “bondade” deixa claro que para as pessoas que emprestava peças para morar e carrinho precisavam vender para ele. Essa relação prejudica uma das vantagens que o catador tem que é de negociar preço, de ter liberdade para vender para quem lhe pagar melhor (NATALINO, 2014).

Durante o período em que estivera na Vila Mafalda, apenas por alguns anos manteve o depósito porque os frequentes incêndios foram extinguindo com seu negócio. Assim, os laços com os moradores da comunidade estão mais relacionados a uma relação entre pares. Seus vizinhos, em nenhum momento da narrativa são referenciados enquanto concorrentes. Não sabemos da dinâmica entre eles, do itinerário urbano de cada um, mas certamente havia algum tipo de arranjo.

Ao abordar em relação aos vizinhos da antiga vila, Adão dedica-se a narrar momentos do cotidiano do qual sente falta no presente. Consideramos que o tema “minha antiga comunidade na vila Mafalda” é parte da temática “uma vida de abandonos afetivos”. Ao narrar sobre a vila afirma que só lá existiam pessoas com quem ele poderia contar em momentos difíceis (necessidade de um pequeno empréstimo de dinheiro, por exemplo). Na antiga favela era compartilhada, por exemplo a hora do chimarrão, a torcida durante as partidas de futebol e as festas do dia das crianças. No dia da entrevista, mostrando algumas fotografias da antiga vila, Adão afirma: “Fazia as festa aqui, que aqui do lado era a cede! Fazia as festa lá, fazia presépio vivo, aqui era a cede esportiva beneficente Unidos da Vila Mafalda”. Adão ainda complementa:

Tudo gente boa, todo mundo se dava, todo mundo tomava chimarrão junto, brincava, pegava a cabeça dum, xingava, eu xingava uma, ela me xingava: “A, ah caralho! Não quero saber!”. Lá todo mundo se dava, todo mundo se conhecia, um chegava lá procurando:

– Ó, onde é que mora fulana?

– Ah! Te levo lá.

– Não é perigoso?

– Não, perigoso é em todo o lugar.

Depois dos incêndios que atingiram seu terreno, Adão comprou outra casa na vila e voltou a ter apenas a coleta e triagem de resíduos sólidos como complementação de sua aposentadoria. A coleta era necessária devido à presença das filhas adotivas, netas de Marisa. Na província da realidade, a que Adão fazia parte, a criação de netos pela avó é tida como natural, de forma que a dinâmica que se estabelece com as netas de Marisa provavelmente lhe conecta com a ideia de família, de segurança, de estabilidade.

Adão narrou, durante a entrevista sobre uma das vezes em que Lívia, a filha adotiva mais nova, saiu andando pela vila quando era criança: “Ela era sem vergonha, ela fugia pela vila toda lá. Os cara fedendo a maconha: ‘Olha sua filha, seu Adão, aqui tá ela de novo’. Ela

vai fazê quinze anos no mês que vem”. O depoimento em relação à neta se dá em um contexto da entrevista em que o casal entra em um ciclo de recordações a partir da saudade que sentem daquela comunidade da antiga vila. Ao ouvir qual o assunto que Adão relatava em nosso segundo encontro, Marisa, que durante a entrevista mantinha-se em outros cômodos da casa, trouxe fotos para a mesa e os dois, sorrindo e rindo muito, lembraram vários momentos de lazer e de companheirismo entre os vizinhos.

Depois que uma das netas de Marisa saiu de casa para casar, eles adotaram um menino, portanto a família continua tendo quatro integrantes. Ao relatar sobre o tempo em que morou na Vila Mafalda Adão não menciona as outras famílias que teve, nem mesmo os filhos. É possível que tivesse muito pouco contato com eles. Mais uma vez, ao formar uma nova família desvincula-se dos filhos que já tivera. A única exceção é a filha mais velha do primeiro casamento que é mencionada em todas as fases de sua vida. Tendo uma boa relação com Marisa, sua filha frequentava a casa de Adão frequentemente e deu grande apoio quando o casal perdeu todos seus bens no primeiro grande incêndio da Vila Mafalda.

Quando começou o processo de reintegração de posse, com as reuniões entre os representantes da prefeitura e os moradores da vila, Adão foi parte ativa da comunidade que ele considera como parte de sua história. Sendo assim, como interpreta a visão dos agentes da prefeitura que falam em casa nova, em mudança, em novo bairro? Conforme Adão entendia o que lhes era oferecido e o que ele deixaria para trás, começava a elaborar o seu sistema de motivação em relação à remoção, como veremos na próxima seção.

5.2.2.10 A remoção da Vila Mafalda: boa casa, já os vizinhos...

- Ó seu Adão, agora quando nós i mora lá o senhor tem que comprá um carro pro senhor, que lá é tudo mais longe.

- Olha, eu não vou passar a ovo pra compra carro.

Durante os onze anos em que Adão morou na Vila Mafalda, conquistou certa estabilidade nas dimensões: financeira, comunitária e familiar. Todavia, a partir de suas percepções, em relação à moradia a estabilidade, quanto ao espaço da casa, não ocorreu. Tal fato exerceu ascendência na forma como ele interpretou a remoção e o assentamento. Destacaremos, a partir de agora, dois fatores que compõem essa interpretação em relação à remoção e reassentamento.

O primeiro fator diz respeito à ideia que Adão apresenta de moradia relacionada a patrimônio. Ao relatar sobre compras de terrenos e casas na Vila Mafalda, narra um diálogo com um vizinho na época em que lá morava. Nesse diálogo ele afirma: “Isso aqui não é nosso, esse terreno é do Governo, ninguém é dono de nada aqui”. Quando morava na Vila Antoninha

(Lomba do Pinheiro), Adão não aceitou uma proposta para trabalhar em outra cidade porque a Prefeitura lhe tiraria a casa, podemos ter uma ideia de o quanto, naquele contexto, a posse da casa, que mais tarde poderia ser um patrimônio da família, era importante para ele. Então, aos 71 anos, ao surgir a notícia de que seriam removidos da Vila Mafalda e passaria a ser um beneficiário do Demhab, Adão sente segurança quanto ao futuro patrimônio, a partir do que já conhecia dos projetos relacionados a habitação da prefeitura de Porto Alegre.

O segundo fator é a insegurança e o trauma de ver a vila Mafalda pegando fogo diversas vezes, o que o leva a não ter estabilidade em relação à moradia. Os eventos relacionados aos incêndios são constantemente relatados por Adão e podem ter sido chave na hora de pensar em mudança.

Aí queimou a casa, tive prejuízo. No segundo incêndio eu tive um prejuízo de mais de dez mil, saí só com a roupa do corpo, queimou tudo, geladeira, fogão, máquina nova que eu tinha comprado, tudo, não sobrou nada (...) aí deu outro incêndio mas não chegô a atingi a casa, aí tá, livremo. Daí todo o fim de ano dava outro incêndio, não atingiu minha casa de novo, graças a Deus. Aí, eu dei graças a Deus quando a gente veio pra cá, aí a gente veio pra cá e começô a comprá alguma coisa, porque a gente só tinha caco mesmo lá.

A segurança contra os incêndios, o patrimônio de uma casa (mesmo tendo apenas o direito real de uso) levam Adão a considerar a remoção como uma oportunidade para garantir sua estabilidade: tinha uma boa relação com os vizinhos, participava de um arranjo familiar que considerava consolidado, recebia um benefício da previdência social e agora teria uma casa sua. No entanto, passado algum tempo no novo residencial, dá-se conta de que a dinâmica social que havia na antiga vila não se manteve. As redes sociais, que fortaleciam uma dinâmica de cooperação e forte sociabilidade, não se sustentam no novo território.

Com tudo o que a gente passou lá, com incêndio, com água pela canela, com mosquito, com rato, com cobra, quando eu fui pra lá tinha até cobra, tinha até galinhola, aquela que dá no banhado, tinha poucas casa lá, depois é que encheu. Pra mim foi, eu sempre digo, melhor lá do que aqui, lá tu nunca tava sem dinheiro, dum jeito ou doutro, sem robá, o dinheiro aparecia, aparecia um lá: “tenho isso aí, tu que qué vende? Vendo, tá, dinheiro na mão”. Aqui não, pra ti arrumar vinte centavo emprestado não consegue.

Ao organizar o novo cotidiano, o entrevistado foi modificando a percepção em relação à remoção. Ele criou dimensões antes não pensadas, fruto da dinâmica que se estabelece no loteamento do qual é um dos beneficiários. Vejamos algumas características desse contexto.

Através de observação participante no loteamento, através das narrativas de Adão e de leituras em relação à remoção da vila Mafalda (bastante discutida em trabalhos acadêmicos e

nos veículos de comunicação) se observa que, além das casas, da infraestrutura (água, luz, sistema de esgoto) e da pavimentação, o projeto do residencial previu e realmente disponibilizou um galpão de reciclagem, uma creche e um espaço para biblioteca.

Em meio a estes recursos, os moradores chegaram às casas sentindo o valor de viver em um ambiente sem ratos, sem alagamentos e com banheiro. A estrutura elétrica, agora, afastava a possibilidade de incêndios constantes (há registros nos meios de comunicação de sete incêndios na antiga vila). As crianças, no reassentamento, dispunham de pracinha e também das ruas e calçadas pavimentadas para brincar. Na biblioteca havia atividades lúdicas e de leitura todos os dias.

Apesar da transformação positiva aqui descrita, outros aspectos desse contexto conduziram boa parte dos moradores a se desfazerem das casas. Eles não conseguiram manter seu trabalho como catadores, morando longe da região central. Quanto àqueles que, depois de um ano, continuavam no residencial, reclamavam de não ter um centro comunitário, tal como na antiga vila. Também questionavam sobre o galpão de reciclagem – não comportava o número de trabalhadores da comunidade da Vila Mafalda. Alguns conseguiram entrar no circuito de catação no novo bairro, mas a maioria não, pois a região é menos povoada e o espaço já era ocupado por catadores que moravam há mais tempo por ali.

A partir desse contexto cria-se uma nova dinâmica social que incomoda Adão. As relações entre os moradores da comunidade se transformaram. Muitos moradores foram embora, e os que permanecem, segundo ele, mudaram de comportamento.

Eu tenho, tenho instrumento, tenho microfone, tenho tudo. Na época quando nós morava lá nós fazia barulho lá, hoje aqui não tem ninguém que toca, só querem porcaria e droga (...). Aqui foi tudo diferente. No fim de ano, foi só no começo que a gente saía. Os vizinho, aqui, iam abraçar a gente, a gente ia lá, foi só o começo, aí *se acharam!* Conseguiram comprá um carrinho de três pila, aí, acharam que tavam com o rei na barriga, não olha mais pro cara. Eu digo: “Ah se eu tivesse que compra carro eu tinha comprado”. Nunca me interessei, não adianta comprá carro e deixá a barriga lá né. Como tinha um vizinho nosso lá, a comida dele era só ovo. Eles puxavam carrinho, naquela época, depois ele era carpinteiro, ele ganhava dinheiro, mas era só ovo, porque compraram um carro. Quando eles iam fazê churrasco na casa dele era um pedacinho assim pra família toda. Eu ficava olhando. Bah, o cara comprou aquilo ali. Aí a mulher dele falô: “Ó seu Adão, agora quando nós ir mora lá o senhor tem que comprá um carro pro senhor, que lá é tudo mais longe”. Eu digo: “olha eu não vou passar a ovo pra compra carro, eu vou encher minha barriga”.

Quando a temática em sua narrativa eram os incêndios na antiga vila, Adão afirma: “aí, eu dei graças a Deus quando a gente veio pra cá”. Contudo, ao abordar sobre relações sociais, o sentimento de rejeição é o que impera nas narrativas sobre o novo loteamento. Talvez esse sentimento de rejeição prejudique a sua percepção de territorialidade, de se sentir

enquanto parte de uma comunidade, de um território que, embora não possua os laços de vizinhança tão arraigados como antes, está se estruturando. Durante o trabalho de campo foi possível perceber que apesar de Adão só criticar a nova comunidade, mostrando o quanto está deslocado, eles tem um papel fundamental ali que passaremos a explicar.

Percebe-se que os vizinhos novos apresentam uma relação de menos dependência com a comunidade, até porque, para eles, são todos estranhos. Mas Adão não é estranho, todos o conhecem. Ele representa as raízes da comunidade, tanto que, alguns vizinhos com baixa renda, quando precisam de dinheiro é a ele que pedem emprestado. Também a ele confiam as suas correspondências. O carteiro deixa a correspondência para que Adão distribua. Para os vizinhos próximos, ele pessoalmente leva as cartas. Observei, ao enxergá-lo exercendo essa tarefa, que, além de entregar a carta, também conversava. Os moradores mais distantes pegam a correspondência na casa de Adão. Durante a entrevista, algumas vezes estiveram pessoas lá perguntando se havia correspondência.

Apesar dessa interação, Adão relata *coleções* de mágoas. Se um vizinho não o cumprimenta, se uma filha que sempre vinha no seu aniversário dessa vez não veio, ele já se sente rejeitado. Referindo-se a essa filha, que não sabemos de que casamento é, afirma: “vai fazê um ano que não me ligô mais. Eu tô muito preocupado! Se gostá de mim é um favor, se não gostá é dois”. Esse constante sentimento de rejeição nos remete ao campo temático *uma vida de abandonos afetivos*. A sensação do abandono parece se manter desde a infância, mas é provável que essa percepção não mais desestruture sua vida, como antes. Os fortes laços que tem com Marisa e sua família devem influenciar nesse momento. Em relação aos enteados ele afirma: “me tratam mais bem do que o pai deles”. De fato, Adão recebe frequentemente a visita dos enteados ou dos filhos destes.

As narrativas de Adão mostram que, ao passo que vai se deparando com problemas na nova casa, busca soluções por conta própria: “quem fez esse banheiro aí não foi profissional, foi servente, porque se entra pro *box* pra tomá banho, fica com água até a canela, a água em vez de descer no ralo ela volta pra trás, eu já fiz lá, tá bem feito e vou arrumar mais”. Também em relação ao pouco espaço interno da casa ele encontrou uma solução que, aliás, não foi aprovada pelo Demhab:

Eles tiraram a medida lá na antiga vila, e eu pensei: deve ser o mesmo tamanho né. E vimo que era uma caixa de fósforos, quer dizer, e aí pra botar o guri e a guria ali? Botei um beliche, mas não dava, o guri ficava lá perto da lâmpada pra dormir (...). Aí resolvi e fiz lá nos fundo. Aí, veio um cara aqui, ano retrasado ele teve aqui: “É, o senhor tem, o senhor fez alguma coisa lá nos fundos?” Eu fiz, todo o mundo fez né, mas eu acho que eu fui o primeiro, o primeiro a fazer o muro fui eu, os outros que tavam com medo de fazê não fizeram, aí viram que eu fiz. Quando eu terminei o muro, eu tava sentado aqui e a televisão era aqui, eu tava sentado olhando, parou um carro ali, era quase sete horas da noite, eu tava olhando o jornal, desceu uma morena:

– Boa noite. Sou do Demhab, da fiscalização do Demhab. O senhor que fez esse muro aí?

– Sim fui eu.

– Não pode fazer muro aí.

– O que que a senhora tá falando? Não posso por quê?

– Não, o muro tem que ser dessa alturinha, quarenta centímetro.

– A senhora acha que eu vô fazê banco pra eles chegá e sentá na frente do meu portão? Não.

E os cara andavam aí de arma na mão, uma época né, essa hora não podia tá com porta aberta (...). Já mataram um aqui na frente. Vamos que eu não tivesse o muro! Eu tô fazendo uma segurança pra minha família (...). Agora, veio outro sem vergonha que era fiscal da prefeitura, que eu tinha que desmanchar a peça que fiz nos fundos. Não vô desmanchá coisa nenhuma! “Ah, mas é uma área de risco”. Mas se é uma área de risco quem foi que, que boto nós aqui? Não fui eu!

Adão não escolhe o tema tráfico ao narrar sobre sua vida no novo residencial, mas o relato se manifesta relacionado ao tema *minha vida lá na vila era melhor*. Ele afirma que também há traficante na nova comunidade e assevera: “mas, aqui não tem patrão, tem um chinelão aí que se quiserem roubar de ti roubam. Lá, se roubassem na vila, lá, ele botava a corrê, até mandava mata! E mandô, ele era meio assim, ele chegava lá: ‘Olha, fulano tá te incomodando? Me avise’”. O relato deixa clara a diferenciação entre os traficantes, e a forma como Adão interpreta o ser um bom “patrão”, diferente do “chinelão” que não segue condutas de reciprocidade.

De fato, grandes líderes do tráfico em favela no Brasil, costumam apresentar condutas paternalistas, assim como este traficante da Vila Mafalda a que Adão se refere³⁶. Os autores de “Narcotráfico y paternalismo en Río de Janeiro” asseveram que “se reproduce el sentimiento paternalista de los traficantes hacia los habitantes de las favelas, respondiendo con favores a la organización, agradecidos de poder disfrutar de una serie de derechos y servicios que nunca les fueron concedidos” (MAZO; LÓPEZ, 2009).

Pela trajetória de Adão, a partir da remoção da Vila Mafalda, observamos que aquilo que o motivou para aceitar a remoção de forma pacífica é justamente o fator que lhe fará discutir com os representantes do Demhab. Ele se tornou um beneficiário no novo loteamento motivado pela moradia com maior estabilidade. Quando percebe que as coisas não estão dentro de suas expectativas, literalmente coloca as mãos na obra.

³⁶ “El paternalismo tuvo su origen en la segunda mitad del siglo XIX y se caracteriza por una continuidad entre trabajo y vida, a medio camino entre la producción y la reproducción, donde se desarrollan a la vez estrategias de estímulo y coerción generando lazos verticales de lealtad hacia el patrón. El término está cargado de valoraciones que implican calor humano, armonía, privacidad familiar y siempre hace referencia a un pasado idealizado” (MAZO; LÓPEZ, 2009, p. 208).

No segundo dia de entrevista, Adão convida à pesquisadora para ver a “peça dos fundos”. Lá dentro está a filha adotiva. Adão, finalizando seu relato, afirma: “ela vai fazer quinze anos”. Complementa afirmando que ali, em seu quarto, a filha recebe as amigas e fica escutando música. Ao sair de sua casa, a pesquisadora, motivada pelas modificações na casa de Adão, percebe que nenhuma das casas geminadas do novo loteamento, nenhuma mesmo, continua igual à outra.

5.2.2.11 Concluindo o contraste: a interpretação; a ação e as raízes da casa

Quando Adão toma consciência de que terá que se mudar, ele cria uma interpretação, para o evento que se aproxima, influenciada pela sua gênese (SCHÜTZ, 1973). Ganhar uma casa é o significado intencionado, portanto, podemos considerar como “motivo para”. Mas e o “motivo do motivo”, ou seja, o “motivo porquê” qual seria?

É certo que as experiências de Adão, em relação à moradia, estão relacionadas à maneira como interpreta e age no que se refere à remoção. A disposição, a motivação para agir de determinada forma é influenciada pela trajetória e pelo sistema de relevância (Ibidem). No horizonte de possibilidades a que o entrevistado está interligado, subjetiva e intersubjetivamente, ele não interpreta a remoção apenas como uma vantagem, como possibilidade de ter um patrimônio.

Pela abordagem da pesquisa biográfica foi possível chegar à hipótese de que a casa representa muito mais para o entrevistado, ela está relacionada a uma tentativa de consolidação de um processo de estabilidade, deixando para trás períodos de abandono.

Acompanhar, através da biografia de Adão o fenômeno da remoção compulsória possibilitou ver, de forma empírica, o que Schütz (2008) considera como “estrutura temporal do projeto”. A partir da interpretação da remoção, que parte do conhecimento que Adão tem à mão, ele prevê o ato, mas não tem domínio das ações nesse ínterim entre projeto e ato de ter uma casa mais segura, um patrimônio. Analisando o desdobramento temporal de sua representação e interação em relação à casa, observamos a sua agência em um processo de remoção em que os burocratas partem de algo que assumem como dado e normalmente não consideram que os “beneficiários” dos projetos unilaterais tem liberdade para pensar. Ora, pela biografia de Adão acompanhamos “no seu tempo” sua agência nesse processo que começou lá, com a liberdade de querer a casa dos sonhos.

5.2.3 Remoção compulsória: análise do Tipo Exedra - Interpretação da remoção como complementariedade da dinâmica social criada ao longo da vida

No mundo da vida, em um contexto de atitude natural, as pessoas têm suas casas, dão sentido a elas e, por vezes, precisam abandoná-las. Nesse processo, as condições interpretativas variam. Indivíduos que aqui convencionaremos chamar de Tipo Exedra³⁷, ao terem por certo de que serão removidos de suas casas, não consideram esse fenômeno divisor de águas, envolvendo mudanças estruturais em sua vida. A possibilidade de serem beneficiários de uma casa, a partir de algum programa habitacional da Prefeitura Municipal, é vista como algo que fortalecerá a sua estrutura de vida considerada estável.

Qualquer casa, não importa a dimensão, o material ou formato, pode ser analisada enquanto elo entre o morador e o mundo. No entanto, ela também pode ser pensada como reflexo da cultura mais íntima de seus moradores (MALLÉN, 2009). A análise das biografias dos sujeitos que compõem este tipo – interligada à dimensão estruturante da presente tese – possibilita pensar na premissa de que é recorrente entre os entrevistados apresentarem períodos de vulnerabilidade social na infância, caracterizados por instabilidade relacionada ao lar, arranjos familiares e território.

5.2.3.1 Remoção do lar na infância e processos de vulnerabilidade social

Consideramos que a vulnerabilidade social é a predisposição que um indivíduo ou um grupo tem para “ser afetado, em termos físicos, econômicos, políticos ou sociais no caso de ocorrência por um processo ou ação desestruturante de origem natural ou antrópica” (BIRKMANN, 2011, p. 06). Essa predisposição tem como elemento base a capacidade de resposta a partir de uma construção interpretativa que é individual, embora intersubjetiva. A condição interpretativa é um dos elementos, em interação com o ambiente e o contexto social, que torna as representações, ações e interações humanas nem um pouco determinantes (SCHÜTZ, 1979).

A partir do contexto e das vivências dos entrevistados, concordamos com Rubén Kaztman ao relacionar a questão da vulnerabilidade social com a presença ou não de ativos nas comunidades. Essa relação envolve a presença de recursos e oportunidades para utilizá-los: “En rigor, se afirma que los recursos se convierten en activos en la medida que permiten el aprovechamiento de las oportunidades que ofrece el medio a través del mercado, el Estado o la sociedad” (KAZTMAN, 1999, p. 20).

³⁷ Atentamos para o fato de ser utilizada, em algumas partes deste estudo, uma versão resumida dos nomes de ambos os tipos de forma a facilitar a leitura. Portanto estamos aqui nos referindo a:

- Tipo Exedra - Interpretação da remoção como *complementariedade* da dinâmica social criada ao longo da vida;
- Tipo Locus - Interpretação da remoção como *transformação* da dinâmica social criada ao longo da vida.

Em relação às crianças, se a vulnerabilidade é circunstancial e pontual, restringindo-se a problemas de ordem psicológica, relacionados ao ciclo de vida familiar – como a morte de um dos genitores – os ativos da comunidade poderão contribuir para que possam superar os riscos. A interação na escola, o apoio dos vizinhos, o acompanhamento de profissionais de saúde (psicólogo, assistente social) são exemplos de ativos.

Partindo, então, para a análise tipológica, a partir das narrativas biográficas, começemos por apresentar nossa premissa através da biografia de Adão, cujo contraste foi apresentado na seção anterior. Conforme a análise vai avançando, as quatro demais biografias vão se somando.

As narrativas de Adão relacionadas à primeira infância, envolvendo a morte da mãe com tuberculose, estão muito vinculadas ao ambiente do lar, o que pode ter influenciado profundamente na sua inserção no espaço da casa (CERVINI, 1998). Durante a doença materna, é provável que ele não usufruísse da casa enquanto ambiente de estímulos adequados à sua idade e desenvolvimento. Um dos seus relatos, que envolve a moradia, é sobre os momentos em que desejava se aproximar da mãe e não podia devido ao contágio.

Podemos afirmar que Adão vivia em um ambiente de vulnerabilidade familiar na pequena cidade em que morava (SANCHEZ; FERREIRA, 2011). Quando a mãe vem do hospital e permanece em um quarto até sua morte, ele ficou aos cuidados da avó e ela não dispunha de muito tempo. Além de cuidar da filha, a casa em que moravam era, também, uma pequena pensão. Em termos psíquicos, “falhas ambientais” no processo de “instalação no mundo” possibilitam o surgimento de dificuldades de integração espacial. “Pode-se dizer que esta falha, revelada por uma angústia profunda, é sentida como desinstalação e ausência da existência de um meio, como abismo que se abre entre ser e deixar de ser” (CERVINI, 1998, p. 64).

Ao perder a mãe, Adão entra em processo de luto e precisa lidar com a “ausência irreversível de um vínculo provedor de sustentação” (FRANCO; MAZORRA, 2007, p. 504). Sua avó, após a morte da filha, muda completamente de vida, vai trabalhar em uma fazenda, e Adão se afasta da primeira casa da infância, o que pode ter sido positivo nesse processo de luto. Este, envolve um processo de reconstrução e ressignificação de vínculos e crenças que se dá ao longo do desenvolvimento da criança. Conforme vai amadurecendo, conforme vai *experienciando* o tempo, através da memória, retoma a temática da perda e novamente elabora aquela vivência passada (MUSSI; CÔRTE, 2010).

Vejamos a análise de outra narrativa. No caso de Dalva o primeiro luto com o qual teve de lidar, aos quatro anos, foi a perda da casa que incendiou, seguida da morte do pai aos oito anos. Ela recorda da casa – um sobrado de material localizado na pequena propriedade rural da família – como espaço de proteção e de interação, principalmente com o pai, sempre presente em seus relatos.

Eu me criei na roça. Eu já vivia na garupa do meu pai, no colo né, indo pra roça e de lá a gente ia pra casa. Batata, aipim, né, e eu junto. Então era isso aí né, que eu conheci e as coisas de mais alegria que eu gosto até hoje. Então, são essas lembranças de coisa boa e eu lembro, e me lembro que a gente tinha bastante galinha, porco, tinha vaca de leite (...) tinha uma cozinha que tinha fogo, com gancho dependurado que nem eu vejo, aprecio muito olhá ali no parque do Harmonia essas coisa que eu já vivi, né.

Ao fazer uma relação entre passado e presente, Dalva já apresenta algo que foi um dos focos de sua entrevista: mostrar o quanto cultua os costumes e tradições gaúchas. Ela argumenta que os objetos, as canções e modos de trabalho que são mantidos hoje como patrimônio em festejos tradicionais e museus, fizeram parte do seu *mundo da vida* na infância e juventude. Depois de narrar momentos do cotidiano na infância e relatar as características de seu pai, termina o relato sobre esse período dizendo que aquela realidade sumiu, e na sequência aborda sobre o incêndio:

Hoje eu encaixo a história que como foi sumindo aquilo ali, então quando queimô nossa casa tinha muito mel, caixas de mel em favo, banha, toicinho, no sobrado, na casa, que era cheio de caixote. Ali que tava tudo pronto prá sair prá levarem né. E da queima eu não me lembro, me lembro quando a gente já tava morando numa outra casa que era um galpão, lá perto da casa do meu avô.

Esse galpão Dalva não descreve, explica que não lembra bem das coisas. Provavelmente o incêndio e a acomodação geraram lembranças desordenadas, difíceis de organizar. Em relação às perdas, incluindo a casa, são vivências que “despertam sentimentos de angústia, solidão, medo, dor, tristeza, sendo necessário, para o enfrentamento delas, um processo de elaboração, que chamamos de processo de luto” (HISPAGNOL; MARRAS, 2015).

Embora ela não aborde em relação à segunda morada, é bem possível que foi ali, naquele galpão, que começou um processo de armazenar as lembranças do que ela considerou como as “coisas de mais alegria”, que se passaram na primeira casa. A ênfase dada à primeira casa talvez seja porque ela “fechava e protegia” a presença do pai alegre, agricultor e tropeiro, da mãe costurando vestidos de seda, da fartura de alimentos (BACHELARD, 1989).

Em certo momento da entrevista, Dalva relata que o pai tropeava. Era o encarregado de comercializar os produtos produzidos na propriedade da família e também da propriedade de seu avô. Segundo ela, o pai “vinha prá cidade com aqueles burro carregado, que hoje eu vejo só na televisão, aquelas carga, aqueles cesto aquelas coisa assim né. Aí, eu, então, não sei o que separô aquilo da gente, que eu não vi pra onde é que foi, que eu guardo muita recordação”. Como se vê sua percepção, no presente, considera as perdas afetivas que envolvem pessoas e traços culturais.

É possível que o que se “separou” de Dalva e sua família ela tenta manter no presente através do culto ao tradicionalismo gaúcho, na ida aos bailes e eventos tradicionalistas. Esse processo de manter alguns papéis e costumes, relacionados à antiga vida rural, é comum entre pessoas que passaram pelo fenômeno do êxodo rural. No Rio Grande do Sul, grupos específicos, como centros de tradição gaúcha (CTG), elegem elementos a serem preservados a partir, é claro, do sistema de relevância daqueles que compõem o grupo (KONFLANZ, 2013). Dalva identifica-se com essa “seleção”, mas, por outro lado, mantém em sua casa dispositivos de escolha, tendo como parâmetro as vivências de seu pai. A música, por exemplo, que costuma ouvir diariamente, não se restringe às “tradicionalistas” gaúchas, englobando composições brasileiras populares que o pai cantava. Mas as recordações também estão disponíveis em momentos de sociabilidade. Nesse sentido, ela ressalta as visitas a um parque de Porto Alegre que recebe anualmente um evento tradicionalista.

A interação interior-exterior da casa vai compondo o mundo da vida. Atividades sociais nos espaços da cidade influenciam no cotidiano da casa posto que, entre o que entra e sai de calor, frio, memórias, experiências, objetos, pessoas é o que dará sentido às representações que se têm sobre moradia. Entre os entrevistados do Tipo Exedra - Interpretação da remoção como *complementariedade* da dinâmica social criada ao longo da vida, é constante o relato de eventos externos que trazem novos elementos para o que se entende por lar. Um parque, uma praça, são exemplos de ambientes interligados com a casa. As interações que ocorrem nesses ambientes de sociabilidade têm desdobramentos na casa e vice e versa. Além de Dalva podemos trazer aqui o exemplo de Loiva a partir de uma parte de seu relato:

Eu lembro que um dia a gente foi no parque, passeá assim, pra ver meu irmão. Ele tinha fugido e tudo mais, de casa, a gente foi procurá ele. A gente acabou encontrando, e ele tava super bem, né. Tava namorando a minha cunhada, minha ex-cunhada. Tava grávida, da minha sobrinha né, e a gente passou o dia inteiro brincando, fazendo folia. Eu sempre fui mais ligada ao meu irmão do que a minha irmã, sempre era ele, sempre ligada, sempre a ele. Nunca fui muito assim com ela, mais era com ele, ele era mais velho, me protegia mais dela. Mas a gente brincou o dia inteiro, meu pai tava junto, ninguém brigou, ninguém discutiu, minha vó, tudo, a família toda reunida, primo, tio, depois a gente voltou pra casa. A gente conseguiu ir nuns parquinhos que tem ali, jogando, brincando, isso antes de eu ir pro abrigo. Nesse dia a gente brincou e tudo o mais, eu ganhei um ursinho panda, bem grande, e a gente, eu levei pra casa e, quando fui pro abrigo, quando tavam me levando, meu irmão tava em casa, e ele me alcançou e me deu o ursinho. Daí, até uns dezesseis anos eu tinha ele, depois eu perdi, numa mudança assim. Teve um dia que eu cheguei do colégio, que eu não ia muito, então era raro, eu fugia, então, um dia eu cheguei do colégio o conselho tutelar já tava me esperando. Daí, me levaram pra um abrigo, eu acho que era um abrigo do Estado assim, e fiquei um mês, um mês e umas duas semanas, eu acho, sem ver a minha mãe assim, a minha mãe e minha avó.

Loiva estava com oito anos quando ocorreu esse encontro no parque, antes de ser encaminhada para um abrigo pelo Conselho Tutelar. Nessa época, o pai, que era alcoólatra, morava na rua. Ela vivia com sua irmã (seus irmãos eram usuários de droga) e a mãe, nas palavras da entrevistada, é “doente mental”. A casa, localizada na Zona Norte de Porto Alegre, é em terreno próprio dividido com outros parentes.

Essa narrativa de Loiva nos faz pensar na relação *dentro e fora da casa*. O parque se mostra como um ambiente de reconciliação, de interação. Seu irmão passou a frequentar a casa da mãe depois desse evento familiar – o irmão com quem Loiva mais se identificava. É possível, portanto, pensar no ambiente do parque como um ativo da comunidade em que vivem (KAZTMAN, 1999). Mas a presença desse ativo, é certo, não bastaria se a família estivesse em um processo de vulnerabilidade subjetiva. Segundo Inés Reca: “Las condiciones de vida subjetivas de la familia comprenden las motivaciones, intereses, actitudes, valores e ideales de los integrantes del grupo familiar” (RECA, 1996, p. 26). Interessante observar que a família não se resignou com o sumiço do irmão da entrevistada. Utilizam-se dos ativos disponíveis, como o parque, o encontram e retomam o convívio. No futuro, Loiva continuará atenta a esses ativos, fazendo bom uso do que existe em sua volta.

Cabe aqui salientar, pensando ainda no relato de Loiva, as ideias de Tim Ingold, para quem a casa deve ser pensada enquanto “coisa” e não como um “objeto”. A casa é um “agregado de fios vitais” de onde vasam elementos. Nela, pessoas movimentam-se entre ir e volver. Na casa de Loiva, quem sai e quer voltar leva junto algo que simboliza aquela vida, como o urso de pelúcia. Portanto a casa é uma coisa:

A coisa, por sua vez, é um "acontecer", ou melhor, um lugar onde vários aconteces se entrelaçam. Observar uma coisa não é ser trancado do lado de fora, mas ser convidado para a reunião (...). A coisa tem o caráter não de uma entidade fechada para o exterior, que se situa no e contra o mundo, mas de um nó cujos fios constituintes, longe de estarem nele contidos, deixam rastros e são capturados por outros fios noutros nós (INGOLD, 2012, p. 29).

Quanto à *remoção* de Loiva para o abrigo, se observa que, embora vivendo em um ambiente socialmente vulnerável, a separação da família e a saudade da mãe tornaram aquele momento disruptivo. A propósito, o Tipo Exedra (Loiva, Adão, Fátima, Bete) é caracterizado por apresentar pessoas que passam por momentos disruptivos que convencionamos aqui chamar de *remoção do lar na infância*. É possível que essas experiências de vulnerabilidade influenciem na interpretação da política de remoção em que, quando adultos serão envolvidos.

Como dissemos antes, Loiva não apresenta vulnerabilidade subjetiva. A separação da família não impediu que se adaptasse ao abrigo, um lar compartilhado com outras crianças e monitoras.

A gente se levantava, arrumava a cama, eles ensinavam assim, essas coisas assim, né: estendia a cama, tomava banho, ia pro colégio. Depois de duas semanas que eu tava lá, aprendendo tudo isso, eles me inscreveram na aula de natação, que eu era bem gordinha na época, bem mesmo. Daí, eu ia pro colégio, do colégio eu chegava, almoçava, me arrumava, arrumava minhas coisas e ia pra natação. A Kombi, né, do abrigo, levava nós e buscava, até por conta de fugi. Tinha muita fuga assim de criança, né. Depois a gente voltava pra casa, da natação, que era sempre à tarde e tomava banho, se arrumava pra dormir, jantava, olhava TV. Eu lembro que ainda tinha, do tempo da fita, aquelas fitas grandes, aquelas maiorzinhas. Botavam pra nós olhar, que na época não podia olhar né, novela de noite, porque era muitas cenas. A gente olhava, terminava o filme, escovava os dentes e ia dormir. No outro dia, o mesmo ritmo. Bem legal assim, aquela época que eu passei lá.

O que Loiva reconhece como positivo, como “legal”, foi justamente o que não tinha no lar da infância: ordem, rotina. Ali no abrigo, vemos uma casa em que o compasso dos movimentos era previsível e as atividades eram tidas por Loiva como certas. Não havia o que questionar apenas realizar, o que, de certo modo, lhe dava sensação de segurança e descanso, se compararmos com a vida na casa da mãe em que precisava decidir tudo em relação ao seu dia-a-dia, mesmo sendo criança.

Para o sistema de relevância de Loiva, a relação com a mãe continuava sendo a principal referência de lar durante os oito anos em que ficou longe de casa. Embora tenha sido adotada aos oito anos, quando ainda morava no abrigo, ela volta para a casa da mãe pouco tempo depois: “Daí, logo depois eu fugi da casa dela ((da mãe adotiva)), depois de uns meses, fugi e fui pra casa da minha mãe, e aí o juiz deu autorização pra eu voltar pra minha família”.

Bachelard (1989, p. 27) chama a atenção para o aspecto fenomenológico da casa que, ao mesmo tempo em que abriga, sendo “calor inicial” e “matéria bem temperada do paraíso material”, dela o ser “é jogado no mundo”. Para alguns sujeitos esse “jogar-se” ocorre de uma forma “culturalmente natural” de acordo com as regras de sua sociedade, ou seja, amadurece, começa a trabalhar e vai constituir sua própria casa, em um processo de autonomização. Para os sujeitos que compõem o Tipo Exedra - Interpretação da remoção como *complementariedade* da dinâmica social criada ao longo da vida, todos foram “jogados” da casa da infância, passando pela *remoção do lar na infância*. A entrevistada que chamamos de Bete é um exemplo. Quando criança passava o dia trabalhando na rua, até ser encaminhada para um abrigo. Os demais entrevistados (Fátima, Loiva e Adão) precisaram abandonar, de forma abrupta, a sua casa da infância.

Em relação à infância de Adão, além de ficar órfão muito cedo e ir morar na zona rural de sua cidade natal, na adolescência a avó passou a sua guarda para o filho, tio de Adão, que morava em Porto Alegre. É plausível que Adão tenha se sentido novamente abandonado

diante desse ponto de inflexão. Esse estado pode ter influenciado na nova dinâmica familiar, não aceitando a tutela do tio e esposa, buscando alternativas de moradia. Tanto que, pouco tempo depois, ele vai morar com outro tio, dessa vez por parte de pai. Mas, lá também permanece pouco tempo. Dos quinze aos dezoito anos, movimenta-se entre morar na casa de dois tios, tendo também, pela primeira vez, a experiência de morar na rua, como vimos no contraste de Adão (seção 5.2.2), mostrando-se assim um período bastante conturbado.

A relação que Adão estabelece com a tia, casada com o irmão de sua mãe, pode ter contribuído para um tempo de maior estabilidade emocional. O fato de a tia trazê-lo de volta pra casa, depois de uma briga que tiveram, foi um momento importante.

Minha tia me viu lá: “Porque tu não tá mais morando lá? A tua prima tá morando noutra casa com o marido dela”. Aí ela me levô: “Tu nessa sujeira, não sei o que, fedorão”. Pegou um carro de praça e me levou pra casa e lá fez eu tomar banho, me deu sabão: “vai tomar banho de sabão e tirar essa roupa e botar fora”. Aí minha roupa tava lá né, ela me deu, tudo passadinho, aí botei minha roupa.

A *não presença* da prima provavelmente contribuiu para que se criasse um ambiente favorável para Adão fortalecer os vínculos com os tios. Por quase dois anos se mantém junto ao casal, na mesma moradia, e só depois de casar muda-se novamente. Esse casamento durou por dezenove anos.

As narrativas de Adão sobre o período que antecede a mudança para Porto Alegre – em que se percebe a segurança familiar junto à avó e boa sociabilidade – nos faz pensar que a posterior inconstância na juventude em relação à moradia relaciona-se ao sentimento de abandono da infância, potencializado pelo ato da avó de “entrega” de sua guarda para o tio. Este foi um momento de *remoção do lar na infância*.

A forma como o tio vê a sua moradia no bairro Teresópolis, em Porto Alegre, não é a mesma que Adão. A representação de *casa* não se dá a priori. O objeto *casa* contrapõe com “um vasto pano de fundo” em que transitam as memórias (MERLEAU-PONTY, 2012, p. IX). A casa do tio, agora deveria ser o lar de Adão em que poderia despojar-se das armaduras e confiar àquelas paredes o seu descanso, os seus sonhos o “sentido e o ordenamento que ele estabelece para o mundo” (CERVINI, 1998). Ali naquele espaço deveria se dar a interação com uma família que poderia chamar de sua. Mas o “pano de fundo,” que são suas memórias, sustentam as paredes daquela casa em uma concepção espacial em forma de labirinto, levando Adão a hesitar em relação ao seu lugar de morada. Para além da estrutura da casa está a rua, a cidade, também espaços labirínticos (MONTEIRO, 2015). São espaços complexos, difíceis de orientar para quem vem de uma pequena cidade de arquitetura horizontal, de campos a perder de vista em que só a torre da igreja se sobressai.

A cidade solicita o ser humano no sentido de fazê-lo habitar na experiência de oscilação entre a pertença e o desenraizamento. Viver nas grandes cidades pode ser

uma experiência extremamente angustiante, basicamente se na instalação primária tiver ocorrido falhas na confiabilidade do ambiente e se elas tiverem se constituído em ameaça na continuidade de existência de um indivíduo. (CERVINI, 1998, p. 65)

A dificuldade de adaptação certamente pode ser analisada em relação à mudança brusca do ambiente rural para uma metrópole. Esse processo, na família de Adão, inicia com seu tio Omar e pode ser analisado a partir de um fenômeno social estruturante dessa época que foi o êxodo rural. Se pensarmos bem, o processo inicia muito antes, com a migração da avó para uma cidade próxima à capital, seguida da migração do filho para Porto Alegre. Normalmente o êxodo não ocorre direto para as cidades grandes. Os trabalhadores buscam moradia e trabalho nos municípios lindeiros à propriedade rural em que trabalhavam. No caso de Omar, a capital do estado era muito próxima, facilitando a migração.

Assim, em meados da década de 1950, quando Adão chega a Porto Alegre (a cidade na qual viverá grande parte de sua vida), muitos migrantes e imigrantes ali moravam, contribuindo para complexificar processos econômicos e sociais e densificar espaços até então rurais, nas franjas da capital, como o bairro em que o tio Omar morava.

Além de Adão, tanto Dalva como Fátima, passaram pelo fenômeno do êxodo Rural. Dalva vivenciou na vida adulta, mas Fátima, que analisaremos agora, vivenciou esse processo aos nove anos. Filha de um casal dono de uma pequena propriedade agrícola, ela e seus oito irmãos tiveram uma infância estável, inclusive em relação à moradia. Fátima relata:

Fomos criados com fartura graças a Deus, aquelas cuca, aqueles porco, leitão assado com cuca coisa bem boa (...). A gente se criou trabalhando sempre, não na roça, que tinha um que ia passar o arado lá, mas meus irmão mais velho que tavam em casa ajudavam pra plantar amendoim, o pai plantava milho e levava pro engenho e trocava por arroz (...). Da minha primeira infância eu vim prá cá, prá Porto Alegre com nove anos, que eu vim. Nasci em Arguim mas eu vim prá Porto Alegre com nove anos, então não convivi muito com a minha mãe, convivi mais com a minha irmã aqui, em Porto Alegre, a minha irmã mais velha, que ela casou e ele trabalhava a noite né e tirava curso. Prá ela não ficar sozinha eu vim para cá.

Fátima narra detalhes de sua vida na infância pra mostrar o quanto era feliz. Já em relação à época em que morou com a irmã, o relato é focado nas tarefas fora de casa, como estudo e trabalho, pouco falando da relação com a tia e tio e do cotidiano em sua casa.

Tanto para Fátima como para Dalva, a casa da infância pode ser vista como “um espaço que retém o tempo”, como diz Bachelard (1989). Segundo ele, a casa da infância se torna “memórias vividas”, inclusive dos elementos imaginários.

Pelo relato de Fátima, foi de sua família a decisão de que iria para a capital, morar com a irmã mais velha. Esta, não tinha filhos, precisava de companhia. Sabemos, contudo,

que seus pais tinham poucos recursos para uma família de nove filhos. É possível que a mudança de Fátima também seja motivada pelo fator financeiro presente no contexto da família.

Para contextualizarmos a migração de Adão e Fátima, ambos nascidos em 1940, é interessante utilizar a categoria migração. Nesse sentido, a seguinte pesquisa aponta para processos sociais importantes, relacionando migração à fragmentação da identidade.

O processo migratório é característico da história humana no seu movimento expansivo. Porém, como em geral se dá de um local periférico para outro central, por questões econômicas, já vinculadas e mescladas a uma valoração do centro em detrimento da periferia, tal processo coloca o migrante diante de dois destinos que se entrecruzam: a riqueza do contato com a alteridade – própria e do outro – , para além de identidades fixas, e a exclusão associada ao desejo de inclusão. (...) A exclusão que sofre o migrante, em função de ser portador de algo que resiste à representação dada na linguagem e no pensamento próprios à nova morada, nos remete à possível dissociação do sujeito humano, quando, para se instalar na cultura, abandona partes de si mesmo. (BORGES & MARTINS, 2004, p. 131)

Tanto Adão quanto Fátima lidaram com a remoção do lar na infância, com a fragmentação da identidade e o sentimento de abandono ainda muito jovens, o que pode ter contribuído para potencializar esses sentimentos. Adão apresenta hesitação em relação à morada da juventude, sendo bastante inconstante o tempo que permaneceu na casa de cada tio. Uma das narrativas de Fátima nos dá a ver as dificuldades que teve para se adaptar à nova cultura, à cultura da cidade: “Tinha uma camioneta que distribuía leite, que a gente comprava o leite, e a minha tia disse: ‘vá lá buscá, na vaquinha’. Cheguei lá não vi nenhuma vaquinha, vi uma camioneta e vim embora. Eu achei que era vaquinha, que eles tirava leite da vaca, né”.

Mudar-se para a metrópole coloca Fátima e Adão frente aos dois extremos a que Simmel se refere: manter os traços únicos, próprios de cada um, carregados de uma simbologia do mundo rural, e nivelar-se dentro da sociedade (SIMMEL, 2013).

Na adolescência Fátima teve também de se adaptar a conviver em duas casas diariamente, uma era a casa da tia; a outra a casa em que passava o dia trabalhando como babá: “Eu cuidava era de criança. Era uma criança cuidando de outra criança. Não tinha muito serviço para fazer, mas era responsável de levar os guri no colégio, buscar os guri, os menino no colégio”.

O fato de ter que trabalhar como babá, não era algo visto como negativo para as famílias de baixa renda. Viver em uma *casa de família* era, e ainda é considerado bom para que as meninas aprendam uma profissão em um ambiente em que são mantidos os costumes e a moral, sem ficar perambulando pela rua (RIZZINI; FONSECA, 2000). No entanto, se

percebe pelo depoimento que Fátima, no presente, reconhece que estava envolvida em um contexto de trabalho infantil, assim como Bete, de quem agora nos ocupamos a abordar.

Nossa jovem entrevistada, a Bete, nascida em 1991, quando criança morava com a mãe e os irmãos. O relato desse período nos dá a ver as dificuldades financeiras da família e como ela, desde pequena, se envolveu nesse contexto através do trabalho:

Eu morava com a minha mãe, eu não tinha nem filho, tinha só meu irmão e a minha mãe e as minhas irmã. Eu não tinha nenhum filho antes. Eu puxava carrinho também, assim, quando era assim pequena, de guriazinha né, puxava carrinho, ajudava a minha mãe, limpava a casa prá ela, eu, fui eu que botava comida dentro de casa.

Em seu relato há dois fatores que chamam a atenção. O primeiro é a responsabilidade de Bete em contribuir com o sustento da casa, quando ainda não completara doze anos. Ela passou boa parte de sua infância na rua, trabalhando como catadora. O segundo aspecto diz respeito ao fato de ter dito duas vezes que não tinha filhos nessa época. Como a entrevistadora havia solicitado que falasse de sua infância não ficou clara essa afirmação, parecia muito confuso Bete dizer: “não tinha nenhum filho antes” quando esse “antes” referia-se à infância. Apenas durante outra narrativa, quando ela muda de temática e passa a falar dos filhos, é que foi possível entender melhor esse período da infância.

Entrevistadora: e como é que foi, assim, com a tua filha? Como é que tu conheceu o teu marido, o pai da tua filha?

Bete: o pai da minha, dessa que eu perdi?

Entrevistadora: É pode ser primeiro, pode ser (entrevistadora, até então não sabia que ela havia tido um primeiro filho e que perdera).

Bete: O pai dessa filha que eu perdi eu conheci foi na vila Clara. Eu andei com ele, aí ele me engravidô. Ai, como me incomodei com o Conselho Tutelar! Eu era bem novinha, eu me incomodei um tempo com Conselho Tutelar, fui até prum abrigo porque o, ele era mais velho que eu, dava prá sê meu pai, né. Eu tinha uns doze anos, eu era uma criança. Daí, eu que quis ficá com ele. Não foi ninguém que mandô. A minha mãe foi quase foi presa por causa de mim. Daí, eu disse pro juiz: "Não! É eu que quis ficá com ele". Não ia deixá minha mãe presa por causa de mim, né. Daí, o que que deu? Aí eu fui prum abrigo, ele foi preso. Deu bah! Uma incomodação que deu. Olha, tudo por causa disso aí. Por isso que até hoje eu digo prá minha filha se cuidá, não, não tê esse poblema como eu, tá? Eu era guriazinha, minha vida era assim ó, não era muito boa, não era muito boa, era daquelas assim que, não era aquela assim: ó a gente dizê assim "Ah era boa a vida". Não era boa prá mim, prá mim não era porque bah! Eu passei muito trabaio, e eu puxava com chuva, chuva! Chegava o dia assim ó, eu puxava com chuva e eu não deixava faltá nada.

Com doze anos, antes de engravidar, Bete comandava sua vida. O seu percurso pela cidade era livre de cerceamento e cuidados por parte da família. Moradora de uma favela da zona norte de Porto Alegre, as suas condições de vida são influenciadas por um contexto de segregação espacial. Bete não contava com uma série de ativos (moradia adequada, apoio socioeducativo) que poderiam ter contribuído para que pudesse ter uma infância com melhor qualidade de vida e menos situações de risco, incluindo a isenção da entrada precoce no mundo do trabalho (KAZTMAN, 1999; CARVALHO, 2004).

No Brasil, projetos voltados à erradicação do trabalho infantil ganharam fôlego a partir dos anos 1990, década em que Bete nasceu. Contudo, tiveram uma ação pontual, não repercutiram em transformações estruturais frente ao grande número de crianças trabalhadoras. Inaiá Carvalho, ao estudar o PETI, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, e suas repercussões na Bahia, assevera: crianças que trabalham costumam continuar indo à escola, porém trabalho infantil está “associado à repetência, à defasagem idade/série e a um atraso cumulativo que levam ao abandono da escola com baixos níveis de escolaridade” (CARVALHO, 2004, p. 55).

No caso de Bete, ela, de fato, frequentava a escola, mas abandonou em definitivo depois de engravidar prematuramente. Em sua biografia, o grau de defasagem idade/série pode ser cogitado uma vez que, no contexto da entrevista, ela pretendia voltar a estudar para aprender a ler e escrever.

Na infância, Bete assume o trabalho de catadora, contribuindo para o sustento da casa. Ela assume também total liberdade que, normalmente não é permitida nessa etapa da vida. Crianças não tem maturidade, experiências e não dominam o que Alfred Schütz chama de pauta cultural de um endogrupo para que, assim, possam interagir com mais segurança na província da realidade a qual fazem parte (SCHÜTZ, 2003).

Pela narrativa de Bete, percebe-se que os macetes do trabalho ela aprendeu rapidamente, mas no que tange a relacionamentos, englobando atividade sexual, o processo foi mais complexo. A sexualidade faz parte de um rol de conhecimentos não instantâneos, que em muitas famílias e escolas não estão à disposição em diálogos abertos, uma vez que envolvem tabus. Bete deixa nas entrelinhas o fato da mãe não conversar com ela sobre sexo. Percebe-se quando ela diz mais de uma vez que não tinha conhecimento sobre relações sexuais e, por isso, teve problemas e, agora, costuma falar abertamente sobre esse tema com a filha.

Concluindo essa seção em que nos debruçamos sobre a infância dos sujeitos Tipo Exedra - Interpretação da remoção como *complementariedade* da dinâmica social criada ao longo da vida, podemos chegar à seguinte premissa: suas experiências possivelmente criaram uma relação mais fluida com o que consideram uma moradia, um lar. A partir de seu estoque de conhecimento significam a casa como algo que não é para sempre, e quem nelas morará

também não. Uma criança que vivencia a *remoção do lar na infância*, que perde o pai ou a mãe, ou um filho, como é o caso de Bete, passa a ter uma relação diferente com a casa, tende a reconhecê-la não apenas como espaço de proteção e descanso, mas também como lugar de perda e sofrimento.

5.2.3.2 Família, casa, sossegos e descontroles

As condições interpretativas que os indivíduos do Tipo Exedra apresentam para lidar com a remoção compulsória podem ser analisadas a partir da inter-relação entre as dimensões:

- Casa;
- Agência Criativa;
- Arranjos Familiares.

Essa inter-relação é aqui pensada no sentido de que, através de uma agência criativa (Mc CALLUM; BUSTAMANTE, 2012), cria-se um arranjo familiar específico e uma estrutura física que vai a ele se moldando (SARTI, 2004). Esse arranjo influencia nas vivências junto à casa que inclui a formação de uma rotina *consensuada*, dependente do contexto socioeconômico no passado e no presente (SCHÜTZ, 1973).

Momentos disruptivos da infância, aqui analisados, também compõem o estoque de conhecimento das pessoas, e assim contribuem para que os significados de família e moradia não sejam nem um pouco linear na vida adulta e na formação de arranjos familiares, como podemos observar, por exemplo, na biografia de Adão.

Adão, embora tenha vindo também do interior, oriundo de uma família pobre, terá uma vida mais abastada nos primeiros anos, em Porto Alegre. Contudo, depois do seu casamento, viverá em uma vila de famílias de baixa renda. Ao assumir a guarda dos irmãos de sua esposa, que haviam ficado órfãos, vai morar na casa de sua sogra falecida, no início da década de 1960. A casa localizava-se em uma comunidade que aqui chamamos de Vila Titida³⁸. Lá, não havia água encanada e nenhum tipo de saneamento básico, sendo as ruas compostas por numerosos becos de chão batido. A maioria das casas era feita precariamente com madeira, sem pintura. Era uma das chamadas “vilas de maloca”, uma comunidade com mais de 500 residências, próximas ao centro de Porto Alegre³⁹, cujas famílias, mais tarde, serão encaminhadas para a Vila Restinga (ZAMBONI, 2009).

É sabido que muitos dos que se encaminhavam para morar em locais como a Vila Titida são pessoas que chegaram com poucas economias em Porto Alegre e, por não

³⁸ Lembrando que todos os nomes das vilas foram trocados. Mantemos, contudo, o nome da capital, Porto Alegre, e dos bairros em que os entrevistados moraram.

³⁹ Mantemos aqui as características da vila a partir de análise em documentos e bibliografia sobre o tema. Apenas não identificamos o nome para preservar o anonimato do entrevistado.

conseguirem emprego ou receber baixos salários, optavam em viver em favelas. Como salienta Licia Valladares, essas comunidades “constituíam uma resposta popular e eficaz para a questão do déficit de moradias nas grandes metrópoles em fase de urbanização” (VALLADARES, 2000, p. 3322).

Em 1966, o DMHAB realizou uma pesquisa através de questionários com moradores de todas as “vilas de malocas” de Porto Alegre. Eram 56 agrupamentos com o total de 13.588 casas.⁴⁰ Das famílias, 68,8% viviam com uma receita inferior a dois salários mínimos, o que no relatório é chamado de “baixo poder aquisitivo do marginal”. A percentagem maior de indivíduos entrevistados corresponde a diaristas e operários sem especialização:

Operários – 34,15%
 Domésticas – 21,75%
 Pedreiros – 10,1%
 Biscateiros – 7,25

Nessa pesquisa, informa que a média de pessoas por família era de cinco e a média de filhos por agrupamento era de três, “número bastante reduzido, tendo em vista o conceito sociológico de que as famílias numerosas são provenientes das populações pobres” (PREFEITURA, 1966). O índice de escolaridade infantil é bem elevado, entre 10.572 crianças e adolescentes, 8.476 frequentavam a escola. As crianças que não frequentavam a escola, junto com adultos desempregados eram consideradas “as grandes causas das perturbações sociais desses agrupamentos irregulares, resultando alguns destes centros como foco de delinquência e meretrício” (Ibidem).

O que é considerado delinquência entre adultos, por vezes faz parte de estratégias de sobrevivência e de lazer, como frequentar os botecos e as calçadas dos botecos que havia na vila. Quanto ao fato mencionado no documento – encontrar crianças na rua – há que levar em consideração os costumes daquela época que não se restringiam às favelas. Transitando pelos espaços públicos, as crianças das vilas não necessariamente levavam em conta o limite *consensuado* entre “vila de malocas” e cidade urbanizada, sendo frequente a interação com os demais moradores do bairro, seja pra pedir trabalho, esmola ou para brincar. Através de uma documentação do Juizado de Direito da Primeira Vara Criminal, em uma autuação do ano de 1950, podemos perceber a interação e o confronto entre “maloqueiros e civilizados”:

Queixa Crime: Nicolau Rodrigues Garcia, brasileiro, casado, empregado da turma da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (...) queixa crime contra: Herondina Munhoz

⁴⁰ É interessante ressaltar que esse levantamento foi realizado visando informações para posterior realização de projetos de remoção de várias comunidades para a periferia da cidade. Contudo, sete anos depois, em 1973, apesar das remoções, havia 124 núcleos irregulares em Porto Alegre (ALFONSIN, 2000, p. 145).

Vieira, brasileira, doméstica, casada residente nas malocas em frente à Rua Frederico Mentz, pelo fato de haver dirigido pesadas ofensas à esposa do peticionário (...).

Depoimento de Cândida: “Quando procurava, no dia oito deste mês de dezembro, às 16 horas aproximadamente, em sua residência, corrigir seu filho, o menor Telmo, de doze anos de idade, que pouco antes estivera jogando bola de gude com outro menor, morador nas malocas e exortava o dito menor a não folgar com companheiros viciados, procedentes das malocas, foi injuriada por Herondina. Esta, julgando-se ofendida, por ser moradora da maloca, em altas vozes declarou que a queixosa, dentro de breves dias também estaria habitando malocas como ‘vagabunda prostituta, mulher à toa (...) não contente, terminou por agredir a queixosa atirando-lhe três pedras de tijolo, tendo estes atingido as pernas e pés da queixosa.

Termo de Declaração – Acusada: Herondina Munhoz Vieira, cor mista, com 52 anos de idade (sete filhos) natural de Lavras, profissão – costureira, instrução primária.

Herondina afirma: “Dona Cândida que é mulher de gênio violento [depois de achar seu filho e espancá-lo] (...) passou a ofender sem mais nem menos todos os vizinhos das malocas das redondezas, inclusive a declarante, taxando todos de maloqueiros e maloqueiras, de sem vergonha e vagabundos”.⁴¹

É interessante observar que, já no ano de 1950, estava consolidada certa representação de maloca que até hoje é empregada em Porto Alegre. A princípio, era local de moradia, de pessoas pobres da cidade. Conforme vão crescendo, se consolidando como um espaço diferenciado à margem da cidade urbanizada (sem endereço, sem infraestrutura), seus moradores passam a ser vistos como “marginalizados” e até mesmo como “vagabundos”. Enfim, são pessoas cujo convívio deveria ser evitado pelos “civilizados”. Essa representação, de certa forma, também é absorvida pelos moradores das vilas populares, o que se percebe quando Herondina diz que Cândida logo estaria habitando uma maloca, “como vagabunda, prostituta que era”.

Contudo, ao mesmo tempo em que surge o estigma em relação ao morador das vilas (GOFFMAN, 1988), estes, por sua vez, também criam terminologias para definir quem não é um deles. Se recordarmos o relato do jornalista do Diário de Notícias, no ano de 1958, quando visita a vila Mato Sampaio (ver introdução da tese), veremos que ele aborda sobre uma moradora que pergunta quem eram aqueles “estranja”, referindo-se a ele e ao fotógrafo. Observa-se, também, que um dos moradores, o polaco, não quer dizer seu nome: “Tu para, oh

⁴¹ Juizado de Direito da Primeira Vara Criminal. Ano: 1950, n. 159, folha 01, escrivão: Coraldino S. Oliveira. Queixa Crime- Autuação: 17/05/1950. Arquivo do Estado do Rio Grande do Sul, maço n. 10, n. 462 a 503, estante 23.

meu. Maloqueiro não tem nome”. Na continuação, o jornalista aborda a interação dele com os moradores, dizendo que:

O velho ‘boa prosa’ era Pedro Cantídio Silveira da Rosa. Se bem que falasse no passado dos outros não quis falar no seu: “Moço, o passado dum homem passou. Que adianta agora saber se houve dias melhores”. Depois do último trago argumentou: “o meu faixa (amigo) Polaco tem razão. Maloqueiro não tem nome. Não tem passado. Não tem nada. Maloqueiro não tem onde cair morto”. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1958, p, 14)

Ainda em relação à queixa crime contra Herondina, chama a atenção que a desavença começou porque meninos da vila, como diz Michele Perrot (1988, p. 115), “aproveitavam as potencialidades da cidade”, jogando bolita em um local considerado por eles adequado. Durante o jogo, reunia-se quem quisesse jogar, não havia separação entre maloqueiro ou não, eram simplesmente *crianças jogando bolita*. Sobre esse tema, Michele Perrot, ao debruçar-se sobre o cotidiano da cidade de Paris, no estudo “Os Operários, A moradia e a cidade no século XIX” afirma:

Essas pessoas têm uma capacidade surpreendente de aproveitar as potencialidades da cidade, não apenas pelo ângulo econômico, mas como local de prazeres. A cidade é um mercado, uma floresta onde se pode caçar furtivamente, e aí se sobressaem principalmente as mulheres e crianças. A cidade é um teatro de mil galinheiros.”

Adão relata sobre bailes e jogos de futebol que havia na Vila Titida entre as décadas de 1960 e 1970. E quanto ao trabalho, sabemos que se inteira sobre um negócio que até então era pouco explorado: a coleta de resíduos recicláveis. Pelo “ângulo econômico” ele, de fato, aproveitou as potencialidades de uma cidade que, na época, contava com 885 mil habitantes (SOUZA, 1997). Quanto à esposa Tainara, assim como as demais moradoras das vilas próximas ao centro da cidade, provavelmente trabalhava como doméstica, ainda que eventualmente. Ela já tinha experiência nessa profissão uma vez que trabalhou para um dos tios de Adão.

A antropóloga Vanessa Zamboni, ao entrevistar moradores da Vila Restinga que foram removidos das proximidades do centro de Porto Alegre, aborda a relativa facilidade em conseguir trabalho para as mulheres de vilas como Ilhota ou Santa Luzia. Em um dos depoimentos a entrevistada recorda que as “casas de família” também aceitavam o serviço das crianças: “Quando eu era pequena e tinha muitos irmãos, aos domingos, a gente se oferecia nas casas da volta para lavar louça, lavava roupa e outras coisas” (ZAMBONI, 2009, p. 141).

Os quatro pequenos cunhados, e também os filhos de Adão que ali foram nascendo, viveram em uma comunidade em que as crianças eram acostumadas a, além de brincar, também trabalhar para complementar a renda da familiar. Cabe aqui lembrar a narrativa de

Fátima que, quando adolescente, ainda na década de 1950, trabalhou de babá, enquanto sua irmã mais velha, com quem morava era lavadeira.

Nas vilas de Porto Alegre também era possível encontrar pessoas que não faziam parte do mundo do trabalho assalariado. Trabalhavam de vez em quando, se precisava ou até mesmo não trabalhavam, vivendo de pequenos furtos e esmolas, o que caracterizava, para os técnicos do Departamento da Moradia, os chamados “desocupados” (PREFEITURA, 1966). Embora houvesse os “desocupados”, que por vezes tornavam-se “bandidos”, a maioria era trabalhador, assim como a maioria dos cunhados de Adão se tornaram. Adão afirma que dos quatro cunhados um “era bandido mesmo”.

A partir dessa vivência na Vila Titida, ocorre um percurso de longa duração por parte de Adão em comunidades de baixa renda. Sua narrativa, em relação a esses espaços, não envolve crítica à estrutura urbana da cidade. Quando aborda sobre moradia é para contextualizar seus relatos sobre trabalho, relações sociais e familiares.

A partir das descrições sobre os ambientes, sabemos que, em sua trajetória, Adão foi morar em casa com apenas duas peças de madeira, sendo que em uma delas, na Vila Antoninha, morava com sete filhos. Mas, justamente essa é a casa que externaliza em seu relato que não poderia abandonar, uma vez que, oficialmente, ele e a esposa eram beneficiários. Era uma das chamadas “casinhas do Demhab”, expressão que, mais tarde, retomaremos, pois ela remete a uma possibilidade de patrimônio para os pobres da cidade. Repetindo: patrimônio, sendo que nem sempre significava moradia.

Mas, voltando a Adão ele não quer se desfazer daquele patrimônio, e de fato a casa permanecerá na família, com a esposa e filhos, porque Adão se separa passando a viver no trabalho até casar novamente. Ou seja, permanece um tempo sem casa, morando num quartinho, depois de um momento disruptivo em que rompe um casamento de dezoito anos.

A entrevistada Fátima também passou pelo fim de um casamento muito longo, de mais de duas décadas. Como vimos na seção anterior, Fátima, na infância e juventude, morava com a irmã e trabalhava como babá. Entre meados da década de 1960 até início da década de 1980, ela estava casada, morando em uma pequena vila próxima ao centro de Porto Alegre. Pela narrativa em relação ao momento da separação, Fátima dá a entender que tentou manter-se casada, apesar das dificuldades que passava com o marido por ser alcoólatra:

Aí ficava bebia a noite inteira não deixava a gente dormi e eu tinha que trabalhá. Aí depois, eu trabalhava di doméstica até as duas hora, vinha prá casa e trabalhava de noite numa firma de faxina. Prá tê as minhas coisa era puxado!

Entrevistadora: E como é que foi para a senhora assim com a sua separação?

Fátima: Não. Eu que saí di dentro di casa. Eu saí da minha casa e fui morá no serviço e depois um dia eu comprei uma casinha, e foi indo, e foi assim. Eu saí, ele mandava, e ele bebia muito. “Me larga de mão”, ele dizia. Aí, um dia quando ele chegou, ele tinha Kombi, que agora não existe mais Kombi:

- Que tu tá fazendo?
- Tô te largando di mão. Fui embora. Tô ti largando di mão, tu não vivia falando?
- Vamu conversa.
- Já conversamo não sei quantos ano, agora não tem mais papo.

Abandonando a casa, deixa para trás os utensílios e os móveis, que para ela eram importantes – salienta serem comprados com o dinheiro de seu trabalho. Não tendo mais casa, Fátima afirma que foi morar no serviço, ela era empregada doméstica. Contudo, em outro momento da entrevista, relata que foi morar na rua. Talvez as duas etapas tenham ocorrido, ela pode ter permanecido algum tempo na casa de sua patroa e, mais tarde, foi morar na rua. É bem possível que a adaptação na casa da patroa tenha sido difícil para quem tivera por tanto tempo a sua casa, sendo, esta, um espaço relacionado a estratégias de vida e projetos.

Pensando nas expectativas de futuro de uma mulher que sai de casa após vinte anos casada, e sabendo o quanto o lar da infância era a casa de identificação de Fátima, é difícil imaginá-la morando com a patroa. Mas, na década de 1980, ainda era comum a empregada doméstica morar no trabalho. Os edifícios de classe média e alta, construídos até a década de 1970, eram constituídos de um pequeno quarto junto à área de serviço. Um cômodo em que a preocupação com a ventilação e luminosidade era mínima. Era uma peça, enfim, criada para as empregadas dormirem, não namorarem pela janela, nem ficar ali mais tempo do que o suficiente para o descanso noturno.

O quarto de empregada faz parte de uma tradição arquitetônica brasileira, de segregação, que remonta ao período de escravidão. Ele surge como uma solução para separar empregados e patrões que permaneceram vivendo juntos após a abolição, em 1888. A delimitação de espaços de circulação a partir da condição social vem se alterando lentamente, entre avanços e retrocessos. Um bom exemplo foi a aprovação da Lei nº 11.995/1996, que veda a discriminação no acesso aos elevadores segundo a condição social das pessoas na cidade de São Paulo. Antes de ser aprovado, o projeto de lei gerou bastante discussão e foi tema de uma coluna do jornal Folha de S. Paulo, em que a promotor Daniela Diniz dizia: “não é uma questão de discriminação, mas de respeito”. (GOMES, 2016, p. 64)

A partir desse contexto, talvez possamos compreender melhor a decisão de Fátima de morar na rua. Esse contexto envolve fatores individuais, como a representação de lar, os percursos, projeto e fatores sociais, estando entre eles a discriminação. Portanto, fazia mais sentido morar na rua com “sua família” do que na casa da patroa: “peguei amizade com uns dez gay, e eles moravam na rua e eles me adotaram como mãe”. Durante o período em que esteve casada, Fátima não teve filhos. Depois de separada, teve “os filhos adotivos” com quem dividia tanto a instigante liberdade, como as intempéries e outros perigos do *lar sem*

casa. Este lar variava entre os cantos e marquises da região central da cidade. Mais do que espaço de descanso para o corpo, “o canto” possibilitava momento de reclusão, como refúgio para o ser: “o ser encantado é um ser contraído (...). Sob muitos aspectos, o canto vivido rejeita a vida, oculta a vida. O canto assim é uma negação do universo” (Bachelard, 1989, p. 146).

Tanto para Fátima como para Adão – que voltou a morar na rua por um ano, em São Paulo – o *morar na rua* possivelmente foi um estado de exceção, de passagem, que representava uma negação da estrutura de vida passada. Alexandre Duarte utiliza o termo *liminaridade* para esses “eventos nos quais uma antiestrutura se opõe a um *status quo* abrindo assim possibilidades de transformação social” (DUARTE, 2010, p. 43).

Passado o período de morar na rua, tanto Adão como Fátima, em compassos diferentes, se aproximaram de uma situação de maior estabilidade em relação à moradia e também em relação às relações afetivas. Adão, ao voltar de São Paulo, vivencia uma tentativa de reaproximação dos filhos do primeiro casamento. Depois dessa fase, ele ficará muitos anos morando sozinho, perto da casa de seu tio por parte de mãe. A partir dessa primeira experiência de morar sozinho em uma casa e mais do que isso, ir construindo a moradia, se percebe que ele foi entrando em um processo de maior estabilidade.

Sendo, entre outras coisas, operário da construção civil, Adão reforma a pecinha que comprou na vila em que o tio morava, mas dessa vez ela não tem como base expectativas de casamentos. A casa é calcada em antigas experiências de “se abandonar”, porque esses eventos fazem parte de sua trajetória. Contudo essa casa, em específico, tem uma diferença: foi feita para si, tendo o olhar próximo do tio que ele, já nessas circunstâncias passa a considerar como pai. Esse contexto, que começou com o morar na rua e passou por morar junto aos filhos do primeiro casamento, nos parece que contribuiu para que Adão não mais *se abandonasse*.

Tanto Adão como Fátima entram em uma fase de maior estabilidade emocional após os 60 anos. Esse período, em parte, foi possibilitado pelo percurso percorrido antes de completar essa idade, que envolve pontos de inflexão relacionados à busca de transformação a partir de seu sistema de relevância.

Antes de completar 60 anos, Fátima morava na rua, como vimos. Depois, foi para uma vila, por um tempo. Contudo, o barraco em que morava pegou fogo, então, ela volta para a rua e, nessa segunda vivência na rua, conheceu pessoas com quem passou a dividir o seu dia-a-dia, nos moldes que havia feito anteriormente com os meninos de rua. Agora ela começa a conviver com um grupo de adultos que escolhem como morada um galpão. Esse espaço ocupado por eles apresentava todas as laterais abertas, pouco protegendo de intempéries. O galpão fazia parte das atrações de um parque da cidade criado como uma representação, em pequena escala, de uma fazenda, com local para rodeio e pequena criação de gado.

Acreditamos que para Fátima foi importante a vivência no parque para sair do estado de *liminaridade* (DUARTE, 2010. Interagiu com um espaço que lhe remetia à etapa da vida considerada por ela como ideal, ou seja, o período em que morou em uma pequena propriedade rural. A partir daí, consolida o que ela descreve como uma “grande família”, aliás, extensa como a de quando era criança.

O mundo que para Fátima é “tido como certo” engloba trabalho, casa rural e família extensa. Durante seu período de liminaridade são esses conceito/valores que ela novamente organiza. Com eles vai morar no “trem das onze”. Assim ela chamava o conjunto de casinhas geminadas, feitas de madeira e outros materiais reciclados, construídas em uma favela, no terreno que Fátima comprou com a ajuda financeira da irmã.

Durante a entrevista, Fátima desenhou o “trem das onze” para que fosse melhor compreendida. Ao passo que desenhava dizia: “aqui era o pátio tá, aqui era minha casa tá, a janelinha assim, a porta (...) só a minha família que morava lá, os meu filho adotivo que morava, aqui era a entrada sem saída, mas era só a minha família que morava”.

Os traços únicos de cada indivíduo influenciam na representação do espaço e dos limites (SIMMEL, 2013). No pequeno espaço do terreno de Fátima, cria-se a esfera do “trem das onze”, ali só podem morar os seus parentes, uma família constituída por laços de consideração. Maria Hita, a partir dos estudos de parentesco e domesticidade de Louis Marcelin, assevera que:

O princípio de consideração é, por tudo isso, princípio de reconhecimento, seleção e de parentesco, pois constrói e delimita as fronteiras da proximidade social, as da interioridade e da exterioridade de cada rede de parentesco ou família. Ele constrói o idêntico e o diferente; o próximo e o distante, operando como princípio de legitimação das relações com os mais próximos. Por isso, a consideração estrutura o jogo da sociabilidade, estabelecendo critérios de avaliação e de escolha de cônjuges, amigos, compadres, definindo o próprio destino e orientação dessas relações. (HITA, 2005, p. 226)

Na descrição da entrevistada Fátima, em relação ao “trem das onze”, chama à atenção a presença de forte agência criativa. Essa agência envolve individualização e coletividade, a partir do reforço de laços com parentes (no caso a irmã que lhe emprestou dinheiro pra comprar o terreno) e laços de consideração com “parentes-vizinhos” (McCALLUM & BUSTAMANTE, 2012).

Nesse processo, é importante considerar diferentes posicionamentos quanto à concepção de família, e a forma como esse posicionamento se modifica conforme as vivências vão se estabelecendo, passando por vários tipos de arranjo, inclusive a família nuclear. Assim, faz sentido afirmar que:

“A família é uma rede de pessoas, uma organização econômica (extrema importância da economia familiar, da disposição comum das fontes e entradas), uma forma de solidariedade distendida, desterritorializada (...). A família é, sem dúvida, uma das primeiras e mais vivas formas de sociabilidade popular; não é uma criação burguesa. No limite, esta seria a coincidência absoluta entre família e interior, a separação entre o público e o privado” (PERROT, 1988, p. 113).

Tanto Adão como Fátima vivenciam, aproximadamente aos 60 anos, um período que André Dumans Guedes considera como de “possível sossego”, a partir de um contexto doméstico mais estável, relacionado a maior estabilidade financeira e afetiva. Diferente do período anterior em que havia maior “ímpeto de mobilidade” (GUEDES, 2017).

Na fase da vida em que se busca o sossego em uma casa, seus moradores ficam atentos ao que Guedes chama de “descontrole”. O descontrole é típico de quem está no “trecho”, focado em experiências novas, tanto profissionais como de lazer e sociabilidade. Nas casas em que se quer sossego, o descontrole de beber de mais, de brigar com o parceiro, por exemplo, são tidos como perigosos. “O descontrole aparece como um movimento contrário àqueles esforços direcionados ao investimento ou ao cuidado das casas” (Ibidem, p. 422).

Os locais de moradia de Adão e de Fátima, contudo apresentam diferenças em relação à comunidade estudada por Guedes, formada por pessoas de baixa renda que viviam em um bairro urbanizado, com infraestrutura, terrenos regularizados. Já as pessoas entrevistadas para esta tese, viviam em favelas.

Em uma favela o descontrole pode vir de muitos lugares: de cima, pela rotineira presença de quem vem lhes dizer que aquele terreno não é deles; também de cima vem a chuva forte que trás alagamento; de lado pelos incêndios, devido à precariedade da rede elétrica ou das cozinhas; da rua vem com os celeumas devido ao tráfico de drogas ilícitas.

Adão abordar durante a entrevista sobre o trauma em relação aos incêndios e a revolta por não serem atendidos pelos bombeiros antes da polícia ir averiguar o que estava acontecendo: “Dava um incêndio lá, o primeiro que chegava lá era a brigada, com arma doze, aí eu disse, pô, mas vão apagar fogo com arma? Aí, depois vinha os bombeiros”. Fátima relata: “quando dava incêndio lá, primeiro chegava a polícia pra depois os bombeiro. Nós queria era água. Por isso que teve no último incêndio, perderam bujão, perderam casa, perderam tudo,tudo,tudo,tudo,tudo,tudo porque veio a polícia”.

Esse tipo de evento marca a maior exposição dos moradores de favela à discriminação, o que configura um processo de segregação socioespacial (MARICATO, 2003; TRINDADE, 2014). Nesse processo, os incêndios são utilizados como uma das justificativas para as remoções compulsórias (DIAS, 2011).

Cabe aqui pensarmos um pouco mais, à luz das leituras expostas no capítulo três, sobre o constante *jogo de empurra* entre aqueles que representam os projetos urbanísticos da

Prefeitura e os moradores das vilas populares. Estes, constantemente e historicamente, são retirados de terrenos valorizados urbanisticamente (para construção de avenidas, praças, infraestrutura de megaeventos) e/ou valorizados pelo mercado imobiliário (MARICATO, 2003; GAFFNEY, 2010).

Contudo, apesar das investidas contra as chamadas “vilas irregulares” da região central da cidade, sempre surgem novas comunidades com esse perfil, e assim, umas substituem as outras. Exemplificando: removidas a Ilhota, a Vila das Docas, e a Santa Luzia, surgiu, no final da década de 1970, por exemplo, a Vila Borges (nas margens do Arroio Dilúvio) e a vila Harmonia (às margens do Guaíba). Estas, também foram removidas (devido à pressão dos moradores de classe média e por atravancarem a construção da Avenida Edvaldo Pereira Paiva) (SOUZA, 2008). Retiradas a Vila Borges e a Harmonia, novas comunidades são criadas na região, como a Vila Chocolate e, mais ao norte, a Vila Central dos Papeleiros.

Entre as décadas de 1950 e 1970, era estratégico (sempre foi) para pessoas de baixa renda morar na região central. Essa região era mais densamente povoada, o que facilitava os trabalhos relacionados à prestação de serviço (faxinas, jardinagem, portaria, etc.) e se necessário, também a mendicância (ZAMBONI, 2009). Já nos anos 1980, os motivos continuam os mesmos da procura por moradia na zona central, mas, novas dimensões vêm a somar.

Com o crescimento do desemprego e da crise econômica da década de 1980, o centro da cidade propicia maior viabilidade para a coleta de resíduos sólidos. A coleta e transformação dos resíduos em mercadoria⁴² era uma opção de trabalho para parte da população que se encontrava em situação de extrema exclusão social (SILVA, 1990, p. 14). Pessoas que, normalmente provinham de famílias de baixa renda, apresentavam baixo índice de escolaridade e não tinham formação técnica (BOSI, 2008). Somando-se à crise e ao desemprego, ocorre, nesse período, o aumento da produção e consumo de produtos industrializados.

A oferta de material se amplia, não somente em relação à sua quantidade, mas também em termos qualitativos, ou seja, esta oferta se conecta à inserção crescente de pessoas no modelo de consumo-descarte e à ampliação da diversidade de materiais dispostos ao consumo. Nesse sentido, aumenta o número de pessoas e organizações envolvidas na coleta-triagem-comércio dos resíduos sólidos, que são disponibilizados à matriz de produção industrial de reciclados (VERDUM, 2016).

A estrutura capitalista das últimas décadas, em que o processo de flexibilização/terceirização se acelera, alterou o mundo do trabalho influenciando no crescimento do número de trabalhadores informais. Boris exemplifica com o crescimento de

⁴² Mercadoria, nesse sentido, conforme Sandro Silva: “algo útil, dotado de valor de uso e valor de troca” (SILVA, 1990, p. 14).

trabalhadores como catadores de matérias recicláveis, motoboy, sacoleiros e teleoperadores (BOSI, 2008). Os catadores, nesse contexto, estão na informalidade, contudo não trabalham por “conta própria”. Eles estão interligados ao mercado global, que dita o que tem valor e o quanto vale.

Os catadores realizam um trabalho que consiste em coletar, separar, transportar, acondicionar e, às vezes, beneficiar o material dos resíduos sólidos utilizados que tem valor de mercado e poderá ser vendido para reutilização ou reciclagem. Ou seja, por meio de sua atividade cotidiana, os catadores transformam o lixo (algo considerado inútil a princípio) em mercadoria novamente (algo útil, dotado de valor de uso e valor de troca. (SILVA, 1990, p. 14).

Fátima, Bete, Adão e Loiva, foram morar em vilas em que a maioria dos seus integrantes é catador. Loiva, nascida em 1985, casa-se pela primeira vez em 2017 e vai morar com o marido no Bairro Arquipélago. Boa parte da família de seu marido e demais moradores da vila, localizada em uma das ilhas pertencentes ao Município de Porto Alegre, trabalhava com reciclagem, até serem removidos.

Adão, Fátima e Bete, os três morando em favelas da região central da cidade, relatam que, embora o trabalho fosse árduo e envolvesse muitas horas do dia, não havia dificuldade em recolher o material pelos bairros próximos. Além do trabalho havia as doações: “a gente tinha tudo dentro de casa, diz Bete em seu relato, tudo da rua”. Fátima também menciona as doações: “aí a gente ganhô fogão a gás, porque quem puxa carrinho ganha muita carga, ganhei uma geladeira, ganhei duas máquina, ganhei um fogão a gás, ganhei um bojão”.

Bete e Fátima, além do trabalho na reciclagem, têm em comum um momento disruptivo envolvendo vínculos familiares. Ambas abandonaram seus primeiros maridos devido às consequências do alcoolismo. Já registramos a narrativa de Fátima sobre o momento de separação. Agora, gostaríamos de analisar esse ponto de inflexão em relação à Bete. Vejamos a parte da narrativa em que aborda a separação:

Me separei do meu esposo pai das minhas filha. Ele bebia e tirava as coisa de mim prá beber. Se eu não dava, ele dava em mim, entendeu? Uma vez, eu fui até dá parte dele, porque ele batia em mim e inchava o meu olho, e ainda não deixava a minha mãe me vê. Daí, o que que eu fiz? Peguei minhas filha e larguei embora, não quis ficá mais com ele. Aí, no outro dia eu fui prá casa da minha irmã, peguei as coisa e as minhas filha e me mandei fui lá prá casa dela. Ela dechô posá na casa dela.

Está claro que, assim como Fátima, Bete deixou para trás seus pertences e sua casa. Podemos dizer que as duas entrevistadas passaram por um momento de descontrole, entendendo o descontrole de acordo com a definição de André Guedes (2017), como um “movimento contrário” à manutenção de certa estrutura material e familiar consolidada. Nesse

sentido, o descontrole de Bete gerou, em seguida, novo descontrole. Ela se apaixonou, por um morador da vila em que sua irmã morava, onde ela estava hospedada.

Aí, ele mandô a mulher do meu padrasto lá me chamá e me conhecê. Daí, se conhecemo, ele lá, e aí já começô. Mas eles correram ele de lá né, por causa, não sei por quê. Não me deixaram ficá com ele, aí eu disse assim prá minha irmã, pra eles: "Não é vocês que querem, é eu que tenho, que eu ficá com ele. Meus parente não gostam dele. Eu falei "Não é vocês que tem que gostá eu tenho que gostá dele". Até hoje tô com ele e eles não gostam dele, uma vez eles correram, deram uma camaçada de pau mandaram ele saí da vila. Daí, até hoje tô com ele aí ó! Se não gostasse dele, ó o importante é eu! Tô gostando, e eu tenho Deus na minha casa.

Bete começa, assim, uma nova vida, morando na residência do novo marido, que passa a interpretar como sua casa. O fato de ter ido morar “na casa dos outros”, ou seja, da irmã, para quem por muito tempo teve a sua casa provavelmente foi difícil.

Logo em seguida, faleceu o pai de suas filhas, a referência de pai passa a ser apenas o padrasto: “Esse meu marido aqui, ele criou elas desde pequeninha, ele é padrasto agora, ele é pai, que ele dá comida”. Quanto ao cotidiano junto com os filhos na antiga vila de onde foram removidos, relata que: “elas brincava quando ia pro colégio, pro SASE⁴³, aí chegava, brincava com os brinquedo deles, quando a gente ganhava . Ficava mais dentro do pátio, era fechadinho, era de madeira. Era tudo fechadinho e a minha casa era bem limpinha”.

Na descrição da casa observamos, em sentido latente, o estigma do “maloqueiro”. Foi preciso salientar que a sua casa era limpa. Fátima utiliza a mesma expressão para descrever a morada na vila: “Final de semana ninguém lidava no fogão, que nós tinha um na rua, e era bem limpinha a casa, um buscava água, um buscava lenha, cada um fazia, não tinha uma briga”.

É possível que o fato de trabalharem na reciclagem de resíduos influenciou na necessidade que elas tiveram de falar na limpeza da casa. Ana Vieira, ao analisar entrevistas feitas com mulheres catadoras de lixo reciclável em uma cidade gaúcha, observou que faz parte do *ethos* discursivo das mulheres catadoras o tema limpeza ao descreverem a estética das suas casas (VIEIRA, 2009).

Ainda em relação à agência criativa relacionada ao mundo da vida das pessoas que compõem o Tipo Exedra, observamos que, na família de Loiva, um terreno herdado que não fosse vendido, mas sim compartilhado, poderia transformar-se em uma pequena comunidade de uma só família. A casa de sua mãe fazia parte de um espaço nesses moldes, com a presença da vó, tios e primos. A amizade e apoio entre tios e primos, e a atenção que seu tio Alberto lhe dispensou quando voltou a morar na casa da mãe, são relatados por Loiva. Nessa época, ela passa a considerar Alberto como pai, depois da morte do pai biológico. Levando esses dados

⁴³ Serviço de Apoio Sócio Educativo.

em consideração, acreditamos que, ao dizer que foge da mãe adotiva para voltar à casa materna, refere-se também à família extensa que havia naquele terreno. Morando lá, foi que conheceu o seu marido.

Ao ir morar em uma vila com moradores de baixa renda, Loiva vivencia certa dinâmica familiar similar a de sua família de origem. Durante a entrevista ela rabisca em um papel, desenhando a forma como se organizavam as casas na vila. Enquanto desenhava, relatava:

Aqui tinha a casa da sogra, aqui tinha a casa do meu cunhado, do bebe, que era atrás da casa dela, aqui tinha um barzinho da sogra, mais aqui tinha um pátio, vazio, era a casa da tia, aquela que faleceu, aí fizeram um galpão de reciclagem. Aqui era a minha casa, aqui era a da minha cunhada, bem do lado, da Aline, que é a esposa do Lucas. Aqui tinha umas primas deles e tudo o mais, mais aqui, antes de acabar tinha a do Lucas, que ele tinha comprado. Às vezes, eles discutiam, ele e a Aline e tudo o mais né, e ele vinha pra cá.

A comunidade em que Loiva passou a viver com o marido, além de manter próximos os parentes, apresenta certa característica bem peculiar referente ao Rildo. Ele casou com a cunhada de Loiva. Vivia próximo da sogra com a esposa e os filhos, ao lado de Billy, marido de Loiva. Contudo, Rildo resolveu construir, na ponta da comunidade, uma pequena casa só para ele, para ter onde ficar quando brigasse com a esposa. É interessante observar essas dinâmicas que, para além de criatividade, levam em consideração os laços de cada casal, não havendo a necessidade de manter estrutura aparente.

Nossa entrevistada Bete, também tem uma segunda opção quando briga com o marido: vai passar uns dias na casa da mãe. Já a dinâmica em relação aos vizinhos, quando havia briga, é diferente: Bete os ignorava, mantinha-se dentro de casa, com pátio “fechadinho de madeira”, como ela faz questão de descrever. As brigas respingavam na educação das crianças: “eu não deixava nem sair pra rua, era dentro de casa e não se ajuntava com as pessoas que, que não se dão contigo”.

Ainda em relação à agência criativa e vizinhança, mas agora seguindo pelas narrativas do cotidiano de Adão, percebemos que aquele espaço da vila Mafalda poderia ser seguro. Para tanto, você precisava saber como se relacionar com vizinhos e com os representantes do tráfico, se comunicando com as palavras certas. Explicando: Adão não utiliza na entrevista nenhuma vez a palavra *traficante*, está sempre subentendido ou substituído por “patrão”. Isso demonstra o domínio do que podemos convencionalmente chamar *linguagem de favela* e que faz parte das estratégias de sobrevivência dos moradores de comunidades consideradas como irregulares. É interessante examinarmos o estudo de Gitanjali Patel que aborda sobre a linguagem das favelas cariocas.

Palavras convencionais são encontradas em lugares não-convencionais e expressões são libertadas das amarras gramaticais do “dialetto padrão” para serem manipuladas de

novas formas. Substantivos, como o da frase “Pedro é fechamento”, são revisitados como adjetivos, nesse caso, para significar ‘digno de confiança’. Palavras são readaptadas para adquirir novos significados que destaquem um novo contexto: por exemplo, “bonde” é usado para turma ou grupo de amigos. (PATEL, s/p. 2015)

Na favela o lema “ninguém sabe, ninguém viu” tem um significado interligado exclusivamente ao contexto do tráfico. Adão narra sobre um momento em que fez uso de tal *sabedoria*:

E tinha lá, tinha patrão né, como tem nas outras vila, mas a gente nunca tinha queixa dele, era um cara que ele ajudava todo o mundo, então ninguém c

– Onde é que mora o fulano.

– Não conheço, eu não sei quem é.

Aí eu falava pro cara, que era o guarda costa dele eu falava:

– Ó teve um cara aí procurando o fulano.

– Ah, que jeito ele é?

– Ah, eu não sei, eu disse que não morava aqui.

Mas ele era um cara legal, ele cansou de chegar lá em casa, me oferecer dinheiro. Às vezes eu pedia emprestado pra ele, mas pagava né, quer dizer, ele chegou a me oferecer até cinco, dez mil, eu nunca quis, depois eu não posso pagar e não, aí cem pila tá bom. Às vezes me apertava, as vezes pro gás: “ó tô precisando comprá um botijão de gás aí”. E prontamente! Um cara lá discutiu comigo lá, ele foi lá e boto o revólver na cara do cara: “o que tu qué com o véio? Te invoca com o véio te mando pro inferno!” Eu digo: “não deixa o cara pra lá, não esquenta a cabeça.” Mas ele era um cara bom, na época de Natal ele distribuía tudo, presente, dava festa.

Ao mesmo tempo em que reconhece a existência do *patrão*, Adão faz questão, em seu depoimento, de deixar claro que não se envolveu em nenhum momento com o tráfico, e nunca foi usuário de drogas. Mas as narrativas nos dão a ver a relação indireta, fruto do contexto criado na vila em que os moradores eram protegidos pelo traficante ao mesmo tempo em que o protegiam. Uma dinâmica, nas palavras de Adão, “como tem em outras vilas”.

Embora o entrevistado queira salientar o lado filantrópico do patrão, fica claro que este não utiliza apenas de cordialidade e ações filantrópicas para com a vizinhança. Assim, como em outras vilas, temos a quadrilha do tráfico como um “ator normativo” que apresenta regras próprias. Referindo-se a esse ator presente nas favelas do Rio de Janeiro, Junqueira e Rodrigues abordam em relação a um “código penal próprio cujas penalidades variam da prisão domiciliária, expulsão temporária, impedimento de circular em determinada área, tiro na mão, até para os casos mais graves, a ‘pena de morte’” (JUNQUEIRA; RODRIGUES, 1992, p. 14). Na comunidade em que Adão morava, foi possível encontrar notícias em jornais

que dão conta da presença das quadrilhas do tráfico sendo o foco, sempre, os tiroteios entre grupos de traficantes e outros tipos de eventos violentos.

A partir do contraste entre a vida narrada e a vivenciada de Adão, pode ser levada em consideração a hipótese de que a ideia de “bom patrão” tenha ganhado força apenas quando Adão não mais vivia na Vila Mafalda. A nova dinâmica social no espaço em que sua comunidade foi realocada fez com que ele ponderasse outros fatores ao interpretar a remoção depois de ocorrida, passando a considerar as boas relações na antiga vila como uma grande perda.

Outra análise a se fazer em relação à entrevista de Adão relaciona-se à diferença entre os temas que tratam de relações internas, na vila, e os temas que *vem de fora*. A maioria dos temas relacionados a fatores externos é relacionada a fatores negativos. É aí que percebemos as tensões, por exemplo, com as constantes entradas da polícia na comunidade. É a polícia que, permanentemente, lhes assinala de forma latente que aquele mundo é passageiro, que lugar de patrão bom é na cadeia, que aquela casa não é sua e que essa região central não é lugar de favela. Apesar da relação tensa que se forma, podemos pensar na hipótese de que Adão não estava à mercê nem da bandidagem nem da polícia:

A polícia federal levava brinquedo pras criança, mas levavam mais pra "acampá" na vila, na desculpa disso, então, eles doavam que era pra vê onde era as boca grande (...). Polícia civil às vezes entrava lá: “todo o mundo, mão na parede!”. Eu tava com depósito lá, eles chegaram, encostaram com um carro particular lá, desceram, tudo com revolver na mão: “todo o mundo aí, quero todo o mundo sentado aí e não saiam daí”. Daí eu digo: “eu vô levantá, não vou ficar sentado, não devo nada pra eles. Aí, entrei e fiquei no meu pátio.

Andô uns cara de noite lá tudo traje preto, pareciam os “homi de preto”, tudo preto com umas máquina na mão: “ah vamo tirá foto, aí”. Davam cem pila pra quem deixar tirar foto e ver como é que é a vila e iam numerando as casas que eles tiravam foto. Aí os cara: “Bah, os burguês aí, os doutor aí devem cem pila pra nós pra tirá foto das casa”. Aí eu disse: “vocês são bem cavalo mesmo, isso aí é polícia rapaz! Marcaram as casa!” De madrugada vieram certinho, essa casa tem traficante, essa aqui tem, pegaram todo o mundo dentro de casa, levaram tudo. Eu digo, eu não devo nada, quantas vezes chegavam lá! Uma vez foram uns bombeiro lá, fazê a revisão da fiação que a gente tinha em casa. Eu digo, isso aí é polícia vestido de bombeiro pra entrá dentro de casa pra vê como é que eram as instalações, eu mandei entrá.

Mesmo que os bombeiros não fossem reais, os incêndios eram. Além do perigo iminente em relação a sua vida e a dos familiares – esposa e duas filhas adotivas –, ele desistiu de trabalhar como atravessador no ramo da reciclagem, depois que um segundo incêndio queimou todo o seu patrimônio:

Quando deu o incêndio lá, nas casa e queimou duas vezes o meu depósito, aí eu terminei com o depósito, porque eles fizeram um muro lá, não tinha como passá. Ele me fez uma proposta:

- O senhor me aluga esse terreno com essas peças que sobrou do incêndio?
- Alugo, mas se tu me dá cem pila pode pegá tudo, e o que tiver pra vender aí tu vende, vai me pagando como tu puder aí.

Aí, vendi pra ele, aí comprei outra casa lá do outro lado, separado, vendi pra ele, ele me pago tudo direitinho.

Quanto ao arranjo familiar de Adão, no ano 2000, ele mantém um relacionamento fixo com Marisa há aproximadamente vinte anos. Relata que ele e a esposa adotaram duas meninas e mais tarde, quando uma delas casou adotaram um menino. As duas meninas são netas de Marisa. Aqui se observa que em sua casa há um arranjo familiar nada incomum, se lembrarmos da infância de Adão: “A minha vó, afirmou ele na entrevista, eu sempre chamei ela de mãe, como as neta dela aqui chamam ela de mãe, né”.

Se Bete, Fátima e Adão tem no fim do primeiro casamento um momento disruptivo, Dalva também tem, mas não por motivo de separação e sim pelo falecimento do marido. Dalva casou-se em 1959 aos dezessete anos e teve quatro filhos. Os dois trabalhavam na pequena propriedade do casal onde também moravam. Quando o marido faleceu em um acidente, Dalva tinha um projeto em mente: não se casar novamente enquanto os filhos fossem pequenos:

Daí eu só tratei de cuida dos meus filho, de me cuidá pra não tê otro, não dá padrasto pros meu filho, eu não quero. Por que eu achava que meu padrasto foi muito rígido comigo e se outro fosse com meus filhos eu não ia gostá. Fiquei dezoito anos bem isolada que foi pra não dá padrasto pros meu filho e pra não ter irmão desempareirado, pra eu ter minha família legítima, por isso que sou bem valorizada pela minha família.

Tendo que cuidar dos filhos e sozinha trabalhar na terra, Dalva opta por vendê-la e comprar uma casa na pequena cidade próxima à propriedade, distante 100 quilômetros de Porto Alegre. Lá, para sustentar os filhos, começa a trabalhar como costureira. Passado alguns anos, quando os filhos estavam adolescentes, se muda para a Região Metropolitana de Porto Alegre com o intuito de que assim eles teriam mais opções de estudo. A sua vida profissional e afetiva é toda voltada para o futuro dos quatro filhos, até que todos começaram a trabalhar e foram morar em suas próprias casas.

Concluído seu projeto familiar, Dalva dedicou-se ao seu atelier de costura e para novos relacionamentos. Na década de 1980, casou-se, indo residir com o segundo marido. Sobre a vida em comum, o único aspecto que relata é o gosto de ambos pelo tradicionalismo:

“Nós estava prá fazê um curso de dança porque eu tinha um ateliê de costura né, e eu vesti ele de gaúcho”. O curso de dança não aconteceu porque o seu segundo marido faleceu, depois de oito anos casados.

Diferente de seu primeiro casamento, dessa vez Dalva passou a ganhar pensão que, somando com sua aposentadoria, nas suas palavras: “dava para viver com dignidade”. Quanto à casa em que residiam, ela relata: “Fui morá perto do meu filho e comecei a pagá aluguel. A casa que o meu marido deixou eu agarrei e deixei pros filho dele né. E ele tinha deixado tudo num papel prá mim que até que eu existisse, né”.

Tendo aposentadoria e pensão do marido, Dalva alugou um apartamento em Porto Alegre em um bairro de classe média. Nesse contexto, poderia começar a etapa de sossego, ficar com a vida assim, estabilizada (GUEDES, 2017). Contudo, faltava para ela a casa, uma casa própria. Com seu ganho mensal não tinha condições de comprar. Faz parte do seu sistema de relevância em relação à moradia, valorizar a casa própria. Portanto, moradia digna é ter uma casa sua e sair do aluguel.

Esse impasse vai mudar quando ela começa a namorar um senhor chamado Silvio, morador de uma favela que estava para ser removida, cujos moradores seriam encaminhados para um loteamento do Demhab. Dalva relata que, em visita à essa favela, conversando com certa moradora e explicando que vivia de aluguel, a moradora lhe sugere: “Por que tu não te inscreve, é só vir morá aqui dentro, arranja uma peça aí, mora aí, que quando eles passá aí logo, logo eles vão vir fazê a inscrição aí as pessoa que tivé morando aí vão se coloca, mas tem que ficá morando aí, até ganhá”. Dalva pensou que poderia ser uma boa oportunidade, mas relata que, antes, foi à Prefeitura. Lá, uma pessoa teria lhe dado a mesma sugestão que a moradora da vila:

Eu disse:

– Eu: ouvi dizê, ouvi alguém conversando, assim, assim, assim e como a minha situação, né, assim, eu pago aluguel, e eu gostaria de arranjá um canto, sei lá, vê se eu tenho direitos, se eu vou consegui.

– Pois é, então se a senhora é aposentada e é pensionista tem tudo pra ir lá e conseguir um cantinho. Compra uma peça lá na vila e fica morando lá no apartamento onde tu tá, e passe o dia lá, e fim de semana vai e posa lá ou meio de semana que tu pose uma noite ou duas lá, e trata de se dar bem com os vizinhos lá, que eles cuidam, daí, do teu barraco quando tu não tá, né.

A estratégia sugerida à Dalva, de fato, segundo entrevistas que realizamos durante o trabalho de observação participante, já vinha sendo seguida por várias pessoas. Ou seja, pessoas que não tinham casa própria, foram morar na vila com o intuito de, mais tarde, ganhar uma “casinha do Demhab”. Observamos que faz parte da “pauta cultural” das pessoas de baixa renda “manejar” com a questão da moradia levando em consideração a possibilidade de

ser beneficiário do Demhab, como vimos na análise da entrevista de Adão. Mais uma vez ressaltamos que o importante era ganhar a casa, ou seja, interpretam o *objeto casa* enquanto valor de uso, o que é comum em toda a sociedade da qual eles fazem parte.

Os sujeitos aqui destacados como Tipo Exedra são pessoas pragmáticas em relação ao assunto moradia, mas a partir de paradigmas que compartilham com a maioria dos brasileiros: a vontade de ter casa própria, de “sair do aluguel” mesmo que para isso tenham que ir morar na periferia. Soraya Fleischer e Monique Batista, a partir de entrevistas com pessoas que em meados do século XX foram morar em casas pulares subsidiadas em Ceilândia/DF afirmam que:

Ainda assim, pelo que entendemos, ir morar no “nada”, como disse acima D. Miriam, só valia a pena para “sair do aluguel” ou deixar de morar na casa dos outros: “Mas, aí saiu a inscrição da SHIS que eu fiz. E eu ganhei essa casinha que tenho aqui. Era a coisa que eu mais queria no mundo, a minha casa. No começo, eu nem queria sair pra trabalhar. Queria ficar dentro de casa, curtindo a casa! A minha casa, só minha (...).
(D. Dolores)

O caso de Dalva retrata essa busca pela casa própria, por um caminho mais tortuoso, digamos assim, mas sempre seguido pela ideia de que ela tinha direito a ter casa, a ser beneficiária das políticas habitacionais, afinal até uma pessoa da Prefeitura lhe dera o aval. Ocorre que, pela sua trajetória, por não ser moradora de rua ou de favela, por ter filhos com bons empregos, vestir-se muito bem e morar em um apartamento, nem mesmo o namorado acreditou que ela se sujeitaria a morar em um barraco. Segundo Dalva, ele perguntou: “Você vai vir morá aqui”? Dalva narra esse momento da conversa:

Eu digo: “vou, vou ganhar uma casa aqui dentro”. E todo mundo ali os outros olharam, toda mulherada ali ficaram duvidando: “essa véia chegô ontem, não vai tê direito coisa nenhuma”. Aí, ah por pouco tempo que eu tive lá, mas não é por o tempo de tá lá, é que eu não tinha nenhum bem e eu era sozinha né. Não tinha nenhum filho morando comigo, não tava vivendo nas costa dos filho, né. E vivia do que era meu né, e adquirir uma casa prá mim era mais que justo né. Aí eu não disse nada prá minha família fui lá e comprei.

Na entrevista, ela narra como passou a ser o seu dia a dia a partir do momento em que comprou casa na vila. Por dois anos e meio Dalva frequentava a comunidade todos os dias, dormindo, também, algumas noites: “Fiz piso botei lá uma caminha, colchão de solteiro, depois eu levei um fogareiro, comprei umas panelinha pequeninha prá não levá dos meus jogo de panela. Aí, prá fazê uma comidinha eu fazia e gelava em casa, no outro dia eu levava pronta de casa, fiquei dois ano e meio morando lá”.

O fato de não levar suas panelas é um dos atos simbólicos para que o *barraco* não ficasse caracterizado como seu lar. Ela também não tinha interesse de que aquela comunidade fosse sua. Dalva não participou dos momentos de sociabilidade da vila, ela queria apenas uma casa. Quando estava lá, mantinha-se geralmente sozinha na “peça” como ela chamou a sua moradia – ou seria o refúgio de Dalva, sem suas panelas? Bachelard (1989, p. 49), buscando as “raízes da função habitar”, analisa a gravura “A cabana do Eremita.” A cabana, observa ele, “não pode receber a menor riqueza deste mundo. Tem uma feliz intensidade de pobreza. A cabana do eremita é uma glória da pobreza. De despojamento em despojamento, ela nos dá acesso ao absoluto do refúgio”. A imagem da cabana para Bachelard é estabilizadora porque nos dá a impressão de que vamos começar outra vida “uma vida que seria nossa nas profundezas do nosso ser (...) os devaneios da cabana são convites para recomençar a imaginar. Elas nos devolvem moradas do ser, casas do ser, onde se encontra uma certeza do ser” (Ibidem, p. 50).

É possível que, embora pareça muito tempo, mais de dois anos, é justamente esse tempo que dá a Dalva condições de devaneios, de “certezas do ser”, o que inclui ter a sua casa e seu namorado Silvio. Tanto os devaneios da futura casa, como a convivência com Silvio, lhe remetem a sua “casa do ser”, com árvores e horta, igual a da infância, bem longe do apartamento. Seu namorado, que a levou na vila pela primeira vez, trabalha como peão em fazendas. Quando não tem trabalho, vários meses por ano permanece na vila e trabalha como carrinheiro.

Mas Dalva, não podia viver de devaneios, precisava sobreviver em uma vila em que os traficantes, por vezes, trabalhavam na frente da sua porta. Então o seu objetivo, naquela comunidade, era não criar conflito, nem com os trabalhadores do tráfico, nem com a polícia. Tanto um lado como outro sabia que Dalva tinha um filho que trabalhava na polícia. Ela tratou de se dar bem com “os maconheiros” deixando claro para eles que não iria “entregar”, não iria “se meter” em coisa que não sabia. Na entrevista relata: “aí, então, não dô nem informação. Não sei, não vi, não sei, aí, diz que tão, diz que tem, mas eu não vi”. Quanto aos policiais:

Quando batia a polícia lá, que eles faziam aqueles cercos. Eles falavam pelo rádio, que era pra eles pararem. Quando ia munição chegava uma mulher policial, assim com a bolsa cheia de munição, trazia prá, pra eles ali, e eles trancando a rua lá e cá, lá mais adiante mais longe né e eu via eles falá pelo rádio: “Fiquem lá na frente da casa 43”. Hã! Quarenta e três era a minha né, que ali não tinha perigo de ataque de gente fechado dentro de casa.

Por ser “mãe de brigadiano”, era possível aos policiais darem as costas para a casa de Dalva. A princípio, ela optou por não contar a seus filhos de sua vida dupla, mas pelos mistérios que cercavam o seu dia a dia, um de seus filhos, o que era policial, preocupado, pediu que contasse o que estava acontecendo. Dalva narra a conversa:

Ó, marquem uma hora aí que eu possa ir aí prá conversá com vocês que eu tenho história prá conta, não vou falá por telefone. Daí, eles marcaram, eu fui lá. Cheguei lá quase meio dia: “Cês qué história antes de almoçá ou depois? Por cabeluda que seja vocês vão tê que me engoli”. Ai, ai! Meu filho é bastante, enjoado. Não dizendo enjoado, é pelo correto. Que nem a gente reclamava do padraço ser rígido com a gente né, mas é prô bem da gente né. Aí contando, que daí eu contei prá ele o que é que eu tinha feito e que eu tava morando lá digo: “Não tô morando, tô parando, mas eu moro mais lá porque eu tô procurando uma casa assim, assim, assim”. E contei, expliquei prá ele, e ele disse: “Mas é só o que me faltava, a véia, agora, tá favelada”. Aí, digo: “chame do jeito que quisé eu não tinha mais nada prá fazê, já fiz tudo que eu tinha que fazê! Eu achei que eu ia morrê antes dos meu sessenta ano e passei disso. Se diz que criança faiz arte então sou arteira, porque tô fazendo isso! Então eu desdobre eles assim né. Aí ele disse: “Uma coisa tenho prá te dizê – costumado que era a lidá com bandido e gente de todo tipo – aí tu vai aprende assim a fechá os olho as coisas e os ouvido, não sei não vi, e não te implica com ninguém. Tem que se dá com todo mundo e deixa passá se alguém te fizé pergunta ‘não sei não vi’”.

Argumentando sobre o fato de que havia feito durante sua vida “tudo o que tinha pra fazer”, Dalva, de forma latente, informa que está voltando para o seu tempo de criança, através da “cabana”, ou da “maloca” como deve pensar seu filho. Entre o *projetar ter a casa* e o ato de *tê-la*, vem o longo tempo de ação de Dalva, que envolve o *volver* à infância, mas também dar um sentido presente e futuro à sua vida. Vida de quem já fez tudo o que deveria, e mesmo assim, injustamente, mora em um apartamento de aluguel.

Depois desse tempo na vila, de fato, veio a casa. Com ela veio o convívio diário com o namorado Silvio, que vai morar ao seu lado. Começa também, uma fase de envolvimento com a comunidade que mora no loteamento, a partir de um trabalho voluntário de acompanhar os idosos em médios e exames.

Finalizando essa seção, observamos que pessoas do Tipo Exedra, que na infância foram obrigadas a morar longe de sua família, amigos, mudar de cidade ou serem removidas para um albergue do Estado, podem interpretar e lidar de uma forma mais pragmática em relação à moradia. Ir morar na rua ou “na casa dos outros” devido ao alcoolismo do companheiro (Loiva e Bete), ou morar no trabalho devido ao seu próprio alcoolismo (Adão), passar a viver em uma vila irregular para ter sua casa ou sua família (Loiva e Dalva). Essas experiências fazem parte dessa interpretação mais pragmática. Os sujeitos deste tipo não se acomodaram em casas e vizinhanças que não lhes trouxessem estabilidade e boas relações de afeto. Sendo assim, como interpretam a ordem de remoção levando em consideração o período de estabilidade em que já vivem? Sobre esse tema abordaremos na próxima seção.

5.2.3.3 Haverá remoção, o processo começou

O título dessa seção refere-se ao ponto de inflexão que todos os nossos entrevistados do Tipo Exedra vivenciaram durante a década de 2010: o momento em que se conscientizaram de que a ordem de remoção de suas moradias será, de fato, executada. A forma como interpretam essa remoção e como a vivenciam será agora nosso foco.

Seguindo a Abordagem Narrativa Biográfica, consideramos como hipótese que esse tipo interpreta a remoção que está a caminho como elemento consolidador da estabilidade de seu cotidiano e realidade social. Essa hipótese foi pensada após análise de forma aprofundada da vida narrada e a vida vivenciada dos entrevistados, levando em consideração a dimensão estruturante de nosso objeto de pesquisa, que é a representação e a interação em relação à moradia.

Observamos que os sujeitos que compõem o Tipo Exedra - Interpretação da remoção como *complementariedade* da dinâmica social criada ao longo da vida, quando iniciam o processo de realocação, apresentam uma estrutura familiar e financeira mais estável em comparação com períodos anteriores. Mas essa estabilidade não quer dizer que repudiarão o benefício do reassentamento. Ao ter como certa a remoção, a ideia de uma nova casa (com melhor estrutura e recebendo concessão de direito real de uso) é interpretada como algo positivo, algo a somar para o processo social que vivenciam. Nenhum deles interpreta a remoção partindo da ideia de que devido à mudança geografia, perderá sua rede social (parte importante do capital social adquirido). Interpretam a remoção como uma mudança coletiva, porque, afinal, seus parentes-vizinhos também ganharão casa ou tencionam ganhar (no caso de Loiva). Partem do princípio de que a mudança geográfica não irá transformar (seja de forma positiva ou negativa) de forma significativa a sua realidade social.

Ressaltemos, no entanto, que quando a remoção era apenas uma possibilidade, com exceção do caso de Dalva, as pessoas que compõem esse tipo não intencionavam sair de suas casas. Bete foi uma delas: “a gente ia fazê uma reunião prá fazê a casinha ali mesmo, daí a metade não quis, quiseram ir pra lá”. Adão, ao relatar a intenção do antigo presidente da associação de sua comunidade diz: “Quando era o outro presidente que mataram lá, ele tava arrumando tudo pra gente ficá lá, fazê essas casas lá, mas aí mataram ele e se perdeu tudo”.

O projeto inicial do presidente da associação de manter a comunidade no mesmo território não seria novidade em relação às políticas públicas voltas à moradia. No contexto das décadas de 1990 e 2000, a forma como os agentes do Estado vinham tratando as questões das favelas em Porto Alegre e outras capitais do Brasil priorizava a regularização fundiária.

Muitas favelas estavam sendo reconhecidas legalmente enquanto espaços urbanos, mantendo-se no mesmo espaço a partir de uma política de consolidação do direito de moradia (ALFONSIN, 2000; CARVALHO, 2016).

Como percebemos pelas narrativas, entre o tempo em que eles vão morar em um “assentamento irregular” até iniciar o processo de realocação, existe um “sentimento de segurança psicológica” (MAGALHÃES, 2013). As narrativas sobre o mundo da vida não incluem um medo diário de ser “despejado” como observamos no relato de Fátima:

Daí teve um rapaz que eu conheço há muitos anos ele diz: “Fátima eu tenho dois carrinho”. Eu disse, tu me aluga? Ele alugou o carrinho e eu assumi a responsabilidade, pagava ele por semana, ele me alugou dois carrinho de papel para a rapaziada, meus filho adotivo ir puxar carrinho. Quatro saía de manhã, dois em cada carrinho. Os que ficavam, ficavam reciclando e as mulher fazendo comida, limpando roupa, arrumando a casa. Os otros ia buscá lenha, os otros ia buscá água, era assim, porque não tinha água. O que podia saí pra ir num açougue pedi um osso, uma carne. Não tinha que tê vergonha, vergonha era a gente passá fome. E consegui, graças a Deus. Teve um já que aí consegui um serviço, consegui documento, foi trabalhá, já melhorou, e assim foi indo. Nunca vi uma discussão, e quando nós ia fazê festa assim, aniversário do fulano, eu fazia os pudim e nós ia festejá lá no parque.

As pessoas, a partir de seus esquemas de tipificação (SCHÜTZ, 2003), *mergulham* em suas rotinas de luta pela sobrevivência, mas também de sociabilidade e descanso. Em momentos da vida ordinária também se sonha e se planeja sobre um novo trabalho, reformas da casa e sobre filhos. É o que Alexandre Magalhães, estudando a vida dos moradores de favela em relação às políticas de remoções compulsórias na cidade do Rio de Janeiro, denomina “sentimento de segurança psicológica”:

Os moradores de favelas em processo de realocação descrevem suas vidas até então como transcorrendo com relativa “normalidade”, aquela permitida pela rotinização tanto das ações quanto dos seus ambientes. Isto significa afirmar que as expectativas relacionadas à continuidade destes espaços e dos contatos com outras pessoas tipicamente consideradas seriam correspondidas da melhor maneira, no sentido de que ocorreriam sempre da mesma forma, ou seja, da maneira esperada para encontros e situações típicas que conformariam suas vidas ordinárias. Isto valeria, inclusive, para os contatos estabelecidos com diferentes agências do Estado. (MAGALHÃES, 2013, p. 136)

Nas primeiras décadas do século XXI, faz parte do conhecimento à mão dos moradores de favela no Brasil reconhecer a existência de leis que lhe dão direito à moradia. Nos trâmites políticos é criado, nesse contexto, o Estatuto das Cidades (ALFONSIN, 2002). Mas, além das leis, os moradores de favela *veem com seus próprios olhos* várias comunidades

serem regularizadas, e não removidas, o que colabora para que, no mundo da vida, não tencionem o pensar e agir.

Remoções compulsórias não deixaram de existir entre as décadas de 1980 e 1990 (SANT'ANA, 1997), mas não era a regra. Já no século XXI, elas se tornaram mais numerosas, envoltas em projetos de urbanização e de mega eventos. Pesquisadores como Erick Melo (2012), Gutierrez (2014) e Gaffney (2013), analisaram esse contexto, como vimos no capítulo três. Alexandre Magalhaes tratando a reincorporação da remoção como prática estatal, a partir do século XXI, salienta a ação dos órgãos do Estado para além das leis recém-estabelecidas com o Estatuto das Cidades.

Neste sentido, a remoção de favelas (bem como outras práticas estatais nas margens) se situa para além da lei, no sentido muito estrito de que os agentes públicos, em suas formas de agir, operam num limite muito tênue entre o que diz a lei e o extralegal, entre a apelação às formas legais e a ações claramente extralegais. Esta relação entre Estado e margens, especialmente em formações sociais como a brasileira, fortemente marcada pela desigualdade e hierarquias, aponta para uma tipo de relação muito mais rotineira do que se costuma pensar. Estes momentos em que a diferença entre o legal e o extralegal parece não existir é o que acaba por permitir que a força muitas vezes utilizada contra populações subalternas assim o seja sem grandes comoções e sem ser considerada ilegal. Nestes casos, portanto, a exceção é a regra e não o contrário. (MAGALHÃES, p. 302)

Em Porto Alegre, o momento de exceção, “para além da lei,” faz parte da realidade das comunidades em processo de remoção. No mundo da vida dos sujeitos do tipo que ora analisamos, especificamente no momento em que *estão de mudança*, é possível acompanhar a interface entre eles e a “máquina”. Adão relata: “Aí a gente chegando lá, só dava tempo de tirar as coisas de dentro de casa e já metiam aquela máquina derrubando tudo pra não volta. Parecia que tavam tirando bandido, era brigadiano, era federal, era a polícia, aquela, da prefeitura, tudo lá armado”. Adão, sua família e vizinhos foram reassentados em um bairro da periferia. Sabemos que no dia em que as escavadeiras começaram a derrubar as casas, e os resíduos para serem reciclados foram deixados para trás pelos moradores, um dos membros da comunidade acorrentou-se à sua casa como forma de protesto.⁴⁴ Mas Adão não protestou, seguiu as regras do Demhab. Mesmo sendo “obediente”, ao narrar o dia da remoção se percebem aspectos desse processo de “exceção” a que Magalhães se refere.

⁴⁴ Essa informação nos foi relatada em trabalho de campo, em conversa com uma moradora da Vila Mafalda. Seu tio não se dispôs a ir morar no novo residencial, e como forma de protesto à demolição das casas, acorrentou-se à moradia.

Fátima, que também foi removida de uma vila central para a periferia, recorda que, agora, está morando em uma casa melhor: “bem melhor, não tem risco de incêndio essas coisa assim”. Mas ela também narra sobre momentos de truculência:

Quando nós viemo pra cá parecia que a Federal ia prendê bandido, verdade menina, verdade, verdade, verdade! Queria que tu visse como nós saímo de lá! Eu não tirei foto, eu não tinha, tinha celular, mas não tinha como filmá. Com umas arma maior do que aquela minha bengala ali ó.

– E quem é que mora aí?

– Eu e Deus. E vocês que tão aqui pra me protegê!

Parecia que iam prendê bandido, dando graças a Deus que nos tiraram de lá.

Loiva vivenciou o processo de remoção em 2018, depois de um ano vivendo em uma das ilhas do Bairro Arquipelago, junto com a família de seu marido. Devido a tiroteios entre traficantes que pretendiam dominar a pequena vila (aproximadamente trinta famílias), seus moradores saíram por uns dias da comunidade. Ao voltarem, encontraram suas casas demolidas pela ação da empresa dona do terreno, mas, tendo como aval, segundo eles, as ações já existentes dos órgãos estaduais e municipais para a retirada da vila. O ato de demolição das casas, em 2018, segue a “cartilha” em voga que prevê a demolição rápida para que pessoas não ocupem novamente a área (ARAUJO, 2015).

Quatorze dessas famílias foram encaminhadas por agentes do Estado para um prédio abandonado em que havia funcionado uma escola. Entre essas pessoas estava Loiva e a família estendida de seu marido. Eles permaneceram na escola por vários meses. Contudo, resolveram abandonar o local devido às más condições do prédio e à pressão dos vizinhos para que eles e seus “lixos reciclados” saíssem, uma vez que estavam trazendo animais peçonhentos para o bairro. Então, as quatorze famílias resolveram morar na frente da Prefeitura de Porto Alegre, até que fosse dada uma solução para o seu caso.

Nos primeiros dois dias na frente da Prefeitura, não houve nenhuma tentativa de expulsão. Mas, passado mais alguns dias, a reação dos agentes públicos começou com uma fita determinando que os manifestantes, ou melhor, os vizinhos do Prefeito com seus colchões, varais, cadeiras, crianças, não se aproximassem.

Terça feira começô a botá a fita, daí ia eu e mais alguns ia lá e tirava a fita, mas só arrebetava e tirava a fita sabe? Eu ia lá e arrebetava, aí eles me olhavam iam lá e amarravam. Mas assim, é uma coisa, é público, a gente paga por isso, é a Prefeitura! Como a gente não pode sentá numa escada? Sendo que antes não tinha aquelas proteção na frente. Até na escadaria grande tinha um monte de gente sentada, como é que agora a gente não pode? (...) Ontem a gente fez um pequeno protesto ali na frente, que eles trancaram a escada, pediram pra nós se retirá dali. Uns senhores tavam passando, dois senhores tavam passando, perguntaram o que estava acontecendo, eles

viram o nosso cartaz e olharam pra nós e, capaz! Começaram a gritar junto, bater palma, umas senhoras professoras também, pararam pra ajudá. Tem pessoas boas mas tem outras que são bem estúpidas assim.

Embora o evento da remoção tenha trazido muitos transtornos para Loiva (morar na rua, perder seus pertences), pela análise de suas narrativas temos como hipótese que ela não o interpretou como um momento de desestruturação do seu mundo da vida. Ela considera a remoção como uma oportunidade de ter uma casa melhor, e aí poder realizar o seu sonho: ter seu primeiro filho. Mas, há que salientar: a sua interpretação não significa passividade nesse processo.

Loiva morava há pouco tempo nessa comunidade da ilha junto com o marido chamado Marco (cuja avó foi a fundadora da ocupação). Sua relação, nesse começo de casamento, era com o marido e a família, não com o território (diferente de Marco, que também entrevistamos e cuja análise foi apresentada a partir do Tipo Locus).

Uma vez que a família, da qual agora faz parte, continua unida na frente da praça e há, em sua concepção, fortes indícios de que serão beneficiados por alguma política pública do governo, Loiva mantém-se confiante. Em sentido latente, é possível que sinta que já tem um lar estável, mesmo estando temporariamente na praça. Contudo, falta-lhe algo fundamental: a casa, pra ser a casa da infância de sua prole. Nesse sentido, de forma bem pragmática, a remoção poderá trazer boas consequências: não morar em meio a tiroteios, em uma comunidade tomada pelo tráfico.

Pelas narrativas de Adão se percebe que, ao projetar a remoção, imaginou que, junto com a mudança, iria também a vizinhança e toda a rede social formada na Vila Mafalda. Contudo, o novo loteamento não se apresentou como boa opção para muitos vizinhos, que logo partiram dali (o novo galpão prometido pela prefeitura, para os trabalho dos catadores, não saiu do papel)⁴⁵. Além disso, a casa de Adão mostrou-se não compatível com suas necessidades e da família. Por isso, ele também começou a ter conflitos com os agentes da prefeitura.

Quanto à ambientação em um novo território, depois de um processo de remoção, podemos trazer aqui dois exemplos. O primeiro, em relação a Adão. Ele teve que lidar com problemas na escola em que matriculou o filho, pois os alunos não estavam aceitando os colegas novos que vinham de outra vila, lá do centro da cidade. O segundo exemplo refere-se

⁴⁵ Foi possível acompanhar, pelos meios de comunicação, o embate entre Prefeitura e lideranças da comunidade da qual Adão fazia parte. A principal crítica ao novo loteamento era o fato do galpão, que fora construído, não comportar todos trabalhadores interessados.

às vivências de Fátima que relata o problema de não ter comércio com preços populares tal como aqueles em que comprava quando morava no Centro.

Como eu faço pudim eu vô nos atacado, quando eu vejo que tem promoção eu vô comprá. Aqui, quatro rolo de papel higiênico é quatro pila! Mais vô, meu Deus do céu, com quatro reais eu compro oito rolos de papel higiênico, e aqui é quatro reais com quatro rolo, então quem vai ao santo vai a Deus.

Fátima seguidamente na entrevista utiliza essa expressão “quem vai ao santo vai a Deus”. Essa máxima é utilizada na cultura brasileira como uma forma de expressar agilidade e solução às situações que se apresentam. Portanto, é uma expressão que foi reelaborada, atualizada, mantendo-se em meio às experiências no mundo da vida, mas sem o sentido original. No caso de Fátima, ela configura a tradicional expressão citada, dotada de fantasias, significados e ações, a partir de seu sistema de relevância e de padrões de conduta do grupo social do qual que faz parte (SCHÜTZ, 2003).

Fátima também relata sentir dificuldade na nova casa devido ao tráfico. Sua interpretação leva a uma linha de ação popular, já aqui mencionada a partir da entrevista com Adão e Dalva, em que a estratégia é agir como se nada visse, e fingir muito bem: “Adorei vir morá aqui, trabalhei um ano na casa de uma senhora pra fazê isso aqui ó ((fechar a varanda)), pra fechar e nunca mexeram em nada. Agora tá diferente, mas, é só a gente sabe: não vi, não sei, é só isso”. Conhecer a realidade de um bairro periférico levou a entrevistada a ressignificar termos e expressões não usuais, como “toque de recolher”. Vejamos uma parte da entrevista em que ela nos fala sobre o novo cotidiano:

As criança estudam do outro lado de lá, e às vezes lá tem toque de recolhê. Aí, as mãe tem que ir tudo buscá as criança, é por causa das droga, dos traficante, é um perigo. Nós fomo fazê, mês passado nós fizemos sopão, aí a gente vai na CEASA, busca as coisa lá na CEASA e se reunimo na casa da vice-presidenta pra fazê o sopão. Aí, nós não tinha panela suficiente, panelão, fomos lá numa creche que tem ali. Ele disse: “meu Deus o que vocês, duas senhoras, querem com duas criança aqui? Se nós mandemo as criança pra casa cedo, por causa que deu toque de recolhe! Vão embora por favor” (...). Não tem, é toque de recolhê, e volta e meia tem aqui na frente, bem aqui, e a gente leva, vai, as criança vão e já levam o coração na mão.

Certamente essa expressão, toque de recolher, já era conhecida, mas não de forma a ser relevante perante suas ações na vida cotidiana, perante a província da realidade em que se encontra. A vivência de um *toque de recolher* traz, agora, outro significado a determinado conhecimento anterior que, até então, se mantinha em um estágio de percepção diferente, em uma zona pouco acessível da mente. Segundo Schütz, “o significado subjetivo que o grupo tem para os seus membros consiste em seu conhecimento de uma situação comum, e com ela, de um sistema comum de tipificações e relevâncias” (SCHÜTZ, 2003, p.82). Esse sistema de

relevância não é reconhecido pelo indivíduo de outro grupo como verdade evidente, porque suas experiências no mundo da vida são outras. Contudo, a partir de um processo subjetivo de percepção em relação a novos contextos e relações o sistema de relevância sofre alterações e influências externas. Os jogos de linguagem – que só fazem sentido enquanto relacionados ao mundo da vida e à interação entre as pessoas de determinado grupo – se modificam; ora são excluídos, ora reelaborados.

A entrevistada Bete, quando removida, mantém por um tempo os cuidados com a casa nova, sente-se bem naquele ambiente com infraestrutura que jamais teve em suas casas. Mas, Bete ficou poucos meses no loteamento. Ela vendeu a casa (as vendas são informais, é claro, uma vez que não há escritura enquanto beneficiária do Demhab)⁴⁶ e foi morar na casa da avó. Provavelmente o fator financeiro influenciou nessa decisão, uma vez que o trabalho de reciclagem que ela e o marido realizavam, tornou-se insustentável no novo bairro. O marido, então, passou a trabalhar na construção civil, mas com períodos em que não havia trabalho: “Daí, agora ele já conseguiu de novo, agora tá trabaiano, graças a Deus. Agora minha vida tá, só não tá aquelas, né. Quando a gente tá mal é ruim né, quando não tem comida dentro de casa, quando não sobra o dinheiro, quando é prá fazê conta e não sobra dinheiro”.

Mesmo tendo ficado pouco tempo no loteamento do Demhab, Bete interagiu com a casa, a organizou, reformou e depois recebeu até elogios da mãe: “ela vinha me visitá na minha casinha, né, ela, ela gostô da minha casinha quando eu ganhei era bonitinha, arrumei, botei piso”. Para Bete, a casa tem que ter piso, talvez esse tenha sido um dos sonhos que acalentava na infância e adolescência ao morar em uma casa fisicamente muito precária junto com a mãe.

Os indivíduos que compõem o Tipo Exedra (com exceção de Loiva que durante a entrevista ainda se mantinha em negociação com a Prefeitura), ao receber uma nova casa em loteamentos do Demhab, transformam a casa em um lar, a partir do seu sistema de relevância, o que inclui a casa ideal ou idealizada da infância:

E a casa da lembrança torna-se psicologicamente complexa. A seus abrigos de solidão associam-se o quarto, a sala onde reinaram os seres dominantes. A casa natal é uma casa habitada. Os valores de intimidade aí se dispersam estabilizam-se mal, sofrem

⁴⁶ “É proibida a transferência dos imóveis contratados por Concessão de Direito Real de Uso (...).

- O ocupante que transferir o seu imóvel ficará impedido de participar de novo contrato com o Demhab.
- Não é permitido alugar, emprestar, ceder ou trocar o imóvel, mesmo que parcialmente, somente o Demhab pode indicar novo ocupante para imóvel vago.
- Para os contratos de compra e venda, a transferência somente poderá ser feita com a prévia autorização do Demhab.” Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?p_secao=118>. Acesso em: 04.jan.2019.

dialéticas (...). Mas, para além das lembranças, a casa natal está fisicamente inserida em nós, ela é um grupo de hábitos orgânicos (...) a casa natal gravou em nós a hierarquia das diversas funções do habitar. Somos o diagrama das funções de habitar aquela casa; e todas as outras não passam de variações de um tema fundamental. (SIMMEL, 1989, p. 33)

Fátima e Dalva transformam as áreas não cobertas em hortas urbanas. A pequena varanda na fachada é cenário para as plantas ornamentais. Adão consegue organizar sua casa de modo a manter a esposa e os filhos com qualidade de vida. Construiu novas peças, um quarto e uma varanda (ao invés de plantas, tem muitas cadeiras para receber seus enteados e netos que seguidamente os visitam).

A casa enquanto coisa e não objeto (GUEDES, 2017), sempre tem suas “esquisitices”, algumas vão sendo concertadas, mas e as outras? Parece que se acostuma com elas, é o que percebemos nas visitas que realizamos aos nossos entrevistados. No romance “Uma casa para o senhor Biswas”, Naipaul aborda a busca pela casa própria por uma família de baixa renda. Quando a família consegue a casa, passado o entusiasmo, vem a fase de adaptação entre expectativas e realidade.

“Já no dia em que compraram a casa começaram a colocar defeitos nela. A escada era perigosa; o assoalho do primeiro andar estava afundando; não havia porta dos fundos; a maioria das janelas não fechava; as placas de celotex embaixo dos beirais haviam caído, deixando buracos pelos quais podiam entrar morcegos no sótão. Discutiram esses problemas com toda a calma possível, tendo o cuidado de não manifestar decepção abertamente. E pouco depois, surpreendentemente, a decepção já havia passado, logo eles se acostumaram a todas as peculiaridades e esquisitices da casa. E quando isso aconteceu eles pararam de olhar para a casa com olhos críticos, e ela tronou-se simplesmente um lar. (NAIPAUL, 1988, p. 19)

Quando os entrevistados, que foram removidos para loteamentos do Demhab na periferia, dizem “aqui tá bom”, logo em seguida falam de suas casas. Mas e os demais aspectos relacionados à estabilidade? Como fica, por exemplo, o problema do deslocamento, o problema das transformações nas dinâmicas sociais internas da comunidade e o fator econômico?

Quanto ao fator econômico, Adão com 76 anos passou a viver de sua aposentadoria, enquanto sua esposa trabalha no galpão de reciclagem do loteamento. No dia em que concedeu a primeira parte da entrevista, antes de começar a gravação, Adão afirmou que estava cogitando voltar a trabalhar, não só porque ganhava pouco com sua aposentadoria, mas porque sentia falta. Essa informação é importante para deixarmos claro que depois da remoção e após organizarem seu novo cotidiano não necessariamente vivenciam um período

de *sossego*, seja afetivo ou econômico. Todos os entrevistados, após a remoção tinham novos projetos, novos problemas e também sofrimentos.

A entrevistada Fátima embora aposentada, precisava complementar a renda. Um de seus afazeres é cuidar de idosos de vez em quando e o outro é vender pudim: “eu vendo pro pessoal aí desses ônibus, eu vendo: ‘Dona Fátima, dá pra senhora fazê um pudim pra tal dia?’ Pronto, eu entrego. Quando ele ((motorista)) vim do Centro: ‘Dona Fátima eu tô na rua tal’. Já saio daqui e entrego o pudim”.

A partir do mundo da vida de nossos entrevistados, que aqui representam o Tipo Exedra - Interpretação da remoção como *complementariedade* da dinâmica social criada ao longo da vida, foi possível perceber suas representações em relação à moradia e a forma como interpretaram a remoção. Mas para além da remoção, através de suas narrativas, somando-se a pesquisas como a de Fedozzi & Soares (2015) e SANT’ANA (1997), é possível entender as dificuldades que as famílias de baixa renda de Porto Alegre têm ao serem removidas para a periferia. Essas dificuldades estão relacionadas a um processo de desterritorialização, incluindo o seu modo de vida tradicional (TADESSE, 2009). Com esse modo de vida modificado, também modificam as relações sociais, afetando a estabilidade dos entrevistados no que tange às relações com os vizinhos e antigos *vizinhos parentes*. Por exemplo, o “trem das onze” desaparece. Fátima relata: “Quase todos que moravam comigo ganharam casa e se desfizeram. Só tem uma que tem casa, que é a Inês, que os outros que ganharam já se desfizeram das casas aqui”.

Cardoso & Aragão (2011) observaram que projetos urbanos de moradia popular, como é o caso de alguns loteamentos do Programa Minha Casa Minha Vida (incluindo o residencial para onde Fátima foi removida), tendem a sanar a falta de moradia para pessoas com renda acima três salários mínimos. Essa tendência, de forma empírica se observou nesta seção. A maioria dos moradores que foi para a periferia, trabalhava como catador e aqueles que não conseguiram emprego em galpões de reciclagem, precisaram se desfazer da casa e voltar para a região central da cidade. A partir desse contexto de venda das casas, se modifica a dinâmica social das comunidades removidas. Nossos entrevistados relatam que as pessoas, por exemplo, não se cumprimentam mais, como relata Bete: “não olha prá cara da gente, vira a cara prá gente, parece que nem conhece de lá, entendeu? Querem *se achá* de riquinho. Lá, todo mundo se dava com todo mundo”. No loteamento para o qual Bete e também Adão foram removidos em 2011, depois de cinco anos aproximadamente, metade dos beneficiários venderam suas casas. Entre os beneficiários que se mantiveram e os novos, que compraram a casa, nasce uma dinâmica diferente de sociabilidade, voltada mais para os núcleos familiares. Como vimos no contraste de Adão (seção 5.2.2), assim como Bete, ele interpreta essa transformação como uma falsa mudança de status: “alguns vizinhos agora *se acham*, pensam que estão ‘com o rei na barriga’”. Se lembrarmos do vizinho de Adão, que quando soube da

remoção comprou um carro, ainda lá na antiga vila, haveremos de levar em conta que o “se achar” já estava em processo e está interligado ao contexto econômico da época.

Segundo Celi Scalon e André Salata (2012, p. 404), no desenrolar da década de 2000, ocorreu uma “expansão do mercado de trabalho e crescimento da renda no Brasil, em particular para as classes inferiores da estrutura social”. Esse contexto influenciou para que, pelo menos uma parte dos moradores da vila, quando foram removidos, pudessem se manter como beneficiários do loteamento do Demhab. Então, pessoas das classes C e D, que em período anterior à remoção passaram a ter uma renda melhor, quando foram para o novo residencial “se acham”, como bem captaram Adão e Bete.

Quanto à Dalva, era uma das *moradoras* da vila que possuía uma boa renda, embora seus melhores pertences estivessem na “casa escondida”. O que chamamos de *remoção*, para Dalva era, por suposto, uma *mudança festiva*. Mas, assim como os demais, ela enfrenta problemas em relação à casa e não a mantém de acordo com a planta do Demhab, pois decidiu ceder uma parte para o namorado. Acompanhemos seu relato:

Quando eles vieram marcá a casa, marcaram a minha, né, e não marcaram a dele, e eu não tinha documento dele não tinha nada. Aí, não me liguei, eu táva por fora da situação (...). Essa peça aqui fui também eu que mandei fazê prá coloca ele né, e fechei a porta do quarto aqui, não ia deixar o cara na rua. Podia dizê: problema teu, né. A gente tem que entendê um pouco as coisa e quando eu morrê não vou levá a casa junto. Aí, digo, eu aprendi muito com os gaúchos aquela frase gauchesca: “caixão de defunto não tem gaveta”.

A casa de Dalva transformou-se em duas, completamente independentes. A casa de Silvio, o namorado, ocupa uma parte bem menor do terreno e não tem pátio. Por ser tão pequena, e por Silvio, um dos entrevistados que compõem o Tipo Locus, ser um homem do campo, normalmente mantém-se na frente da casa quando não está em alguma fazenda.

5.2.3.4 Casas não são para sempre: concluindo o Tipo Exedra - Interpretação da remoção como *complementariedade* da dinâmica social criada ao longo da vida

Através da abordagem narrativa biográfica é possível, como se viu neste capítulo, focar na interpretação e ação dos sujeitos a partir de sua interação na sociedade, sendo a tipologia uma ferramenta que possibilita padronizar levando em consideração categorias universais. Ao não partir de nenhuma premissa, ao não considerar os moradores de favelas como fantoches que são removidos daqui para lá, não perdemos pelo caminho das pesquisas e análises a riqueza dos processos de agências criativas e a multiplicidade de interpretações e ações a cerca do fenômeno da remoção compulsória.

Seguindo o princípio da abertura, a partir da teoria de Alfred Schütz, e da comparação contrastiva organizada por Gabriele Rosenthal, foi possível compreender melhor como foi construída a interpretação dos sujeitos deste tipo em relação à remoção. Nesse processo de compreensão percebemos que a casa, a agência criativa, o território e arranjos familiares são importantes categorias para a análise.

A casa, categoria central desta análise, se apresenta através de nossos entrevistados como um valor simbólico, reaproximando os sujeitos de sua casa da infância, como o “trem das onze” de Fátima. Todavia, existe também a casa com valor de troca (uso econômico) e a casa com valor de proteção (segurança pra família e para a velhice).

Em relação ao Tipo aqui analisado as interpretações quanto à remoção de moradias, na atitude natural, são mais fluidas, pragmáticas, afinal, casas não são para sempre e quem nelas mora também não. Uma criança que se vê, por exemplo, afastada do convívio dos genitores, passa a ter uma relação diferente com a casa, tende a reconhecê-la não apenas como espaço de proteção e descanso, mas também como lugar de perdas, e por isso mesmo substituível a partir da busca de um lar.

Tendo por base estoques de conhecimento e interações diretas no presente, as pessoas deste tipo pensaram a remoção como algo inevitável que não era ideal, mas que poderia trazer-lhes alicerces para perspectivas futuras, ou seja, vantagens para seu mundo da vida. Partindo da reconstrução da vida de Adão e posteriormente analisando as demais biografias, fomos percebendo que o sentido atribuído à remoção envolve o sonho de ter uma casa que venha a coroar o processo de estabilidade em que se encontram. Nesse processo não observamos conformidade dos sujeitos Tipo Exedra em relação às políticas públicas nas quais estão envolvidos. Eles se envolveram na conquista da casa conforme suas possibilidades e necessidades, inclusive “passando a casa adiante” como no caso de Bete ou transformando-a com seu próprio trabalho, como no caso de Adão, a despeito das regras do Demhab que para ele eram infundadas.

Percebemos que os entrevistados viveram momentos de intensa vulnerabilidade na infância e juventude. Eles tiveram pouco ou nenhum acompanhamento social especializado, mas, com o tempo, foram elaborando suas perdas e *remoções compulsórias*, contando com os ativos de suas comunidades e de suas próprias agências criativas. É interessante, por exemplo, ver como Adão trabalhou a questão do próprio abandono, do “não se abandonar”, ou seja, ele passou pela remoção mantendo um projeto de família que lhe dá estabilidade e força para transformar a moradia nova em um lar. Então, sugere-se em relação ao Tipo Exedra que tanto as experiências de perda como a elaboração, influenciaram, depois de adultos, na forma de interpretar a ordem de remoção de suas casas.

5.3 Tipo Locus - Interpretação da remoção como transformação da dinâmica social criada ao longo da vida

Do estudo fundamentado em biografias para esta tese, verteu uma análise comparativa a partir do contraste máximo, resultando em uma generalização teórica que apresenta o Tipo Exedra e o Tipo Locus (ROSENTHAL, 2014). Sendo a base de nossa investigação a interpretação do fenômeno da remoção compulsória, o contraste máximo que enfatizamos está no sentido que esse fenômeno tem. Para alguns entrevistados do Tipo Exedra o sentido é de complementariedade a um processo social já em curso. Pois bem, trabalhando com contraste máximo, lançamos o pressuposto de que o Tipo Locus interpreta a remoção como inovação, como um fenômeno que irá transformar sua estrutura socioeconômica. Contudo, em relação ao tipo Locus, foi preciso aprofundar a generalização porque, embora todos os biografados vissem a remoção como fenômeno desencadeador de transformação estrutural, uns a veem como positiva e outros negativa, daí a criação de subtipos no final deste capítulo.

De forma geral, o capítulo mantém a mesma estrutura do anterior. Sendo assim, apresentamos, inicialmente, o contraste de um dos biografados, o Antônio e, em seguida a análise do Tipo Locus, que engloba a biografia de Antônio, Keli, Mário, Vera, Billy e Silvio. Segue alguns dados biográficos dos seis entrevistados:

Antônio: nascido em 1945 em Portugal, emigra para o Brasil em 1962. Primeiro grau incompleto, zelador aposentado, removido da região central para a periferia de Porto Alegre;

Keli: nascida em 1990, após a morte do pai, em 1999, vai morar em uma favela da região central de Porto Alegre, onde, além de estudar (primeiro grau completo), começa a trabalhar como catadora, ainda criança. Removida da região central para a periferia de Porto Alegre;

Billy: nascido em 1985 em uma das ilhas que compõe o Bairro Arquipélago de Porto Alegre. Possui o primeiro grau completo. Morou durante toda a sua vida na vila que foi “fundada” pela avó. Depois de um tiroteio entre traficantes, Billy e sua família resolvem sair da ilha por uns dias. Quando voltam, suas casas haviam sido demolidas;

Silvio: nascido na Região da Campanha, ao sul do Rio Grande do Sul, em 1952. Coursou apenas as séries iniciais do primário. Em 1974 migrou para Porto Alegre onde casou e teve seis filhos. Ao se separar começa a morar sozinho em uma favela da região central de Porto Alegre, de onde foi removido para a periferia;

Vera: nascida em 1981 em uma cidade da Depressão Central, no Rio Grande do Sul. Tem o primeiro grau completo. Veio para Porto Alegre em 1995 para morar com sua mãe em uma favela da região central da cidade de onde foi removida, passando a viver de “aluguel social” em outra favela;

Mário: nascido em 1979, viveu a infância na periferia de Porto Alegre. Tem terceiro Grau completo. Ainda criança, foi morar com a família em um terreno que ocuparam aos poucos. Esse terreno localiza-se junto a um território com várias favelas, na região central de Porto Alegre. No processo de remoção, Mário e a família não saíram da casa.

5.3.1 Memo de Apresentação de Antônio⁴⁷

Reflexão da situação da entrevista: Em 13 de março de 2016, fui para o loteamento em que foram realocados os moradores da antiga Vila Mafalda. Meu objetivo era apenas observar e conversar com as pessoas. Eu não tinha entrevista marcada. Cheguei à frente da casa de Adão, quem eu já havia entrevistado, e sua esposa me convidou para entrar. Na hora de me despedir, fiquei ainda um tempo dialogando com Adão na frente da casa. Durante esse momento, passou um senhor que mora em uma das casas próximas e começou a falar com Adão. Eu permaneci só observando. Depois que ele saiu, Adão me disse que aquele era Antônio, que também era da antiga Vila Mafalda. Explicou que a casa atual dele era uma sujeira porque criava galinhas, pássaros e cachorro. Também me disse que a filha, uma época, estava cuidando dele, mas que depois foi embora. Apesar de eu não ter verbalizado a minha vontade de entrevistar Antônio, creio que demonstrei de alguma forma tal intenção porque Adão me aconselhou a não entrevistá-lo, alegando que seria muito ruim entrar em sua casa devido à sujeira.

Em 17 de março de 2016, fui pelo turno da manhã ao residencial para entrevistar Solange, uma senhora que não mora mais lá, mas era antiga moradora da Vila Mafalda. Pela segunda vez (e não última), Solange não apareceu para a entrevista. Como eu já estava no residencial da comunidade da Vila Mafalda resolvi entrevistar outra pessoa, mas quem? Quando estava me aproximando da casa de Antônio pensei: poderia entrevistá-lo. Achei que ele aceitaria, pois já havia me visto com Adão, então se sentiria mais seguro. Antônio estava sentado na varanda da casa, conversei um pouquinho com ele e perguntei se também poderia

⁴⁷ Os nomes de todos os contatos, entrevistados, parentes e demais pessoas foram alterados, para preservar a identidade do entrevistado.

me dar uma entrevista. Ele aceitou, mas não tinha nenhuma cadeira pra mim. Mas isso não foi empecilho, fui até a casa de Adão e peguei uma emprestada, explicando que não faria a entrevista dentro da casa.

Então, a entrevista foi marcada pelos sons do cotidiano do residencial (carros, ônibus ao longe, vozes de crianças, vizinhos conversando). Os animais de Antônio (galinha, pássaros e cachorro) permaneceram todos em silêncio, o tempo todo da entrevista, nem um latido.

Antes de começar a gravar, tive uma pequena conversa com Antônio, falei das entrevistas que já havia feito com antigos moradores da Vila Mafalda, me apresentei enquanto estudante e disse algo que foi positivo para aquele momento, dado que Antônio é português: falei que conhecia Portugal, citei algumas cidades que visitei. Ele ficou visivelmente emocionado ao dizer que eu estive perto de onde nasceu. Então, quando começamos a entrevista, Antônio já estava com o pensamento em seu país de origem.

Depois de eu fazer a pergunta inicial, ele fez questão de dizer que a história de sua vida era grande, o que me deixou à vontade para desenvolver a metodologia, pois, em outras palavras, anunciava que *soltaria o verbo*. Mas, em algum momento, ele achou que já estava bom de falar e anunciou que iria ao barbeiro. Perguntei se poderia continuar mais um pouco, pois havia algumas perguntas, e Antônio afirmou que poderia ir ao barbeiro mais tarde, sem problemas. Foi aí que comecei a segunda parte da entrevista.

Interesse de apresentação de Antônio: Antônio faz questão de dizer que é de família boa, se orgulha de ser português, salientando seu lado trabalhador. Atribui o início de seus problemas em relação à renda e à moradia à demissão de seu trabalho de zeladoria, que o deixou extremamente triste e desorientado. Dá a entender que, embora tenha sido mal compreendido pelas pessoas, e visto pelos outros como um marido que “não presta”, com o tempo, ele pôde provar a todos que é uma pessoa boa. Ele quis ser visto pela entrevistada como merecedor dessa casa em que vive hoje e da qual gosta muito. Embora passe boa parte do tempo na varanda ou calçada convivendo de alguma forma com o pessoal do novo residencial, se diz não afeito a conversas e convívios com vizinhos.

Campo Temático: *envergonhei minha família, dizem que eu não presto.*

DADOS BIOGRÁFICOS

Contexto: Antônio é aposentado e desde 2011 é beneficiário em um loteamento do Demhab, na periferia da cidade. Mora sozinho, mas tem a companhia de seus bichos e de alguns vizinhos amigos. Não mantém contato com a colônia portuguesa no Rio Grande do Sul, e tampouco com seus parentes que ficaram em Portugal.

Principais Dados:

- 1945 – Nascimento de Antônio;
- 1962 – Emigra para o Brasil, ficando aos cuidados de seu irmão que já morava em Porto Alegre e era dono de uma borracharia;
- 196? – Decide mudar de emprego e morar sozinho em uma pensão;
- 197? – Morte dos pais, em Portugal;
- 1975 – Primeiro casamento;
- 1975 – Nasce sua primeira filha;
- 1981 – Separação: vai sozinho trabalhar como zelador (mora no serviço);
- 1982 – Segundo casamento;
- 1982 – Nasce a segunda filha;
- 199? – Sua esposa se separa, levando sua filha junto;
- 2000 – É demitido e vai morar na Vila Mafalda;
- 2011 – É removido e assentado em um condomínio residencial na periferia de Porto Alegre.

Locais de moradia em ordem cronológica

(Mantendo o nome dos bairros informados, mas anonimizando os nomes das vilas)

Infância e adolescência

- Casa rural, propriedade de seus pais, na região de Beira Litoral, Portugal⁴⁸

Juventude

- Casa de seu irmão no Quarto Distrito, em Porto Alegre
- Pensão no Quarto Distrito em Porto Alegre

Vida Adulta

- Casa alugada para viver com a esposa (Porto Alegre)

48 Beira Litoral, em Portugal, é de fato a localidade em que Antônio nasceu. Manteremos o sigilo quanto ao nome da pequena comunidade em que vivia.

- Edifício em que trabalhava como zelador na região central de Porto Alegre
- Vila Mafalda (região central de Porto Alegre)
- Loteamento do Demhab (periferia de Porto Alegre)

5.3.2 Biografia de Antônio – Contraste entre Vida Narrada e Vida Vivenciada

Apresentamos a análise de Antônio, um dos seis entrevistados que compõem este tipo. Conforme o contraste entre vida narrada e vida vivenciada, em ordem cronológica, é possível nesta seção acompanhar sua trajetória, suas motivações e suas escolhas. As hipóteses decorrentes dessa análise, levando em consideração aspectos econômicos e sociais dos dois países em que viveu, dão suporte para a compreensão da interpretação de Antônio em relação à remoção de moradia.

5.3.2.1. Antônio e a família portuguesa: “ele trabalhava como um galego”

Antônio nasceu em uma pequena cidade da região Beira Litoral em Portugal. Seus pais moravam com os filhos em uma pequena propriedade rural pertencente ao pai de Antônio, que a comprou depois de trabalhar no Brasil. Sua vinda para o Brasil, onde tinha uma borracharia, aconteceu antes de Antônio nascer. Nessa propriedade do pai, ou próximo a ela, viviam seus avós, que foram muito presentes na infância de Antônio. Supõe-se que os avós não tinham uma grande extensão de terra, uma vez que o pai de Antônio, Acílio Costa, "se fez" ao trabalhar "como galego" no Brasil. Ou seja, as terras do avô não comportavam a sobrevivência de todos os filhos adultos e casados. Aliás, Acílio teve um irmão que também migrou para o Brasil para trabalhar. Vejamos uma parte da entrevista em que Antônio fala da sua situação de nascimento:

Porque na época, na época boa, o meu pai ganhou dinheiro aqui e levou pra lá, e aí foi comprando lá. Ele **se fez** foi aqui, mas bah! Faz mais de 50 anos. Claro, eu nem era nascido, aí ele ficava aqui meio ano, um ano e ia pra lá, quando era época de que aqui era bom, era bom, o dinheiro rendia e aí, começou a comprar lá, comprar lá, aí, aí tá.

Em um sentido latente, talvez exista uma percepção de Antônio de que sua vinda para o Brasil não foi durante um bom momento. Ou seja, ele começa a entrevista dizendo que trabalhou muito na vida e, mais tarde, aponta que o pai veio em um bom momento. Então, de certa forma, ele conclui que é por isso que Acílio "se fez" e ele não. Salientamos no relato a

expressão “se fez” porque ela resume o projeto transnacional da família. Ela é utilizada no sentido de “tornar-se algo”, “constituir-se” (HOLANDA, 1986, p. 763).

Em duas partes da entrevista, quando se refere a seu pai, ele usa o termo "trabalhou como um galego", o que é válido tanto para o período em que o pai vai para o Brasil quanto para o tempo em que ele possuía terra em Portugal. Um termo tão conhecido por Antônio, muito comum em sua terra natal, não é usado por ele durante a entrevista em relação ao seu próprio trabalho, mas apenas ao de seu pai. É o pai que trabalha "como um escravo" que trabalha mais do que o habitual. Antônio também pode querer enfatizar o lado rude de seu pai, como muitos portugueses consideravam os imigrantes da Galiza (*Dicionário de Expressões Correntes*, de Orlando Neves). Então, ser rude e trabalhar duro para comprar a terra, torna-se um caminho para os filhos que queiram seguir ao pai. O irmão de Antônio seguirá por esse caminho, já ele parece que não, apesar de lutar com essa culpa de não ter “se feito” na vida a partir do trabalho pesado, “sem feriado, sem fim de semana” como trabalhava seu irmão no Brasil.

O excesso de trabalho de seu pai e sua mãe, Anita, tem uma correlação com o contexto em que viveram sua infância. Durante o período da Primeira Guerra Mundial, além dos problemas financeiros, o contexto político era muito instável, o que também prejudicou a economia, de modo que o trabalho infantil permaneceu insubstituível. Nas primeiras décadas do século, Portugal era basicamente agrário, de modo que o estudo dos trabalhadores não era estimulado. Mesmo quando o setor secundário da economia (indústria) começou a crescer vagarosamente, as políticas públicas educacionais não consideravam importante a presença de pessoas educadas, era "preferível manter as pessoas na ignorância por causa de sua docilidade, modéstia, paciência, sua renúncia” (CARVALHO 1986, p. 726, apud CAMPOS 2011).

Pai e filho experimentaram diferentes contextos, o que os influenciou para ter diferentes projetos de vida. Antônio não se adaptou ao mundo do trabalho de sua aldeia. Ele migra para o Brasil por razões diferentes de seu pai, como veremos mais adiante, mas seu contexto de nascimento, que inclui a chegada do pai no Brasil, marcará as decisões de Antônio no futuro.

Para analisar este contexto de nascimento, é interessante entender a estrutura socioeconômica da região em que nasceu. A partir da entrevista que Antônio nos concedeu, sabemos que ele nasceu em uma pequena aldeia pertencente a uma região portuguesa

conhecida como Beira Litoral⁴⁹. A parte rural dessa região é historicamente ocupada por pequenos proprietários que vivem da agricultura, granja e criação de gado.

João de Pina-Cabral (2013), em entrevista à revista *Temáticas*, relata a pesquisa etnográfica que realizou na década de 1970 em relação às casas da região do Minho. O Minho apresentava muitas propriedades agrícolas de pequeno porte, como Beira Litoral. Pina-Cabral observou que qualquer casa que não fizesse parte de uma propriedade rural era chamada de “cabana”, não importava o material, mesmo sendo feita de uma forte estrutura como pedra, por exemplo. As pessoas que moravam em uma “cabana” não faziam parte da lista dos “vizinhos” da freguesia, mesmo que sua moradia se localizasse rente a uma casa agrícola. Só eram considerados vizinhos aqueles que possuíam uma casa agrícola, ou seja, uma porção de terra, cuja casa fazia parte. Essa era a “unidade social primária” necessária para você ser aceito na comunidade (Pina-Cabral, 2017).

Pois bem, voltando à família de Antônio, seu pai Acílio, ao crescer e casar, por volta de 1940, não possuía uma casa agrícola. Assim, em relação à imigração para o Brasil, é provável que o “motivo que” o levou a emigrar tenha sido “se fazer”, ganhar dinheiro para sustentar a família. Mas o motivo “a fim de que” foi livrar-se do *fantasma* da não identidade, do não pertencimento e não aceitação no grupo do qual sua família historicamente fazia parte (SCHÜTZ, 1973). Assim, entre suas opções e suas experiências, é impossível conceber seu trabalho e sua sociabilidade sem uma casa agrícola. Então, a ideia de Acílio de ir trabalhar no Brasil não está vinculada à mudança estrutural de vida. O que lhe move é manter o caminho trilhado por seus pais.

Quanto à imigração para o Brasil, não era algo estranho para a comunidade da qual Acílio fazia parte. Desde o século XVI, o trajeto para a colônia na América era feito por muitos portugueses e algumas levas eram muito grandes. Uma delas foi durante o chamado ciclo do ouro no século XVIII (GUIMARÃES, 2011). A partir desse período, há referências a um tipo de português chamado de brasileiro. É o cidadão que foi para o Brasil e de lá voltou com dinheiro e com costumes diferentes (MATOZZI, 2016).

Outro momento de forte migração foi no início do século XIX, “como efeito da lenta extinção do tráfico negreiro, das políticas de branqueamento das nações americanas recém-independentes, e beneficiado pela implementação da nau a vapor” (MATOZZI, 2016, p. 24).

49 Beira Litoral é, de fato, o nome da região, porém mantivemos o sigilo quanto ao nome da pequena comunidade em que nasceu.

Na década de 1940, Beira Litoral era uma das regiões de Portugal que mais registrava imigração para o Brasil. Boa parte desses viajantes, ao preencher os documentos para sua vinda, justificaram com o termo: "desejo de melhorar de fortuna" (PASCKES, 1991).

Da geração de Acílio, de meados do século XX, embora esses imigrantes portugueses fossem majoritariamente originários de comunidades rurais, eles não foram para o campo, mas sim para as cidades brasileiras, nas quais se dedicaram a atividades no setor secundário e terciário (Ibidem).

É bom salientar que Acílio migrou em um período de declínio no número de portugueses que vinham para o Brasil. Esse declínio começa com o governo salazarista. Houve “um total de 81,7% de emigrantes portugueses no Brasil durante pouco mais de um século. Do início do período de Salazar até 1960, o Brasil abrigou 18,30% de imigrantes portugueses (PASKES, 1991)”. Salazar, durante seu governo (1932-1968), restringiu a saída de uma possível mão de obra para seu projeto econômico. Mas, como o projeto de industrialização só tomou fôlego a partir da década 1960, faltava emprego no país. Além disso, a Segunda Guerra Mundial dificultava o avanço do comércio exterior, de forma que a migração à procura de trabalho continuou, apesar das restrições.

Ao pensar esse contexto e relacionando-o, agora, às características da comunidade rural em que Acílio, pai de Antônio, vivia, observamos que aquilo que parecia ser uma história linear não o é. O linear a que me refiro é a manutenção de uma mesma forma de viver por várias gerações, a partir de uma propriedade rural. Esse contexto não existiu, ele é muito mais complexo porque envolve os portugueses e suas relações com o mundo e, em especial, com o espaço ultramar envolvendo o Brasil e as colônias na África. Mais tarde falaremos dessas raízes do que, hoje, chamamos família transnacional.

Por ora é interessante observar que Acílio, para dar continuidade à tradição, cria uma estratégia que o orienta para um *mundo da vida* completamente estranho ao dele. Vem ao Brasil e constrói uma pequena borracharia, torna-se um homem urbano, “se faz”, e depois retorna à antiga comunidade.

Ao voltar e manter sua família na casa rural, é provável que seus futuros projetos englobassem ver os filhos enraizados, junto à terra, seguindo, de certa forma, a antiga tradição: “na era feudal, o homem livre era aquele que permanecia sob a lei da terra”, sob “a lei da órbita social maior” (SIMMEL, 1950).

Para Acílio, a chegada ao Brasil resultou no ato projetado, a compra da casa rural. Por outro lado, esse ato foi criado por ações que permitiram às próximas gerações, em um processo de interdependência, vislumbrar outros projetos (ROSENTHAL, 2014). Dito de outro modo: a vinda do pai para o Brasil, narrada a seus filhos como fonte de orgulho, faz

parte do conhecimento à mão desta nova geração que incluiu Antônio. Assim, Acílio, de certa forma, contribuiu para o fato de que dois dos seus três filhos, os únicos homens, passassem a viver permanentemente no Brasil. Para as crianças, a migração faz parte do "conjunto de experiências" que está subjacente à sua maneira de pensar (SCHÜTZ, 2008, p.91). Elas podem ter uma percepção diferente de moradia e trabalho em que inclui mais alternativas de projetos do que os filhos de uma família que não inclui migrantes.

Ainda em relação a situação de nascimento de Antônio (1945), observamos que, ao nascer, os seus pais vivenciavam um período emocionalmente tranquilo. Um dos fatores que influenciava esse contexto familiar é o crescimento econômico de Portugal, logo após a Segunda Guerra Mundial (SEQUEIRA, 2001). Além disso, a família já possuía uma casa agrícola na década de 1940, de forma que Antônio nasceu realmente fazendo parte de uma comunidade. Essa vida em comunidade analisaremos no próximo dado relacionado à escola.

5.3.2.2 Infância e Juventude em Portugal: “rezava o terço, agradecia a Deus, que ritmo”!

Antônio estudou na época do Estado Novo, “quando as salas de aula das escolas portuguesas exibiam o lema ‘Deus, Pátria e Família’ e o mapa do império português” (COOK, 2000, p. 112) No início da década de 1950, época em que frequentou o ensino primário, a estrutura de educação em Portugal, em comparação com o tempo de seus pais, pouco havia modificado, mas algumas diretrizes são melhores estruturadas com a chamada “Política do Espírito”, criada entre as décadas de 1949 e 1950. A partir desse período é instituída a obrigatoriedade do ensino fundamental (primeiros três anos de escolaridade).

Também podemos citar a preocupação com a moral dos professores. Estes deveriam ser bons exemplos dentro e fora da escola, incluindo-se nesse quesito estar de acordo com o regime político da época (FÉTEIRA, 2013). Já a qualificação profissional e a remuneração dos professores continuavam baixas (CAMPOS, 2011).

Quando Antônio afirma que seu avô gostaria que o neto continuasse estudando – “ele queria que eu me chegasse nos estudos” –, significa que era algo realmente sério e fora do padrão, uma vez que só o ensino primário era gratuito. Representa, também, que o avô partia do princípio de que a família teria condições de manter o estudo, o que vai ao encontro das informações de Antônio em relação ao poder aquisitivo de sua família (além dos ganhos contínuos com a pequena propriedade, seu pai já possuía dinheiro “guardado no colchão”,

como informa Antônio na entrevista). Então, havia vontade da família, havia condições materiais, mas ele não se sentia em condições de continuar estudando:

Meu falecido avô que queria muito bem eu, o pai do meu pai, bah, ele queria que eu me chegasse nos estudos, mas eu não era bom nos estudos, e não tinha jeito, não tinha jeito. E pensando né, o pai tinha terras, tinha áreas, mas ele trabalhava, trabalhava que nem um galego.

Os dois caminhos já cedo se apresentam: estudar ou trabalhar na roça como seu pai, mais especificamente, “como um galego”. Ele recorda que precisava “acompanhar o pai” em suas atividades diárias, do contrário, ele ficava bravo. Mas, voltando à opção de estudar, ela envolvia vários fatores difíceis de lidar, como Antônio recorda:

Eu me lembro tudo, eu me lembro desde quando era no colégio, que eu era quieto e eles debochavam de mim. Eu era quieto, eu não era, aí me xingavam, a gurizada né, eu era quieto (...) Eu me lembro do tempo do colégio ainda (...) o colégio pra onde a gente ia ir, o colégio que a gente estudava, a gente tinha de descer da nossa casa, descer e ir de a pé por uma estrada assim e lá embaixo tinha, lógico, o colégio, com duas salas. Era o colégio da nossa comunidade ali, e a professora vinha de longe de bicicleta ou vinha de carro, era braba ((faz sinal de que ela batia em suas mãos)) e no frio, coitado, eu tinha uma mão rachada, uma mão, fazia assim, a palmatória, e como doía!

A conclusão de um adolescente em relação a sua capacidade de estudar, de aprender (“eu não era bom”) é singularmente e socialmente importante, modificando as possibilidades de ação futura. Sabendo da falta de qualificação dos professores, fica a dúvida se ele teria dificuldades de aprendizado ou dificuldade em aprender a partir do método utilizado.

No depoimento anterior, Antônio recorda que a escola de sua comunidade possuía duas salas. Esse era o colégio padrão do período, duas salas apenas, sendo que cada uma apresentava alunos de mais de uma série. As turmas eram de aproximadamente 50 alunos, alguns no primeiro ano, outros no segundo, e assim por diante, com apenas uma professora para todos. Féteira (2013), pesquisando em relação à educação em Portugal entre as décadas de 1940 e 1950, salienta a dificuldade para o professor ministrar várias classes em uma só sala. Nessas condições a forte disciplina, que observamos na fala de Antônio, inclusive, era uma aliada:

Além de uma artilosa coordenação entre os alunos que faziam os exercícios, enquanto os outros recebiam a lição do professor, uma enorme disciplina a nível comportamental que permitisse, com o silêncio dos que trabalhavam, a atenção dos que ouviam. Esta disciplina era tanto mais difícil de manter, quanto mais irrequietas

fossem as crianças, e quanto mais sobrelotada fosse a escola, pelo que os professores tinham muitas vezes que manter uma imagem mais austera (Ibidem, p. 42).

Para termos uma ideia da rígida disciplina em voga, podemos acompanhar as seguintes instruções em uma revista pedagógica da época, chamada Escola Portuguesa, Boletim de Acção Educativa.

A corrente dominante entre nós é a de que os castigos corporais constituem o processo mais eficaz, e nalguns casos únicos, não só para se obter a disciplina na escola mas também para se assegurar o aproveitamento dos alunos. Fazem parte da nossa tradição familiar e não podem dispensar-se na escola, visto que as crianças, habituadas a obedecer por medo aos pais, não obedeceriam de outro modo aos professores. (DIRECÇÃO GERAL DO ENSINO PRIMÁRIO, 1955)

A partir desse contexto, podemos supor que, apesar de abrir-se para Antônio uma possibilidade que seus pais provavelmente não tiveram – estudar – ele não se sentia, provavelmente, apto para esse caminho. Consideramos que, depois de compreender melhor o contexto educacional daquela época, é possível que a decisão de abandonar os estudos não seja resultado exclusivo de suas condições cognitivas, como ele atribui, mas também pelas falhas do método em atender a diversidade de alunos.

Quando migrou, ele poderia ter voltado a estudar. No Brasil da década de 1960, já havia para os jovens e adultos a opção do “exame madureza”, que possibilitava a conclusão dos estudos primários e secundários. Além disso, na década de 1970, é criado o Ensino Supletivo (LOPES, 2016). Antônio, no entanto, não completou seus estudos. O trabalho extenuante deve ter exercido ascendência em relação a essa possibilidade, mas soma-se a esse fator o tipo de ensino a que foi exposto em Portugal.

Seu desempenho na escola possivelmente influenciou, também, a forma como se relacionava com os meninos de sua idade. Todos eram da mesma comunidade, todos do sexo masculino, pois as meninas, quando estudavam, eram separadas (FÉTEIRA, 2013). Segundo Antônio, os meninos “debochavam” e o “xingavam” por ser fechado e quieto. Ao abordar a infância e sua juventude na aldeia, não nos conta das brincadeiras com os colegas, mas fala em pesca no rio, sozinho.

A solidão de Antônio na escola não é algo inerente a sua biografia, uma vez que muitas crianças que passaram por esse tipo de “instrução” não se adaptaram. Rogério Fernandes, no texto “Da palmatória à internet”, nos dá acesso a alguns depoimentos de

portugueses memorialistas que corroboram com isso, registrando métodos de ensino presentes desde o século XIX e que historicamente geraram resultados controversos.

Um deles até imaginava que a palmatória operava por compressão, infiltrando-nos na palma das nossas mãos (no inverno roxas de frio) as coisas que nós não sabíamos. Depostas essas coisas na palma da mão, como se fosse beijá-la, dava-lhes por cima um grande bolo, e pensava ele que as coisas trepavam assim pelo braço acima e não sei mais por onde, até se nos alojarem na cabeça.

Não me foi possível aprender uma palavra, nem sequer ficar a conhecer uma letra, tal o horror que me inspirava a virago!

Tornei-me tímido, receoso e triste. Tartamudeava a falar. Meus avós viram-se forçados a tirar-me da escola, libertando-me de tal sofrimento. (FERNANDES, 2006, p. 18).

Outro tema em relação à infância de Antônio é a relação com os irmãos. Ele sequer menciona, para esta parte de sua vida, a presença e a interação com os irmãos. A diferença de idade entre eles pode ser um fator relevante, mas a relação depois de adultos também pode ter influenciado na sua narrativa em relação à infância, uma vez que deixa claro que sua irmã o “roubou com as terras”, após o falecimento dos pais. Quanto ao irmão, afirma que não aceitou o regime de trabalho imposto por ele quando veio para o Brasil.

Em relação ao período em que Antônio vai à escola, suas lembranças durante a entrevista se focaram na casa rural da família e na figura de seus pais e avós. Ressaltou que seu pai era rígido, mas não lhe impunha castigos corporais, já a mãe utilizava-se de um relho para castigá-lo, o que ele dá a entender que era algo normal e previsível dentro de outro ritmo de vida e de valorização da religião e bons costumes: “Então sabe como que é, a gente era educado assim, nunca falando palavrão perto dos pais, e a educação em casa, bah, antes de a gente jantar, cear, lá é cear, aqui é jantar, rezava o terço, agradecia a Deus, que ritmo! É tinha que ficar por ali, na mesa”.

Antônio demonstra relação de cumplicidade e amizade durante a infância apenas com o avô paterno e avó materna. A avó, em determinado momento, passa a ser cuidada pela mãe de Antônio. Convivendo juntos, o neto torna-se cúmplice de seus atos:

A minha avó também, era muito boa, não era mão de vaca. Quando ela morreu, trabalhando, encurvada, e ia lá pro quintal, ia lá pra não sei o que e a minha mãe, essa é a mãe da minha mãe, né, “a senhora anda no sol!” Ela tinha problema de vesícula, então não podia pegar sol, e assim foi, mas ela era muito boa, bah! Chegavam lá senhoras pobres: “vai lá, ô mulher, vai lá pega antes que a minha filha chega”.

A relação com o avô paterno envolve afeto. Antônio informa que, embora tendo outros netos, ele era o único que o avô “considerava”.

Eu era o único, o neto melhor. Eu lembro como se fosse hoje, ele morreu cego, ele morreu cego, coitado. Eu era o único neto que ele considerava, tinha uma neta, mais um neto e eu era o único que ele, que ele considerava, que ele queria. Ele era cego, a visão foi enfraquecendo, enfraquecendo, e para onde ele ia, tinha que ser o seu Antônio, o neto Antônio, eu, e assim foi até a hora da morte, primeiro eu ia na frente, ele enxergava só a sombra, ia com ele e foi indo, foi indo, até que tinha que levá-lo pela mão, a visão vai enfraquecendo, com a idade e assim foi.

A expressão “consideração” envolve investimento e afeto. O vínculo de consideração é importante também para trazer de fora algo que trará novas perspectivas ao duplo “eu e meu grupo”. Dito de outra forma: a relação que ele mantém como os moradores da casa rural é quebrada pelo laço de consideração com o avô, que o valoriza apesar de não “trabalhar como um galego”, que cria um vínculo de dependência com o neto e nele gostaria de investir, vendo-o estudar.

Em relação à moradia, durante todos os anos em que viveu em Portugal, manteve-se sempre na mesma casa, propriedade dos pais. Na segunda parte da entrevista, foi sugerido a Antônio que falasse do “lugar em que morava na infância”. A pergunta referia-se à casa, composta de janelas e de paredes, mas a ideia de moradia para Antônio extrapola essa representação:

Era um lugarzinho pequeno, é, aqui dizem, como é que é? Como é que eu vou dizer, era tipo uma vila, que nem aqui, uma comparação. Sim, um vilarejo. É tudo, naquela redondeza, cada um tinha o seu serviço, ninguém mexia em nada, ninguém mexia em nada, podia deixar a porta aberta, ia lá pro canto, um pouquinho longe, né, ninguém mexia em nada. Era um casarão, as vacas, os bois, as galinhas, tudo, né, planejado, era uma lavoura, de granja, fazenda.

Ao falar em moradia Antônio partiu da comunidade maior e nela englobou a casa rural de seus pais. Poderia ter falado apenas de sua comunidade ou apenas de sua casa, mas a forma como se organizava a comunidade rural a que pertencia era totalmente vinculada à casa rural. E essa, por sua vez, não era concebida apenas como a construção material, mas um espaço com roça, com animais, com plantas, tudo “planejado”, como ele diz.

A questão da segurança é salientada, tanto em relação à aldeia, como em relação à casa de seus pais, onde era tudo planejado. A casa rural lhe garantia estabilidade física a partir da possibilidade de descanso, de conforto térmico, da alimentação ali servida, da rotina da

família e do contato com os animais, como galinhas e gado vacum. Mas, essa casa também é um espaço simbólico que lhe sugere no presente representações e ações. Com vermos adiante, após ser removido da Vila Mafalda, Antônio organiza sua casa em vários aspectos, a partir de suas lembranças. A casa também é

o lugar destinado à construção de relações, vínculos, como um reservatório de lembranças que, a qualquer momento, um detalhe, um cheiro, um objeto, um olhar, são rapidamente evocadas e se apresentam da maneira como as ressignificamos (MUSSI, 2010, p. 234).

Antônio abordou com muita alegria as lembranças em relação a sua casa, em Portugal. Ele gostava da rotina ali desempenhada, daquele tempo que parecia fluir vagarosamente - “que ritmo” disse ele, ao narrar como eram as noites em família. Assim, ele aborda, na entrevista, não apenas a casa enquanto forma, como materialidade fixa ou funcional, ele também nos remete a um “espaço vivo” de experiência do corpo e do pensamento (DOVEY, 1985).

Em relação a espaços e a memórias, o motivo de sua tristeza não estava na casa, mas na escola e na roça. Esse fato talvez tenha influenciado no encantamento que teve, quando adulto, pelo trabalho de zelador. Essa profissão talvez lhe trouxesse novamente a sensação de segurança de quando ajudava sua mãe com os trabalhos domésticos ou ficava à mesa, por longo tempo com a família, mas abordaremos mais tarde esse aspecto.

Já em relação à sua aldeia, percebe-se que nela sentia-se bem situado, seguro: “naquela redondeza cada um tinha o seu serviço, ninguém mexia em nada”. Quando ele fala em redondeza é bom salientar que muitas famílias viviam no campo nesse período. Ainda na década de 1960, “65,7% dos portugueses vivem em aglomerados com menos de dois mil habitantes” (PEREIRA, s/d, p. 13). Então, alguns aspectos que Antônio relata de sua vida eram comuns aos portugueses desse período.

Esse lado organizado da aldeia, por um lado, é relembrado com orgulho (por ter morado em um local sem violência e desigualdade, muito diferente do local em que vive hoje). Mas, por outro, lhe remete a insatisfações. Isso fica claro na entrevista quando, após descrever positivamente a casa e a aldeia, aborda em sequência o seguinte argumento: “agora, eu tinha que acompanhar o pai, se não o pau pega, não, o pau pega não, só que ele me olhava assim ((imita o pai com ar severo))”. Essas insatisfações ficam mais claras na sua juventude, sendo motivo de transformação na sua vida e de sua família, como veremos.

5.3.2.3. Vinda para o Brasil: “fui ficando por aqui. Sempre no mau tempo”

Ao sugerir que falasse da vinda para o Brasil, Antônio primeiro fala do contexto político da época e elogia o que considerava bom no governo de Salazar:

Ah bom! As minhas lembranças, porque, á bom, isso é muito, é interessante e não é, é interessante porque naquela época, naquela época do governador Salazar, não sei se a senhora tá por dentro. Naquela época do governador Salazar. É porque ele era, porque nunca perdeu uma eleição, e é tão, e ele era rígido, isso eu me lembro, ele era rígido, era reto ou então nada tem a perder. Não como aqui um rouba, outro rouba e outro já vai atrás.

É provável que Antônio e seus pais apoiassem a ditadura de Salazar. Antônio demonstra até hoje admiração pelo líder, considerando-o uma pessoa “reta”. Mas será que a família era leal ao Estado Salazarista? Parece que não. Como boa parte da população portuguesa, a lealdade ao projeto de “restauração nacional”, implantado a partir de 1932, perde a sua força a partir de finais da década de 1950 (ROSAS, 2001). Em 1958, houve eleições e o candidato da oposição, Humberto Delgado, teve uma votação expressiva, o que teve influência para posterior término do regime ditatorial (LAINS, 1994).

Outro fator que influenciou a centralização do poder nas mãos de Salazar foi o início da Guerra Colonial. Entre 1961 e 1962, ocorreu a queda do Estado da Índia Portuguesa, compreendendo os distritos de Goa, Damão e Diu (MOÇO, 2012). Também iniciaram, em fevereiro de 1961, os levantes pela independência das colônias africanas. Começando por Angola, alastraram-se por Moçambique e Guiné Bissau. Os levantes foram enfrentados com a ida maciça de soldados portugueses para a África. Os jovens que se alistavam eram enviados automaticamente para aquele continente (MELO, 1988).

Em 25 de Abril de 1974, os efectivos das Forças Armadas Portuguesas ultrapassavam os 230 mil, três quartos dos quais estavam nos citados teatros de guerra. Segundo historiógrafos militares, o esforço humano despendido por Portugal na guerra colonial, àquela data, terá sido 4 a 5 vezes superior ao do EUA que, com uma população 23 vezes maior, teve no máximo cerca de 540 mil homens no Vietnam (em 1969). (GRAÇA, 2011)

Levando em consideração esse contexto, uma alternativa para os jovens que estavam prestes a servir ao exército era emigrar e assim tornar-se, na linguagem da época, um faltoso ou um refratário.⁵⁰

A revolta exprimir-se-ia depois da mesma forma silenciosa através do envio dos filhos, sobretudo os mais novos, para o estrangeiro, não tanto como ato de deserção, que implicava um envolvimento político que a maioria dos portugueses não tinha, mas nos caminhos da emigração tradicionalmente contabilizada como econômica (RIBEIRO, 20015).

A saída era vista como uma alternativa para jovens que não concordavam com a ditadura de Salazar e também por aqueles que não eram contra o governo, mas também não demonstravam lealdade pelos seus princípios. Não se sentiam estimulados a lutar pelo país, como foi o caso de Antônio.

Voltando para a biografia de Antônio, como pôde ele migrar sob estas circunstâncias? É possível que essa decisão só se concretizasse pelo desgaste político de Salazar, somando-se às características socioespaciais da localidade em que morava. Estavam distantes dos jogos políticos concretos das grandes cidades. A família de Antônio, embora simpatizante, não parecia ser leal a Salazar. De forma que mandar um filho para a guerra por lealdade ao regime não se sustentava ideologicamente.

Uma característica da lealdade, seja ela dirigida a um governo, uma empresa ou um produto, é resistir à saída, apesar do descontentamento. Dessa forma, para os leais, a saída “torna-se defeito, deserção ou traição” (HIRSCHMAN, 1970). De fato, famílias fiéis à ditadura de Salazar e a sua luta contra a separação das colônias, consideravam a saída dos jovens do país como demonstração de traição, justamente quando o regime precisava de todo o apoio popular.

Por todo o país, dependendo do círculo e das configurações a que uma família estivesse envolvida (SIMMEL, 2005), a deserção de um filho poderia ser considerada pelos outros como imperdoável. Depoimentos da época mostram como eram acusados de covardia, por boa parte da população, os desertores desse período (CARDOSO, 2016).

Sabendo que a aldeia em que Antônio morava era um círculo muito restrito, supomos que sua família não bancaria a deserção se não fosse aceita pelo grupo. Aliás, outros jovens da

⁵⁰ “Para compreender o fenómeno da recusa de ir à guerra, além dos militares que desertaram, é preciso também considerar os refratários - jovens que faziam a inspeção, mas que fugiam antes da incorporação - e os faltosos, que nem sequer faziam a inspeção militar” (depoimento do historiador Miguel Cardina do Centro de Estudos Sociais (CES), da Universidade de Coimbra, para o Jornal de Notícias. 21 out. 2016. Disponível em: <<https://www.jn.pt/nacional/interior/mais-de-oito-mil-soldados-desertaram-da-guerra-colonial-5455349.html>>. Acesso em: 30. mar. 2017.

aldeia certamente migraram nesse período para não serem convocados à guerra, pois de todas as regiões de Portugal partiram os “desertores” (Ibidem).

Mas, antes de analisar melhor o fator *guerra e deserção*, é preciso pensar um pouco mais em relação à pequena comunidade rural em que Antônio vive e os jovens que nela moram. Aquela comunidade, de uma maneira geral, não comportava jovens que não fossem agricultores, mesmo que fossem jovens estudiosos. Eles seriam admirados, mas não haveria, com algumas exceções, espaço para eles naquele contexto socioeconômico da década de 1960. Era um lugar voltado para relações entre membros de pequenas propriedades rurais que, entre si, eram praticamente autossuficientes. Pessoas como Antônio, que pensavam em outros projetos na vida além da agricultura ou do estudo, pressionam a comunidade. Contudo, por ser a minoria, normalmente não tem uma voz ativa.

A partir do processo de interação entre Antônio e a família, podemos supor que a onda de migração dos jovens portugueses para não ir à Guerra, tornou-se mais do que um subterfúgio, tornou-se uma razão a mais para a migração.

É interessante, no entanto, também analisar a Guerra enquanto subterfúgio. O discurso dentro da comunidade em relação à mudança do filho provavelmente não se deu pela temática da não adaptação à configuração coletiva daquela comunidade, o que seria uma vergonha – como diz Simmel, em comunidades fechadas como essa, “pouco autonomia é permitida à personalidade individual. Então, é provável que o principal motivo de migração do filho ficasse em família, pelo menos no que tange ao discurso: “não há dúvida de que não só a verdade como a malversação são estimuladas e levam a tanto engano quanto seja útil aos nossos objetivos práticos” (Simmel, 2009, p. 221).

Quando emigrou para o Brasil, é possível que Antônio não tivesse a ideia de morar no país por um longo tempo. Na entrevista, ele fala: “Eu vim pra cá e fui ficando”. No momento em que resolve não ficar trabalhando com o irmão, poderia ter cogitado a volta, mas isso era impossível, pois naquela época ainda não se cogitava a anistia. Ser um desertor em Portugal da década de 1960 significava não poder voltar ao país. Apenas em 1974 é anistiado o crime de deserção (RAIMUNDO, 2015). Então, muitos jovens que não foram à guerra, também modificaram radicalmente suas vidas.

O caminho que escolheram não foi, como proclamam ainda uns quantos, o caminho mais fácil. Abandonar o casulo de origem para, lá longe, “viver com o essencial, recomeçar tudo de novo”, como se diz a dado momento, era tudo menos uma escolha simples. Implicava deixar a família, a terra ou o bairro de origem, a segurança material possível. (CARDOSO, 2016, p. 12)

Para aqueles jovens que viviam em um contexto de migração transnacional, é provável que as dificuldades dessa migração em tempos de guerra sejam amenizadas. Voltemos, agora, à análise da biografia de Antônio.

Para além do contexto de guerra, ao imigrar e ir morar com o irmão, Antônio continuava na esfera da família portuguesa, e dentro de um projeto familiar. Trabalhar no Brasil já fazia parte do mundo da vida, o que resultou, inclusive, em vínculos permanentes, uma vez que um tio e um irmão de Antônio não mais voltaram ao país de origem. A escassez de terras e o restrito mercado de trabalho, desde a época em que Brasil era uma colônia de Portugal, motivava a migração. O Brasil enquanto destino, ou enquanto “colônia mental”, está associado a essa antiga cultura de exploração colonial, da possibilidade de trazer riquezas do além-mar (MATOZZI, 2016).

Já a transnacionalidade pode ser identificada na continuidade dos laços com a família que fica em Portugal, em um processo que não é unidirecional, ou seja, são famílias que não fazem uma única viagem e lá permanecem. Ao contrário, cria-se uma rota que, depois de criada, é feita mais de uma vez pelo mesmo migrante (como o pai de Antônio, por exemplo) e pode ter continuidade por outras gerações. Esse processo, que se estende pelo século XX e interliga Portugal a países como a França e o Brasil, garante a sobrevivência das famílias e impacta no contexto econômico devido às remessas dos emigrantes para aqueles que ficam. Essa dinâmica está presente nos lares transnacionais, que podem ser entendidos como projetos de sustentabilidade de famílias e do sistema do qual essas famílias são oriundas (BRANDHORST, 2014).

No caso de Antônio, seu pai e seu tio vêm para o Brasil, cada um monta um tipo de negócio. O conhecimento de Acílio desenvolvido com a borracharia é passado para o filho mais velho que, por sua vez, receberá Antônio para trabalhar no negócio da família. Esse processo, é interessante ressaltar, ocorre em um espaço transnacional. Uma mesma família organiza sua vida, desenvolve seus recursos biográficos, englobando duas nacionalidades, sem a presença de um único horizonte nacional, ou seja, sem um processo unidirecional em que o migrante vai para outro país e lá se estabelece, mantendo, no máximo, vínculo de visitante com o país de origem (PRIES, 2001).

Na juventude, Antônio poderia continuar em Portugal, mas não quer ser agricultor. Ainda mantendo-se em Portugal também tinha como opção manter-se junto a família, na casa rural. Mas, para além dessas opções, ele poderia ir trabalhar na borracharia. A escolha é complexa e envolve vários fatores. Em sua pequena comunidade, não conseguiria um bom

trabalho (talvez tivesse algum emprego se avançasse nos estudos). Em relação a trabalho em outras regiões de Portugal, seria difícil devido ao despreparo técnico de Antônio e também à escassez de vagas (MATOZZI, 2016). Então lhe resta trabalhar com os pais ou com o irmão no Brasil. Se ficasse com os pais, faria uma atividade da qual tinha certeza de que não gostava e teria o perigo de ter que servir ao exército e ir para África. Se fosse para o Brasil, contava com os recursos e os conhecimentos adquiridos no processo de migração familiar. Além disso, ao viver no Brasil, esses recursos aumentariam a partir do momento em que seu irmão lhe transmitisse conhecimento ao longo do dia de trabalho. Nesse país, ele já tinha alguém para lhe inserir na comunidade, falar do vocabulário e dos costumes dos brasileiros.

Antônio vivencia e sedimenta experiências a partir da dinâmica própria da casa rural da qual faz parte. Essa dinâmica, como vimos, tem na sua base a transnacionalidade que influenciou em sua forma de lidar com a moradia (PRIES, 2001; APITZSCH, 2005). Sendo assim, como o apego a determinados lugares em que vive será importante em suas futuras decisões e ações? É preciso entender melhor sua interação na sociedade brasileira e as vivências que dela advirão para pensar nessas questões.

Se para um jovem português o contexto em Portugal envolvia guerra e pouco trabalho, no Brasil, poderia ser diferente. Em termos políticos, o país ainda não vivenciava a tensão política que antecedeu o Golpe Militar de 1964. Quanto à economia, embora a taxa de inflação fosse alta, o investimento dos organismos multilaterais de crédito, dominado basicamente pelos bancos de desenvolvimento, mantinha as obras em infraestrutura, gerando empregos (CAPUTO, 2009). Também a crescente industrialização movimentava o mercado de trabalho, sendo a indústria automobilística um dos principais setores.

O inchaço nas cidades, a necessidade de expandir os meios de locomoção e a crescente fabricação e montagem de veículos no Brasil formavam um contexto especificamente vantajoso para a família de Antônio. Esse contexto gerou o aumento de automóveis nas ruas e, com isso, cresceu toda a cadeia envolvida de alguma forma com o automobilismo, inclusive as prestações de serviço para os motoristas, com o crescimento dos estabelecimentos especializados em conserto e troca de pneu e oficinas de conserto em geral. Então, não é de se estranhar que, quando Antônio afirma que não tinha domingo nem feriado, era devido ao trabalho extenuante na borracharia do irmão.

Nessa etapa da vida, o que muda para Antônio em relação ao seu conhecimento acerca de moradia? A casa continua sendo o lugar da família, agora, do seu irmão mais velho, uma casa que certamente guardava similaridades com o local no qual o seu dono havia sido criado, a mesma casa de Antônio. A estrutura da família e os conflitos mantiveram-se na moradia, no

novo país: ele acompanhava seu irmão, assim como outrora seu pai, procurando manter a disciplina entre o descanso e as longas horas de um trabalho sem sentido para Antônio.

5.3.2.4 A trajetória de Antônio no Brasil: “foi indo, foi indo... Fui morar sozinho”

Para um jovem migrante, chegar a um país estranho e contar com o apoio do irmão, que já havia se estabelecido financeiramente, poderia ser um fator determinante.

O trabalho na borracharia era *know-how* do pai, que passou para o irmão mais velho, com quem, agora, Antônio também aprenderia. Essa solidariedade em empreendimentos de famílias migrantes é muito frequente, mas não abarca todo o processo social que se descortina entre as pessoas que fazem parte de um núcleo familiar (APITZSCH, 2005). A análise da biografia de Antônio contribui para que vejamos a complexidade das vivências desses núcleos no que tange à diferença entre as gerações. Acompanhemos uma parte da entrevista:

A minha primeira casa foi no meu falecido irmão, na Padre Cacique (...) trabalhei com ele naquela borracharia bem perto de um mercado. Ela ainda está lá, a minha cunhada. Ele morreu cedo, com trinta e oito anos. Ele morreu cedo. O meu primeiro serviço foi pau e pau naquela borracharia dele. Nem domingo, nem feriado, sempre, sempre. Aí foi indo, foi indo, fui abrindo os olhos, que eu estava muito desprevenido. Fui até padeiro na rua, de carroça, de entregar pão, é... Aí fui indo, fui indo, foi indo, e fui trabalhar num supermercado-padaria de um tio meu.

Antônio, ao afirmar que estava muito “desprevenido”, refere-se aos seus direitos. É provável que realmente se sentisse, de alguma forma, explorado pelo irmão. A análise de Ursula Apitzsch da qualidade de vida de imigrantes de segunda geração traz contribuições interessantes para pensarmos essas relações:

This is the case independently of the level of their engagement in the business work, which is frequently intensive. Work in ethnic businesses has been understood as extreme self-exploitation and exploitation of others: long working hours, intensive work pressure, marginal working shifts, lack of free time and breaks during work, as well as the exploitation of the labour of family members, are characteristics of work in ethnic businesses. Moreover, ethnic businesses are mostly located on the fringes of the national economic systems (Rath, 2000), in sectors with low entry barriers that are abandoned by indigenous entrepreneurs because of the intensive and inferior working conditions and low profit margins (Waldinger, 1990). The relative well-being of the parents might be accompanied by worsening opportunities for the younger generation

to accumulate educational, social and cultural capital and towards integration in society. (APITZSCH, 2005, p. 83)

Entre o plano de vir para o Brasil e aqui se estabelecer, há um período em que Antônio foi conhecendo a cultura local, a estrutura social e as leis do país. Nesse ínterim, pôde analisar outras possibilidades para sua vida, que não incluíam ficar trabalhando para o irmão.

Os chefes de família que migram, normalmente, buscam manter os parentes participando do negócio, procurando envolvê-los no projeto de transformar aquele trabalho na realização de sua vida, seja loja, restaurante, padaria, etc. Contudo, essa consciência muitas vezes não se mantém porque as novas gerações, pela própria interação com a cultura do novo país, começam a cogitar outras possibilidades de trabalho, de moradia e de sociabilidade, fora do círculo familiar. Ursula Apitzsch (2005), a partir da análise de narrativas biográficas de famílias de imigrantes, observou que apesar da solidariedade forte entre os seus membros, eles vivenciam conflitos vindos de questões de gênero e de gerações, havendo diferentes formas de integração de homens, mulheres e crianças em negócios étnicos.

O negócio “Borracharia”, na época em que Antônio trabalhou e, em grande medida, até os dias de hoje, é considerado, no Brasil, como um trabalho de ambiente sujo, insalubre, caracterizado pela “informalidade, a desorganização e o atendimento precário”.⁵¹ Para o pai e o irmão de Antônio, era um próspero negócio: rentável e informal. Mas para nosso entrevistado, não. Sua visão em relação ao empreendimento familiar é de que, nele, não teria qualidade de vida e nem mesmo seus direitos mais elementares enquanto trabalhador, como direito a folga semanal.

É bom lembrar que a década de 1960 é marcada pela solidificação dos direitos trabalhistas no Brasil e, mais do que isso, pela representação em relação à boa renda do trabalhador.

É fato que o salário mínimo foi, quase sempre, simples promessa de renda de subsistência. Em boa parte de sua história, esteve abaixo desse nível, e a maioria dos trabalhadores era, por sua vez, remunerada abaixo do valor arbitrado pelo Estado. Mas isso não anulou seu aspecto civilizatório, na medida em que aos trabalhadores foi sinalizado que uma renda digna era direito seu, e, portanto, era o caso de se lutar por ela (CARDOSO, 2010).

Quando Antônio “cresceu” e conheceu os seus direitos, entendeu que poderia dar um basta. Mas como ficou a relação com o irmão quando decidiu deixar de trabalhar no

⁵¹SEBRAE Ideias de Negócio. Como montar uma borracharia. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br>>. Acesso em: 29.abr. 2017.

empreendimento da família? Ao abordar a época em que saiu da borracharia, ele salienta que “já passou”, referindo-se às dificuldades da vida.

No convívio com a família do irmão, ele vivencia o “sentido do passado”, o “patrimônio cultural”, a fidelidade à família e à comunidade portuguesa. Mas vivencia em um processo dinâmico de relação intergeracional (CONTADOR, 1998), em que interage com outras dimensões, outras possibilidades de vida em sociedade, a partir de novas experiências e modos de pensar que não são comuns à geração anterior (MANNHEIM, 1982). Nesse processo familiar, o rompimento, para ele, foi necessário: abandona o negócio da família e também a casa do irmão. Em sua nova vida, mantém os vínculos com a comunidade portuguesa, com seus pais, a quem irá visitar em Portugal, e com parentes em Porto Alegre, tanto que um dos primeiros trabalhos que realizará ao sair da borracharia será na empresa de seu tio, como vimos no depoimento anterior.

É interessante perceber que o momento em que Antônio se desvincula do negócio da família, da borracharia, lhe abre um leque de novas possibilidades de sociabilidade e trabalho que provavelmente nunca acessaria se continuasse junto ao irmão.

Antônio não se apresentou como participante do Ringue 12, um famoso grupo de luta livre contratado por uma emissora de televisão. Ele resolveu abordar o tema quando falou da pensão em que foi morar depois que saiu da casa do irmão. Talvez não tenha salientado o seu trabalho como lutador devido ao interesse de mostrar o quanto foi trabalhador, como o pai e o irmão. Para a ideia que quer passar na entrevista, de trabalhador honrado, a luta não se encaixa, não por normalmente não ser aceita pela sociedade, mas porque, para ele, a luta era alegria e esporte, mais do que tudo: “Foi o esporte de que eu gostei, onde eu morava numa pensão lá na Farrapos, e aí tinha os lutadores lá, morando junto, né? Aí eu entrei no jogo. Foi uma coisa que a gente se divertia, tudo gente humilde, os comparsas, né? Tuto, tudo, tudo, tudo gente... bah”!

Antônio lutou por muito tempo. Conquistou, segundo seu relato, diploma de lutador, e até passou a ganhar dinheiro através da luta. Isso nos leva a crer que passava muito pouco tempo na pensão, pois, além do trabalho, frequentava a academia de luta livre.

No livro *Corpo e Alma*, Loïc Wacquant aborda os treinos de esporte que envolve luta. O sociólogo frequentou uma academia de boxe por três anos, dos quais resultou um farto caderno de campo. Wacquant apresenta, em várias partes do livro, cenas de sofrimento físico durante os treinos e lutas:

Um excesso de treino rápido ou repetido provoca contusões que, mesmo quando são leves, logo revelam-se suficientemente incômodas, a ponto de forçar uma quebra da

cadência; pequenas feridas reincidentes nas arestas do pulso ou muitos vasos rompidos entre os dedos limitam o trabalho no saco de areia; um joelho doído impede que se pule corda, uma costela dolorida, depois de uma sessão de sparring brutal, não permite que se façam abdominais. Mais do que as contusões sérias, é o acúmulo de pequenas mazelas e de perturbações físicas que serve como regulador natural da carga de trabalho (WACQUANT, 2002, p. 165)

Em nenhum momento em que se refere ao tempo no qual lutou, Antônio fala das pequenas mazelas, de sofrimento e de dor (o que é de se estranhar, pois em boa parte da entrevista fala do sofrimento que as pessoas já lhe causaram), mas por outro lado fica clara a ênfase que dá em relação à camaradagem dos comparsas. A relação com os colegas de treino e de luta forma o que Wacquant chama de “pequenos prazeres” que resultam da “camaradagem viril do *gym*”, presente nas conversas, nos olhares, nas piadas, enfim, é um dos fatores que influenciam para que o lutador considere o *gym* como sua casa. Talvez isso explique porque Antônio, ao falar do período em que morou na pensão, fale apenas da luta livre:

Fui morar sozinho, lá na Farrapos. Barbaridade, que coisa séria, eu fui lutador da luta livre no tempo do Teixeira. Eu tenho diploma de luta livre, no tempo do Teixeira, no Circo do Teixeira, tinha o show dele e depois tinha luta livre em um circo, aí pra fora. Tinham dois shows, tinha o cantor e depois tinha luta livre.

Nessa parte da entrevista, ele começa a falar da luta livre, utilizando uma expressão de reprimenda, muito utilizada entre os adultos para falar com as crianças: “Que coisa séria!”. Talvez aqui já possamos lançar nossa hipótese de que a luta o vincula à infância, onde as brincadeiras com irmãos e vizinhos, incluindo lutas imaginárias, era uma das atividades apreciadas. O esporte não fazia parte da vida da casa rural, o corpo era para trabalho e, no tempo livre, para o descanso, para a fé e para o lazer, a partir de outra forma de relação com o corpo. Em uma sociedade ainda com características medievais, este corpo não está de todo “disciplinado” através de atividades como o esporte. As brincadeiras, as lutas entre os meninos, geram “excitações agradáveis” (ELIAS, 1956).

No Brasil, abandonando o círculo da casa rural, indo morar em uma pensão, é no esporte que Antônio retomará o lúdico. A partir de suas necessidades, “afetivas e emocionais” escolherá a luta livre e a ela dedicará boa parte de seu tempo.

Por lo que se ve, la mayoría de las sociedades humanas desarrollan algún remedio para las tensiones por sobre esfuerzo que ellas mismas generan (...). Los sentimientos que en nosotros despierta la situación imaginaria de una actividad recreativa son de la

misma naturaleza que los que se suscitan en las situaciones de la vida real - eso es lo que la palabra “mimético” significa, pero los últimos están ligados a los intenninables riesgos y peligros de la frágil vida humana, en tanto que los primeros aligeran momentáneamente la carga, grande o pequeña, de riesgos y amenazas que pesa sobre la existencia humana (ELIAS, 1996, p. 57)

A Luta Livre pôde ocupar um espaço importante da vida de Antônio porque ela era muito popular na época, de forma que foi possível também ter algum lucro financeiro. Ao contar em relação a um dia em que iria lutar, Antônio lembra que

tinha escalação. Aqui eram todos os domingo aqui no canal, no canal doze e no canal dez, mas quando a gente dava uma fugida, sem televisão, íamos fazer a quebrada, lá, a quebrada, aí para fora, o nosso empresário não queria porque estava roubando a entrevista, a coisa, mas a gente ia fugido pra ter um pouco mais né? Porque era pouco.

O seu grupo realizava apresentações em um circo – que poderiam ser chamadas de apresentações de teatro, uma vez que essas lutas eram encenadas –, em um período em que assistir apresentações circenses ainda era uma das principais formas de lazer⁵². Verdadeiras “enchentes humanas”, para utilizar um termo da época, lotavam os circos. Já nessa época, eram contratados artistas que, além da família proprietária do circo, apresentavam números avulsos (SILVA, 2011).

As lutas livres não continuaram na vida de Antônio por muitos anos. Provavelmente o fato de ele casar e ter uma filha tenha influenciado, pois os treinos e apresentações eram realizados após o horário de trabalho e aos finais de semana.

Embora, na entrevista, Antônio não tenha destacado a sua relação com o Ringue 12, esse momento da vida foi marcante. Em uma visita que fizemos à comunidade em que ele mora, ficamos conversando com ele na frente de sua casa e ele nos contou que guardava uma pasta com recortes de jornais, fotografias e outras lembranças dessa época, mas que tudo queimou em um incêndio, na antiga Vila Mafalda. A luta livre foi o único lazer a que ele se referiu em relação a sua vida adulta e, provavelmente, só foi possível porque foi morar em uma pensão. Deixando para trás o convívio e trabalho intenso com o irmão e o último vínculo que lhe unia de maneira intensa à família e à casa rural: a casa do irmão. Então, passa a explorar outras possibilidades de vivências ligadas, por exemplo, à sociabilidade e ao

⁵² Webpoa. “Na época do Ringue Doze”. Disponível em: <<http://www.webpoa.com/cms/mem%C3%B3ria/artigos/273-na-%C3%A9poca-do-ringue-doze.html>>. Acesso em: 10.abr.2017.

trabalho. Em relação a essas esferas, realiza, como diz Christian Kasper, uma “recomposição subjetiva, fora dos moldes, uma criação de novos modos de existência” (KASPER, 2006, P. 214). Por estar aberto para novos “modos de existência”, Antônio tem a curiosidade de saber mais daquele esporte praticado pelos rapazes que moravam na pensão.

Para os trabalhadores de baixa renda como Antônio, morar em pensão no início da década de 1960, era uma estratégia frente ao déficit habitacional. Uma forma de não comprometer boa parte do salário em aluguel (SOUZA, 2005). A pensão, segundo o IBGE, é um tipo de domicílio coletivo “ocupado por grupo convivente e/ou família, no qual a relação entre os moradores se restringe à subordinação de ordem administrativa e ao cumprimento de normas de convivência” (ALVES, 2004, p. 17). Entre alguns tipos de pensões, há uma linha muito tênue que a separam do que conhecemos por cortiços, ou seja, moradias que apresentam “condições precárias de construção, elevado nível de insalubridade e alta densidade populacional” (QUEIROS FILHO, 2015, p. 244). Esse tipo de moradia pode caracterizar-se por ter um viés comunitário e, também, por gerar certa intimidade entre seus moradores, uma vez que cada morador tem seu quarto, mas a sala de estar, a sala de refeições, a cozinha e o banheiro são comunitários.

A literatura é uma fonte interessante de descrição de habitações coletivas. Podemos citar como exemplo *Clarissa*, de Érico Veríssimo (1995) e *Cortiço*, de Aloisio de Azevedo (2011). Azevedo também escreveu “*Casa de Pensão*”, um romance no qual conta a história de Amâncio, um jovem que costumava morar em hotéis ou pensões, no Rio de Janeiro. Ao descrever uma das pensões que conheceu, o personagem relata:

Mas o certo é que as obras se fizeram, e a célebre casa de pensão de Mme. Brizard, outrora tão animada e concorrida, transformou-se num desses melancólicos sobradões de alugar quartos, que se observam a cada canto do Rio de Janeiro e onde, promiscuamente, se aninha toda a sorte de indivíduos, mas de indivíduos que já foram alguma coisa ou de indivíduos que ainda não são nada. Aí, as mais belas e atrevidas ilusões vivem paredes-meias com o mais denso e absoluto ceticismo. Velhos boêmios, curtidos nos venenos e todos os vícios e no segredo de todas as misérias, encontram-se diariamente, ombro a ombro, com os visionários estudantes de preparatórios. É nessas praias desamparadas à ventania da sorte que a sociedade costuma arrevessar o destroço dos que naufragaram nas suas águas, mas é daí também que ela pesca às vezes novas pérolas para o seu diadema. (AZEVEDO, 1989, p 199).

No romance “*A Pensão*” é relacionado pelo personagem principal à falta de privacidade naquele ambiente coletivo. Essa frágil divisão e outras características que

denotam a falta de privacidade também são destacadas em estudos mais recentes. Luiz Kohara, que pesquisa as consequências do desempenho escolar das condições de moradia, destaca a descrição das crianças quanto ao local em que vivem. Uma delas assim relata:

A pensão está caindo aos pedaços; um homem já quebrou o varal; o cachorro do vizinho faz cocô na porta dos outros, o bêbado fica brigando, tem brigas de facas, não dá nem para dormir, dá preguiça de vir para a escola, quando faço a lição é em cima da cama da mãe. (KOHARA, 2009, 231)

Morar em uma pensão, em comparação com a casa rural, poderia ter ficado como uma triste recordação para Antônio, mas isso não ocorreu porque aquela moradia lhe possibilitou interagir com pessoas de diferentes gerações, diferentes costumes e procedência que certamente trouxeram momentos de estranheza, inquietação, mas também bons vínculos. Como ele diz: “a gente se divertia, tudo gente humilde, os comparsas né”.

5.3.2.5 Constituindo a primeira e a segunda família e o encontro com o emprego perfeito: “aí tá, até que se juntemos, até que se unimos um ao outro”

Dez anos depois de chegar ao Brasil, Antônio já trabalhava desvinculado da família portuguesa, mas partindo da experiência que adquirira na borracharia do irmão. É nesse contexto que constituirá sua família. A primeira menção da família na apresentação vem acompanhada de argumentos relacionados ao seu campo temático e ao término das relações: “me casei aqui por duas vezes e a vida continuou assim, uma com uma, outra com a outra, mas mesmo assim a gente não presta, é quando é visto como não presta, mas depois bem mais tarde, ‘não, seu Antônio é positivo, é uma pessoa legal, um homem correto, sem defeitos’”.

O campo temático *envergonhei minha família, dizem que eu não presto*, influencia na necessidade de Antônio mostrar o quanto ele é bom. Mas, por outro lado, as suas escolhas na vida, diferente daquelas escolhidas por sua família, faz com que, de forma latente, não se sinta um “homem correto”. Essa latência sente-se quando ele aborda o fato de não querer estudar, não trabalhar no campo como seu pai queria, não quis trabalhar com seu irmão, separou-se das duas esposas que teve, tudo isso o faria um homem “que não presta”. Durante quatro vezes na entrevista, ele disse que as pessoas diziam ou dizem por aí que ele não presta. Analisando os primeiros minutos da entrevista, se percebe o campo temático: “Eu vim pra cá e fui ficando, vim em sessenta e dois. Até no consulado me xingaram ‘porque não vem aqui

nos visitar?’ Eu sou de uma família boa, graças a Deus. Se eu não prestar, a família é boa. Bom, aí fui ficando por aqui”. O ficar por aqui, então, engloba constituir família. Quanto ao primeiro casamento e sua esposa, temos o seguinte relato:

Olha, ela trabalhava na frente da oficina que eu trabalhava, mas ela tava me namorando há horas e eu não, não tava. É essa que mora aqui, essa sem vergonha, eu vou dar uma paulada nela ((Risos)). É aquela lá da Rua Havaí, eu trabalhava de um lado e ela trabalhava do outro.

Como se vê nessa parte da entrevista, ele faz uma descrição de forma condensada (ROSENTHAL, 2014), e logo sente necessidade de informar à entrevistadora de que a mulher a que está se referindo é a mesma que o procurou, depois dele passar a ganhar aposentadoria e ter uma casa. Naquela ocasião, ele percebeu o interesse dela em se aproximar por dinheiro. Esse fato é narrado na sequência do relato acima mencionado:

Aí começamos assim, aí andemos, aí tá, até que se juntemos, até que se unimos um ao outro, pronto. Morava com a mãe, ela tinha um filho, mas nunca deu certo até que foi indo, foi indo, até que um dia ela “ah, não dá mais”. Ué? Problema, o problema vamos resolver, “não dá, não dá”. É que eu gosto do troço certo, correto, um pagava uma coisa, outro pagava a outra, tinha aluguel, tinha o rancho. Aí sabe como é, chegou certo ponto que... E depois ela andava atrás de mim, até agora, até agora, ela me deu, antes de a gente ter essa bronca ((refere-se à briga com a filha)) perguntou se eu precisava dela cuidar de mim, “tu me dá meio do teu salário”, me deu essa, me deu essa, ah, por enquanto está bom. Deus é que sabe, “me dá metade do teu salário que eu te cuido de ti”. Eu fiquei assim, mas e aí, e o teu companheiro? Porque ela tem um véio né. “Ah, ele dá um jeito, a gente dá um jeito”. Mas como vai dar um jeito se ele mora aqui contigo? Ele trabalha com o meu genro, é o que tem a van escolar, o meu genro tem a van escolar.

Na passagem que segue, foi a única vez em que se referiu ao tempo que era casado com sua primeira mulher e, como se vê, a filha não é mencionada. É provável que esse fato tenha a ver com seu interesse de apresentação, em que escolheu por salientar ter sofrido e trabalhado muito, então, após falar, no início, o quanto sofre com a filha no presente, não era de seu interesse falar da alegria que teve ao nascer e acompanhar parte de sua infância.

Antônio salienta em várias partes da entrevista que seu pai era “mão de vaca”, que era muito pão duro, escondendo todo o dinheiro que podia. Parece que, ao casar, Antônio também toma esse caminho e é essa forma de querer conduzir as despesas e ganhos da família, que pode ter influenciado para o fim de seu casamento.

Interessante observar que ele fica perturbado ao falar da primeira esposa (é essa que mora aqui, essa sem vergonha, eu vou dar uma paulada nela!). É possível que ele fale o que, pelo menos na imaginação, teria vontade de fazer, agredi-la fisicamente. Esse comentário de

Antônio pode nos levar a pensar na possibilidade de ele ter sido violento com sua família e isso pode ter motivado a separação, mas pode ser apenas uma forma de expressar à entrevistada o quanto ainda sente mágoa pela separação. Antônio vem de uma família católica em que o casamento é um sacramento⁵³ e a separação não deve ser cogitada (NORGREN, 2004). Como ele diz ao abordar a vontade de separação da esposa: “o problema, vamos resolver”, ou seja, não cogitava se separar.

A separação foi mais uma das tradições de sua família que Antônio precisou quebrar. A família se dissolve, mas não a propriedade, uma vez que moravam de aluguel. Mas por que o casal, empregado e com uma filha, não providenciaram a aquisição de uma casa própria? No imaginário das famílias da década de 1970, “escapar do aluguel”, financiando a compra de uma casa, era o caminho mais sólido.

Na década de 1970, havia a possibilidade, por exemplo, de Antônio adquirir uma casa através do BNH. No Rio Grande do Sul, a Cohab era a instituição que implementava os projetos de construção de conjuntos habitacionais. Ainda na década de 1960, oito mil unidades da Cohab foram construídas. Isso não quer dizer que o déficit habitacional tenha estancado, mas de certa forma remediava e possibilitava mais alternativas, inclusive refletindo na opção do aluguel:

A produção da habitação vincula-se diretamente à possibilidade de seu financiamento. Em se tratando da população de baixa renda, o provimento de moradia só tem se efetivado através da existência de políticas públicas que propiciem a disponibilização de programas, linhas de crédito e acesso à casa própria. Mesmo as oportunidades de aluguel ficam restritas à existência de um fluxo de oferta de imóveis voltados a essa camada da população. (CARRION, 2000, p. 03)

Otilia Carrion (1987) afirma que, antes da década de 1960, era forte o mercado de vendas de lotes. Mas, na década em que Antônio casa, com o BNH,

desestimulou-se esse tipo de procedimento. A alternativa, o produto que passou a ser oferecido para a população de menor poder aquisitivo, foi a casa própria já pronta, nos moldes construtivos do BNH. Então, o adquirente devia comprar o terreno com a casa já construída. É claro que isso restringiu muito as possibilidades de acesso à moradia no mercado formal: o interessado ou tinha a renda exigida e a disponibilidade financeira para comprar o imóvel pronto, ou não comprava nada. (CARRION, 1991, p. 293)

⁵³ Duarte aborda sobre a relação da tríade pai filho e mãe com a Igreja Católica e chama a atenção para o culto da “sagrada Família” que se fortifica nos últimos tempos “herdeira de uma tradição pré-moderna” (DUARTE, 1994, p. 31).

Além de o financiamento ser baixo, “menos de 13% dos recursos do sistema foram dedicados às famílias cuja renda mensal não ultrapassava cinco salários mínimos”, faixa de renda na qual a grande maioria das famílias que compõe o grupo que possui déficit habitacional encontra-se (BORGES, 2013, p. 52).

Levando em consideração esse contexto, talvez seja possível entender o motivo pelo qual Antônio não tenha comprado algum imóvel e nele criado raízes, a partir da concepção de moradia com a qual foi criado junto a seus pais. Sabemos que tanto a sua profissão quanto a de sua esposa não garantiam renda suficiente para realizar o investimento inicial em um financiamento. Talvez a compra de um terreno tenha sido cogitada, mas as políticas públicas, como vimos, ofereciam casas prontas (certamente movimentava mais o mercado e os impostos do que o financiamento só de terrenos).

Quanto ao segundo casamento de Antônio, ele ocorre no início da década de 1980. Mas antes de abordar essa etapa, cabe salientar que tanto ao falar do primeiro casamento como do segundo, ele se coloca na posição de vítima. Essa postura também é tomada ao falar, mais tarde, do relacionamento com a filha mais velha. Se formos ver a forma como ele começa a entrevista: “Eu me emociono, já tô emocionado, eu passei muita dificuldade” é possível pensar nessa tendência quando o tema é relacionamento. Quanto à moradia, só demonstrará sofrimento quando morou na Vila Mafalda, como veremos adiante.

Considerando que Antônio tem a religião católica como um importante valor, uma hipótese é que o peso de não ter dado certo o primeiro casamento foi levado para o segundo, que tem que dar certo. O nascimento da segunda filha pode ter vindo como possibilidade de se redimir, agora sim daria certo. Essa filha e essa mulher provavelmente recebiam mais atenção, pelo tipo de trabalho que exercia, como zelador. Também, nesse período, Antônio já estava mais maduro. A vontade de estabelecer um lar, de cuidar da filha, deve ter contribuído para que se mantivesse tanto tempo no mesmo emprego como zelador e com a mesma mulher.

O ano de 1988 consolida-se para Antônio como o começo de um período estável em relação ao espaço em que habita e ao trabalho que exerce. Foi contratado como zelador do Edifício Vênus, de aproximadamente dezesseis apartamentos, nos quais moravam pessoas de classe média. Foi concedido a ele o uso de um apartamento enquanto estivesse trabalhando no Edifício.

Um baita de um apartamento, maravilhoso, com tudo, não me faltava, aquilo era maravilhoso, e tudo era... Como diz aquele ditado, tudo era parente, porque não tinha diferença. Ah, tudo era da família, um edifício pequeno na Riachuelo esquina com a esquina da Lopo Gonçalves. Bem na esquina da Lopo Gonçalves, o edifício Vênus.

Ali, bah, era só gente boa, gente fina, bah, ali era tudo gente que, todo mundo me queria muito bem ((se emociona ao falar)).

Das residências habitadas por Antônio, quatro são descritas positivamente: a casa rural, o quarto na pensão, o apartamento do zelador e a casa no novo residencial, na periferia de Porto Alegre em que mora atualmente. As duas últimas apresentam certa ligação com a casa rural, estão relacionadas a um espaço organizado, “planejado” e de convivência familiar.

Antônio não gostava de trabalhar na terra como o pai, mas gostava da rotina da casa. Então, o cuidar da grande casa e da grande família, que para ele era o edifício Vênus, com pequenos consertos, mantendo a calçada limpa, provavelmente o mantinha com uma sensação de segurança. A própria relação duradoura que estabelece com algumas senhoras que lá moravam, lhe trazia novamente o bem-estar de conviver na família com idosos. Antônio recorda com pesar o momento em que acompanhou o falecimento das senhoras: “quanta gente não tinha morrido lá, velhinhas, lá, e eu assistindo, bah”.

Existe um “equipamento expressivo” típico de um zelador, uma maneira de se comportar esperada em sua representação enquanto zelador (GOFFMAN, 2011). Diferente do porteiro, o zelador é aquele que está sempre realizando tarefas manuais nos espaços comuns a todos, na parte interna e externa do edifício, ou está dialogando com condôminos em relação ao cumprimento de regras (RUFFATO, 2011). É uma espécie de *xerife* daquela pequena comunidade, e tem o papel de lembrar determinada cláusula do regimento que por ora não está sendo cumprida.

Um morador do edifício Vênus sente-se seguro com a presença de alguém que zele pelo espaço de morada, e que, além disso, pode lhe dar subsídios para que possa sobreviver emocionalmente em meio à vizinhança, pois o zelador sabe muito de todos e provavelmente lhe dará dicas em um interminável leva e trás de informações – beirando a fofoca (VELHO, 2012). Essa é uma tarefa delicada. Se o zelador criar intrigas, não se manterá no emprego e na moradia, mas se não for bom observador e não souber dar algumas informações estratégicas, não criará laços de afeto e confiança com os condôminos, baseados em momentos de intersubjetividade. Esses momentos de intersubjetividade aumentam para profissionais que, como Antônio, moram no edifício.

Antônio permaneceu por dezoito anos no Edifício Vênus, logo, deveria ser bom observador. Essa característica também se percebeu no trabalho de campo, durante a entrevista e as visitas posteriores. Enquanto conversávamos (sempre na frente de sua casa) ele seguidamente acompanhava com os olhos os transeuntes, o veículo que se aproximava e, por

vezes, fazia comentários. Em certa ocasião, apontou para dois carros estacionados em um pequeno beco a muitos meses e me informou que, para ele, foram carros roubados que estavam ali escondidos.

Nas relações estabelecidas em um edifício, há uma maneira de se comportar dentro do papel que cada pessoa representa (GOFFMAN, 2001). Existe uma representação encenada pelo zelador, mas também encenada pelos condôminos. É normal que brasileiros moradores de classe média guardem certa distância de seus empregados. Normalmente segue-se um padrão hierárquico, mas mantendo cordialidade e até afeto.

O costume no Brasil de falar de um empregado antigo afirmando que “é como se fosse da família” demonstra a maneira como essas relações podem ser caracterizadas por um certo grau de proximidade, mas não a ponto de se afirmar que sejam, de fato, da família. Embora muitas vezes as próprias pessoas acreditem tê-las abolido, as fronteiras permanecem na relação. (LIMA, p. 13)

Podemos também dizer que uma diferenciação social radical, como o morador de um condomínio de classe média e o zelador, é mediada por “valores como a intimidade, a consideração e o favor” (DAMATTA, 1997, p. 12). Para alguém como Antônio, que foi educado do outro lado do atlântico, talvez esse comportamento dos condôminos seja confundido por ele com a *não diferenciação social* e, mais do que isso, com vínculo familiar. Como diz Antônio, “tudo era parente, porque não tinha diferença, ah, tudo era da família!”. O fato de também ser morador do edifício fortalece o vínculo de Antônio àquele espaço.

A entrega que faz àquela moradia como sendo sua, àqueles condôminos como sua família, trará, mais tarde, sérias consequências a sua saúde física e mental. Percebe-se que o afastamento do edifício com a demissão foi para Antônio mais difícil de assimilar do que a separação da segunda esposa. Sentindo-se em família no edifício, foi mais fácil superar o abandono da mulher. Além disso, a relação já estava complicada, o que segundo ele era devido a algum transtorno da mulher: “era meia louca, meia doente, só pode, né?”. Sendo assim, para Antônio, não havia nada que ele tivesse feito para contribuir para o fim do casamento:

Aí foi indo, foi indo, e eu largando um pouco assim, sabe como é? Que é nada de xingar, nada de briga, nada de discutir, mas ela brigava comigo, ela discutia comigo, ela brigava com... Bah, uma vez ela chegou lá no edifício e eu fazia minha limpeza e ela veio e queria me... Não sei o que, bah, começou assim, a criar coisas assim, sei lá, e foi indo, foi indo, foi indo, até que ela chegou e desistiu.

Mesmo que a esposa o fizesse sofrer, segundo ele, queria permanecer cuidando de sua filha, por isso não tomou a iniciativa da separação: “para não deixar a menina sozinha, que ela era, a mãe era analfabeta, e não parava em lugar nenhum e a menina vai sofrer muito, não tem como”.

Mas é provável que, assim como no primeiro casamento, Antônio pretendesse que o relacionamento fosse duradouro pela representação que tinha de matrimônio. Pela educação católica que recebera, casamento é um sacramento indissolúvel, seria difícil para ele tomar a decisão de romper com a esposa.

Permanece na mesma casa e no mesmo trabalho por dezoito anos. Das moradias que até então teve – considerando aqui o trabalho envolvido e as relações sociais com os moradores do Vênus e a vizinhança – essa, até então, foi a que mais lhe conectou com a casa rural da infância, embora sendo no centro de uma cidade. A possibilidade de estabilidade, somando com a presença da esposa e da filha e com a boa relação com os moradores do prédio, é um fator importante nesse resgate da casa da infância. Aliás, quando sua mulher vai embora, ele tem o suporte da identidade criada e das relações afetivas que conquistou naquele edifício.

5.3.2.6 Tempos de perdas e desestruturação socioespacial: “foi pensando, foi pensando”

O longo período em que trabalhou e morou em um mesmo espaço resultou para Antônio em vínculos afetivos positivos com o lugar e com as pessoas. As relações tornam-se mais emocionais que cognitivas, “implicando no sofrimento pela separação e na dificuldade de substituição de um laço afetivo por outro” (ALVES *et al.*, 2015). Acompanhemos o relato de Antônio da demissão, narrada na mesma sequência em que relatava a vida como zelador:

Ali, bah! Era tudo gente boa! Gente fina e, bah, ali era tudo gente que, todo mundo me queria muito bem. Aí, aí bom, quando me mandaram embora, quando me mandaram embora, não sei. Ah! Foi uma moça que andava lá me rodeando, me rodeando: “olha não podes passar só aqui no edifício, porque edifício é edifício, isso não é casa particular, é edifício, tem muita gente que gosta e muita gente que não gosta – aí foi indo, foi indo – eu já te avisei!” E ali tinha médica, tinha juíza, tinha tudo e tem muita gente que não gosta e foi o que aconteceu. Eu também já tava por aqui! Foram vinte anos, sempre as mesmas, quanta gente não tinha morrido lá, velhinhas, lá, e eu assistindo, bah, então, bah, eu chorei e eu não queria assinar, eu não queria assinar o aviso, né? “Ah, se o senhor não assinar, as testemunhas aqui assinam”. Eu senti, assim, foi indo, foi indo. É como diz aquele ditado, há mal que vem pra bem. Eu senti

porque ali era uma família, ali não como, um, não se dá com seu Antônio, o outro, não se dá com seu Antônio, o seu Antônio não presta e não sei que mais e não sei que mais, não sei que mais, não sei que mais, e aí o que se vai fazer, eles mandam, né? E aí acertaram tudo direitinho, peguei bem, também, com o tempo, né? Sim, foram vinte anos, tudo, tudo direitinho e foi assim e assim terminou.

Ao narrar em relação à vida no edifício, lhe veio à mente o momento em que foi despedido do emprego, e foi a partir daí que abordou o tema. Mas a princípio não queria enveredar nesse assunto e diz “não sei”, seguido de um bom tempo de silêncio. A partir daí seu relato é formado por argumentos confusos do motivo da demissão. Em um primeiro momento, afirma que a culpa, como em outros momentos disruptivos de sua vida, será de uma mulher. Em seguida, aborda o seu comportamento. É provável que, depois de dezoito anos, Antônio estivesse “por aqui”, como ele diz, fazendo sinal com a mão na testa de que já estava farto. Por isso, já não realizava suas obrigações com tanto esmero. Talvez esse cansaço com a rotina fosse para ele o caminho natural das coisas, e como eles eram “uma família” entenderiam, teriam paciência com certas falhas.

Antônio também informa que contrataram uma advogada e que ela foi a culpada por eles agirem assim, tão friamente com ele. Esse argumento o ajuda a preservar a construção afetiva e laboral daquele tempo como zelador, então, como diz Roberto Damatta, ele castiga o agente e mantém o sistema:

Como crise, o esforço seria para modificar toda a teia de relações implicadas na estrutura, mas, como revolta, o conflito é pessoalmente circunscrito, e assim resolvido. É como faz o Pedro Malasartes (estudado no Capítulo V) que, diante do fazendeiro cruel e explorador, não acusa o sistema de dominação, mas o fazendeiro (DAMATTA, 1997, p. 183).

A perda do trabalho, da casa e da família leva Antônio a vivenciar um momento de extrema vulnerabilidade social, material e subjetiva (RECA, 1996). Já nos primeiros minutos de sua apresentação, quando relata seus empregos, ele aborda a demissão:

Era mecânica e borracharia, agora ultimamente foi zelador, dezoito anos na Riachuelo. Ali eu terminei, mandaram-me embora, e agora, aí foi pensando, foi pensando, foi pensando e, sabe como é que é: altos dinheiros se acabam sem ter uma renda, sem ter uma... só sai, mas não volta, mas não vem. A senhora está entendendo? Assim fui, fui indo, fui, indo, fui indo. Fiquei muito mal lá na Vila Malfada, quase morri. É, o seu Adão sabe muito bem, mas a vida, Deus é muito grande, e Deus nos abençoou, ele cuida de nós. Eu sozinho num barraco ali, chovendo, água até aqui assim (aponta para o joelho). Peguei doença nas pernas, aquela água podre. Bom, isso foi o que se passou, aí fui indo, fui indo.

Durante toda a entrevista, Antônio usava a expressão “foi indo, foi indo” ao narrar alguma etapa de sua vida. Chama a atenção que ao falar da ida para a Vila Mafalda, também utilizou a expressão “foi pensando, foi pensando”, referindo-se a ele mesmo, como se fosse outra pessoa, aquele ser que se viu “fora de si” pela perda de referência, lhe restando apenas pensar e, de certa forma, vivenciar aquele momento de luto, de perda tripla: casa, trabalho e arranjo familiar. Em um processo de luto pela perda da moradia, além da sensação de perda espacial e de identidade, há uma tendência a idealizar o lugar perdido (FRIED, 1968, p. 377). Antônio provavelmente passou por esse processo se pensar nas descrições sobre as relações pessoais no antigo edifício: “Era tudo gente boa! Gente fina e, bah, ali era tudo gente que, todo mundo me queria muito bem”.

Ao afirmar que “altos dinheiros se acabam” Antônio está se referindo ao dinheiro que recebeu por ser demitido. Esse dinheiro foi utilizado apenas para manter a sua vida enquanto estava em processo de luto e desempregado. O barraco transforma-se no espaço de retirada para dentro de si, o que também resulta na renúncia da disponibilidade para os outros (RERFATY-GARZON, 2003).

Sabemos que a Vila Mafalda tinha um espaço que alagava muito e nele que Antônio foi morar: “num barraco ali, chovendo, água até aqui assim (aponta para o joelho)”. Ele de fato fica à deriva com os alagamentos, que lhe trouxeram problemas nas pernas e a sensação de desorientação, não se sentindo parte daquele novo espaço. Por isso ele foi para em um abrigo da Prefeitura Municipal, como consta em sua narrativa:

Me levaram prum abrigo, eu nem sabia o que era um abrigo, assim, como funcionava, me levaram pra lá, porque eu não tinha como, pra eu me recuperar, sabe? Aí foi indo, foi indo, foi indo, foi indo, até que eu encaminhei minha aposentadoria. Demorou, mas tá, com todo o trabalho. É aí chego lá, pra ir de novo pra lá, pegou fogo de novo lá. Aí, por que senhor? Aí fizemos lá um coisa, e deram um chalé pra nós dormir. Eu sozinho, eu e Deus, e os vizinhos, né? Aí consegui, então, a aposentadoria, aí vim pra... surgiu aquela coisa toda das casinhas aqui. Aí estava todo mundo inscrito, todo mundo na reunião, eu sempre, sempre frequentando as reuniões.

Antes de começar o diálogo com a comunidade, o Demhab se aproximou dos moradores da Vila Mafalda, e construíram algumas melhorias (banheiro, praça), além de prestar apoio social. É nesse contexto que a vila passa a ter ativos que antes não tinha. Segundo um dos moradores observou em conversa durante o trabalho de campo, essa aproximação já era com o intuito de facilitar as futuras negociações em relação à remoção.

Não sabemos o propósito das ações, mas Antônio foi beneficiado por elas, pois foi nesse período em morou em um albergue do município que foi encaminhada a sua aposentadoria.

Para compreendermos melhor como se dá o processo de albergamento, fez parte das pesquisas para a tese uma entrevista com uma assistente social da Prefeitura. A partir das informações que nos concedeu, começamos a considerar que, para Antônio, esse foi um momento primordial. Segundo a entrevistada, “o albergado pode permanecer na instituição até seis meses. Nesse tempo, ele tem assistência médica e é encaminhado para tudo que é tipo de profissional. Eles atuam para garantir os direitos do usuário”. Quando perguntei a ela se poderiam ter encaminhado a aposentadoria de Antônio, ela respondeu que esse é um dos encargos do assistente social que trabalha em um albergue, “eles entram com os papéis, fazem os trâmites e depois a própria pessoa tem dar continuidade”. Partindo dessa entrevista, também nos ocorreu que foi através do albergue que ele entrou novamente em contato com sua filha mais velha, pois é nessa época que ele retoma o contato com ela.

Depois de melhorar a saúde e sua estima no albergue, Antônio aguarda pela aposentadora. Foi nesse contexto que recebe a notícia de que vai haver remoção. Naquele momento em que está reatando os laços com uma das filhas, vai receber aposentadoria e, agora, uma casa, o que torna a remoção para Antônio um projeto de transformação econômica e familiar. Ele vê na remoção a possibilidade de ter uma casa que irá materializar sua identidade (DOVEY, 1985). A remoção é interpretada então como o caminho para a saída de um estado de *liminaridade* (DUARTE, 2010). Antes mesmo de sair da Vila Mafalda, ele já começa um processo em que sai da vulnerabilidade subjetiva, partindo de um novo processo de individuação, agora como um futuro senhor aposentado, pai de duas filhas e dono de uma propriedade. Assim deixará a “cabana”. Abordando esse período em que volta do albergue para a vila é que, pela primeira vez, ele engloba os vizinhos no seu *mundo da vida*: “eu sozinho, eu e Deus, e os vizinhos”. Também é nessa época que começa a participar das reuniões sobre o reassentamento com o Demhab.

5.3.2.7 Remoção e profundas mudanças: “não é mão de vaca, é pé de vaca”!

O reassentamento de Antônio, enquanto beneficiário do Demhab, ocorreu em 2011. Foi removido com os demais moradores da Vila Mafalda para a periferia da cidade. Nossa hipótese sobre como ele interpretou a mudança para a periferia é de que traria mudanças estruturais em seu mundo da vida, mas positivas. Consideramos que a mudança anterior, do edifício para a Vila Mafalda, também foi interpretada como estrutural, porém negativa. A

forma como ele sentiu o “morar no barraco”, somando ao estado de sofrimento pela demissão do emprego, contribuiu para que ele entrasse em vulnerabilidade social e subjetiva.

Já a nova casa, possivelmente tornou-se expressão de seu retorno à sociedade, depois de ter ficado em estado de liminaridade. A medida do possível, ele trará também para a casa coisas que para ele fazem sentido em uma moradia. Pelo tipo de seres e coisas com quem convive no lar, nos parece que ele deseja um ambiente que lembre a casa rural. Então cria um ambiente curioso porque “funções habitualmente discriminadas” enquanto localizadas fora da casa e suas proximidades, coexistem na moradia (ROSSELIN, 2002). Tanto que Antônio tem galinhas que se movimentam entre sala, pátio interno e varanda. Convivendo com as galinhas, pássaros nas gaiolas, parreira, árvores frutíferas e com seu cachorro ele “encontra expressão” daquilo que lhe é caro (DOVEY, 1985).

No começo, a casa estava mais voltada para receber a filha mais velha. Enquanto ela o cuidou, porque estava doente, a casa e os bens, segundo Antônio, estavam sendo tomados por ela. Quando ele se deu conta, foi um processo bem difícil, de um novo rompimento:

Eu tenho uma filha bem pertinho daqui, mas, ao invés de ela me ajudar, ela me roubou. Isso é crime! Mas eu fiquei quieto, Deus tem mais pra dá do que o diabo pra tirar. Em vez de me ajudar, ela me ajudou porque era obrigado, né? Eu estava que nem podia caminhar, me entrevou as pernas. Mas Deus, bah, agradeço muito a Deus. Levou-me o cartão, o cartão e a senha e estava mexendo. Certo dia, que Deus é muito bom, Deus não fala, mas enxerga e sabe muito bem, um vizinho ali do lado: “O, tu vai tê que ir lá e bloquear o cartão e a senha”. Aí fui devagarzinho, fui devagarzinho, bom, aí eu fui lá no banco.

Foi depois dessa experiência com a filha mais velha (com quem ele não teve mais contato depois de bloquear seu cartão), que ele se voltou mais para o “mundo rural” em sua casa. Essa dinâmica não foi aprovada pela vizinhança, que reclamava para ele da sujeira e mau cheiro. Então, agora Antônio tem uma faxineira.

Por ocasião da entrevista, Antônio contou que estava às voltas com o paradeiro da segunda filha:

Agora tem aquela, uma outra, que eu não sei onde ela mora. A outra eu tinha que descobrir onde ela mora, mas eu vou descobrir. Eu não sei se ela tá bem ou tá mal, e eu tô aqui com todos os benefícios e a casa está aberta pra ela. Queria dar estudos pra ela, ia formar ela, aí, foi tudo por água abaixo, tudo por água abaixo.

A casa como *expressão* de uma maneira de ser observa-se na possibilidade de, assim como seus pais (e mais uma vez através do trabalho no Brasil), dar suporte para um filho a

partir da sua *propriedade* e seus benefícios. E não é qualquer propriedade, ela tem vida, com bichos e árvores, e está longe do burburinho da região central da cidade. Além disso, tem até uns vizinhos que ele considera bons e com quem conversa diariamente. Aliás, apenas os vizinhos *o retiram* do seu mundo, da sua “propriedade”, mesmo que seja pra deixá-lo nervoso:

Isso aqui é uma benção, isso aqui foi dado por Deus! Agora, aqui a gente não está acostumado, eu nunca fui acostumado a muito... Há muito, muito movimento de casa sabes? Com família, mas vizinho com vizinho, que não tem pra onde ir, vem, e é só fofoca, daqui a pouco vai encher aqui ó, aqui na frente. E eu não posso falar nada, param aqui na sombrinha, né? Na calçada, eu não posso reclamar, mas eu já estou acostumado, sabe? A pessoa tem que acostumar, se não arruma bronca, arruma bronca, a senhora não acha? Daqui a pouco tá cheio aqui, vêm com as cadeiras de lá pra cá por causa dessa árvore. Essa árvore aqui ela tá desde quando a gente veio prá cá, botaram uma árvore em cada casa, mas nada mais, nenhuma. Essa foi a única que escapou que eu pudei, a gurizada, aquela coisa, por isso ela tá bonita, ela não é mão de vaca, é pé de vaca //É pra lembrar o seu pai//.

Como se vê no relato acima, de forma não convencional na Abordagem Narrativa Biográfica, a entrevistadora corta o entrevistado e dá a sua opinião: “É pra lembrar o seu pai”. Ocorre que, a entrevista estava finalizando e depois de ouvir toda a história de Antônio não havia como deixar de mencionar esse símbolo da presença do pai quem, afinal, semeou em Antônio a vontade de emigrar para o Brasil com o desejo de *se fazer*.

5.3.3 Remoção compulsória: análise do Tipo Locus - Interpretação da remoção como transformação da dinâmica social criada ao longo da vida

O circuito deste capítulo parte do caso particular (no caso, Antônio é um exemplo) para a construção do Tipo. Na seção anterior foi possível acompanhar o contraste de Antônio, nesta seção Antônio será um dos casos a dar subsídios para as generalizações que se pretende em uma análise tipológica.

Embora sigamos caminho semelhante ao capítulo anterior, ao dividir a análise deste tipo em três etapas com viés temporal (infância, fase adulta e vivência do fenômeno da remoção), nesse caso, ao chegar à última etapa fez sentido desenvolver o texto considerando dois subtipos.

Preliminarmente, chama a atenção o fato de que o Tipo Locus é formado por sujeitos que, em diferentes arranjos familiares, mantém na infância, ou na maior parte dela, a mesma situação familiar, territorial, guardando, nesse espaço de tempo, os mesmos vínculos afetivos

e a estrutura sócio econômica. Nesse caminho eles vão interagindo com a “casa-ambiente”, e como afirma Esther Cervini, vão “criando suas formas próprias de espacializar e temporizar desde o evento originário de ser lançado no mundo” (CERVINI, 1998, p. 64).

5.3.3.1 Infância: a casa pensada e ambientada

Faz parte deste tipo sujeitos que na infância viviam em uma zona rural, em pequenas propriedades pertencentes a seus pais, tendo na agricultura e criação de animais o meio de subsistência. Os entrevistados Antônio e Silvio viviam em propriedades que, com suas especificidades e arcaísmos, ficaram à margem da modernização da agricultura e dos “modelos industriais urbanos” (GIULIANI, 1990). O perfil e a cultura de seus pais agricultores poderia ter continuação através dos filhos, naquelas terras que um dia eles herdariam. Mas não. Eles optaram por ir para a cidade, tendo cada um suas motivações ao realizarem “movimentos inquietos” que englobaram fatores subjetivos para além da procura por melhor trabalho (SIMMEL, 2013).

Um dos sujeitos que compõem esse tipo é Silvio, nascido em 1952. Os pais de Silvio eram donos de trinta hectares de terra no Rio Grande do Sul, região de fronteira com o Uruguai. Lá, plantavam arroz, milho feijão e criavam gado, principalmente ovelhas. Enquanto criança, Silvio acompanhava o trabalho dos pais, tendo frequentado pouco a escola, mencionando apenas o aprendizado do alfabeto.

Silvio relata que a casa dos pais “era de material, com cinco peças”. Durante a primeira fase da entrevista, quando narrava sua vida no campo, decide dizer o seu nome completo “meu nome é Silvio Pereira Machado, da família dos Machado”. É provável que ele sinta necessidade de frisar o sobrenome porque existem algumas famílias tradicionais de fazendeiros da região onde ele nasceu que também são Machado⁵⁴. Na juventude, os filhos desses fazendeiros iam para a faculdade na capital, os pais alugavam ou compravam apartamento para seus rebentos. A Faculdade de Direito era a mais cobiçada, sendo que alguns saíram da Região de Campanha para a Faculdade de Direito em Porto Alegre e da faculdade para a política, havendo até dois presidentes do Brasil nesse grupo: Getúlio Dornelles Vargas e João Belchior Marques Goulart (GRIJÓ, 2005).

Já em relação a Silvio, qual seria o sonho de seus pais? Em seu cotidiano, parece que não havia espaço para a *pena* só para a *enxada*: de dia se trabalhava no campo, de noite no

⁵⁴ Sobrenome fictício para preservar o anonimato.

pilão. Supõe-se que, para seus pais, Antônio deveria sonhar em tocar a lida do campo na tradicional propriedade dos Machados, de onde lhe vem o sustento.

Oito horas da noite o pai e a mãe tavam tomando chimarrão e nós socando o arroz no pilão e a canjica. Pegava um banco, sentava e ia fazendo. Comprava uma peneira pra ventar e sair aquela casca. É! No interior! Agora não, uns dizem que o interior até tá melhor que a cidade, eu até acredito, porque na cidade tá um perigo, uma coisa de louco.

Silvio começou narrando uma noite em família. Parece um tanto nostálgico, mas, por fim, argumenta, nas entrelinhas, que a vida no interior não é fácil, em comparação com a *cidade grande*. Em nenhum momento ele relata os motivos que o levam a migrar para Porto Alegre, mas a análise de sua narrativa, junto com o contexto da década de 1960/1970, traz algumas *pistas*.

Se no presente, como afirma Silvio, uns já “dizem que o interior até tá melhor que a cidade”, em meados do século XX, a premissa em voga era o contrário (QUINTANA, 2011). Quando Silvio deixa para trás o trabalho rural e foca no emprego urbano, possivelmente uma de suas motivações era o trabalho com “carteira assinada”. A partir daí teria vantagens trabalhistas (como a aposentadoria por velhice e pensão ao cônjuge) que o trabalhador do campo, apesar da criação do Pro-Rural em 1972, na prática, ainda não possuía (FERRANTE, 1976).

Quando Silvio estava com cinco anos, já havia certa movimentação nacional em termos de políticas públicas para apoiar o homem do campo. Em 1959, o deputado Estadual Marcílio Loureiro discursava na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul expondo a situação do trabalhador rural da região de campanha gaúcha: “estes peões não têm assistência médica, não têm assistência escolar, não é garantido pela legislação do trabalho, enfim, vive o primarismo do indígena deslocado, como em passe de magia para o cenário da vida moderna” (CORREIO DO POVO, 1959, p. 07). Observa-se aqui o contraponto entre campo e cidade exposto pelo deputado. Essa representação provavelmente, de alguma forma, também estava presente nas motivações de Silvio para migrar para Porto Alegre.

Para além das maiores vantagens trabalhistas, é viável que, quando decide sair do campo, principalmente por se tratar de um jovem, havia a atração pelos “confortos da vida moderna”, pelas “luzes da cidade” (GIULIANI, 1990), pelas sensações espaciais e sensoriais advindas das metrópoles (MARICATO, 2003). No caso de Silvio, a vivência sedimentada (noema de recordação) em relação ao primeiro contato com a metrópole ao migrar, nos dá

uma dimensão do evento: “Eu me apavorei, era muito grande, eu andava sempre espinhado, tinha medo”. Silvio migra com vinte anos, como veremos adiante.

Quanto a Antônio, cujo contraste da entrevista apresentamos na seção anterior, sabemos que também se muda de uma propriedade rural para Porto Alegre, mas diferentemente de Silvio não vem do interior do Estado, mas do exterior, de Portugal. Antônio não relata a percepção sensorial em relação à cidade, contudo, salienta algumas diferenças ao abordar a aldeia da infância: “tudo, naquela redondeza, cada um tinha o seu serviço, ninguém mexia em nada, ninguém mexia em nada, podia deixar a porta aberta”. Talvez Antônio não tenha ficado “espinhado”, por já partir das experiências de sua família em Porto Alegre.

É possível afirmar que a família de Antônio, ao mesmo tempo em que *gira* em torno de uma casa rural, algo bastante arraigado, é formada por pessoas que possuem formas de pertencimento nacional diferente, abrangendo tanto o Brasil como Portugal. É uma relação transnacional caracterizada pela presença de gerações sucessivas no Brasil, sem perder o vínculo com a família em Portugal. Pessoas da família vão e vem, sendo ajudadas por aqueles que estão no Brasil, mais especificamente, em Porto Alegre. Assim, observamos que a biografia de Antônio é caracterizada por uma mobilidade geográfica e apresenta uma “múltipla forma de pertencimento que abarca dois contextos culturais e nacionais” (APITZSCH, 2005).

Outra entrevistada que compõe o Tipo Locus é Vera, nascida em 1981.⁵⁵ Ela relata sobre a infância abordando em relação à casa, o bairro e o seu cotidiano de brincadeiras pelas praças de uma cidade do interior, na região central do Rio Grande do Sul. No começo da entrevista, já informa que foi criada por uma tia, mas nada menciona da interação com ela. Suas lembranças da infância estão focadas na parte externa da casa, com uma relação simbólica de intimidade com o pátio, ruas e praças próximas à casa:

Agente teve uma infância melhor, de poder brincar no pátio e coisa. Lá, minha casa tinha três quartos, sala, cozinha, banheiro, era bem, bem acessível, assim, bom, lugar bom, bairro bom também, né? E a gente brincava muito em praça, parques, hã... Ia para a praia nos finais de semana, também, trago boas lembranças daquele lugar muito bonito. Foi muito bom, minha infância foi bem. Às vezes eu ainda comento com as crianças: “bah vocês, aqui, vivem presos.” Porque eles não têm condições, e tão assaltando muito né. O tempo que eles têm é sempre ocupado, assim, escola, e de tarde eles fazem esporte. A gente, no meu tempo, saía pra rua e voltava pra dentro só na hora de tomar banho e dormir, né. Por que a gente passava a maior parte do tempo brincando mesmo, andando de bicicleta, jogando bola.

⁵⁵ Vera é a entrevistada de quem “pegamos emprestado” a parte do *memo* citada na seção 4.3, na persona de Lian.

Vera, de fato, era tratada na infância como criança, seu mundo era brincar. Em casa não tinha a presença de primos, portanto é provável que a tia a considerava como filha e assim a educou. Tendo nascido em 1981, se observa a longa duração do costume da circulação de crianças nas famílias, como vimos, aliás, com o caso de Lena, no capítulo referente ao Tipo Exedra. No caso de Vera também estamos diante de uma dinâmica familiar diferente do que a tradicional, representada pelo núcleo “mãe, pai e filho”. Existe na família um vínculo forte que permite a “doação” feita por uma irmã que já tem filho (a mãe de Vera tinha uma filha quando ela nasceu) para a irmã que não tem:

Procurando uma definição operacional da vida familiar que dê conta desse vasto leque de possibilidades, preferimos falar de dinâmicas e relações familiares, antes do que de um modelo ou unidade familiar. Assim, definimos o laço familiar como uma relação marcada pela identificação estreita e duradoura entre determinadas pessoas que reconhecem entre elas certos direitos e obrigações mútuos. Essa identificação pode ter origem em fatos alheios à vontade da pessoa (laços biológicos, territoriais), em alianças conscientes e desejadas (casamento, compadrio, adoção) ou em atividades realizadas em comum (compartilhar o cuidado de uma criança ou de um ancião, por exemplo). (FONSECA, 2005, p. 54)

Embora com tantas recordações boas, quando as brincadeiras de infância vão ficando de lado, a partir da chegada da adolescência, Vera decide que precisa da presença diária da mãe e não só em visitas esporádicas. Não sabemos se essa decisão é motivada pelo cotidiano na casa da tia, mas é possível que aquele ambiente lhe trouxesse algum tipo de mal estar que Vera optou por não relatar na entrevista. Mas também é possível que sua infância tenha sido “tranquila,” como diz Vera em relação ao cotidiano, e a motivação tenha sido a falta da mãe, apenas. Ao chegar à adolescência, ela consegue manifestar com segurança sua vontade, até porque a mãe não era uma estranha, o que é próprio do fenômeno da “circulação de crianças”:

Há séculos, mães brasileiras confiam filhos a mães adotivas: avó, madrinha, ou ama de leite remunerada. Frequentemente passam-se anos antes que a mãe tenha notícias de seu rebento. No entanto, não consideram ter renunciado aos direitos maternos e a criança continua sendo vista como parte integral da família. Mais importante: segundo a lógica dessa "circulação de crianças" (ver Lallemand, 1993; Cadoret, 1995), as crianças não perdem a identidade genealógica e, geralmente, a despeito de anos de separação, voltam na idade adulta a integrar as redes de consanguinidade. (FONSECA, 2000, p. 107)

Vera então, com 14 anos, passa a integrar a família nuclear da mãe, mas para isso, era preciso enfrentar uma mudança radical quanto à cidade, ao território e a casa. Em relação à cidade, assim como Silvio, ela vivencia o impacto de sair de uma pequena comunidade. Se Silvio diz “me apavorei”, Vera destaca, quanto à chegada a Porto Alegre, certa percepção sensorial em relação ao movimento: “isso que me assustou um pouco de chegada, o movimento”. Georg Simmel analisa o “ritmo” das metrópoles a partir da seguinte ideia:

Em que a cidade grande cria precisamente estas condições psicológicas— a cada saída à rua, com a velocidade e as variedades da vida econômica, profissional e social —, ela propicia, já nos fundamentos sensíveis da vida anímica, no quantum da consciência que ela nos exige em virtude de nossa organização enquanto seres que operam distinções, uma oposição profunda com relação à cidade pequena e à vida no campo, com ritmo mais lento e mais habitual, que corre mais uniformemente de sua imagem sensível-espiritual de vida. (SIMMEL, 2005, p, 578)

Entre os sujeitos do Tipo Locus - Interpretação da remoção como transformação da dinâmica social criada ao longo da vida, também encontramos três porto alegrenses: Mário, Billy e Keli. Os três têm, aproximadamente, trinta anos. Embora não nasceram no interior, viveram a infância na periferia de Porto Alegre, em vilas populares, longe do lado vertical da urbe. É em relação à infância deles que abordaremos a seguir, começando por Billy.

A situação de nascimento de Billy deu-se em uma família estendida que, por falta de moradia, em 1974, literalmente “desbravou” uma parte da vegetação de uma das ilhas de Porto Alegre (Bairro Arquipelago).⁵⁶ A partir da casa de sua avó, começa a se formar uma vila.

A minha vó que foi a primeira moradora da ilha né, naquela época não tinha ponte ali, a ponte móvel do Guaíba, não tinha a outra ponte, não tinha nada disso, era de barca né e eles atravessavam ali de caíco né, a gente fala caíco, eles falam barco mesmo, assim né. Eles atravessavam assim. Daí minha vó que foi pra lá, foi a primeira moradora de lá, daí os meus tios foram se criando, as minha tia. As minha tia assim ó, todas elas, acho que a única que não foi assim, a minha mãe. Ela sempre foi trabalhadeira, assim, esforçada né, só que tem uma coisa, as minhas outras tias, se tivesse que alevantá uma casa elas alevantavam, se tivesse que desmanchá uma casa elas desmanchavam né. Então pra fazê uma casa elas não dependiam de homem, né, elas iam lá, elas tinham martelo, tinham prego, elas iam remendendo ali madeiras né. E eles foram fazendo, eles foram fazendo um barraquinho aqui, outro ali, foram indo

⁵⁶ “O local é constituído por cerca de 30 ilhas, das quais são habitadas apenas 5: Pintada, Mauá, Flores, Pavão e Ilha Grande dos Marinheiros”. In: (BAUER & CARRION, 2016, p, 05) .

né, meu tio também. Foi assim que foi criando a ilha, enchendo de moradia, de moradores ali, daí foi que se formou uma vila assim, cheia de moradores ali.

O bairro Arquipélago ou “as ilhas”, como dizem seus moradores, apresenta de maneira geral, dois tipos de comunidades de baixa renda: os pescadores e os catadores. A comunidade de Billy é de catadores, surgindo com a crise da habitação e da falta de emprego das décadas de 1970 e 1980. Durante o trabalho de campo, conversamos com sua mãe. Ela relatou que foi morar na ilha em 1972. Não sabemos por que a vó de Billy e filhos mudaram-se para lá, mas sendo na década de 1970, é possível que a família tenha sido removida de alguma vila central. Esse percurso para as ilhas já havia sido feito em décadas anteriores (BAUER & CARRION, 2016).

Até o final da década de 1950, para acessar as ilhas direto da cidade, o transporte utilizado era fluvial. Assim, elas pouco foram ocupadas durante o processo de “inchaço” da cidade, sendo basicamente habitada por famílias de pescadores. Com a construção da Travessia Régis Bittencourt (Travessia do Guaíba), inaugurada em 1959, criou-se condições propícias para a ocupação espontânea ou compulsória:

Contribuiu para isso a ação direta do Estado, por meio de desocupações promovidas em razão de grandes obras de modernização e urbanização (a rodovia Porto Alegre-Osório e o Aeroporto Salgado Filho são alguns exemplos) (...). Nesse processo, foram desocupadas vilas inteiras do centro e dos arredores, e muitos moradores levados (ou jogados nas ilhas), como o caso das Vilas Dona Teodora, Areia e Tio Zeca. Quem não podia, ou não queria ir para a distante Restinga, tinha como alternativa as ilhas, que, mesmo sem água ou luz, representavam um local mais próximo de quem trabalhava no centro. (BAUER & CARRION, 2016, p. 05)

Entre o contexto acima e a história da família de Billy, presente na dinâmica do passado idealizado, existe o *mito fundador* da vila em que moram. No trabalho de campo percebemos que esse mito envolve apenas os descendentes da avó de Billy. É interessante trazer aqui uma parte do *Memo* (caderno de campo) em que foi registrada pela pesquisadora a conversa com um morador dessa comunidade que não compunha o núcleo da família fundadora: “Enquanto converso com Rildo, a mãe de Billy estava junto. Em nenhum momento ele fala que morava em uma ilha. Quando ela ouve Rildo dizer que vivia com sua família “na BR”, interrompe a fala dele para repreendê-lo, dizendo que a comunidade morava na ilha e não na estrada”.⁵⁷

⁵⁷ Memo Para Entrevistas Biográficas. Entrevistadora: Naida Menezes. Porto Alegre, 2018.

Embora a mãe de Billy tenha vindo em 1972 para a ilha, com doze anos, Billy conta, como vimos em seu depoimento anterior, que a avó, é fundadora da vila “a minha vó que foi a primeira moradora da ilha né, naquela época não tinha ponte ali”. Ocorre que a ponte foi inaugurada em 1959. Talvez, na representação que a família faz da história da ocupação, não tenha sido registrada uma ocupação anterior da família da avó, em outro local da ilha ou Billy, de fato, representa a vinda da vó dessa forma.

Seja como for, a infância de Billy foi marcada por esse mito e pelo lado desbravador da família. Sua avó tinha apenas um filho homem e várias mulheres e é em relação a elas que o entrevistado faz a maior parte das referências: “se tivesse que levantá uma casa elas alevantavam”. Seu depoimento dá movimento à história da vila através da construção das casas, lado a lado com o movimento da estrada. Também se observa laços de *família estendida* entre os homens e mulheres do grupo, com apoio no cuidado das crianças, como relata Billy: “minha infância assim, era do colégio, eu ia pra casa do meu vô por parte de pai, eu chegava em casa meia noite, assim era sempre, quieto, sempre assim”.

Claudia Fonseca salienta que “para os grupos populares o conceito de família está ancorado nas atividades domésticas do dia-a-dia e nas redes de ajuda mútua” (FONSECA, 2005, p.51). Outro entrevistado o Mário, nascido em 1979, morador da periferia de Porto Alegre, relata o convívio com os primos na infância: “passava correndo,” diz ele, brincando entre pátios e calçadas.

Essa rede de crianças reparadas pelos mais velhos tem um papel importante no contexto de “ajuda mútua”. Mário descreve que morava em uma casa “humilde” com os irmãos. Desde cedo participava de “cerimônias de religião,” como chama os cultos ministrado por sua mãe.

Nosso dia a dia era passá mais brincando assim, jogando bolita jogando bola em frente de casa assim, era areião né. Recém que botaram asfalto lá, que meus primos ainda moram lá. Então, eu me lembro que jogava bola lá na frente de casa, criava cachorro, tinha cachorro, sempre tive cachorro. Minha mãe era mãe de santo. Então, ela sempre foi cheia assim de pessoas né pela função da minha mãe, pela religião dela, nossa, pela nossa religião. Então a casa sempre foi cheia de... Os amigos, os filhos de santo dela e tal. Nosso dia a dia era esse: brincá pra lá e pra cá, assim, nada de especial assim, normal, brincava, corria o dia inteiro, incomodava, tomava uns tapinha na bunda! Era essa a nossa vida assim.

A presença dos primos nas brincadeiras diárias nos faz pensar que o arranjo familiar de Mário era composto pela família estendida, mas também pelos filhos de santos e demais participantes da *casa de culto*, que também havia em sua moradia. O convívio com a mãe,

líder religiosa, trouxe para Mário a percepção da cultura negra de uma forma mais elaborada, pelos aprendizados da religião de origem africana. Nossa hipótese é de que essa formação, e a posição de sua mãe na comunidade, influenciou em suas posturas quando adulto. Desde pequeno ele não se vê como um *pobre menino pobre*. Percebe-se isto justamente por ressaltar que na primeira infância, não havia “nada especial”, sendo ele um menino como os demais da comunidade, vivia brincando na rua, no pátio ou estudando na escola. Mas é bem possível que já sentisse que sua família era diferente, em função da posição da mãe na comunidade.

Sabemos que a comunidade em que vivia nessa época da infância era formada por várias casas de parentes da família do pai, que também era de religião africana. Mário, ao descrever a família diz: “a família deles, dos dois foi de religião também, a família toda dele, né. Ele só manteve a tradição”. Embora não sendo um líder religioso, Mário mantém, também, a tradição. Ele apresenta, pelo que percebemos durante a entrevista, uma *maneira de ser* (a linguagem mais eloquente, a postura, a reserva em relação a determinado assuntos e o enfoque na história do povo negro) que pode ter sua gênese nas dinâmicas religiosas da sua casa.

Aos doze anos Mário e a família saem da periferia para morar na região central da cidade. A nova moradia localiza-se entre duas favelas, mais especificamente a uma quadra de uma delas. A família ocupou um terreno em que sua tia já havia construído uma casa e os pais de Mário vão construindo, depois, “devagarinho”, como ele recorda:

Bah! Foi bem devagarinho, nem me lembro direito. A gente vinha, ficava lá, vinha e ficava lá. Nem me lembro, quando vi a gente já tava aqui, na transição né, de mudança de lá pra cá. A minha tia que tinha outra casa aqui antes minha tia morava aqui, a minha tia veio primeiro, depois veio vindo devagarinho aí viemo vindo, viemo vindo, nós táva aqui aí construimo isso aí tudo.

Como se vê, a chegada de Mário nessa comunidade não foi algo desestruturante em relação à ruptura de laços e construção de novos vínculos. A família foi morar *em definitivo*, deixando de pagar aluguel, quando os pais deram por consolidada a ocupação, sem nenhum incidente ou despejo. Desse período, Mário recorda que próximo à nova casa “tinha uma praça com campinho prá jogá uma bola que, não tem mais, antigamente tinha, tinha três, quatro”.

Keli, a quem passaremos agora a analisar, também era de uma família negra de baixa renda. Ela morava em um espaço já tradicionalmente ocupado pela família de seu pai, em uma

das vilas do Bairro Partenon, na zona leste de Porto Alegre, a Vila Elba.⁵⁸ Sua infância, como a de Mário, foi rodeada de primos, além dos quatro irmãos, sendo ela a filha mais velha. Ao argumentar em relação à união entre os parentes da família do pai, ressalta: “eles são muito família, entendeu, daí a maioria são casados entre a família, tipo isso”. Keli argumenta que morava em “uma casa boa” em uma comunidade “com asfalto”.

A Vila Elba, criada na década de 1950, era uma das “vilas de maloca” de Porto Alegre. Seus moradores foram, aos poucos, se organizando em uma associação que conseguiu trazer *para o morro* infraestrutura básica, como água, rede de esgoto, de luz e até asfalto, como salienta Keli.⁵⁹

Na casa, ela e os irmãos viviam apenas com os pais. Sua infância, de acordo com o relato, até os nove anos foi marcada pelo convívio tranquilo com a família estendida. Mas, o depoimento de Keli dá a ver que brigas e desentendimentos também faziam parte desses arranjos. Um deles refere-se especificamente ao costume de “circulação de crianças” (FONSECA, 2000).

Quando o pai de Keli morreu, aos 31 anos, devido a uma doença terminal, a família dele (vendo o estado de depressão da mãe de Keli e as péssimas condições econômicas em que se encontrava, sem trabalho), resolveu criar os órfãos. Então, os cinco, incluindo Keli que estava com nove anos, foram escolhidos entre os irmãos de seu falecido pai.

Minha mãe não quis dá nenhum, daí até na época que minha mãe saiu de lá eles olharam para a minha mãe, “vai levar eles tudo pro caminho das droga, e não sei o que, deixa com a gente”, e a minha mãe: “não, meus filho eu não do pra ninguém”. Daí ela foi um esteio, eu fui como um esteio pra ela. Ajudei ela a saí da depressão e eu ajudei a cuidar meus irmão, todos, os quatro. Eu pesava vinte, trinta quilos e meu irmão pesava dez! Ele era muito gordo e eu andava com ele dependurado pra cima e pra baixo. Daí foi bem, foi bem difícil, tu tê e, assim, daqui há pouquinho tu vê como se tivesse desmoronado a casa assim. E eu saí, meu pai saiu muito mal, eu vi ele, ele tendo convulsão e dali ele não voltou mais pra casa, daí ficou aquilo bem marcado sabe.

Keli interpreta a morte do pai como um processo de desmoronamento do lar e da infância. Aos nove anos, ela assume a família, enquanto sua mãe se recupera da depressão. Nossa hipótese é de que a alegria de ver a família mantida, de saber que ela e os irmãos não

⁵⁸ Mantemos o sigilo quanto ao nome da vila em que vivia. Apenas o Bairro não está anonimizado, uma vez que é composto por várias vilas.

⁵⁹ Entre os estudos sobre aspectos históricos e sociais das vilas do Bairro Partenon destacamos: PICCOLO, 2000; WEIMER, 2017.

foram “dados pra criar”, reforça em Keli a necessidade de fazer algo, de administrar de alguma forma aquele núcleo.

Sua mãe, para fugir da pressão dos cunhados, opta por morar em uma vila da região central da cidade. Keli recorda que: “a trajetória mais difícil foi a mudança, de um jeito de tu vê uma vila que nem lá onde eu morava, era tudo asfaltado, pra um lugar em que tu não conhecia ninguém, tu não sabia o que tu ia fazê, tipo isso. Então, foi bem difícil, foi um susto, assim, de mundos diferentes”. Por não se identificar com aquele espaço Keli se desorienta.

Evidentemente, estar perdido é justo o oposto do sentimento de segurança que distingue o habitar. A qualidade ambiental que protege o ser humano de perder-se é denominada por Lynch de “imagibilidade”, que designa “aquela forma, cor ou organização que facilita a formação de imagens mentais vividamente identificadas, fortemente estruturadas e de grande utilidade do ambiente” O que Lynch pretende acentuar é que os elementos componentes da estrutura espacial são “coisas” concretas, dotadas de “caráter” e de “significado”. (NORBERG-SCHULZ, 2006, p. 456)

Por ser na região central da cidade, a favela em que a entrevistada foi morar era ponto de tráfico e muito frequentada por usuários de droga. Keli relata: “chegando lá, tu via aquele mundaréu de genti, drogada, usavam loló, aquela função”. Na Vila Elba, de onde vinha, assim como demais vilas do Bairro Partenon, também havia a presença de uma facção criminal que envolvia tráfico de drogas (CIPRIANI, 2016). Mas, nesses locais mais distantes do centro da cidade, é menor o consumo local. Acresça-se que o espaço que ocupava entre a casa dos tios, na frente de um grande campo de futebol, era diferenciado, ocupado apenas por família de trabalhadores.

Na nova vila, a Vila Mafalda (já mencionada através das narrativas de outros entrevistados) sabemos que a maioria dos moradores eram catadores. Keli rapidamente percebeu que podia contar com aquele mundo específico do trabalho para projetar alguma atitude e não deixar sua família passar fome. Sua mãe continuava desempregada, então ela resolveu ser catadora, aos nove anos:

Lá eu comecei a puxá carrinho. Eu puxava carrinho pra não passa... A gente tinha aquele material, vendia e não passava dificuldade, não passava fome né. Pedi prum dono de um depósito um carrinho emprestado pra mim e a gente viu que não passava dificuldade. Tinha as madrinha que ajudavam. Eu comecei a puxar e a minha mãe escolhia, que na época a minha mãe ficou na última da depressão. Daí eu me, eu não tive... Minha infância foi, eu não tive infância assim de tê boneca essas coisa, eu me privava pra dá pros meus irmão. Como eu era mais velha, eu me privei de muita coisa, nem brincá eu brincava, ali, eu corria, mas de coisa, assim, que eu tive, fui bem privada, entendeu?

O processo de vulnerabilidade em que Keli se encontrava envolvia pobreza, trabalho infantil, desestrutura familiar, nenhuma assistência social vinda do Estado e, ainda, convívio diário com vendedores e usuários de droga. A família poderia também apresentar vulnerabilidade subjetiva pelo contexto e depressão da mãe (RECA, 1996, p. 26), mas as possibilidades de trabalho, a interação com as madrinhas e vizinhos da nova vila, contribuíram para que esse núcleo, mesmo que em péssimas condições econômicas, novamente se estruturasse. Nesse período, outro fator que contribuiu para a organização da família, segundo Keli, foi a pensão que sua mãe passou a receber pelo falecimento do pai, apesar do pouco valor monetário que ela representava.

Após apresentar resumidamente o contraste entre vida narrada e vivenciada dos sujeitos de tipo Locus, os três *interioranos* (Silvio, Antônio e Vera) e os três porto-alegrenses (Billy, Kely e Mário), é possível fazer algumas observações finais. Eles viveram em espaços domésticos em que a agência criativa quanto à casa e/ou arranjos familiares foi muito forte, até porque vivenciaram uma precária situação econômica e de proteção social através das políticas públicas. Então, tornou-se central, nas dinâmicas do cotidiano, a presença de seus próprios “mecanismos de reinvenção, alargando a concepção de família como núcleo conjugal” (TELLES, 2014, p. 139).

Os avós e pais de nossos entrevistados, cada um a sua maneira e partindo de suas motivações individuais, deram a seus filhos uma casa e uma família. A casa não se configura para essas famílias como um *elemento natural*, herança de família. Ela precisava ser pensada e edificada. “Devagarinho” os pais e avós ocupam um terreno. Nesse processo contam, por exemplo, com a força e determinação das *super tias*, ou com o trabalho estafante do pai, que trabalha “como um galego”. Essas gêneses dos territórios e das casas da infância passam a fazer parte do significado que eles atribuem à moradia que, por sua vez, faz parte da província da realidade de nossos entrevistados quando adultos, etapa que, agora, passaremos a analisar.

5.3.3.2 Adultos: o que quero chamar de casa

Nossos dois entrevistados, que chegam a Porto Alegre na década de 1970, são de “família boa” inclusive da tradicional “família dos Machados”. Vêm da zona de campanha ou de uma bela casa rural em Portugal, mas chegam sem dinheiro e sem diploma. Nossa hipótese é que Antônio e Silvio podem ser considerados como *homens marginais* (PARK, 1928).

Todavia, como Tiago Marques Aipobureu, citado por Florestan Fernandes (2007), nossos entrevistados, embora *homens marginais*, também guardam suas especificidades.

Uma das especificidades encontradas na análise é que, durante seus primeiros passos em Porto Alegre, eles não se aventuram sozinhos. Silvio, primeiro morou com a tia e Antônio foi morar com o irmão e trabalhar com ele, como vimos no contraste (seção 5.3.1). Os dois participam de redes migratórias em que, depois dos “desbravadores”, outros familiares seguem o mesmo percurso.

Enquanto inicia o processo de conhecer a cultura local, Antônio opta por *não* se vincular à comunidade portuguesa que mora em Porto Alegre. É como se ele se *emancipasse* de alguns laços e obrigações com o *além-mar*. Sentindo-se explorado pelo irmão, Antônio resolve, também, não mais trabalhar na borracharia criada pelo pai, quebrando um elo da família transnacional da qual faz parte. A partir desse momento, vai se desvinculando da comunidade portuguesa através do trabalho, amigos e esposas brasileiras. Todavia, há que ressaltar, ele nunca se desvincula totalmente de sua cultura. Assim vivencia um processo em que se sente participando e, ao mesmo tempo, às margens da comunidade em que optou para viver (PARK, 1928).

Quanto ao outro entrevistado, Silvio, ele chegou a Porto Alegre no ano de 1974 e teve dificuldades em se adaptar. Utilizando a sua própria expressão, podemos dizer que se sentiu “espinhado” pelos espaços da urbe. Tal sentimento deve ter adquirido força pelas precariedades vistas e vivenciadas – precariedades diferentes das que faziam parte de sua província da realidade. Nossa hipótese é de que ele vai para a *cidade grande* motivado por um trabalho menos desgastante. Gosta das lidas com gado, mas não gosta da labuta da roça, da pouca recompensa financeira, sem direito a legislações protetivas. Assim sendo, ele migra e permanece em Porto Alegre. Contudo, Silvio não consegue emprego formal – provavelmente o fato de não ter experiência, fora as lides do campo, e mal saber ler tenha influenciado. Não tendo nenhum tipo de assistência que lhe apoiasse, nessa passagem do campo para a cidade, Silvio sente-se perdido e marginalizado. A forma como vai lidar com esse “fracasso” foi se colocando na condição de “homem marginal”, no caso, na condição de *peão na cidade*. Ele opta por não se desfazer de suas roupas, seu modo de falar, seu pouco conhecimento das letras e muito conhecimento do campo: “eu me lembro de lidá com o gado, lidá com as ovelha. Lá eu mesmo carneava, eu mesmo tirava o coro e tinha o outro irmão que me ajudava”. Silvio relata que passou a ter uma casa em Porto Alegre e dois empregos. Fazia biscates na cidade e continuava trabalhando como peão em qualquer lugar do Rio Grande do Sul que precise de alguém que soubesse *lidar com os bichos*.

Levando em consideração de que “o homem marginal” é apenas um *tipo ideal* e não a descrição de um sujeito, salientamos que Silvio cria uma dinâmica em que diferencia o campo como local de trabalho e a cidade como lugar da casa, da família e da complementação de renda pelos biscates. Mas, existem momentos em que os dois mundos se cruzam. Como todo “homem marginal”, ele vê o que os outros não veem (PARK, 1928). Em relação aos peões da metrópole Silvio narra a seguinte situação:

Eles nem um cavalo sabem encilhá. Eu vi um rapaz encilhando num rodeio:

– Rapaz tu é canhoto?

–Não.

– Mas então como que tu tá encilhando esse cavalo pro lado esquerdo? Esse cavalo vai te dar um coice hen? E te alevantá pra cima! – cavalo quando é domado pelo lado esquerdo não pode ser encilhado pelo lado esquerdo que é perigo.

Conforme vamos compondo o tipo Locus, observamos que, mesmo buscando um padrão, não existe homogeneidade, nunca há tons monocromáticos como assevera WACQUANT (2001) em relação ao cotidiano das favelas. Foi nas favelas que conhecemos o “peão” e o “luso”. Assim são conhecidos pelos vizinhos dois “homens marginais” que, se em certos aspectos tornaram-se híbridos (sempre há rompimento de fronteiras, como veremos adiante ao falar de moradia e trabalho) em outros não. Na relação com a linguagem, por exemplo, tanto para Antônio como para Silvio a língua portuguesa é uma só:

(...) Já esqueci a língua em que comia,
em que pedia para ir lá fora,
em que levava e dava pontapé,
a língua, breve língua entrecortada
do namoro com a prima.
O português são dois; o outro, mistério.
(Carlos Drummond de Andrade)⁶⁰

Nossa hipótese é que Tanto Silvio como Antônio mais do que manter o sotaque, eles o cultivam (cultivação é a natureza da cultura), cuidam para que *não se deixe morrer*, como sendo a língua um dos principais elos com a antiga cultura (RABINOVICH, 1996).

Para Silvio, em sua experiência com a moradia na metrópole, percebemos que procura seguir a tradição da família em certos aspectos. Chama a atenção o seu relato: “depois que eu

⁶⁰ Parte do poema “Aula de português” de Carlos Drummond de Andrade. Disponível em:

<<http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/FabieleStockmansDeNardi.pdf>>.

Acesso em: 22.fev.2019.

arrumei a minha vida, que eu comprei minha casinha, é que eu fui me casar”. Interessante a ordem que impõe às coisas a partir de sua relação com o novo espaço, mas baseado em regras de comportamento de sua família de origem.

É possível afirmar que, chegando à metrópole, Silvio precisasse primeiro “arrumar” o seu pensamento, depois de realizar uma mudança radical de espaço. A casa trás os sinais de suas origens e da instalação não só na cidade, mas no mundo adulto. Essas variantes resultam na sensação de que na casa “somos quem somos”.

A casa, como motivo, é algo que se repete, mas diferencia-se em cada repetição. A casa que abriga um indivíduo na infância não terá a mesma configuração, não será mais a mesma, de quando ele for adulto, embora a experiência de estar abrigado tenha sua origem nos seus primeiros momentos no mundo. O que quero chamar de casa é o que identifica os modos como se vive e onde. Para viver, o ser humano precisa de uma habitação. Ao longo da vida ele constrói um sentido de si mesmo, ao mesmo tempo em que habita no mundo. (CERVINI, 1998, p. 68)

O sentido que Silvio dá a sua vida se modifica depois de ter a casa: não existe mais aquele peão *vagamundo*. Portanto, ele pode casar, constituir família, *permanecer*. Assim, torna o *vir para casa* algo habitual porque, de fato, habita (HEIDEGGER, 1954). E nessa trajetória, seu projeto de vida segue o curso. Ele e a esposa ficam juntos por dezessete anos e têm seis filhos. Nesse processo, existe a “casa monumento”, é casa própria, é o marco referencial da família que vai se constituindo (CERVINI, 1998).

Já o *Luso*, o Antônio, foi ter sua *casa monumento* de quatro andares e muitas famílias interligadas por um habitar tão próximo. Se na ocupação Lanceiros Negros, como vimos no capítulo quatro, era o tapume de madeira que separava as famílias; no edifício em que Antônio trabalhava como Zelador é uma parede, mas uma parede que tem janelas de onde, anonimamente, compartilham-se cheiros, gritos, festas, músicas, *conselhos platônicos*.

A partir do modelo de casa rural de Pina-Cabral (2017) para a região do Minho em Portugal, é possível trazer a hipótese de que Antônio, até o momento em que se muda para o edifício, era um *cabaneiro*, morava em uma *cabana*, porque para ter casa pressupõe-se ter propriedade rural, só assim se faz parte da rede social (Ibidem).

Ora, é sabido que Antônio não tinha a propriedade no edifício em que morava e trabalhava. Mas, pela sua narrativa percebe-se, de forma latente, que ele *sentia como se tivesse*. Tudo, naquele mundo da vida seria pra sempre, estava em uma espécie de “unidade social primária” da qual o seu apartamento fazia parte. Por isso, quando muda para a Vila

Mafalda faz questão de dizer que passara a morar em um “barraco”, para ele a versão brasileira da cabana (PINA-CABRAL, 2013).

Antes de analisar alguns aspectos da vida adulta dos demais entrevistados, cabe ressaltar que, entre os sujeitos tipo Locus, todos tiveram a experiência do impacto com a cidade verticalizada, vindos da periferia ou de outras localidades. Além de Silvio e Antônio, também Vera migra para Porto Alegre. A motivação dela, contudo não passa pela sedução da cidade grande, ela vem em busca do que considera um lar, que já está prontinho, lhe esperando.

Supõe-se que a falta de uma *sensação de lar* pode estar relacionada à insatisfação com a estrutura da casa em que Vera morava ou com tensão psicológica entre os membros da família. Mas para além das interações familiares, uma variedade de dinâmicas sociais e econômicas faz-se importante para alcançar a sensação de lar que, para ela é, sobretudo, o espaço em que sua mãe está. Talvez ao ver pela primeira vez a casa materna em uma favela e se assustar, como relata, tenha percebido o porquê da mãe preferir que morasse com a tia:

//Em Porto Alegre, o que você lembra, assim, da primeira casa que você morou// ali eram duas peças de madeira, situação bem precária mesmo, só o banheiro era de material e eram duas peças de madeira de compensado, que foi o que a minha mãe conseguiu comprar, né, quando ela veio pra cá. A gente tinha pouco pátio, também, e a... Eu lembro que a gente passava por baixo do porão da casa para entrar na porta, porque a casa era bem alta né, e tinha um monte de pedra assim na volta. Era aquela vilinha que foi removida e tinha muita pedra, assim, na volta. Aí a gente tinha, entrava no portão passava por baixo da casa pra, depois, entrar dentro da casa. Era isso aí que me assustou um pouco quando vim, porque eu nunca tinha visto uma situação dessas.

Pela forma como Vera relata a infância no interior, salientando o “bairro bom”, a casa “acessível” da tia e a possibilidade de não precisar trabalhar e só brincar na praça, deixa nas entrelinhas a compreensão, a consciência de que sua mãe fez bem. Ela não a abandonou. Ademais, o fato de Vera não ter falado de seu pai durante todo o relato, nos leva a pensar na possibilidade de ser filha de mãe solteira.

A trajetória de mulheres pobres com filhos fora do casamento, ainda em 1981, quando nasceu Vera, poderia abranger as seguintes possibilidades: ficar e conviver com o estigma de mãe solteira ou migrar, muitas vezes precisando doar seus filhos.⁶¹ A mãe de Vera manteve o

⁶¹ O Centro Histórico Cultural Santa Casa, em Porto Alegre, possui documentação referente a esse fenômeno. A Santa Casa dispunha da “roda dos expostos” entre os anos de 1837 a 1940, para receber crianças a serem adotadas. In: <http://www.centrohistoricosantacasa.com.br/historia_conteudo/roda-dos-expostos/>. Acesso em: 14.fev.2019.

vínculo afetivo em relação à filha, podia visitá-la, acompanhar seu crescimento, deixando para ela o direito de ter uma casa, a casa da tia.

A partir da análise da vida narrada é possível observar, ao longo do relato, as referências que Vera faz à casa da mãe e à casa da tia. Ao falar da casa da tia, utiliza uma expressão que parecia fora de contexto quando diz que havia “três quartos, sala, cozinha, banheiro” e, complementando, afirma que “era bem, bem acessível”. Acessível? Quem ao descrever sua casa irá utilizar essa expressão?

Seguindo a abordagem de Narrativas Biográficas, mas também levando em conta a metodologia de Robert Darton (1986), temos por óbvio que não se deve deixar de lado aquilo que nos parece esdruxulo, sem sentido. Pelo contrário, é importante “buscar a opacidade nos textos” (Ibidem, p. 335). Ora, ao não deixar de lado a expressão incomum utilizada por Vera, foi possível, na etapa de contraste entre vida narrada e vivenciada, entender a emoção em torno do “bem acessível”.

Na adolescência, quando vai morar com a mãe ela se depara com uma casa *pouco acessível* ao primeiro olhar. Era pequena, em meio a um terreno pedregoso, sendo a porta acessada por baixo da casa, cujas laterais ficavam entre pedras. Assim como Céline Rosselin (2002) concluiu que as pessoas de casas de uma peça só começam a considerá-las moradia no momento em que *não se batem mais* nos objetos e móveis, Vera, com o tempo, acostuma a entrar na casa por debaixo dela. O que realmente parece importar é que agora ela tinha um lar. Com o tempo, foi se identificando e entendendo o “caráter” daquele local. As pedras passam a ser “amigosas”, compondo uma espécie de “enquadramento” feito com elementos naturais e relações sociais. Cristian Norberg-Schulz, no artigo O Fenômeno do Lugar, salienta que “identificação é ter uma relação amistosa com determinado ambiente” e ressalta que “o homem nórdico tem de se relacionar bem com o nevoeiro” (NORBERG-SCHULZ, 2006, p. 456).

Outra entrevistada, a Keli, também levou um susto, se “desorientou” ao chegar à região central da cidade, na vila Mafalda, “um susto, assim, de mundos diferentes”, diz ela. A identificação com a nova comunidade, contudo, foi questão de tempo e interação. Dessa identificação também veio a sensação de ser diferente em relação aos moradores do bairro e adjacências. Na entrevista ela demonstra sentir certa discrepância da vida dentro e fora da vila. Dentro da vila “todo mundo conversava, todo mundo se ajudava”, fora da vila, na relação com *os outros*, “as pessoas te olhavam de cara feia, tu passava na rua, a gente via aquilo, a gente via aquele olhar diferente entendeu? Por tu morá dentro da, da comunidade”. Keli sentia as consequências do que podemos considerar como *estigma* (GOFFMAN, 1988). Um dos

sentimentos que ela parece manifestar de forma latente é a revolta em relação àqueles olhares voltados para um grupo que teve imenso valor para o restabelecimento de sua família. Interessante o relato do dia em que conheceu o atual marido “lá em baixo”, ou seja, na região central de Porto Alegre:

Ele me conheceu lá em baixo, quando ele chegô, quando eu conheci ele, ele disse, “aonde tu mora?”, eu moro na Vila Mafalda. Eu nunca tive vergonha de dizê! As gurria que a gente saía pra dança:

– Ai, onde tu mora?

– Eu moro não sei aonde.

– Onde é que tu mora?

– Eu moro na Vila Mafalda. Sabe aquela vila que pega fogo todo o ano? É lá que eu moro.

Eu falo, não tenho vergonha, daí um dia ele disse assim: “Tô pensando em ir lá na tua casa”. Eu disse: “ah duvido”. Quando eu vi, ele tava chegando.

Keli duvidou que ele entrasse na vila, assim tem-se uma ideia de como considerava a representação da Vila Mafalda na sociedade. Era lugar que pega fogo, lugar de tráfico, de ladrão, vagabundo *ou* como diz Kowarick (2002), lugar de “não sujeitos”. Mesmo sabendo dos problemas existentes na Vila Mafalda, ela orgulhava-se de morar ali, sente-se identificada com aqueles *sujeitos*. Nossa hipótese é de que essa identificação começou a acontecer quando ela entendeu a dinâmica da comunidade, foi até ao dono de um depósito, pediu emprestado um *veículo de tração humana* e saiu pela rua “puxando carrinho”, buscando resíduos recicláveis, junto com os irmãos mais novos.

A partir do dia em que passa a trabalhar como catadora começa a haver dois mundos tão distintos que fizeram com que duvidasse que o namorado fosse capaz de extrapolar aquela fronteira sem muros, feita de violência e medo (SALATA, 2007). Para ilustrar em relação a essa “fronteira” seguimos com a percepção de Anelise Gutterres (2014, p. 147).

“Em frente ao museu e ao lado do estaleiro, onde hoje há uma pequena praça, havia uma área intensamente ocupada por moradias irregulares, que a exemplo do que acontece com as habitações de camadas médias que existem ao longo da orla sul do Guaíba, isolavam o rio das vias públicas do entorno, privatizando seu acesso. O isolamento, no caso dessa comunidade chamada de Vila Cai-Cai, no entanto, não era feito pelos imóveis e seus aparatos, mas pelo medo gerado pela ideia de violência e pobreza que a vila evocava”

No caminho da gênese desse estigma podemos observar a presença dos chamados “maus elementos”. Esta era a definição atribuída aos moradores de cortiços ou “redutos” que se ouvia no início do século XX em Porto Alegre. Nessa época, ainda não havia as “malocas”, mas os redutos, espaços com casas de aluguel e cortiços (presentes no Quarto Distrito e na Colônia Africana), eram o que sobrava de espaço de moradia para boa parte do povo de baixa renda, incluindo operários (BILHÃO, 2005). Os olhares de pessoas de renda mais alta para esses espaços não fazia distinção se era trabalhador ou não, normalmente resumia-se a um olhar “de cara feia”, como diz Keli. Assim, “a condição de pobreza estava associada a vagabundagem, gaturagem, vadiagem” (PESAVENTO, 1994, p. 51).

Ainda em relação ao estigma, é interessante a forma como Keli assume a identidade de moradora de comunidade. Suas amigas, nas festas, escondiam: “eu moro não sei aonde”. Erving Goffman aborda sobre o sistema de valores que leva as pessoas a sentirem-se desqualificadas, não preenchendo os pré-requisitos para a aceitação social. Dando como exemplo o tipo de homem que é bem aceito na sociedade norte americana, afirma:

Qualquer homem que não consegue preencher um desses requisitos ver-se-á, provavelmente - pelo menos em alguns momentos - como indigno, incompleto e inferior; em alguns momentos, provavelmente; ele se encobrirá e em outros é possível que perceba que está sendo apologético e agressivo quanto a aspectos conhecidos de si próprio que sabe serem, provavelmente, considerados indesejáveis. Os valores de identidade gerais de uma sociedade podem não estar firmemente estabelecidos em lugar algum, e , ainda assim podem projetar algo sobre os encontros que se produzem em todo lugar na vida quotidiana. (GOFFMAN 1988, p. 109)

Keli não menciona a sua situação de mulher negra; para ela o estigma existia por ser catadora e moradora de favela. Já o entrevistado Mário relata sua participação no movimento negro argumentando que “a questão negra né, tu sabe que no Brasil aqui é um racismo velado às pessoas: ‘Ah não somos racistas’. Mas, vira as costas: ‘esse negão aí qué sê doutor’”. Em seu discurso, entrelaça a realidade inter-racial com a questão da segregação das favelas:

//e sobre a faculdade e o trabalho posterior,
o que você lembra desse momento aí da sua vida// hum, a faculdade foi uma experiência boa, nova. Depois tu acaba te deparando com a classe alta né. No início tinha apenas quatro negros numa turma de trinta e poucos alunos, é trinta e poucos alunos. Aí, daqui a pouco, foi se mostrando a questão social assim, um pouco de racismo. Eu escutei de uma colega que, nós tava comentando sobre a questão racial, até sobre a comunidade, sobre a cultura, porque é uma... O menino pobre da periferia não tem a mesma oportunidade duma criança mais afortunada, porque a mesma

oportunidade a gente não tem, nunca vai ter. Se eu falar prá ti: "ah é são todos iguais". É mentira, mais uma mentira que a gente vai aceitá.

Talvez Mário tenha sentido na universidade a presença do determinado “racismo cordial”, próprio da sociedade brasileira e caracterizado pela “polidez superficial que reveste atitudes e comportamentos discriminatórios, que se expressam ao nível das relações interpessoais” (LIMA, 2004, p. 407). Isso explica a forma confusa como ele narra, e a utilização do termo “um pouco de racismo”.

Quanto à moradia, sabemos que Mário e sua família foram “devagarinho”, chegando à região central de Porto Alegre, vindos da periferia. Como ocuparam um terreno *baldio*, é possível que a família só realizasse a mudança em definitivo quando sentiu certa segurança em relação a um inesperado despejo. Depois da mudança, foram aumentando a casa, conforme aumentava a família e a relação com a comunidade. A casa de Mário é uma daquelas “coisas construídas”, talvez coisas “tipo ponte” que “propiciam estâncias e circunstâncias” (HEIDEGGER, 1954, p. 02).

A ponte coloca numa vizinhança recíproca a margem e o terreno. A ponte reúne integrando a terra como paisagem em torno do rio (...). Sempre e de maneira a cada vez diferente, a ponte conduz os caminhos hesitantes e apressados dos homens de forma que eles cheguem em outras margens, de forma que cheguem ao outro lado, como mortais. Em seus arcos, ora altos, ora quase planos, a ponte se eleva sobre o rio e o desfiladeiro. Quer os mortais prestem atenção, quer se esqueçam, a ponte se eleva sobre o caminho para que eles, os mortais, sempre a caminho da última ponte, tentem ultrapassar o que lhes é habitual e desafortunado e assim acolherem a bem-aventurança do divino (Ibidem, p. 05).

Além de passar a ser moradia para três gerações da mesma família, uma vez que o avô irá morar junto, a “casa ponte” de Mário também é espaço de culto e de trabalho social. Do *memo* (caderno de campo) referente à entrevista de Mário, vem a seguinte descrição:

Nota-se que sua casa foi construída ao longo dos anos. É uma casa sem reboco nem pintura que tem um andar superior em apenas uma parte dela. Entrando pelo pátio você tem acesso à varanda, muito grande, onde fica a cozinha. Dela, tem acesso à outra sala grande, com paredes vermelhas e vários ornamentos. Ali é o local em que são feitas as cerimônias “de religião”, como diz Mário.

A casa de Mário se localiza em um bairro de classe média baixa, mais especificamente em uma rua na divisa com um complexo de favelas de Porto Alegre. Então, a casa de Mário

não é *na favela*, mas o espaço com que se identifica e convive é sim. Esse espaço é o que ele normalmente chama de “região” durante a entrevista, dessa forma, ele engloba a sua casa, por identificação à região.

E aqui eu cresci aqui eu conheci a gurizada fui jogá bola. E aí já conheci toda, todo o bairro aqui na... Conheci essas favela, entrei pros time da região aqui. E a gente vem crescendo aqui, de criança e adolescente. Participei de vários projetos sociais. Aqui tinha, aqui em casa tinha aula de capoeira antigamente, aula de capoeira (...) antigamente tinha até a semana da consciência negra que era feita aqui na região, e aí nós tocamos no palco que tava a comunidade toda aqui nessa vila.

Conforme Mário cresce (para além do futebol na praça, das festinhas, dos encontros da banda de pagode), convive com os problemas sociais: “a gente tem todo um trabalho com a comunidade aqui, e vai se envolvendo com tudo aqui, seja a questão da moradia, a questão de, de alimentação. Muitas pessoas não têm o que comê aqui na região”. A partir dessa noção de *envolver-se* referida por Mário, nossa hipótese é de que, por ser de família com *casa aberta* (sendo a casa “coisa tipo ponte”), em sua província da realidade está sedimentada a viabilidade da participação ativa. Dessa participação vem a noção de *região* que o entrevistado utiliza. A região é a essência dessa relação entre ele e o espaço de favelas (HEIDEGGER, 1954). Atribuindo sentido à *região* a partir de suas vivências, participa de projetos e ações “horizontais” que reforçam os ativos daquelas comunidades.

Priscila Susin, ao estudar a sociologia fenomenológica de Michael Staudigl salienta que a atribuição de sentido ao espaço no qual o sujeito interage é compartilhada subjetivamente (SUSIN, 2014). Ao analisar o Tipo Locus observamos que esse “compartilhar” pode ter origem nos valores e nas ações do grupo familiar no mundo da vida. Nesse sentido, além de Mário, um exemplo, digamos “pulsante,” dessa origem é a trajetória de Billy.

A relação entre Billy e a ilha *desbravada* pela avó e tias, nos leva a entender esse espaço como forte presença no âmbito de seu habitar e também na vulnerabilidade do habitar. Graças à estrada e seus aterros foi possível ir morar na ilha sem precisar construir palafitas (BAUER & CARRION, 2016). Contudo, o número de atropelamentos na comunidade de Billy é muito alta: “tem muitas coisas, já perdi meu vô atropelado lá! Meu tio, perdi um sobrinho também atropelado lá, e um primo”.

Já na primeira parte da entrevista Billy narra a sua vida, e até por ser narrativa, não segue linearmente a história, mas vai trazendo a sequência de interligações de temas, incluindo aqueles que permaneciam nas margens do campo temático:

//O que você lembra em relação ao seu nascimento, o que tua mãe te conta// eu nasci e me criei na ilha ali né, eu nunca morei longe dali né, eu conheci, eu fui casado dez anos né com minha ex-mulher, daí me separei dela, daí morei sempre ali na ilha, daí eu conheci essa aqui, daí eu peguei: “Não, vamo lá pra minha casa né, eu tenho casa lá”. Sempre lá eu morei, até os meus guri, meus dois guri, na verdade era pra ser três guri, mas só que daí foi num dia ali que eu tava trabalhado, eles me ligaram que o vizinho pediu um gás né, daí che... Daí eles foram levar o gás pra eles, daí meu gurizinho foi pra pegá a bola embaixo desses caminhãozinho baixinho. Ele tava só de calça, né, era verão, daí ele tava, tava de calça mesmo, assim, brincando, daí a bola caiu ali em baixo ali, ele foi pegá a bola embaixo do caminhãozinho e o motorista não viu (...). Daí levaram pro hospital, daí só chegou lá e deram a notícia que ele foi a óbito, acho que quebrou uma costelinha e perfurou um órgão. Daí pra ti vê, eu tenho trinta e três anos de ilha, mas os meus guris tem treze anos e outro de sete. Olha só! E mais o outro era pra ter seis anos hoje já, e mais os meus sobrinho que eu tive lá dentro lá! É uma vida grande assim né, que a gente teve lá.

A partir do campo temático, *Também eu sou um desbravador*, tudo o que narra tem como cenário a ilha, a importância da família e a falta de infraestrutura. O primeiro emprego de Billy foi no ramo da reciclagem de resíduos sólidos, seguindo a tradição dos moradores da vila, sendo a maioria seus parentes. A catação influenciou na forma como foram organizando a comunidade, deixando um amplo espaço para o lixo reciclado. Em entrevista com Loiva (ver seção 5.2.3.2), sua atual esposa, ela relata que quando faleceu uma das tias de Billy o terreno foi utilizado para a comunidade, sendo construído um galpão.

A comunidade de uma só família, depois de algumas décadas, passa a ser uma pequena favela; outras famílias vão morar ali, e começa a haver traficantes na vila. De maneira geral, essa nova realidade não compromete o cotidiano de Billy e sua família, o que fica claro pelas narrativas dele, de sua esposa, e nas histórias contadas por outros moradores da ilha durante nosso trabalho de campo. É provável que para Billy fosse “administrável” conviver com um pequeno núcleo de tráfico. Como Machado da Silva afirma em relação à realidade das favelas cariocas, “existe um cálculo de risco envolvido nesta convivência forçada. Este, tornando ‘administrável’ uma pequena proporção de violência na localidade, permite ‘reabsorvê-la’ como a parte ‘extraordinária’ das rotinas ‘ordinárias’” (MACHADO DA SILVA, 2008, p. 48).

No século XXI se observa que as favelas passam a ser território de forte violência criminal e policial, resultando em recorrentes quebras de rotina e medo *nas* comunidades e *das* comunidades (Ibidem). A partir daí, temos uma mudança na representação da condição de pobreza que, se antes era vinculada principalmente à “vagabundagem, gatunagem, vadiagem,”

agora, nas últimas décadas, está associada à violência, a partir das relações entre o legal e o ilegal (PESAVENTO, 1994; MACHADO DA SILVA, 2008; TELLES, 2010).

Sabendo do significado que a ilha tem para Billy podemos inferir que não seria por qualquer motivo que ele sairia dali. Parece-nos que no seu caso a violência é o fator constituinte que o leva à atitude radical de pegar umas roupas e *dar um tempo*, fora da ilha. Mas o tempo, para ele e sua família, está atrelado àquele espaço há gerações. Como fica o tempo de Billy sem a ilha? Pelas narrativas se percebe que tempos de luta se apresentam.

Concluindo esta seção se observa a complexidade que envolve o morar e também o sentido de moradia relacionado ao pertencimento a determinado território. Após trazer alguns aspectos referentes ao mundo da vida de nossos entrevistados que compõem o Tipo Locus, na próxima seção abordaremos especificamente a interpretação em relação à remoção compulsória e a vivência dos entrevistados pós-remoção. Estas vivências, por suposto, vêm acompanhadas de novas significações sobre a moradia e sobre a remoção, o que também será foco de análise.

5.3.3.3 REMOÇÃO: transformação do que está posto

Ao organizar as ideias, que tem como *ponto alto* o contraste da vida narrada com a vida vivenciada dos entrevistados Tipo Locus - Interpretação da remoção como *transformação* da dinâmica social criada ao longo da vida, optou-se por aprofundar a análise a partir de uma subdivisão. Apresentamos, portanto, os sujeitos do *Subtipo Locus de Interpretação da Remoção Como Desejada*, que consideraram a remoção como fator de transformação positivo e necessário; e os sujeitos do *Subtipo Locus de Interpretação da Remoção Como Indesejada*, que consideraram a remoção como fator de transformação negativa (interpretado como um processo de perdas de padrões simbólicos, de identidade, de oportunidades econômicas e sociais). Então, nos propomos aqui a trazer alguns aspectos da interpretação e ação desses dois subtipos, desde o momento em que tomam consciência da remoção até as vivências em um novo espaço de moradia.

5.3.3.3.1 Subtipo Locus de Interpretação da Remoção Como Desejada

Havia duas casas em uma mesma favela: em uma delas a entrevistada convivia com o que sobrou do fogo, a quase nada é atribuído valor, ficando o pesadelo do incêndio; na outra casa, ninguém pisava, além do morador solitário. Na porta de ambas, alguém bate e informa: “*vocês precisam sair daqui*”. Nesse contexto, como interpretam a remoção esses dois sujeitos?

Sabemos que cada indivíduo interpreta de uma maneira, mas alguns aspectos estruturais podem ser identificados em mais de uma pessoa. Nessa seção analisamos a interpretação de Keli e Antônio. De antemão, podemos afirmar, que eles apresentam em seu conhecimento à mão um conceito de *boa casa* vindo das experiências da infância. No caso de Keli é a *casa com dignidade*, no caso de Antônio é a *casa rural*.

Para iniciar, lançamos a hipótese de que ambos não consideraram o fenômeno estudado nesta tese como “remoção” e sim como uma oportunidade de mudança que propicia uma já projetada transformação no *rumo da vida*. Partimos, assim, para detalhes da análise de contraste dos entrevistados.

Antônio, assim como Keli, não ofereceu nenhuma resistência durante a realocação dos moradores da Vila Mafalda, ocorrido no ano de 2011. Por óbvio, partimos aqui da análise de contraste já apresentada em relação à biografia de Antônio (seção 5.3.2). No entanto, é interessante ressaltar que, quando ele é informado sobre as moradias do novo residencial (casas geminadas de alvenaria), começa aí a fantasia projetante em relação à nova morada (SCHÜTZ, 2008). Esse foi um momento biograficamente importante, pois ao projetar o ato (novo lar), tornou-se, para Antônio, secundária a ação, ou seja, a remoção. Se os agentes do Demhab vão destruir seu barraco assim que colocar o pé fora da porta, não importa. O pouco que lhe sobrou de objetos afetivos havia queimado no último incêndio na vila. Se pretenderem reassentá-lo na *Cochinchina*, tudo bem, ele está prestes a ser um senhor aposentado e quer distância das “luzes da cidade”. Se não o consultaram para saber como quer que seja sua casa, não importa, ele a transformará ao seu gosto.

Nossa hipótese é que Antônio projeta a remoção como oportunidade para merecer sua família. Enquanto espera pela primeira filha, depois pela segunda, ele vai transformando a morada para recebê-las, conectando com a casa da infância. Em nenhum momento afirma que preferia ficar morando na região central da cidade. Para ele, uma casa de qualidade é lugar de convívio com seus bichos e árvores frutíferas e, no futuro, com a filha que ainda está

desaparecida. Durante o relato, não aborda o assunto violência, tráfico ou problemas na estrutura da casa. Para ele, muito religioso, a casa é uma “benção”.

Seguimos o curso desta seção apresentando agora nossas hipóteses e análises referentes à Keli que também compõe este subtipo. Salientemos inicialmente que o projeto de “mudança” já estava presente nas suas memórias de infância, desde a época em que foi morar na Vila Mafalda. Portanto, é possível que ouvir falar dos “projetos” do Demhab resultou em *projetos* de uma casa dos sonhos, que aqui chamamos de *casa com dignidade*:

Eu vim pra cá em maio de 2011. Quando eu entrei pra dentro de casa, e foi bem, foi no caso bem marcante, muito focado, sabe, assim. Que, era uma coisa que a gente de lá nunca pensou que ia sair, porque todo mundo falava: “vão tirá, vão tirá”. Mas nunca tirava, entendeu. Então, já tinha projetos de muitos anos quando eu fui pra lá, já tinha projeto. Quando eu era pequena já tinha projeto de tirá, então foi bem marcante, pra mim principalmente. Ficou muito marcado por causa desse tipo de coisa, entendeu, teve um dia que eles convidaram, o Demhab alugou um ônibus e trouxeram nós pra cá, pra nós conhecê, foi quando eu digo, agora agente sai! Daí eu ganhei uma casa, minha mãe ganhou uma, e meu irmão e minha irmã ganhou uma casa, né. Daí foi bem, chegá aqui e vê tudo asfaltado, a gente lá não tinha dignidade.

Ao narrar em relação à casa da primeira infância, quando seu pai ainda vivia, Keli a idealiza. Tendo saudades daquela época, supomos que ao ouvir falar, lá na Vila Mafalda, que ganhariam uma moradia, ela a imagina semelhante à primeira em que viveu. Mas, é preciso levar em consideração outros dois fatores para entendermos sua interpretação. Um deles é o trauma devido aos incêndios ocorridos na vila:

Tu vê que nem eu: eu perdi tudo, minha mãe perdeu, nós perdemos tudo. Meu irmão tudo dormindo e a casa pegando fogo e tu tê que entrá prá tirá teus irmão, aquilo ali foi marcante, entendeu. Porque eles iam morrê tudo queimado, e os vizinho: “não entra, não entra.” E eu esburaquei, tirei minha irmã pequena pra rua, meus irmão tudo.

Keli narra momentos de insônia, de pesadelo, sendo o medo de incêndios algo constante. Esse fato nos faz refletir em relação ao que é importante para as pessoas quando pensam em uma casa. Imaginemos um sujeito de classe média ou alta que vai se mudar. O que irá considerar importante para a nova casa? Provavelmente levará em consideração o lado em que bate o sol, se tem dois elevadores, vidro duplo. Provavelmente não irá se emocionar ao ver o movimento de fechar e abrir uma janela e nem se dará conta que ali tem asfalto e não pega fogo tão fácil. Ele certamente não terá a sensação que teve Keli de ter uma chave em

mãos porque, para ele, certos mecanismos relacionados ao objeto *casa*, já são “tidos como certo” a partir de suas experiências, nos condomínios por onde morou (SCHÜTZ, 2003).

Keli narra o momento em que, pela primeira vez, ao ir morar no loteamento do Demhab, teve uma porta com fechadura: “E a chave da casa? O orgulho de tu chegá e tu tê um chaveiro duma casa pra ti abri”. Enfim, parece que essa é a *casa de Keli*, não é uma casa *com vista*, casa com aquecimento, a casa de Keli é *casa com dignidade*.

Quanto ao segundo fator, tão ou mais importante que o primeiro, é a possibilidade de ter o seu próprio lar. Nossa hipótese é de que, ao ter consciência de que se mudaria, no momento em que visitou o novo loteamento, vislumbrou aí a oportunidade de ultrapassar a etapa de “mãe de todos” – até, de certa forma, de sua própria genitora. Por isso, na hora da inscrição no Demhab, ela consegue, não sabemos como, uma casa só para ela. Então, na mudança leva só o que tinha no quarto: “eu não tinha nada, não tinha nada assim, tinha muito pouca coisa, eu tinha um armário marrom, que hoje nem tá mais ali, já botei fora, eu tinha um armário e que mais que eu tinha? Um colchão pra dormi e meu radio”.

Quando Keli entende que a remoção vai mesmo ocorrer, é justamente em um espaço de tempo em que a família está em um período de estabilidade. Os irmãos que ela praticamente criou, cresceram. É interessante observar na narrativa a seguir, a impressão que dá ao leitor de que é uma pessoa com idade mais avançada:

Hoje tão tudo casado, tudo encaminhado na vida, todos, tanto os guri como as guria. Então foi, foi difícil. Daí depois que eles se encaminharam, daí eu tive minha vida, agora fiz a mudança... Acho que também uma coisa que chama bem a atenção, que chamou bem a atenção foi a mudança, a mudança de lá pra cá, foi bem marcante.

Chama atenção o fato de que a abordagem da mudança é atrelada ao tema “irmãos criados”, o que corrobora com nossa hipótese de que a remoção é vista como oportunidade de constituir a sua própria família. As vivências de Keli, após a mudança, são formadas por momentos relatados como bons, e que justamente estão atrelados à nossa hipótese. Assim, ela considera positivo o fato do namorado ir morar com ela e logo terem um filho, além de poder conviver com a mãe e irmãos que moram em casas próximas a sua, compondo assim, um arranjo familiar parecido com aquele relacionado à família do pai e da primeira casa. Mas, também podemos elencar como positivo para ela o fato de ter conseguido uma das disputadas vagas para trabalhar no galpão de reciclagem do novo loteamento.

O projeto do residencial foi realizado por uma empresa contratada pela prefeitura através de verbas do Programa Minha Casa Minha Vida. Sabemos que agentes da prefeitura,

durante as negociações com a comunidade, e exposição do projeto nas mídias, expunham as vantagens do loteamento, incluindo o fato de que os catadores passariam a trabalhar no galpão de reciclagem. Contudo, para garantir o trabalho das empresas construtoras, que inviabilizariam o projeto caso “os gastos” se avolumassem, a construção do galpão não comportou a todos os trabalhadores. Este é um fator presente no contexto da remoção e, por conseguinte, no relato de Keli, quando aborda a venda das casas: sem trabalho, seus antigos vizinhos retornam para a região central da cidade para seguir na catação.

Observa-se que, no caso desta entrevistada, o ato *mudança* delineou-se muito similar ao projetado no que se refere à dimensão *família e trabalho*. Porém, consideramos a possibilidade de Keli não ter projetado as profundas mudanças em relação à comunidade, o que acabou gerando frustração e certa perda de identidade:

As pessoas mudaram, né, não são as mesmas pessoas, quando te veem não te dão bom dia todo o dia, hoje aqui dentro, que aqui, se tiver vinte por cento de morador da Vila Mafalda é muito, tudo é gente diferente, aqui nesse beco, deixa eu ver quantas pessoas são, um, dois, três, quatro, cinco, seis pessoas, só no beco, o resto nenhum mora mais. Bah! Então as pessoas venderam, entendeu?

A partir desse relato de Keli podemos trazer aqui a hipótese de que, depois da mudança, quando suas estratégias para uma nova vida, para a sua família, passam de projeto a ação, ela se dá conta de que sim, foi *removida*. Removeram de sua vida o sentido de pertencimento, próprio de quem se conhece e reconhece em um grupo. Åshild Lappegard Hauge assevera que o saber “quem é quem” (como se veste, jeito que fala, do que gosta, no que trabalha, de quem descende, etc.) é parte constituinte da identidade humana. Identidade, esta, que envolve interação, acordo e desacordo, permanências e inovações, semelhanças e diferenças. Tudo isso, por suposto, englobado no sentido de pertencimento (HAUGE, 2009). Keli foi removida sim, e na periferia ela e vizinhos passam a morar em meio a uma comunidade de baixa renda que já mantinha seus costumes e seus “patrões”. Estes, não veem com bons olhos gente *lá de baixo*, da beira do rio, misturada com a comunidade que *dominam*.

Tá certo que a Vila Mafalda tinha suas história de morte, matô não sei quem, matô fulano, matô beltrano. Tavam de guerra? Sim, mas lá a gente sabia quem era. Lá a gente conhecia, tipo assim, entendeu? Nós via as cara. Aqui, de repente, é tu chegá e tu não conhecê ninguém. Primero tinham invadido as casa, pouco antes de ficarem pronta, um monte de gente tinha invadido pra não deixá nós vim pra cá. Eles não queriam a comunidade, a Vila Mafalda aqui, mas depois foi. Virô Morro Santana, tipo isso entendeu? Porque os guris respeitam, todo

mundo se respeita, são bem pro certo, são justos, não suportam roubo, não suportam chinelagem, respeitam todo mundo, eles sabem quem é o trabalhador e quem é o vagabundo.

Interessante observar como já está naturalizada para Keli a presença do tráfico nas favelas e loteamentos em que moram pessoas de baixa renda. Inclusive, ela separa entre os grupos de traficantes que são justos, que respeitam, (como o *organizado* grupo do Morro Santana) e os que não respeitam. Para ela, a favela enquanto sinônimo de violência não existe. Se o grupo de traficantes é justo e deixa os moradores, “trabalhadores” em paz, em seu cotidiano, então não tem violência, tem a presença lado a lado do trabalho legal e ilegal, que ela acompanha desde a infância e que observa por toda a urbe, nessa rede que borra as fronteiras entre legal e ilegal. Afinal, é sabido que o que é ofertado por trabalhadores do comércio informal tem como destino final casas dos mais diversos bairros da cidade (TELLES, 2010).

Enfim, para Keli, morar em um espaço em que existem traficantes, a princípio, não altera o cotidiano, o que altera são as ações violentas que daí podem advir, não somente entre eles, mas na relação com a polícia. Keli já nasceu em uma comunidade em que havia “o estabelecimento de bocas” e continuou tendo próxima a presença do tráfico, nos três lugares em que morou. É importante citar aqui a análise de Luiz Machado da Silva quanto à organização do tráfico em “territórios de pobreza”.

O estabelecimento de “bocas” nas favelas deriva do fato de o funcionamento dos sistemas político-institucionais que combinam controle e proteção social ser muito mais frágil nos “territórios da pobreza” do que nas demais regiões da cidade (serviços públicos deficientes, subalternidade política relacionada a uma incorporação social que ocorreu pela via do clientelismo, longa tradição de informalidade do trabalho, etc.). É desnecessário acrescentar que essa observação nada tem a ver com as constantes referências à “ausência do Estado”. Assim é que, por sua involuntária aproximação prático-discursiva com o tráfico, o lugar das favelas na organização socioterritorial da cidade, que sempre foi um dos problemas centrais de sua integração social, retorna de maneira renovada à cena pública. (MACHADO DA SILVA, 2010)

Será que, após o reassentamento Keli sentiu diferença na relação entre nós (favela/periferia) e eles (moradores de bairros mais “nobres” ou condomínios)? Ela não aborda esse tema em específico, uma vez que o seu campo temático *Venci na vida e hoje sou uma mulher realizada*, faz com que a vida no novo loteamento seja narrada como o ápice de suas conquistas. Mas, ocorre que ela mudou-se de um território de pobreza para outro. Quando morava na Vila Mafalda sentiu o estigma de moradora de favela. Como vimos, em

seu depoimento, afirma: “as pessoas te olhavam de cara feia, tu passava na rua, a gente via aquilo”. Se o morar com dignidade inclui o *não estigma*, é de se pensar, no contexto em que ela vive e nas dinâmicas urbanas que não conduzem à dignidade de grupo. A análise de Machado Silva, anteriormente citada, nos faz pensar, de uma forma preliminar, que o *olhar* para os bairros populares da periferia tem sido conduzido na cena pública praticamente só pelo viés da violência.

Finalizando esta seção, podemos concluir que, tanto Keli como Antônio, quando experimentam a consciência de que vai haver remoção, entendem que suas vidas irão se movimentar, mas em um sentido, de certa forma, conjecturado. A remoção abre um caminho que possibilita mudanças fundamentais para que a vida siga seu curso, conforme o que entendem por *bem viver* naquela fase da vida. Contudo, o contexto e o espaço da cidade que abrange o percurso de remoção, nos leva a abranger a temática *segregação socioespacial*, assunto, este, que ganha fôlego na próxima seção.

5.3.3.3.2 Subtipo Locus de Interpretação da Remoção Como Indesejada

A esfera, ou determinada província da realidade, pode ser considerada uma abstração. Pode ser interpretada como um elemento central para a condução da vida. Por exemplo, uma favela não se resume a sua fronteira física, mas engloba processos de “sociações”, a partir de convergências e divergências (SIMMEL, 2013). Os entrevistados não projetam em suas trajetórias a permanência absoluta na esfera, eles vão para as faculdades, festas, trabalham na zona rural e têm bons amigos espalhados pela cidade. Veja o exemplo de Billy: há dois anos trabalha como auxiliar de serviços gerais em um shopping, fora da ilha, e não aceitou uma proposta de emprego nova porque se apegou aos colegas. Então, os sujeitos deste subtipo, quando interpretam a remoção como fator negativo, desestruturante, não o fazem pela intenção de recolhimento à esfera, mas pela necessidade de mantê-la viva, e com ela o sistema intersubjetivo de valores e normas de conduta (SIMMEL, 2013; SCHÜTZ, 2003).

Silvio, depois de viver dezessete anos com a esposa se separara e vai morar sozinho na Vila Mafalda. Ele começa a trabalhar com reciclagem e, através do trabalho na catação e do convívio diário com moradores da vila, refaz seu cotidiano após a separação. Mas, na antiga vila Silvio também mantém os costumes, as longas viagens para trabalhar no campo e os valores que vieram junto da Região da Campanha: ter o seu “rancho”, ou seja, uma casa, e ser um homem honesto. Diz ele: “Eu sou por direito, meu pai me criou assim, não tem que tá

desviando”. De fato, ele é conhecido por sua honestidade, qualidade destacada pela namorada Dalva em seu relato:

Ele nunca teve uma passagem na polícia e é uma pessoa, é analfabeto, sempre morô nesses lugar precário né. Nunca se envolveu com coisas assim, de sujá o nome. Lembro assim que o meu vô, que era autoridade, dizia assim: “Gente de classe pessoa de carta branca né”. Pessoa que nunca teve envolvimento de sujá o dedo lá na polícia.

Para Dalva e para os vizinhos da Vila Mafalda, Silvio não deixa de ser honesto por ter ocupado um espaço da cidade para morar. *Invadir para morar*, na representação de Silvio e sua comunidade, está no campo das necessidades fundamentais.

//Silvio, conte sobre a sua vida na antiga vila// lembro que eu gostava de lá, melhor que aqui, ia no centro buscava um peixe, e aqui não. Tive dezesseis anos lá. Lá invadimo! Tava uma baita duma área lá, cada um fazia o seu rancho, comprava tábua e fazia, cada um fechava o seu terreno, comprava estaqueta e cada um fechava sua parte, eu fiquei dezesseis, tinha gente que tinha mais... O falecido Joãozinho, falecido tio Beto, foram os fundadores.

A dinâmica da ocupação era baseada na existência de uma “baita área”, daí vinha a compra da madeira, o consenso em delimitar até onde ia o terreno e a construção do “rancho”. Essa dinâmica ocorrida em finais do século XX, talvez guarde sua gênese, em tantos outros processos de ocupação do Rio Grande do Sul durante o século XVIII, em que o “povoador”, vindo por Laguna, escolhia a terra que quisesse, no meio do nada, e a transformava em uma fazenda. Tendo casa, povo e gado, já se sentia no direito de pedir a concessão de uma sesmaria. Ou seja, tudo começava por uma *ocupação*. Parece-nos que a posse de uma sesmaria, guarda similitudes com o movimento de Silvio de construção do “rancho” em uma “baita área”. Quanto à posse de uma sesmaria Aurélio Porto descreve:

Feito o primitivo rancho, juntamente com a autoridade, ia o sesmeiro acompanhado da família, agregados e dos escravos até o local que elegera para se estabelecer. Aí chegados, arrombavam as portas, invadiam a casa, perguntando, em altas vozes, se alguém se opunha aquela posse. Só lhes respondia, no silêncio religioso dos campos, o próprio eco errante pelos desvãos das canchadas longínquas. Saíam todos. Um dos escravos, a galopes de machado, derrubava junto ao rancho, uma velha árvore frondosa. Ao estrondo daquela sucedia-se de novo a interrogação. Nada. Ninguém se opunha. Todos, então, enchendo as mãos de terra, atiravam-na para o ar. A autoridade dando fim à cerimônia declarava que aquelas terras pertenciam, sem contestação, ao sesmeiro que as ia ocupar, pela posse que lhe dava em nome Del Rey Nosso Senhor.⁶²

⁶² Parte de um artigo escrito por Aurélio Porto. In: ABRÃO, 1980, p. 52.

A ocupação da Vila Mafalda foi seguida de muito trabalho, uma vez que seus moradores eram a maioria catadores, como já informamos. Mas, entre o trabalho e descanso no “rancho” eles vão se apropriando dos espaços da cidade. Com seus carrinhos, movidos à tração humana, vão interagindo com a cidade – a mistura das marcas do pneu de borracha do carrinho com os sapatos de quem o “puxa” também vai borrando fronteiras entre *urbanos e favelados*. Silvio relata:

Eu puxava carrinho. Saía de manhã cedo e nove horas eu tava chegando. Lá o cara ganhava rancho. Na Vila Mafalda tu tava sempre com troquinho no bolso, aqui não dá pra sair a reciclá. Lá, na assistência social eu enchia um carrinho só com papel branco que valia mais. No posto de saúde eu também pegava, isso se chama *re-ci-clar*. Tem gente que ainda puxa carrinho, ele tá sempre com os troquinho dele. Eu acho muita falta de lá.

Nas suas andanças pela urbe Silvio aprendeu muito bem o que é *re-ci-clar*. Ele, ao tomar consciência de que haveria remoção, continuou sua vida normalmente. Essa decisão influenciou no fato de não entrar na lista do Demhab de pessoas a serem reassentadas no novo loteamento. Quando agentes do Demhab passaram pela sua casa, ele estava na lida do campo. Então, o processo de remoção que começava apartava Silvio da sua comunidade. Levando esse contexto em consideração, nossa hipótese é de que o entrevistado interpretou a remoção com um fator desestruturante, disruptivo, assim como fora a sua separação. Novamente perde sua casa, seus afetos, seus espaços na cidade.

Todavia, justamente em função de um grande afeto é que Silvio acaba por ir morar no novo loteamento. Dalva, como vimos no capítulo anterior (seção 5.2.3.3), providenciou uma casa para Silvio cedendo uma parte do seu terreno. Tanto que ele nos concedeu a entrevista na frente de casa (explicou que a casa era muito pequena), mostrando sua cachorra, que mora na rua, dizendo que faz comida para ela em panela de ferro. Ele passou a viver só da aposentadoria, estranhando não ter seus troquinhos, estranhando também não estar próximo ao rio.

No dia da mudança eu quase chorei. Lá, no fim de semana, se não tinha o que fazê, ia lá pro costado do rio e pegava aquele que dá pra fazê ensopado, o pintado, e aqui tu não tem pra onde ir, então tu fica preso aí. E fico como uma lesma, só olhando o pessoal passar. E vejo o pessoal tomando pinga, cerveja. Me deu vontade de ir pra outro lugar porque já chegemo aqui e já apareceu morte aqui, daí dessa outra vila.

Bah! Mataram uns quantos nossos aqui, e invadiram casa. Eles queriam tomar conta aqui, eles não queriam que nós viesse pra cá. Chegaram a meter os pés na porta, eu tive que gradear, ela também. Aqueles cara que vieram de lá da nossa vila, a turma que pegaram a traficar aqui, bah o bicho pegô né! Mataram uns aí, e nós ficamos tudo assim: fica ou não fica, e aí eu digo: “vamo gradiá”.

Aí agora tem uns que pegam droga ali e vendem aqui, mas já eram conhecidos nosso lá né. A polícia ta seguido aqui, e lá era uma vez por mês que aparecia aquela polícia a cavalo, porque lá só cavalo mesmo, não tinha rua, porque eram uns bequinho.

O sentido entre *eles e nós* possivelmente toma contorno mais claro para Silvio depois da remoção da Vila Mafalda para a periferia de Porto Alegre. No cotidiano da antiga vila os arranjos entre moradores, traficantes e polícia, para ele, estavam na conformidade. Quando se mudam, entram em contato com traficantes que não eram “dos nossos” e policiais que quebram a rotina da comunidade seguidamente (MACHADO DA SILVA, 2008). A alternativa encontrada pelo entrevistado foi a mesma que todos, em qualquer bairro da cidade tomam: “vamo gradiá”.

O relato de Silvio pode exemplificar o que Vera Telles considera como um processo de biopolítica, envolvendo “a gestão das vidas, governamentalização das condutas e a gestão das populações, de seus fluxos, de seus deslocamentos, de seus movimentos” (TELLES, 2010, p. 154). Nesse sentido, podemos pensar em todos os entrevistados que são deslocados, movimentados, sem compasso, de forma acelerada, em segundos: tirou a mala, vem a retroescavadeira. Como relata Silvio: “nós estava se mudando e a máquina já tava demolindo tudo”.

A entrevistada Vera, que faz parte deste subtipo, também *experienciou* a agilidade das retroescavadeiras, que só não conseguiram retirar aquela abundância toda de pedras em sua comunidade. Aquele era um território para corajosos, poucos se animariam a ocupar. Mas, é sabido que os homens, por necessidade, aprendem a viver no mundo todo, nos locais mais inóspitos que podemos imaginar.

Quando a temática era remoção vera trás para a narrativa o tema *saudade de meu cotidiano na antiga vila*, sendo que, ambos os temas, estão no campo temático *Meu luto pela perda de identidade*. Desse cotidiano que desapareceu que foi removido em termos de espaço, objetos e pertencimentos, destacamos dois temas trazidos por ela: a não existência de tráfico de drogas (com o qual ela precisa conviver, agora, onde mora), e a outra é a união entre os moradores.

Quanto à união, ela sente falta das festas que realizavam no campinho de futebol e da ajuda mútua – com destaque ao fato de que lá, sempre tinha quem “reparasse” seus filhos, assim como ela reparava os dos vizinhos. Claudia Fonseca ao falar dos laços familiares salienta que uma das formas que eles surgem é no desenrolar de “atividades realizadas em comum”, como no caso o cuidado com as crianças (FONSECA, 2005, p. 54). Reparar não é educar, mandar fazer os temas ou atividades domésticas, reparar é ficar atento aos rebentos, observar se estão em casa, não estão brigando, se brincam no pátio em comum, no campinho e tomar providências caso algo estranho ao cotidiano aconteça. Essa dinâmica tem alguma relação com a descrição de Jane Jacobs em relação ao distrito de North End, em Boston/US, em meados do século XX:

As crianças nas ruas eram cuidadas pelos muitos adultos que por ela andavam, nas cidades jardins existe uma “leviana” ideia de que não precisam ser cuidadas, pois existem locais próprios para ela, *playground* (...). Só pessoas cuidam de crianças e as incorporam à sociedade civilizada. (JACOBS, 2011, p. 89)

A comunidade de Vera não tinha nada de estéril, de monótona, devido a elementos como esse: o reparar as crianças. Esses fatos representam o *fazer as coisas* interligando o *eu* e o *nós*, realmente imbrincados. Nesse contexto criam-se condições, também, para *repararem* para que não haja traficantes. Diz Vera:

Não tinha tráfico, não tinha violência, não tinha tiroteio, e aqui a gente vive a mercê disso aí né. Tá sempre acontecendo, tá sempre acontecendo! Claro que eu sei que em tudo que é lugar tem, nos bairro nobre também existe, mas, mas ali, por o pessoal ser tudo conhecido, então não, não acontecia, que os vizinhos mesmos denunciavam. Quando alguém pensava em fazê alguma coisa já denunciavam daí não acontecia.

Pensando os dois temas trazidos por Vera de forma associada, podemos analisar o contexto em que vivia a partir da ideia de “controle social informal” baseado na mobilização coletiva. Contudo a mobilização só é possível em grupos que tenham por característica “a confiança e a solidariedade” (SILVA, 2014). Não estamos querendo dizer que onde existem essas duas características não vai haver tráfico. O que se apresenta é que a comunidade, por ser mobilizada, pode ter como meta, manter traficantes longe de seu território. Mas, certamente, outras variáveis influenciam, como o tamanho da comunidade, no caso, muito pequena, e também sua localização – talvez não fosse, no momento, alvo importante para os traficantes.

No caso de Vera o que temos, de fato, é a informação de que na sua vila não havia tráfico e temos também a representação da entrevistada e seus vizinhos de que essa *não presença* devia-se à união do grupo. Essa representação acaba por empoderar mais a comunidade para a vigência de agência criativa relacionada ao “controle social informal” (Ibidem).

Contudo, é preciso ressaltar, mesmo com a união não foi possível resistirem à extinção da comunidade. Muito pelo contrário, seus moradores rapidamente foram aceitando, individualmente, as propostas da prefeitura e optando por um bônus de R\$ 52,4 mil reais para comprar uma casa ou aceitando o aluguel social até a construção do condomínio prometido.

Um dos fatores que provavelmente influenciou nesse contexto é o fato da comunidade não ter uma associação ou organização similar com representantes que tratassem das questões da vila na esfera burocrática do governo e na política. Vera Telles (2010) levanta a questão da menor politização nas últimas décadas, havendo um processo global próprio do neoliberalismo em que os indivíduos passam a ser “governáveis sob a égide da racionalidade do mercado” (Ibidem, p. 155). Na comunidade da entrevistada Vera, essa racionalidade, que inclui a não organização política, pode ter contribuído para que seus membros se espalhassem por outras favelas. Começaram a utilizar o “aluguel social” ou, como ela afirma, foram morar em outras cidades da região metropolitana, possibilidade que restava diante do bônus recebido que ela recusou: “ eu não achei nada por aqui, só em Viamão”.

Em certo momento da entrevista foi feita uma pergunta, digamos, inadequada, levando em conta a metodologia utilizada. O objetivo era saber da sua vida antes da remoção, mas ao ser mencionada a palavra *remoção* pela entrevistadora, Vera falou desse período, o que não foi de todo ruim para a análise:

//eu queria resgatar contigo assim, como é que era antes da remoção, como era essa relação de amizade// ah Deus o livre, era uma relação muito boa porque a vizinhança eram moradores de vinte anos lá. Então todo mundo se conhecia, sabe? Foi bem... Bah! Era uma choradeira cada vez que um saía, porque a gente se dava muito bem. Aí todo mundo acabô se espalhando né.

Por ocasião da entrevista, Vera morava em uma casa alugada, muito pequena, para ela e os três filhos. Dessa vez não eram pedras que a compunham, mas um grande poste de eletricidade. A moradia foi construída em uma favela de Porto Alegre, uma “vila irregular,” aproveitando a estrutura do poste como parede lateral da casa. Ocorre que, agora, ela não se identifica com o poste, como ocorreu no passado com as pedras. Também não se identifica com a vizinhança. Embora certamente existam ativos nessa vila em que reside, a

vulnerabilidade subjetiva, causada perda dos vínculos sociais e constantes mudanças, não permite utilizá-los (KAZTMAN, 1999).

Vera precisa se mudar constantemente devido ao valor defasado do “aluguel social”, isso quando recebe, porque costuma atrasar. Portanto, é possível afirmar que Vera passa por um processo de vulnerabilidade objetiva e subjetiva, alterando seus padrões normais de comportamento (RECA, 1996). Nesse processo, um elemento que chama a atenção é o sentimento de luto pela perda da antiga casa, em uma dinâmica de crise compartilhada por toda a pequena comunidade.

Marc Fried (1968) analisou as reações das famílias do bairro West End, em Boston⁶³ quando foram removidas dentro de um projeto de remodelação urbana, na década de 1950. Ele fez uma comparação entre o luto de perder uma pessoa próxima e a perda da moradia em uma comunidade em que o sujeito sente-se identificado, tendo fortes raízes. A partir de entrevistas abertas, ele registrou sensações e percepções. Um dos moradores afirma em relação à remoção: “é como tirar o tapete de baixo de você”. O luto tem como um de seus componentes a “fragmentação do sentido de identidade espacial”, prejudicando assim a posterior adaptação em outros espaços (Ibidem, p. 377).

Em relação ao período que antecede à remoção, Vera relata: “no início eu fiquei, a gente, não só eu, acho que a maioria das pessoas também ficou bem iludida”. A ilusão vinha do primeiro contato do Demhab quando avisou que, devido às obras para a construção de uma avenida eles seriam removidos. Iriam todos morar em um mesmo loteamento em um bairro próximo, cada um ganharia o seu apartamento, em breve construído. A obra era parte do projetos para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014.

Vera, assim, não muda o “sentimento de segurança psicológica” (MAGALHÃES, 2013). Pensa que, caso haja a remoção, ganhará um apartamento, e continuará morando perto dos vizinhos. Contudo, no ano 2015, quando realmente se deu conta de que haveria remoção, ficou muito confusa. Nessa ocasião, a saída passou a ser imposta, sem sequer terem começado as obras do condomínio prometido. Até então, ela acreditava que, se um dia a remoção ocorresse, sua comunidade iria *em peso* para os apartamentos. Quando o processo realmente começou, funcionários do Demhab ofereciam duas alternativas em conversas particulares com cada família. Essa dinâmica não é exclusiva da administração municipal de Porto Alegre, na cidade do Rio de Janeiro também foi utilizada a mesma estratégia durante as obras para a

⁶³ Mais informações em relação à remoção disponível em: <<https://thewestendmuseum.org/>>. Acesso em: 07.mar.2019.

Copa de 2014 (GUTTERRES, 2014). No caso da vila de Vera esse fator parece decisivo. Algumas pessoas sentiram-se coagidas com as visitas. A partir da possibilidade de serem despejadas, escolhiam, apressadamente, a alternativa que se adequasse melhor à família. O resultado foi a dispersão da comunidade, levando em consideração que o valor do bônus inviabilizava “a compra de moradias escrituradas em regiões centrais provocando a migração forçada dos moradores para os bairros distantes e cidades vizinhas” (ARAUJO, 2015, p. 94).

Observa-se aqui, uma estratégia do Demhab diferente da adotada com os moradores da Vila Mafalda (Keli, Antônio e Silvio). Para aquela comunidade, o projeto de reassentamento era composto de um loteamento e o processo de remoção deu-se apenas quando o novo residencial estava pronto. Já em relação à vila em que Vera morava não havia nenhum apartamento sendo construído. Vera recorda:

Teve pessoas que quando a gente saiu dali optaram pelo bônus. Eu não optei pelo bônus pela questão de eu sê sozinha com as criança, e eu fiquei com medo porque o bônus era no valor de 52 mil e eu não achei nada por aqui, só Viamão , pra lá! Como é que eu vô ir? Não conhecia ninguém, aí eu optei pelo apartamento, mas aí quanto tempo já faz, quatro anos! Depois que eu entrei nesse aluguel social, vou te dizer assim, minha vida mudô. Eu tô sempre lá brigando, né. Faz cinco mês que não entra o meu aluguel! Daí eu tiro do meu salário, mas daí acaba apertando em outras coisas, né. Mas foi isso, e no fim foi tudo em função dessa Copa, né.

Para Vera a culpa do luto é da Copa e de fato, é a execução das obras de acessibilidade urbana previstas no projeto para sediar o evento, que irão contribuir para que sua comunidade desapareça do mapa da cidade. Mas um estudo mais aprofundado em relação aos megaeventos trás outros vieses em relação ao projeto esportivo, relacionando-os às mudanças de padrão administrativo a partir da década de 1990. Castello, por exemplo, salienta a tendência para projetos urbanos com modelos empresariais, focados na ideia de Plano Estratégico (CASTELLO, 2008). Segundo Gabriele Araujo, os megaeventos são entendidos pelos agentes do governo, sejam do âmbito nacional como municipal, como oportunidade de “concretizar importantes projetos de estruturação urbana” (ARAUJO, 2015, p. 14). Assim, ocorre a concretização de uma estrutura urbana para atrair investimentos e consumidores para a cidade em concomitância com a adaptação da urbe aos interesses do mercado global, incluindo interesses imobiliários (GAFFNEY, 2013, ARAUJO, 2015).

Pela análise da biografia de Vera cotejada à literatura afim, depreende-se que o “aluguel social” *joga* pessoas com poucos recursos no mercado imobiliário. Vera precisa estar sempre negociando, procurando casas mais baratas. A partir dos estudos de Foucault, Vera

Telles ressalta que, de forma geral, as políticas públicas no Brasil contemporâneo, buscam tornar os indivíduos mais competitivos: “Não se trata mais de “compensar” os malefícios do mercado, mas um modo de “conduzir as condutas” (Foucault) que promove uma recomposição do social em sua proximidade com o econômico sob o signo da competitividade” (TELLES, 2010, p. 155).

Mário vivenciou um processo similar ao de Vera quanto à relação entre ele, sua família e os agentes da prefeitura. Sua casa seria removida para a construção da mesma avenida relacionada à remoção de Vera. Contudo, ele se envolveu em um movimento de resistência à remoção chamado “Chave por Chave”. Esse movimento surge, segundo Gabriele Araujo, no contexto de não construção das unidades habitacionais prometidas pelos agentes públicos. O *slogan* da campanha se refere à decisão dos participantes de que só deixariam suas casas quando tivessem a chave da casa nova em mãos. Nesse sentido, expressa o repúdio ao “aluguel social”, referenciando-o como “cheque despejo” (ARAUJO, 2015, p. 93).

Historicamente, há registros de resistência às remoções compulsórias em Porto Alegre, principalmente se essas vilas já estavam consolidadas – filhos dos ocupantes tendo ali nascido, bem feitorias já conquistadas, etc. Rodrigo Weimer exemplifica esse fenômeno com um movimento ocorrido em 1958, organizado pelos moradores da Vila Dona Teodora. Também se refere aos moradores da Vila Maria da Conceição que, poucos anos mais tarde, resistiram à remoção para a Vila Restinga e, ao contrário da Vila Dona Teodora, conseguiram permanecer no território ocupado (WEIMER, 2017)

Ao contrário de Vera, Mário não fez nada, absolutamente nada, antes de tentar entender o que estava acontecendo e quais os seus direitos, mesmo que nesse ínterim, sofresse com a pressão de agentes do governo:

Tava bem, bem, bem complicada a situação! Bem ruim mesmo! Sem informação. Aí depois que eu consegui obtê informação, que a gente começô a combater eles, né, por isso nós estamos aqui até hoje, senão a gente tinha saído a facão! Se tu vê do lado, aqui, os vizinho saíram. Aqui do lado saiu, então nós resistimo e tamo aí resistindo até hoje! Que foi o processo no início lá em 2011: “você vão saí porque vão demoli a tua casa contigo e tudo junto”. Foi um processo bem desgastante, chato!

Para Gutierrez, nesse contexto de remoções, os representantes do governo partem do princípio – enraizado na sociedade brasileira – de que é só oferecer um dinheiro para conseguir remover os pobres de acordo com os planos e regras do aparato burocrático. Contudo, através das narrativas aqui expostas e pesquisas acadêmicas, existiram famílias que

não aceitaram a remoção tal como lhes fora imposta (ARAÚJO, 2015; GUTTERRES, 2014; SIQUEIRA, 2015).

Nas narrativas de Mário, Vera e Billy se observa momentos de questionamentos a funcionários da prefeitura quanto ao processo de remoção. Nessas ocasiões, eles esbarram em discursos próprios de quem tem o monopólio da força, como vimos pela narrativa anterior de Mário. Também esbarram em processos de racionalização do mundo da vida, focado na burocracia. Esta, cria labirintos através da intransigência de certos agentes públicos que dão vasão a uma dinâmica impessoalizada de “realização da ordem”. Assim, diminui-se (mas não se extingue) a ação individual ou de pequenos grupos (WEBER, 1982).

Através de nossa análise, percebemos que Mário interpretou a remoção como fator desestabilizador do seu mundo da vida. Sua primeira reação foi “obter informação”, depois, acionou a justiça e obteve uma liminar para permanecer na casa. Mas ele não fez isso só pela “causa” ou pelo seu futuro, suas ações também são projetadas pensando no passado de sua família. O significado de *desestabilizador* não se direciona apenas para o cotidiano, como é o caso da interpretação de Vera. A relação de Mário com seus avós e pais, principalmente com a mãe, é de profundo respeito ao que eles conquistaram e pelas dificuldades que passaram. A moradia das três gerações precisa se manter porque também é casa de religião e *casa-ponte*. Mas, Mário, de forma latente, considera que ela não se sustenta sem as demais construções que se interligavam, como a praça, o “campinho” para o futebol e as moradias de pessoas das favelas próximas, que para ele representavam casas-referências (HEIDEGGER, 1954). Depois da remoção a casa em que Mário vive permaneceu intacta, mas ele, agora, não tem vizinhos, apenas escombros. Nesse contexto de resistência, sente a perda de referências quanto a “lugares e percursos afetivos” (GUTTERRES, 2014, p. 351). Várias casas no seu entorno foram demolidas.

Podemos dizer que a perda de referência acompanha a trajetória dos três sujeitos do Subtipo Locus de Interpretação da Remoção Como Indesejada. Então, se percebe que, saindo ou não saindo da casa, no momento em que o processo de remoção tomou força com a demolição se concretizando, o sentido que os três dão para a remoção é relacionado à perda de identidade.

Anelise Gutteres assevera que a destruição dos espaços em obras urbanas se aproxima da destruição em momentos de guerra, “apesar de parecerem antagônicas, a destruição e a construção são produzidas pelas relações de conflito e se aproximam imageticamente pelo híbrido da ruína” (GUTTERRES, 2014, p. 364). No caso de Billy, ex-morador de uma das

ilhas de Porto Alegre, de certa forma, se observa que os dois eventos ocorrem juntos, a destruição das casas e os tiroteio entre traficantes.

//Como é que foi assim, esse momento em que vocês tiveram que sair de lá, o que tu lembra desse dia, me conta// ah nós saímos num momento de guerra, num fogo cruzado, né. Agente saímos sem saber se a gente ia sair dali vivo, porque daí era no meio de um tiroteio né (...). Nós peguemo, arrumemo as coisa tudo que tinha de roupa né, roupa assim pra a gente, pra só pra ficar fora um dia né, dois, sei lá quanto precisasse né, pra até acalmá aquilo ali né, pra volta. Mas daí tinha gente que ficou lá dentro da ilha, mas eles davam uma olhada nas nossas casa. Mas daí, quando foi um dia, quando a gente tava voltando, eles falaram:

- Olha, nem adianta volta, vocês vão ficar aonde?
- Mas como vão ficar a onde? Temo casa aí! Por que nós não vamo voltá?
- Ah então vocês vão ter que morar dentro de uma barraca ou embaixo da ponte.
- Ué, por quê?
- Passaram a máquina por cima da casa de vocês.

Com todos os móveis da gente dentro. Perdemos a casa, perdemos os móveis, mas graças a Deus que as nossas vidas né. Conseguimo sair de lá vivo e salvo né, graças a Deus.

As casas na ilha foram construídas na faixa de domínio da rodovia e a concessionária responsável pela estrada é quem mandou as máquinas demolir as residências. O motivo alegado, segundo declaração da empresa divulgada nos meios de comunicação, foi que as casas estavam vazias, e que moradores de outras partes da vila pediram que fosse feita a demolição para assim, também acabar com as disputas dos traficantes.

A vida de Billy e sua família foram ameaçadas pela violência. A partir de um evento pontual, que foi o tiroteio entre traficantes, quebraram totalmente a rotina. Precisaram mudar de vida e viver sem casa. Foram para um galpão abandonado pensando que poderiam voltar, sem saber que um segundo evento violento estava em andamento: a demolição das casas. Diante desse evento, optaram por protestar: a família de Billy passou cerca de um mês acampada na frente da Prefeitura de Porto Alegre, por não aceitar a forma injusta como perderam suas casas.

A exclusão social não pode ser relacionada diretamente à presença de ciclos de violência como este, mas é uma das variáveis para pensar na entrada do tráfico nas favelas. Claudio Beato e Luís Felipe Zilli salientam que ciclos de violência “ocorrem preferencialmente quando as condições de provimento de justiça são precárias. Nem sempre locais deteriorados são violentos, mas locais violentos são deteriorados” (BEATO & Zilli, 2014). Deteriorado no sentido de “presença rarefeita da justiça e de organizações

encarregadas de implementá-la” a partir de um processo de “desigualdade na provisão do bem público” (ZILLI, 2014).

Mário não tem vizinho, Billy não tem mais casa, Silvio foi esquecido na contagem, Vera vive de favela em favela e todos eles lembram os escombros. Concluindo, pensamos que, um indivíduo qualquer, ao andar pela cidade, se ao encontrar uma vila em escombros for atrás das pessoas que ali interagiram, provavelmente descobrirá dinâmicas importantes do *mundo da vida* que foram interrompidas. Escombro dentro da uma cidade pode ser sinônimo de renovação, de modernidade, mas essas qualidades, quando acompanhadas de remoção compulsória, pode assolapar *sentidos de vínculos*.

Sabemos que é comum os vínculos se refazerem. Aliás, em decorrência desses modelos estabelecidos de urbanização excludente, estes sentidos se fortalecem através de dinâmicas próprias de ajuda mútua que permitem às pessoas trabalhar, descansar, confraternizar. Em relação ao escombro, ele é a margem da margem.

Dichos márgenes son supuestos necesarios del Estado, de la misma forma que la excepción es a la regla (...)Dado que es imposible pensar a los sistemas políticos en el mundo contemporáneo comprendidos por cualquier forma de sociedad sin estado, ¿es que estamos observando formas de estado incompletas —o frustradas— en dichas situaciones circunstancias? ¿O acaso son las formas de ilegalidad, pertenencia parcial y desorden que parecen habitar los márgenes del estado, las que constituyen las condiciones necesarias para el estado en tanto objeto teórico y político? (DAS & POOLE, 2008, p. 20)

5.3.3.4 Entre sonhos e margens: concluindo o Tipo Locus - Interpretação da remoção como transformação da dinâmica social criada ao longo da vida

A partir da busca por compreender a interpretação dos sujeitos em relação à moradia, foi possível, através da análise do Tipo Locus, aprofundar a temática das remoções compulsórias. Trabalhamos com a diversidade de interpretações e estratégias, mas, também trabalhamos com *permanências*. Através das narrativas biográficas aqui expostas, é possível concluir que casa é um espaço privilegiado para a “construção da subjetividade” e também espaço de interação em que aspectos sociais são vivenciados e sedimentados – costumes, valores, moral (ROSSETI, 2014).

Quando buscamos a gênese da experiência biográfica em relação à moradia, nos debruçamos sobre as transformações dos espaços domésticos. Essas transformações foram

aqui interligadas a importantes fatores estruturais. Levando em consideração que todos entrevistados nasceram e viveram em famílias de classe média baixa ou baixa, buscamos referências em pesquisas que fossem sensíveis às dificuldades que essas pessoas enfrentaram – advindas da dimensão socioeconômica, calcadas na forte desigualdade social, na precarização do trabalho, desemprego e políticas de moradia deficitárias (MARZULO, 2005; KOWARICK, 2002). Rosetta Mammarella (*et al.*, 2015, p. 180), ao analisar a tipologia socioespacial da região metropolitana no século XXI, observa que em 2010 a metrópole apresenta “um perfil relativamente elitizado comparativamente aos anos anteriores” e salienta que “ao mesmo tempo em que não tem espaços operários, segregou os espaços populares para a periferia”. Essa segregação, diga-se de passagem, é alimentada por políticas públicas como o Programa Minha Casa Minha Vida. A maioria de seus beneficiários, incluindo vários de nossos entrevistados, recebeu a casa longe do trabalho, em bairros periféricos da cidade, contribuindo com o processo de segregação social. (CARDOSO & ARAGÃO, 2011, p.16; ROLNIK *et al.*, 2015).

Quem é removido não remove de suas vidas aquilo que considera essencial ao cotidiano. Sendo assim, por exemplo, o trabalho (legal ou ilegal) não muda, caso não tenham outras melhores oportunidades junto com a nova casa, como Keli teve. Ela passou a trabalhar no galpão de reciclagem do residencial, o que foi muito importante para sua *dignidade*. Com o trabalho foi possível manter a nova casa e começar um processo de interação na nova comunidade.

De uma forma geral, a partir do depoimento de Vera, Mário, Billy e Silvio (Subtipo Locus de Interpretação da Remoção Como Indesejada), cotejando suas percepções com a literatura, conclui-se que a maior parte dos investimentos advindos de projetos governamentais foi aplicada em *varrer* as favelas e, rapidamente, transformar seus espaços em *algo* urbanizado. Os removidos, e nem sempre reassentados, continuam semianalfabetos, continuam realizando trabalhos clandestinos e, muitos deles, ainda estão em busca da identidade perdida. Nessa dinâmica, não parece que os agentes governamentais, responsáveis pelos projetos voltados à moradia, estão preocupados com os cidadãos removidos. Parecem um tanto satisfeitos quando os “irregulares e ilegais” não resistem ao processo de remoção (como Mário e Billy resistiram) e logo passam a morar na periferia ou na região metropolitana, deixando a região central da capital e seus bairros nobres como vitrine do contemporâneo e tecnológico *mundo legal*. É dado, contudo, a boa parte dos moradores de periferia, o importante, porém escuso papel de ser o elo entre o legal e o ilegal, compondo os processos que fazem parte de uma mesma dinâmica social (TELLES, 2018).

Na análise do subtipo Locus de Interpretação da Remoção Como Desejada, observamos sujeitos que não se opuseram à remoção, interpretando-a como uma boa oportunidade de transformação radical em sua vida. O caso de Antônio aponta para um imigrante português que optou por seguir o curso da vida sem os ativos que adviriam do contato com a colônia portuguesa no Rio Grande do Sul. Passando a ser mais um trabalhador que vive seu cotidiano, a partir de uma baixa renda, viverá “de aluguel”, viverá na favela. Ele mantém, ao longo de sua trajetória, uma relação de estranhamento, com a cultura dos brasileiros, daí a relação pensada nesta tese entre ele e o “homem marginal” de Robert Park (PARK, 1928). De certa forma, a idealização da vida em Portugal movimenta a sua procura por similaridades, inclusive em relação à moradia.

Observando a adaptação dos dois entrevistados (Keli e Antônio) que compõem esse subtipo na periferia, se apresenta para a discussão a questão da diversidade em relação às interpretações do *morar bem*. Morar longe dos centros urbanos deve ser levado em consideração pelas políticas públicas, é inclusive uma necessidade atrelada ao adensamento populacional (SOARES et al., 2015, p. 122). Contudo, dinâmicas de urbanização das franjas da cidade deveriam evitar a segregação dos sujeitos de baixa renda (favelas e loteamentos) e a “fortificação” dos sujeitos de alta renda (condomínios cercados/autossegregação).

Ainda em relação a esse subtipo, se observa que morar na periferia pode ser bom para muita gente, desde que englobe heterogeneidade. Como assevera Jane Jacobs, “as intrincadas combinações de usos diversos nas cidades não são uma forma de caos. Ao contrário, representam uma forma de organização complexa e altamente desenvolvida” (JACOBS, 2011, p. 145). As periferias precisam ser boas para o povo em geral: boa para o lazer, para se locomover e também boa para os negócios. Bairros que não sejam “monótonos ou estéreis” geram oportunidades de trabalho e de sociabilidade. Geram mais segurança e, com o tempo, formam sentido de vínculo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeira Consideração

A pesquisa aqui efetivada possibilita – tendo por base as análises das narrativas biográficas – perceber que a decisão de morar em uma favela geralmente é tomada por uma pessoa de renda baixa que opta por continuar interagindo na cidade, apesar das dificuldades. Essa opção tem raízes nos parâmetros da urbe, que são também os seus, uma vez que essa pessoa carrega consigo os traços da cultura ocidental, da civilização moderna.

Decisão tomada, já morando na favela, a pessoa finalmente tem os gastos um pouco amenizados em relação ao morar (uma necessidade humana, um direito, mas não de fato). Com o passar do tempo, ela vai se estabelecendo naquela esfera e, inclusive, costuma desapegar da tensão de viver em um lugar considerado “irregular”. Cria certo sentimento de segurança psicológica (MAGALHÃES, 2013) e, a partir daí, fortifica vínculos de identidade. Então, passa a viver focada em sua família (seja o formato que ela tiver), nos vizinhos, no lazer e no trabalho. Seu cotidiano, inevitavelmente, é entrelaçado com a zona urbanizada. Ela é uma consumidora, paga impostos, trabalha na construção civil, na loja ou na reciclagem de resíduos sólidos. Seja através do trabalho ou do lazer, compartilha com o “asfalto” as músicas, gírias e comportamentos da favela. Carolina de Jesus, uma escritora que trabalhou como catadora e morou em favela em meados do século XX, registou em seu diário: “cato papel, estou provando como vivo” (JESUS, 2000, p. 17). Essa tese seguiu trajetórias de pessoas como Carolina que apesar da forte segregação e desigualdade social, contribuem muito para as dinâmicas da cidade.

A pessoa que vivencia o fenômeno da ocupação em favelas está dizendo de forma subliminar: *achei um jeito de continuar na cidade*. Simples assim. Essas pessoas são sensíveis às luzes e dinâmicas das cidades, e têm muito que contribuir. Partindo desse pressuposto, uma pergunta fica em aberto: não deveria ser prioridade, na execução de projetos relacionados à moradia popular, mover mundos (desacomodando princípios globais) e fundos (reservando parte do PIB às políticas públicas voltadas à habitação, por exemplo) para não removê-las quando a remoção representa um fator negativo?

Segunda consideração

Nesta segunda consideração passamos a falar de algumas generalizações possíveis que surgiram sobre o fenômeno das remoções a partir da abordagem narrativa biográfica e que, talvez, possam contribuir com futuras políticas públicas que movam *mundos e fundos*.

Primeiramente há que ressaltar que as hipóteses formuladas, a partir das onze entrevistas, trouxeram ao objeto de estudo novas perspectivas e variadas inter-relações temáticas, envolvendo as dinâmicas relacionadas à moradia. Também foi possível dar profundidade ao fenômeno organizando a análise final temporalmente. Assim, abordou-se sobre o mundo da vida dos entrevistados e a relação com a moradia na infância, juventude, e vida adulta, sendo o fenômeno da remoção observado na trama das dinâmicas relacionadas ao *morar e se mudar*.

Para além do passado, e do momento da mudança, foi possível entender as novas dinâmicas que surgiram depois da remoção. Consideramos que, justamente por focar nos pressupostos para a compreensão das motivações em relação às interpretações, é que foi possível apresentar, com mais profundidade, a agência dos biografados durante e após o fenômeno estudado. Porque, independente de aceitar ou não a mudança, eles foram e ainda são os sujeitos dos rearranjos e dos embates com os agentes do governo após a remoção. Foram sujeitos, por exemplo, em mostrar as falhas nos novos loteamentos de “habitação de interesse social”, sendo uma delas a homogeneização dos projetos. A agência dos entrevistados em suas trajetórias e dinâmicas em relação ao habitar, nos faz pensar na importância que deveria ser dada a sua participação ativa em projetos que lidam com o desafio de pensar em espaços de moradia, inclusive focando na possibilidade de autorregulação, com a entrega de lotes urbanizados, sem as casas monótonas (SANT’ANA, 1997).

Nesta tese, para a análise do protagonismo dos moradores de favela em relação à moradia, se fez importante o estudo de algumas categorias sociais como casa, trabalho, arranjos familiares e comunidade/território. Os estudos que abordam tais categorias nas ciências humanas, referenciados ao longo da tese, foram fundamentais para que tratássemos da diversidade interna desse fenômeno partindo do campo de significação e ação das pessoas e seus estoques de conhecimento (SCHÜTZ & LUCKMANN, 1972).

Além de tratar do indivíduo e da diversidade, também realizamos uma análise tipológica referente à interpretação do fenômeno da remoção compulsória de moradia que parte da “dialética constituinte entre o individual e o geral” (ROSENTHAL, 2014, p. 90). A

organização de tipicidades possíveis resultou no agrupamento de casos semelhantes, independente dos contextos espaciais de cada entrevistado, moradores de quatro favelas distintas. Temos, assim, a concepção de dois tipos de interpretação:

- Tipo Exedra - Interpretação da remoção como *complementariedade* da dinâmica social criada ao longo da vida
- Tipo Locus - Interpretação da remoção como *transformação* da dinâmica social criada ao longo da vida.

O Tipo Exedra significa a remoção de moradia, na atitude natural, de forma mais fluida, pragmática. Os sujeitos que o compõem partem da perspectiva de que, aquela mudança em específico, poderia trazer-lhes vantagens para as dinâmicas sociais já conquistadas ao longo da trajetória. Cabe ressaltar que é justamente essa busca pela complementariedade que os leva a ações e reações, inclusive drásticas, ao questionar o que era tido como certo pelos agentes do governo envolvidos com a remoção.

O Tipo Locus, ao contrário, interpreta o fenômeno que está posto, que vai acontecer, como uma vivência que resultará em drástica transformação na trama do mundo da vida. Composto esse tipo estão os entrevistados que consideram essas mudanças radicais advindas da remoção como positivas, alavancando transformações consideradas necessárias. A esse grupo chamamos de Subtipo Locus de Interpretação da Remoção Como *Desejada*.

Já o Subtipo Locus de Interpretação da Remoção Como *Indesejada* interpreta a drástica mudança como destruturante negativa. Nesse subtipo, encontramos entrevistados para quem a moradia tem um sentido espacial mesclado completamente à representação de comunidade/território – a moradia é morada também de uma dinâmica comunitária. A vontade de manter a casa intacta em suas projeções quanto à remoção que virá, relaciona-se a necessidade de permanência da esfera em que vivem e, junto a ela, o sistema intersubjetivo de valores e normas de conduta.

Ao fim dessa tese percebemos que ambas as formas de interpretação aqui tipificada convergiram em agências criativas. Mesmo aqueles que se mantinham favoráveis à mudança reagiram e criaram estratégias para lidar com o que consideram negativo durante e após a remoção. Observou-se que estas estratégias se apresentam tanto em uma dimensão comunitária (como é o caso do movimento Chave por Chave), como ações pontuais protagonizadas por cada entrevistado e sua família em momentos de desacordo com as proposições dos representantes dos projetos de remoção e realocação. Diríamos que trazer para a análise esse protagonismo foi um importante passo para o propósito desta pesquisa.

A tipificação apresentada, se por um lado generaliza, por outro dá a ver a complexidade das temáticas que envolvem a casa e o habitar. Consideramos que a Pesquisa Biográfica Interpretativa nos conduziu na interação com essa complexidade a partir da casa enquanto experiência humana, relacionada a processo de sobrevivência, desenvolvimento individual e convivência. As narrativas possibilitam o contato com a dinâmica do morar e se mudar ao longo da vida. E foi a percepção sobre essa dinâmica que compuseram as análises em relação ao objeto desta tese.

A interação com a complexidade das vivências dos entrevistados ocorreu de forma a manter-se longe de hipótese pensadas a priori ao desenvolvimento da pesquisa biográfica interpretativa. Abordando por essa perspectiva, foi possível pensar em hipóteses ainda não elaboradas pelos pesquisadores das ciências humanas que abordaram o fenômeno estudado nesta tese. Destacamos aqui a análise dos sujeitos do Tipo Exedra. Para eles, a partir do estoque de conhecimento – envolvendo remoções na infância, processos migratórios, experiências com o morar na rua ou em abrigos – o *habitar* não se funde a determinados espaços. A remoção é interpretada como a possibilidade de realização de seus projetos particulares relacionados, por exemplo, à melhoria da acomodação da família ou à possibilidade de viver da aposentadoria. Esses projetos, diante da possibilidade de um reassentamento, tornam-se viáveis uma vez que os sujeitos do Tipo Exedra significam a casa com ênfase em seu valor de uso e no *bom negócio*.

Terceira Consideração

No mundo da vida Lian, ao pensar na sua casa e na dos outros, a maior parte do tempo não teoriza sobre o conceito de moradia da mesma forma que uma pressuposta pesquisadora teorizaria caso este fosse o seu objeto de estudo. Todavia, mesmo que a pesquisadora tivesse como tema de interesse a casa e o habitar, no cotidiano, em atitude natural, ela seguiria vivenciando esse espaço e o conceberia seguindo uma dinâmica similar à de Lian: sentindo a casa a partir de momentos intersubjetivos e utilizando de estratégias pragmáticas que englobam esquemas de tipificação (SCHÜTZ & LUCKMANN, 1972).

Acreditamos que essa tese contribui para a compreensão de que *o jeito* de Lian lidar com o habitar, de forma pragmática, não é, de maneira nenhuma, simples. Envolve lembranças, percepções sensoriais, e novas abordagens não antes cogitadas. Estas novas abordagens estão calcadas nas vivências do presente e também nas ações que Lian vem projetando ao longo do tempo. Assim, por exemplo, se, em algum momento de sua trajetória,

ela resolveu abandonar a casa e morar na rua é porque o seu estoque de conhecimento (fruto de experiências e aprendizagens sedimentadas), em interação com vivências presentes ou imaginárias, resultaram em projeções de abandonar a casa.

A partir desta tese, foi possível entender as dinâmicas entre projetar e agir e a importância da motivação. Esta, se apresenta como o elo entre o projetado e o passado e pode ter conexões com vários campos de vivência tais como: afeto, luto, trabalho, fome, maternidade, medo. Desses campos vivenciados em sociedade, vem a especificidade das trajetórias e a complexidade das interpretações dos sujeitos em relação a elas.

Lian é uma migrante que passou pelo fenômeno da remoção compulsória apenas como persona dessa tese, como um ser representativo, imaginário. Ela foi o elo entre o leitor e os biografados de carne e osso. Foram eles, os entrevistados, o principal pilar deste estudo que, antes de tudo, trouxe à luz o fenômeno social de morar e se mudar, que se apresenta em ciclos no mundo da vida e que vai formando o conhecimento à mão dos indivíduos. É justamente esse conhecimento que, normalmente esquecido por pesquisadores e agentes de políticas públicas, representa a base para as fundamentais agências criativas dos moradores de favela durante uma remoção compulsória de moradia.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, Nicolau da Silveira. **História do Município de Caçapava do Sul**. Santa Maria: Pallotti, 1980.
- ABREU FILHO, Silvio Belmonte. **Porto Alegre como cidade ideal**. Planos e Projetos Urbanos para Porto Alegre. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- ALFONSIN, Betânia de Moraes. **Da invisibilidade à regularização fundiária**. A trajetória legal da moradia de baixa renda em Porto Alegre – Século XX. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- _____. Da Escala Local à Escala Global: Tendências Hegemônicas de Privatização do Espaço Público e Resistências Contra-Hegemônicas em Porto Alegre. p. 79-100. **Revista da Faculdade de Direito UniRitter**, Porto Alegre, v.11, 2010.
- _____. *et al.* **Regularização da Terra e Moradia**. O que é e como implementar. São Paulo: Instituto Pólis, 2002.
- ALONSO, José Antônio. Gênese e Institucionalização da Região Metropolitana de Porto Alegre. **Textos para Discussão FEE**, Porto Alegre, n.29, 2008.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. **As características dos domicílios brasileiros entre 1960 e 2000**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2004.
- ALVES, Roberta Borghetti; KUHNEN, Ariane. BATTISTON, Márcia. “Lar Doce Lar”: Apego ao Lugar em Área de Risco diante de Desastres Naturais. **Psico**, Porto Alegre, v. 46, n. 2, p. 155-164, abr./jun. 2015.
- AMORE, Caio Santos; SHIMBO, Lucia Zanin, RUFINO, Maria Beatriz Cruz. **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros, Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- APITZSCH, Ursula. The Chances of the second Generation in Families of migrant Entrepreneurs. Quality of Life Development as a biographical Process. **Revue Européenne des Migrations Internationales**, v.21, n.3, p. 83-94, Poitiers, 2005.
- ARAÚJO, Gabriele de Oliveira. **Por que Criticam?** Etnografia do conflito pela moradia popular em tempo de Copa do Mundo FIFA na cidade de Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- ARISTOTELES. **Del Sentido y lo Sensible** - de la Memoria y el Recuerdo. Traducción del Griego y Prólogo de Francisco De Samaranch. Aguilar/Psikolibro. Disponível em: <<https://bibliotecas.cio.mx/indexseguro.php>>. Acesso em: 02.set.2018.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Arquitetura Comemorativa**. Porto Alegre: UNIARQ/UFRGS, 1999.

ASSOCIAÇÃO Viva o Centro. **A Rua no Centro: uma discussão sobre a rua e seus atores sociais**. São Paulo: Associação VIVA O CENTRO, 1995. Disponível em: <<http://www.vivaocentro.org.br>>. Acesso em: 28.nov.2018.

AZEVEDO, Aluísio. **Casa de Pensão**. São Paulo: Ática, 1989. Disponível em: <<http://www.culturatura.com.br/obras/Casa%20de%20Pens%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 08.fev.2017.

_____. **O Cortiço**. São Paulo: FTD, 2011.

BACHELARD, Gaston. **A poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BAIERLE, Sérgio G. **Um Novo Princípio Ético-Político: prática social e sujeito nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre nos anos 80**. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Departamento de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

BALTAR, Paulo Eduardo Andrade. Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, n.6, p. 75-111, jun.1996.

BARCELLOS, Tanya M. de. Região Metropolitana de Porto Alegre: expansão urbana e dinâmica imobiliária nos anos 90. **Índice Econômico FEE**, v.32, n.1, p. 65-90, Porto Alegre, maio 2004.

BARRETO, Maria Amália. Algumas reflexões sobre estilo de vida urbano. **Perspectiva**, UNESP, São Paulo: v.9/19, p. 169-176, 1987.

BARTOLOME, Leopoldo J.; WET, Chris *et al.* Displacement, Resettlement, Rehabilitation, Reparation and Development. **World Commission on Dams**. March.2000.

BARTOLOME, Leopoldo. Reasentamientos forzados y el sistema de supervivencia de los pobres urbano. **Ethnology - An international journal of cultural and social anthropology**. v. XXII, n. 3, jul.1984.

BARTOLOME, Leopoldo J. **Relocalizados: Antropologia Social de las Poblaciones Desplazadas**. Buenos Aires: Ediciones del Ides, 1985.

BAUER, Márcio André; CARRION, Rosinha da Silva Machado. Conflitos na gestão social do território: uma análise a partir da organização dos ilhéus em Porto Alegre. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n.3, Rio de Janeiro, jul./set. 2016.

BEATO, Claudio; ZILLI, Luís Felipe. Organização social do crime. In: LIMA, Sérgio de *et al.* **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar, a aventura da modernidade**. São Paulo: Schwarcz, 1992.

BERTAUX, Daniel. A vingança do curso de ação contra a ilusão cientificista. **Civitas** – Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 250-271, mai/ago, 2014.

BERTOLLI FILHO, C. **História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900-1950** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. Disponível em: <<http://books.scielo.org/>>. Acesso em: 29.nov.2018.

BILHÃO, Isabel Aparecida. **Identidade e trabalho : análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896-1920)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2005.

BIRKLAND, Thomas. **Focusing Events, Mobilization and agenda setting**. Journal of Public, v.18, n.1, p. 53-74, jan.1998.

BIRKMANN, Jörn; Teichman, Korinna *et al.* O risco não percebido para as zonas costeiras da Europa: Os tsunamis e a vulnerabilidade de Cádiz, Espanha. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.93, p. 129-165, Coimbra, jun.2011.

BORNHOLDT, Luciano Campelo. **Família Rural e Reprodução Social: Estudo de caso da UHE Quebra Queixo**. Dissertação (Mestre em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, 2003.

BORGES, Hélia; MARTINS, André. Migração e sofrimento psíquico do trabalhador da construção civil: uma leitura psicanalítica. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v.14, n.1, Rio de Janeiro, 2004.

BORGES, Joamara Mota. **Políticas habitacionais, condições de moradia, identidade e subjetividade no Programa Minha Casa, Minha Vida em Águas Lindas de Goiás**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Brasília, Departamento de Geografia, Brasília, 2013.

BOSI, Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho “informal.” O caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.23, n.102, jun.2008.

BRANDHORST, Rosa María. Transnational families in Cuba and Germany: on the intersection between isolation, restrictions and agency. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, London: Routledge. 2014.

BRASIL. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Brasil em Síntese** – Porto Alegre/RS. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-egre/panorama>>. Acesso em: 28.ago.2018.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao Favela-Bairro. As políticas Públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba. ALVITO, Marcos (orgs.). **Um século de Favela**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BYRNE, David. Chaotic places or complex places? Cities in a postindustrial era. In: WESTWOOD, Sallie. WILLIAMS, John. **IMAGINING CITIES** scripts, signs, memory. London: Taylor & Francis e-Library, 2005.

CABALLERO, Indira Nahomi Viana. Notas sobre o processo de ambientalização do lixo em Porto Alegre/RS. **26ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Desigualdade na Diversidade. Belém, 2003.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: ed. 34, Edusp, 2000.

CAMPOS, Ana Maria Ferreira. Novos rumos da educação no Estado Novo: influência da abertura da economia portuguesa no pós-II Guerra Mundial no sistema de ensino português. **Encontro APHES**, Associação Portuguesa de História e Estudos Sociais, Coimbra, 2011.

CAPUTO, Ana Cláudia; MELO, Hildete Pereira. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. **Estudos Econômicos**, v.39, n.3, São Paulo, Jul./Set. 2009.

CARDOSO, Adalberto. Uma Utopia Brasileira: Vargas e a Construção do Estado de Bem-Estar numa Sociedade Estruturalmente Desigual. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 53, n. 4, p. 775 a 819, 2010.

CARDOSO, Adauto; ARAGÃO, Thêmis Amorim. ARAUJO, Flavia de Souza. Habitação de Interesse Social: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. **XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR**. Rio de Janeiro, maio. 2011.

CARDOSO, Fernando. **Exílios Testemunhos de exilados e desertores portugueses na Europa** (1961/1974). Lisboa, 2016.

Disponível em: <<http://aep61-74.org/wp-content/uploads/2015/10/LIVRODEXILIOS1-2%C2%AASITE1.pdf>>. Acesso em: 17.jan.2017.

CARDOSO, R.M. A infância e a adolescência abandonadas: laudos em processos do judiciário mineiro (1968-1984). **Memorandum**, Belo Horizonte, v.11, p. 71-84, 2006.

CARRION, Otilia Beatriz Kroeff. Mercado imobiliário e padrão periférico de moradia: porto alegre e sua região metropolitana. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 10, p. 225-250, 1989.

_____. Nova política habitacional: uma velha questão. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 18, n. 4. p. 292-300. Porto Alegre, FEE, 1991.

CARRION, Otilia Beatriz Kroeff. SCUSSEL, Maria Conceição Barletta. Condições de moradia e comprometimento da renda familiar com habitação e transporte na Região Metropolitana de Porto Alegre. **V Encontro Nacional de Economia Política / Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP)** - Fortaleza (CE), 20-23/junho/2000.

CARVALHO, Aghata Muller de. **Favela-Discurso: a constituição institucional do fenômeno**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Algumas lições do programa de erradicação do trabalho infantil. **São Paulo em Perspectiva**, n.18, v.4, p. 50-61, São Paulo, 2004.

CASTELLO, Lineu. A cidade dos lugares conversáveis. **Arqtexto**, n.16, Porto Alegre, 2008.

CECONELO, Alessandra Marques. KOLLER, Silvia Helena. Competência social e empatia: um estudo sobre resiliência com crianças em situação de pobreza. **Estudo de Psicologia**, v.5, n.1, p. 71-93, 2000.

CERVINI, Esther. A casa-ambiente. Anotações sobre arquitetura e psicanálise de Winnicott. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v.1, n. 3, p. 63-88, 1998.

CHAMBERLAYNE, Prue. BORNART, Joanna. WENGRAF, Tom. **The Turn to Biographical Methods in Social Science**. Comparative issues and examples. London, Routledge, 2000.

CHAUSSARD, Suelen Weiss. **Megaeventos e a Cidade: Reflexos Urbanos da Copa do Mundo 2014 na Região Metropolitana do Recife**. Dissertação (Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

CIPRIANI, Marcelli. Da “Falange Gaúcha” aos “Bala nos Bala”: a emergência das “facções criminais” em Porto Alegre/RS e sua manifestação atual. **Direito e Democracia**, Canoas v.17 n.1 p.105-130 jan./jun. 2016

CIURANETA, Sergi Quadrado. La metropolización del territorio en el cambio de siglo: dispersión metropolitana, urbanización del medio rural y transformación de los espacios turísticos en la Europa mediterránea. **Revista Bibliográfica de Geografía e Ciências Sociais**, Universidade de Barcelona. Barcelona, v. XXI, n.1, 25.mar.2016.

COELHO, Cláudia Bastos. **Melhorias habitacionais em favelas urbanizadas: impasses e perspectivas**. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CONTADOR, António Concorde. Consciência de Geração e Etnicidade: da segunda geração aos novos lusos-africanos. **Sociologia – Problemáticas e Práticas**, n. 26, p. 57-83, 1998.

COOK, Manuela. O fado, a fé e o filho. Missão patriótica ou escapismo à ditadura? **Lusotopie**, n.7, p. 107-121, 2000. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_2000_num_7_1_1361>. Acesso em: 27 fev. 2019.

CORREIO DO POVO. DEMHAB continua a construir casas de emergência. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 21.jul.1968.

CORREIO DO POVO. Assembleia Legislativa. Sustentada a necessidade de uma reforma de base na organização agrária para auxiliar o homem do campo. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 04.jul.1959.

CORREIO DO POVO. Iniciado, ontem, o 3º Período Legislativo da Capital – Íntegra do Relatório do Prefeito. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 06.abril.1950.

DAMATTA, Roberto. Sabe com quem esta falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In: DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DARTON, Robert. **O grande massacre de Gatos**. E outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, n.27, p. 19–52, 2008.

D'AVILA, Naida. **Demhab: com ou sem tijolos, a história das políticas públicas habitacionais em Porto Alegre**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 2000.

DAY, Graham; MILLER, Robert. . **The Evolution of European Identities**: Biographical Approaches. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 2000.

DENARI, Julianna Bueno. **“Batom na caveira”**: um estudo sobre as mulheres na Polícia Militar do Estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

DIAS, Bruno César Colombo. **Representações sociais acerca do reassentamento da vila chokolatão**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

_____ *et al.* **Representações sociais de papeleiros acerca do Trabalho e moradia**: o caso da vila chokolatão. *Psicologia e Sociedade*, p. 193-200, v.26, 2014.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Maloqueiro, de seu, não tem nem onde cair morto. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, 20.junho.1958.

DIAS, Glauco Marcelo Aguiar. **Batuques de negros forros em Porto Alegre: Um estudo sobre as práticas religiosas de origem africana na década de 1850**. Trabalho de Conclusão (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

DIRECÇÃO GERAL DO ENSINO PRIMÁRIO. Castigos pedagógicos. Escola portuguesa, Boletim de Acção Educativa, ano XII, n. 1.078, 10 dez. 1955. In: FERNANDES, Rogério. Da palmatória à internet uma revisitação da profissão docente. **Revista brasileira de história da educação**, Maringá, n.11, jan./jun. 2006.

DOVEY, Kimberly. Home and Homelessness. In: ALTMAN, I. *et al.* **Home Environments**. New York: Springer Science, 1985.

DUARTE, Alexandre Ambiel Barros Gil. Antropologia da performance: a liminaridade e as contradições do social. **VIII Seminário de Pesquisa em Ciência Humanas**: Londrina, Eduel, 2010.

DUARTE, L. F. D. Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In: Ribeiro, I. (Org). **Família e sociedade brasileira**: desafios nos processos contemporâneos. Rio de Janeiro: Fundação João XXIII, 1994.

DUARTE, Marise Costa de Souza. DUARTE Jr. Ricardo. A Questão da Justa Indenização nas Ações de Desapropriação por Utilidade Pública (Megaeventos Esportivos). **Revista de Direito Brasileira**, v.3, n. 2, 2012.

DUMONT, Tiago Vieira Rodrigues. Segregação Sócio Espacial e a Recente Política Urbana e Habitacional nas Cidades Brasileiras. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP**, Marília, ed. 13, maio. 2014.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **Deporte y ocio en el proceso de la civilizacion**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

ESCAMILLA, JORGE ALBERTO MONTEJANO. Nuevos Processos de metropolización del território. **Espacialidades**, v.3, n.2, jul. /dez. 2013.

Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/4195/419545120002/index.html>>. Acesso em: 08.abr.2018.

FABER, Marvin. Edmund Husserl e os fundamentos de sua filosofia. **Revista Abordagem Gestalt**, v.18, n.2, p. 235-245, Goiânia, dez. 2012.

FARIA, Teresa de Jesus Peixoto; FRANCISCO, Quésia de Souza. **Territórios da Espera e Tempos da Política**: um estudo sobre concepções e práticas políticas no âmbito dos programas sociais de habitação em Campos dos Goytacazes-RJ. 18º Congresso Brasileiro de Sociologia. Grupo de Trabalho: 29: Governo, subjetividades e gestão de populações: mudanças e perspectivas nas periferias. Brasília, 26-29.jul.2017.

FARKAT, Diógenes, Maria Caroline; BENTES SOBRINHA, Maria Dulce Picanço. **Reassentamentos de famílias em projetos de habitação social: avaliação do Projeto Planalto II**, Natal /RN. III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo arquitetura – Cidade e projeto: uma construção coletiva, São Paulo, 2014.

FEDOZZI, Luciano; SOARES, Paulo Roberto Rodrigues; MAMMARELLA, Rosetta. Dinâmica da metropolização brasileira: investigação da Região Metropolitana de Porto Alegre no período 1980-2010. In: FEDOZZI, Luciano Joel; SOARES, Paulo Roberto R. **Porto Alegre: Transformações na Ordem Urbana**. Observatório das Metrôpoles/Letra Capital, Porto Alegre, 2015.

FEDOZZI, Luciano Joel; SOARES, Paulo Roberto R. Porto Alegre e sua região metropolitana no contexto das contradições da metropolização brasileira contemporânea. **Sociologias**, ano 18, n.42, p. 162-197, Porto Alegre, mai./ago. 2016.

_____. (orgs.). **Porto Alegre: Transformações na Ordem Urbana**. Observatório das Metrópoles/Letra Capital, Porto Alegre, 2015.

FERNANDES, Florestan. Tiago Marques Aipobureu: a Bororo on the margins. **Tempo Social** - Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 293-323, nov.2007.

FERNANDES, Rogério. Da palmatória à internet uma revisitação da profissão docente. **Revista brasileira de história da educação**, Maringá, n.11, jan./jun. 2006.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. O estatuto do trabalhador rural: ideologia e realidade. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, 1976.

FÉTEIRA, João Pedro Frazão Silva. **O plano dos centenários** – as escolas primárias (1941–1956). Dissertação (Mestrado em História da Arte Contemporânea) – Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa, 2013.

FLEISCHER, Soraya; BATISTA, Monique. O tempo da falta e o tempo da bonança: experiências de cronicidade na Guariroba, Ceilândia/DF. **Anuário Antropológico/2012**, UnB, v. 38, n.2, p. 195-224, Brasília, 2013.

FLEURY, Lorena Cândido. ALMEIDA, Jalcione. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo v. XVI, n. 4, p. 141-158, out./dez. 2013.

FONSECA, Claudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**, v.14, n.2, p.50-59, São Paulo, maio/ago.2005.

_____. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares** - Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

FRANCO, Maria Helena Pereira. MAZORRA, Luciana. Criança e luto: vivências fantasmáticas diante da morte do genitor. **Estudos de Psicologia**, v. 24, n.04, p. 503-511, Campinas, out/dez. 2007.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Gente e Espaço de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.

FREITAS, Luis Fernando Vasconcelos de. Profavela: conquistas e Limites do Movimento Favelado em Belo Horizonte na Transição Democrática na Década de 1980. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro v. 10, n. 2, p. 988-1022, 2018.

FRIED, Marc. Grieving for a Lost Home. Psychological Cost of Relocation. In: WILSONQ, Q. **Urban Renewal: The Record and the controversy**. THE M.L.T Press: London, 1968

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. **Revista de Antropologia**, v.48 n.1, p. 133-165, São Paulo Jan./Jun. 2005.

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. **São Paulo: espaços públicos e interação social**. São Paulo: Marco Zero, 1995.

FØLLESDAL, Dagfinn. **Husserl's Notion of Noema**. The Journal of Philosophy, vol. 66, n. 20, 1969, p. 680–68. JSTOR, JSTOR, Disponível em: <www.jstor.org/stable/2024451>. Acesso em: 02.jun.2018.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Déficit habitacional no Brasil 2013-2014**. Belo Horizonte, FJP, 2016.

GAFFNEY, Erick S. O.; GAFFNEY, Christopher. **Mega-eventos esportivos: reestruturação urbana para quem?** Rio de Janeiro: FASE, 2010.

GANS, Magda Roswita. Presença Teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889). In: **Cadernos Porto & Vírgula**, n. 18, Porto Alegre. Dissertações e Teses III, Porto Alegre, 2000.

GARCÍA, José M. González. Weber y Gerog Simmel: dos teorías sociológicas de la modernidad. **Reis - Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, Madrid, n. 89, p. 73-95, 2000.

GERTH, H.H.; e MILLS, C. Wright. Introdução. In: WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: JC Editora, 1982.

GIL, Lorena. **O mal do século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS), 1890-1930**. Pelotas: Educat. 2007.

GIULIANI, Gian Mário . NEO-RURALISMO: o novo estilo dos velhos modelos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. ANPOCS, São Paulo, 1990. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_14/rbcs14_05.htm>. Acesso em: 03.jan.2019.

GLASSER, Barney G. STRAUSS, Anselm L. **The Discovery of Grounded Theory: strategies for qualitative research**. New Brunswick: Aldine, 2006.

GOLDBERG, Chad Alan. Robert Park's Marginal Man: the career of a concept in american sociology. **Laboratorium**, St. Petersburg, Centre for Social Research (CISR), v.4, n. 2, p. 199-217, 2012.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOMES, Luciano Costa. **Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós Graduação em História, Porto Alegre, 2012.

GOMES, Paula. Emprego doméstico e a arquitetura da desigualdade. **Ciência e Cultura**, v.68, n.2, p. 64-65, São Paulo, abr./jun.2016.

GRAÇA, Luis. Os 50 anos da guerra colonial, a lusofonia, a cooperação e a saúde pública. **Revista Portuguesa de Saúde Pública**, Lisboa, v.29, n.1, jan. 2011.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **Ensino Jurídico e Política Partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História. Niterói, 2005.

GUEDES, André Dumans. Construindo e estabilizando cidades, casas e pessoas. **Mana**, Rio de Janeiro, v.23, n.3, p. 403-435, set./dez.2017.

GUIA, George Alex; CIDADE, Lúcia Cony Faria. Segregação residencial e reprodução das desigualdades socioespaciais no aglomerado urbano de Brasília. **Caderno MetrÓpole**, São Paulo, v. 12, n. 23, pp. 145-168, jan./jun.2010.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Cartografia, Arqueologia e História das Minas Gerais (Séculos XVIII e XIX). **Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica**. Paraty, 13.mai.2011.

GURWITSCH, Aron. The Collected Works of Aron Gurwitsch (1901-1973) – Vol. III. **The Field of Consciousness: Phenomenology of Theme**. New York: Springer, 2009.

GUTTERRES, Anelise dos Santos. **A resiliência enquanto experiência de dignidade: antropologia das práticas políticas em um cotidiano de lutas e contestações junto a moradoras ameaçadas de remoção nas cidades sede da Copa do Mundo 2014 (Porto Alegre, RS e Rio de Janeiro, RJ)**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

HAKKARAINEN, Kai. PAVLOVA, Sami. Three Abductive Solutions to the Meno Paradox – With Instinct, Inference, and Distributed Cognition. **Studies in Philosophy and Education**. july.2005. Disponível em: <<http://www.helsinki.fi/science/commens/>>. Acesso em> 24.jul.2018.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. **Revista Maná** - Estudos de Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS-Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p. 07-25, 1997.

HAUGE, Åshild Lappegard. **Housing and Identity**. The meaning of housing in communicating identity and its influence on self-perception. Thesis for the degree of Philosophiae Doctor Trondheim, Norwegian University of Science and Technology Faculty of Architecture and Fine Art Department of Architectural Design and Management, May 2009.

HEIDEGGER, Martin. Construir, Habitar, Pensar. **Segunda Reunião de Darmstadt**. Vortäge und Aufsätze, G.Neske, Pfullingen, 1954. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/wp-content/uploads/2016/12/heidegger_construir_habitar_pensar.pdf>. Acesso em: 02.mai.2018.

HERRLEIN Jr. Ronaldo. A trajetória do desenvolvimento capitalista no Rio Grande do Sul. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v.23, Número Especial, p. 645-668, 2002.

HIRSCHMAN, Albert. **Saída, Voz e Lealdade**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

HITA, Maria Gabriela. **A Casa das mulheres n'outro terreiro: famílias matriarcais em Salvador**. Salvador: EDUFBA, 2014.

HOFFMANN, Michael. ¿Hay una "lógica" de la abducción?. **Analogia filosófica**, v. 12, n.1, p. 41-56, 1998. Disponível em: <<http://www.unav.es/gep/>>. Acesso em: 24.jul.2018.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Novo Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

HISPAGNOL, Isabela Garcia Rosa; MARRAS, Cibele Martins de Oliveira. O processo de luto em populações de risco. **Anais da V Jornada de Psicologia no Hospital Municipal do Campo Limpo**, vol.1, num.6. São Paulo: Editora Blucher, 2015.

HUSSERL, Edmundo. **A ideia da fenomenologia**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1989.

_____, Edmundo. **Conferências de Paris**. Covilhã: Lusofia Press, 2018. Disponível em: <www.lusofia.net>. Acesso em 09. Mai.2018.

IANNI, Octavio. Uma Longa Viagem. **Tempo Social**, São Paulo, v. 16, n.1, p. 153-166, jun.2004.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, n.18, v.37, p. 24-44, Porto Alegre, 2012.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida nas Grandes Cidades**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

JESUS, Tatiana Brum de. **Um Dique no Meio do Caminho: Processos de Reassentamento e a Intersetorialidade das Políticas Sociais**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

JOVCHELOVITCH, Sandra; MARTIN, W. **Narrative interviewing** [online]. London: LSE Research Online, 2000. Disponível em: <<http://eprints.lse.ac.uk/2633>>. Acesso em: 02.maio.2018.

JUNQUEIRA, Eliane Botelho; RODRIGUES, José Augusto de Souza. Pasárgada revisitada. **Sociologia Problemas e Práticas**, n.12, p. 09-17, Lisboa, 1992.

KASPER, Christian Pierre. **Habitar a Rua**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.

KAZTMAN, Rúben. La calidad de las relaciones sociales en las grandes ciudades de América Latina: viejos y nuevos determinantes. **Pensamiento Iberoamericano**, Madrid, n.1, segunda época, p. 177-205, 2007.

_____. **Activos y estructuras de oportunidades**. Estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay. Montevideo: CEPAL/PNUD, 1999.

KELLE, Udo; KLUGE, Susan. **Do caso específico ao tipo**. Comparação e contraste de caso na pesquisa qualitativa. Wiesbaden: VS, 2010.

KOHARA, Luiz Tokuzi. **Relação entre as condições de moradia e o desempenho escolar**. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

KONFLANZ, Celso. A moderna tradição gaúcha. Um estudo sociológico sobre o Tradicionalismo Gaúcho. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. **Novos Estudos CEBRAP**, nº 63, julho, 2002.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo, Perspectiva 1962.

LAGEMANN, Eugenio. O setor coureiro-calçadista na história do Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.7, n.2, p. 69-82, 1986.

LAGO, Luciana Correa do. Autogestão na superação da periferia urbana: conflitos e avanços. **Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, n.5, ano 2, junho.2011.

LAGO, Luciana Corrêa do; CARDOSO, Adauto Lucio. Dinâmica imobiliária: as classes sociais e a habitação. p. 354-389. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **RIO DE JANEIRO: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2015.

LAINS, Pedro. O Estado e a industrialização em Portugal, 1945-1990. **Análise Social**, Lisboa, v. XXIX, n.128, p. 923-958, 1994.

LIMA, Marcia Azevedo. **Padrões Espaciais de Localização dos Empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida**: impactos na qualidade da habitação social e satisfação dos moradores. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

LIMA, Marcus. VALA, Jorge. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estudos de Psicologia**, n.9, v. 3, p. 401-411, 2004.

LIMA, Maria Helena Costa Carvalho de Araújo. **Considerações sobre a família multiespécie**. Disponível em: <http://eventos.liverra.com.br/trabalho/98-1020766_01_07_2015_11-07-22_5164.PDF>. Acesso em: 07 maio 2017.

LIMA, Vanessa Rodrigues; KOVÁCS, Maria Julia. Morte na Família: Um Estudo Exploratório Acerca da Comunicação à Criança. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília, n.31, n.2, p. 390-405, 2011.

LOPES, Selva Paraguassu. SOUZA, Luzia Silva. **Eja: uma educação possível ou mera utopia?** Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/105510649/EJA-UMA-EDUCACAO-POSSIVEL-OU-MERA-UTOPIA>>. Acesso em: 03.set.2016.

LUDWIG, Kamila Silva de Almeida. **Filhos da violência conjugal: pesquisa biográfica com órfãos.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Apontamentos Metodológicos. In: SILVA, Luiz Antonio Machado da (org). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira/FAPERJ, 2008.

_____. “Violência urbana”, segurança pública e favelas - o caso do Rio de Janeiro atual. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300, Maio/Ago. 2010.

MAGALHÃES, Alexandre. Entre o Legal e o Extralegal. A Reatualização da Remoção de Favelas no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, ANPUR, v.14, n.1, mai.2012.

MAGALHÃES, Alexandre Almeida de. **Transformações no “problema favela” e a reatualização da “remoção” no Rio de Janeiro.** Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no Pedaco.** São Paulo, Brasiliense, 1984.

MALLÉN, Rubén Alonso; *et al.* Casa + o -. La vivienda como proceso. **Taller capital y territorio. ¿la construcción de un sueño?** Universidad Internacional de Andalucía. Sevilla, maio/out.2009.

MALLMANN, Ana Maria Monteggia. **Vila Nova.** Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre/Trama Comunicação, 1991.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: Marialice M. Foracchi (org). Karl Mannheim: **Sociologia.** São Paulo: Ática, 1982.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, IEA USP, v.17, n.48, p.151-166, São Paulo, 2003.

_____. As ideias fora do lugar, e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos.** Coleção Zero à esquerda, Petrópolis: Vozes, 2000.

MARIZ, Cecília L. O Estrangeiro e o Homem Moderno. **Cadernos de Estudos Sociais**, Fundação Anísio Teixeira, v. 4, n. 01, p. 85-94, 1988.

MAMMARELLA, Rosetta; *et al.* Estrutura Social e Organização Social do Território: Região Metropolitana de Porto Alegre – 1980-2010. In: FEDOZZI, Luciano Joel; SOARES, Paulo

Roberto R. **Porto Alegre: Transformações na Ordem Urbana**. Observatório das Metrópoles/LetraCapital, Porto Alegre, 2015.

MARGARITES, Gustavo. Políticas urbanas em contextos de megaeventos esportivos: a formulação da política habitacional para a duplicação da avenida tronco em Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MARTÍNEZ, Emilio. Introducción de Emilio Martínez. In: PARK, Robert Erza. **La ciudad y otros ensayos de ecología urbana**. Barcelona: Serbal, 1999.

MARQUES, António Pedro Sousa. **Actores, Estratégias e Desenvolvimento Local**. Conflitos e Consensos no Município de Palmela no Limiar do Século XXI. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Évora, Évora, 2006.

MARQUES, Eduardo, SCALON, Celi. OLIVEIRA, Maria Aparecida. Comparando Estruturas Sociais no Rio de Janeiro e em São Paulo. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v.51, n.1, p. 215 a 238, Rio de Janeiro, 2008.

MARZULO, Eber Pires. **Espaço dos Pobres. Identidade social e territorialidade na modernidade tardia**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MATOZZI, Marina. **Portugueses de torna-viagem**. A representação da emigração na literatura português. Tese (Doutorado em Patrimônios de Influência Portuguesa) – Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2016.

MAZO, Dalia Martín. LÓPEZ, Julián Paniagua. Narcotráfico y paternalismo en Río de Janeiro. **Política y Sociedad**, v. 46, n.1, p. 205-219, Madrid, 2009.

McCALLUM, Cecília. BUSTAMANTE, Vania. Parentesco, gênero e individuação no cotidiano da casa em um bairro popular de Salvador da Bahia. **Revista Etnográfica**, v. 16 (2), 2012.

MEDEIROS, João Gabriel Toledo. **A tuberculose em Porto Alegre 1896 a 1924**: um estudo da mortalidade. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

MEDIEROS, Laudelino. **Vilas de Malocas – ensaio de sociologia urbana**. Porto Alegre: UFRGS, 1951.

MELCHIORS, Lúcia C. WAGNER, César. Considerações sobre a distribuição espacial e territorial do Programa Minha Casa, Minha Vida na Região Metropolitana de Porto Alegre. **3º Congresso Internacional: sustentabilidade e habitação de interesse social**. Porto Alegre, 28-30.abril.2014.

MÉLEGA, Roberta Pelella. **À Margem das Culturas**: um estudo de casos de índios Brasileiros Marginais. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MELO, Erick Silva Omena. Megaeventos esportivos e movimentos sociais: impactos sobre os processos de mobilização e participação popular nas políticas públicas. **36º Encontro Anual da ANPOCS GT 09 – Esporte e Sociedade**. São Paulo: 2012.

MELO, João de. **Os Anos da guerra, 1961-1975**: os portugueses em África : crónica, ficção e História. Lisboa, Editora Dom Quixote, 1988.

MENEZES, Daiane Boelhouver. Provisão de habitação de interesse social nos municípios gaúchos: resultados de programas federais entre 2007 e 2016. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, 2017.

MENEZES, Naida. Movimentos sociais e as especificidades do movimento de lutas nos bairros vilas e favelas. **Conversas e Controvérsias**, v. 3, n.2. Porto Alegre, 2016.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Phenomenology of Perception**. London: Routledge, 2012.

MIAGUSKO, Edson. **Movimentos de Moradia e Sem-Teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Laços perigosos entre machismo e violência. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n.1, p. 18-34, 2005.

MITTELMANN, Rafael. **Regularização Fundiária – A experiência de Porto Alegre**. Boletim Gaúcho de Geografia, Porto Alegre, v.26, n.1, 2000.

MONTEIRO, Charles. Crônica e Cidade: a Porto Alegre dos anos 1970 entre a nostalgia da cidade perdida e a cidade labirinto. In: BOTELHO, Denilson. **História e Cultura Urbana: a cidade como arena de conflitos**. Rio de Janeiro: Multifoco/Edufpi, 2015.

_____. Porto Alegre no século XX: crescimento urbano e mudanças sociais. In: DORNELLES, Beatriz (org). In: **Porto Alegre em destaque**. História e Cultura. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

MOÇO, Diogo Manuel Simões Roque. **Prisioneiros na Índia 1961-1962**. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Universidade de Lisboa, Departamento De História. Lisboa, 2012.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. As Teorias Urbanas e o Planejamento Urbano no Brasil. In: DINNIZ, C.C.; CROCCO, M.B (orgs.). **Economia regional: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 61-85.

MOROSO, Karla. MÜLLER, Cristiano. Megaeventos, Desenvolvimento e Violações aos Direitos Humanos em Porto Alegre. In: SOARES, Paulo Roberto Rodrigues [org.]. **Porto Alegre: os impactos da Copa do Mundo 2014**. Porto Alegre: Deriva, 2015. p. 255-284.

MUSSI, Luciana Helena; CÔRTE, Beltrina. O significado “afetivo” daquilo que chamamos “casa”: Uma reflexão através do cinema. **Caderno Temático Kairós Gerontologia**, São Paulo, n.8, p. 231-242, nov.2010.

- NAIPAUL, V. S. **Uma casa para o senhor Biswas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- NATALINO, Marco Antonio Carvalho. **Carrinheiros: cotidiano e itinerários urbanos de catadores de lixo da Vila Cruzeiro em Porto Alegre**. Revista *Illuminuras*, v.4, n.7, 2003. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/issue/view/773>>. Acesso em: 31.out.2014.
- NORBERG-SCHULZ, Cristian. O fenômeno do Lugar. In: NESBITT, Kate. **Uma nova agenda para a arquitetura**. São Paulo: Cosac Naif, 2006.
- NORGREN, Maria de Betânia Paes; *et al.* Satisfação conjugal em casamentos de longa duração: uma construção possível. **Estudos de Psicologia**, n.9, v.3, p. 575-584, 2004.
- OLIVEIRA, Cyntia Meireles de; REBELLO, Fabrício Khoury; SANTOS Marcos Antônio Souza dos; SANTANA Antônio Cordeiro de. Usina hidrelétrica de Belo Monte: Percepções dos atores locais quanto aos impactos socioeconômicos e ambientais. **Revista Espacios**. Caracas, v. 37, n.12, 2016.
- OLIVEIRA SOBRINHO, Afonso Soares de. São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade. **Sociologias**, Porto Alegre, p. 210-235, ano 15, n. 32, jan./abr. 2013.
- OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e Mudança Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2008.
- ONATE, Alberto Marcos. **Ficção e tempo na filosofia de Edmund Husserl**. Porto Alegre: Edipucrs, 2016.
- PASCKES, Maria Luisa Nabinger de Almeida. Nota Sobre os Imigrante Portugueses no Brasil (Sécs. XIX E XX). **Revista História**, São Paulo, n. 123-124, p. 35-70, ago./jul., 1990/1991.
- PARK, Robert Erza. Human migration and the marginal man. **The American Journal of Sociology** - University of Chicago Press. Chicago, v. XXXIII, n.6, p. 881-893, 1928.
- _____. **La ciudad y otros ensayos de ecología urbana**. Barcelona: Serbal, 1999.
- PASSOS, Cristina; LIMA, Rubens Soares de. Tendências da indústria gaúcha nos anos 90: sintonias e assimetrias. In: FLIGENSPAN, Flávio (coord.). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000.
- PATEL, Gitanjali. A Linguagem da Favela. Parte 1: **Resistência, Cultura e Identidade**. Rio on Watch, 23.fev.2015. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=13450>>. Acesso em: 25.mai.2015.
- PAVLOVA, Sami. Abduction Through Grammar, Critic, and Methodeutic. In: **Transactions of the Charles S. Peirce Society: A Quarterly Journal in American Philosophy** 40(2), 245-270, 2004. Disponível em: <<http://www.helsinki.fi/science/commens/>>. Acesso em 27.jul.2018.

PEDROSO, Luciano Fernandes. **O Espaço cotidiano dos agregados sociais da Praça da Alfândega em Porto Alegre-RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PEIRCE, Charles Sanders. **The Collected Papers of Charles Sanders Peirce**. Reproducing v. I-VI 1931-1935, v. VII-VIII 1958. Cambridge, MA: Harvard University Press. Disponível em: <<https://colorysemiotica.files.wordpress.com/2014/08/peirce-collectedpapers.pdf>>. Acesso em: 28.jul.2018.

PEREIRA, Vitor. **A ditadura de Salazar e a emigração**. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, s/d. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/33384432/intro_temas_e_debates.pdf>. Acesso em: 27. Jan.2017.

PEREZ, Daniel Omar. **Por que nos identificamos?** Filosofia Ciência e Vida, 12.jun.2017. Disponível em: <<http://filosofiacienciaevida.com.br/por-que-nos-identificamos/>>. Acesso em: 9.set.2017.

PERLMAN, Janice E. **O Mito da Marginalidade**. Favelas e Política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra. **Emergência dos Subalternos**. Porto Alegre, Editora da Universidade \UFRGS- FAPERGS, 1989

_____. Sandra Jatahy. Lugares malditos. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPHU, v.19, n.37, set.1999.

_____. **Porto Alegre Caricata**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1994.

PICCOLO, Fernanda Delvalhas. Se deixar a droga levar, bah! Etnografia das sensações e do percurso das drogas no corpo de usuários porto-alegrenses. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, Ano 16, n.16, p. 131-164, 2000.

PINA-CABRAL, Joao. **Agnatas, vizinhos e amigos: variantes da vicinalidade em África, Europa e América**. Revista de Antropologia, v. 57 (2). São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://kar.kent.ac.uk/58549/1/JPC%20vicinalidades.pdf>>. Acesso em: 17.08.2017.

PÔRTO, Ângela. Representações sociais da tuberculose: estigma e preconceito. **Revista de Saúde Pública**, n.41, p. 43-49, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007.

PREFEITURA Municipal de Porto Alegre. **Anais da Câmara de Vereadores**. Porto Alegre, Volume IV, 1993.

PREFEITURA Municipal de Porto Alegre. **Belém Velho – Memória dos Bairros**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1994.

PREFEITURA Municipal de Porto Alegre. DEMHAB. **Malocas**. Diagnóstico evolutivo das sub-habitações no Município de Porto Alegre, Rs. Porto Alegre: Departamento Municipal de Habitação, 1973.

PREFEITURA Municipal de Porto Alegre. DEMHAB. **Levantamento universal e as necessidades sócio-habitacionais de Porto Alegre**. Porto Alegre: DEMHAB, 1966.

PREFEITURA Municipal de Porto Alegre. DEMHAB. **Inventário – 1961/1962**, Porto Alegre, 1962.

PREFEITURA Municipal de Porto Alegre. DEMHAB. **Relatório Anual**, 1967. Porto Alegre, 1997.

PREFEITURA Municipal de Porto Alegre. Secretaria Municipal da Cultura. **Lomba do Pinheiro** – Memória dos Bairros. Porto Alegre: Unidade Editorial, 2000.

PRIES, Ludger. “The approach of transnational social spaces: responding to new configurations of the social and the spatial”. In: PRIES, L. (org.) **New Transnational Social Spaces** – International migration and transnational companies in the early twenty-first century. London: Routledge, 2001.

QUADROS, Elton. A Questão da Memória em Aristóteles e Agostinho – Uma Leitura a Partir de Paul Ricoeur. **Scintilla**, Curitiba, v. 13, n. 2, p. 47-62, jul./dez. 2016.

QUEIROS FILHO. Alfredo Pereira. As definições de assentamentos precários e favelas e suas implicações nos dados populacionais: abordagem da análise de conteúdo. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, n. 7, v. 3, p. 340-353, set./dez. 2015.

QUINTANA, Ana Carolina. HACON, Vanessa. O desenvolvimento do capitalismo e a crise ambiental. **O Social em Questão** - Ano XIV - nº 25/26, p. 427-444, Rio de Janeiro, PUR-Rio, 2011.

RABINOVICH, Elaine Pedreira. **Vitrinespelhos transicionais da identidade**: um estudo de moradias e do ornamental em espaços sociais liminares brasileiros. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, São Paulo, 1996.

RAGO, Margareth. GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (orgs). **Narrar o Passado, Repensar a História**. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2014.

RAIMUNDO, Filipa. A Justiça de Transição e a Memória do Autoritarismo em Portugal. **Revista Contemporânea**, Lisboa, Ano 5, n.7, 2015.

RECA, Inés. **Familias nucleares pobres: vulnerabilidades y fortalezas**. Santiago de Chile: U.ARCIS, 1996.

REIF, Karina Schuh. **Em liberdade**: narrativas biográficas de mulheres com experiências de encarceramento. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Segregação Residencial e Políticas Públicas. Análise do Espaço Social da Cidade na Gestão do Território. **Cidades** - Comunidades e Territórios, ISCT, Lisboa, n.6, p. 33-50, jun. 2003.

RIBEIRO, Edson Leite. SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da. O fenômeno do sprawl urbano e a dinâmica de segregação socioespacial. **AU Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n. 185, ago. 2009.

Disponível em: <<http://au17.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/185/artigo149628-1.aspx>>. Acesso em 09.out.2017.

RIBEIRO, Margarida Calafate. RIBEIRO, António Souza. Os netos que Salazar não teve: guerra colonial e memória de segunda geração. **Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF**, v.5, n.11, nov.2013.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Papirus: Campinas, 1995.p. 26.

RINALDI, Débora. **A interpretação da catação pelos catadores: um estudo biográfico**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, Porto Alegre, 2018.

RIZZINI, Irene. FONSECA, Claudia. **As meninas e o universo do trabalho doméstico no Brasil**. Aspectos históricos, culturais e tendências. San Isidro: OIT: 2002.

ROLNIK, Raquel; *et al.* O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Caderno MetrÓpole**, São Paulo, v.17 n.33, May.2015.

ROSA, Claudia Dias. O pai e a tendência antissocial: considerações a partir da psicanálise de Winnicott. **Revista Natureza Humana**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 178-196, jul./dez. 2017.

ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. **Análise Social**, Lisboa, v. XXXV, n.157, p. 1031-1054, 2001.

ROSENTHAL, Gabriele. **História de Vida Vivenciada e História de Vida Narrada**. Pesquisa social interpretativa: uma introdução. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

_____, Gabriele. **Pesquisa social interpretativa: uma introdução**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

ROSSELIN, Céline. Pratiques habitantes dans des logements d'une seule pièce. **Communications**, n. 73, p. 95-112, 2002.

ROSSETI, Eduardo Pierrotti. Morar brasileiro. Impressões e nexos atuais da casa e do espaço doméstico. **Arquitextos** Arquitetura e mídia, Porto Alegre, ano 15, jun.2014.

RUFFATO, Luiz. **Eles eram muitos Cavalos**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SALATA, André. Inequalities and the Brazilian New Democracy: Income Distribution Between Classes in Recent Decades. **Sociologia & Antropologia**, v.6, n.1, abril.2016.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2238-38752016000100181&script=sci_abstract>. Acesso em: 25.nov.2016.

_____. Segregação Urbana e Reprodução das Desigualdades Sociais: um estudo sobre os atuais bairros pobres urbanos e sua influência na trajetória de seus moradores. **Estudos E Pesquisas em Psicologia**, UERJ, RJ, v. 7, n. 2, p. 236-242, ago. 2007.

SANCHEZ, Keila de Oliveira Lisboa; FERREIRA, Noeli Marchioro. Reorganização do sistema familiar na condição do câncer. **Ciência Cuidado e Saúde**, v.10, n. 3, p. 523-532, Maringá, jul./set; 2011.

SANCHEZ, Nanashara D'Avila. **Políticas de Habitação Popular no centro de Porto Alegre/RS**: entre o Estado e a organização social. XVII ENANPUR, São Paulo, 2017.

SANSI, Roger. Feitiço e fetiche no Atlântico moderno. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 51, n 1, 2008.

SANT'ANA, Maria Helena. **Vila Cai-Cai**: a lógica da habitação reciclável – estudo da organização do espaço e do tempo em uma vila em remoção em Porto Alegre, RS. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

SANTOS, Boaventura de Souza. Notas sobre a história jurídico-social de Pasárgada. In: SOUZA Jr., J. G. (org.). **Introdução crítica ao direito**. Brasília, UnB, 1993.
Disponível em: <www.geocities.ws/b3centaurus/livros/s/boavpassar.pdf>, acesso em: 11.jul.2017.

SANTOS, Hermílio. Ação, Relevância e Interpretação Subjetiva. **Estudos de Sociologia – PPGS/UFPE**. Recife, v.1, n.18, 2012.

_____. Apresentação à edição brasileira. Relevância e ação em reconstruções biográficas. In: ROSENTHAL, Gabriele. **Pesquisa social interpretativa: uma introdução**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

_____. Mulheres como autoras de violência: Evidências e agenda de pesquisa. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 42-58, jan/mar, 2016.

_____. O pluralismo na teoria contemporânea. Ação, relevância e interpretação subjetiva. **ANPOCS - Anais do 38º Encontro**. Caxambu, 28.out.2011.
Disponível em: <<http://portal.anpocs.org>>. Acesso em: 02.out.2014.

SANTOS, Hernani Pereira dos. **A teoria da intencionalidade nas obras de Husserl e de Gurwitsch**: Entre fenomenologia transcendental e Psicologia da Gestalt. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2015.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp, 2006.

SARAVÍ, Gonzalo A. Segregación urbana y espacio público: los jóvenes en enclaves de pobreza estructural. **Revista de la Cepal**, Santiago del Chile, n.83, ago.2004.

SARTI, Cynthia Andersen. A família como ordem simbólica. **Psicologia USP**, n.15, v. 3, p. 11-28, São Paulo 2004.

SCALON, Celi; SALATA, André. Uma Nova Classe Média no Brasil da Última Década? O debate a partir da perspectiva sociológica. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v.27, n.2, p. 387-407, mai/ago, 2012.

SCHÜTZ, A. **Estudios sobre teoría social**. Escritos II. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

_____. **El problema de la realidad social**. Escritos I, II. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2008.

SCHÜTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____; LUCKMANN, Thomas. **The Structures of the Life-World**. V. 1, Evanston: Northwestern University Press, 1973.

SCHÜTZE, Fritz. Análise sociológica e linguística de narrativas. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 11-52, mai./ago. 2014.

_____. Biography analysis on the empirical base of autobiographical narratives: how to analyse autobiographical narrative interviews part two. **European Studies on Inequalities and Social Cohesion**, 2008. Disponível em:

<http://www.zsm.ovgu.de/zsm_media/Das+Zentrum/Forschungsprojekte/INVITE/B2_1-p-140.pdf>. Acesso em> 22.jul.2018.

SCOTT, Russel Parry. Remoção populacional e projetos de desenvolvimento urbano. **Anais do X Encontro Nacional de Estudos populacionais**. ABEP, p. 813-834, Belo Horizonte, 1996.

SCUDDER, Thayer Ted. **The Future of Large Dams: Dealing with Social, Environmental, Institutional**. London: Earthscan, 2005.

SELL, Carlos Eduardo. Racionalidade e Racionalização em Max Weber. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27 n.79, p.153-233, jun.2012.

SENA, E. L. da S. *et al.* Alcoolismo no contexto familiar: um olhar fenomenológico. **Texto contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 310-318, jun. 2011.

SENNET, Richard. **O declínio do homem público, as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SEQUEIRA, Tiago Neves. **Crescimento Económico no Pós-guerra: os Casos de Espanha, Portugal e Irlanda**. DGE- 05/2001. Disponível em:

<<http://www.dge.ubi.pt/investigat/TDiscussao/2001/TD052001.pdf>>. Acesso em: 20.mar.2017.

RERFATY-GARZON, Perla. Le Chez-soi : habitat et intimité. In: **Dictionnaire Critique de L'habitat et du Logement**. Paris: Editions Armand Colin, 2003.

SILVA, Braulio; MARINHO, Frederico Couto. Urbanismo, desorganização social e criminalidade. In: LIMA, Sérgio de *et al.* **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

SILVA, Jacqueline Severo da. **Irregularidade fundiária e usucapião especial urbana: ruptura com a tradição jurídica de proteção à propriedade privada? A experiência de Porto Alegre (1989-2004)**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SILVA, João Luiz Maximo da. Transformações no espaço doméstico – o fogão a gás e a cozinha paulistana, 1870-1930. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.15, n.2, jul./dez. 2007.

SILVA, Pedro Henrique Isaac. **O que fazemos do que fazem de nós: trajetórias sociais e militância entre os catadores de materiais recicláveis no Brasil**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SILVA, Sandro Pereira. **A organização coletiva de catadores de material reciclável no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária**. Rio de Janeiro: IPEA, 1990.

SILVA, Thalita Costa da. **Memórias de um palhaço**. O rito de passagem de Roger Avanzi para o palhaço Picolino II. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Natal, 2011.

SILVEIRA, Ari. Rodovia foi entregue em 1961. **Gazeta do Povo**, 19.04.2010. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/rodovia-foi-entregue-em-1961-0j8r10ez56o44ztma55rvevri/>>. Acesso em: 02.dez.2019.

SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da. Desordem na cidade? Controvérsias sobre o “caos urbano” e das possibilidades de administrá-lo. **Vitruvius**, Porto Alegre, n.134.06, ano 12, set. 2011. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/12.134/4050>. Acesso em: 29.mar.2018.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. **Mana**, Rio de Janeiro, n.11, v.2, 2005.

_____. A sociologia do segredo e das sociedades secretas. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, v.43, n.1, p. 219-242, abril de 2009.

_____. O Estrangeiro. **RBSE**, João Pessoa, v.4, n.12, dezembro 2005. Disponível em: <www.cchla.ufpb.br/rbse/>. Acesso em: 23.ago. 2018.

_____. **Cuestiones fundamentales de sociología**. Barcelona: Gedisa, 2002.

_____. Sociologia do espaço. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 79, p. 75-112, jan. 2013.

SIQUEIRA, Lucimar Fátima. A questão da moradia em tempos de copa do mundo em porto alegre. In: SOARES, Paulo Roberto Rodrigues [org.]. **Porto Alegre: os impactos da Copa do Mundo 2014**. Porto Alegre: Deriva, 2015.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. Habitação popular: a materialização da casa própria no Brasil. **Dimensões**, Programa de Pós-Graduação em História - UFES . Vol. 21, , p. 221-238. Vitória, 2008.

SOARES *et al.* Região Metropolitana de Porto Alegre: reestruturação produtiva, mercado de trabalho e espaços industriais. In: FEDOZZI, Luciano Joel; SOARES, Paulo Roberto R. **Porto Alegre: Transformações na Ordem Urbana**. Observatório das Metrôpoles/Letra Capital, Porto Alegre, 2015.

SMITH, Mary. A report on the impacts of the Olympic Games and Paralympics on host cities. London, **East Research Institute Working Papers**, dez.2008.

SOARES, Ana Paula Marcante. **O território mito da orla**: antropologia de conflitos territoriais urbanos e memórias ambientais em Porto Alegre, RS. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, UFRGS, 2014.

SOUZA, Célia Ferraz de; MÜLLER, Dóris Maria. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1997.

SOUZA, Cesar Martins; GUERRA, Armando Diniz. **Agricultura Familiar**. Belém, v. 11, n.2, p. 85-98, jul./dez., 2017.

SOUZA, Leda Mara de. **Análise Comparativa das Políticas Habitacionais nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva**. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2005.

SOUZA, Felipe Silveira de. **O espaço público contemporâneo**: a complexidade vista a partir de parques urbanos de Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SOUZA, Jessé. A Gramática Social da Desigualdade Brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19/54, p. 79-96, 2004.

SOUZA, Márcio Nicory Costa. Algumas Considerações Sobre a Sociologia de Alfred Schütz. **Em Tese** – Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. São Carlos, v. 9, n. 1, jan/julho 2012.

SUSIN, Priscila Queirolo. **Construções familiares e experiências de violência**: Pesquisa biográfica em uma favela carioca. PUCRS, 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

TADESSE, Asrat. **The Dynamics of Resettlement with reference to the Ethiopian Experience**. Kimmage Manor, Whitehall Road, Dublin 12, Ireland, 2009. Disponível em: <<https://www.semanticscholar.org/>>. Acesso em: 29.jun.2017.

TEIXEIRA, Cesar Pinheiro. **O 'policial social'**: Algumas observações sobre o engajamento de policiais militares em projetos sociais no contexto de favelas ocupadas por UPP. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v.8, n. 1, p. 77-96, jan./fev./mar.2015.

TELLES, Sarah Silva. Família e relações de parentesco no universo popular. **Desigualdade & Diversidade** (PUCRJ), v. 15, p. 137-159, 2014.

TELLES, Vera. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte, Argymentum, 2010.

THOMPSON, Paul. **A voz do Passado**. História Oral. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1992.

TRINDADE, Thiago Aparecido. **Ampliando o debate sobre a participação política e a construção democrática**: O movimento de moradia e as ocupações de imóveis ociosos no centro da cidade de São Paulo. Tese (Doutor em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2014.

TROTTA, Wellington. Esboço I: Acerca da fenomenologia como última totalidade em filosofia. **Revista Transdisciplinar Logos e Veritas**, Cabo Frio, v. 1. n. 1, p. 47 – 55, 2014.

UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME – UN-HABITAT. **Slum Almanac 2015 2016** - Tracking Improvement in the Lives of Slum Dwellers. Nairóbi: UNON, 2016. Disponível em: <<https://unhabitat.org/slum-almanac-2015-2016/>>. Acesso em: 02.jun.2018.

UNITED NATIONS - ONU. **Compendium of Human Settlements Statistics 2001**. New York: United Nations. 2001.

VALLADARES, Licia do Prado. A Gênese da Favela Carioca. A produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira De Ciências Sociais** – v.15, n. 44, p. 05-34. São Paulo, 2000.

_____. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com** (Locais do Kindle 3245). FGV. Edição do Kindle, 2005.

_____. A visita do Robert Park ao Brasil, o "homem marginal" e a Bahia como laboratório. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 35-50, jan./abr. 2010.

VELHO, Gilberto. O patrão e as empregadas domésticas. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n.69, Oeiras mai.2012.

VERDUM, Roberto. Do ciclo do papel à diversidade da coleta, até chegar ao interesse público-privado nos resíduos sólidos. In: AMARO, Aurélio Bandeira & VERDUM, Roberto (orgs.). **Política Nacional de Resíduos Sólidos e suas Interfaces com o espaço geográfico**: entre conquistas e desafios. Porto Alegre: Editora Letra1, 2016.

VERISSIMO, Erico. **Clarissa**. São Paulo: Globo, 1994.

VIEIRA, Ana Nelcinda Garcia Vieira. **Mulheres na linha de pobreza inseridas no cenário globalizado**: como elas constroem seus discursos. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

VIEIRA, Daniele Machado. Percursos negros em porto alegre: Resignificando espaços, reconstruindo geografias. **VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**. Vitória, 10 a 16 de agosto de 2014.

VILARINO, Maria da Graça. NUNES, Marion Kruse. **Carris 120 Anos**. Porto Alegre: Carris, 1992.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, n. 25 (71), 2011.

COARACY, Vivaldo. **Encontro com a Vida**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1962.

WACQUANT, Loïc. **Os Condenados da Cidade**. Rio de Janeiro: Editora Revan: 2001.

_____. **Corpo e Alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe**. Rio de Janeiro: Relume Cumará, 2002.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: JC Editora, 1982.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Do centro à periferia: “malocas” e remoções na constituição do espaço urbano de Porto Alegre (1952-1973). **XXIX Simpósio Nacional de História**. Contra os Preconceitos: História e Democracia. Brasília, 24-28.jul.2017.

WILSON. W. J. When Work Disappears. **Political Science**, Quarterly, v. 111, n. 4, 1996/1997.

ZAMPIERI, Fabio. **O fenômeno social do movimento de pedestres em centros urbanos**. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, UFRGS, Porto Alegre, 2012.

ZAGO, Rosemeire. O abandono que não se esquece. São Paulo, **Portal da Psique**, 22.out.2009. Disponível em:
<http://www.portaldapsique.com.br/Artigos/Abandono_que_nao_se_esquece.htm>. Acesso em: 24.out.2018.

ZAMBONI, Vanessa. **Construção Social do Espaço, Identidades e Territórios em Processo de Remoção**: o caso do bairro Restinga – Porto Alegre/RS. Dissertação (Mestre em Planejamento Urbano e Regional). Faculdade de Arquitetura, UFRGS, 2009.

ZARIAS, Alexandre; BRITO, Débora Cintra T. Das Expulsões à Legitimidade da Posse da Terra na Ponte do Maduro: encontros e desencontros políticos no Recife. **Revista Antropológica**, p. 133-153, ano.18, v.25, 2014.

ZILLES, Urbano. Fenomenologia e Teoria do Conhecimento em Husserl. **Fenomenological Studies** - Revista da Abordagem Gestáltica. Goiânia, Instituto de Treinamento e Pesquisa em Gestalt-terapia de Goiânia, v. XIII (2), p. 216-221, jul./dez., 2007.

ZILLI, Luís Felipe. Grupos Delinquentes. In: LIMA, Sérgio de *et al.* **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br